

---

# Os Direitos Humanos na ONU e o Conselho de Direitos Humanos. Desigualdade em 2026 e a função dos sistemas de saúde e seguridade social como um meio em produzir e redistribuir riqueza

Human Rights at the UN and the Human Rights Council. Inequality in 2026 and the role of health and social security systems as a means of producing and redistributing wealth

Derechos Humanos en la ONU y el Consejo de Derechos Humanos. Desigualdad en 2026 y el papel de los sistemas de salud y seguridad social como medio para generar y redistribuir la riqueza

*Armando De Negri Filho e Fabiane Gaspar*

**Resumo.** O informe analisa o sistema de direitos humanos das Nações Unidas, com foco no Conselho de Direitos Humanos (CDH) em 2026, em seu 20º ciclo institucional. Apresenta a composição, os principais mecanismos de monitoramento e os destaques da 61ª sessão, incluindo direitos das mulheres, financiamento do desenvolvimento, direitos da criança, pessoas com deficiência e meio ambiente. Examina o perfil do Presidente do CDH em 2026, o Embaixador Sidharto Reza Suryodipuro (Indonésia), cuja presidência indica continuidade procedimental, diplomacia de consenso e não-seletividade. Em seguida, apresenta alguns pontos relevantes do relatório mundial de desigualdades e, por fim, destaca os sistemas universais de saúde e seguridade social como instrumentos centrais de redistribuição de renda e produção de riqueza social.

**Palavras-chave.** Direitos Humanos. Conselho de Direitos Humanos. Desigualdade. Sistemas de saúde.

**Abstract.** *This report analyzes the United Nations human rights system, focusing on the Human Rights Council (HRC) in 2026, during its 20th institutional cycle. It presents the composition, key monitoring mechanisms, and highlights of the 61st session, including women's rights, development financing, children's rights, people with disabilities, and the environment. It examines the profile of the HRC President in 2026, Ambassador Sidharto Reza Suryodipuro (Indonesia), whose presidency indicates procedural continuity, consensus diplomacy, and non-selectivity. Following this, it presents some relevant points from the World Inequality Report and, finally, highlights universal health and social security systems as central instruments for income redistribution and*

*the creation of social wealth.*

**Keywords:** *Human Rights. Human Rights Council. Inequality. Health systems.*

**Resumen.** *Este informe analiza el sistema de derechos humanos de las Naciones Unidas, con especial atención al Consejo de Derechos Humanos (CDH) en 2026, durante su vigésimo ciclo institucional. Presenta la composición, los principales mecanismos de seguimiento y los aspectos más destacados del 61.º período de sesiones, incluyendo los derechos de las mujeres, la financiación del desarrollo, los derechos de la infancia, las personas con discapacidad y el medio ambiente. Examina el perfil del Presidente del CDH en 2026, el Embajador Sidharto Reza Suryodipuro (Indonesia), cuya presidencia se caracteriza por la continuidad de los procedimientos, la diplomacia del consenso y la no selectividad. A continuación, presenta algunos puntos relevantes del Informe sobre la Desigualdad en el Mundo y, finalmente, destaca los sistemas universales de salud y seguridad social como instrumentos centrales para la redistribución del ingreso y la creación de riqueza social.*

**Palabras clave:** *Derechos Humanos. Consejo de Derechos Humanos. Desigualdad. Sistemas de salud.*

## Introdução

O sistema internacional de direitos humanos das Nações Unidas constitui um dos pilares centrais da governança global contemporânea, estruturando-se a partir de normas universais, mecanismos de monitoramento e instâncias políticas destinadas à promoção, proteção e realização progressiva dos direitos humanos. Em um contexto marcado por crises múltiplas — desigualdades socioeconômicas persistentes, emergência climática, conflitos armados prolongados, transformações tecnológicas aceleradas e restrições fiscais ao multilateralismo —, o papel desse sistema tornase simultaneamente mais desafiador e mais indispensável.

Este informe tem como objetivo analisar o funcionamento e as prioridades do Conselho de Direitos Humanos da ONU (CDH) em 2026, ano em que o órgão inicia seu 20º ciclo institucional. O documento examina a composição do Conselho, seus principais mecanismos — como a Revisão Periódica Universal, os Procedimentos Especiais e os mecanismos investigativos —, bem como os destaques substantivos da 61ª sessão. Dedicada atenção especial ao perfil e às orientações da presidência exercida pelo Embaixador Sidharto Reza Suryodipuro (Indonésia), cuja atuação sinaliza continuidade procedimental, diplomacia de consenso e reafirmação dos princípios de universalidade e não-seletividade.

Além da dimensão institucional, o informe articula a agenda de direitos humanos com o debate contemporâneo sobre desigualdades globais, à luz do *Relatório Mundial sobre a Desigualdade 2026*. Nesse sentido, destaca o papel estratégico dos sistemas universais de saúde e de segurança social como instrumentos centrais não apenas de proteção social, mas também de produção de riqueza social, redistribuição de renda e fortalecimento da coesão democrática.

## Os direitos humanos na ONU

O sistema de direitos humanos da ONU é complexo e multifacetado, organizado em pilares,

órgãos e mecanismos que atuam em diferentes níveis. Os principais componentes são o [Conselho de Direitos Humanos \(CDH\)](#), o [Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos \(ACNUDH ou OHCHR, em inglês\)](#), os [Órgãos de Tratados](#) (Comitê de Tratados) e os [Procedimentos Especiais](#) do CDH.

A base normativa dos direitos humanos onusiano contempla a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e seu protocolo opcional e o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC). Completa-se o quadro normativo com os seguintes Tratados: a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial; a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher; a Convenção contra a Tortura; a Convenção sobre os Direitos da Criança; a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados.

Daremos ênfase ao CDH que é o principal órgão político dos direitos humanos na ONU e objeto principal de pesquisa de nossos informes.

## O Conselho de Direitos Humanos

O Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU é um órgão intergovernamental da Assembleia Geral da ONU, composto por 47 Estados com distribuição geográfica equitativa: 13 para Estados Africanos, 13 para Ásia-Pacífico, 6 para Europa Oriental, 8 para América Latina e Caribe e 7 para Europa Ocidental e outros.

Criado em 2006, possui como principal mandato a avaliação dos direitos humanos nos países-membros da ONU, tendo como apoio técnico e executivo, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR, sigla em inglês) e se reúne em três sessões regulares ao ano.

Em 14 de outubro de 2025, a Assembleia Geral elegeu 14 membros para o mandato 2026–2028: Angola, Chile, Equador, Egito, Estônia, Índia, Iraque, Itália, Maurício, Paquistão, Eslovênia, África do Sul, Reino Unido e Vietnã, que passaram a integrar o Conselho a partir de 1º de janeiro de 2026. A listagem por grupos regionais completa para 2026 inclui entre outros, Brasil, China, Indonésia, França, Cuba, México, República da Coreia, Espanha e Suíça.

Em 8 de janeiro de 2026, o CDH elegeu como Presidente, o Embaixador Sidharto Reza Suryodipuro (Indonésia) para o 20º ciclo. Diplomata de carreira, eleito como candidato do Grupo Ásia-Pacífico, em 2025, foi nomeado Representante Permanente da Indonésia junto à ONU em Genebra. Anteriormente, serviu como Diretor-Geral para Cooperação com a ASEAN (2020–2025), Embaixador na Índia e no Butão (2017–2021) e Vice-Chefe de Missão em Washington, D.C. (2014–2017).

O Embaixador Sidharto Reza Suryodipuro tem no seu mandato duas efemérides importantes – os 20 anos do CDH e os 40 anos da Declaração do Direito ao Desenvolvimento, com todo o peso simbólico da Conferência de Bandung de 1955 na Indonésia e sendo seu país membro pleno do BRICS e liderança na ASEAN.

Conforme ele mesmo declarou dará valor aos temas que funcionam como pontes, onde desponta o Direito ao Desenvolvimento, cujo tratado está em debate na AGNU depois de ser aprovado no CDH em 2024 e, a proposta de tratado a ser elaborado no GT de Transnacionais

e Direitos Humanos do CDH.

No seu discurso de posse, propôs uma *Presidency for All* (Presidência para Todos), com ênfase em universalidade, objetividade e não-seletividade no tratamento de violações, e no tratamento equânime de todos os direitos, incluindo o direito ao desenvolvimento. As possíveis tendências de continuidade da presidência do CDH em 2026 em relação aos mandatários anteriores podem estar associadas às ações de despolarização do plenário e linguagem de “ponte” e universalidade. Essas linhas estão refletidas no discurso inaugural e na prática recente do Conselho sob forte tensão geopolítica.

As possíveis inflexões para seu mandato estariam relacionadas à diplomacia de consenso inspirada na experiência ASEAN, potencializando função de *bridge-builder* (construtor de pontes), maior visibilidade a temas transversais como direito ao desenvolvimento e capacidades institucionais, em diálogo com o 20º aniversário do CDH, com restrições orçamentárias do sistema e foco em resultados de governança com elementos de previsibilidade, calendário, engajamento com instituições nacionais de Direitos Humanos e sociedade civil.

Nesse 20º ciclo do Conselho, coincide com esforços de racionalização/eficiência e com o enfrentamento da crise de financiamento que afeta a arquitetura do sistema das Nações Unidas, incluindo a de direitos humanos. Em 5 de fevereiro de 2026, o Alto Comissário Volker Türk lançou um apelo de US\$ 400 milhões para sustentar operações essenciais do OHCHR. Paralelamente, atores regionais como a União Europeia delinearão prioridades para 2026 nos foros onusianos: defesa do espaço cívico, responsabilização por violações graves, proteção de defensores e reforço do multilateralismo baseado em normativas internacionais.

No plano substantivo, os mecanismos de monitoramento dos DH mantêm-se: a Revisão Periódica Universal (UPR, sigla em inglês), os mandatos temáticos e país-específicos (*special procedures*), bem como mecanismos investigativos (Comissões de Inquérito e Missões de Apuração), além de processos intergovernamentais em curso (p. ex., empresas e direitos humanos).

## Destaques da agenda da 61ª sessão (fev.-abr. 2026) do CDH

A 61ª sessão do Conselho de Direitos Humanos ocorre de 23 de fevereiro a início de abril de 2026 e entre os destaques: (i) painel anual de mainstreaming sobre tecnologias digitais emergentes contra a mutilação genital feminina; (ii) painel de alto nível pelos 25 anos da Declaração e Programa de Ação de Durban; (iii) debate sobre direitos humanos e cultura de paz; (iv) painel sobre financiamento do desenvolvimento sob obrigações dos Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Econômicos (DESCA); (v) debate anual sobre direitos das pessoas com deficiência (infraestrutura inclusiva); (vi) jornada anual sobre direitos da criança (violações em conflitos armados).

A sessão inclui processos de nomeação de titulares de mandatos e apresentação de estudos, inclusive na interface meio ambiente-direitos (direito a um ambiente limpo e saudável; estudo sobre abordagem de direitos no Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal).

O CDH em 2026 opera sob pressões fiscais e geopolíticas, mas preserva uma agenda substantiva que integra direitos civis e políticos, DESCA e direitos ambientais. A presidência indonésia tende a continuidade procedimental com inflexões de diplomacia de ponte e visibilidade ao direito ao desenvolvimento; no plano de políticas públicas, saúde e proteção social universais

seguem como vetores de redução de desigualdades e de produção de riqueza social.

Em nosso primeiro [informe dos Cadernos de Saúde Global de 2025](#), havíamos anunciado a intenção de conectar as reflexões sobre as agendas de direitos humanos do Conselho com as lutas por sistemas universais de saúde e de seguridade social. Insistiremos nesta perspectiva em 2026, mas agora trataremos de integrar as referências aos sistemas universais como mecanismos de redistribuição da riqueza, como resposta às desigualdades injustas que representam indicadores supremos da não materialidade assimétrica dos direitos e portanto da fragilidade das suas garantias.

De especial interesse, será examinar no âmbito de sistemas comparados quantos estão realmente garantindo os direitos humanos em saúde e seguridade social, assim como os efeitos dos acordos econômicos e comerciais na garantia material dos direitos.

Portanto além de olhar a dinâmica do CDH, procuraremos ampliar nosso olhar para o estado da arte da garantia desses direitos no espaço dos sistemas de saúde e de seguridade social, buscando representar as desigualdades que são geradas em seus exercícios.

Para destacar o enfoque das desigualdades, escolhemos incluir neste primeiro informe o Relatório Mundial sobre a Desigualdade 2026, trabalho que deriva das obras de Thomas Piketty sobre o Capital no Século XXI (2013) e Capital e Ideologia (2019), as quais ilustraram o comportamento atávico do capitalismo em concentrar de forma celeradas as riquezas, o que nos obriga a uma reflexão sobre formas efetivas de redistribuição do acumulado, conectando produção e (re)distribuição da riqueza produzida, onde justamente os sistemas universais de saúde e seguridade social ganham sentido.

Esperamos que esta síntese do Relatório Mundial sobre a Desigualdade os motive a ler com maior profundidade sobre o tema e os leve a encontrar formas de superação dessas desigualdades injustas.

Não esquecer: A Desigualdade é uma escolha Política!!!

## Relatório Mundial sobre a Desigualdade 2026 (WIR 2026) – “A desigualdade persiste em níveis extremos”

O World Inequality Database (WID), banco de dados mundial sobre desigualdade consolida séries distributivas consistentes com DINA (Contas Nacionais Distributivas Anuais), que descrevem toda a distribuição de renda e riqueza, de baixo para cima, utilizando conceitos consistentes com as contas nacionais macroeconômicas, combinando pesquisas domiciliares, contas nacionais e dados fiscais.

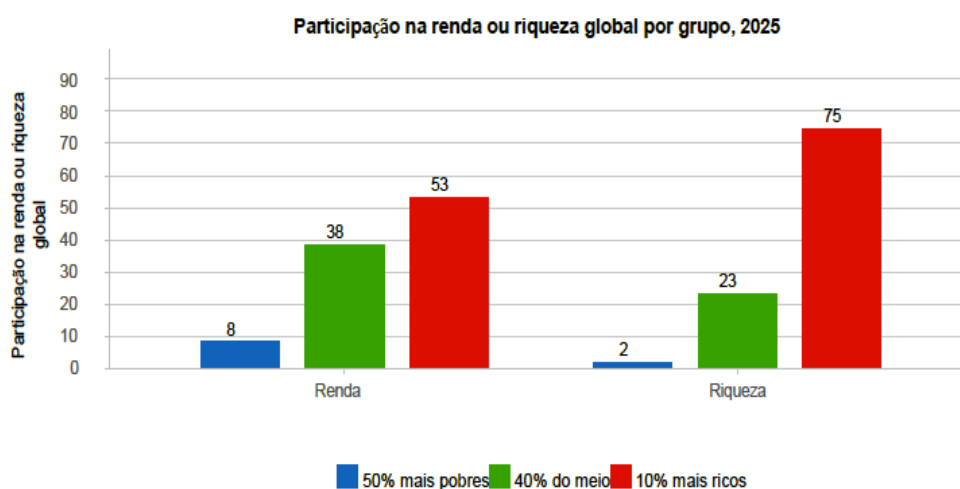
O *Relatório Mundial sobre a Desigualdade 2026*, coordenado por Lucas Chancel, Ricardo Gómez-Carrera (autor principal), Rowaida Moshrif e Thomas Piketty, disponível em [wir2026.wid.world](#), explora as novas dimensões da desigualdade que definem o século XXI: clima, desigualdades de gênero, acesso desigual ao capital humano, assimetrias no sistema financeiro global e divisões territoriais que estão remodelando as democracias. Juntos, esses temas revelam que a desigualdade hoje não se limita à renda ou à riqueza; ela afeta todos os domínios da vida econômica e social. Abaixo, seguem alguns principais pontos do relatório destacados em seu sumário executivo:

**O mundo é extremamente desigual.** O primeiro e mais impressionante fato que emerge dos

dados é que a desigualdade permanece em níveis muito elevados. A Figura 1 ilustra que, atualmente, os 10% mais ricos da população global ganham mais do que os 90% restantes, enquanto a metade mais pobre da população global detém menos de 10% da renda global total. A riqueza está ainda mais concentrada: os 10% mais ricos possuem três quartos da riqueza global, enquanto a metade mais pobre detém apenas 2%. O quadro torna-se ainda mais extremo quando vamos além dos 10% mais ricos. A Figura 2 ilustra que apenas os 0,001% mais ricos, menos de 60.000 multimilionários, controlam hoje três vezes mais riqueza do que metade da humanidade combinada. Sua participação cresceu constantemente de quase 4% em 1995 para mais de 6% atualmente, o que ressalta a persistência da desigualdade. Essa concentração não é apenas persistente, mas também está se acelerando. A Figura 3 mostra que a extrema desigualdade de riqueza está aumentando rapidamente. Desde a década de 1990, a riqueza dos bilionários e centimilionários cresceu aproximadamente 8% ao ano, quase o dobro da taxa de crescimento experimentada pela metade mais pobre da população. Os mais pobres obtiveram ganhos modestos, mas estes são ofuscados pela extraordinária acumulação no topo da pirâmide. O resultado é um mundo em que uma minoria ínfima detém um poder financeiro sem precedentes, enquanto bilhões continuam excluídos até mesmo da estabilidade econômica básica.

**Contribuições para as mudanças climáticas.** O relatório também mostra que as contribuições para as mudanças climáticas estão longe de ser distribuídas de maneira uniforme. Embora o debate público muitas vezes se concentre nas emissões associadas ao consumo, novos estudos

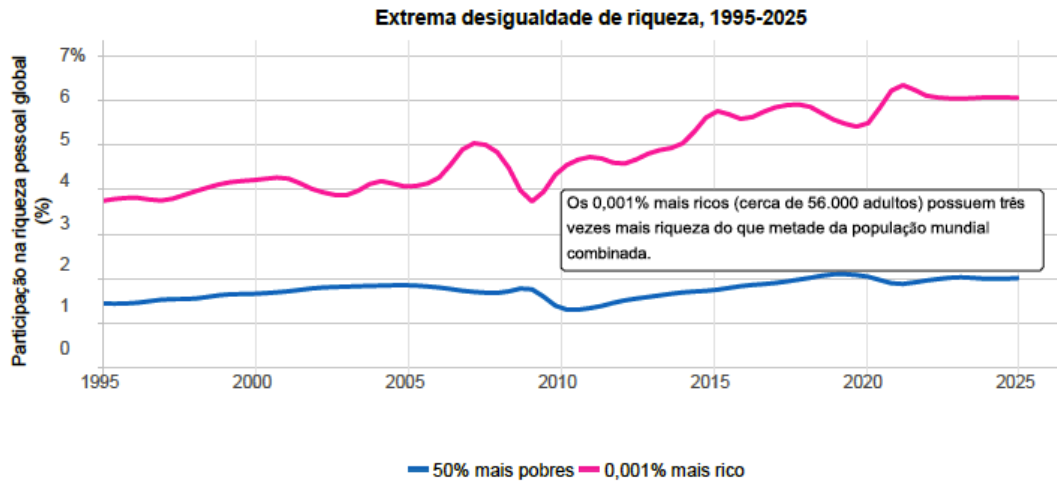
**Figura 1. O mundo é extremamente desigual**



**Interpretação.** Os 50% mais ricos do mundo detêm 8% da renda total medida em PPC de 2025. Os 50% mais pobres do mundo detêm 2% da riqueza (em PPC de 2025). Os 10% mais ricos do mundo detêm 75% da riqueza pessoal total e 53% da renda total em 2025. Observe que os detentores da maior parte da riqueza não são necessariamente os detentores da maior parte da renda. A renda é calculada após o recebimento de pensões e benefícios de desemprego pelos indivíduos e antes de impostos e transferências. Fontes e séries: [wir2026.wid.world/methodology](http://wir2026.wid.world/methodology).

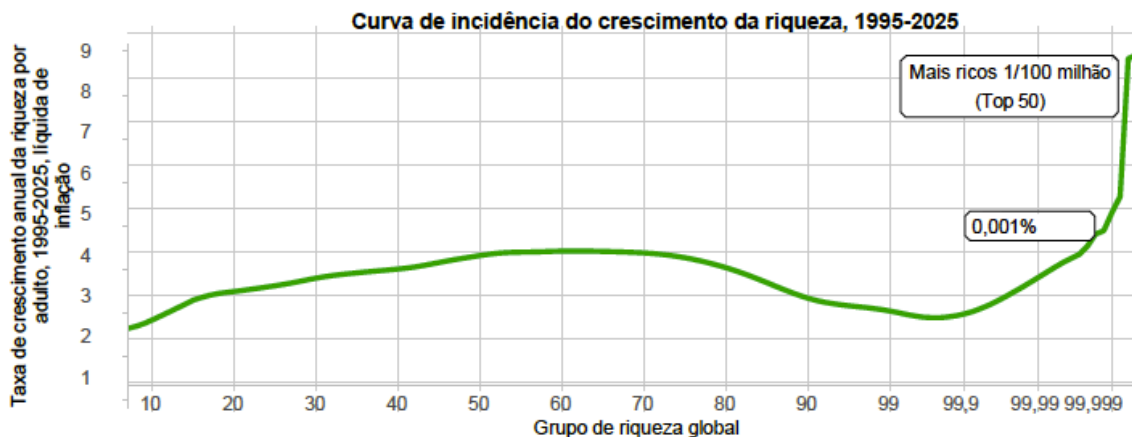
revelaram como a propriedade do capital desempenha um papel crítico na desigualdade das

**Figura 2. A extrema desigualdade de riqueza é persistente e está aumentando**



**Interpretação.** A parcela da riqueza pessoal detida pelos 0,001% mais ricos dos adultos aumentou de cerca de 3,8% da riqueza total em 1995 para quase 6,1% em 2025. Após um aumento muito ligeiro, a parcela da riqueza detida pela metade mais pobre da população estagnou desde o início dos anos 2000 em cerca de 2%. A riqueza pessoal líquida é igual à soma dos ativos financeiros (por exemplo, ações ou títulos) e ativos não financeiros (por exemplo, habitação ou terrenos) detidos por indivíduos, líquidos das suas dívidas. **Fontes e séries:** Arias-Osorio et al. (2025) e [wir2026.wid.world/methodology](http://wir2026.wid.world/methodology).

**Figura 3. A riqueza cresceu muito mais para os que já eram extremamente ricos**



**Interpretação.** As taxas de crescimento da riqueza pessoal líquida variaram acentuadamente na distribuição global entre 1995 e 2025. Embora os 50% mais pobres tenham experimentado um crescimento positivo de cerca de 2% a 4% ao ano, sua baixa riqueza inicial significou que eles capturaram apenas 1,1% do crescimento total da riqueza global. Em contrapartida, os 1% mais ricos tiveram taxas de crescimento significativamente mais altas, variando de 2% a 8,5% ao ano, e capturaram 36,7% do crescimento da riqueza global durante o mesmo período. O topo da distribuição, incluindo as 60 pessoas mais ricas, teve os aumentos mais acentuados. A riqueza pessoal líquida é definida como a soma dos ativos financeiros (por exemplo, ações, títulos) e não financeiros (por exemplo, habitação, terrenos) detidos por indivíduos, líquidos das suas dívidas. **Notas.** A curva é suavizada utilizando uma média móvel centrada. **Fontes e séries:** Arias-Osorio et al. (2025), Chancel et al. (2022) e [wir2026.wid.world/methodology](http://wir2026.wid.world/methodology).

emissões. Os 10% mais ricos do mundo são responsáveis por 77% das emissões globais associadas à propriedade de capital privado, ressaltando como a crise climática é inseparável da concentração de riqueza. Para resolver essa questão, é necessário um realinhamento direcionado das estruturas financeiras e de investimento que alimentam tanto as emissões quanto a desigualdade. O 1% mais rico, por si só, é responsável por 41% das emissões associadas à propriedade de capital privado, quase o dobro da quantidade combinada dos 90% mais pobres. Essa disparidade diz respeito à vulnerabilidade. Aqueles que menos emitem, em grande parte populações de países de baixa renda, são também os mais expostos aos choques climáticos. Enquanto isso, aqueles que

mais emitem estão mais protegidos, com recursos para se adaptar ou evitar as consequências das mudanças climáticas. Essa responsabilidade desigual é, portanto, também uma distribuição desigual de risco. A desigualdade climática é uma crise tanto ambiental quanto social.

**Desigualdade de gênero.** A desigualdade de gênero também se apresenta de forma muito diferente se levarmos em conta o trabalho invisível e não remunerado, que é desproporcionalmente realizado pelas mulheres. Quando se inclui o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, a diferença aumenta drasticamente. Em média, as mulheres ganham apenas 32% do que os homens ganham por hora de trabalho, considerando as atividades remuneradas e não remuneradas; em comparação com 61% quando não se leva em conta o trabalho doméstico não remunerado. Essas descobertas revelam não apenas uma discriminação persistente, mas também profundas ineficiências na forma como as sociedades valorizam e distribuem o trabalho. Globalmente, as mulheres detêm pouco mais de um quarto da renda total do trabalho, uma participação que quase não mudou desde 1990. As mulheres continuam a trabalhar mais e a ganhar menos do que os homens. As mulheres trabalham mais horas do que os homens, em média 53 horas por semana em comparação com 43 para os homens, uma vez que o trabalho doméstico e os cuidados são levados em consideração. No entanto, seu trabalho é consistentemente menos valorizado. A desigualdade de gênero não é, portanto, apenas uma questão de justiça, mas também uma ineficiência estrutural: as economias que subvalorizam o trabalho de metade da sua população prejudicam a sua própria capacidade de crescimento e resiliência.

**Redistribuição, Tributação e Evasão.** O estudo da desigualdade entre países e ao longo do tempo revela que as políticas públicas podem realmente reduzir a desigualdade. A tributação progressiva e, especialmente as transferências redistributivas reduziram significativamente a desigualdade em todas as regiões, particularmente quando os sistemas são bem concebidos e aplicados de forma consistente. Na Europa, América do Norte e Oceania, os sistemas tributários e de transferências reduziram consistentemente as disparidades de renda em mais de 30%. Mesmo na América Latina, as políticas redistributivas introduzidas após a década de 1990 fizeram grandes progressos na redução das disparidades. As evidências mostram que, em todas as regiões, as políticas redistributivas têm sido eficazes na redução da desigualdade, mas com grandes variações. A desigualdade global no acesso ao capital humano continua enorme: ela se mantém em níveis que são, sem dúvida, muito maiores do que a maioria das pessoas imagina. Em 2025, o gasto médio com educação por criança na África Subsaariana era de apenas €220 (PPC), em comparação com €7.430 euros na Europa e €9.020 euros na América do Norte e Oceania (uma diferença de mais de 1 para 40, ou seja, aproximadamente três vezes maior do que a diferença no PIB per capita ou na renda nacional líquida - RNL). Tais disparidades moldam as oportunidades de vida entre as gerações, consolidando uma geografia de oportunidades que exacerba e perpetua as hierarquias de riqueza global.

**Desigualdade devido ao sistema financeiro global.** A desigualdade também está profundamente enraizada no sistema financeiro global. A atual arquitetura financeira internacional está estruturada de forma a gerar sistematicamente desigualdade. Os países que emitem moedas de reserva podem persistentemente contrair empréstimos a custos mais baixos, emprestar a taxas mais altas e atrair poupanças globais. Em contrapartida, os países em desenvolvimento enfrentam a imagem espelhada: dívidas caras, ativos de baixo rendimento e uma saída contínua de renda. Esse privilégio para as nações ricas não reflete a eficiência do mercado, mas sim um desenho institucional que coloca os emissores de moedas de reserva e centros financeiros no centro do sistema financeiro internacional, em benefício das economias ricas. A demanda persistente por ativos “seguros”, como títulos do Tesouro dos EUA e títulos soberanos europeus, reforçada pelas reservas dos bancos centrais, normas regulatórias (ou seja, Basileia III) e julgamentos das agências de classificação de crédito, consolida essa vantagem. O resultado é que os países

ricos consistentemente tomam empréstimos mais baratos enquanto investem em ativos de maior rendimento no exterior, posicionando-se como rentistas financeiros às custas das nações mais pobres. O resultado é uma forma moderna de troca estruturalmente desigual. Enquanto as potências coloniais outrora extraíam recursos para transformar déficits em excedentes, as economias avançadas de hoje alcançam resultados semelhantes através do sistema financeiro. Os países em desenvolvimento são levados a transferir recursos para o exterior, limitando sua capacidade de investir em educação, saúde e infraestrutura. Essa dinâmica não apenas consolida a desigualdade global, mas também aumenta a desigualdade dentro das nações, à medida que o espaço fiscal para o desenvolvimento inclusivo é corroído.

**Conclusões do Relatório.** A desigualdade é uma escolha política. É o resultado de nossas políticas, instituições e estruturas de governança. Os custos da crescente desigualdade são claros: divisões cada vez maiores, democracias frágeis e uma crise climática que recai mais fortemente sobre aqueles menos responsáveis por ela. Mas as possibilidades de reforma são igualmente claras. Onde a redistribuição é forte, a tributação é justa e o investimento social é priorizado, a desigualdade diminui. As ferramentas existem. O desafio é a vontade política. As escolhas que fizermos nos próximos anos determinarão se a economia global continuará em um caminho de extrema concentração ou se avançará em direção à prosperidade compartilhada.

## Referências

- Council of the EU (Consilium). “EU priorities for 2026 in UN human rights fora” (30 Jan. 2026). In: <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2026/01/30/united-nations-human-rights-fora-council-approves-eu-priorities-for-2026/>
- Geneva Environment Network. Environment @ 61st Session of the UN HRC (2026). In: <https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/regular-sessions/session61/regular-session>
- Global Centre for the Responsibility to Protect. “UN HRC Elections for 2026–2028 and R2P” (14 Oct. 2025). In: <https://www.globalr2p.org/publications/un-human-rights-council-elections-for-2026-2028-and-the-responsibility-to-protect/>
- OHCHR. Human Rights Council – Bureau: composição e funções do Bureau (2026). In: <https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/bureau>
- OHCHR. Human Rights Council – Presidency: “Human Rights Council President” e “Ambassador Sidharto Reza Suryodipuro, President of the 20th cycle”. In: <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2026/01/human-rights-council-elects-ambassador-sidharto-reza-suryodipuro-indonesia>
- OHCHR. Membership of the Human Rights Council; Members by group/year (2026). In: <https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/members-by-year>
- OHCHR. 61st session of the Human Rights Council
  - Main page; Agenda and Annotations A/HRC/61/1 (14 Jan. 2026); Appointments at the 61st session. In: <https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/regular-sessions/session61/regular-session>
  - United Nations General Assembly. Elections and Appointments – Human Rights Council (14 Oct. 2025). In: <https://www.un.org/en/ga/80/meetings/elections/hrc.shtml>
  - UN News. “Human rights cannot wait”: Türk launches \$400 million appeal for 2026 (5 Feb. 2026). In: <https://news.un.org/en/story/2026/02/1166893>
  - UN News / UNOG. “Human Rights Council elects Indonesian candidate President for 2026” (8 Jan. 2026). In: <https://www.un.org/en/ga/80/meetings/elections/hrc.shtml>
  - World Inequality Lab. World Inequality Report 2026 (2025). In: <https://wir2026.wid.world/>
  - World Inequality Lab. World Inequality Report 2026 - WIR26 (2025). Sumário Executivo. In: [https://wir2026.wid.world/www-site/uploads/2025/12/WIR26\\_Executive\\_Summary\\_Portuguese.pdf](https://wir2026.wid.world/www-site/uploads/2025/12/WIR26_Executive_Summary_Portuguese.pdf)

---

# A OMS e os reflexos das tensões do multilateralismo

The WHO and the repercussions of multilateral tensions

La OMS y las repercusiones de las tensiones multilaterales

*Paula Reges, Luana Bermudez, Luiz Augusto Galvão*

**Resumo:** O início do ano é marcado pela retomada e pelo acirramento de velhas e novas discussões no campo da saúde global, do multilateralismo e da Organização Mundial da Saúde (OMS). Trata-se de um período que se abre sob forte tensão política e institucional, com a confirmação da saída dos Estados Unidos da OMS, o agravamento das incertezas sobre o financiamento da Organização e impactos diretos sobre o cenário global da saúde. Ao mesmo tempo, avançam negociações complexas e ainda inconclusas relacionadas ao Acordo de Pandemias, em um contexto de sobreposição de crises, decisões e disputas, que reforça a sensação de que múltiplos processos críticos ocorrem simultaneamente. Ao longo deste informe, são analisados os principais entraves em torno do Anexo de Acesso a Patógenos e Compartilhamento de Benefícios, bem como os debates travados no âmbito do Conselho Executivo da OMS. O texto também examina o estágio dos preparativos globais para futuras pandemias e como esses processos se refletem nos espaços decisórios ocupados pelo Brasil e pela Fiocruz, destacando desafios, oportunidades e implicações estratégicas para sua atuação no cenário internacional.

**Abstract:** *The beginning of the year is characterized by the renewal and intensification of debates, both old and new, within the scope of global health, multilateralism and the World Health Organization (WHO). This period begins under strong political and institutional tension, with the confirmation of the withdrawal of the United States from the WHO, and the worsening of uncertainty regarding the financing of the Organization and the direct repercussions on the global health panorama. Simultaneously, complex and inconclusive negotiations are progressing related to the Agreement on Pandemics, in a context of crisis, decisions and super-responsible disputes, which refutes the feeling that multiple critical processes are being produced simultaneously. Throughout this report, the main obstacles surrounding the Annex on Access to Pathogens and Distribution of Benefits were analyzed, as well as the debates held within the WHO Executive Council. The text also examines the state of global preparedness for future pandemics and how these processes are reflected in the decision-making spaces occupied by Brazil and Fiocruz, highlighting the challenges, opportunities and strategic implications for their role at the international level.*

**Resumen:** *El inicio del año se caracteriza por la reanudación e intensificación de debates, tanto antiguos como nuevos, en el ámbito de la salud global, el multilateralismo y la Organización Mundial de la Salud (OMS). Este período se inicia bajo una fuerte tensión política e institucional, con la confirmación de la retirada de Estados Unidos de la OMS, el agravamiento de la incertidumbre sobre la financiación de la Organización y las repercusiones directas en el panorama*

*sanitario mundial. Simultaneamente, avanza las complejas y aún inconclusas negociaciones relacionadas con el Acuerdo sobre Pandemias, en un contexto de crisis, decisiones y disputas superpuestas, lo que refuerza la sensación de que múltiples procesos críticos se están produciendo simultáneamente. A lo largo de este informe, se analizan los principales obstáculos en torno al Anexo sobre Acceso a Patógenos y Distribución de Beneficios, así como los debates mantenidos en el seno del Consejo Ejecutivo de la OMS. El texto también examina el estado de preparación global para futuras pandemias y cómo estos procesos se reflejan en los espacios de toma de decisiones ocupados por Brasil y Fiocruz, destacando los desafíos, las oportunidades y las implicaciones estratégicas para su papel en el ámbito internacional.*

**Palavras Chave:** Acordo de Pandemias, PABS, Missão de 100 dias, OMS, Conselho Executivo

## PABS e o Acordo de Pandemias

A continuidade das negociações sobre o Sistema de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS, sigla em inglês) ocorre em um momento de elevada densidade política, institucional e simbólica para a governança global da saúde. A Organização Mundial da Saúde (OMS) confirmou que a quinta reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental (IGWG) sobre o Acordo de Pandemias acontece entre 9 e 14 de fevereiro de 2026, na sede da OMS, em Genebra, em formato híbrido. Esta rodada acontece quando restam apenas doze dias formais de negociação até o prazo considerado absoluto de maio de 2026, quando a Assembleia Mundial da Saúde deverá receber um texto final do Anexo sobre PABS para apreciação e deliberação.

As negociações foram retomadas em Genebra em um contexto politicamente carregado. O reinício coincidiu com o primeiro aniversário do anúncio da retirada dos Estados Unidos da OMS, um marco simbólico da fragilização do multilateralismo em saúde. Em paralelo, observa-se a intensificação de acordos bilaterais firmados pelos Estados Unidos com países africanos, já somando quinze memorandos de entendimento, que trocam assistência técnica, apoio logístico e cooperação em cadeias de suprimentos por acesso a amostras de patógenos, dados genéticos e informações epidemiológicas. Esses acordos, frequentemente associados a interesses comerciais mais amplos, tensionam diretamente a lógica do PABS ao deslocarem o compartilhamento de patógenos do âmbito multilateral para arranjos assimétricos, negociados fora da governança da OMS.

Esse pano de fundo torna ainda mais complexa a tarefa do IGWG, responsável por operacionalizar os princípios estabelecidos no artigo 12 do Acordo de Pandemias, adotado pela Assembleia Mundial da Saúde em maio de 2025. Embora a adoção do Acordo tenha sido celebrada como uma vitória do multilateralismo em um ano marcado por retrações cooperativas, sua entrada em vigor permanece condicionada à conclusão de um Anexo sobre PABS. Essa foi uma solução incomum, mas fruto possível, no direito internacional, que suspende a efetividade do tratado até que seu componente mais sensível seja plenamente acordado.

No centro das negociações está uma tensão histórica ainda não resolvida: como assegurar o compartilhamento rápido, transparente e confiável de patógenos com potencial pandêmico e de suas informações de sequência genética, os quais são fundamentais para vigilância, avaliação de risco e desenvolvimento de vacinas, terapêuticos e diagnósticos, sem reproduzir as assimetrias observadas durante a pandemia de COVID-19, quando o acesso aos benefícios derivados desse conhecimento foi profundamente desigual?

Desde o início dos trabalhos do IGWG, em meados de 2025, essa clivagem tem estruturado

as posições dos diferentes blocos de países. Em agosto daquele ano, a submissão de dezessete propostas textuais por Estados-membros, refletindo as posições de cerca de cem países, já evidenciava divergências profundas quanto à natureza, ao alcance e ao grau de obrigatoriedade do futuro sistema de PABS. Países de baixa e média renda, organizados principalmente no Grupo da África e no Grupo pela Equidade (do qual o Brasil faz parte), têm defendido um modelo baseado em obrigações vinculantes de repartição de benefícios, incluindo acesso garantido e tempestivo a vacinas, terapêuticos e diagnósticos como contrapartida direta ao compartilhamento rápido de amostras e dados genéticos.

Esses países enfatizam a centralidade da transparência, da rastreabilidade e da previsibilidade, defendendo um papel robusto da OMS na administração do sistema e a supervisão por uma futura Conferência das Partes do Acordo de Pandemias. Nesse contexto, ganham destaque as propostas de incorporação de contratos padronizados (tanto para materiais biológicos quanto para informações de sequência digital), que são inspirados em experiências existentes, como o Marco de Preparação para Pandemias de Influenza (PIP). Para esses países, a contratualização não é um detalhe técnico, mas o principal mecanismo capaz de conferir segurança jurídica, capacidade de enforcement e equilíbrio de poder frente a atores privados globais.

Em contraste, países de alta renda seguem priorizando a proteção do ecossistema de inovação biomédica, defendendo o acesso aberto a dados de sequenciamento genético e compromissos flexíveis e predominantemente voluntários de repartição de benefícios. O argumento recorrente é que obrigações rígidas poderiam desincentivar investimentos, atrasar a pesquisa e comprometer a colaboração científica internacional, ainda fortemente concentrada no Norte Global. Essa posição desloca o debate da equidade estrutural para soluções ad hoc, dependentes da boa vontade corporativa.

As discussões recentes no IGWG têm se organizado em torno de três grandes eixos: escopo e definições, operacionalização do sistema e governança. Embora haja algum avanço pontual, especialmente na definição de patógenos com potencial pandêmico, permanecem em aberto questões centrais relativas à obrigatoriedade da repartição de benefícios, aos mecanismos jurídicos de implementação e à efetividade da governança proposta.

Essas tensões tornaram-se particularmente explícitas durante a quarta sessão do IGWG, realizada em dezembro de 2025. Na ocasião, cerca de oitenta países em desenvolvimento apresentaram propostas de contratos padronizados que estabeleceriam termos claros de uso para materiais biológicos e informações de sequência genética com potencial pandêmico, incluindo cláusulas sobre repartição justa e equitativa de benefícios. A reação da União Europeia foi marcada por forte resistência. O bloco europeu se opôs à abertura de negociações formais sobre esses contratos, insistindo em um modelo que substitui direitos internacionalmente reconhecidos por compromissos voluntários de boa vontade corporativa.

A posição europeia prevê que apenas alguns fabricantes farmacêuticos optem por firmar contratos com a OMS para disponibilizar até 20% de sua produção de vacinas, terapêuticos e diagnósticos em contextos de emergência pandêmica, sendo apenas 10% garantidos como doação. Mesmo esse compromisso limitado não seria condição prévia para o acesso a amostras ou dados, nem se aplicaria a todos os usuários do sistema. Na prática, a maioria dos atores que acessariam materiais e informações do PABS permaneceria isenta de qualquer obrigação de repartição de benefícios, inclusive quando obtivessem ganhos econômicos significativos. Esse assunto foi discutido amplamente em publicação do [Third World Network](#), que recomendamos a leitura (1).

Essa assimetria é agravada pela tentativa europeia de exigir que o Anexo do PABS seja

declarado consistente com a Convenção sobre Diversidade Biológica e o Protocolo de Nagoya, ao mesmo tempo em que se pleiteia a isenção ampla de materiais, dados e produtos farmacêuticos derivados do PABS dos regimes nacionais e regionais de acesso e repartição de benefícios. Trata-se de uma contradição jurídica e política profunda: rejeitam-se obrigações vinculantes no plano multilateral enquanto se busca esvaziar a autoridade regulatória dos Estados no plano doméstico, criando um vácuo normativo que amplia os riscos de biopirataria, inclusive em sua forma digital.

A resistência europeia também se estendeu a elementos estruturantes do sistema, como a criação de uma Rede Laboratorial Coordenada pela OMS e o reconhecimento de bases de dados de sequenciamento sujeitas à supervisão da futura Conferência das Partes. Ao questionar a necessidade desses mecanismos e rejeitar dispositivos de rastreabilidade e identificação de usuários, enfraquece-se a possibilidade de monitoramento, responsabilização e cumprimento efetivo das obrigações de repartição de benefícios.

Em contraste, os países em desenvolvimento reiteraram que contratos padronizados são prática corrente tanto na ciência quanto na indústria, como demonstram o próprio PIP e os acordos de acesso a dados utilizados por plataformas amplamente reconhecidas, como o GISAID. Para esses países, a ausência de contratos tornaria o Anexo do PABS incapaz de produzir efeitos jurídicos concretos sobre os usuários finais de materiais e informações, esvaziando sua função regulatória.

As divergências se aprofundaram também em torno das definições centrais do sistema. Propostas baseadas em listas dinâmicas de patógenos, sob controle exclusivo do Diretor-Geral da OMS, foram rejeitadas por diversas delegações por restringirem excessivamente a autonomia dos Estados. Da mesma forma, a tentativa de restringir a definição de fabricantes, excluindo desenvolvedores que detêm direitos de propriedade intelectual, foi percebida como uma estratégia para reduzir o alcance das obrigações de repartição de benefícios, em contraste com precedentes existentes.

No que se refere à operacionalização do PABS, persistem críticas contundentes à tentativa de separar temporalmente o acesso aos materiais e dados da repartição de benefícios. Países do Grupo da África e do Grupo pela Equidade reiteraram que a lógica do sistema deve ser simultânea e indissociável: não pode haver compartilhamento rápido sem garantias claras, antecipadas e executáveis de benefícios. A recusa em estabelecer a assinatura de contratos como pré-requisito para todos os usuários do sistema foi identificada como um dos principais pontos de fragilização do arranjo em negociação.

As propostas relativas às categorias de usuários e às modalidades de repartição de benefícios aprofundaram o descontentamento dos países em desenvolvimento. A distinção artificial entre fabricantes e desenvolvedores, o tratamento de licenças não exclusivas e transferência de tecnologia como opções discricionárias, a ausência de compromissos concretos durante emergências de saúde pública de importância internacional e a indefinição temporal sobre a entrega de benefícios foram amplamente criticadas. Particularmente sensível foi a tentativa de classificar o simples reconhecimento acadêmico como forma de repartição de benefícios, esvaziando o conceito de sua dimensão material e estrutural.

Por fim, as discussões sobre a criação e o papel do Grupo Consultivo do PABS evidenciaram novas fissuras quanto à governança do sistema. Enquanto alguns países defendem um órgão predominantemente técnico, subordinado ao Diretor-Geral da OMS, outros insistem na centralidade da futura Conferência das Partes, tanto na definição de mandatos quanto na supervisão

política e normativa das recomendações produzidas.

Nesse cenário, as premissas para a próxima reunião do IGWG são marcadas por um paradoxo evidente. Há consciência crescente de que o tempo se esgota e de que algum grau de compromisso será necessário para cumprir o mandato conferido pela Assembleia Mundial da Saúde. Ao mesmo tempo, persistem divergências estruturais profundas sobre o modelo de PABS que se pretende construir. Ganha força, assim, a possibilidade de que apenas parte dos elementos do sistema seja acordada até maio de 2026, com temas centrais (como financiamento, obrigações vinculantes e mecanismos de enforcement) sendo postergados para uma futura Conferência das Partes.

Esse adiamento não é neutro. Ao ocorrer em paralelo à fragmentação da cooperação internacional e à proliferação de acordos bilaterais assimétricos, ele pode comprometer a credibilidade e a efetividade do próprio Acordo de Pandemias. A reunião de fevereiro de 2026, portanto, não é apenas mais uma etapa técnica, mas um teste político decisivo sobre a capacidade do multilateralismo em saúde de enfrentar desigualdades estruturais e de construir um sistema de preparação e resposta a pandemias que seja, de fato, mais justo, previsível e solidário.

## Missão de 100 dias: estamos mais preparados?

Em paralelo às negociações do Acordo Pandêmico e de seu Anexo sobre PABS, outro eixo central da agenda global de preparação para pandemias voltou ao centro do debate internacional com o lançamento, em Paris, do Quinto Relatório de Implementação da Missão dos 100 Dias. O relatório, divulgado pelo International Pandemic Preparedness Secretariat (IPPS), traz uma avaliação crítica do estado atual da prontidão global para desenvolver, aprovar e disponibilizar diagnósticos, terapêuticos e vacinas em até 100 dias após a identificação de uma ameaça pandêmica (2).

A Missão dos 100 Dias surgiu no contexto pós-COVID-19 como uma ambição política e técnica para romper com os atrasos observados na resposta à pandemia, quando vacinas, testes e tratamentos chegaram tardiamente — e de forma profundamente desigual — à maior parte do mundo. Seu objetivo é assegurar que, diante de uma nova ameaça pandêmica, existam capacidades científicas, regulatórias, industriais e logísticas suficientes para acelerar o ciclo completo de inovação, do laboratório à escala produtiva, em um prazo drasticamente reduzido, sem repetir as assimetrias de acesso observadas entre países e regiões.

O relatório lançado em janeiro de 2026, no entanto, alerta que essa ambição está hoje sob forte risco. Segundo o relatório (2), a preparação global para pandemias tornou-se “crescentemente frágil em um contexto de aumento dos riscos geopolíticos e de biossegurança”. O documento identifica uma combinação de fatores estruturais que comprometem a viabilidade do objetivo dos 100 dias: queda contínua do investimento em pesquisa e desenvolvimento de contramedidas pandêmicas, forte dependência de um número reduzido de financiadores, concentração excessiva dos pipelines de inovação em estágios iniciais e avanços lentos nos sistemas habilitadores, como regulação, ensaios clínicos, compartilhamento de dados e coordenação produtiva.

O relatório é particularmente enfático ao apontar que os cortes significativos em orçamentos globais de saúde e pesquisa ao longo de 2025 expuseram vulnerabilidades profundas do ecossistema de preparação. Programas foram encerrados, cadeias de desenvolvimento foram interrompidas e a fragilidade dos modelos de financiamento tornou-se evidente, especialmente no campo dos terapêuticos, considerado hoje o elo mais fraco da tríade diagnósticos–vacinas–tratamentos.

Essas fragilidades não são abstratas. Associa-se diretamente a eventos recentes, como os surtos de mpox, que apesar de não mais uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional pela OMS, continua como emergência continental na África, o risco contínuo de spillover zoonótico do H5N1 e os surtos de Ebola, Marburg, Febre do Vale do Rift, Chikungunya e sarampo. Esses episódios expuseram falhas persistentes na detecção precoce, na coordenação internacional e, sobretudo, no acesso equitativo às contramedidas médicas.

Um elemento inovador do Quinto Relatório é a inclusão, pela primeira vez, de uma análise aprofundada das capacidades de preparação e resposta a pandemias no continente africano. Atendendo a demandas históricas de países de baixa e média renda, o Scorecard da Missão dos 100 Dias passa a avaliar de forma mais granular capacidades em ensaios clínicos, sistemas laboratoriais, marcos regulatórios e produção. Embora reconheça pressões significativas, o relatório destaca avanços importantes, como o fortalecimento regulatório e o crescimento da capacidade manufatureira em alguns países, citando Ruanda como exemplo de integração da Missão dos 100 Dias aos planos nacionais de preparação.

Nesse contexto, 2026 é identificado como um ano decisivo. Com a preparação para a Reunião de Alto Nível da ONU sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias, o relatório define quatro prioridades estratégicas: operacionalizar a Coalizão para o Desenvolvimento de Terapêuticos, fortalecer a coordenação do ecossistema de diagnósticos, sustentar investimentos em vacinas com maior alinhamento entre Dx, Vx e Tx, e definir um mecanismo sustentável de monitoramento da preparação pandêmica no longo prazo.

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) participou diretamente da construção do Quinto Relatório de Implementação da Missão dos 100 Dias, contribuindo como uma das fontes de informação sobre capacidades científicas, produtivas e institucionais no Sul Global, especialmente no campo de vacinas, biotecnologia e fortalecimento regional. Essa participação reforça o reconhecimento internacional do papel da Fiocruz como ator estratégico na agenda de preparação e resposta a pandemias, articulando ciência, produção, sistemas de saúde e equidade.

O presidente da Fiocruz, Mario Moreira, esteve presente no evento de lançamento do relatório, realizado no PariSanté Campus, em Paris, integrando um painel dedicado ao tema “Transformar inovação em impacto: avançar a equidade em vacinas”. Em sua intervenção, Moreira situou o debate sobre a Missão dos 100 Dias em um contexto mais amplo de transformações simultâneas nos campos da ciência, da política, do financiamento e da governança global da saúde, ressaltando que as iniquidades em saúde não são abstratas, mas profundamente enraizadas em determinantes sociais, doenças negligenciadas e modelos de inovação orientados pelo mercado.

Ao abordar a recém-criada Coalizão Global para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo — estabelecida pelos Ministros da Saúde do G20 em 2024 — Moreira destacou que a iniciativa parte do reconhecimento de que o acesso equitativo exige ação coordenada e sistêmica, e não esforços fragmentados. Ressaltou que a Coalizão foi desenhada com uma governança inclusiva, envolvendo países fundadores, entidades regionais e uma secretaria executiva, e que seu objetivo central é garantir que produtores regionais tenham agência real, não apenas como locais de manufatura, mas como parceiros estratégicos capazes de influenciar prioridades, decisões de investimento e trajetórias de inovação.

Enfatizou ainda que evitar a fragmentação e assegurar a sustentabilidade econômica e institucional dos polos produtivos regionais são preocupações centrais. Para isso, a Coalizão adota uma abordagem pragmática, baseada em projetos concretos, já em produção ou em estágios avançados de desenvolvimento, capazes de demonstrar viabilidade e gerar evidências para

futuras escalas de expansão.

Ao tratar da integração entre diagnósticos, vacinas e terapêuticos, o Presidente argumentou que o maior impacto dessa abordagem integrada está no fortalecimento do ecossistema de inovação em saúde como um todo. Segundo ele, a construção de capacidades industriais, regulatórias e de qualidade em qualquer um desses segmentos fortalece os demais, criando um continuum produtivo e tecnológico mais resiliente. Essa integração, destacou, também traz ganhos operacionais claros, desde o uso compartilhado de cadeias de frio e logística até o fortalecimento de sistemas regulatórios e a redução de gargalos.

Por fim, ao abordar como incorporar acesso e equidade nas atividades de desenvolvimento de vacinas, sublinhou-se que esses princípios precisam estar presentes desde a fase de concepção, e não apenas na etapa de entrega. Ele destacou que, no caso da Fiocruz, acesso e equidade fazem parte do mandato institucional, ancorado no Sistema Único de Saúde (SUS). Isso se traduz em parcerias que incorporam, desde o início, compromissos com preços acessíveis, produção local ou regional, transferência voluntária de tecnologia e fortalecimento de capacidades humanas e institucionais. A experiência de Bio-Manguinhos, desde a década de 1970, e o papel da Fiocruz como hub de tecnologia de mRNA foram citados como exemplos de uma estratégia que combina inovação, autonomia tecnológica e cooperação Sul-Sul.

Esse conjunto de mensagens dialoga diretamente com as conclusões do Quinto Relatório da Missão dos 100 Dias. Se, por um lado, o documento alerta para a fragilidade crescente da preparação global, por outro, aponta que a construção de sistemas integrados, distribuídos e cooperativos, com protagonismo regional e compromisso com a equidade, são condições indispensáveis para transformar a ambição dos 100 dias em uma capacidade real, sustentável e justa.

## **Resolução sobre Saúde das Populações Indígenas e seu plano de ação**

Outro desenvolvimento relevante na agenda multilateral de saúde global diz respeito à elaboração do Plano Global de Ação para a Saúde dos Povos Indígenas (3), atualmente em discussão no âmbito da Organização Mundial da Saúde. Trata-se de um processo político e normativo de grande densidade, que dialoga diretamente com debates mais amplos sobre equidade, direitos humanos, determinantes sociais da saúde, colonialidade e os limites dos modelos universais de formulação de políticas globais.

A iniciativa tem origem na Assembleia Mundial da Saúde de 2023, quando foi adotada a resolução WHA76.16 sobre a saúde dos povos indígenas. O Brasil teve papel central nesse processo, tendo sido o principal proponente da resolução, articulando apoio político entre diferentes regiões e consolidando o tema como uma prioridade da agenda da OMS. A resolução reconhece explicitamente que os povos indígenas têm direito ao mais alto padrão possível de saúde física e mental e chama atenção para as profundas e persistentes desigualdades que afetam essas populações em múltiplas dimensões.

O texto da resolução se ancora em evidências acumuladas por organismos das Nações Unidas, que apontam que povos indígenas apresentam, em média, menor expectativa de vida, maior dificuldade de acesso a serviços de saúde e exposição desproporcional a determinantes adversos, como pobreza, moradia precária, violência, racismo, discriminação, deficiência, poluição ambiental, insegurança alimentar, falta de acesso à educação, proteção social, água e saneamento, além de vulnerabilidade acentuada aos impactos das mudanças climáticas e de

emergências ambientais e sanitárias.

Estima-se que os povos indígenas representem cerca de 6% da população mundial (aproximadamente 476 milhões de pessoas) distribuídas em mais de 5.000 grupos distintos, em cerca de 90 países. Essa diversidade implica realidades sociais, culturais, ambientais e epidemiológicas profundamente heterogêneas. Para muitos povos indígenas, saúde é concebida de forma holística, como um equilíbrio integrado entre dimensões físicas, mentais, espirituais, culturais, sociais e ambientais, uma visão que frequentemente entra em tensão com modelos biomédicos convencionais e sistemas de saúde pouco sensíveis à interculturalidade.

A resolução WHA76.16 solicitou ao Diretor-Geral da OMS o desenvolvimento de um Plano Global de Ação para a Saúde dos Povos Indígenas, a ser submetido à consideração da Assembleia Mundial da Saúde, por meio do Conselho Executivo. Desde então, a Secretaria da OMS vem conduzindo um processo gradual de elaboração do plano, em consulta com Estados Membros, representações de povos indígenas, agências do sistema ONU, academia, sociedade civil e outros atores relevantes.

Entre 2024 e 2025, a Secretaria, em colaboração com especialistas, realizou uma ampla revisão da literatura sobre a saúde dos povos indígenas, com o objetivo de construir uma base de evidências robusta e global. Os resultados preliminares foram apresentados em fóruns especializados, incluindo o Mecanismo de Especialistas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, e subsidiaram tanto o draft do plano quanto um documento de contexto que sintetiza desigualdades em saúde, níveis de acesso aos serviços e determinantes sociais e estruturais.

Em 2025, foi elaborado um primeiro rascunho completo do Plano Global de Ação (3), submetido a uma rodada ampla de contribuições escritas. O processo de consulta teve participação significativa: até novembro de 2025, mais de uma centena de submissões haviam sido recebidas, incluindo contribuições de Estados, organizações indígenas, entidades multilaterais, academia e sociedade civil. O desenho do plano reflete a ambição de funcionar como um marco orientador global, adaptável aos contextos nacionais, reconhecendo que o peso demográfico e político dos povos indígenas varia enormemente entre países e regiões.

O draft do Plano Global de Ação está estruturado em torno de cinco áreas prioritárias. A primeira diz respeito à produção de evidências sobre a saúde dos povos indígenas, reconhecendo a escassez histórica de dados desagregados e culturalmente sensíveis. A segunda trata da garantia de serviços de saúde disponíveis, acessíveis, aceitáveis e de qualidade, enfrentando barreiras geográficas, culturais, linguísticas e institucionais. A terceira enfatiza a participação efetiva dos povos indígenas na tomada de decisões em saúde, por meio de representantes escolhidos segundo seus próprios procedimentos. A quarta prioriza abordagens interculturais e o reconhecimento dos conhecimentos indígenas e das medicinas tradicionais como componentes legítimos da cobertura universal de saúde. A quinta aborda os impactos da mudança do clima, da perda de biodiversidade, da poluição e da degradação ambiental sobre a saúde indígena, articulando saúde, meios de subsistência sustentáveis e resiliência comunitária.

Um elemento central do draft é a adoção do princípio do consentimento livre, prévio e informado como eixo transversal do plano, em consonância com a resolução WHA76.16 e com a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. O plano propõe uma abordagem holística, baseada em direitos humanos, equidade de gênero e reconhecimento dos saberes indígenas, além de enfrentar formas múltiplas e interseccionais de discriminação ao longo do curso de vida, com forte ancoragem na atenção primária à saúde.

Apesar dos avanços conceituais, o processo tem enfrentado desafios importantes. Limitações

orçamentárias, dificuldades logísticas, barreiras linguísticas e a necessidade de modalidades de consulta culturalmente apropriadas restringiram a capacidade da Secretaria de realizar consultas presenciais amplas. Diante disso, o Conselho Executivo da OMS decidiu postergar em um ano a submissão final do Plano Global de Ação à Assembleia Mundial da Saúde, adiando sua consideração para maio de 2027.

A decisão foi apresentada como uma escolha deliberada por legitimidade e inclusão, em detrimento da velocidade. Delegações de diferentes regiões destacaram que um plano construído sem assegurar plenamente o consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas correria o risco de perder credibilidade e efetividade. Países africanos enfatizaram a necessidade de mecanismos de consulta adaptados às realidades culturais e linguísticas locais.

O Brasil teve atuação destacada nesse debate, reforçando a posição do Grupo Africano ao alertar para os riscos de consultas conduzidas exclusivamente por meios digitais. A delegação brasileira chamou atenção para as desigualdades de acesso à conectividade e para o risco de silenciamento de vozes indígenas em processos excessivamente tecnocráticos, defendendo modalidades de participação mais inclusivas e territorializadas (3).

Organizações da sociedade civil e atores humanitários também apoiaram o adiamento, ressaltando que o tempo adicional deve ser usado para fortalecer a participação social e a liderança indígena, bem como para promover um diálogo mais profundo entre sistemas de saúde ocidentais e práticas tradicionais. A valorização das medicinas indígenas e dos saberes locais foi apontada como condição essencial para uma abordagem verdadeiramente holística da saúde.

Ao mesmo tempo, o debate revelou tensões políticas profundas. A intervenção da Indonésia, questionando a aplicabilidade do conceito de “povos indígenas” em seu contexto nacional, expôs disputas históricas ligadas à identidade, colonialismo, território e soberania. Essa posição tem implicações diretas para conflitos contemporâneos envolvendo terra, desmatamento e impactos sanitários de grandes projetos econômicos, fenômeno que também afeta comunidades indígenas na África e na Amazônia latino-americana.

Esse conjunto de debates evidencia a complexidade de se construir uma estratégia global para a saúde dos povos indígenas que seja, ao mesmo tempo, normativa, operacional e politicamente legítima. O processo em curso na OMS ilustra os limites e as possibilidades do multilateralismo em lidar com populações historicamente marginalizadas, cujas demandas desafiam modelos universais e exigem abordagens sensíveis à diversidade, ao território e à autodeterminação. A postergação do plano, longe de representar um retrocesso automático, coloca no centro da agenda a pergunta crucial sobre como transformar compromissos globais em políticas que respeitem, de fato, os direitos, os saberes e as prioridades dos povos indígenas.

## Principais temas do Conselho Executivo da OMS

A 158ª sessão do Conselho Executivo da Organização Mundial da Saúde (Executive board ou EB, inglês), realizada entre 2 e 7 de fevereiro de 2026, consolidou-se como um dos encontros mais densos do ponto de vista estratégico desde o início do atual ciclo de reformas da organização. A reunião teve início em um contexto marcado por deliberações particularmente difíceis no Comitê de Programa, Orçamento e Administração (PBAC), que se reuniu entre 28 e 31 de janeiro. Nesse cenário, a OMS se vê pressionada por uma grave restrição financeira e por uma realidade geopolítica complexa, com impactos diretos sobre a saúde global. Ao mesmo tempo,

os Estados Unidos continuam a deixar um espaço que ainda não foi ocupado.

Em um cenário marcado por restrições financeiras, erosão da confiança no multilateralismo e sobreposição de crises sanitárias, climáticas e humanitárias, o Conselho funcionou menos como um espaço meramente procedimental e mais como uma arena de redefinição de prioridades centrais da ação da OMS. A instituição enfrenta desafios evidentes e muito dependerá de se, e de como, os Estados-membros conseguirão conduzir a organização para fora dessa crise.

As falas de abertura e encerramento do Diretor-Geral, Tedros Adhanom Ghebreyesus (4), funcionaram menos como um balanço administrativo e mais como um esforço deliberado de enquadramento político, ao afirmar continuidade, relevância e autoridade institucional em um contexto marcado por fragmentação, retração de financiamento, tensões geopolíticas e questionamentos crescentes à legitimidade do multilateralismo.

Ao caracterizar 2025 como um ano de “contrastes extremos”, Tedros buscou sustentar uma narrativa de resiliência institucional. De um lado, destacou avanços normativos e políticos considerados históricos, incluindo a adoção do Acordo de Pandemias, a entrada em vigor das emendas ao Regulamento Sanitário Internacional, o aumento progressivo das contribuições obrigatórias e a declaração política da ONU sobre Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e saúde mental. De outro, reconheceu abertamente que a Organização atravessou um dos períodos mais difíceis de sua história recente, com cortes abruptos de financiamento, redução do quadro de pessoal e impactos diretos da retração da ajuda bilateral sobre sistemas de saúde nacionais.

Essa tensão entre ambição normativa e fragilidade material atravessou todo o discurso e ajuda a compreender o tom do EB. A insistência em que a Organização “pertence aos Estados Membros” não foi apenas retórica institucional, mas resposta direta a um cenário em que alguns países anunciam retirada formal, outros mantêm vínculos seletivos, e cresce o recurso a arranjos paralelos, regionais ou bilaterais, à margem da OMS. Nesse contexto, o EB aparece como um espaço simultaneamente técnico e político, onde se negociam não apenas prioridades programáticas, mas os próprios contornos da autoridade da Organização.

Tedros estruturou sua intervenção em torno do GPW 14 e de seus “cinco Ps”, detalhando uma impressionante lista de entregas em promoção da saúde, cobertura universal, acesso a medicamentos, resposta a emergências e transformação institucional. No entanto, por trás desse inventário de resultados, emergiu um argumento central: a OMS segue entregando apesar das restrições, mas o faz em condições cada vez mais assimétricas e instáveis. A recorrente menção a “pockets of poverty” dentro do orçamento, à dependência persistente de contribuições voluntárias altamente carimbadas e à dificuldade de financiar áreas críticas como preparação para emergências, Resistência Antimicrobiana e determinantes sociais da saúde evidencia os limites estruturais do modelo atual.

É nesse ponto que o discurso se conecta diretamente às discussões mais sensíveis do EB. A defesa enfática do aumento das contribuições obrigatórias não é apenas uma questão financeira, mas uma aposta política na independência normativa da OMS. Quando Tedros fala em “não dependência de um punhado de doadores” e em liberdade para “dizer o que a evidência diz, sem medo ou favor”, ele responde tanto à volatilidade do financiamento quanto às pressões políticas explícitas que atravessam a Organização, inclusive no contexto das retiradas anunciadas e das disputas em torno do cumprimento de obrigações financeiras por alguns Estados.

Ao mesmo tempo, o Diretor-Geral reconheceu que a crise abriu espaço para uma OMS “mais enxuta”, mais focada em seu mandato central e em sua vantagem comparativa. Essa narrativa de racionalização e foco dialoga diretamente com os debates do EB sobre reforma da governança, priorização de agendas e redefinição do papel da Organização dentro de um ecossistema

global de saúde cada vez mais fragmentado. A proposta de iniciar um processo conjunto de reflexão sobre a arquitetura global da saúde, ou “ecossistema”, reforça a percepção de que o multilateralismo clássico já não dá conta, sozinho, das múltiplas camadas de atores, interesses e instrumentos hoje em jogo.

Ainda assim, o discurso evitou enfrentar frontalmente algumas das tensões mais visíveis no próprio EB, como as disputas entre soberania estatal e bens públicos globais, ou as assimetrias de poder que moldam quem define prioridades, quem financia e quem decide. Tampouco abordou de forma direta os desafios colocados pela ampliação de demandas por participação de atores não estatais nos processos decisórios da OMS, tema que atravessa outras agendas do Board, como o Plano de Ação Global e os debates sobre participação, custos de engajamento e mecanismos como o ECO.

Nesse sentido, o Executive Board se apresentou como um espaço paradoxal. De um lado, reafirmou-se como fórum central de coordenação e orientação estratégica da OMS, capaz de produzir consensos mínimos mesmo em um ambiente politicamente carregado. De outro, expôs as fraturas de um sistema em que Estados reafirmam soberania seletivamente, a legitimidade do multilateralismo é constantemente negociada, e a inclusão de novos sujeitos políticos, que desafia modelos tradicionais de governança internacional.

Para além da agenda sobre povos indígenas mencionada em nosso informe, a sessão evidenciou uma tentativa clara de recentrar a organização em funções consideradas “estruturantes” dos sistemas de saúde, com destaque para a adoção consensual do draft da Estratégia Global para o Cuidado Integrado em Emergência, Atenção Crítica e Cirúrgica (Integrated Emergency, Critical and Operative Care – ECO), para o período de 2026 a 2035. O ECO emergiu não apenas como mais uma estratégia setorial, mas como um eixo transversal capaz de articular cobertura universal de saúde, preparação e resposta a emergências, resiliência climática e proteção social (5).

A centralidade conferida ao ECO reflete um diagnóstico amplamente compartilhado no Conselho: os sistemas de saúde seguem profundamente fragmentados, hospitalocêntricos e desiguais, incapazes de responder de forma contínua e integrada às necessidades da população ao longo do curso de vida. Serviços de emergência, atenção crítica e cirurgia, embora respondam a uma parcela significativa da carga global de mortalidade e incapacidade, permanecem historicamente invisibilizados nas agendas de UHC, subfinanciados e tratados como componentes especializados, e não como funções essenciais do sistema.

A estratégia ECO propõe uma ruptura explícita com essa lógica ao definir emergência, atenção crítica e cuidado cirúrgico como um continuum interdependente, que deve ser planejado, financiado e governado de forma integrada, com forte ancoragem na atenção primária à saúde. Nesse modelo, a atenção primária deixa de ser apenas a “porta de entrada” do sistema e passa a desempenhar funções centrais de reconhecimento precoce de agravos, ativação do sistema, coordenação do cuidado, encaminhamento oportuno e continuidade assistencial. O Conselho foi enfático ao reconhecer que não há emergência bem respondida quando o primeiro ponto de contato com o sistema é frágil, desarticulado ou inacessível.

No campo da cobertura universal de saúde, o ECO tensiona diretamente abordagens restritas de definição de pacotes de serviços. A estratégia afirma que pacotes de UHC que excluem serviços essenciais de emergência, atenção crítica e cirurgia comprometem a efetividade de todo o sistema, ampliam desigualdades e expõem indivíduos e famílias a gastos catastróficos. Ao trazer dados sobre mortalidade evitável, anos de vida perdidos e impacto econômico associado à ausência de ECO, o documento reforça que o investimento nesses serviços não é apenas clinicamente necessário, mas também altamente custo-efetivo e amplificador do impacto de

outras intervenções em saúde.

Outro destaque central do Conselho foi a crise global da força de trabalho em saúde, tratada de forma transversal às discussões sobre o ECO. A estratégia explícita que sua implementação depende de um planejamento integrado da força de trabalho, com formação específica para profissionais da atenção primária, serviços pré-hospitalares, enfermagem, cuidados críticos, cirurgia essencial e gestão em saúde. O debate no Conselho deixou claro que ampliar o número de profissionais, por si só, é insuficiente sem enfrentar problemas estruturais de distribuição, condições de trabalho, segurança, proteção psicossocial e retenção, especialmente em contextos de alta vulnerabilidade e emergência permanente.

O ECO também amplia o debate sobre o papel das comunidades e da sociedade no funcionamento dos sistemas de saúde. A estratégia reconhece explicitamente o papel de leigos treinados, primeiros respondedores comunitários e agentes comunitários de saúde na redução da mortalidade e no acesso oportuno ao cuidado. O Conselho destacou que empoderar comunidades, por meio de educação em primeiros socorros, reconhecimento precoce de sinais de gravidade e participação em processos de planejamento, não é um elemento periférico, mas parte constitutiva de sistemas de saúde resilientes e equitativos.

No campo da tecnologia e da inovação, a sessão evidenciou tanto expectativas quanto tensões. Soluções digitais, telemedicina, sistemas de informação interoperáveis, inteligência artificial e genômica foram frequentemente apresentadas como instrumentos para ampliar acesso e melhorar a qualidade do cuidado. No entanto, o debate revelou uma clivagem clara entre contextos de alta e baixa disponibilidade de recursos. Delegações alertaram que uma agenda excessivamente orientada para tecnologias avançadas, sem considerar infraestrutura básica, regulação, interoperabilidade e financiamento sustentável, pode aprofundar desigualdades. Nesse sentido, o ECO propõe uma abordagem pragmática, enfatizando tecnologias apropriadas, escaláveis e integradas aos modelos de cuidado existentes.

A dimensão da governança e do financiamento atravessou toda a discussão. O ECO demanda que os países incorporem explicitamente esses serviços em políticas nacionais, planos estratégicos de saúde, marcos regulatórios e mecanismos de financiamento público. O Conselho reconheceu que a fragmentação dos fluxos de financiamento, frequentemente organizados por doenças ou programas verticais, constitui um dos principais entraves à integração do cuidado. A estratégia, ao propor planejamento integrado, desafia diretamente modelos tradicionais de cooperação e financiamento em saúde global.

A sessão também evidenciou a crescente intersecção entre a agenda de sistemas de saúde e a de emergências sanitárias, desastres e conflitos. O ECO foi apresentado como um componente central da capacidade de resposta a surtos, pandemias, eventos climáticos extremos e crises humanitárias, dialogando diretamente com o Acordo de Pandemias da OMS e a revisão do Regulamento Sanitário Internacional. A lógica é clara: sistemas frágeis no cotidiano colapsam nas crises, enquanto sistemas integrados e orientados pela atenção primária conseguem escalar, adaptar-se e proteger populações vulneráveis.

Por fim, o Conselho Executivo revelou também os limites políticos dessa agenda ambiciosa. O adiamento da estratégia global para transplantes de órgãos, diante de impasses éticos e legais, ilustrou a dificuldade de avançar em áreas sensíveis sem enfrentar assimetrias normativas profundas. De forma mais ampla, o EB158 expôs a tensão entre a necessidade de respostas sistêmicas e a realidade de recursos escassos, interesses divergentes e crescente fragmentação da governança global da saúde.

Nesse contexto, o ECO emerge como uma espécie de “teste de coerência” da agenda global: sua implementação exigirá não apenas consenso técnico, mas escolhas políticas explícitas sobre financiamento público, equidade, papel do Estado, proteção da força de trabalho e centralidade da atenção primária. O Conselho Executivo deu um sinal claro de direção; o desafio agora será transformar essa orientação estratégica em compromissos concretos, mensuráveis e sustentáveis nos níveis nacional, regional e global.

## Primeiro EUA, depois Argentina

A decisão dos Estados Unidos de concluir formalmente seu processo de retirada da Organização Mundial da Saúde, anunciada exatamente um ano após a assinatura da ordem executiva presidencial em 20 de janeiro de 2026, não é apenas um gesto administrativo. O simbolismo do prazo, que coincide com o primeiro ano de mandato de Donald Trump, revela que a saída da OMS foi concebida desde o início como um ato político estruturante da política externa e de saúde global do novo governo.

Do ponto de vista jurídico, a controvérsia em torno da validade da retirada expõe uma fragilidade histórica da governança global da saúde. A Constituição da OMS, deliberadamente, não prevê cláusulas de saída, ancorada em uma concepção de universalidade como princípio essencial da cooperação sanitária internacional. A exceção estadunidense, inscrita no ato de ratificação de 1948, reafirma a assimetria estrutural entre Estados no sistema multilateral: apenas um país preservou para si o direito explícito de retirada, condicionado, ainda assim, ao cumprimento integral de suas obrigações financeiras. O não pagamento das contribuições de 2024 e 2025 transforma a saída dos EUA em um processo juridicamente incompleto e politicamente conflitivo, deslocando o debate do campo técnico para uma arena de disputa simbólica sobre autoridade, legitimidade e soberania.

A tentativa da Argentina de seguir o mesmo caminho, por sua vez, opera em outro registro. Diferentemente dos Estados Unidos, não há qualquer base constitucional que sustente juridicamente sua retirada. O gesto argentino é sobretudo performático e ideológico, alinhado a uma retórica de rejeição ao multilateralismo e à experiência pandêmica, mas com impactos financeiros limitados. Ainda assim, o episódio é relevante porque normaliza a ideia de abandono seletivo da governança global da saúde, abrindo precedentes políticos mesmo quando os fundamentos legais são frágeis. No entanto, o posicionamento argentino ao mesmo tempo em que declara sua intenção de se retirar, o país reafirma publicamente que continuará cumprindo integralmente o Regulamento Sanitário Internacional, notificando a OMS sobre eventos de potencial epidêmico.

Essa posição explicita uma contradição estrutural que atravessa o debate atual: a tentativa de separar as obrigações normativas globais, em especial aquelas relacionadas à segurança sanitária internacional, dos espaços institucionais multilaterais que lhes conferem legitimidade, coordenação e capacidade operacional. Ao insistir que “não ficará isolada do mundo” e que “pandemias não conhecem fronteiras”, a Argentina reconhece, na prática, que não existe alternativa funcional ao arcabouço normativo da OMS. A retirada, nesse sentido, assume contornos predominantemente simbólicos, voltados ao consumo político doméstico, sem oferecer uma estratégia viável de substituição institucional.

Em conjunto, esses movimentos aprofundam uma crise já em curso na OMS. A saída do maior financiador histórico da organização não apenas gera um déficit orçamentário imediato, como impõe uma reordenação forçada de prioridades, com efeitos diretos sobre a capacidade normativa, técnica e operacional da agência. A suspensão ou adiamento de novas resoluções,

estratégias e planos de ação durante o Conselho Executivo evidencia que a crise financeira não é abstrata: ela se traduz em paralisia decisória, competição entre agendas legítimas e maior dependência de escolhas políticas sobre o que deve ou não ser priorizado.

Essa crise também revela uma inflexão mais profunda na geopolítica da saúde global. A retirada dos EUA sinaliza uma transição de um modelo multilateral imperfeito, porém universalista, para uma lógica de cooperação fragmentada, bilateral e orientada por interesses nacionais imediatos. A aposta em acordos diretos, “results-driven”, desloca o eixo da saúde global da construção de bens públicos globais para arranjos transacionais, com riscos claros de aprofundamento das desigualdades, enfraquecimento da coordenação internacional e erosão da capacidade de resposta coletiva a emergências transfronteiriças.

É nesse vazio que o Sul Global ganha centralidade política renovada. Ao contrário do discurso de retração, a maior parte dos países da África, da Ásia e da América Latina reafirmou, no Conselho Executivo, o valor estratégico da OMS como espaço de coordenação, produção normativa e solidariedade sanitária. A defesa da universalidade da organização, feita inclusive por países com recursos limitados, não é apenas normativa: reflete a compreensão de que, sem um centro multilateral forte, esses países ficam mais expostos a assimetrias de poder, dependência tecnológica e vulnerabilidade sanitária.

A América ocupa uma posição particularmente ambígua nesse contexto. A coexistência entre OMS e Organização Panamericana de Saúde (OPAS) cria uma arquitetura regional singular, que pode funcionar tanto como amortecedor institucional quanto como rota de fuga política. A OPAS ocupa uma posição singular no sistema internacional: é simultaneamente um organismo regional autônomo, com orçamento e governança próprios, e o escritório regional da OMS para as Américas. Essa condição híbrida cria a possibilidade inédita de um “desacoplamento parcial” entre o nível global e o regional, permitindo que países mantenham vínculos técnicos, normativos e operacionais no âmbito regional enquanto se afastam da organização global. Trata-se de uma anomalia institucional com implicações profundas. A decisão da Argentina de permanecer na OPAS, mesmo declarando sua saída da OMS, explicita essa ambiguidade. Embora juridicamente possível, essa separação enfraquece a coerência do sistema regional e pode transformar a OPAS em um espaço tensionado entre lealdade multilateral e acomodações políticas nacionais. O mesmo para os EUA, que embora permaneçam formalmente na OPAS, acumulam contribuições em atraso significativas e têm adotado cortes unilaterais em financiamentos, além de priorizar acordos bilaterais e parcerias por resultado. Esse modelo, apresentado como alternativa ao multilateralismo, fragmenta a ação coletiva, reduz transparência e subordina a cooperação sanitária a interesses estratégicos de curto prazo. A incerteza sobre o financiamento futuro da OPAS, somada à possibilidade de manutenção de vínculos institucionais sem compromisso financeiro estável, compromete a capacidade da organização de exercer liderança técnica e planejar respostas regionais de longo prazo.

Nesse cenário, o Brasil emerge como ator-chave, não apenas pelo seu peso demográfico e econômico, mas por sua trajetória histórica de defesa do multilateralismo em saúde. O país combina capacidade técnica, tradição diplomática e legitimidade política no diálogo Sul-Sul, além de uma inserção estratégica nos debates sobre sistemas de saúde universais, preparação para emergências e produção regional de tecnologias em saúde. Em um momento em que grandes potências se afastam ou instrumentalizam a governança global, o Brasil tem a possibilidade — e a responsabilidade — de atuar como estabilizador político, articulador regional e defensor de uma OMS reformada, mas preservada em seu caráter universal.

A relevância do Brasil reside na capacidade de contribuir para uma agenda de reforma que não seja capturada por narrativas de deslegitimação. Isso inclui fortalecer a OMS como espaço

de coordenação técnica independente, ampliar a voz do Sul Global nos processos decisórios, defender previsibilidade financeira baseada em contribuições obrigatórias e resistir à fragmentação da cooperação internacional em saúde.

Em última instância, a saída dos Estados Unidos e a da Argentina não representam apenas um desafio conjuntural para a OMS. Elas colocam em disputa o próprio sentido da saúde global: se continuará sendo tratada como um bem público global, baseado em solidariedade, regras comuns e responsabilidade compartilhada, ou se será reduzida a um campo de barganhas bilaterais, hierarquias geopolíticas e respostas desiguais a riscos comuns.

## Referências

1. Third World Network. WHO: Europe continues to defy emerging consensus on PABS [Internet]. Twn.my. 2025. Disponível em: <https://twn.my/title2/health.info/2025/hi251202.html>. Acesso em 07 fev. 2026.
2. IPPS.Fifth Implementation Report – IPPS [Internet]. Ippsecretariat.org. 2026. Disponível em: <https://ippsecretariat.org/publication/fifth-implementation-report/>. Acesso em 07 fev. 2026.
3. WHO. Draft global plan of action for the health of Indigenous Peoples [Internet]. Disponível em: [https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf\\_files/EB158/B158\\_29-en.pdf](https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/EB158/B158_29-en.pdf). Acesso em 07 fev. 2026.
4. WHO. WHO Director-General’s opening remarks at the 158th session of the Executive Board – 2 February 2026 [Internet]. Who.int. 2026. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/speeches/item/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-158th-session-of-the-executive-board-2-february-2026>. Acesso em 07 fev. 2026
5. WHO. Universal health coverage Draft global strategy for integrated emergency, critical and operative care, 2026-2035 Report by the Director-General. Disponível em: <https://apps.who.int/gb/>

[ebwha/pdf\\_files/EB158/B158\\_11-en.pdf](https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/EB158/B158_11-en.pdf). Acesso em 07 fev. 2026.

---

# Negociações do sistema PABS põem em xeque os avanços trazidos pelo acordo sobre pandemias

*Leandro Luiz Viegas, Eduardo Hage Carmo, Deisy de Freitas Lima Ventura  
(GT Acordo sobre Pandemias e Reforma do RSI)<sup>1</sup>*

Após três anos de intensas negociações, os Estados-membros da Organização Mundial da Saúde (OMS) adotaram, formalmente, na 78ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS), em 2025, o Acordo sobre Pandemias<sup>2</sup>, cujo objetivo é prevenir, promover a preparação e a resposta a pandemias de forma mais equitativa<sup>3</sup>. No entanto, embora o texto básico tenha sido aprovado, não foi possível alcançar o consenso a respeito de um dos temas mais relevantes de aplicação do acordo: a instalação de um sistema de acesso a patógenos e de repartição de benefícios, conhecido pela sigla PABS (do inglês Pathogen Access and Benefit-Sharing).

Sugerido como instrumento de promoção do intercâmbio rápido e oportuno de materiais e informações sobre o sequenciamento de patógenos com potencial pandêmico, o sistema PABS deveria assegurar a igualdade entre os Estados Partes, a participação rápida, oportuna, justa e equitativa dos benefícios derivados desse intercâmbio e da utilização de materiais sobre sequenciamento de patógenos para fins de saúde pública.

Durante as negociações do acordo, o Órgão Intergovernamental de Negociação (na sigla em inglês, INB) não obteve consenso em relação a diversos elementos do sistema PABS, tais como as definições, modalidades, natureza jurídica, termos e condições e dimensões operativas. Na ausência de consenso, o OIN decidiu relegar esses elementos a um anexo do Acordo sobre Pandemias, a ser elaborado por um Grupo Intergovernamental de Negociação (na sigla em inglês, IGWB), cujas negociações deveriam ocorrer no período subsequente à 78ª AMS e a tempo de terem seus resultados formalmente apresentados à 79ª AMS, prevista para maio de 2026<sup>4</sup>.

- 
1. O GT Acordo sobre Pandemias e Reforma do RSI é uma iniciativa da Fundação Oswaldo Cruz, Fiocruz (Centro de Relações Internacionais, CRIS) e da Universidade de São Paulo, USP (Instituto de Relações Internacionais, IRI; e Faculdade de Saúde Pública, com o Programa de Pós-graduação em Saúde Global e Sustentabilidade e o Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário, CEPEDISA). Ver [saudeglobal.org](https://saudeglobal.org)
  2. [WHO. Pandemic Agreement. https://www.who.int/health-topics/who-pandemic=-agreement#tab-tab\\_1](https://www.who.int/health-topics/who-pandemic=-agreement#tab-tab_1)
  3. VENTURA DFL; VILLARDI P; VIEGAS F; DALLARI PBA; VIEGAS LL; GALVÃO LA; CARMO EH; SERRA IL; REGES P; BUSS PM. Acordo sobre pandemias: sentido, avanços e limites. Grupo de Trabalho Acordo sobre Pandemias e Reforma do RSI - Fiocruz/USP, Nota Técnica n. 6, São Paulo/Rio de Janeiro, 19/05/2025. <https://saudeglobal.org/wp-content/uploads/2025/05/GT-NT-6a-1.pdf>
  4. OMS4. Draft outline of elements to be adressed by the Pathogen Access and Benefit-Sharing (PABS) System as an Annex to the WHO Pandemic Agreement. [https://apps.who.int/gb/IGWG/pdf\\_files/igwg2/A\\_igwg2\\_3-en.pdf](https://apps.who.int/gb/IGWG/pdf_files/igwg2/A_igwg2_3-en.pdf)

As atividades do IGWG tiveram início em julho de 2025<sup>5</sup>, quando foram estabelecidos sua presidência e seus métodos de trabalho, além das modalidades de participação dos atores não-estatais, entre outros aspectos organizacionais. Decidiu-se, igualmente, que as negociações finalizariam os termos de referência do Mecanismo de Coordenação Financeira do Acordo sobre Pandemias e lançariam os preparativos para a primeira Conferência das Partes (COP) do mesmo acordo.

As negociações sobre o sistema PABS ocorreram ao longo do segundo semestre de 2025, em quatro rodadas de encontros formais do IGWG<sup>6</sup>. Nas sessões de negociação, os Estados apresentaram propostas ao IGWG, especialmente o Bloco de Países Africanos e a União Europeia. Entre as proposições que dariam contorno ao sistema, tiveram destaque elementos como objetivo; alcance; definições ou uso de termos; termos e condições de acesso; repartição de benefícios; estrutura de governança, incluindo a descrição do papel da OMS e da Conferência das Partes; regras para exportação; e alocação e distribuição de produtos médicos durante pandemias e Emergências de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Além disso, alguns países também elaboraram modelos de acordos sobre termos de acesso e contratos para viabilizar acordos padronizados de transferência, tanto de amostras biológicas, quanto de informações digitais.

Apesar dos avanços significativos na formulação de regras de funcionamento do sistema PABS, desde o início das negociações ficaram evidentes tensões e divergências entre as posições dos países de média e baixa renda e as dos países de alta renda, reproduzindo, em alguma medida, os impasses que impediram a 78ª AMS de aprovar o Acordo sobre Pandemias em sua integralidade. De um lado, os Estados buscam coadunar o sistema PABS com outros acordos internacionais pertinentes, tais como o Acordo TRIPS, a Declaração de Doha sobre o Acordo TRIPS e a Saúde Pública, a Convenção de Diversidade Biológica (CDB) e o Protocolo de Nagoya, e a adoção de contratos-padrão entre as partes do sistema, legalmente vinculantes (tais como os Standard Transfer Material Agreements - SMTAs), com regras claras sobre o uso de patógenos para o desenvolvimento de vacinas, diagnósticos e medicamentos, e o estabelecimento de mecanismos de governança.

De outro, surgem manifestações como a da International Federation of Pharmaceutical Manufacturers and Associations (IFPMA), que congrega os principais laboratórios farmacêuticos mundiais. A IFPMA suscita a possibilidade do sistema PABS estabelecer um “excesso de obrigações obscuras e uma mescla legal complexa”, que poderiam inviabilizar o Acordo sobre Pandemias e a segurança sanitária internacional, uma vez que comprometeriam o acesso livre e irrestrito aos patógenos e às suas respectivas informações de sequenciamento. Ainda segundo a IFPMA, uma abertura ampla e independente da origem ou da finalidade do uso deveria ser preservada para garantir a agilidade do ecossistema de pesquisa e inovação. A “cereja sobre o bolo” defendida pela Associação é considerar que o sistema PABS deveria funcionar apenas no caso de pandemias, não devendo aplicar-se às ESPIIs em geral.

A posição da IFPMA, embora controversa do ponto de vista da necessidade de monitoramento de todo o sistema de acesso a patógenos desde sua coleta até a disponibilização de tecnologias elaboradas a partir desse acesso, não é isolada. Em diversas ocasiões ao longo de todo o processo de negociação, a União Europeia vem sendo refratária à adoção de qualquer sistema que impacte negativamente o ecossistema de inovação e crie barreiras ao desenvolvimento de tecnologias advindas do acesso

---

5. OMS2. WHO Pandemic Agreement. WHA 78.1. [https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf\\_files/WHA78/A78\\_R1-en.pdf](https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA78/A78_R1-en.pdf)

6. OMS3. Report of the meeting. A/IGWG/1/5. [https://apps.who.int/gb/IGWG/pdf\\_files/IGWG1/A\\_IGWG1\\_5-en.pdf](https://apps.who.int/gb/IGWG/pdf_files/IGWG1/A_IGWG1_5-en.pdf)

aos patógenos com potencial pandêmico. A proposta apresentada em outubro de 2025<sup>7</sup>, dias antes da 3ª reunião do IGWG, sugeria uma diluição do papel da OMS e de seus Estados-membros na gestão e na supervisão do sistema PABS.

Numa abordagem deliberadamente favorável ao acesso irrestrito a materiais e informações de sequenciamento do PABS, a proposta se posicionava frontalmente contra os termos do Artigo 12 do Acordo sobre Pandemias, bem como da CDB e do Protocolo de Nagoya. Nesse particular, é importante apontar que, ao longo do texto do Artigo 12, o acesso a patógenos e a repartição de benefícios são tratados de forma igualitária e interligada. A proposta europeia resgata em grande medida as táticas da UE de tentar desvincular os dois temas, uma vez que garantiria apenas o acesso a materiais e sequências, abandonando o princípio da “igualdade de condições” e o equilíbrio acordado, o qual proporciona segurança jurídica tanto ao acesso a materiais e informações de sequências de PABS quanto à repartição justa e equitativa de benefícios, como o acesso a produtos farmacêuticos necessários e a repartição financeira de benefícios.

Caso fosse adotada, a proposta europeia redefiniria fundamentalmente o acesso e a repartição de benefícios (ABS) em franca contradição com a CDB e o Protocolo de Nagoya, reduzindo a repartição de benefícios a um ato voluntário de caridade corporativa por parte de alguns fabricantes de produtos farmacêuticos. Além disso, ao omitir ferramentas essenciais como os Acordos Padrão de Transferência de Materiais (SMTAs) e os Acordos de Acesso a Dados (DAAs), a proposta procurava evitar intencionalmente mecanismos necessários para garantir justiça, previsibilidade e repartição equitativa dos benefícios no sistema PABS.

Não bastassem as evidentes contradições entre o preconizado pelo Acordo sobre Pandemias aprovado pela AMS e as posições dos países negociadores no âmbito do IGWG, em novembro de 2025,<sup>8</sup> do grupo « Health Policy Watch » revelou o vazamento de um rascunho de acordo entre os Estados Unidos da América, que abandonaram as negociações do Acordo sobre Pandemias, e os países do continente africano que almejam receber ajuda humanitária dos EUA. De acordo com os documentos vazados, os EUA planejam condicionar sua ajuda para o enfrentamento ao HIV, à tuberculose e à malária ao compartilhamento de patógenos, exigindo que os países beneficiários compartilhem material biológico e dados de sequenciamento genético em até 5 dias após a detecção. Não há nenhuma promessa equivalente por parte dos EUA de compartilhar, em troca, as chamadas contramedidas médicas desenvolvidas com essas informações.

A proposta norte-americana mina o Acordo sobre Pandemias e o sistema multilateral ao propor a adoção de acordos bilaterais em que os Estados de menor desenvolvimento se sujeitem a uma relação assimétrica, em que forneceriam livremente acesso a patógenos e às respectivas sequências genéticas sem nenhuma garantia por parte dos EUA de retorno em matéria de vacinas, medicamentos e diagnósticos desenvolvidos a partir desses elementos.

Nas últimas rodadas de negociação, os Estados foram capazes de alcançar o consenso em várias seções do texto, tais como as relativas às operações, ao acesso aos materiais e às informações de sequências, à repartição de benefícios (Seção 2) e governança (Seção 3) e ao escopo e aos termos (Seção 1). No entanto, um dos aspectos mais relevantes do sistema PABS segue sem pactuação: a possibilidade de formalização de contratos entre as partes envolvidas no sistema, capaz de garantir

---

7. OMS5. Initial text proposals from IGWG members. [https://apps.who.int/gb/igwg/pdf\\_files/IGWG2-initial-text-proposals/EU\\_17-10-2025.pdf](https://apps.who.int/gb/igwg/pdf_files/IGWG2-initial-text-proposals/EU_17-10-2025.pdf)

8. Health Policy Watch. US Ties Global Health Aid to Data Sharing on Pathogens - Undermining WHO Talks. <https://healthpolicy-watch.news/exclusive-us-ties-new-health-funding-to-pathogen-sharing-disrupting-who-talks/>

a transparência no acesso a patógenos e no seu uso para o desenvolvimento de tecnologias voltadas para o enfrentamento de pandemias. Como já exposto acima, a segurança jurídica dessas transações está relacionada à adoção de contratos entre as Partes, tradicionalmente conhecidos como STMAS e Data Access Agreements (DAAs, na sigla em inglês) entre todos os recebedores de materiais e de sequências de informações.

Em janeiro de 2026, portanto a poucas semanas do início da última etapa de negociações do IGWG antes da submissão dos resultados à AMS, a Presidência do grupo (Bureau), responsável pela promoção das rodadas negociatórias e pela consolidação dos debates e propostas num só texto, apresentou uma proposta que levantou questionamentos sobre o processo de negociação.

Numa carta aberta firmada por entidades da<sup>9</sup>, argumenta-se que as propostas do Bureau não foram formalmente circuladas ou publicadas com antecedência, o que denota falta de transparência em termos procedimentais e suscita questionamentos sobre a legitimidade do sistema PABS. Quanto ao conteúdo, as mesmas entidades apontaram que o texto do Bureau não reflete elementos-chave apresentados por mais de 80 países, incluindo contratos padronizados e passíveis de enforcement, registros de usuários obrigatórios e DAAs para todos os recebedores. Ao contrário, o texto introduz tratamento diferencial injustificável, pelo qual apenas os usuários comerciais seriam obrigados a assinar contratos PABS, enquanto laboratórios, bases de dados e usuários não comerciais estariam sujeitos apenas a termos e condições vagos e não vinculantes. A proposta vai de encontro, inclusive, com o sistema existente para a influenza no âmbito da OMS, conhecido como PIP Framework, em que as relações entre todos os agentes do sistema estão claramente estabelecidas e foram anuídas pelos Estados. Cabe lembrar que o sistema instituído no âmbito do PIP Framework foi influenciado fortemente pelo uso de material que seria destinado inicialmente para uso de laboratórios da rede global de influenza, mas sua aplicação acabou voltada fortemente para fins comerciais de produção de vacinas<sup>10</sup>.

A adoção dessa perspectiva criaria sérias lacunas no sistema PABS e viabilizaria o acesso, o compartilhamento e o uso comercial de materiais PABS e a sequências de informações sem compromissos vinculantes, minando o compartilhamento justo e equitativo de benefícios. A proposta do Bureau também omite mecanismos essenciais de governança e supervisão para laboratórios e bases de dados, e descarta as propostas de diversos países em desenvolvimento de uma base de dados PABS gerida pela OMS.

Finalmente, o texto do Bureau dilui os compromissos relacionados ao compartilhamento de benefícios preconizados pelo Artigo 12 do Acordo sobre Pandemias, dado que não exige obrigações firmes para contribuições monetárias anuais e promove uma modalidade à la carte de compartilhamento de benefícios, contrária aos artigos 12.7 e 12.8 do mesmo acordo, que requerem cláusulas específicas e mandatárias durante emergências de saúde pública.

Ao nos aproximarmos da conclusão das negociações do sistema PABS, é importante frisar que um sistema legítimo deve incluir contratos para todos os recebedores de materiais e sequências de informações sobre patógenos, compromissos financeiros firmes, obrigações de compartilhamento de benefícios obrigatórias e claras, e o acesso garantido a vacinas, medicamentos e diagnósticos durante emergências de saúde pública. Qualquer alternativa a essas condições poderá inviabilizar os resultados esperados da adoção do Acordo sobre Pandemias da OMS.

---

9. TWN. Concerns Over Bureau's Text on PABS Annex. [https://drive.google.com/file/d/1cDXnMPOz-dyVm\\_Qo6UwspO-2msYn9tbJN/view](https://drive.google.com/file/d/1cDXnMPOz-dyVm_Qo6UwspO-2msYn9tbJN/view)

10. SEDYANINGGSIH et al. Towards Mutual Trust, Transparency and Equity in Virus Sharing Mechanism: The Avian Influenza Case of Indonesia Ann Acad Med Singapore 2008;37:482-8.

---

# “A gente comeu bola” uma nova geopolítica dos medicamentos

Federico Tobar<sup>1</sup>

Uma das disputas geopolíticas potencialmente mais relevantes do século XXI gira em torno da disponibilidade de medicamentos. Ao contrário de outros recursos estratégicos que capturaram a atenção de analistas internacionais — como semicondutores ou elementos de terras raras —, a produção, distribuição e acesso a medicamentos têm sido tradicionalmente considerados como problema técnico, comercial, e até sanitário; mas nunca como um eixo estruturante do poder global.

Existe uma tensão geopolítica sempre que ocorrem lutas pelo poder, expressas territorialmente ou através do controle de infraestruturas críticas, cadeias de suprimentos e marcos regulatórios (que nada mais são do que “regras do jogo”). Nessa perspectiva, a geopolítica contemporânea dos medicamentos estrutura-se em torno de um paradoxo: embora a maioria dos tratamentos possa ser concretada com medicamentos genéricos (isto é, com fornecedores múltiplos), sua produção depende de cadeias de suprimentos globais cada vez mais concentradas.

“A gente comeu bola”, ou como dizem na Argentina e no Uruguai “a tartaruga fugiu”<sup>2</sup>. Enquanto os profissionais de saúde se preocupam com os novos (e caros) medicamentos que estão se alastrando pelos orçamentos da saúde, a maior ameaça à saúde hoje reside em uma interrupção potencial na cadeia de suprimentos de medicamentos genéricos (que são medicamentos mais antigos e mais baratos). Abaixo, proponho cinco hipóteses para analisar essa ameaça crescente, que poderia prejudicar os sistemas de saúde muito mais do que a pandemia de cinco anos atrás.

## 1. A disponibilidade de medicamentos essenciais é uma questão crítica para a sustentabilidade dos governos

O consumo global de medicamentos tem crescido de forma constante nas últimas décadas. Prevê-se um aumento de mais de 25% na procura total de embalagens de medicamentos entre 2018 e 2028<sup>3</sup>. Este crescimento é impulsionado pelo envelhecimento da população, pela expansão das doenças crônicas e, sobretudo, pela progressiva medicalização da vida cotidiana. Hoje em dia, os seres humanos tomam medicamentos para dormir e manter-se acordados, para comer

- 
1. Assessor em Financiamento Sustentável no UNFPA. Doutor, Mestre e Especialista em Economia da Saúde. E-mail: ftobar@unfpa.org
  2. A expressão “a tartaruga escapou” é um idioma comum na Argentina e no Uruguai, usado para indicar que algo importante foi perdido; que houve uma distração ou um atraso que fez com que algo substancial escapasse; ou que uma oportunidade foi perdida devido a um erro por descuido. A ideia é irônica: até a tartaruga — que é lenta — escapa, porque estávamos realmente distraídos.
  3. IQVIA Institute for Human Data Science. The Global Use of Medicines 2024: Outlook to 2028. Research Triangle Park, NC: IQVIA Institute for Human Data Science, January 17, 2024.

e evitar ganho de peso, para ter relações sexuais e para perder a libido.

À medida que os medicamentos ganham cada vez mais importância na promoção da saúde, o acesso regular a eles também se torna uma condição para a estabilidade social e política. A interrupção de tratamentos crônicos deixa de ser um problema clínico individual para se tornar um fator de instabilidade coletiva.

Em países de baixa e média renda, a escassez de medicamentos fragiliza e pode até derrubar governos. Na África do Sul, na década de 1990, o governo de Thabo Mbeki foi abalado pela falta de medicamentos antirretrovirais. Na Venezuela, entre 2014 e 2019, a escassez de antibióticos, insulina, antirretrovirais e medicamentos para o câncer marcou um ponto de inflexão na legitimidade do regime. Em Honduras, a partir de 2015, surgiu o movimento cidadão conhecido como “os Indignados”, que organizou “marchas com tochas” todas as sextas-feiras. Da mesma forma, no Panamá, em 2017 e 2023, médicos e pacientes protestaram publicamente contra a falta de suprimentos e medicamentos nas unidades de saúde.

Nos países de alta renda, a escassez de medicamentos, longe de ser tolerada como algo normal, é imediatamente politizada e afeta a governança. Isso aconteceu na França (2022-2023) devido à escassez de antibióticos. Algo semelhante ocorreu mais recentemente no Reino Unido e contribuiu para a narrativa do declínio do Estado pós-Brexit. Os medicamentos são bens politicamente insubstituíveis. Por essa razão, **sob a perspectiva geopolítica, essa dependência torna o acesso a medicamentos uma necessidade crítica para o bem-estar contemporâneo.**

## **2. A ação multilateral contribuiu para uma mudança de foco ao criar uma divisão histórica entre medicamentos essenciais e genéricos.**

Ao definir a Lista Modelo de Medicamentos Essenciais<sup>4</sup>, a Organização Mundial da Saúde (OMS) propõe os insumos necessários para construir uma resposta adequada às necessidades de saúde da população. Inicialmente, em 1977, a lista de medicamentos essenciais coincidia com o universo de medicamentos genéricos disponíveis. Por duas décadas, essencialidade e acessibilidade permaneceram alinhadas.

No entanto, no início dos anos 2000, com a inclusão de antirretrovirais patenteados, a OMS começou a regulamentar a inclusão (e o fornecimento público) de medicamentos monopolizados. Isso tornou o fornecimento de serviços de assistência médica mais caro a cada ano. Posteriormente, a OMS adicionou medicamentos oncológicos, biológicos e antivirais inovadores à lista de medicamentos essenciais.

Não é descabido afirmar que, com a recente inclusão da semaglutida na lista de medicamentos essenciais, ocorreu um novo ponto de inflexão na história da sustentabilidade dos sistemas de saúde. Na Argentina, México, Chile e Panamá, onde a população obesa representa mais de 29% do total, cobrir o custo da semaglutida tornará os sistemas de seguros de saúde, tanto públicos quanto privados, insustentáveis.

Medicamento essencial deixou de ser sinônimo de medicamento genérico, mas também de sistemas de saúde sustentáveis. Enquanto medicamentos essenciais e genéricos eram considerados uma única categoria, priorizar a cobertura e a disponibilidade de medicamentos com

---

4. A Lista de Medicamentos Essenciais da OMS é uma ferramenta de referência que identifica os medicamentos que atendem às necessidades prioritárias de saúde da população e que devem estar disponíveis em todos os momentos, em quantidades adequadas, com qualidade garantida e a preços acessíveis. [Medicamentos esenciales](#)

base em seu impacto na saúde era sinônimo de racionalização de gastos. No entanto, com a expansão da cobertura para medicamentos monopolistas (ou seja, o oposto dos genéricos), essas agora são duas prioridades distintas.

### 3. O papel mais significativo na produção de saúde depende do fornecimento de medicamentos genéricos, no qual a China detém posição hegemônica.

Os gerentes de sistemas e serviços de saúde têm concentrado sua atenção em como comprar e fornecer alguns medicamentos muito caros (monopolistas). Para os medicamentos genéricos, a fórmula tem sido simples: ou importá-los do Oriente (Índia e China) ou comprá-los de fabricantes nacionais que reembalam e dosam ingredientes ativos, em sua maioria importados da China.

**Enquanto o debate sobre saúde se concentrava no impacto orçamentário de medicamentos inovadores e de alto custo, os genéricos continuam sendo responsáveis por mais de 75% das prescrições<sup>5</sup>.** Essa centralidade silenciosa permitiu uma concentração progressiva de seu fornecimento, especialmente nos elos críticos da cadeia de produção. O que parecia uma solução para a eficiência se tornou uma bomba-relógio estratégica. “A gente comeu bola”.

### 4. A disponibilidade de medicamentos genéricos depende, em grande parte, da liderança da China.

Em termos de medicamentos genéricos acabados, o fornecimento da China representa cerca de 5% do total mundial. A Índia é a maior produtora de genéricos (14% do total mundial). No entanto, **40% do fornecimento mundial total de medicamentos genéricos depende de ingredientes ativos chineses<sup>6</sup>.** E essa proporção pode chegar a 80% no caso de cefalosporinas e de outros antibióticos. Em outras palavras, mesmo que a formulação final ocorra em outros países, o controle da China sobre insumos críticos lhe confere poder estrutural.

### 5. O Ocidente enfrenta uma vulnerabilidade estratégica em relação à China quanto à garantia da disponibilidade de medicamentos genéricos.

Imagine um cenário em que os EUA imponham altas tarifas à China, e a China responda restringindo as exportações de antibióticos. Em poucas semanas, o mercado americano sofreria com a escassez. Isso afetaria a vida de grande parte da população. Em 2022, profissionais de saúde nos EUA prescreveram 236,4 milhões de antibióticos. Isso significa que aproximadamente 7 em cada 10 americanos usaram antibióticos naquele ano.

É claro que essa dependência poderia ser remediada no médio prazo. Pelo menos nos Estados Unidos. Porque não sabemos se a situação seria a mesma em todo o Ocidente (não é fácil improvisar a capacidade de produção de produtos químicos finos). ***Mas é preciso perguntar: por quanto tempo um governo conseguiria suportar a escassez de antibióticos?***

---

5. [https://www.oecd.org/en/publications/2025/11/health-at-a-glance-2025\\_a894f72e/full-report/pharmaceutical-consumption\\_cd4ca729.html](https://www.oecd.org/en/publications/2025/11/health-at-a-glance-2025_a894f72e/full-report/pharmaceutical-consumption_cd4ca729.html)

6. <https://www.fda.gov/drugs/buying-using-medicine-safely/generic-drugs?>

7. Hostage (Netflix, 2025). <https://www.netflix.com/es/title/81696688?s=a&trkid=13747225&trg=wha&-vlang=es&clip=82091069>

Essa situação é explorada na minissérie britânica *Hostage*<sup>7</sup>. Ela ilustra que a interrupção do fornecimento de produtos farmacêuticos constitui um mecanismo de coerção em saúde com alto impacto político. Mas talvez a questão mais interessante seja saber se, após constatarmos uma atitude egoísta por parte de países poderosos no fornecimento de vacinas durante a pandemia, juntamente com uma redução no apoio a mecanismos multilaterais como a OMS... seria de se esperar uma resposta solidária dos países menos desenvolvidos no fornecimento de antibióticos aos países desenvolvidos?

## Conclusão

Assim como ocorreu com o carvão no século XIX ou com o petróleo no século XX, a natureza estratégica dos medicamentos só passa a ser percebida quando seu fornecimento deixa de ser dado como certo. Nessa altura, as decisões cruciais já foram tomadas fora do âmbito das políticas de saúde.

**A geopolítica dos medicamentos revela uma profunda transformação do poder na economia global.** O acesso aos tratamentos depende não apenas da inovação ou dos gastos, mas também de estruturas de produção concentradas e frágeis.

Os Estados têm concentrado sua atenção no controle dos gastos com produtos inovadores e monopolistas, enquanto delegam a responsabilidade de garantir o fornecimento de insumos básicos a organizações multilaterais. Mas o calcanhar de Aquiles da saúde pode estar na disponibilidade dos insumos essenciais que sustentam a maior parte do acesso diário. Reconceptualizar os medicamentos como infraestrutura estratégica é uma condição necessária para repensar a soberania em saúde no século XXI.

---

# A Crise Planetária em Aceleração: Clima, Água, Saúde e o Custo da Inação Global

The Accelerating Planetary Crisis: Climate, Water, Health, and the Cost of  
Global Inaction

*Danielly de Paiva Magalhães & Guto Galvão*

**Resumo:** O início de 2026 é marcado por uma intensificação sem precedentes das crises ambientais globais, caracterizadas pela interconexão entre mudanças climáticas, perda de biodiversidade, degradação dos ecossistemas e poluição generalizada. Este informe analisa como essa “crise planetária tripla” vem produzindo impactos diretos sobre a saúde pública, a segurança hídrica, e a estabilidade econômica, à luz de cinco relatórios internacionais recentes: o *Global Environment Outlook 7 (GEO-7)*, o relatório da ONU sobre a Falência Global da água, o relatório *UN-Water GLAAS 2025*, o *Adaptation Gap Report 2025* do PNUMA, o *Climate and Catastrophe Insights* da Aon.

Os achados evidenciam que os motores estruturais da degradação ambiental — como modelos de consumo intensivo de recursos, dependência de combustíveis fósseis, expansão agrícola insustentável e governança fragmentada — continuam a impulsionar pressões ambientais em escala global. Como resultado, observa-se a deterioração acelerada da atmosfera, dos solos, dos oceanos e dos sistemas de água doce, com efeitos em cascata sobre doenças relacionadas ao clima, insegurança alimentar, deslocamentos populacionais e desigualdades sociais.

Apesar de avanços no planejamento climático, o déficit de financiamento para adaptação permanece crítico, com necessidades até 14 vezes superiores aos recursos atualmente disponíveis. A saúde, embora altamente vulnerável aos impactos climáticos, recebe uma fração mínima desses investimentos. Paralelamente, os dados de perdas econômicas por desastres revelam custos anuais massivos decorrentes da falta de resiliência, superando amplamente os valores necessários para prevenção e adaptação.

É destacado ainda uma crise estrutural nos sistemas de água e saneamento, marcada por subfinanciamento crônico, fragilidades institucionais e crescente pressão climática, ampliando riscos de doenças hídricas e colapso de serviços essenciais. Em conjunto, as evidências demonstram que a inação ambiental não representa economia, mas sim um custo humano, sanitário e econômico crescente. O informe conclui que transformações sistêmicas urgentes — integrando financiamento, governança, saúde e sustentabilidade — são fundamentais para evitar o aprofundamento de crises globais nas próximas décadas.

**Abstract:** *The beginning of 2026 is marked by an unprecedented intensification of global environmental crises, driven by the interconnected dynamics of climate change, biodiversity loss, ecosystem degradation, and widespread pollution. This report examines how this “triple planetary*

*crisis” is generating direct impacts on public health, water security, food systems, and economic stability, drawing on evidence from five major international assessments: the Global Environment Outlook 7 (GEO-7), The UN Global water bankrupt, the UN-Water GLAAS 2025 Report, tUNEP’s Adaptation Gap Report 2025, and Aon’s Climate and Catastrophe Insights.*

*The findings reveal that structural drivers of environmental degradation — including resource-intensive consumption patterns, continued reliance on fossil fuels, unsustainable agricultural expansion, and fragmented governance — remain deeply embedded in global development models. These forces are accelerating the deterioration of the atmosphere, soils, oceans, and freshwater systems, triggering cascading effects such as climate-sensitive diseases, food insecurity, population displacement, and widening social inequalities.*

*While climate planning has expanded globally, the adaptation financing gap remains severe, with current resources falling up to fourteen times short of estimated needs. Despite being among the most climate-vulnerable sectors, health systems receive only a minimal share of adaptation funding. At the same time, disaster loss data illustrate the enormous economic costs of insufficient resilience, with annual damages already approaching or exceeding the investments required for effective adaptation.*

*The report further highlights a structural crisis in water and sanitation systems, characterized by chronic underinvestment, institutional weaknesses, and escalating climate pressures. These shortcomings significantly increase risks of waterborne diseases, child mortality, and failures in essential public health services.*

*Taken together, the evidence demonstrates that environmental inaction does not represent economic savings, but rather fuels rising human, health, and financial costs worldwide. The report concludes that urgent systemic transformations — integrating climate finance, governance reform, resilient health systems, and sustainable resource management — are essential to prevent the deepening of global crises in the coming decades.*

## Introdução

Este informe tem como objetivo analisar o cenário político, econômico e de saúde pública global à luz das crescentes crises ambientais. O ano de 2026 inicia-se marcado por eventos climáticos extremos em diversas regiões do mundo, após uma sequência de recordes históricos de temperatura nos anos anteriores. A chamada crise planetária tripla — composta pelas mudanças climáticas, pela perda acelerada da biodiversidade e da natureza, e pela poluição — vem produzindo transformações ambientais sem precedentes, com impactos diretos sobre a economia, os sistemas de saúde e o bem-estar das populações.

Embora múltiplos tratados multilaterais e compromissos internacionais tenham sido estabelecidos para mitigar os efeitos adversos das atividades humanas sobre o planeta, persiste um profundo descompasso entre a ambição política declarada, a implementação efetiva das ações e, sobretudo, o volume de financiamento necessário para viabilizá-las. Ainda predomina, em muitos contextos, a falsa dicotomia entre crescimento econômico e proteção ambiental, como se a prosperidade pudesse ser sustentada à custa da degradação dos ecossistemas e do comprometimento da saúde humana.

Este informe de abertura do ano busca apresentar um panorama atualizado sobre o estado do meio ambiente global e evidenciar como a insuficiência de respostas estruturais já se traduz em impactos concretos para as sociedades. Para isso, serão analisados os principais achados

de quatro relatórios internacionais recentes: o *Global Environment Outlook 7 (GEO-7)*, que oferece uma avaliação abrangente das crises ambientais interconectadas e dos caminhos de transformação sistêmica; o relatório da ONU sobre a Falência Global da água, o relatório *UN-Water GLAAS 2025*, que avalia a disponibilidade, o estado da governança, financiamento e capacidade institucional dos sistemas de água e saneamento; o *Adaptation Gap Report 2025 – Running on Empty*, que examina o crescente déficit financeiro para a adaptação climática; o relatório *Aon Climate and Catastrophe Insights*, que documenta a intensificação e os custos econômicos de desastres climáticos extremos. Publicados entre o final de 2025 e o início de 2026, esses relatórios reúnem evidências científicas atualizadas que demonstram de forma inequívoca a gravidade da degradação ambiental em curso e os impactos crescentes das ações humanas sobre a saúde do planeta e das populações.

## 1. Relatório sobre a Perspectiva Global do Meio Ambiente 7 (GEO-7)

O [Global Environment Outlook 7 \(GEO-7\)](#) do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) é publicado a cada quatro anos e constitui a mais abrangente avaliação integrada do estado do planeta, analisando pressões ambientais, impactos socioeconômicos e trajetórias futuras possíveis diante das atuais tendências de desenvolvimento. O relatório reconhece que a humanidade enfrenta uma crise ambiental interconectada, composta por mudança do clima, perda de biodiversidade, degradação dos solos e poluição generalizada, todas impulsionadas por sistemas humanos de produção, consumo e governança insustentáveis

Diferentemente de avaliações anteriores, o GEO-7 adota uma abordagem orientada a soluções sistêmicas, enfatizando a necessidade de transformações estruturais nos sistemas econômicos, energéticos, alimentares, de materiais e de gestão ambiental, de modo alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e aos acordos ambientais multilaterais.

### 1.1. Motores Estruturais da Crise Ambiental Global

No GEO-7, a degradação ambiental é apresentada como o resultado de um conjunto de forças estruturais que operam de forma integrada nos sistemas humanos, e não como consequência de fatores isolados. O relatório utiliza uma ampliação do modelo DPSIR (drivers, pressões, estado, impactos e respostas) para demonstrar que os atuais padrões de desenvolvimento econômico, crescimento populacional, urbanização, produção de energia, agricultura e governança constituem os principais motores das crises ambientais globais. Esses vetores atuam de forma simultânea, reforçando-se mutuamente e gerando pressões cada vez mais intensas sobre os sistemas naturais, o que explica por que mudanças pontuais ou políticas setoriais têm se mostrado insuficientes para conter a degradação ambiental em escala planetária.

#### 1.1.1. Crescimento populacional, urbanização e consumo

O crescimento populacional global, que ultrapassou oito bilhões de pessoas, combinado com

a urbanização acelerada, tem ampliado significativamente a demanda por energia, alimentos, água, habitação e infraestrutura. O GEO-7 mostra que esse processo leva à expansão territorial das cidades, à conversão de áreas naturais em zonas urbanas e agrícolas, ao aumento do consumo de recursos e à intensificação da poluição atmosférica e hídrica. Em muitas regiões, a urbanização ocorre de forma desordenada, aumentando a exposição de populações vulneráveis a riscos climáticos, escassez de serviços básicos e degradação ambiental, o que cria ciclos de vulnerabilidade social e ecológica cada vez mais difíceis de romper.

Paralelamente, o relatório evidencia que o modelo econômico dominante continua baseado na extração intensiva de recursos naturais. A produção global depende fortemente da exploração de minerais, florestas, solos agrícolas e combustíveis fósseis, com volumes de extração crescendo mais rapidamente do que a própria população mundial. Esse padrão linear de “extrair, produzir, consumir e descartar” resulta em perda de habitats, contaminação de solos e águas, emissões crescentes de gases de efeito estufa e redução da resiliência dos ecossistemas. O GEO-7 enfatiza que esse modelo de crescimento econômico, embora tenha gerado ganhos materiais, é estruturalmente incompatível com os limites planetários e com a manutenção dos serviços ecossistêmicos essenciais à vida humana.

O aumento do consumo material, especialmente nos países de alta renda, aparece como outro vetor central da crise ambiental. O relatório demonstra que as economias mais ricas apresentam níveis desproporcionais de consumo de energia, alimentos, carne, bens industriais e matérias-primas, o que se traduz em pegadas ecológicas muito superiores à média global. Mesmo quando há avanços tecnológicos que aumentam a eficiência produtiva, esses ganhos são frequentemente anulados pelo crescimento contínuo do volume total de consumo, fenômeno conhecido como efeito rebote. Assim, o GEO-7 deixa claro que a crise ambiental não é apenas um problema de como se produz, mas também de quanto se consome e por quem.

### 1.1.2. Energia

A dependência persistente de combustíveis fósseis é identificada como um dos principais motores da crise climática e da poluição atmosférica. Apesar da expansão das energias renováveis, o carvão, o petróleo e o gás natural continuam dominando a matriz energética global, sustentados por investimentos contínuos em infraestrutura fóssil. Esse sistema energético é responsável pela maior parte das emissões de gases de efeito estufa e por uma parcela significativa da poluição do ar que afeta diretamente a saúde humana. O GEO-7 destaca que, sem uma transformação rápida e profunda do setor energético, as metas climáticas internacionais permanecem fora de alcance<sup>1</sup>.

### 1.1.3. Expansão agrícola e desperdício de alimento

1. No ano passado, a balança comercial brasileira ficou mais dependente do petróleo e seus derivados, atingindo valor recorde equivalente a 43,3% do saldo positivo total do país. O aumento nesse grupo tem sido puxado pela exportação do petróleo bruto ([Valor econômico](#)).

A expansão agrícola sobre ecossistemas naturais constitui outro eixo central de pressão ambiental. Para atender à crescente demanda por alimentos, rações e biocombustíveis, vastas áreas de florestas, savanas e zonas úmidas continuam sendo convertidas em terras agrícolas e pastagens. O relatório mostra que esse processo está entre os principais responsáveis pela perda de biodiversidade global, pela degradação dos solos e pela alteração dos ciclos hidrológicos. Além disso, o uso intensivo de fertilizantes e pesticidas contribui para a poluição da água e do solo, afetando ecossistemas aquáticos e a saúde humana. O GEO-7 ressalta que, no modelo atual, a segurança alimentar tem sido alcançada à custa da estabilidade ecológica de longo prazo.

O desperdício de alimento também é apontado como um desafio, entre 30% e 40% de toda a produção agrícola global é perdida ou desperdiçada ao longo da cadeia alimentar, o que representa mais de US\$ 1 trilhão em alimentos por ano, além de enormes impactos ambientais associados ao uso inútil de solo, água, energia, fertilizantes e emissões de gases de efeito estufa. O GEO-7 explica que essas perdas ocorrem em todas as etapas do sistema alimentar: No pós-colheita e armazenamento (especialmente em países de baixa renda), durante processamento e transporte, no varejo, serviços de alimentação e domicílios (principalmente em países de alta renda). Somente o desperdício no nível do consumo final responde por cerca de 19% de todos os alimentos disponíveis globalmente. O relatório destaca que o desperdício de alimentos não é apenas um problema ético ou econômico, mas um fator direto de degradação ambiental, pois amplia o desmatamento e a conversão de terras agrícolas desnecessariamente; intensifica o uso de água doce em regiões já sob estresse hídrico, aumenta emissões de metano e CO<sub>2</sub> associadas à produção e decomposição dos alimentos, contribui para poluição por fertilizantes e resíduos orgânicos. Em outras palavras, grande parte da pressão ambiental sobre florestas, solos, rios e clima está vinculada à produção de alimentos que nunca serão consumidos.

Diante desse cenário, o relatório classifica a redução das perdas e do desperdício de alimentos como um dos principais “caminhos de solução” para a transformação dos sistemas alimentares. Entre as estratégias destacadas estão melhorias em armazenamento e logística, mudanças comportamentais de consumo, políticas públicas para redução de desperdício no varejo, embalagens inteligentes, reaproveitamento de resíduos orgânicos e integração com práticas de economia circular.

#### 1.1.4. Governança

Por fim, o relatório aponta que a governança ambiental global permanece fragmentada e insuficiente frente à natureza sistêmica das crises ambientais. Embora existam numerosos tratados multilaterais voltados para clima, biodiversidade, poluição e recursos hídricos, esses instrumentos operam majoritariamente de forma setorial, com coordenação limitada, financiamento inadequado e implementação desigual entre países. Enquanto os motores econômicos da degradação atuam de maneira integrada e acelerada, as respostas políticas seguem compartimentadas, o que reduz sua eficácia. O GEO-7 argumenta que essa desconexão institucional é um dos principais obstáculos à transformação sustentável.

A interação entre esses vetores socioeconômicos gera pressões ambientais diretas que se manifestam na forma de mudanças no uso da terra, aumento das emissões de gases de efeito estufa, poluição química generalizada, superexploração de recursos naturais e disseminação de espécies invasoras. Essas pressões alimentam simultaneamente as grandes crises planetárias — mudanças climáticas, perda de biodiversidade, degradação dos solos e poluição — criando ciclos de retroalimentação que intensificam os impactos ambientais e sociais. A principal mensagem do GEO-7 é que a degradação ambiental contemporânea é um fenômeno sistêmico,

profundamente enraizado na forma como as sociedades organizam suas economias, padrões de consumo, sistemas energéticos e modelos de governança, e que somente transformações estruturais nesses sistemas poderão reverter as trajetórias atuais de colapso ecológico.

## **1.2. Estado dos sistemas naturais e impactos socioeconômicos**

No GEO-7, o estado dos sistemas naturais é descrito como entrando em uma fase de deterioração acelerada e simultânea, na qual múltiplos limites ecológicos estão sendo ultrapassados ao mesmo tempo. O relatório evidencia que atmosfera, terras, oceanos e sistemas de água doce estão sofrendo transformações profundas impulsionadas pelas pressões humanas, com efeitos que já se manifestam de forma direta sobre economias, saúde pública, segurança alimentar e estabilidade social. Diferentemente de ciclos naturais anteriores, a velocidade e a escala dessas mudanças são sem precedentes na história recente do planeta, reduzindo a capacidade de adaptação dos ecossistemas e das sociedades.

### **1.2.1 Atmosfera e clima:**

No sistema atmosférico e climático, o GEO-7 mostra que o aquecimento global continua se intensificando em ritmo incompatível com as metas internacionais de estabilização climática. A elevação contínua da temperatura média global está associada ao aumento da frequência e da intensidade de ondas de calor, secas prolongadas, enchentes extremas e tempestades severas. Paralelamente, persistem altos níveis de poluição atmosférica em áreas urbanas e industriais, com grande parte da população mundial exposta a concentrações de material particulado fino acima dos limites considerados seguros para a saúde. O relatório destaca que essa combinação de aquecimento climático e poluição do ar contribui para o aumento de doenças respiratórias, cardiovasculares, estresse térmico e mortalidade prematura, sobrecarregando sistemas de saúde, especialmente em países de baixa e média renda.

### **1.2.2. Terras e solos**

No que se refere às terras e aos solos, o GEO-7 documenta um avanço generalizado da degradação ambiental terrestre. Processos de erosão, perda de matéria orgânica, compactação dos solos e contaminação química vem reduzindo a fertilidade agrícola em diversas regiões do mundo. Ao mesmo tempo, a conversão de ecossistemas naturais para agricultura intensiva, mineração e urbanização está levando a uma perda acelerada de biodiversidade terrestre. O relatório mostra que essa combinação compromete a produtividade dos sistemas alimentares, aumenta a vulnerabilidade a secas e pragas e ameaça a segurança alimentar global. Regiões tropicais e semiáridas aparecem como particularmente afetadas, onde a degradação dos solos já está associada ao aumento da pobreza rural, deslocamentos populacionais e instabilidade econômica.

### **1.2.3. Oceanos e zonas costeiras**

Nos oceanos e zonas costeiras, o GEO-7 descreve um cenário de crescente estresse ecológico. O aquecimento das águas marinhas está provocando branqueamento de recifes de coral, alterações nas cadeias alimentares e deslocamento de espécies pesqueiras para latitudes mais frias. A acidificação dos oceanos, resultante da absorção de dióxido de carbono, compromete

organismos marinhos calcificadores, fundamentais para a estrutura dos ecossistemas marinhos. Soma-se a isso a elevação do nível do mar, que ameaça comunidades costeiras, infraestrutura portuária, zonas agrícolas litorâneas e aquíferos de água doce. A poluição por plásticos, nutrientes agrícolas e efluentes urbanos agrava ainda mais a degradação marinha, criando zonas mortas com baixo teor de oxigênio e reduzindo a produtividade pesqueira. O relatório alerta que milhões de pessoas que dependem da pesca artesanal e dos serviços costeiros já enfrentam perda de renda, insegurança alimentar e maior exposição a riscos climáticos.

#### 1.2.4. Água Doce

Nos sistemas de água doce, o GEO-7 aponta uma intensificação simultânea da escassez hídrica e da degradação da qualidade da água. Em muitas bacias hidrográficas, o aumento da demanda agrícola, industrial e urbana supera a capacidade de renovação dos recursos hídricos, levando a níveis críticos de estresse hídrico. A poluição por esgoto não tratado, resíduos industriais, mineração e agroquímicos contamina rios, lagos e aquíferos, afetando diretamente a saúde humana e os ecossistemas aquáticos. O relatório mostra ainda um declínio acentuado da biodiversidade de água doce, um dos grupos mais ameaçados globalmente, o que compromete serviços ecossistêmicos como purificação da água, regulação de cheias e sustento de comunidades ribeirinhas. Esses processos elevam os riscos de surtos de doenças de veiculação hídrica, conflitos por acesso à água e insegurança econômica em regiões dependentes desses recursos.

O GEO-7 enfatiza que a degradação desses sistemas naturais não ocorre de forma isolada, mas em interação constante, criando efeitos em cascata que ampliam os impactos socioeconômicos. O aquecimento climático intensifica secas que degradam solos e reduzem a produção agrícola; a perda de florestas afeta os ciclos hidrológicos e agrava escassez de água; a poluição compromete tanto a saúde humana quanto a produtividade dos ecossistemas. Como resultado, múltiplas dimensões dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são diretamente afetadas, incluindo erradicação da pobreza, fome zero, saúde e bem-estar, acesso à água potável, redução das desigualdades e cidades resilientes.

O relatório demonstra que essas transformações ambientais já estão contribuindo para o aumento da insegurança alimentar global, para a ampliação de doenças relacionadas ao clima e à poluição, para deslocamentos populacionais forçados por desastres ambientais e para o aprofundamento de desigualdades sociais. Comunidades vulneráveis — especialmente em regiões tropicais, zonas costeiras e áreas áridas — sofrem os impactos de forma desproporcional, apesar de terem contribuído menos para as pressões ambientais globais.

### 1.3. Cenários globais: continuidade versus transformação

No GEO-7, a análise de cenários ocupa um papel central para demonstrar que o futuro ambiental e socioeconômico do planeta não é inevitável, mas profundamente condicionado pelas escolhas políticas, econômicas e sociais feitas nas próximas décadas. O relatório constrói três grandes trajetórias globais — uma de continuidade das tendências atuais e duas de transformação sistêmica — com o objetivo de comparar não apenas impactos ambientais, mas também consequências econômicas, sociais e de saúde pública.

#### 1.3.1. Cenário de continuidade

O cenário de continuidade das tendências atuais, frequentemente descrito como “business as usual”, projeta a manutenção dos padrões contemporâneos de crescimento econômico, consumo material, dependência de combustíveis fósseis e expansão agrícola. Nessa trajetória, as políticas ambientais permanecem fragmentadas, os investimentos em sustentabilidade são

insuficientes e os avanços tecnológicos não conseguem compensar o aumento absoluto da demanda por recursos. O GEO-7 demonstra que, nesse contexto, as emissões globais de gases de efeito estufa continuam elevadas, levando o planeta a um aquecimento superior a 3°C até o final do século. Esse nível de aquecimento está associado a uma intensificação dramática de ondas de calor, secas prolongadas, enchentes severas e tempestades extremas, com impactos crescentes sobre infraestrutura, produção de alimentos e sistemas de saúde.

Além do colapso climático progressivo, o cenário de continuidade implica perdas massivas de biodiversidade, expansão da degradação dos solos e agravamento da poluição do ar, da água e dos oceanos. O relatório mostra que esses processos reduzem a produtividade agrícola, aumentam o estresse hídrico, ampliam riscos sanitários e geram custos econômicos crescentes, afetando desproporcionalmente populações vulneráveis. O GEO-7 enfatiza que, mesmo com crescimento econômico agregado, esse caminho produz sociedades mais instáveis, desiguais e expostas a crises recorrentes, caracterizando um desenvolvimento insustentável tanto ambiental quanto socialmente.

### 1.3.2. Cenários de transformação sistêmica

Em contraste, o relatório apresenta dois cenários de transformação sistêmica orientados para o alcance dos objetivos climáticos, ambientais e de desenvolvimento sustentável. O primeiro é o caminho de transformação focado em mudanças comportamentais e sociais. Essa trajetória pressupõe uma reconfiguração dos padrões de consumo e estilos de vida, especialmente nas economias de alta renda, com redução do uso excessivo de energia e materiais, transição para dietas mais sustentáveis, diminuição do desperdício de alimentos e fortalecimento da economia circular. O GEO-7 demonstra que essas mudanças reduzem de forma significativa a pressão sobre ecossistemas naturais, diminuem emissões de gases de efeito estufa e aumentam a eficiência no uso de recursos, ao mesmo tempo em que promovem ganhos em saúde pública, como menor incidência de doenças associadas à poluição e dietas inadequadas.

O segundo caminho de transformação é centrado em inovação tecnológica e investimentos estruturais em sustentabilidade. Esse cenário envolve a rápida descarbonização do sistema energético por meio da expansão de fontes renováveis, eletrificação de transportes e indústrias, melhorias de eficiência energética e adoção de tecnologias limpas em larga escala. Inclui ainda avanços em agricultura sustentável, infraestrutura verde, gestão inteligente de água e resíduos e restauração de ecossistemas degradados. O relatório mostra que, quando combinados com políticas públicas coerentes e financiamento adequado, esses investimentos são capazes de reduzir drasticamente emissões, conter a perda de biodiversidade e fortalecer a resiliência das sociedades frente aos impactos climáticos.

Um dos achados mais relevantes do GEO-7 é que ambos os caminhos transformadores geram benefícios econômicos líquidos de longo prazo. Embora demandem investimentos iniciais elevados, esses custos são amplamente compensados pela redução de danos climáticos, menores gastos com saúde, maior produtividade agrícola sustentável, criação de empregos verdes e diminuição de perdas associadas a desastres ambientais. O relatório destaca que os ganhos sociais e ambientais se traduzem também em maior estabilidade econômica, redução da pobreza e melhoria do bem-estar humano.

O GEO-7 enfatiza ainda que as transformações comportamentais e tecnológicas não devem ser vistas como alternativas excludentes, mas como estratégias complementares. Os maiores benefícios surgem quando mudanças nos padrões de consumo caminham simultaneamente com inovação produtiva e reformas estruturais nos sistemas econômicos e financeiros. A integração dessas abordagens permite acelerar a transição, evitar efeitos colaterais indesejados entre setores e maximizar sinergias entre clima, biodiversidade, saúde e desenvolvimento.

Em síntese, os cenários globais do GEO-7 deixam claro que a continuidade das tendências atuais conduz a um futuro de crescente instabilidade ambiental, econômica e social, com riscos sistêmicos para a civilização humana. Por outro lado, os caminhos de transformação demonstram que é possível alinhar prosperidade econômica com proteção ambiental e justiça social, desde que haja vontade política, coordenação internacional e investimentos em escala compatível com a magnitude da crise. O relatório conclui que o futuro do planeta não é determinado por limites técnicos, mas por decisões coletivas sobre como reorganizar os sistemas que sustentam as sociedades modernas.

#### 1.4. Os caminhos e as soluções

Após diagnosticar de forma detalhada as crises ambientais interconectadas e seus impactos socioeconômicos, o relatório avança para uma abordagem fortemente orientada a soluções, deixando claro que a reversão das trajetórias atuais é tecnicamente possível, economicamente viável e socialmente desejável. A principal mensagem é que respostas incrementais ou setoriais não são suficientes; o enfrentamento da crise planetária exige transformações sistêmicas simultâneas nos principais sistemas humanos que estruturam o desenvolvimento moderno: economia e finanças, energia, alimentação, materiais e resíduos, e gestão ambiental.

O relatório propõe, em primeiro lugar, uma profunda transformação dos sistemas econômicos e financeiros. O GEO-7 defende a internalização dos custos ambientais nas decisões econômicas, por meio de instrumentos como precificação de carbono, eliminação de subsídios a atividades poluentes e incentivos à produção sustentável. Além disso, sugere que o progresso deixe de ser medido exclusivamente pelo crescimento do Produto Interno Bruto, incorporando indicadores de bem-estar humano, saúde ambiental e equidade social. O redirecionamento de fluxos financeiros públicos e privados para investimentos verdes — em infraestrutura resiliente, energias renováveis, restauração de ecossistemas e inovação sustentável — é apontado como condição essencial para viabilizar a transição em escala global, especialmente em países de baixa e média renda.

No campo dos materiais, resíduos e economia circular, o GEO-7 enfatiza a necessidade de romper com o modelo linear de produção e consumo. O relatório propõe reduzir a extração de recursos naturais por meio de design sustentável, reutilização, reciclagem, reparo e extensão da vida útil dos produtos. Destaca ainda o reaproveitamento de resíduos orgânicos e industriais, a recuperação de nutrientes e minerais críticos e a criação de cadeias produtivas circulares capazes de gerar empregos e reduzir impactos ambientais. A economia circular é apresentada não apenas como estratégia ambiental, mas como motor de inovação, competitividade econômica e redução de desigualdades.

A transformação do sistema energético ocupa lugar central nas propostas do GEO-7. O relatório defende a rápida eliminação da dependência de combustíveis fósseis e a expansão em larga escala de fontes renováveis como solar, eólica, hídrica sustentável e outras tecnologias limpas. Complementarmente, propõe ganhos expressivos de eficiência energética em edifícios, transportes e indústrias, bem como a eletrificação de setores historicamente dependentes de combustíveis fósseis. Essa transição é vista como fundamental não apenas para conter as mudanças climáticas, mas também para reduzir a poluição do ar, melhorar a saúde pública e fortalecer a segurança energética.

Nos sistemas alimentares, o GEO-7 propõe uma reconfiguração profunda que combine sustentabilidade ambiental com segurança alimentar e nutrição saudável. Entre as principais estratégias estão a adoção de práticas agrícolas regenerativas, a proteção de solos e ecossistemas, a redução do uso de agroquímicos, o manejo eficiente da água e o fortalecimento de cadeias alimentares locais. O relatório enfatiza ainda a importância de reduzir drasticamente as perdas e o desperdício de

alimentos ao longo de toda a cadeia produtiva, bem como de promover dietas mais sustentáveis e diversificadas, com menor impacto ambiental. Essas mudanças são apresentadas como essenciais para conter o desmatamento, reduzir emissões e garantir alimentos suficientes para uma população crescente.

No âmbito da gestão ambiental e dos ecossistemas, o GEO-7 destaca o papel das soluções baseadas na natureza como instrumentos-chave para enfrentar simultaneamente crises climáticas, perda de biodiversidade e riscos de desastres. A restauração de florestas, manguezais, zonas úmidas e solos degradados é apontada como estratégia de alto retorno ambiental e social, capaz de capturar carbono, proteger a biodiversidade, regular ciclos hidrológicos e aumentar a resiliência das comunidades. A ampliação e o fortalecimento de áreas protegidas terrestres e marinhas, aliadas a uma governança inclusiva e ao reconhecimento dos direitos de povos indígenas e comunidades locais, são vistos como pilares para a conservação de longo prazo.

O relatório também enfatiza que essas transformações técnicas só serão eficazes se acompanhadas por mudanças institucionais profundas na governança ambiental. O GEO-7 propõe maior integração entre políticas climáticas, de biodiversidade, de água, de saúde e de desenvolvimento econômico, superando a fragmentação atual dos acordos e ministérios setoriais. Destaca a importância de processos participativos, transparência, justiça ambiental e inclusão social, assegurando que a transição para a sustentabilidade não reproduza desigualdades existentes, mas gere benefícios amplos para a população.

Outro eixo central das soluções é o fortalecimento de capacidades institucionais, científicas e tecnológicas, especialmente em países em desenvolvimento. O relatório defende investimentos em educação ambiental, formação técnica, inovação local e transferência de tecnologia como elementos-chave para permitir que todas as regiões implementem soluções compatíveis com seus contextos socioeconômicos. Paralelamente, ressalta a urgência de ampliar significativamente o financiamento internacional para clima, biodiversidade, adaptação e infraestrutura sustentável.

Em síntese, o GEO-7 apresenta um conjunto coerente de caminhos de transformação que, quando implementados de forma integrada, têm potencial para reduzir drasticamente as pressões ambientais, melhorar a saúde pública, fortalecer economias resilientes e promover maior equidade social. O relatório deixa claro que a humanidade dispõe das ferramentas técnicas, do conhecimento científico e dos recursos econômicos necessários para essa transição; o principal desafio reside na mobilização política, na coordenação institucional e na priorização de investimentos em escala compatível com a gravidade da crise ambiental. A mensagem final é de urgência, mas também de possibilidade: investir agora na proteção do planeta é não apenas uma necessidade ecológica, mas uma estratégia racional para garantir prosperidade, saúde e bem-estar para as gerações presentes e futuras.

## **2. A questão da água dentro da crise planetária**

Esse cenário dialoga diretamente com o novo relatório da ONU que declara o início de uma “era de falência hídrica global”. Segundo os cientistas, muitas regiões já ultrapassaram limites reversíveis, esgotando aquíferos, degradando solos, perdendo lagos, zonas úmidas e biodiversidade de forma irreversível. Diferente da “escassez hídrica” temporária, a falência hídrica representa a perda permanente do capital natural da água, com impactos estruturais sobre segurança alimentar, saúde pública, migração e estabilidade econômica. Sistemas hídricos interconectados por comércio, clima e geopolítica tornam esse risco global, mesmo para países que ainda não colapsaram localmente.

Já o relatório [GLAAS 2025](#) da UM-Water apresenta um panorama abrangente dos sistemas de água potável, saneamento e higiene (WASH), com dados de 105 países e territórios, representando 62% da população mundial. A análise vai além da cobertura de serviços, avaliando políticas públicas, financiamento, regulação, recursos humanos, monitoramento, equidade e integração climática — fatores centrais para a sustentabilidade dos sistemas e para a proteção da saúde pública.

Embora quase 90% dos países já possuam políticas de WASH e cerca de 70% tenham planos formais para água e saneamento urbanos e rurais, persiste um grande déficit de implementação. Apenas menos de 13% afirmam dispor de recursos financeiros e humanos suficientes para executar esses planos. A fragmentação institucional agrava o problema, com 64% dos países relatando sobreposição de responsabilidades entre ministérios. Essa lacuna entre planejamento e ação compromete diretamente o controle de doenças de veiculação hídrica, como diarreias, cólera, hepatites e parasitoses, que continuam gerando milhões de casos evitáveis, sobretudo entre populações vulneráveis.

No campo do monitoramento, cerca de 75% dos países utilizam indicadores nacionais de WASH, principalmente voltados à cobertura, qualidade dos serviços e infraestrutura. No entanto, apenas 33% monitoram acessibilidade financeira e 28% acompanham equidade, o que limita a capacidade de identificar quem está ficando para trás. Apesar de 71% dos países possuírem sistemas nacionais de informação, somente 48% coletam dados sobre higiene, essencial para prevenir surtos em escolas, unidades de saúde e comunidades. A vigilância da qualidade da água também é frágil: apenas 21% dos países realizam monitoramento na frequência exigida, aumentando o risco de contaminações e impactos diretos sobre mortalidade infantil e sobrecarga dos sistemas de saúde.

O financiamento permanece como um dos principais gargalos. Os planos nacionais de WASH exigem cerca de US\$ 69 bilhões por ano, mas menos de 20% dos países dispõem de recursos suficientes para cumprir suas metas. O orçamento médio governamental é de apenas US\$ 10 por pessoa ao ano, enquanto o gasto total médio (incluindo usuários e financiamento externo) chega a US\$ 34 per capita, equivalente a 0,83% do PIB. As desigualdades são profundas: países de baixa renda gastam cerca de US\$ 12 per capita, enquanto países de alta renda investem quase US\$ 230. Além disso, 60% dos países não conseguem executar plenamente os recursos disponíveis, e as perdas de água nos sistemas chegam a 39% em média, comprometendo sustentabilidade financeira e qualidade dos serviços.

A ajuda internacional também está em retração. O financiamento externo para água e saneamento caiu de US\$ 9,4 bilhões em 2022 para US\$ 8,5 bilhões em 2023. Embora a África Subsaariana tenha aumentado sua participação nos recursos globais, a fatia destinada especificamente ao saneamento caiu de 40% em 2021 para 34% em 2023, ameaçando países altamente dependentes desse apoio para serviços básicos de saúde ambiental.

Apesar do amplo reconhecimento dos direitos humanos à água (87% dos países) e ao saneamento (83%), a equidade continua pouco financiada. Menos de 30% dos países direcionam recursos específicos para populações vulneráveis, e apenas 42% definem acessibilidade financeira como meta nacional. Políticas de higiene menstrual aparecem em 63% dos países, mas somente 25% possuem metas concretas de cobertura.

A integração entre WASH, clima e saúde vêm avançando: 80% dos países já incorporam riscos climáticos em suas políticas, e mais de 50% realizaram avaliações de risco climático recentemente. Cerca de 60% dos países solicitaram financiamento climático para WASH, com 63% de sucesso, totalizando US\$ 2,3 bilhões. A parcela da ajuda internacional voltada à

adaptação climática no setor triplicou entre 2010 e 2022, alcançando 31% dos desembolsos, refletindo o impacto crescente de secas, enchentes e eventos extremos sobre surtos de doenças hídricas, funcionamento de hospitais e resiliência dos serviços básicos.

Em conjunto, os dois relatórios revelam que, embora o mundo tenha avançado em planejamento e reconhecimento político do WASH, enfrenta uma profunda crise de implementação, marcada por subfinanciamento crônico, escassez de recursos humanos, regulação frágil, baixa priorização da equidade e pressões crescentes da mudança climática. Essas fragilidades ampliam diretamente os riscos de doenças infecciosas, desnutrição, mortalidade infantil e colapso de serviços essenciais de saúde.

Sem um aumento urgente de investimentos em sistemas de água e saneamento resilientes, equitativos e bem geridos — alinhados à nova realidade de estresse hídrico estrutural — os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os avanços em saúde global permanecem seriamente ameaçados.

### 3. Relatório da Lacuna de Adaptação 2025 – Correndo no Vazio

O [Adaptation Gap Report 2025 – Running on Empty](#) do PNUMA apresenta um diagnóstico claro e preocupante: o mundo está avançando em planejamento climático, mas está dramaticamente falhando em financiar e implementar a adaptação na escala necessária para proteger populações, sistemas de saúde e economias diante da aceleração dos impactos climáticos. O relatório demonstra que os custos da inação superam amplamente os investimentos necessários em resiliência, especialmente nos países em desenvolvimento, que concentram as maiores vulnerabilidades sociais e sanitárias.

No centro da análise está o crescente abismo financeiro da adaptação. As novas estimativas indicam que os países em desenvolvimento precisarão entre US\$ 310 e US\$ 365 bilhões por ano até 2035 para enfrentar adequadamente os riscos climáticos, enquanto os fluxos internacionais públicos atuais somaram apenas US\$ 26 bilhões em 2023. Isso significa que as necessidades são 12 a 14 vezes maiores que o financiamento disponível, gerando um déficit anual de aproximadamente US\$ 284 a US\$ 339 bilhões. Além disso, a meta do Pacto de Glasgow de dobrar o financiamento para cerca de US\$ 40 bilhões até 2025 está claramente fora de alcance, especialmente diante da redução de aportes de bancos multilaterais de desenvolvimento.

Esse descompasso financeiro ocorre justamente quando os impactos climáticos se intensificam. Eventos extremos já custaram em média US\$ 140 bilhões por ano entre 2000 e 2019, com projeções que apontam perdas globais entre US\$ 1,7 e 3,1 trilhões por ano até 2050, dependendo dos cenários de aquecimento. Esses custos incluem destruição de infraestrutura, insegurança alimentar, deslocamentos populacionais e pressão crescente sobre os sistemas de saúde, especialmente em contextos frágeis.

Apesar do cenário crítico, o relatório reconhece avanços importantes no planejamento da adaptação. Atualmente, 172 dos 197 países já possuem planos, políticas ou estratégias nacionais de adaptação. Contudo, cerca de 36 países operam com instrumentos desatualizados há mais de uma década, o que compromete sua eficácia diante de riscos climáticos cada vez mais rápidos e complexos. A integração da adaptação em políticas de desenvolvimento também avança, especialmente em Pequenos Estados Insulares (SIDS), que vêm incorporando o clima de forma transversal em estratégias nacionais.

Na dimensão da implementação, os primeiros Relatórios Bienais de Transparência (BTRs) revelam mais de 1.600 ações de adaptação reportadas globalmente. A maioria se concentra em

biodiversidade (23%), agricultura, água e infraestrutura (14–18%). No entanto, áreas críticas como saúde, redução da pobreza e meios de subsistência aparecem com níveis muito inferiores de reporte, indicando que os sistemas de saúde ainda não estão sendo priorizados proporcionalmente aos riscos enfrentados.

Mesmo quando a adaptação é implementada, o foco permanece excessivamente em produtos imediatos — como capacitações, planos de risco e sistemas de informação climática — enquanto apenas 16% das ações reportam resultados concretos (como acesso a serviços climáticos) e somente 12% evidenciam impactos reais em resiliência, como melhorias em saúde, segurança hídrica ou produção alimentar. Isso dificulta avaliar se as intervenções estão, de fato, reduzindo doenças, mortalidade e vulnerabilidades sociais.

Do ponto de vista sanitário, o relatório reforça que a adaptação é altamente custo-efetiva para proteger a saúde pública. Evidências mostram que soluções baseadas na natureza em áreas urbanas reduzem temperaturas médias em 1,1°C, o que diminui significativamente riscos de estresse térmico, internações e mortalidade associada ao calor extremo. Além disso, programas comunitários de adaptação focados em saúde vêm demonstrando melhorias mensuráveis em alfabetização térmica e redução de sintomas relacionados ao calor, fortalecendo a capacidade de resposta das populações mais expostas.

No entanto, paradoxalmente, os investimentos em adaptação voltados explicitamente à saúde continuam limitados. Dados de financiamento dos bancos multilaterais indicam que apenas 4% dos recursos de adaptação entre 2019 e 2023 foram direcionados ao setor de saúde, enquanto infraestrutura, proteção ambiental e água concentram a maior parte dos recursos. Isso evidencia um desalinhamento entre os riscos climáticos crescentes à saúde — como ondas de calor, doenças transmitidas por vetores, insegurança alimentar e crises hídricas — e as prioridades financeiras globais.

Outro ponto crítico é a qualidade dos instrumentos financeiros utilizados. Embora cerca de 70% do financiamento de adaptação seja classificado como concessional, os instrumentos de dívida já representam 58% dos fluxos totais, com crescimento preocupante de empréstimos não concessionais. Esse modelo ameaça aprisionar países vulneráveis em ciclos de endividamento agravados por desastres climáticos recorrentes — um fenômeno descrito no relatório como possível “armadilha da adaptação”.

Em relação à nova meta global de financiamento climático (NCQG), que propõe mobilizar US\$ 300 bilhões por ano até 2035, o relatório conclui que ela é estruturalmente insuficiente para cobrir as necessidades de adaptação, especialmente quando ajustada pela inflação futura (o que elevaria as demandas para até US\$ 440–520 bilhões anuais). Além disso, como essa meta engloba mitigação e adaptação juntas, sem submeta específica para resiliência, o risco é que a adaptação continue subfinanciada.

O setor privado pode contribuir, mas de forma limitada. O relatório estima que, realisticamente, ele poderia cobrir 15–20% das necessidades de adaptação, cerca de US\$ 50 bilhões por ano, concentrados principalmente em agricultura, água e infraestrutura. Hoje, no entanto, o investimento privado em adaptação gira em torno de apenas US\$ 5 bilhões anuais, exigindo políticas públicas, financiamento misto e mecanismos de redução de risco para escalar esse volume.

Em síntese, o *Adaptation Gap Report 2025* transmite uma mensagem inequívoca: o mundo já compreende os riscos climáticos e avança no planejamento, mas está falhando em financiar e implementar a adaptação em escala compatível com a crise. Esse fracasso tem consequências diretas para a saúde global, ampliando mortalidade por calor extremo, doenças infecciosas sensíveis ao clima, insegurança alimentar e colapsos locais de serviços de saúde.

Sem um salto massivo em financiamento público concessional, integração da resiliência nos sistemas financeiros e priorização explícita da saúde nas estratégias de adaptação, o custo humano e econômico das mudanças climáticas continuará crescendo exponencialmente. Investir agora em adaptação — especialmente em saúde, proteção social, água e sistemas alimentares — não é apenas uma resposta climática, mas uma das estratégias mais eficazes de desenvolvimento sustentável e proteção da vida nas próximas décadas.

#### 4. Relatório da Aon Climate and Catastrophe Insights

A articulação entre o Adaptation Gap Report 2025, do PNUMA, e o relatório [Climate and Catastrophe Insight 2026](#), da AON, revela de forma concreta como o déficit global de adaptação se traduz em perdas econômicas massivas e impactos diretos sobre a saúde e o bem-estar das populações.

A AON é uma das maiores empresas globais de gestão de riscos, seguros e resseguros, especializada em analisar perdas por desastres naturais, riscos climáticos e lacunas de proteção financeira. Por meio de sua base de dados Aon Catastrophe Insight, a empresa acompanha, há mais de duas décadas, os custos econômicos e segurados de eventos extremos no mundo, fornecendo evidências empíricas sobre como o clima já está impactando economias, infraestrutura e vidas humanas.

Enquanto o relatório do PNUMA mostra que o mundo enfrenta um déficit anual de adaptação entre US\$ 284 e 339 bilhões, o relatório da AON demonstra o custo real dessa falta de investimento em resiliência. Apenas em 2025, as perdas econômicas globais com desastres climáticos atingiram US\$ 260 bilhões, com US\$ 127 bilhões cobertos por seguros — ainda deixando mais da metade dos danos sem proteção financeira. Sendo que o relatório apenas quantifica eventos com danos acima de US\$ 1bi, ou seja, esse valor é muito maior quando considerado impactos com proporções menores. Segundo o relatório, 2025 foi um ano considerado abaixo da média histórica em número de eventos extremos (eventos com danos acima de US\$ 1bi), os prejuízos foram enormes, evidenciando como a vulnerabilidade permanece alta.

No Brasil, os desastres climáticos relacionados principalmente à seca em 2025 causaram prejuízos de US\$ 5,4 bilhões. O número representa uma queda em relação a 2024, quando os eventos extremos no país provocaram danos de US\$ 12 bilhões. Naquele ano, o montante foi impulsionado pelas enchentes no Rio Grande do Sul, cujos estragos somaram US\$ 5 bilhões. O nível de prejuízo permanece acima das médias históricas do início do século, refletindo a maior frequência de eventos extremos e a vulnerabilidade da infraestrutura urbana e do setor agrícola. O furacão Melissa, que atingiu o Caribe em outubro de 2025, gerou prejuízo de US\$ 11 bilhões, sendo US\$ 9 bilhões apenas na Jamaica. As mudanças climáticas ampliaram o poder destrutivo do fenômeno, com ventos 7% mais fortes do que o esperado em um mundo sem aquecimento global.

Os dados da AON revelam também a intensificação de riscos associados diretamente às mudanças climáticas, como incêndios florestais, tempestades severas e ondas de calor. Os incêndios na Califórnia sozinhos causaram US\$ 58 bilhões em perdas econômicas, enquanto tempestades convectivas severas geraram US\$ 61 bilhões em perdas seguradas — um dos maiores valores já registrados. Esses eventos ilustram exatamente o que o Adaptation Gap Report alerta: sem investimentos estruturais em adaptação, cada novo choque climático se transforma em crise econômica e humanitária.

Do ponto de vista da saúde, a conexão é ainda mais evidente. A AON estima que ao menos 42 mil pessoas morreram em 2025 em decorrência de desastres naturais, com destaque ondas

de calor na Europa, responsáveis por mais de 24 mil mortes em poucos meses. Esses números são bastante subestimados, visto a dificuldade de se atribuir mortes às mudanças climáticas, porém reforçam as conclusões do relatório do PNUMA de que a saúde é um dos setores mais expostos às falhas de adaptação, mas continua recebendo uma parcela mínima do financiamento climático global.

O Japão registrou impactos expressivos tanto em termos econômicos quanto de perdas humanas associados às ondas de calor extremo em 2025. Dados da Agência de Gestão de Incêndios e Desastres indicam que pelo menos 117 pessoas perderam a vida, marcando o terceiro ano consecutivo com mais de uma centena de óbitos relacionados ao calor. De forma inédita, o número de internações por insolação ultrapassou 100 mil casos. A maior parte dos episódios ocorreu nos meses de julho e agosto, quando as temperaturas máximas superaram amplamente as médias históricas. No entanto, o aumento de ocorrências já em junho e a persistência em setembro evidenciam uma ampliação do período de risco associado ao calor extremo, conforme apontam as séries históricas de longo prazo.

Outro ponto-chave é o chamado “gap de proteção”, ou seja, a parcela das perdas que não é coberta por seguros. Globalmente, mesmo no melhor patamar histórico, 51% das perdas econômicas não tiveram cobertura financeira, o que significa famílias, governos e sistemas de saúde absorvendo diretamente os impactos. Em países de renda média e baixa, essa lacuna é ainda maior — exatamente onde o Adaptation Gap Report aponta maiores vulnerabilidades sociais e sanitárias.

Em síntese, os dois relatórios se complementam de forma poderosa: o PNUMA quantifica o quanto o mundo precisaria investir para se adaptar; a AON demonstra quanto já estamos pagando todos os anos por não fazê-lo. Juntos, eles mostram que a crise climática não é um risco futuro, mas uma realidade econômica e de saúde pública em curso. Investir em adaptação — especialmente em sistemas de saúde resilientes, prevenção de desastres, infraestrutura segura e proteção social — não é apenas uma agenda ambiental, mas uma estratégia essencial para reduzir mortes, perdas econômicas e desigualdades globais nas próximas décadas.

## Conclusão

As evidências reunidas ao longo deste informe demonstram de forma inequívoca que o mundo já ingressou em uma fase de crise ambiental sistêmica, na qual mudanças climáticas, degradação dos ecossistemas, perda de biodiversidade, colapso hídrico e poluição atuam de maneira interconectada, produzindo impactos diretos e crescentes sobre a saúde pública, a economia e a estabilidade social. Os relatórios analisados convergem ao indicar que as pressões ambientais atuais não são fenômenos isolados ou temporários, mas resultados estruturais de modelos de desenvolvimento insustentáveis, marcados por consumo excessivo de recursos naturais, dependência de combustíveis fósseis, governança fragmentada e subfinanciamento crônico de soluções ambientais e sociais.

Apesar de avanços no reconhecimento político da crise e na elaboração de planos climáticos e ambientais, persiste um profundo descompasso entre a escala dos riscos enfrentados e os investimentos realizados, especialmente em adaptação e proteção da saúde. A lacuna financeira crescente, aliada à fragilidade de sistemas essenciais como água, saneamento e infraestrutura de saúde, amplia vulnerabilidades e transforma eventos climáticos extremos em crises humanitárias recorrentes. Os custos econômicos já observados — na casa das centenas de bilhões de dólares por ano — evidenciam que a inação ambiental não representa economia, mas sim um caminho de perdas contínuas e agravamento das desigualdades globais.

Ao mesmo tempo, os próprios relatórios demonstram que trajetórias alternativas são tecnicamente viáveis e economicamente vantajosas. Transformações sistêmicas nos sistemas energéticos, alimentares, financeiros e de governança ambiental, combinadas com investimentos robustos em adaptação, soluções baseadas na natureza e sistemas de saúde resilientes, podem reduzir drasticamente riscos climáticos, melhorar o bem-estar humano e promover desenvolvimento sustentável de longo prazo.

Diante da aceleração das crises ambientais, a próxima década será decisiva. A escolha não se coloca entre crescimento econômico e proteção ambiental, mas entre a perpetuação de um modelo que produz colapsos sucessivos ou a construção de economias resilientes, equitativas e alinhadas aos limites planetários. Investir agora na sustentabilidade e na saúde ambiental não é apenas uma resposta à emergência climática, mas uma estratégia central para garantir prosperidade, segurança e qualidade de vida para as gerações presentes e futuras.

---

# Mudança climática é ameaça à saúde pública<sup>1</sup>

*Alexandre Padilha<sup>2</sup> e Tedros Adhanom Ghebreyesus<sup>3</sup>*

Ondas de calor mortais, surtos crescentes de doenças infecciosas e hospitais à beira do colapso — os impactos das mudanças climáticas estão entre as maiores ameaças à saúde pública do século XXI. A cada ano, o calor extremo mata mais de 540 mil pessoas, enquanto um em cada 12 hospitais enfrenta o risco de fechamento devido às mudanças climáticas.

Esses impactos atingem com mais força os países de baixa renda e os mais pobres em todas as sociedades — os que carregam menos responsabilidade pela atual situação — criando uma tempestade perfeita que pode apagar décadas de progresso na saúde global.

Proteger as pessoas dos riscos à saúde causados pelas mudanças climáticas não é opcional — é um imperativo legal, moral e econômico para os países. A inação já custou vidas e meios de subsistência. Hoje, entre 3,3 bilhões e 3,6 bilhões de pessoas vivem em áreas de alta vulnerabilidade climática, e os hospitais enfrentam um risco 41% maior de danos causados por eventos climáticos extremos do que em 1990. Sem uma rápida descarbonização e adaptação, o número de instalações de saúde em risco poderá dobrar até 2050. Esses riscos não são abstratos. Eles afetam o ar que respiramos, os alimentos que comemos e a segurança de nossos lares.

No entanto, a recente COP30 em Belém marcou uma mudança. A saúde teve papel importante nas discussões climáticas globais. A pergunta que nos preocupa não é mais “o que devemos fazer?”, mas sim “quão rápido podemos agir?”.

O Brasil e outras nações demonstraram que investir em energia limpa e em políticas climáticas e de saúde traz benefícios imediatos à saúde: ar mais limpo, menos doenças respiratórias e menor sobrecarga para os sistemas de saúde. Essas medidas não são apenas boas para o planeta, mas também são economicamente eficazes e salvam vidas.

Mais importante, a COP30 apresentou um plano de ação para mudanças nos impactos climáticos na saúde. O **Plano de Ação de Saúde de Belém**, endossado por mais de 80 países e instituições, oferece um roteiro prático com *60 itens de ação* que abrangem vigilância, políticas baseadas em evidências e inovação em saúde. Seu objetivo é claro: sistemas de saúde resilientes que protejam vidas hoje e amanhã.

---

1. Artigo publicado em O Globo, 15/01/2026, pg. 3

2. Ministro da Saúde do Brasil

3. Diretor Geral da Organização Mundial da Saúde

O Plano de Ação é um ponto de partida, não um ponto final. A implementação tem de começar imediatamente. Os países devem integrar as metas de clima e saúde nos planos nacionais de adaptação, alocar orçamentos específicos e estabelecer mecanismos de responsabilização. A OMS e a *Aliança para a Ação Transformadora em Clima e Saúde (ATACH)* fornecerão capacidade técnica, mas o sucesso dependerá de os governos traduzirem as promessas em políticas e projetos no próximo ano.

O desafio atual exige a transformação dos sistemas de saúde em pilares centrais da adaptação climática, capazes de proteger vidas hoje e no futuro. Essa transformação requer financiamento adequado, governança inclusiva e compromisso político sustentado.

A COP30 em Belém foi mais do que simbólica — ela representou um “mutirão global” para integrar a saúde à ação climática, mobilizar investimentos para a adaptação climática e acelerar as transições para energia limpa. O desafio que temos pela frente é a implementação, e a mensagem da Amazônia é clara: quando as nações unem saúde e clima sob uma única estratégia, apoiada com fontes de financiamento e coragem política, podemos salvar milhões de vidas e construir um futuro mais justo e saudável.

Que Belém seja lembrada não apenas pelas promessas, mas pela ação que inspirou — porque o custo do atraso não deve ser medido em graus Celsius, mas sim em vidas salvas.

---

# Entre avanços e retrocessos: um panorama da agenda migratória entre o fim de 2025 e o início de 2026

Between advances and setbacks: an overview of the migration agenda at the end of 2025 and in the beginning of 2026

*Rafael Gomes França, Julia Moraes, Giacomo Giannelli, Giulia Machado, Marina Sujkowski e Deisy Ventura*

**Resumo:** Este informe, elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global, apresenta um panorama dos principais acontecimentos do fim de 2025 e início de 2026 na agenda migratória, marcada por avanços e retrocessos. As políticas anti-imigratórias de Trump nos Estados Unidos são pontos de atenção para a comunidade internacional, devido à violência das operações de fiscalização do Serviço de Imigração e Controle de Alfândega (ICE), em especial com a morte de pessoas imigrantes em Minneapolis e com a prisão do presidente venezuelano Nicolás Maduro. Em contrapartida, a OMS reafirmou seu compromisso com a proteção de migrantes e refugiados ao lançar o primeiro Grupo Técnico Consultivo em Saúde, Migração e Deslocamento, com representantes das suas seis regiões de atuação. Além disso, em janeiro, a Organização publicou um documento com evidências dos impactos negativos que os centros de detenção de imigrantes têm sobre a saúde. Finalmente, foi analisado o relatório de atividades do ACNUR para o ano de 2025, o qual revelou que a redução significativa em seu financiamento forçou cortes operacionais e limitou sua capacidade de atuação, colocando a necessidade de solidariedade internacional para o enfrentamento das crescentes crises que são esperadas em 2026.

**Abstract:** This report, prepared by the Working Group on Migration, Refuge and Global Health presents an overview of the main events in the migration agenda that occurred at the end of 2025 and in the beginning of 2026, marked by advances and setbacks. Trump's anti-immigration policies in the United States are attention points to the international community due to the violent ICE operations, particularly after the killings in Minneapolis and the detention of Venezuelan president Nicolás Maduro. On the other hand, the WHO reaffirmed its commitment to the protection of migrants and refugees by launching the first-ever Technical Advisor Group in Health, Migration and Displacement, with representatives from all six regions. Moreover, in January, the Organization published an evidence brief regarding detention centers for immigrants and its negative impacts on health. Finally, the UNCHR 2025 activities report was analyzed, which revealed that a significant funding decrease forced operational cuts and limited its capacity of action, highlighting the need for international solidarity to face the expected rising crisis in 2026.

**Palavras-chave:** Migração; Refúgio; Saúde; Mobilidade Humana

**Keywords:** Migration; Refuge; Health; Human Mobility

## Estados Unidos: Imperialismo, Operação “Resolução Absoluta” e políticas anti-migratórias

No contexto do final de 2025 e início de 2026, observa-se uma inflexão significativa na atuação externa e nas políticas migratórias dos Estados Unidos, marcada pela convergência entre maior intervencionismo geopolítico e o endurecimento sistemático de mecanismos de controle da mobilidade humana. As medidas implementadas pelo governo Trump nesse período indicam a consolidação de uma agenda de restrição migratória estrutural, combinada a ações unilaterais no plano internacional.

A conjugação entre a operação militar que resultou na captura do presidente venezuelano Nicolás Maduro, apresentada como parte da chamada Operação “Resolução Absoluta”, e decisões administrativas como a suspensão de vistos de imigração para dezenas de nacionalidades e a tentativa de encerramento de proteções humanitárias evidencia uma mesma racionalidade política: a securitização simultânea da política externa e da governança migratória. Essa dinâmica reforça padrões históricos de projeção de poder no hemisfério e produz efeitos diretos sobre fluxos migratórios forçados, inclusive aqueles que o próprio intervencionismo contribui para intensificar<sup>1 2</sup>.

Paralelamente, o aumento da violência em operações de fiscalização conduzidas pelo Serviço de Imigração e Controle de Alfândega (ICE) emergiu como um dos aspectos mais controversos dessa política expansionista. Operações como a denominada Metro Surge em Minneapolis, descrita como a maior ação de fiscalização migratória já realizada pelo Departamento de Segurança Interna, foram marcadas por confrontos com civis e pela morte de observadores e residentes, incluindo cidadãos norte-americanos, em contextos nos quais o uso de força letal por agentes federais foi alçado à pauta pública como símbolo do recrudescimento das práticas de *enforcement*. Essa tendência não é isolada: há registros recorrentes de agentes do ICE abrindo fogo durante abordagens, de prisões sem antecedentes criminais de grande parte das pessoas detidas e de relatos de práticas de invasão de domicílios e destruição de propriedade durante operações de detenção. A intensificação dessas ações ocorre em um quadro de rápida expansão do efetivo do ICE, redução de critérios de recrutamento e diminuição de treinamentos especializados, fatores que têm sido apontados como elementos que colocam em xeque tanto a eficácia quanto a legitimidade das táticas empregadas e geram tensões com autoridades estaduais e municipais, movimentos de direitos civis e a sociedade civil<sup>3</sup>.

A captura de Maduro por forças norte-americanas e sua transferência para jurisdição dos Estados Unidos, sob acusações de narcotráfico e terrorismo, foi interpretada como uma violação da soberania venezuelana e das normas do direito internacional. Experiências históricas na América Latina indicam que ações militares estadunidenses de grande escala, estiveram longe de estabilizar contextos políticos complexos e tendem a aprofundar fragmentações institucionais, insegurança econômica e deslocamentos populacionais. Nesse sentido, o intervencionismo apresenta um paradoxo estrutural: mobiliza o discurso de contenção de crises e combate a ameaças transnacionais, no entanto, contribui para ampliar as condições que produzem migração forçada.

Esse quadro torna-se ainda mais evidente quando observado em paralelo às mudanças recentes na política migratória doméstica. Em janeiro de 2026, o governo anunciou a suspensão do processamento de vistos de imigração para cidadãos de 75 países, introduzindo critérios mais rigorosos de elegibilidade relacionados à renda, histórico de uso de assistência pública, saúde e outros requisitos administrativos. A medida, justificada como instrumento de proteção econômica e de racionalização do sistema migratório, opera na prática como um mecanismo de exclusão em larga escala, restringindo o acesso a rotas regulares de mobilidade justamente para

populações provenientes de contextos de instabilidade política, econômica ou ambiental<sup>4</sup>. Ao reduzir canais legais de entrada, o Estado desloca a migração para trajetórias mais precárias e inseguras, aprofundando vulnerabilidades que posteriormente são mobilizadas para legitimar novas estratégias de repressão e controle.

O mesmo movimento se manifesta na tentativa de revogação do Temporary Protected Status (TPS), particularmente no caso haitiano. Organizações de proteção a refugiados alertaram que o encerramento dessa salvaguarda afetaria centenas de milhares de pessoas que vivem nos Estados Unidos há anos, expondo-as ao risco de retorno forçado a um país que enfrenta níveis recordes de deslocamento interno, violência armada e colapso institucional. A proposta foi amplamente criticada por seu potencial de violar compromissos humanitários básicos e por desconsiderar as condições objetivas de insegurança no Haiti, sendo temporariamente contestada na esfera judicial. Ainda assim, o episódio evidencia a tentativa de reduzir de forma estrutural os instrumentos de proteção humanitária e sinaliza uma orientação política que privilegia critérios de exclusão em detrimento de obrigações internacionais<sup>5</sup>.

Entre venezuelanos residentes nos Estados Unidos, o cenário assume contornos ambíguos. A queda simbólica do governo Maduro foi celebrada por muitos como possibilidade de encerramento de um ciclo prolongado de crise política; ao mesmo tempo, cresce a incerteza quanto à permanência legal e às perspectivas de proteção migratória, diante do ambiente doméstico cada vez mais restritivo. A mesma potência que intervém militarmente sob a retórica de defesa da democracia limita, em seu território, os direitos daqueles que fugiram das consequências políticas e econômicas desse contexto, revelando a distância entre o discurso de libertação e as práticas concretas de exclusão.

Tomadas em conjunto, essas iniciativas indicam a consolidação de um paradigma no qual política externa, segurança nacional e governança migratória passam a operar de forma integrada. O imperialismo contemporâneo não se expressa apenas pela presença militar ou pela influência econômica direta, mas também pela capacidade de definir seletivamente quem pode circular, permanecer ou ser removido. Ao projetar poder além de suas fronteiras e, simultaneamente, reforçar barreiras administrativas e legais internas, o Estado produz um ciclo no qual intervenções externas contribuem para deslocamentos populacionais, enquanto políticas domésticas criminalizam os próprios deslocados.

Assim, a Operação “Resolução Absoluta”, a escalada de violência em operações internas do ICE e o endurecimento das políticas anti-migratórias não constituem fenômenos isolados, mas dimensões complementares de uma mesma estratégia de governo, orientada pela securitização da mobilidade humana e pela primazia de interesses estratégicos sobre compromissos humanitários. Essa tendência projeta impactos diretos sobre fluxos migratórios, demandas por proteção internacional e desafios de coordenação regional, reforçando a necessidade de respostas baseadas em direitos, cooperação multilateral e respeito às normas internacionais, em contraposição à lógica unilateral e punitiva que tem caracterizado a atuação recente dos Estados Unidos.

## OMS lança o primeiro Grupo Técnico Consultivo para avançar com a equidade em saúde para migrantes e populações deslocadas

No fim de novembro de 2025, a OMS anunciou o lançamento do primeiro Grupo Técnico Consultivo em Saúde, Migração e Deslocamentos<sup>6</sup>. A formação do grupo marca um momento crucial do compromisso de longo prazo da Organização com populações migrantes, refugiadas e em deslocamento, dando um claro imperativo de que os sistemas de saúde precisam cruzar as fronteiras, em um mundo onde a mobilidade humana se intensifica motivada por conflitos, iniquidades, mudanças climáticas e desafios socioeconômicos. O grupo é formado por 16 especialistas reconhecidos internacionalmente vindos das seis regiões de atuação da OMS, e deverão prover diretrizes independentes e rigorosamente técnicas para apoiar a definição de prioridades da OMS de 2026-2027. Os principais focos serão: o fortalecimento de sistemas de dados e monitoramento para migração e saúde; o desenvolvimento de diretrizes normativas e para formulação de políticas; o *capacity-building* das regiões e países; e o apoio à implementação do Plano de Ação Global para Saúde de Migrantes (2019-2030).

Durante o lançamento do grupo, o Diretor-Geral da OMS, Dr. Tedros Adhanom enfatizou que a saúde de migrantes e refugiados é uma prioridade da saúde pública, reconhecendo que a mobilidade humana é característica do século XXI e a saúde, enquanto um direito universal, deve ser assegurada através das fronteiras. O Head da Iniciativa Especial da OMS para Saúde e Migração destacou a necessidade de ultrapassar abordagens fragmentadas e de resposta a crises, em direção a sistemas de saúde sustentáveis e inclusivos com migrantes. Um dos principais aspectos do novo grupo é sua representação regional, ao mesmo tempo que terão desafios compartilhados. Para a região africana, que tem o maior fluxo de deslocamento interno e transfronteiriço, as prioridades incluem fortalecer os dados de saúde e migração, assegurando a continuidade dos cuidados entre fronteiras e a mobilização do financiamento sustentável para a atenção primária em saúde. Nas Américas, a onda migratória crescente fomentada pela desigualdade, impactos climáticos e instabilidade política geram a necessidade de garantir a continuidade dos cuidados, da saúde mental e saúde reprodutiva e sexual. Já no Oriente Médio, as crises e emergências climáticas demandam a mudança de respostas humanitárias de curto-prazo para o fortalecimento dos sistemas de saúde. Na Europa, as prioridades devem recair sobre o compartilhamento transfronteiriço de informações em saúde e assegurar a diversidade nas políticas em saúde, diante de um cenário de forte polarização política. Para o sudeste asiático, destaca-se a necessidade de sistemas de dados harmonizados, da inclusão de migrantes na cobertura universal de saúde, e da resiliência climática na saúde. Por fim, na região do pacífico, onde há grandes fluxos migratórios de trabalhadores e vulnerabilidades climáticas agudas, o grupo chama a atenção para a colaboração entre países e uma abordagem voltada para a longevidade.

## Publicação “Health in immigration detention: Evidence brief for policy and practice” da Organização Mundial da Saúde

Em janeiro de 2026, a OMS publicou o documento “Saúde nas detenções de imigração: Evidências para políticas e práticas”<sup>7</sup>. A publicação resume as evidências disponíveis globalmente relacionadas à saúde de migrantes em situação de detenção durante sua jornada migratória, definindo o cenário atual, os principais desafios e as limitações das evidências, a fim de suportar

os processos de formulação de políticas e intervenções direcionadas para melhorar a saúde e o bem-estar de migrantes detidos. A metodologia utilizada para o estudo foi uma revisão de escopo com evidências disponíveis em bases de dados científicas, realizada em 2022 e abrangendo o período de janeiro de 2011 a dezembro de 2021. Algumas das conclusões obtidas foram: a falta de dados sobre a saúde da população detida e dos serviços de saúde ofertados devido a escassez de informações providas pelos órgãos governamentais, o acesso restrito de agências de monitoramento independentes aos estabelecimentos de detenção em muitos países, a falta de prontuários médicos e a ocorrência de barreiras de linguagem. A metodologia utilizada para o estudo foi uma revisão de escopo com evidências disponíveis em bases de dados científicas, realizada em 2022 e abrangendo o período de janeiro de 2011 a dezembro de 2021.

O documento aponta que, segundo a literatura existente, os determinantes sociais e ambientais da saúde afetam negativamente a saúde e o bem-estar dos migrantes detidos, ao passo que medidas de detenção prolongadas ou indefinidas pioram os resultados em saúde durante e após a detenção. A proliferação de doenças infecciosas está relacionado à superlotação, más condições sanitárias e de higiene e outros fatores de risco biológicos e pestes nos centros de detenção. Já as doenças não-transmissíveis são agravadas devido a outras vulnerabilidades relacionadas à situação de detenção e da migração, combinadas aos obstáculos enfrentados para acesso aos cuidados em saúde. A saúde mental também é profundamente impactada: há uma alta prevalência de transtornos mentais durante e após o período de detenção, como um resultado das condições de vida na detenção e do impacto psicológico advindo da restrição à liberdade que, enquanto um trauma, tem como consequências ansiedade, depressão e a síndrome de estresse pós-traumático. É importante destacar que existem questões específicas relacionadas ao gênero que são causadas ou exacerbadas pelas condições das detenções, e crianças são particularmente mais vulneráveis aos impactos negativos sobre a saúde - sendo que a detenção de crianças por si só já constitui uma violação de seus direitos diante os instrumentos legais das Nações Unidas. Por fim, além dos problemas gerados pelas más condições de vida nos centros de detenção, os serviços de saúde são inadequados, fragmentados e demorados, havendo falta de profissionais da saúde especializados e preparados para as especificidades desses atendimentos, e barreiras linguísticas e culturais.

A partir destes resultados e das disposições do direito internacional, destaca-se que a detenção deve ser utilizada apenas como um último recurso, e se usada, deve-se haver atenção para minimizar os impactos da detenção sobre o bem-estar físico e mental dos migrantes, em especial grupos mais vulneráveis como mulheres, crianças e LGBTs, sendo necessárias abordagens intersetoriais para assegurar seus direitos humanos. Padrões mínimos como a melhoria das condições sociais e ambientais durante a detenção devem ser implementados, a fim de evitar a superlotação dos centros de detenção e garantir o acesso a condições sanitárias, alimentação e água adequados. Ademais, é necessário fortalecer a oferta e o controle de qualidade dos serviços de saúde para as pessoas detidas, incluindo diagnóstico e cuidados à saúde oportunos (incluindo saúde mental), assim como assegurar que os profissionais de saúde tenham as habilidades necessárias para atuar nas instalações de detenção, e que a documentação médica seja robusta e transparente. A publicação e suas implicações tornam-se ainda mais relevantes diante de um contexto de políticas repressoras e violentas anti-imigratórias nos Estados Unidos e na Europa, onde centros de detenção insalubres, que violam os direitos à saúde, à vida e à dignidade humana, são o destino de milhões de pessoas refugiadas e imigrantes.

## Relatório de impacto do ACNUR: Respostas a novas emergências e crises prolongadas

Ao fim de 2025, o ACNUR publicou um relatório<sup>8</sup> sobre sua atuação ao longo do ano nas complexas novas emergências humanitárias e crises de longo-prazo que forçam o deslocamento de milhões de pessoas de seus lares. Até o fim de junho de 2025, quando há os últimos dados oficiais disponíveis, 117,3 milhões de pessoas haviam sido forçadas a se deslocar no mundo, uma redução de 5% quando comparado com o ano anterior (2024). Este declínio representa um aumento dos retornos de refugiados e pessoas deslocadas internamente, incluindo retornos voluntários. Contudo, as tendências migratórias para o segundo semestre de 2025 sugerem que os números totais devem ser mais elevados considerando o ano completo. Frente a estes desafios conjunturais, o ACNUR enfrentou ainda mais obstáculos colocados por cortes de financiamento, fazendo com que a organização reduzisse a escala de suas atividades e sua força de trabalho em aproximadamente um terço.

Ao longo de 2025, o ACNUR gerenciou 24 declarações de emergência ativas em 16 países, incluindo 10 novas e 14 crises em continuidade desde o ano anterior. Dessas, sete foram classificadas como nível 1, dez como nível 2 e sete como nível 3. Todas as crises de nível 3 vieram do ano anterior, com destaques para a situação do Sudão e seu impacto regional, do Líbano e da Síria. As principais crises em que houve atuação do ACNUR ocorreram na Colômbia (7,1 milhões de deslocados); no Mali (recebendo 273 mil refugiados do Burkina Faso); na República Democrática do Congo (1,6 milhões de refugiados internos e 1,2 milhões nos países vizinhos); no Sudão e Sudão do Sul (4,2 milhões saíram do Sudão desde 2023 e 2,4 milhões de refugiados no Sudão do Sul); no Afeganistão (2,8 milhões de retornos do Irã); no Mianmar (3,6 milhões deslocados internamente e 1,5 milhões de refugiados); e na Ucrânia (5,3 milhões de refugiados), e foram mobilizados 193 milhões de dólares.

Frente a estes desafios conjunturais, o ACNUR enfrentou ainda mais obstáculos colocados por cortes de financiamento, fazendo com que a organização reduzisse a escala de suas atividades e sua força de trabalho em aproximadamente um terço. Embora os valores para o ano completo ainda não sejam oficiais, espera-se observar uma redução de 28% nas contribuições recebidas em relação a 2024. Para 2026, as projeções para o número de pessoas forçadas a se deslocar, pessoas retornando a seus países de origem e pessoas apátridas são de 136 milhões, fazendo com que a necessidade de solidariedade internacional chegue a um ponto crítico. O relatório destaca que, sem o financiamento adequado, oportuno e flexível, a capacidade do ACNUR de responder a essas crises e garantir a vida das milhões de pessoas em situação de migração ou refúgio será fortemente restrita.

### Referências:

CNN BRASIL. Captura de Maduro reacende debate sobre êxodo venezuelano no Brasil. CNN Brasil, 05 jan. 2026. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/captura-de-maduro-reacende-debate-sobre-exodo-venezuelano-no-brasil/>. Acesso em: 09 fev. 2026.

LE MONDE. After celebrating Maduro ouster, Venezuelan migrants in US fear what lies ahead. Le Monde, 14 jan. 2026. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/>

[en/international/article/2026/01/14/after-celebrating-maduro-ouster-venezuelan-migrants-in-us-fear-what-lies-ahead\\_6749433\\_4.html](https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2026/01/14/after-celebrating-maduro-ouster-venezuelan-migrants-in-us-fear-what-lies-ahead_6749433_4.html). Acesso em: 09 fev. 2026.

O GLOBO. Aumento da violência em operações anti-imigrantes nos EUA põe táticas do ICE em xeque e expõe falhas em recrutamento. O Globo, 16 jan. 2026. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2026/01/16/aumento-da-violencia-em-operacoes-anti-imigrantes-nos-eua-poe-taticas-do-ice-em-xeque-e-expoe-falhas-em-recrutamento.ghtml>. Acesso em: 09 fev. 2026.

AL JAZEERA. Trump suspends immigrant visas for 75 countries: Who's affected? Al Jazeera, 15 jan. 2026. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2026/1/15/trump-suspends-immigrant-visas-for-75-countries-whos-affected>. Acesso em: 09 fev. 2026.

U.S. COMMITTEE FOR REFUGEES AND IMMIGRANTS (USCRI). USCRI raises alarm over TPS termination as Haiti faces record-level displacement. Washington, 2025. Disponível em: <https://refugees.org/uscri-raises-alarm-over-tps-termination-as-haiti-faces-record-level-displacement>. Acesso em: 09 fev. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO launches first-ever Technical Advisory Group to advance health equity for migrants and displaced populations**. 15 dez. 2025. Disponível em: [https://www.who.int/news/item/15-12-2025-who-launches-first-ever-technical-advisory-group-to-advance-health-equity-for-migrants-and-displaced-populations?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.who.int/news/item/15-12-2025-who-launches-first-ever-technical-advisory-group-to-advance-health-equity-for-migrants-and-displaced-populations?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 08 fev. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Health in immigration detention**: Evidence brief for policy and practice. Genebra, jan. 2026. Disponível em: <https://iris.who.int/server/api/core/bitstreams/930b6319-d1d-9-4271-bac4-f5d67145c521/content>. Acesso em: 08 fev. 2026.

UNITED NATIONS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **2025 Impact Report**: Response to new emergencies and protracted crises. Disponível em: <https://www.unhcr.org/media/unhcr-s-2025-impact-report-response-new-emergencies-and-protracted-crises>. Acesso em: 08 fev. 2026.

---

# Entre avanços e retrocessos: saúde e direitos de mulheres, crianças e adolescentes no cenário global

Between Advances and Setbacks: The Health and Rights of Women, Children, and Adolescents in the Global Context

Entre avances y retrocesos: la salud y los derechos de mujeres, niñas, niños y adolescentes en el escenario global

*Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos, Maria Teresa Rossetti Massari, Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes*

**Resumo:** O fim de 2025 marcou uma década decorrida da Agenda 2030 e a partir de agora faltam apenas cinco anos para seu cumprimento, e o panorama global tem sido marcado por contrastes e dissonâncias. Por um lado, avanços normativos e técnicos foram observados, com a publicação de documentos estratégicos e a realização de fóruns multilaterais de alto nível. Por outro, persistiram, e em alguns casos se agravaram, crises humanitárias, retrocessos políticos, cortes importantes de financiamento e o aprofundamento de desigualdades estruturais, que afetam desproporcionalmente o público-alvo dos nossos informes. Neste primeiro artigo de 2026, apresentamos uma análise de balanço do ano que passou, perspectivas e os imperativos urgentes para 2026, e os *highlights* que ocorreram entre dezembro/25 e fevereiro/26.

**Palavras-chave:** Saúde da Mulher; Saúde da Criança; Saúde do Adolescente; Desenvolvimento Sustentável; Agenda 2030.

**Abstract:** *The end of 2025 marked a decade since the adoption of the 2030 Agenda, and only five years now remain for its achievement. The global landscape has been characterized by sharp contrasts and dissonances. On the one hand, normative and technical advances were observed, including the publication of strategic documents and the convening of high-level multilateral forums. On the other hand, humanitarian crises persisted - and in some cases worsened - alongside political setbacks, significant funding cuts, and the deepening of structural inequalities that disproportionately affect the populations addressed in our reports. In this first article of 2026, we present a balance of developments from the past year, outline perspectives and urgent imperatives for 2026, and highlight key events that took place between December 2025 and February 2026.*

**Keywords:** *Women's Health; Child Health; Adolescent Health; Sustainable Development; 2030 Agenda.*

**Resumen:** *El final de 2025 marcó una década desde la adopción de la Agenda 2030, y a partir de ahora restan solo cinco años para su cumplimiento. El panorama global ha estado marcado por contrastes y disonancias. Por un lado, se observaron avances normativos y técnicos, con la publicación de documentos estratégicos y la realización de foros multilaterales de alto nivel. Por otro, persistieron —y en algunos casos se agravaron— crisis humanitarias, retrocesos políticos, recortes significativos de financiamiento y el profundizamiento de desigualdades estructurales que afectan de manera desproporcionada a los públicos abordados en nuestros informes. En este primer artículo de 2026, presentamos un análisis de balance del año transcurrido, las perspectivas y los imperativos urgentes para 2026, así como los principales hitos ocurridos entre diciembre de 2025 y febrero de 2026.*

**Palabras clave:** *Salud de la Mujer; Salud Infantil; Salud del Adolescente; Desarrollo Sostenible; Agenda 2030.*

## Introdução

O fim do ano de 2025 marcou uma década decorrida da Agenda 2030 e agora restam apenas cinco anos para seu cumprimento, e o panorama global foi marcado por contrastes e dissonâncias. Por um lado, avanços normativos e técnicos foram observados, com a publicação de documentos estratégicos e a realização de fóruns multilaterais de alto nível. Por outro, persistiram, e em alguns casos se agravaram, crises humanitárias, retrocessos políticos, cortes importantes de financiamento e o aprofundamento de desigualdades estruturais, que afetam desproporcionalmente o público-alvo dos nossos informes.

Houve uma produção acadêmica e normativa robusta, produzida pelas agências multilaterais, que foi confrontada com as crises humanitárias, narrativas antagônicas aos direitos humanos e a ameaça concreta de desfinanciamento da arquitetura internacional de saúde e proteção social.

Neste informe, apresentamos uma análise de balanço das produções feitas neste eixo, a distribuição temática e de ênfases dadas, as perspectivas e os imperativos urgentes para 2026, um ano que se inicia sob o signo da resiliência precária. Ao final, trouxemos os *highlights* que ocorreram entre dezembro/25 e fevereiro/26, período de recesso na produção dos artigos.

## Análise de Balanço 2025

### 1. Conhecimento teórico-conceitual e marcos normativos:

2025 foi um ano marcado pela produção de evidências e diretrizes técnicas. Organizações e agências como OMS, UNICEF, UNFPA e ONU Mulheres publicaram diversos relatórios que atualizaram diagnósticos e propuseram caminhos:

- ✓ O relatório **Tendências de mortalidade materna (2000-2023)**: reconhece que embora existam soluções para prevenir e tratar as principais causas de mortes maternas confirmam a estagnação global e o cenário preocupante na América Latina.
- ✓ O relatório **Estado da População Mundial (2025)**: destaca que a verdadeira crise da fertilidade está na falta de condições para escolhas reprodutivas livres e seguras. Barreiras econômicas, sociais e relacionais estão no centro desta discussão. **A Verdadeira crise da fertilidade** está na falta de condições para escolhas reprodutivas livres e seguras. Barreiras econômicas, sociais e relacionais estão no centro desta discussão.
- ✓ O **Quadro de Competências da OMS para Saúde de Adolescentes**, um marco para qualificação de profissionais.
- ✓ O **documento de posição global sobre modelos de cuidado baseados na obstetrícia**, reforçando o papel das parteiras.
- ✓ A análise dos **30 anos dos direitos das meninas** pós-Declaração de Pequim e o **Plano Estratégico 2026-2029 da ONU Mulheres**.

O relatório sobre mortalidade materna não apenas atualizou números, mas evidenciou a alarmante reversão de tendências em regiões como a América Latina e o Caribe, sinalizando o colapso silencioso de sistemas de saúde. De forma complementar, a OMS publicou o documento da Posição Global sobre Modelos de Cuidado Baseados na Obstetrícia, uma ferramenta política importante que vai além da técnica: é um manifesto pelo cuidado centrado na mulher, desmedicalizado e custo-efetivo, e uma reafirmação do papel estratégico das parteiras.

Paralelamente, a Organização também abordou duas lacunas históricas: a saúde adolescente, com o Quadro de Competências da OMS para Saúde de Adolescentes, que tenta superar o desafio da qualificação dos profissionais que atendem esse público; e a violência infantil, com o relatório sobre Castigo Corporal em Crianças, que corajosamente eleva uma prática culturalmente arraigada à categoria de problema de saúde pública, exigindo intervenções multiníveis para sua erradicação.

No campo dos direitos, os relatórios de balanço foram marcantes. “Girl Goals” (ONU Mulheres, UNICEF, ONG Plan International) e “Direitos das Mulheres em Revisão” (ONU Mulheres) fizeram um diagnóstico dos 30 anos após a Declaração de Pequim: progressos inegáveis em educação e saúde básica, mas estagnação profunda em autonomia econômica, participação política e no enfrentamento à violência de gênero estrutural. O Plano Estratégico 2026-2029 da ONU Mulheres surge, assim, como uma tentativa de “recalibrar a rota” com urgência, focando em financiamento, inovação e responsabilização.

## 2. Da Guerra às Emergências Climáticas:

Enquanto se produzia conhecimento, a realidade dura continuava. A análise dos 1.095 dias de guerra na Ucrânia mostrou uma crise que se “normalizou” com custos humanos brutais: deslocamento, violência sexual como arma de guerra, colapso educativo e sanitário com impacto ainda mais intenso em mulheres, crianças e adolescentes. O informe sobre Gaza (no boletim sobre adolescentes) também lembra que, em alguns contextos, a discussão sobre “saúde e bem-estar” é substituída pela luta pela sobrevivência física imediata. Essas guerras atingem níveis dramáticos, com impactos devastadores, e continuam a exigir respostas urgentes.

As mudanças climáticas deixaram de ser uma ameaça futura e são a cada dia mais eminentes. As publicações analisadas as apontam esse fator como um multiplicador de riscos no presente: agravando a insegurança alimentar infantil, ampliando doenças, forçando deslocamentos que aumentam a vulnerabilidade ao tráfico (como destacado no informe correspondente) e criando impactos na saúde mental específicos para as gerações mais jovens, com pouca voz COP que decidem seu futuro.

## 3. A Crise do Multilateralismo: Ameaças Políticas e Financeiras

O retorno de Donald Trump, a sombra do “*America First*”, representa mais do que uma diminuição de financiamento (ainda que importante); simboliza um ataque à própria ideia de cooperação global e à governança baseada em evidências. A politização da ajuda, os cortes a organismos como UNFPA e OMS, e o apoio a políticas que restringem direitos sexuais e reprodutivos (como a “Lei de Proteção da Vida” mencionada indiretamente no contexto dos EUA) criam um efeito cascata: fragilizam agências, encorajam governos afins a fazerem o mesmo e desmobilizam a sociedade civil global. Assim como a nomeação de Robert F. Kennedy Jr. para o Departamento de Saúde e Serviços Humanos (HHS), um ativista antivacina.

Esta tensão se materializa na crise de financiamento citada em múltiplos informes. A falta de recursos não é acidental; é política. A politização da cooperação internacional e a ameaça de cortes de financiamento a agências e programas colocam em risco décadas de progresso. O enfraquecimento do multilateralismo em saúde foi potencializado pela perspectiva de retorno de políticas externas isolacionistas do novo mandato de Donald Trump nos EUA.

## Distribuição Temática e de Público: Prioridades e Omissões

Uma análise quantitativa dos 22 informes revela tendências importantes sobre o foco da agenda global:

### ✓ **Distribuição por tema principal:**

- ✓ Saúde de Mulheres (23%): O tema mais recorrente, refletindo sua centralidade nos ODS e sua sensibilidade política. Abordam mortalidade materna, saúde sexual e reprodutiva, modelos de cuidados obstétricos, direitos reprodutivos e a discussão sobre fertilidade e gestação por substituição.

- ✓ Saúde Infantil (23%): Aborda imunização, nutrição, violência (castigo corporal, tráfico), proteção e construção de sistemas resilientes. Mostra um entendimento ampliado de “saúde infantil”.
  - ✓ Empoderamento, Direitos e Governança de Gênero (23%): Foco em espaços políticos (CSW69, UNGA80, Conferência Nacional no Brasil), Plataforma de Pequim, Plano da ONU Mulheres, conferência nacional no Brasil e migração feminina e planos estratégicos. Destaca a luta por representação e mudança estrutural.
  - ✓ Saúde, Desenvolvimento e Bem-Estar na Adolescência (14%): Inclui o relatório da Lancet, o quadro da OMS e o balanço dos direitos das meninas. É um bloco coeso, mas com menor volume.
  - ✓ Crises Humanitárias e Conflitos (9%): Ucrânia e Gaza. A porcentagem relativamente baixa pode subestimar o peso que estas crises têm na operação das agências no campo, mas é muito relevante.
  - ✓ Mudanças Climáticas e Saúde Planetária (9%): Impactos na infância e preparação para a COP30. Ainda uma área em construção na interseção com direitos da criança.
- ✓ **Distribuição por público-alvo principal:**
- ✓ Mulheres (36%): Maior foco, refletindo a força do advocacy de gênero e a maturidade da agenda de direitos das mulheres.
  - ✓ Crianças (32%): Agenda consolidada, com foco em sobrevivência, desenvolvimento e proteção.
  - ✓ Público Misto (18%): Temas transversais que afetam todos os grupos, como crises climáticas e humanitárias.
  - ✓ Adolescentes (14%): Há uma clara subdivisão: quando adolescentes são mencionados, é frequentemente no contexto da saúde (Lancet, OMS) ou como subgrupo de “crianças” ou “mulheres” (meninas). Sua agenda específica de participação cidadã, saúde mental, educação secundária e formação para o mundo do trabalho aparece de forma menos proeminente.

Os descritores utilizados revelam uma forte convergência temática em torno da saúde de crianças, mulheres e adolescentes. Há destaque para eixos estruturantes da agenda global, como Desenvolvimento Sustentável, Direitos Humanos e Igualdade/Equidade de Gênero, evidenciando a inserção desses temas em marcos internacionais como a Agenda 2030 e as políticas das Nações Unidas. Outros descritores reforçam dimensões contemporâneas e intersetoriais da saúde global, incluindo mudança climática, sistemas de saúde, vacinação, migração internacional e conflitos armados, compondo um panorama que conecta determinantes sociais, contextos humanitários, políticas públicas e justiça social. Essa distribuição aponta para uma agenda ampla, complexa e profundamente interligada, onde saúde, direitos e desenvolvimento se articulam de forma inseparável.

### **Onde mais houve avanços:**

1. Produção de evidências e diretrizes técnicas
2. Fortalecimento e/ou criação de marcos normativos e estratégicos
3. Visibilidade e análise de crise
4. Reconhecimento da interdependência das crises

### **Onde precisamos avançar mais:**

1. Implementação e financiamento
2. Equidade no acesso a serviços essenciais
3. Participação e protagonismo
4. Proteção em contextos de conflito e crise humanitária
5. Enfrentamento das mudanças climáticas
6. Superação de normas sociais prejudiciais
7. Sustentabilidade do multilateralismo

Há um caminho entre o conhecimento produzido e a realidade vivida a ser percorrido. A comunidade técnica global soube diagnosticar e prescrever com precisão, porém é notório que a vontade política e os recursos necessários para transformar prescrição em prática ficaram aquém, quando não regrediram.

## **Perspectivas para 2026**

O ano de 2026 se apresenta como um momento decisivo, com apenas cinco anos para o cumprimento da Agenda 2030. As perspectivas são compostas por alguns desafios, como:

1. **Financiamento:** A defesa do multilateralismo passará pela construção de coalizões de financiamento diversificadas. A sustentabilidade dos sistemas de saúde e das políticas e programas de proteção social dependerá da capacidade de mobilizar distintos agentes e recursos diante de um cenário global de restrições orçamentárias, prioridades concorrentes, instabilidades políticas e econômicas.
2. **Fortalecimento de sistemas resilientes:** A lição das múltiplas crises é a necessidade urgente de construir sistemas de saúde, proteção social e educação que sejam adaptativos, centrados nas pessoas e capazes de manter serviços essenciais em situações extremas.
3. **Integração das agendas:** Superar a fragmentação é imprescindível. A agenda climática deve ser também uma agenda de saúde e proteção social. A resposta humanitária na Ucrânia ou em Gaza deve integrar desde serviços de saúde sexual e reprodutiva e proteção contra violência de gênero. Os programas de enfrentamento ao tráfico devem considerar os deslocamentos climáticos como um fator de risco novo.
4. **Enfrentamento da desinformação:** A queda da cobertura vacinal e o ataque a direitos

reprodutivos alimentados por desinformação exigirão estratégias de comunicação e educação em saúde baseadas em evidências e o engajamento de comunidades.

5. **Proteção em conflitos:** A persistência de guerras e crises humanitárias demandará mecanismos ágeis de proteção para mulheres e crianças, com atenção especial à violência de gênero e à garantia de acesso à educação e saúde.

A esperança para o este ano está na execução prática das evidências conceituais e técnicas produzidas em 2025 (e antes), na força do ativismo da sociedade civil e na capacidade de agências multilaterais, governos progressistas e parceiros inovadores se juntarem para defender os direitos humanos, a saúde pública e um outro multilateralismo possível.

## **Highlights durante o recesso**

### **UNICEF lança apelo humanitário de 2026**

O UNICEF lançou um apelo humanitário global para 2026, solicitando US\$ 7,66 bilhões para apoiar ações de emergência voltadas a crianças e famílias afetadas por conflitos, desastres, deslocamentos e crises econômicas graves. Este financiamento busca alcançar 73 milhões de crianças com serviços imediatos que salvam vidas e investimentos no desenvolvimento a longo prazo, incluindo vacinação, água potável, educação e tratamento de desnutrição. Apesar da demanda histórica de assistência, há cortes e limitações de financiamento que pressionam a capacidade de resposta. O UNICEF enfatiza a necessidade de financiamento previsível, flexível e plurianual para manter operações e ampliar o alcance das ações humanitárias.

### **Relatório anual 2025 da ONU Mulheres**

O relatório anual da ONU Mulheres apresenta um balanço das ações e resultados de 2024-2025 na promoção da igualdade de gênero e do empoderamento de mulheres e meninas em todo o mundo. Ele celebra o trabalho da organização, destacando os principais resultados em sete eixos: (1) a marca dos 15 anos da ONU Mulheres, reafirmando sua trajetória institucional e capacidade de gerar resultados globais em igualdade de gênero; (2) o crescimento e a estabilidade financeira, com aumento das contribuições voluntárias e captação em torno de US\$ 594 milhões, sinalizando confiança continuada de doadores; (3) a expansão do financiamento estratégico e flexível, com maior volume de recursos direcionados diretamente aos escritórios de país, ampliando a capacidade de resposta a contextos locais; (4) o fortalecimento e diversificação de parcerias, incluindo governos, setor privado e comitês nacionais, o que ampliou a base de apoio político e financeiro; (5) o apoio consistente a organizações lideradas por mulheres, com expressivo volume de subvenções para a sociedade civil, especialmente em contextos de restrição de recursos; (6) a gestão de fundos dedicados à eliminação da violência contra mulheres e meninas e à inclusão, beneficiando centenas de organizações e defensoras de direitos humanos; e (7) a entrega de resultados programáticos concretos em nível nacional, alinhados ao Plano Estratégico da organização, com avanços em políticas públicas, liderança feminina e enfrentamento das desigualdades estruturais de gênero, ainda que reconhecendo a persistência de desafios para o alcance pleno da Agenda 2030.

## **Discurso “CSW70 – Para todas as mulheres e meninas negadas de justiça”**

No contexto da 70ª sessão da Comissão sobre o Status da Mulher (CSW70), que teve como foco a justiça para mulheres e meninas, a ONU Mulheres destacou a urgência de reforçar sistemas jurídicos inclusivos e equitativos para eliminar leis discriminatórias e barreiras estruturais ao acesso à justiça. O discurso salienta que, globalmente, mulheres ainda possuem apenas cerca de 64 % dos direitos legais dos homens e que muitos países carecem de definições legais de consentimento de estupro ou leis sobre igualdade salarial. A justiça é apresentada como base para governança, paz e desenvolvimento; e a sessão enfatiza investimentos em serviços jurídicos centrados nas vítimas, representação feminina nas profissões legais e apoio às organizações de mulheres como partes essenciais da solução.

## ***UN Women Executive Board* para primeira sessão regular de 2026**

A ONU Mulheres anunciou a convenção da primeira sessão regular de 2026 do seu Conselho Executivo, um órgão responsável por supervisionar políticas, prioridades operacionais e resultados da organização. Nessas sessões, são discutidos planos de trabalho, orçamentos e diretrizes estratégicas para o ano, além da adoção de programas e resoluções que orientam a operação da entidade globalmente em direção à igualdade de gênero e ao empoderamento de mulheres e meninas.

## **Anúncio do Dia Internacional da Mulher 2026 — “Direitos. Justiça. Ação.”**

O Dia Internacional da Mulher de 2026, celebrado em 8 de março, terá como tema “Direitos. Justiça. Ação. Para todas as mulheres e meninas”. A campanha chama a atenção para as lacunas persistentes nos direitos legais entre homens e mulheres e destaca a necessidade de ação para eliminar leis discriminatórias, fortalecer proteções legais e abordar normas sociais que mantêm desigualdades. A iniciativa visa envolver governos, sociedade civil e indivíduos para exigir justiça e implementação efetiva de direitos igualitários para todas as mulheres e meninas.

## **Retirada dos EUA de agências da ONU**

Foi publicada uma matéria que relata a declaração do secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, em resposta à decisão dos Estados Unidos de se retirarem de várias entidades, agências, tratados e convenções da ONU, dentre elas a ONU Mulheres. Guterres lamentou a medida anunciada pela Casa Branca, ressaltando que as contribuições dos Estados-membros ao orçamento regular da ONU e ao orçamento das operações de paz são obrigações legais conforme a Carta das Nações Unidas, e que tal responsabilidade inclui os EUA. Apesar da retirada, ele afirmou que todas as entidades da ONU continuarão implementando seus mandatos conforme determinado pelos Estados-membros, e enfatizou a necessidade de continuar o trabalho da organização com determinação para atender às pessoas que dependem de suas ações.

## Referências

World Health Organization; Maternal Mortality Estimation Inter-Agency Group. *Trends in maternal mortality 2000–2023*. Geneva: WHO; 2023. Available from: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240090763>

World Health Organization. *Global competency and outcomes framework for adolescent health and well-being*. Geneva: WHO; 2023. Available from: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240090800>

World Health Organization. *Transition to midwife-led care models: global position paper*. Geneva: WHO; 2023. Available from: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240090817>

UN Women; UNICEF; Plan International. *Girl goals: what has changed for girls? Adolescent girls' rights over 30 years*. New York: UN Women; 2025. Available from: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2025/03/girl-goals-30-years>

UN Women. *Women's rights in review: 30 years after Beijing*. New York: UN Women; 2025. Available from: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2025/03/women-s-rights-re-view-30-years-after-beijing>

United Nations Population Fund (UNFPA). *State of world population 2025: the fertility choice*. New York: UNFPA; 2025. Available from: <https://www.unfpa.org/swp2025>

The Lancet Commission on Adolescent Health and Wellbeing. *A call to action: the Second Lancet Commission on Adolescent Health and Wellbeing*. London: The Lancet; 2025 May. Available from: <https://www.thelancet.com/commissions/adolescent-health-and-wellbeing-second>

UNICEF. *Prospects for children: building resilient systems for the future*. New York: UNICEF; 2025. Available from: <https://www.unicef.org/reports/prospects-for-children-2025>

UN Women. *Strategic plan 2026–2029*. New York: UN Women; 2025. Available from: <https://www.unwomen.org/en/about-us/strategic-plan>

World Health Organization, Violence Prevention Unit. *Corporal punishment of children: public health impacts*. Geneva: WHO; 2023. Available from: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240090787>

World Health Organization; UNICEF. *Global childhood immunization coverage report 2024*. Geneva: WHO; 2025. Available from: <https://www.who.int/teams/immunization-vaccines-and-biologicals/immu->

[nization-analysis-and-insights/global-monitoring](https://www.who.int/teams/immunization-vaccines-and-biologicals/global-monitoring)

UNICEF lança apelo humanitário de 2026 UNICEF. *UNICEF launches 2026 humanitarian appeal*. UNICEF; 2025 Dec 10 [cited 2026 Feb 6]. Available from: <https://www.unicef.org/emergencies/launch-2026-humanitarian-appeal>

Relatório anual 2025 — UN Women  
UN Women. *UN Women highlights 2024–2025* [Internet]. New York: United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women; 2025 [cited 2026 Feb 6]. Available from: <https://www.unwomen.org/en/annual-report/2025>

Discurso UN Women — CSW70 (acesso à justiça) UN Women. *CSW70: For all women and girls who have been denied justice* [Internet]. 2026 Jan [cited 2026 Feb 6]. Available from: <https://www.unwomen.org/en/news-stories/speech/2026/01/csw70-for-all-women-and-girls-who-have-been-denied-justice>

UN Women Executive Board — sessão 2026 UN Women. *UN Women Executive Board to convene first regular session of 2026* [Internet]. 20 Jan 2026 [cited 2026 Feb 6]. Available from: <https://www.unwomen.org/en/news-stories/announcement/2026/01/un-women-executive-board-to-convene-first-regular-session-of-2026>

Anúncio IWD 2026 — Tema Direitos, Justiça, Ação  
UN Women. *International Women's Day 2026: Rights. Justice. Action. For ALL Women and Girls* [Internet]. 2026 Jan [cited 2026 Feb 6]. Available from: <https://www.unwomen.org/en/news-stories/announcement/2026/01/international-womens-day-2026-rights-justice-action-for-all-women-and-girls>

NAÇÕES UNIDAS. Guterres: “Continuaremos a cumprir nossos mandatos com determinação” [Internet]. *UN News em português*, 08 jan 2026. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2026/01/1852019>. Acesso em: 6 fev 2026

---

# Perspectivas da segurança alimentar e nutricional global em 2026

*Eduardo Nilson e Denise Oliveira e Silva*

**Resumo:** Nesse informe, refletiremos sobre as perspectivas e desafios da agenda global de segurança alimentar e nutricional global no ano de 2026, considerando a fragilização do multilateralismo e dos compromissos internacionais e suas potencialidades e riscos diante das mudanças na conjuntura geopolítica mundial e como isso se reflete nas políticas nacionais. Nessa reflexão, amparada por um relatório recente da FAO, discutimos a necessidade de mudanças sistêmicas e possíveis caminhos para essas transformações em um cenário conturbado e imprevisível.

Seguindo os mesmos desafios do ano passado, a segurança alimentar e nutricional (SAN) global em 2026 opera em um contexto de grandes pressões, onde desafios estruturais duradouros se juntam choques geopolíticos recentes, ameaçando a capacidade coletiva de garantir o direito humano à alimentação. Esse cenário traz a conjunção da fragilização do multilateralismo, do negacionismo científico institucionalizado e da dificuldade intrínseca em transformar sistemas alimentares complexos cria um panorama onde as organizações internacionais são simultaneamente mais necessárias e mais debilitadas.

Para agravar ainda mais esse contexto, as políticas do segundo governo Trump nos Estados Unidos atuam como um catalisador de desordem sistêmica nos campos das políticas, do comércio e da própria ciência, enquanto iniciativas como a Aliança Global contra a Fome, proposta pelo Brasil buscam, em meio à turbulência, reconstruir pontes de cooperação. Para o alcance dos compromissos globais relacionados à SAN, é fundamental compreender essa teia de interdependências, pois a fome, a má nutrição e as doenças associadas à alimentação inadequada não são meras consequências, mas sintomas centrais da disfunção dos sistemas alimentares, sociais e econômicos.

Destaca-se, então, a íntima relação entre nutrição, saúde e ambiente em nível global, manifestada pela dupla carga da má nutrição (a continuidade da desnutrição e de outras carências nutricionais junto ao aumento da obesidade e das outras doenças crônicas não-transmissíveis), que se soma às mudanças climáticas (em grande parte causadas pelos sistemas alimentares hegemônicos) para criar uma sindemia global sem precedentes (Swinburn *et al.*, 2019).

Continua o chamamento forte pelo alcance de compromissos internacionais relacionados aos direitos humanos em particular relacionando cada vez mais a saúde humana e a saúde planetária, em que a alimentação tem papel central por meio dos sistemas alimentares. Lembrando, nesse sentido, que o consumo final reflete como os alimentos são produzidos, processados e distribuídos, mostrando a dicotomia entre sistemas hegemônicos baseados na tripla monotonia alimentar (monoculturas de commodities, pecuária intensiva e produtos alimentícios ultrap-

rocessados) e os sistemas alimentares transformadores, caracterizados pela diversificação, sustentabilidade e justiça.

Dentre esses compromissos, entramos na reta final para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), cada vez mais atuais e necessários e complementados pela Cúpula de Sistemas Alimentares e pela renovada, ao menos no prazo final, Década de

Ação sobre a Nutrição, ainda que haja ameaças de fragmentação da agenda. Aguardamos mais uma vez pelo relatório anual da FAO sobre o Estado da Insegurança Alimentar no Mundo (SOFI), nos próximos meses, contudo com expectativas pouco promissoras acerca da velocidade de redução da fome e da múltipla carga da má nutrição para o alcance das metas globais.

Nessa mesma agenda, a Aliança Global contra a Fome foi oficialmente lançada na Cúpula do G7 em junho de 2024, apresentada pelo do Brasil, ganhou impulso significativo durante a COP30, posicionando-se como uma estrutura política de alto nível para unir e acelerar os esforços existentes. Até o momento, a adesão inclui países do G7 (como Itália, França, Alemanha, EUA, Japão e Canadá), países em desenvolvimento (como Brasil, Quênia e Índia) e instituições-chave (FAO, IFAD, PAM e o Banco Mundial). Em relação ao financiamento, os compromissos ainda estão sendo formalizados, com um foco inicial em mobilizar e realinhar recursos já existentes de instituições financeiras internacionais e orçamentos nacionais, além de buscar novos investimentos público-privados para projetos específicos. As metas centrais da Aliança são ambiciosas e alinhadas com os ODS: eliminar a fome até 2030, aumentar a resiliência dos sistemas alimentares às mudanças climáticas e conflitos, e promover uma transição para sistemas alimentares sustentáveis e equitativos. O sucesso da iniciativa dependerá criticamente da sua capacidade de traduzir esses compromissos políticos em financiamento novo e adicional, e de coordenar ações concretas além das estruturas já existentes. Ao mesmo tempo, o impacto das mudanças climáticas está cada vez mais presente nos sistemas alimentares e sentido no cotidiano das populações, a exemplo do impacto nos preços de produtos como o azeite de oliva e do café, mas que ameaçam cada vez mais alimentos básicos. Nesse mesmo contexto, vemos, ainda, um aumento das migrações forçadas de populações em virtude das mudanças climáticas, trazendo como uma causa e consequência a insegurança alimentar e nutricional.

Durante o ano de 2025, além do reforço ao arcabouço operacional da Aliança, foram incorporados importantes membros, tais como a Aliança Global para Melhoria da Nutrição (*Global Alliance For Improved Nutrition - GAIN*), a *Heifer International*, a *BAIF Development Research Foundation* e a *Arigatou International*, que trazem contribuições relevantes na forma de conhecimentos técnicos e redes locais para o pilar de conhecimento da Aliança Global.

Em outro ponto de protagonismo brasileiro, a COP 30, em Belém, no Brasil, por sua vez, trouxe uma expectativa enorme de avançar sobre tópicos que não foram abordados em cúpulas anteriores, trazendo uma grande responsabilidade para país anfitrião, visto que deve, ao mesmo tempo, ser modelo nas agendas. Para os mais esperançosos, a COP 30 representava o potencial de alavancar a agenda dos sistemas alimentares, especialmente considerando sua localização na Amazônia e o crescente reconhecimento da necessidade de transformar os sistemas alimentares para enfrentar as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a insegurança alimentar. Além disso, foi reforçada a necessidade de construir forte vontade política, do aumento de financiamento e de esforços colaborativos entre setores e partes interessadas.

Na prática, os sistemas alimentares ganharam algum destaque na agenda da COP, com uma crítica contundente ao *greenwashing* corporativo, denunciando promessas vagas de “net-zero” e rótulos sustentáveis que mascaram a manutenção de modelos industriais de alto impacto, todavia essas críticas não foram suficientes para impedir a invasão da agenda por agentes dos

sistemas alimentares hegemônicos, principalmente em espaços como o Agrizone. No aspecto de financiamento, houve pressão por mecanismos concretos para redirecionar

subsídios públicos e privados da agricultura intensiva para práticas regenerativas, agroecologia e apoio a pequenos agricultores, ainda que com divergências sobre os volumes e a governança dos recursos e poucos compromissos concretos. Paralelamente, modelos alternativos—como agroflorestas, sistemas alimentares indígenas e circuitos curtos de comercialização—foram reconhecidos oficialmente como soluções essenciais baseadas na natureza, com demandas por seu fortalecimento através de políticas integradas e acesso direto a financiamento climático. Não é claro, contudo, como será a abordagem das próximas COPs.

Para completar, é inevitável comentar sobre a nova presidência de Donald Trump, nos Estados Unidos da América, que pode ameaçar significativamente as agendas globais de SAN e saúde, bem como de sistemas alimentares, por meio de guerras comerciais, enfraquecimento do multilateralismo (em especial em relação às Nações Unidas e seus organismos), negacionismo e desinformação, desregulação, autoritarismo, guerras fiscais e poder político por oligopólios, entre outros riscos.

Diante desse cenário, está crescentemente desafiador trabalhar sobre os mecanismos para a transformação dos sistemas alimentares, de forma a priorizar sua saudabilidade, sustentabilidade, inclusão e resiliência, equilibrando o mundo globalizado e urbanizado com a necessidade de soluções predominantemente locais.

## O cenário do multilateralismo

A atuação das principais organizações internacionais que tratam da agenda de SAN, tais como a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), o Fundo nas Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Programa Mundial de Alimentos (WFP), continua a enfrentar um paradoxo operacional: por um lado, seu mandato e cobertura global são insubstituíveis para coordenar respostas a crises e estabelecer normas técnicas, mas, por outro, estão crônica e severamente subfinanciadas, obrigadas a operar em modo de reação a emergências, o que as impede de investir em resiliência e transformação de longo prazo. A FAO, por exemplo, tem buscado fortalecer ações voltadas à transição para sistemas alimentares sustentáveis, contudo sua autoridade é constantemente contestada por interesses nacionais e corporativos que privilegiam modelos agroindustriais de curto prazo, bem como sucessivas tentativas de captura corporativa de sua agenda vêm sendo observadas. O WFP, por sua vez, tornou-se um gigante logístico de auxílio humanitário, mas seu modelo depende de doações voluntárias que não conseguem atender a todas as crises com recursos adequados, perpetuando um ciclo de dependência, em vez de desenvolvimento.

Como resultado direto dessas dinâmicas, o distanciamento do alcance dos compromissos internacionais não é mais uma possibilidade, mas uma realidade mensurável. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em particular o ODS 2 (Fome Zero), estão tecnicamente inalcançáveis dentro do prazo de 2030. A fome crônica, que havia regredido por décadas, voltou a crescer de forma alarmante. O Acordo de Paris sobre mudança climática, cujo sucesso é uma condição sine qua non para a segurança alimentar futura, vê suas metas se esvaírem devido à insuficiência das ações nacionais, muitas vezes lideradas por grandes potências agrícolas. Este fracasso coletivo em cumprir promessas solenes não é apenas uma falha técnica, mas uma profunda crise de credibilidade e solidariedade global, que alimenta o cinismo e reduz ainda mais a vontade política para agir.

É neste cenário de desordem e fragmentação que as iniciativas diplomáticas do Brasil, particularmente a proposta de uma Aliança Global contra a Fome, adquirem relevância

estratégica. O Brasil carrega a credibilidade ambígua de um gigante agrícola com um legado histórico bem-sucedido de combate à fome, mas também com uma realidade contemporânea de altos índices de desmatamento. A Aliança surge como uma tentativa de preencher o vácuo de liderança deixado pela retração americana, posicionando o país como um mediador capaz de dialogar com o Sul Global. Seu potencial reside em mobilizar uma coalizão política em torno de soluções práticas, baseadas na experiência brasileira em agricultura tropical e programas de alimentação escolar, e em revitalizar a cooperação Sul-Sul.

No entanto, o sucesso da Aliança enfrenta obstáculos críticos que refletem as contradições da ordem global. Em primeiro lugar, sua credibilidade está inextricavelmente ligada à coerência das políticas domésticas brasileiras. A persistência de altas taxas de desmatamento na Amazônia e no Cerrado cria uma contradição fatal que pode reduzir a iniciativa a um exercício de “*green-washing*” diplomático, minando o apoio de potências europeias e da sociedade civil global. Em segundo lugar, a Aliança corre o risco de, em vez de fortalecer os frágeis fóruns multilaterais existentes, como o Comitê de Segurança Alimentar Mundial da ONU, tornar-se mais um fórum paralelo e fragmentado, drenando atenção e recursos sem gerar ação concreta. Por fim, seu alinhamento geopolítico será um teste decisivo: se percebida como uma extensão do projeto antimultilateralista de Trump, perderá legitimidade; se conseguir manter um foco técnico e inclusivo, poderá ser um espaço de convergência.

Nesse cenário turbulento, a FAO lançou, ao final de 2025, um relatório importante sobre os caminhos práticos para a transformação dos sistemas alimentares (*Transforming Food and Agriculture Through a Systems Approach*), como um documento estratégico de referência para profissionais da saúde global que reconhecem a inseparabilidade entre saúde humana, nutrição e sustentabilidade a partir de uma abordagem sistêmica e as mensagens-chave para os diferentes atores do ecossistema global de segurança alimentar e nutricional. (Food and Agriculture Organization (FAO), 2025).

Em seu diagnóstico geral, o relatório explicita que os sistemas agroalimentares contemporâneos estão falhando em cumprir sua função primária, por conta de uma crise de fragmentação das ações. Em outras palavras, apesar de uma multiplicidade de ações e intervenções voltadas para combater a fome, melhorar a nutrição, garantir meios de subsistência e proteger o meio ambiente, esses esforços são comumente desarticulados e fechados em seus nichos e setores. Como consequência, essa fragmentação cria um duplo problema: os objetivos centrais da agenda não são alcançados de forma equitativa e sustentável e, muitas vezes, ações bem-intencionadas em uma parte do sistema podem gerar externalidades negativas e consequências não intencionais em outras.

Por exemplo, a priorização da produtividade, com forte dependência tecnológica, tem levado à intensificação das monoculturas, junto com o aumento do uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos, que frequentemente vem acompanhado do esgotamento dos solos e a contaminação de aquíferos e rios. Assim, uma intervenção potencialmente projetada para aumentar a disponibilidade calórica pode, paradoxalmente, degradar o capital natural essencial para a produção futura e comprometer a qualidade da água, afetando diretamente a saúde pública, além de minar um componente essencial da saúde e nutrição: a diversidade. Assim, a visão de *trade-offs* inerentes é um ponto de partida central para a proposição de uma nova abordagem.

A abordagem sistêmica proposta pela FAO representa uma mudança paradigmática na forma de conceber, planejar e implementar políticas e intervenções. Em oposição a uma lógica linear

e setorial, essa abordagem compreende os sistemas agroalimentares como redes complexas, adaptativas e profundamente interconectadas, onde os componentes produtivos, ambientais, econômicos e sociais se influenciam mutuamente. Além disso, traz uma clara noção de que não é preciso criar novas ações do zero, mas sim otimizar e criar sinergias entre as iniciativas já existentes. O relatório, então, posiciona-se, como um guia prático para “construir pontes” entre ações desconectadas.

Os princípios operacionais fundamentais desta abordagem incluem:

1. Integração de objetivos, reconhecendo que segurança alimentar, nutrição, sustentabilidade ambiental e equidade social são metas interdependentes e não podem ser perseguidas de forma isolada;
2. Prevenção de *trade-offs* negativos, exigindo que qualquer intervenção seja avaliada antecipadamente por seus impactos cruzados em toda a cadeia;
3. Busca por sinergias e eficiência, identificando pontos de alavancagem onde uma ação pode gerar múltiplos benefícios; e
4. Valorização do conhecimento local e das soluções contextuais, partindo da premissa de que transformações duradouras devem ser ancoradas nas realidades e inovações das comunidades.

Dentre as mensagens-chave para os atores dos sistemas alimentares, reforça-se que a eficácia da abordagem sistêmica depende da ação coordenada e do alinhamento de papéis entre todos os atores. Por exemplo, espera-se que organismos internacionais sejam facilitadores da cooperação e da coerência global, harmonizando agendas, evitando duplicação de esforços, criando plataformas de partilha de dados e boas práticas e promovendo marcos de financiamento integrado. Os governos nacionais e locais são encarados como arquitetos da governança integrada e conectores das agendas às populações, aos quais cabe criar mecanismos de política intersetorial, reformar subsídios prejudiciais e investir em infraestruturas que liguem produção local a consumo saudável. Espera-se, ainda, que a academia possa prover evidências sistêmicas e avaliar o impacto das políticas, por meio da produção de pesquisas transdisciplinares que quantifiquem interligações e *trade-offs*, desenvolvendo ferramentas de modelagem que ajudem na tomada de decisão complexa. Aos agricultores e produtores de alimentos, como detentores do conhecimento prático e agentes de inovação nos territórios, é preciso promover uma participação ativa no co-desenho de soluções, bem como a adoção e adaptação de práticas sustentáveis e o compartilhamento de conhecimentos tradicionais e locais. Por fim, caberia à população e à sociedade civil, que são os demandantes ativos e agentes de mudança nos padrões de consumo, exercer pressão política por sistemas justos, adotar escolhas alimentares informadas e saudáveis, e apoiar modelos de produção sustentável (tais como circuitos curtos de produção e comercialização).

Observa-se, porém, uma grande ausência de discussão de um componente crucial, a gestão dos conflitos de interesses, como no caso dos determinantes comerciais da saúde que se apresentam muito fortemente na agenda dos sistemas alimentares, colocando soluções no máximo mitigatórias centradas nos sistemas hegemônicos como prioridade, enquanto as verdadeiras transformações necessárias são minadas e colocadas em segundo plano.

A mensagem final da FAO é de pragmatismo e urgência. A transformação necessária não exige necessariamente invenções radicais, mas sim uma reorganização inteligente e colaborativa dos esforços existentes. O sucesso dependerá da capacidade de todos os atores — desde organismos internacionais até cidadãos — de superarem silos setoriais e atuarem como conectores

em um sistema integrado, onde a saúde humana e a saúde do planeta sejam entendidas como dois lados da mesma moeda.

## Os Estados Unidos e o mundo

A fragilidade institucional global é exacerbada pela erosão deliberada do multilateralismo, um processo que ganhou força acelerada com o retorno da agenda “*America First*” e a implementação da estratégia “*Make America Great Again*” (MAGA) sob o atual governo Trump. A decisão de retirar os Estados Unidos da OMS e de reduzir drasticamente o engajamento e financiamento a outras agências da Organização das Nações Unidas representa uma ruptura estratégica com sete décadas de governança global construída sobre cooperação. Historicamente o maior contribuinte financeiro, os EUA sob a bandeira MAGA não apenas retiram recursos, mas também minam a legitimidade política dessas instituições, tratando-as como expressões de um “globalismo” contrário aos interesses nacionais. Esse vácuo de liderança e financiamento tem forçado as agências a contraírem programas essenciais, desde a vigilância de doenças zoonóticas na interface fauna-agricultura-humana até o apoio a agricultores familiares na adaptação climática, enfraquecendo a infraestrutura global de prevenção de crises.

O impacto doméstico das políticas MAGA nos órgãos técnicos americanos tem um efeito cascata global profundo e direto na SAN global. Para além da retirada do apoio estadunidense a outros organismos internacionais que atuam nas agendas de direitos humanos, foram promovidos severos cortes em programas nacionais de cooperação e assistência humanitária, como o USAID. Ainda, o enfraquecimento dos Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) e da Agência de Alimentos e Medicamentos (FDA) através da politização da ciência, censura a especialistas e desregulamentação acelerada compromete a vigilância epidemiológica global e pode comprometer inclusive os padrões de segurança dos alimentos. Quando o FDA relaxa suas normas ou quando o CDC perde capacidade de detectar um surto em sua origem, o risco de crises de saúde pública transnacionais ligadas à cadeia alimentar aumenta para todos os países. Da mesma forma, a transformação da USAID em um instrumento de diplomacia transacional, com cortes severos a programas de desenvolvimento agrícola de longo prazo, elimina uma fonte crítica de know-how e financiamento para a construção de resiliência nas regiões mais vulneráveis do mundo.

Um primeiro exemplo dessa atuação foi a adoção de impostos a importações de produtos, incluindo alimentos, de muitos países, como o Brasil, gerando impactos sobre a produção agrícola e economias nacionais dos exportadores, bem como repercutindo na inflação de alimentos dos próprios EUA. Enquanto alguns países cederam às chantagens estadunidenses em troca da redução de tarifas, o Brasil adotou estratégias que aliam os caminhos da diplomacia com a expansão das exportações para outros mercados para mitigar os efeitos de tarifas. Entretanto, a imprevisibilidade tem sido a marca dessa gestão no comércio internacional, portanto as ameaças devem continuar presentes.

Paralelamente, o negacionismo científico, outrora um fenômeno marginal, foi elevado a uma postura de política de Estado por influentes governos. Esta tendência representa um cavalo de Troia para a agenda de SAN, pois ataca seus fundamentos baseados em evidências. A

negação das mudanças climáticas antrópicas paralisa os esforços internacionais de adaptação da agricultura, essenciais para proteger a produção de alimentos de secas, inundações e pragas em deslocamento. Da mesma forma, campanhas de desinformação que equiparam diretrizes nutricionais da OMS e da FAO a “ideologias” ou que atacam vacinas e alimentos fortificados

criam confusão pública e resistência política, impedindo a implementação de políticas de saúde pública comprovadamente eficazes para combater a dupla carga da má nutrição.

Outro exemplo recente desses fenômenos foi o lançamento do novo guia alimentar dos EUA, que gerou grande repercussão nacional e internacional, em parte positivo e em parte negativo. Um dos pontos mais destacados pelas avaliações positivas foi a adoção explícita de orientações para evitar “alimentos altamente processados” (“*highly processed foods*”), inclusive reforçando os riscos sistêmicos do seu consumo, ainda que não assumindo o termo mais consagrado na literatura de “alimentos ultraprocessados” (“*ultra-processed foods*” ou UPF) (Mozaffarian, 2026). Por outro lado, há muitas polêmicas e distorções, tanto de conteúdo quanto de processo de elaboração e validação, tais como falta de consulta mais ampliada a especialistas e à sociedade, fortes indícios de interferência de indústrias de carnes e laticínios, falta de abordagem do consumo de álcool, incentivo sem base na ciência do consumo de proteínas e gorduras animais a partir da absurda pirâmide alimentar invertida e ausência da abordagem das questões ambientais da alimentação (Nestle, 2026). Isso traz preocupações que vão desde as políticas de saúde até a própria abordagem regulatória dos ultraprocessados em outros países, principalmente na região das Américas, bem como pressões corporativas para alterações em guias alimentares baseados em alimentos e em sistemas alimentares (Neves *et al.*, 2026).

## Conclusão

Assim como dissemos no início de 2025, começamos um novo ano reforçando que o tempo é ainda mais curto para o alcance de diversos compromissos internacionais na agenda de SAN e continuamos entre esperanças e desafios, lembrando que há um crescente corpo de evidências, informações e análises produzidas com grande rigor científico e sem conflitos de interesses para orientar políticas em todos os níveis.

No cerne de todos os desafios na agenda de SAN em 2026 está a dificuldade intransponível de transformar os sistemas alimentares globais. Esses sistemas são notoriamente complexos, envolvendo desde a produção de sementes e insumos, passando pelo comércio internacional, processamento industrial, até o consumo e descarte. Eles são mantidos por poderosos interesses econômicos consolidados e por subsídios governamentais que, muitas vezes, incentivam práticas insustentáveis. A transformação necessária em direção a sistemas que sejam simultaneamente produtivos, nutritivos, equitativos e regenerativos do meio ambiente exige uma coordenação política de altíssimo nível e uma vontade de enfrentar esses atores dos sistemas hegemônicos. No entanto, a fragmentação do multilateralismo e o risco aumentado de captura corporativa de políticas nacionais, regionais e globais dificultam seriamente essa coordenação, travando a mudança em um nível sistêmico.

Para a comunidade de saúde global, as implicações deste cenário são profundas. A nutrição é o elo fundamental entre a saúde da população e a saúde do planeta. O aumento da fome e da obesidade, impulsionados por sistemas alimentares disfuncionais, levará a um agravamento das doenças crônicas não transmissíveis, da desnutrição infantil e da vulnerabilidade a patógenos. A degradação ambiental e as mudanças climáticas, por sua vez, amplificam as ameaças de zoonoses e pandemias, além de ameaçar a própria produção de

alimentos. E, por fim, profissionais e gestores de saúde e as populações estão diante das consequências de um sistema que suas instituições globais têm cada vez menos poder para reformar. Essa realidade exige que a saúde global transcenda seu tradicional foco biomédico e se engaje de forma ousada nas políticas alimentares, agrícolas e climáticas, defendendo a SAN como um

pilar central da saúde e da agenda climática.

A atuação das organizações internacionais de saúde e nutrição deve, portanto, radicalizar a colaboração interagencial, aproximando ainda mais a alimentação, saúde e agricultura. É insuficiente tratar apenas dos sintomas da má nutrição sem atacar suas causas sistêmicas. Isso significa, entre outras prioridades, fortalecer a agenda de SAN na OMS, formar alianças operacionais com a FAO para promover dietas saudáveis a partir da produção, com o WFP para integrar nutrição na ajuda alimentar de emergência, e com o Unicef para proteger as crianças desde os primeiros mil dias de vida. Em um ambiente de recursos escassos representa uma necessidade, uma estratégia de sobrevivência e de eficiência para maximizar o impacto na saúde das populações. Como forma de melhor articular e potencializar essas ações, é fundamental fazer uso dos movimentos e compromissos globais como a Década de Ação sobre a Nutrição (prorrogada até 2030), a Cúpula de Sistemas Alimentares e as novas COP do clima, sob o guarda-chuva maior da Agenda 2030, fortalecendo as agendas de saúde humana, animal e planetária.

Olhando para 2026, as perspectivas são de um aprofundamento das tensões, em um cenário de grandes incertezas e imprevisibilidade. O mundo caminha para uma regionalização e nacionalização das estratégias alimentares, onde os países poderosos buscarão a autossuficiência a qualquer custo e os mais frágeis serão deixados à mercê da volatilidade do mercado e da caridade internacional. A ideia de que a segurança alimentar de um país está intrinsecamente ligada à do outro está sendo abandonada em favor de uma lógica de soma zero, atacando diretamente princípios básicos como o direito humano à alimentação adequada e a soberania alimentar das nações. Nesse contexto, a comunidade de saúde global tem um papel ético e técnico vital a desempenhar: documentar as consequências humanas dessa fragmentação, advogar por políticas baseadas em evidências e lembrar constantemente aos líderes políticos que a fome é uma falha política, não um destino inevitável, a exemplo do que a Aliança Global contra a Fome vem propondo.

Em conclusão, a agenda de segurança alimentar e nutricional em 2026 está paralisada no cruzamento entre a urgência transformadora e a regressão geopolítica. O caminho a seguir exige que a saúde global adote uma visão corajosamente sistêmica, entendendo que a batalha pela saúde pública do século XXI será travada não apenas em clínicas e laboratórios, mas nos campos agrícolas, nas negociações comerciais e nos fóruns de governança alimentar, com uma abordagem centrada nos direitos humanos e orientada pelas melhores evidências.

Desse modo, reforçamos em mais um ano que a transformação dos sistemas alimentares globais é cada vez mais necessário, ainda que o contexto seja mais complexo. Isso representa a necessidade de uma nova ordem global a partir das agendas de SAN, em que países latino-americanos (e o Brasil, em particular) podem ter papel central. Nacionalmente, ainda temos o desafio das eleições majoritárias no segundo semestre, que pode colocar novamente em risco políticas sociais essenciais para a SAN, enquanto ainda não superamos as contradições de nossos próprios sistemas alimentares, em que coexistem de forma desproporcional as monoculturas e o ultraprocessamento de alimentos com sistemas alimentares justos, saudáveis, sustentáveis e resilientes baseados na agricultura familiar.

Preparem-se para muito trabalho e muitas emoções.

## Referências

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Transforming food and agriculture through a systems approach**. [s.l.: s.n.].

MOZAFFARIAN, D. The 2025-2030 Dietary Guidelines for Americans. **JAMA - Journal of the American Medical Association**, v. 0, n. 0, 2026.

NESTLE, M. Politics trump science in new US dietary guidelines. **The BMJ**, v. 392, p. s143, 2026.

NEVES, F. S. *et al.* The 2025–2030 US Dietary Guidelines: An analysis of scientific integrity and global health governance. **The Lancet - Regional Americas**, p. In press, 2026.

SWINBURN, B. A. *et al.* The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **The Lancet**, v. 393, n. 10173, p. 791–846, 2019.

---

# Liberdade de Expressão em Declínio: Uma Análise Integrada do Relatório Mundial da UNESCO 2022–2025

*Fabiane Gaspar*

**Resumo:** O relatório *World Trends in Freedom of Expression and Media Development 2022–2025*, da UNESCO, evidencia uma deterioração global acelerada da liberdade de expressão. O estudo demonstra queda de 10% no índice internacional desde 2012, associada ao avanço do autoritarismo, ao enfraquecimento institucional e ao uso estratégico de normas legais para restringir vozes críticas. A violência contra jornalistas intensificou-se, com 310 mortes entre 2022 e 2025 e taxas elevadas de impunidade, além do crescimento do exílio jornalístico. Mulheres jornalistas enfrentam riscos ampliados, incluindo violência digital e ataques misóginos mediados por tecnologia. O relatório também destaca o papel ambíguo das plataformas digitais e da inteligência artificial, que ampliam tanto investigações jornalísticas quanto desinformação, ódio e desigualdades informacionais. A crise econômica da mídia, agravada pela concentração de receitas em plataformas, ameaça o pluralismo. A UNESCO conclui que proteger jornalistas, regular plataformas e fortalecer instituições democráticas é essencial para preservar a integridade informacional e a democracia.

**Palavras-chave:** UNESCO. Liberdade de Expressão. Jornalismo. Desenvolvimento de mídia.

**Resumen:** *El informe World Trends in Freedom of Expression and Media Development 2022–2025, de la UNESCO, evidencia un deterioro global acelerado de la libertad de expresión. El estudio muestra una caída del 10% en el índice internacional desde 2012, asociada al avance del autoritarismo, al debilitamiento institucional y al uso estratégico de leyes para restringir voces críticas. La violencia contra periodistas se intensificó, con 310 asesinatos entre 2022 y 2025 y altos niveles de impunidad, además del crecimiento del exilio periodístico. Las mujeres periodistas enfrentan riesgos ampliados, incluyendo violencia digital y ataques misóginos mediados por tecnología. El informe destaca también el papel ambiguo de las plataformas digitales y de la inteligencia artificial, que expanden tanto la investigación periodística como la desinformación y el discurso de odio. La crisis económica de los medios, agravada por la concentración de ingresos en plataformas, amenaza el pluralismo. La UNESCO concluye que proteger a los periodistas, regular las plataformas y fortalecer las instituciones democráticas es esencial para preservar la integridad informacional y la democracia.*

**Palabras clave:** UNESCO. Libertad de Expresión. Periodismo. Desarrollo de medios.

**Abstract:** *The World Trends in Freedom of Expression and Media Development 2022–2025 report by UNESCO reveals a rapidly accelerating global deterioration of freedom of expression. The study shows a 10% decline in the international index since 2012, linked to the rise of authoritarianism, institutional weakening, and the strategic use of legal mechanisms to silence critical voices. Violence against journalists has intensified, with 310 killings between 2022 and 2025 and persistently high levels of impunity, alongside a sharp increase in journalistic exile. Women journalists face heightened risks, including digital violence and technology-mediated misogynistic attacks. The report also highlights the ambiguous role of digital platforms and artificial intelligence, which both enhance investigative journalism and amplify disinformation and hate speech. The media's economic crisis—worsened by revenue concentration in large plat-*

*forms—threatens pluralism. UNESCO concludes that protecting journalists, regulating platforms, and strengthening democratic institutions are essential to safeguard information integrity and democracy.*

**Keywords:** UNESCO. Freedom of Expression. Journalism. Media Development.

## Introdução

A liberdade de expressão, condição estruturante para sociedades democráticas, informadas e pacíficas, enfrenta seu momento de maior fragilidade desde o fim da Segunda Guerra Mundial. O *World Trends in Freedom of Expression and Media Development: Global Report 2022/2025* alerta para uma erosão acelerada da liberdade de imprensa, intensificação da violência contra jornalistas e retrocessos institucionais que comprometem a integridade da informação no mundo.

O documento mostra que a desinformação, a violência política, a polarização, o enfraquecimento das instituições democráticas, o uso abusivo de tecnologias digitais e a crise de sustentabilidade econômica da mídia combinam-se para criar um cenário crítico, descrito pela UNESCO como uma “grave deterioração global” na capacidade das sociedades de manterem ecossistemas informacionais saudáveis.

O informe que segue sintetiza os principais elementos do relatório de 214 páginas com dois volumes. O primeiro volume contém os dados estatísticos e situacionais do relatório. O segundo volume está dividido em quatro capítulos, cada um escrito por especialistas com enfoques diferentes mas todos tocando a respeito dos desafios da liberdade de expressão e das vivências do jornalismo no mundo atual.

Este informe está organizado em quatro temas: (i) declínio global da liberdade de expressão; (ii) violência e ameaças à segurança dos jornalistas; (iii) transformações tecnológicas e riscos para a integridade da informação; e (iv) conclusões e caminhos possíveis.

### O Relatório Mundial da UNESCO: natureza, propósito e escopo

A UNESCO produz desde 2014 o *World Trends Report*, considerado a avaliação global mais abrangente sobre liberdade de expressão, pluralismo, independência da mídia e segurança de jornalistas. A edição 2022–2025, utilizada aqui, cobre um período marcado por:

- ✓ intensificação de conflitos armados;
- ✓ aumento da desinformação coordenada;
- ✓ proliferação de tecnologias de inteligência artificial generativa;
- ✓ retrocessos democráticos em diversas regiões;
- ✓ pressões econômicas sem precedentes sobre a mídia.

O relatório baseia-se em dados de centenas de fontes acadêmicas e institucionais, incluindo bases como V-Dem, CPJ, Freedom House, Observatório da UNESCO de Jornalistas Assassinados, além de consultas a especialistas, organizações sociais e governos. O volume dois do relatório se articula em quatro capítulos temáticos: (1) Estado de direito e liberdade de expressão; (2) Tecnologia e integridade da informação; (3) Inclusão e vozes marginalizadas; (4) Jornalismo e crise climática.

## Principais achados: uma deterioração acelerada

### Declínio global da liberdade de expressão

O relatório aponta uma queda de 10% no Índice Global de Liberdade de Expressão entre 2012 e 2024, com pioras particularmente intensas entre 2020 e 2024, período em que o declínio acelerou para 1,27% ao ano.

O retrocesso expressivo na liberdade de expressão insere-se em uma conjuntura de regressão democrática sem precedentes nas últimas décadas: atualmente, 72% da população mundial vive sob regimes autocráticos, o maior patamar desde 1978, o que se correlaciona com a queda de 10% no Índice Global de Liberdade de Expressão entre 2012 e 2024 e com o avanço de práticas estatais e paraestatais de intimidação a comunicadores.

Esse quadro é alimentado pela erosão dos mecanismos de freios e contrapesos, observada no enfraquecimento das salvaguardas institucionais que responsabilizam o poder público e privado, pela captura ou intimidação do Judiciário e pela redução da pluralidade legislativa—fatores que o relatório demonstra estarem fortemente associados a piores indicadores de expressão e informação.

Em paralelo, verifica-se o enfraquecimento de parlamentos e tribunais, materializado em reformas ou práticas que diminuem a independência judicial, restringem o controle legislativo do Executivo e, por consequência, reduzem a proteção a jornalistas e a circulação de informações de interesse público; o estudo documenta, ainda, retrocessos normativos que limitam o acesso à informação e ampliam poderes discricionários de censura, especialmente em contextos de crise.

Soma-se a isso o uso expandido do aparato legal para restringir a expressão, com a permanência de crimes de difamação em 160 Estados-Membros, o crescimento de SLAPPs (ações estratégicas contra a participação pública), a aplicação extensiva de leis de “notícias falsas”, antiterrorismo e de natureza financeira para assediar judicialmente jornalistas e meios, além de bloqueios de internet, remoções de conteúdo e “jawboning” sem salvaguardas de transparência e necessidade—um conjunto de táticas que o relatório identifica como “weaponização do direito” e que se intensificou após 2020.

Esses processos, ao lado de altas taxas de impunidade para crimes contra jornalistas e de declínios na independência judicial e na pluralidade legislativa, explicam a aceleração do recuo nas garantias de expressão e informação e a consolidação de “zonas de silêncio” em diversos países. A UNESCO enfatiza que a queda na liberdade de expressão compromete diretamente a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sobretudo a meta 16.10, que prevê o acesso público à informação até 2030 — hoje considerada inalcançável no ritmo atual.

## Zonas de silêncio: violência e impunidade contra jornalistas

A violência contra jornalistas constitui um eixo crítico e persistente no panorama global contemporâneo. Entre 2022 e 2025, o relatório da UNESCO identifica um agravamento expressivo desse cenário, registrando o assassinato de 310 profissionais da imprensa, dos quais 52,3% foram mortos em zonas de conflito, evidenciando o papel essencial — e extremamente arriscado — desempenhado pelo jornalismo na cobertura de guerras e crises humanitárias. Alarmantemente, apenas 0,968% desses casos foram efetivamente resolvidos, revelando um nível de impunidade estrutural que fragiliza ainda mais a proteção dos trabalhadores da mídia.

Essa tendência não é recente: considerando os casos documentados desde 2006, a taxa global de impunidade permanece em 85%, indicando que agressões fatais contra jornalistas, quando não investigadas e punidas, tornam-se um incentivo indireto para novos ataques e aprofundam as chamadas “zonas de silêncio”, regiões onde a imprensa deixa de operar devido ao risco extremo.

Paralelamente às mortes, observa-se um aumento significativo de perseguições, ameaças e intimidações que forçam profissionais a abandonar seus países. O relatório assinala que o exílio jornalístico cresceu 227% entre 2020 e 2023, refletindo a expansão de ambientes repressivos, vigilância estatal, criminalização do trabalho jornalístico e ataques de grupos armados e criminosos.

Na América Latina, esse fenômeno assume proporções particularmente graves: 913 jornalistas foram forçados ao exílio desde 2018, o que torna a região uma das mais hostis do mundo para o exercício da imprensa independente. Além disso, a UNESCO enfatiza que a violência não se limita a teatros de guerra. Jornalistas que investigam corrupção, crime organizado, violações de direitos humanos, questões ambientais e atividades de grandes conglomerados econômicos figuram entre os alvos mais recorrentes, em razão do impacto potencial de suas denúncias sobre interesses políticos e econômicos. Assim, o relatório demonstra que a violência contra jornalistas é um fenômeno multidimensional, sustentado por dinâmicas de impunidade, autoritarismo, criminalidade e erosão institucional, configurando uma ameaça direta ao direito humano à informação e ao funcionamento das democracias contemporâneas.

## Violência contra mulheres jornalistas

As mulheres jornalistas enfrentam um cenário ainda mais grave e complexo de violência, marcado pela convergência entre discriminações históricas e novos mecanismos de agressão mediados por tecnologias digitais. De acordo com o relatório da UNESCO, 73% das profissionais relataram sofrer violência online, incluindo insultos, perseguições, campanhas coordenadas de desinformação e ataques à sua credibilidade profissional, fenômeno que se intensificou com o uso de plataformas digitais e técnicas de automação. Além disso, 41% afirmaram ter sido vítimas de assédio sexual no ambiente de trabalho, evidenciando que a violência de gênero não se dá apenas no espaço virtual, mas também na estrutura organizacional das empresas de comunicação, onde persistem dinâmicas de poder assimétricas que limitam a participação plena das mulheres no jornalismo profissional.

O relatório também destaca o crescimento dramático de ataques com conteúdo sexualizado, manipulações digitais por meio de *deepfakes* e manifestações explícitas de misoginia online, que se tornaram estratégias recorrentes para silenciar, intimidar ou deslegitimar mulheres jornalistas. Tais práticas são potencializadas por algoritmos que amplificam conteúdos de ódio e incentivam comportamentos abusivos, criando um ambiente hostil que desencoraja o exercício da liberdade de expressão feminina no espaço público. Ademais, o estudo demonstra que mulheres negras, indígenas, LGBTQIA+ e pertencentes a outros grupos historicamente

marginalizados enfrentam riscos ainda mais elevados, resultantes da sobreposição de opressões de caráter racial, étnico, sexual e de classe — uma interseccionalidade que agrava a intensidade e a frequência das agressões sofridas.

A UNESCO classifica esse conjunto de práticas como “violência de gênero mediada por tecnologia”, compreendida como um obstáculo estrutural ao pluralismo midiático, à igualdade de gênero e ao funcionamento democrático. Essa forma de violência não apenas ameaça a

integridade física, emocional e profissional das jornalistas, mas compromete o próprio ecossistema informacional, pois restringe a diversidade de vozes e dificulta o acesso da sociedade a perspectivas plurais e qualificadas.

Trata-se, portanto, de um fenômeno que demanda respostas urgentes, tanto institucionais quanto regulatórias, para garantir que mulheres possam exercer plenamente o direito à liberdade de expressão e contribuir para a produção de informação pública de qualidade.

## O papel das tecnologias digitais e da inteligência artificial

O relatório evidencia que as plataformas digitais e os sistemas de inteligência artificial passaram a ocupar um lugar central na reconfiguração dos ecossistemas informacionais contemporâneos, desempenhando um papel ambíguo ao produzir simultaneamente avanços e ameaças.

Entre os aspectos positivos, destaca-se a ampliação substancial do acesso à informação em países de baixa renda, impulsionada pela expansão das redes móveis e pela intensificação do uso de plataformas que permitem maior circulação de conteúdos e participação cidadã. Além disso, o emprego de ferramentas de IA tem fortalecido investigações jornalísticas, permitindo o processamento de grandes volumes de dados, a análise de documentos complexos, o cruzamento automatizado de bases informacionais e a utilização de recursos avançados de georreferenciamento e verificação de imagens; esses instrumentos ampliam a capacidade investigativa das redações, sobretudo em contextos de recursos escassos.

O relatório também ressalta o fortalecimento de colaborações transnacionais, favorecidas pela digitalização de fluxos de informação e por redes globais de jornalismo colaborativo que se apoiam em tecnologias avançadas para compartilhar evidências, metodologias e técnicas de apuração, especialmente em casos que envolvem corrupção, fluxos financeiros ilícitos ou impactos ambientais de escala internacional.

Contudo, tais avanços convivem com riscos expressivos. A ascensão da inteligência artificial generativa, articulada à produção automatizada de *deepfakes* e ao uso massivo de bots industriais, tem ampliado de forma inédita a desinformação, a manipulação política e a erosão da confiança pública nas instituições democráticas.

Paralelamente, observa-se que muitas plataformas digitais reduziram seus padrões de moderação, desmantelando equipes de integridade cívica e revertendo políticas previamente adotadas para limitar a disseminação de conteúdos danosos; essa retração regulatória favorece a circulação de discursos de ódio e de campanhas destinadas a desacreditar jornalistas, cientistas, defensores de direitos humanos e grupos vulnerabilizados.

A opacidade algorítmica constitui outro desafio crítico: a ausência de transparência nos critérios de recomendação, remoção e priorização de conteúdos inviabiliza a auditoria independente e compromete a responsabilização das empresas de tecnologia, dificultando a identificação de práticas discriminatórias e de vieses estruturais incorporados nos modelos de IA.

Adicionalmente, o relatório demonstra que modelos de IA utilizam conteúdos jornalísticos para treinamento sem qualquer compensação às redações, agravando a crise econômica estrutural da mídia e reduzindo a viabilidade de operações jornalísticas sustentáveis. Outro ponto alarmante é que a IA tende a reproduzir e amplificar vieses de gênero, raça e geopolítica presentes em seus dados de treinamento, reforçando estereótipos, invisibilizando grupos sub-representados e aprofundando desigualdades informacionais, especialmente em países do Sul Global. O fenômeno é intensificado pelo fato de que grande parte dos modelos de larga escala é treinada majoritariamente com conteúdos em inglês e provenientes do Norte Global, o que limita a pluralidade epistêmica e cultural do ambiente informacional.

Por fim, pesquisas analisadas no relatório revelam que, em quatro países estudados, a IA passou a ser percebida como mais confiável do que a imprensa tradicional, um dado que a UNESCO classifica como particularmente inquietante, pois indica um deslocamento da confiança pública para sistemas que não necessariamente operam com critérios jornalísticos de verificação, rigor e responsabilidade social. Essa mudança de confiança ocorre justamente em um momento em que os sistemas de IA estão cada vez mais suscetíveis à manipulação, às “alucinações” informacionais e à replicação de vieses sistêmicos, configurando um cenário em que os riscos à integridade da informação são elevados e crescentes.

### **Crise econômica do jornalismo**

A mídia contemporânea encontra-se imersa em uma crise estrutural profunda, cuja complexidade decorre de fatores econômicos, tecnológicos e políticos que se retroalimentam. O ecossistema digital, marcado pela alta concentração de poder em grandes plataformas tecnológicas, absorve hoje mais de 50% de toda a receita publicitária global, deslocando recursos essenciais para a sobrevivência de veículos jornalísticos tradicionais.

Nesse cenário, muitas organizações de imprensa foram obrigadas a encerrar suas atividades ou a reduzir drasticamente suas equipes, comprometendo a capacidade de produzir jornalismo investigativo e de interesse público. A fragilidade financeira é agravada pelo fato de que apenas 0,5% da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) é destinada ao setor de informação, evidenciando o baixo investimento internacional em sistemas de mídia como pilares democráticos.

Paralelamente, observa-se o crescimento do chamado AI slop — um volume massivo de conteúdo automatizado, de baixo custo e baixa qualidade — que ocupa espaço nas plataformas digitais e reduz ainda mais a visibilidade de práticas jornalísticas rigorosas. Diante desse conjunto de pressões, o relatório da UNESCO caracteriza a conjuntura como uma “crise existencial” da viabilidade da mídia, alertando para o risco real de apagões informacionais em regiões inteiras, com implicações diretas para a democracia, a transparência pública e o direito coletivo à informação.

### **Eleições, polarização e integridade da informação**

O relatório da UNESCO caracteriza 2024 como um “super ano eleitoral”, dada a realização de eleições nacionais em 72 países, envolvendo bilhões de eleitores em contextos políticos e informacionais profundamente tensionados. Nesse cenário, a organização alerta para uma conjuntura de vulnerabilidade democrática marcada pela crescente intermediação tecnológica dos processos eleitorais e pela incapacidade das instituições tradicionais de conter os efeitos sistêmicos da desinformação.

Em pesquisa abrangendo diversos países, quase 90% dos entrevistados afirmaram temer o impacto da desinformação nas eleições, o que evidencia um forte abalo na confiança pública nas

dinâmicas informacionais que sustentam a deliberação democrática. Esse receio é diretamente relacionado ao uso crescente, por campanhas políticas, de inteligência artificial generativa, técnicas de micro direcionamento comportamental e influenciadores digitais operando sem qualquer transparência, elementos que ampliam a capacidade de manipulação emocional e segmentação ideológica dos eleitores, fragilizando as condições para um debate público equitativo e baseado em fatos verificados.

O relatório também observa que, no mesmo período, plataformas digitais reduziram significativamente suas equipes de segurança eleitoral, revertendo medidas estruturadas após ciclos eleitorais anteriores. Essa retração enfraquece os mecanismos internos de detecção de campanhas coordenadas de manipulação, reduz a capacidade de resposta a discursos de ódio e conteúdos enganosos em larga escala, e expõe o processo eleitoral a maior interferência de agentes mal-intencionados — sejam governos autoritários, grupos extremistas ou redes profissionais de desinformação.

De forma ainda mais alarmante, a UNESCO documenta que golpes de Estado recentes, em diferentes regiões do mundo, foram acompanhados por operações massivas de manipulação digital, evidenciando que atores antidemocráticos incorporaram estratégias de guerra informacional para desorientar a população, minar a confiança em instituições civis e deslegitimar o processo eleitoral antes, durante e após as votações.

Diante desse quadro, o relatório conclui que a integridade eleitoral depende, hoje, de uma governança robusta das plataformas digitais e dos sistemas de IA, aliada ao fortalecimento de mecanismos de proteção e segurança para jornalistas — figuras essenciais para assegurar transparência, responsabilização e acesso público à informação durante processos eleitorais. A UNESCO enfatiza que, sem essa dupla proteção — integridade algorítmica e salvaguarda ao jornalismo independente —, o espaço democrático torna-se vulnerável à manipulação em escala industrial, comprometendo a própria legitimidade das eleições contemporâneas.

## **Jornalismo ambiental e crise climática**

O relatório da UNESCO dedica um capítulo específico à relação entre liberdade de expressão, jornalismo ambiental e crise climática, demonstrando que a deterioração das condições de trabalho dos profissionais que cobrem temas ambientais constitui um obstáculo significativo à capacidade global de enfrentar a emergência climática.

Desde 2010, 46 jornalistas ambientais foram assassinados, mas apenas 6 casos resultaram em condenações, revelando um padrão persistente de impunidade que desestimula investigações e inibe a circulação de informações críticas sobre desmatamento, poluição, conflitos territoriais e impactos socioambientais de grandes empreendimentos.

Além da violência física, esses profissionais são alvos de campanhas coordenadas de descrédito à ciência do clima, conduzidas por grupos econômicos, atores políticos e redes digitais que buscam minar consensos científicos e semear dúvida na opinião pública, retardando políticas ambientais baseadas em evidências.

O relatório enfatiza ainda que plataformas digitais têm permitido a circulação massiva de desinformação climática, exemplificada pela disseminação de *hashtags* como *#ClimateScam*, que impulsionam narrativas negacionistas e conspiratórias e reduzem o alcance de informações cientificamente verificadas.

Nesse ambiente, jornalistas ambientais enfrentam censura direta, ataques online orquestrados e ameaças de grupos econômicos poderosos, especialmente aqueles vinculados às indústrias

extrativas, ao agronegócio, ao mercado de combustíveis fósseis e a setores cuja atuação é contestada por reportagens investigativas. O relatório observa que tais ataques produzem um efeito de silenciamento que prejudica tanto o jornalismo quanto a democracia ambiental, impedindo que comunidades, instituições científicas e formuladores de políticas tenham acesso a informações essenciais para tomadas de decisão.

Além disso, a UNESCO destaca uma correlação significativa: países com maior liberdade de imprensa tendem a apresentar políticas climáticas mais robustas e eficazes. Isso ocorre porque ambientes informacionais livres favorecem a circulação de dados científicos confiáveis, permitem o escrutínio público sobre ações governamentais e corporativas e fortalecem a capacidade da sociedade civil de demandar *accountability* ambiental.

Portanto, o ataque sistemático a jornalistas ambientais compromete não apenas a segurança desses profissionais, mas também a capacidade global de resposta à crise climática, aprofundando vulnerabilidades e atrasando medidas urgentes para mitigação e adaptação frente às mudanças climáticas.

## Conclusões: o que a UNESCO propõe

A UNESCO conclui que, na ausência de transformações estruturais profundas, o mundo não apenas deixará de cumprir a meta de garantir o direito universal à informação até 2030, como também enfrentará um processo de regressão democrática e informacional. O relatório ressalta que a deterioração simultânea da liberdade de expressão, da segurança dos jornalistas e da integridade dos ecossistemas digitais gera um ambiente no qual a circulação de informações confiáveis é comprometida, prejudicando diretamente a governança pública, a prestação de contas e a participação cidadã. Nesse sentido, a organização propõe uma agenda multilateral abrangente destinada a reconstruir ambientes informacionais saudáveis e resilientes.

Entre as medidas recomendadas, destaca-se o reforço das instituições democráticas, incluindo o fortalecimento da independência do Judiciário, a pluralidade legislativa e a autonomia dos órgãos reguladores, considerados pilares fundamentais para a proteção de direitos e a contenção de abusos de poder.

Paralelamente, o relatório enfatiza a necessidade de assegurar proteção integral aos jornalistas, combatendo a impunidade persistente para crimes cometidos contra esses profissionais e implementando mecanismos eficazes de prevenção, resposta e reparação.

Outro elemento central é a regulação democrática de plataformas digitais e sistemas de inteligência artificial, orientada por princípios de direitos humanos, governança transparente e prestação de contas, a fim de limitar a disseminação de desinformação, discursos de ódio e manipulação algorítmica.

A UNESCO também ressalta a urgência de financiar a mídia independente — especialmente veículos comunitários e locais — diante da crise de sustentabilidade que ameaça a pluralidade informativa em diversas regiões. Complementarmente, recomenda a expansão de políticas de educação midiática e informacional (MIL), reconhecendo que sociedades alfabetizadas em mídia têm maior capacidade de identificar manipulações e fortalecer sua participação democrática.

Da mesma forma, a organização destaca a importância da transparência algorítmica e do acesso a dados de plataformas para permitir auditorias independentes e o monitoramento público dos sistemas digitais que moldam o debate social. Por fim, defende o apoio internacional

contínuo à imprensa em zonas de conflito e aos jornalistas em situação de exílio, dado o papel desses profissionais na documentação de violações e na garantia do direito à verdade.

A síntese apresentada pela UNESCO é inequívoca: o setor de mídia constitui um elemento estruturante da democracia, da paz, dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável; portanto, a crise que atravessa não é meramente setorial, mas representa uma crise civilizatória, cuja superação exige cooperação global, compromissos institucionais robustos e políticas públicas duradouras.

## Considerações finais

O *World Trends Report 2022–2025* constitui um alerta internacional inequívoco: a liberdade de expressão está sendo corroída simultaneamente por múltiplos vetores — a escalada da violência contra jornalistas, os retrocessos institucionais que fragilizam o Estado de Direito, a disseminação sistemática de desinformação e os desequilíbrios de poder cada vez mais acentuados no ambiente digital.

Esses processos não ocorrem de forma isolada, mas se entrelaçam e se reforçam mutuamente, produzindo efeitos estruturais sobre o ecossistema informacional global. O relatório demonstra que tais dinâmicas compõem um cenário de erosão democrática no qual a concentração de poder comunicacional em grandes plataformas digitais, a opacidade algorítmica, a retração da independência judicial e a intensificação de ataques — físicos, legais e digitais — à imprensa convergem para reduzir o espaço cívico e constranger o debate público. Nesse contexto, proteger jornalistas, assegurar transparência das plataformas e fortalecer sistemas midiáticos sustentáveis não se configura como uma tarefa setorial, mas como um requisito civilizatório fundamental para enfrentar desafios globais interdependentes, como a desigualdade, o avanço do autoritarismo e a crise climática.

## Referência

UNESCO. 2025. Journalism: Shaping a World at Peace. World Trends in Freedom of Expression and Media Development, Global Report 2022/2025. Paris: UNESCO. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000396638>

---

# O Final de 2025 e o Início de 2026 das Instituições Financeiras Multilaterais

The End of 2025 and the Beginning of 2026 for  
Multilateral Financial Institutions

El Final de 2025 y el Comienzo de 2026 para las  
Instituciones Financieras Multilaterales

*Isis Pillar Cazumbá*

**Abstract:** *The World Bank and the International Monetary Fund have released their updated publications on global and regional economic growth prospects. These publications note that international trade faced difficulties in 2025, but the global economy showed resilience. The Inter-American Development Bank released a publication assessing the export performance of Latin America and the Caribbean against a challenging global backdrop. On the topic of health, the World Bank has partnered with key organizations to improve existing health systems in various countries.*

**Keywords:** IADB . World Bank . IMF . Economy . Health

**Resumo:** O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional lançaram as suas publicações atualizadas sobre as perspectivas de crescimento econômico global e regional. Nestas publicações, observam-se que o comércio internacional passou por apuros em 2025, porém, a economia mundial mostrou resiliência. O Banco Interamericano de Desenvolvimento lançou uma publicação avaliando a performance da América Latina e do Caribe em relação às exportações, diante de um difícil cenário global. No tema saúde, o Banco Mundial fez parcerias com organizações importantes, visando a melhoria dos sistemas de saúde já existentes nos países.

**Palavras-chave:** BID . Banco Mundial . FMI . Economia . Saúde

**Resumen:** *El Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional han publicado sus publicaciones actualizadas sobre las perspectivas de crecimiento económico global y regional. Estas publicaciones señalan que el comercio internacional enfrentó dificultades en 2025, pero la economía mundial mostró resiliencia. El Banco Interamericano de Desarrollo publicó una publicación que evalúa el desempeño exportador de América Latina y el Caribe en un contexto mundial complejo. En materia de salud, el Banco Mundial se ha asociado con organizaciones clave para mejorar los sistemas de salud existentes en varios países.*

**Palabras-clave:** IDB . Banco Mundial . FMI . Economía . Salud

## As Projeções Globais

Enfrentando momentos turbulentos no cenário global, era de se esperar a grande produção de artigos e relatórios produzidos a respeito do setor econômico por diversas entidades ao redor do mundo. Como tema principal, as Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs) não poderiam ficar para trás. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) produziram documentos importantes que podem ajudar na compreensão do que estamos presenciando.

O FMI e o BM lançaram as suas projeções de crescimento econômico (global e regional) em janeiro. De acordo com o [World Economic Outlook Update](#), o FMI projeta um crescimento global de 3,3% para este ano e 3,2% para 2027. O documento da instituição financeira revela que as mudanças na política comercial serão neutralizadas com [“investimento em tecnologia, apoio fiscal e monetário, condições financeiras condicionadas e adaptabilidade do setor privado”](#).

Já no [Global Economic Perspectives](#), do BM, foi comemorado o fato de a economia mundial ter se mostrado resiliente diante dos desafios enfrentados pelo comércio internacional. Segundo o BM, o crescimento econômico mundial do ano passado foi considerado mais rápido do que se esperava, ajudando [“na recuperação sem precedentes da recessão de 2020 nas últimas seis décadas”](#).

O documento do BM segue dizendo que o crescimento do último ano foi favorecido pelo comércio exterior e a antecipação ao aumento das tarifas que o comércio internacional recebeu. A [“adaptação das cadeias de suprimentos, o aumento do investimento relacionado a projetos de inteligência artificial e o forte apetite pelo risco que gera condições financeiras folgadas”](#) permitiram as projeções positivas.

A respeito da inflação global, [o FMI projetou uma queda de 4,1% em 2025 para 3,8% em 2026 e 3,4% para 2027](#). De acordo com a instituição financeira, as projeções de inflação permaneceram sem alterações em relação às de outubro, prevendo gradualmente que a inflação retorne à meta nos Estados Unidos e nas outras economias desenvolvidas.

## Crescimento Econômico nas Economias Avançadas e em Desenvolvimento

O crescimento nas economias avançadas também foi projetada pelo FMI: [1,8% para 2026 e 1,7% para 2027](#). A economia americana deverá crescer 2,4% em 2026, devido à diminuição das barreiras comerciais mais altas, às políticas fiscais e os juros mais baixos.

Para o Japão, [o FMI previu um crescimento moderado de 1,1% para 2025, 0,7% para 2026 e 0,6 para 2027](#). A instituição financeira aumentou a sua previsão em relação ao valor de outubro, devido ao anúncio do governo japonês sobre o pacote de estímulo fiscal.

O [FMI projetou para a zona do euro um crescimento de 1,3% para 2026 e 1,4% para 2027](#). Segundo a instituição financeira, estas estimativas foram possíveis [graças ao crescimento rápido e as projeções dos gastos públicos, especialmente na Alemanha, acompanhado pelo forte desempenho da Espanha e da Irlanda](#).

O FMI ressalta que, diferentemente das outras regiões, [a zona do euro não se beneficia tanto com os recentes investimentos impulsionados pelo setor tecnológico](#). A instituição financeira

alerta que a repercussão do aumento dos gastos com defesa será sentido daqui a alguns anos e que a guerra na Ucrânia irá persistentemente afetar a alta nos preços de energia e do setor manufatureiro – tornando o euro mais pressionado e valorizado em relação às moedas de países exportadores com produtos equivalentes.

De acordo com o FMI, as projeções de crescimento nas economias emergentes e em desenvolvimento foram de 4,0% para 2026 e 2027. Para a China, a instituição financeira revisou a projeção para cima, ficando em 5,0% para 2025, influenciada pelas medidas de estímulo e empréstimos do banco de desenvolvimento para investimento. Em relação ao ano de 2026, a projeção foi para 4,5%, indicando o resultado da trégua comercial, com as taxas tarifárias mais baixas dos EUA a respeito dos produtos chineses. O ano de 2027 indica que as projeções de crescimento econômico devem desacelerar. Na Índia, o FMI projetou para 2025 um crescimento de 7,3% devido aos fortes resultados do terceiro e quarto trimestres. Para 2026 e 2027, o crescimento diminuirá para 6,4%.

As economias de mercados emergentes e em desenvolvimento tiveram boas projeções, porém exigem cautela. De acordo com o documento do BM, devido ao breve aumento do comércio exterior e das condições financeiras globais mais adaptáveis. Entretanto, as projeções para 2026 e 2027 estão bem diversificadas entre várias regiões do mundo. Espera-se que a África Subsaariana cresça 4,3% em 2026 e 4,5% em 2027. Já a Europa emergente e a Ásia Central devem crescer 2,4% em 2026 e 2,7% em 2027. Para o Leste Asiático e Pacífico foram projetadas desacelerações no crescimento, tendo como novas projeções para 2026 e 2027, 4,4% e 4,3% respectivamente. Para a região do Oriente Médio, Norte da África, Afeganistão e Paquistão, as projeções do BM foram de 3,6% para 2026 e 3,9% para 2027. O Sul da Ásia teve uma queda em relação à projeção anterior. Para 2026, a perspectiva de crescimento ficou em 6,2%, devendo se recuperar em 2027, com a projeção de 6,5%.

Na América Latina e no Caribe (ALC), a projeção do crescimento econômico para 2026 ficou em 2,3% e 2,6% para 2027, de acordo com o BM. O relatório Estimativas de Tendências Comerciais para a América Latina e o Caribe, elaborado pelo BID, mostra que a região resistiu bem ao cenário global desafiador, conseguindo ter um bom desempenho nas exportações. A instituição financeira observou que:

“Os países da região precisam promover reformas e atrair investimentos para melhorar a produtividade e tornar suas economias mais competitivas nos mercados internacionais. Em particular, precisam reduzir os custos comerciais e apoiar exportações e investimentos para garantir que o comércio internacional continue sendo um dos principais motores do crescimento econômico”. BID, 2026.

O BM pontua que, caso os fluxos comerciais se recuperem no ano de 2027, a atividade se fortalecerá na maioria das regiões. A instituição financeira argumenta que durante o caminho poderão surgir situações críticas que dificultem este progresso na região: “ressurgimento de atritos comerciais e incerteza política, aperto das condições financeiras globais, aumento das vulnerabilidades fiscais, aumento das tensões e conflitos geopolíticos, bem como choques relacionados ao clima e à saúde pública”. Já o FMI alerta que “os formuladores de políticas devem restaurar os amortecedores fiscais, preservar a estabilidade de preços e financeira, reduzir a incerteza e implementar reformas estruturais”.

## Saúde

O final de 2025 e o início de 2026 foi bem agitado para o BM em relação às ações no setor da saúde. Em dezembro de 2025, o [Fórum de Alto Nível sobre Cobertura Universal de Saúde foi realizado em Tóquio e contou com o compromisso de 15 países na adesão aos Pactos Nacionais de Saúde, que traz orientações para apoiar a atenção primária à saúde e o crescimento econômico.](#)

O BM lançou em abril de 2024 um plano ambicioso de tornar acessível os serviços de saúde com qualidade para 1,5 bilhão de pessoas até 2030. Desde o seu lançamento, além da Cobertura Universal de Saúde, a instituição financeira vem focando em ajudar países e regiões a melhorarem o desempenho no setor, através de projetos específicos.

Empenhado em alcançar esta meta, o Banco vem formando parcerias importantes com instituições focadas em desenvolver e tornar mais igualitário o acesso à saúde. [O BM e o Fundo Global para o Combate à AIDS, Tuberculose e Malária anunciaram a assinatura de um Memorando de Entendimento que visa fortalecer os sistemas de saúde com o financiamento de modo sustentável, a construção de sistemas mais fortalecidos para lutar contra a malária, a tuberculose e o HIV. As duas instituições pretendem mobilizar em três anos cerca de US\\$ 2 bilhões para financiar o projeto, alinhando as prioridades dos países beneficiados em fortalecer naquilo que for mais primordial.](#)

Outra parceria anunciada foi com a Vaccine Alliance, a Gavi. [As duas instituições estão trabalhando juntas com o objetivo de intensificar o financiamento da saúde primária e dos sistemas de imunização e simultaneamente apoiar o continente africano na sua fabricação regional. A ideia é que o BM e a Gavi avancem na fabricação de vacinas na África, em acordo com as metas da União Africana \(UA\) em produzir 60% das vacinas na região até o ano de 2040. Para o BM e a Gavi, serão necessários para os próximos cinco anos US\\$ 2 bilhões para alcançar os objetivos pretendidos.](#)

A parceria entre as duas instituições não é novidade. Em junho de 2025, durante a [Cúpula Global: Saúde e Prosperidade por Imunização](#) realizada em Bruxelas, a Gavi fez um anúncio para os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) e instituições de financiamento ao desenvolvimento de um financiamento complementar de US\$ 4,5 bilhões.

## Considerações Finais

Durante a realização do Fórum Econômico Mundial 2026, em Davos, na Suíça, a diretora-gerente do FMI, Kristalina Georgieva fez uma observação que resume bem o cenário econômico mundial dos próximos anos: [“nós teremos que aprender a viver, operar e prosperar neste mundo complexo”](#). Kristalina se rendeu, constatando que a previsibilidade não será mais possível, pois é certo que desde o advento da pandemia de COVID, especialistas têm tido dificuldades em prever progresso acelerado no mundo.

Ao explicar sobre as atualizações a respeito das projeções econômicas, [Kristalina argumentou que as previsões melhoraram um pouco devido a não concretização das tarifas comerciais no nível em que foram apresentadas, sendo uma importante notícia para o comércio internacional. Entretanto, alertou para não se subestimar a resiliência mundial, pois existem outros problemas que possuem a capacidade de criar cenário de caos, como por exemplo, as tensões geopolíticas que vem se acirrando cada vez mais.](#)

Em suas considerações, o avanço tecnológico recebeu elogios, críticas e possibilidades. Georgieva observou que há um grande entusiasmo ocasionado pela inteligência artificial (IA) e que isso deveria impulsionar o financiamento, porém não é bem assim que acontece. De acordo com a diretora-geral, o que tem se visto é o aumento da lucratividade, podendo trazer consequências para o futuro. Kristalina termina as suas observações dizendo que é preciso que os formuladores de políticas dos países preparem as suas populações – especialmente os mais jovens – para lidarem com a nova realidade tecnológica, com os objetivos de desenvolver a economia e gerar empregos.

\*\*\*

Com uma geopolítica cada vez mais vivendo uma escalada de tensões, uma economia mundial com crescimento mediano, instabilidade financeira global, países endividados à beira de um colapso, falta de empregos, aceleração da pobreza, populações envelhecidas e o aumento das alterações climáticas, aparentam que não tem solução e isso traz a percepção que pouco está se fazendo para mitigar estes problemas. As IFMs serão mais testadas neste ano tão imprevisível. Estas organizações terão que se envolver cada vez mais dada a relevância que elas possuem no cenário mundial.

Espera-se que durante as Reuniões de Primavera (que será realizada em meados de abril, em Washington, DC) e as Reuniões Anuais (que será realizada em outubro, em Bangkok, Tailândia), BM e FMI discutam amplamente os temas mais urgentes do cenário mundial, com os objetivos de trazer soluções e mais esperança. Semelhantemente, espera-se do BID e do seu evento anual (que será realizado em março, em Assunção, Paraguai) que trate dos temas que afligem a ALC, especialmente em relação à saúde, pois ainda se espera maior conexão com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), devido aos laços estreitados em 2024.

## Referências

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] Exports from Latin America and Caribbean Accelerate Expansion, Rising 6.4% in 2025, According to IDB Estimates [acesso em 8 fev 2026]. Disponível em:

<https://www.iadb.org/en/news/exports-latin-america-and-caribbean-accelerate-expansion-rising-64-2025-according-idb-estimates>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] IDB and PAHO Join Forces in Key Areas [acesso em 8 fev 2026]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-and-paho-join-forces-key-areas>

Banco Mundial [homepage na internet] Global Economic Prospects [acesso em 8 fev 2026]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects>

[tion/global-economic-prospects](https://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects)

Banco Mundial [homepage na internet] [acesso em 8 fev 2026]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2025/12/06/gavi-wbg-collaboration-boosts-health-system-resilience-regional-vaccine-manufacturing>

Banco Mundial [homepage na internet] World Bank Group and the Global Fund Join Forces to Strengthen Health Systems and Expand Sustainable Health Financing [acesso em 8 fev 2026]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2025/12/06/wbg-global-fund-strengthen-health-care-systems-sustainable-health-financing>

Banco Mundial [homepage na internet] International Debt Report 2025. [acesso em 8 fev 2026]. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/7c0dbf75-2bd7-4ae3-9db9-91318290c781>

Banco Mundial [homepage na internet] Health Overview [acesso em 8 fev 2026]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/programs/health-works/overview>

CAZUMBÁ, Isis Pillar. Instituições Financeiras Multilaterais. Cadernos Fiocruz, Rio de Janeiro, n. 23, p. 129-133, dez. 2025. Disponível em: <https://fiocruz.br/documento/2025/12/cadernos-fiocruz-informe-23-2025>. Acesso: 8 fev. 2026.

Fundo Monetário Internacional [homepage na internet] [acesso em 8 fev 2026]. Disponível em: <https://>

[www.imf.org/en/publications/weo/issues/2026/01/19/world-economic-outlook-update-january-2026](https://www.imf.org/en/publications/weo/issues/2026/01/19/world-economic-outlook-update-january-2026)

GAVI [homepage na internet] [acesso em 8 fev 2026]. Disponível em: <https://www.gavi.org/news/media-room/world-leaders-recommit-immunisation-amid-global-funding-shortfall>

World Economic Forum [homepage na internet] [acesso em 8 fev 2026]. Disponível em: <https://www.weforum.org/podcasts/meet-the-leader/episodes/ai-skills-global-economy-imf-kristalina-georgieva/>

---

# Perspectivas para 2026 dos Bancos Regionais de Desenvolvimento Internacionais: uma síntese

*Laura Tavares Soares*

**Resumo:** Este Informe faz uma síntese das perspectivas e dos principais desafios colocados para os Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs) neste ano de 2026. Diante de uma realidade de conflitos e de fragmentação geopolítica, os BRDs - que atuam como financiadores de projetos econômicos, sociais e ambientais em regiões específicas - possuem como grande desafio a integração regional. Diante da redução brutal de recursos na cooperação internacional e assistência a países mais vulneráveis, os BRDs apontam para uma maior necessidade de mobilização de recursos, associada a mecanismos de inovação no financiamento como o uso de moedas locais e o incremento de empréstimos concessãois que não aumentem a dívida dos países em situação de dificuldade financeira. O Informe também apresenta perspectivas e desafios dos BRDs no financiamento para projetos em saúde.

**Summary:** *This report summarizes the perspectives and main challenges facing Regional Development Banks (RDBs) in 2026. Given a reality of conflict and geopolitical fragmentation, RDBs – which act as financiers of economic, social, and environmental projects in specific regions – face the major challenge of regional integration. Faced with a drastic reduction in resources for international cooperation and assistance to the most vulnerable countries, RDBs point to a greater need for resource mobilization, coupled with innovative financing mechanisms such as the use of local currencies and increased concessional loans that do not increase the debt of countries in financial difficulty. The report also presents perspectives and challenges for RDBs in financing health projects.*

**Resumen:** *Este informe resume las perspectivas y los principales desafíos que enfrentan los Bancos Regionales de Desarrollo (BDR) en 2026. Ante la realidad de conflicto y fragmentación geopolítica, los BDR, que financian proyectos económicos, sociales y ambientales en regiones específicas, se enfrentan al gran reto de la integración regional. Ante la drástica reducción de los recursos para la cooperación internacional y la asistencia a los países más vulnerables, los BDR señalan una mayor necesidad de movilizar recursos, junto con mecanismos de financiamiento innovadores, como el uso de monedas locales y el aumento de préstamos concesionales que no incrementen la deuda de los países con dificultades financieras. El informe también presenta las perspectivas y los desafíos de los BDR en la financiación de proyectos de salud.*

**Palavras Chave:** Bancos Regionais de Desenvolvimento Internacionais - Financiamento de projetos de desenvolvimento - Financiamento de projetos de saúde

**Keywords:** *International Regional Development Banks - Financing of development projects - Financing of health projects*

**Palabras clave:** *Bancos Internacionales de Desarrollo Regional - Financiación de proyectos de desarrollo - Financiación de proyectos de salud*

## Introdução

As perspectivas para 2026 dos Bancos Regionais de Desenvolvimento Internacionais apontam para um ano de consolidação de *reformas*, maior colaboração entre instituições e foco em desafios globais como mudanças climáticas, integração regional e mobilização de recursos para o desenvolvimento sustentável. Esses Bancos, que atuam como financiadores multilaterais em regiões específicas, estão respondendo a um ambiente de fragmentação geopolítica, transição para "economias verdes" e necessidade de maior resiliência econômica nos países emergentes.

Os Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs), de modo geral, enfrentam 2026 com *otimismo moderado*, impulsionado por algumas reformas institucionais recentes, tentativas de maior coordenação sistêmica e foco em desafios globais como mudanças climáticas, resiliência e crescimento inclusivo.

Com a implementação contínua do "G20 Roadmap" ([https://coebank.org/documents/1724/G20\\_Roadmap\\_towards\\_better\\_bigger\\_and\\_more\\_effective\\_MDBs\\_T69DXmX.pdf](https://coebank.org/documents/1724/G20_Roadmap_towards_better_bigger_and_more_effective_MDBs_T69DXmX.pdf)) para MDBs *melhores, maiores e mais eficazes*, os **BRDs** projetam uma *expansão da sua capacidade de financiamento*, com maior *mobilização de recursos privados e com alinhamento efetivo aos ODS e ao Acordo de Paris*.

O ADB (Banco Asiático de Desenvolvimento) assumirá a presidência rotativa do grupo de "Heads of MDBs" em 2026, reforçando a colaboração entre os Bancos.

O ano de 2026 possui potencial de ser um ano de liderança coletiva para os BRDs, com o ADB à frente do grupo de MDBs; com a implementação de estratégias de longo prazo (como a do IsDB); e com a intensificação de esforços climáticos pós-COP30.

As perspectivas são moderadas com relação a um maior impacto nos países em desenvolvimento, mas dependem da sempre mencionada *superação de burocracias e atração de capital privado*, da superação da conjuntura internacional de baixo crescimento, incertezas e conflitos.

Com os BRDs ainda sendo considerados como *catalisadores para o desenvolvimento sustentável em países em desenvolvimento*, o ano de 2026 ressalta a consolidação de novas e urgentes reformas desses Bancos não apenas como atos burocráticos internos, mas para proporcionar uma maior escala de suas ações e promover um impacto mais significativo do seu financiamento.

## Tendências Gerais para 2026

### Coordenação e Reformas

Com o avanço no G20 "Roadmap"(endossado em 2024), o foco será no *trabalho como um sistema* (ex.: acordos de confiança mútua).

A ênfase será dada na mobilização de recursos privados (com uma meta de *US\$ 65 bilhões até 2030*) e no financiamento climático (*US\$ 120 bilhões anuais próprios até 2030*).

A posse de novos Presidentes em diversos BRDs com propostas de agendas mais avançadas traz um cenário mais favorável às mudanças necessárias.

Está prevista uma expansão operacional a ser realizada por emendas às cartas fundacionais

de diversos Bancos, permitindo uma elevação no volume de empréstimos.

Alguns Bancos apresentam particularidades em inovações, com *Novos Quadros Estratégicos* para 2030/2035. O IsDB, por exemplo, apresenta um quadro para 2035 denominado *Originalidade e Solidariedade para Prosperidade Intergeracional*, aprovado em 2025, adotando uma abordagem original em três níveis: nacional (soluções lideradas por países), regional (conectividade, comércio) e global (clima, ODS).

## Clima e Saúde

Dar continuidade à colaboração dos BRDs na *Plataforma de Investimentos de Impacto em Saúde* ("Health Impact Investment Platform" - HIIP) em colaboração com a OMS.

Priorização de adaptação climática pós-COP30 (2025), com investimentos em infraestrutura resiliente.

Ênfase em energia sustentável, digitalização e parcerias.

## Crescimento Regional

As projeções indicam recuperação moderada nas regiões em desenvolvimento, com **riscos** de tarifas comerciais, geopolítica conflitiva e desaceleração global.

Essa recuperação estaria impulsionada por consumo privado, *política monetária acomodatória* e *dólar mais fraco*.

Por outro lado, esse crescimento estaria impactado por tarifas dos EUA com incertezas comerciais.

As perspectivas são de *expansão de empréstimos* (meta coletiva de US\$ 300-400 bilhões adicionais em capacidade), mas ainda com *críticas* por lentidão na implementação e riscos de influência política.

## Capacidade de Financiamento

Os Bancos multilaterais, incluindo os Regionais, planejam aprofundar parcerias para atuar como um *sistema integrado*, com ações conjuntas para ampliar o impacto.

Espera-se uma capacidade adicional de empréstimos na ordem de US\$ 300-400 bilhões na próxima década, com foco em atrair capital privado e apoiar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Na América Latina, por exemplo, o CAF está preenchendo lacunas deixadas por instituições globais como o Banco Mundial e o BID, expandindo seu papel em financiamentos e promovendo a integração regional em um contexto de unilateralismo global.

## Foco em Transição Verde

Há um compromisso coletivo para acelerar o financiamento climático, com metas como US\$ 42 bilhões anuais até 2030 para adaptação em países de baixa e média renda. Relatórios conjuntos enfatizam métricas para biodiversidade e natureza, alinhados a conferências como COP29 e COP30.

Isso reflete uma transição para economias sustentáveis, com ênfase em energia renovável,

infraestrutura resiliente e cidades habitáveis.

## **Expansão Geográfica e Inclusão**

Bancos como o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (EBRD) estão se expandindo para novas regiões, como a África Subsaariana, com abertura de escritórios em países como Benin, Côte d'Ivoire, Quênia, Nigéria, Senegal e Gana em 2026, focando no setor privado e governança econômica.

Isso pode intensificar a concorrência e a cooperação com outros Bancos Regionais, como o Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB).

## **Desafios Econômicos**

Em um cenário global de crescimento moderado (cerca de 3,1% segundo o FMI), os Bancos Regionais priorizam o apoio a economias emergentes, com projeções de expansão de 3,8% nesses mercados, impulsionados por Ásia e África.

Na América Latina e Caribe, a CEPAL prevê 2,3% de crescimento do PIB em 2026, com ênfase em inclusão financeira e proteção ao consumidor.

## **Perspectivas para 2026 por Banco: exemplos**

### **Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB)**

Sob a Estratégia 2030 (revisada em 2024), o foco em 2026 será em prioridades como redução da pobreza, combate às mudanças climáticas e inovação tecnológica. O ADB planeja investimentos em sistemas alimentares (US\$ 40 bilhões até 2030) e colaboração em cidades sustentáveis, alinhado a um crescimento regional robusto na Ásia-Pacífico.

### **Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB)**

Com a Estratégia de Dez Anos (2024-2033) e o novo presidente priorizando capital privado, 2026 deve ver avanços em energia (como conectar 300 milhões de pessoas à eletricidade via parcerias) e desenvolvimento regional via AfCFTA ("African Continental Free Trade Area"), Área de Livre Comércio Continental Africana.

O Banco destaca estabilidade em crises e maior desembolso de recursos comparado a instituições globais.

### **Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento (EBRD)**

A Estratégia de Transição para Economia Verde 2026-30 prioriza apoio a mercados privados e energia segura. Com expansão para a África, o Banco visa fortalecer governança e capital humano, em um ambiente de volatilidade geopolítica.

### **Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB)**

O novo Quadro Estratégico 2026-2035 posiciona o IsDB como polo ("hub") para a economia islâmica, com foco em níveis nacional, regional e global para troca de conhecimento e recursos. Isso inclui sinergias com outros BRDs em mercados emergentes.

## **Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF)**

Com melhorias em "ratings" de risco, o CAF deve continuar expandindo em 2026, atuando como parceiro para integração regional e preenchendo vazios de financiamento, especialmente em infraestrutura e sustentabilidade.

Essas perspectivas indicam um otimismo cauteloso, com os Bancos Regionais se adaptando a um mundo fragmentado por meio de inovação e parcerias.

No Brasil, o engajamento com essas instituições pode impulsionar projetos de integração e sustentabilidade, alinhados a prioridades nacionais como as do Ministério do Planejamento.

## **Desafios para 2026**

Os Bancos Regionais de Desenvolvimento Internacionais enfrentam em 2026 um conjunto de **desafios** significativos, em meio a um ambiente global marcado por fragmentação geopolítica, pressões fiscais, dívida elevada nos países em desenvolvimento e a urgência da transição climática.

Apesar das reformas em curso — como as do G20 para maior capacidade de financiamento e colaboração como "sistema" — as limitações de capital, a redução de recursos concessionais e a necessidade de mobilizar capital privado em escala maior persistem como obstáculos centrais.

## **Lacuna de Financiamento e Capacidade Limitada**

Os países em desenvolvimento enfrentam uma necessidade anual estimada de US\$ 4 trilhões para alcançar os ODS até 2030, com gaps ampliados por dívida insustentável (muitos países pagam mais em serviço da dívida do que recebem em novo financiamento).

Os Bancos Regionais, especialmente os "borrower-led" (liderados por mutuários), possuem bases de capital menores e "ratings" (classificações) de crédito inferiores, limitando empréstimos acessíveis de longo prazo. Reformas de adequação de capital (CAF) geraram uma margem adicional - "headroom" - de US\$ 250-650 bilhões na década, mas isso é insuficiente para triplicar a capacidade, como recomendado pelo G20.

## **Fragmentação Geopolítica e Geoeconômica**

Tensões comerciais, protecionismo, tarifas e multipolaridade sem multilateralismo forte ameaçam fluxos de capital privado e comércio.

Isso eleva riscos para economias emergentes, com volatilidade em mercados financeiros, inflação e bolhas de ativos.

Bancos Regionais precisam navegar alianças em transformação, com menor confiança em instituições globais tradicionais.

## **Financiamento Climático e Adaptação Insuficientes**

Apesar dos recordes em financiamento climático (US\$ 137 bilhões em 2024 pelos MDBs), o foco permanece em mitigação, com a adaptação subfinanciada (meta de triplicar para US\$ 42 bilhões anuais até 2030 em países de baixa/média renda). Vulnerabilidades climáticas afetam bilhões de pessoas, especialmente na África e Ásia, mas alocações não priorizam os mais vulneráveis. Bancos Regionais competem para escalar empréstimos concessional ("concessional finance")<sup>1</sup> em meio a cortes de Assistência Oficial ao Desenvolvimento bilateral.

## **Mobilização de Capital Privado e Inovação Financeira**

A dependência crescente do setor privado para preencher lacunas enfrenta barreiras como altos custos de transação, riscos percebidos e falta de portfólio de projetos financiáveis ou viáveis para financiamento ("bankable pipelines").

Apesar de avanços (a mobilização de recursos subiu em alguns casos), a média dos BRDs é baixa (US\$ 1 mobilizado por cada US\$ 0,38 investido). Bancos Regionais inovam com instrumentos híbridos e empréstimos em moeda local ("local currency lending") mas enfrentam compensações ("trade-offs") entre escala e concessionalidade.

## **Dívida, Déficits e Vulnerabilidades Macroeconômicas**

Déficits fiscais crescentes, inflação persistente em alguns países e choques exógenos (conflitos, clima) pressionam balanços.

Em regiões como África e América Latina, a dívida alta limita espaço fiscal para investimentos em infraestrutura e resiliência.

---

1 Financiamento oferecido em condições mais favoráveis que as do mercado ("below-market terms"), para apoiar países em desenvolvimento, especialmente os mais pobres ou vulneráveis, em projetos de alto impacto que não seriam viáveis com financiamento comercial normal. Características principais (comparado ao financiamento não-concessional ou "market-rate"): Juros mais baixos (muitas vezes 0% a 1-2%, vs. taxas de mercado); Prazos mais longos (ex.: 30-50 anos de maturidade); Períodos de carência maiores ("grace period", ex.: 5-10 anos sem pagamento de principal); Componentes de subsídio ("grant element") ou garantias que reduzem risco; pode incluir "grants" (doações não reembolsáveis); empréstimos mistos ("blended finance") ou garantias.

## Fragmentação Institucional e Coordenação

O sistema multilateral está mais complexo e saturado ("crowded"), com desafios de divisão de trabalho, coordenação e eficácia. Bancos Regionais buscam maior colaboração, mas a competição por recursos e influências persistem.

## Exemplos de Desafios Específicos por Banco

### Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB)

Riscos de tensões comerciais, volatilidade financeira e deterioração no mercado imobiliário da China afetam o crescimento regional.

Demanda por financiamento de comércio sobe com realinhamento de cadeias de suprimentos, mas os desafios de ASG - Ambiental, Social e Governança – e os riscos cibernéticos crescem.

### Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB)

Gap anual de US\$ 402 bilhões para transformação estrutural, dívida vulnerável e choques climáticos/Regionais.

Reformas globais cobrem apenas cerca de 42% do necessário; inflação alta em vários países e déficits fiscais ampliados por receitas fracas.

### Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento (EBRD)

Contexto econômico/geopolítico desafiador com expansão para África Subsaariana e Iraque (novos escritórios em 2026). Foco em governança, capital humano e transição verde, mas riscos digitais, cibersegurança e transição energética acelerada demandam adaptação rápida.

### Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) e outros (CAF, NDB)

Menor base de capital e as classificações de crédito ("ratings") limitam o financiamento acessível; pressão para maior Gestão do Ciclo de Projetos ("PCM Project Cycle Management") e o alinhamento com agendas climáticas sem diluir identidade regional.

## Projetos para 2026

Os Bancos Regionais de Desenvolvimento Multilaterais (MDBs Regionais) estão intensificando seus portfólios para 2026, com foco em infraestrutura sustentável, transição energética, resiliência climática, mobilização de capital privado e integração regional.

Isso reflete compromissos globais pós-COP30, estratégias internas (muitas vigentes até 2026) e a necessidade de preencher lacunas em financiamento para países em desenvolvimento.

Em 2026, espera-se continuidade e expansão de *projetos* como:

Aumento significativo de projetos para financiamento climático (MDBs coletivamente já atingiram recordes em 2024-2025, com metas de US\$ 120 bilhões anuais em países de baixa/média renda até 2030).

Ênfase em projetos que mobilizem capital privado (via garantias, co-financiamento e medidas para redução de riscos ("derisking")).

Cooperação entre MDBs para projetos transfronteiriços e de grande escala (ex.: "water-energy-food nexus"<sup>2</sup> e corredores de transporte sustentável).

## Principais Projetos para 2026 de BRDs específicos

### Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) — Ásia e Pacífico

O ADB planeja financiamento anual robusto, incluindo US\$ 3 bilhões por ano na Turquia (2026-2027), focado em resiliência, conectividade regional e mobilização privada.

Nas Filipinas, prepara pacote de ~US\$ 4 bilhões para 2026, com continuidade em infraestrutura de grande porte (ex.: interligações rodoviárias).

Ênfase em transição energética justa, transporte sustentável e alinhamento climático (75% das operações climáticas até 2030). Lançou grupo consultivo de alto nível para o setor privado em 2026.

### Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB) — África

Ainda opera sob o "Work Programme" (Programa de Trabalho) 2024-2026, com foco em integração regional, infraestrutura de energia/transporte, zonas agroindustriais especiais (SAPZs) e resiliência.

Reuniões Anuais de 2026 em Brazzaville (Congo) devem destacar reformas e projetos de infraestrutura.

Estratégia de fragilidade/resiliência (2022-2026) continua influenciando ações em água, energia e adaptação climática.

### Novo Banco de Desenvolvimento (NDB - BRICS) — Países emergentes (foco Sul-Sul)

Estratégia 2022-2026 visa  $\geq 40\%$  do portfólio em financiamento climático e  $\geq 30\%$  em moedas locais.

Em 2026, o foco será em projetos aprovados recentemente (ex.: saneamento na África do Sul, logística na China, infraestrutura sustentável no Brasil).

O Workshop para pipeline soberano na China (2026-2027) se alinha com o 15º Plano Quinquenal chinês, priorizando energia limpa, transporte, água e digital. Aprovações recentes incluem

---

2 Conceito integrado que reconhece as interdependências e trade-offs entre os setores de água, energia e alimentos. Ele busca soluções holísticas para gerenciar recursos de forma sustentável, especialmente em contextos de mudanças climáticas, escassez de recursos, crescimento populacional e insegurança alimentar/energética.

integração sustentável em Maceió (Brasil) e medição avançada na Índia.

## **Banco Asiático de Infraestrutura (AIIB) e outros (EBRD e CAF)**

O AIIB e outros BRDs enfatizam infraestrutura resiliente e clima. A cooperação entre MDBs cresce em áreas como corredores sustentáveis, financiamento verde e projetos "cross-border".

O Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, EBRD, e similares priorizam transição para *economias de mercado* com viés climático.

## **Tendências Gerais para os Projetos dos BRDs em 2026**

### **a) Clima e Sustentabilidade**

Maior volume em mitigação (energia renovável, eficiência) e adaptação (resiliência a choques climáticos, cidades sustentáveis).

### **b) Infraestrutura**

Transporte (corredores Regionais), energia (transição justa), água/saneamento e logística.

### **c) Mobilização Privada de Recursos**

Uso de garantias verdes, plataformas e parcerias para atrair capital privado.

### **d) Integração Regional**

Projetos transfronteiriços (ex.: energia compartilhada, transportes) via *cooperação entre Bancos*.

Os "pipelines"<sup>3</sup> - conjunto de iniciativas (projetos de infraestrutura, energia, saneamento, clima, etc.) que estão sendo desenvolvidos, avaliados e preparados para financiamento - evoluem com as aprovações de boards e negociações país a país. A ideia é reforçá-los como instrumento de planejamento para o futuro financiamento: os Bancos publicam ou atualizam seus "pipelines" para atrair parceiros, investidores privados, cofinanciadores e mostrar o volume de oportunidades. Os Bancos estão expandindo os "pipelines" para mobilizar mais capital privado, acelerar projetos climáticos e superar barreiras (ex.: falta de projetos bancáveis - "bankable" - ou prontos para investimento).

Alguns Bancos usam ferramentas como *Facilidades de Preparação de Projetos* ("Project Preparation Facilities") para atrair fundos e para transformar ideias em projetos viáveis.

Muitos projetos são multianuais, com desembolsos em 2026 de aprovações anteriores.

---

3 "Pipelines" (ou "project pipelines") no contexto dos Bancos Regionais de desenvolvimento multilaterais refere-se a uma lista ou portfólio de projetos em diferentes estágios de preparação e aprovação. Não são projetos já aprovados e em execução, mas sim aqueles em fases iniciais ou intermediárias. Fases: Conceituação → Estudos de viabilidade → Preparação técnica → Avaliação de impacto ambiental/social → Aprovação pelo board → Assinatura e desembolso.

## Exemplos concretos de uso de “pipelines” para 2026:

### ADB (Asiático)

Fala em “robust project pipeline” para países como Turquia (US\$ 3 bilhões/ano em 2026-2027) e Filipinas (~US\$ 4 bilhões em 2026), focando em resiliência e conectividade.

### AfDB (Africano)

Enfatiza coordenação de pipelines para co-financiamento (ex.: com AFD - Agência Francesa de Desenvolvimento - e grupos árabes), priorizando energia, agricultura e adaptação climática.

### NDB (BRICS)

Atualiza o pipeline em reuniões de board, com aprovações em infraestrutura sustentável e meta de 40% em financiamento climático até o fim da estratégia 2022-2026.

## Perspectivas para 2026 do financiamento em Saúde dos BRDs

As perspectivas de financiamento dos BRDs (Bancos Regionais de Desenvolvimento Multilaterais, ou MDBs Regionais) para o setor de **saúde** em 2026 mostram *continuidade e expansão moderada*, apesar de desafios globais como redução da assistência (ODA) bilateral (especialmente dos EUA), pressão por mobilização de capital privado e foco em resiliência de sistemas de saúde pós-pandemia e climática.

Os BRDs priorizam **saúde** como parte da infraestrutura social ("social infrastructure"), alinhando-se a metas como UHC (Cobertura Universal de Saúde), ODS 3, Fortalecimento de Sistemas de Atenção Primária ("primary health care") e resposta a Doenças Não Transmissíveis (NCDs).

Há ênfase em projetos integrados com clima, resiliência, digitalização e mobilização privada, usando financiamento concessional, financiamento misto ("blended finance") e uso de moedas locais ("local currency lending") para reduzir riscos.

### Tendências Gerais para 2026 em Saúde

- Aumento em infraestrutura de saúde
- Foco em hospitais inteligentes, modernização de redes primárias, workforce (ex.: enfermeiros), e-health e resiliência a desastres/clima.
- *Plataformas colaborativas*: BRDs + OMS + parceiros (ex.: "Health Impact Investment Platform"). Estas plataformas mobilizam bilhões para "primary health care" em países vulneráveis (fase inicial em 15 países, com €1,5 bilhão em "concessional loans/grants").
- Impacto de cortes externos: redução de "funding" dos EUA (ex.: GAVI, Global Fund, Pandemic Fund) pressiona os BRDs a preencher gaps, com maior uso de "concessional windows" (ADF do AfDB, etc.).
- Mobilização privada e aumento da margem de capacidade de empréstimo ("headroom"): Reformas de capital (como no CAF) e parcerias aumentam capacidade de financiamento

dos BRDs ; foco em projetos bancáveis ("bankable") via Facilidades na Preparação de Projetos (PPFs - "Project Preparation Facilities").

- Integração com outros setores: Saúde ligada à "WEF Nexus" (Abordagem integrada Água-Energia-Alimentos); à AfCFTA (infraestrutura regional) e à transição energética.

## Perspectivas do Financiamento em Saúde por Banco

### AfDB (África):

- Estratégia de saúde: foco em infraestrutura de qualidade (hospitais, e-health) para acesso universal até 2030.

- Exemplos recentes: US\$ 33,64 milhões no Ruanda (biomedical engineering e e-health, 2026); US\$ 55 milhões no Sudão (emergência/infraestrutura); projetos em África para resiliência.

- Em 2026: Reuniões Anuais em Brazzaville (maio) devem impulsionar novos anúncios. ADF (concessional) com US\$ 11 bilhões recentes suporta saúde em países pobres; parcerias com WHO e grupos árabes para co-financiamento. Ênfase em health security e financiamento inteligente para resiliência.

### ADB (Ásia e Pacífico):

- Parcerias fortes (ex.: com World Bank para "Pacific Healthy Islands Transformation"; US\$ 236,5 milhões em Fiji para NCDs (Doenças Não Transmissíveis - DNTs); e hospital regional (cofinanciamento em Tonga).

- Exemplos: US\$ 150 milhões no Punjab (Paquistão) para nursing/health workforce; US\$ 270 milhões no Afeganistão (via UNICEF) para serviços essenciais até 2026.

- Em 2026: Expansão em *modernização* de saúde, "workforce" (enfermeiros), "disaster-resilient facilities" e Cobertura Universal de Saúde (UHC). "Health Financing Partnership Facility" apoia impactos em infraestrutura e governança.

### NDB (BRICS - emergentes):

- Estratégia 2022-2026 inclui "social infrastructure" (hospitais, "digital health").

- Exemplos: Brasil - Hospital Inteligente ("Smart Hospital Project") (US\$ 320 milhões, implementação 2026-2029, modelo digital para replicar nacionalmente); projetos na África do Sul (Limpopo "Central Hospital").

- Em 2026: Foco em projetos soberanos e não-soberanos com  $\geq 30\%$  em moedas locais; saúde integrada à energia renovável e infraestrutura sustentável.

## Desafios e Oportunidades em 2026 para a Saúde

### - Desafios

Cortes em Assistência bilateral (EUA); dívida alta em alguns países; necessidade de mais empréstimos concessionais ("concessional finance" em LICs/LMICs)

### - Oportunidades

Colaboração entre BRDs ("joint reports on social infrastructure") e associação com plataformas como "Health Impact Investment"; maior uso de capital privado e inovação ("digital health, e-health").

### -Volume estimado de recursos

A **Saúde** representa ~20-25% dos compromissos sociais dos BRDs (US\$ 50+ bilhões anuais totais em "social sectors"); crescimento em empréstimos concessionais para "primary care"; e resiliência.

*Em síntese, 2026 deve ser um ano de consolidação e expansão seletiva no financiamento de saúde pelos BRDs, com foco em sistemas resilientes, digitalização e parcerias para maximizar o impacto dos projetos em meio a restrições globais de "funding".*

## Considerações Finais

O ano de 2026 representa um ano de teste para as **reformas** dos BRDs, com uma maior pressão para "fazer mais com menos", além das tentativas de equilibrar *escala, concessionalidade e impacto* em um mundo fragmentado com restrições financeiras.

Bancos Regionais, com proximidade aos clientes e conhecimento local, têm vantagem em respostas ágeis, mas precisam de maior capitalização, coordenação e, sobretudo, *inovação dos mecanismos de financiamento* para superar esses obstáculos. Entre as inovações do financiamento está o financiamento de projetos com moedas locais.

Apesar de progressos pontuais, como o aumento de recursos climáticos, os **desafios persistem**, como *implementação plena dos projetos; equilíbrio entre escala e sustentabilidade*; além da necessidade de um financiamento *mais consistente para problemas sociais e econômicos estruturais*.

Os **desafios** na área da **saúde** ainda incluem lacunas de financiamento pós-COVID; além da demanda de uma maior coordenação - no interior dos Bancos e destes com os governos - para evitar a fragmentação das ações; da ampliação da sua escala; do aumento da sua efetividade e do seu impacto; da centralidade dos *projetos diretos em Saúde* no seu financiamento; e da criação de *indicadores mais precisos* (também denominados de *métricas* na COP30) sobre os resultados obtidos.

A continuidade da adesão em 2026 de alguns BRDs à *Plataforma de Investimento com Impacto na Saúde* ("Health Impact Investment Platform" - HIIP) em conjunto com a OMS é sem dúvida uma estratégia acertada na coordenação dos esforços e na ampliação do impacto das ações em Saúde nos países de Baixa e Média Renda.

### Fontes de Consulta

<https://www.caf.com/pt/busca/?s=projetos+do+CAF+para+2026>

<https://www.afdb.org/pt/projetos-operacoes/projetos-selecionados>

<https://www.afdb.org/pt/search/content/2026>

<https://www.ndb.int/>

<https://www.ndb.int/news/ndb-board-of-governors-approved-the-banks-general-strategy-for-2022-2026/>

<https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2026/01/Summary-Final-IEO-Work-Programme-and-Budget-for-2026.pdf>

<https://www.adb.org/adbi/main>

<https://www.asiapathways-adbi.org/2026/02/why-infrastructure-must-shift-from-disaster-recovery-to-resilience-in-a-high-risk-world/>

<https://www.adb.org/documents/adbi-three-year-rolling-work-program-2026-2028-and-budget-2026>

<https://www.ebrd-com.translate.goog/home.html? x tr sl=en& x tr tl=pt& x tr hl=pt& x tr pto=tc#>

<https://www.ebrd-com.translate.goog/home/what-we-do/projects.html? x tr sl=en& x tr tl=pt& x tr hl=pt& x tr pto=tc>

<https://www.ebrd.com/home/news-and-events/publications/evaluation/IEvD-Work-Programme-2026-28.html>

<https://www.isdb.org/>

<https://www.isdb.org/publications/isdb-group-10-year-strategic-framework-2026-2035>

<https://www.isdb.org/news/arab-coordination-group-and-african-development-bank-group-launch-a-structured-strategic-partnership-to-scale-co-financing-and-investment-in-africa>

<https://www.isdb.org/news/isdb-board-of-executive-directors-approves-us-1365-billion-to-spur-infrastructure-energy-security-human-capital-across-12-member-countries>

<https://www.isdb.org/news/islamic-development-bank-group-and-new-development-bank-sign-mou-to-strengthen-cooperation-in-infrastructure-and-sustainable-development>

---

# Capacidades de inovação e tendências do comércio global: perspectivas para 2026

Innovation capabilities and global trade trends: perspectives for 2026

*Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

**Abstract:** *On February 3, 2026, members of the World Trade Organization met to review the next steps for advancing WTO reform in preparation for the 14th Ministerial Conference (MC14), scheduled for March 2026 in Yaoundé, Cameroon. The WIPO Innovation Capabilities Outlook 2026 report maps 2,508 innovation capabilities across science, technology, entrepreneurship, and production for the period 2001–2023, revealing that global innovation remains concentrated in approximately 30 percent of the world’s economies, while 70 percent struggle to gain complexity. The UNCTAD Global Trade Update: Top Trends Redefining Global Trade in 2026 report examines ten structural trends shaping global trade in 2026, including slowing economic growth, rising tariffs, reconfiguring value chains, and the South–South trade surge. Together, these publications offer a comprehensive picture of the asymmetries in innovation capacity and commercial insertion that define the contemporary global economy, with significant implications for health, industrial policy, and sustainable development in the Global South.*

**Keywords:** *MC14; innovation capabilities; global trade; economic complexity; South–South trade; technology transfer; intellectual property; sustainable development*

**Resumo:** Em 3 de fevereiro de 2026, os membros da Organização Mundial do Comércio reuniram-se para examinar os próximos passos para o avanço da reforma da OMC em preparação para a 14ª Conferência Ministerial (MC14), agendada para março de 2026 em Yaoundé, Camarões. O relatório Innovation Capabilities Outlook 2026, da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), mapeia 2.508 capacidades de inovação em ciência, tecnologia, empreendedorismo e produção para o período 2001–2023, revelando que a inovação global permanece concentrada em aproximadamente 30% das economias mundiais, enquanto 70% lutam para ganhar complexidade. O relatório Global Trade Update: Top Trends Redefining Global Trade in 2026, da UNCTAD, examina dez tendências estruturais que moldam o comércio global em 2026, incluindo a desaceleração do crescimento econômico, a elevação de tarifas, a reconfiguração de cadeias de valor e a expansão do comércio Sul–Sul. Em conjunto, essas publicações oferecem um panorama abrangente das assimetrias em capacidade de inovação e inserção comercial que definem a economia global contemporânea, com implicações significativas para a saúde, a política industrial e o desenvolvimento sustentável no Sul Global.

**Palavras-chave:** MC14; capacidades de inovação; comércio global; complexidade econômica; comércio Sul–Sul; transferência de tecnologia; propriedade intelectual; desenvolvimento sustentável.

## Avançando a Reforma da OMC: Preparativos para a MC14

Em 3 de fevereiro de 2026, os membros da Organização Mundial do Comércio reuniram-se para examinar os próximos passos para o avanço da reforma da OMC em preparação para a 14ª Conferência Ministerial (MC14), agendada para março de 2026 em Yaoundé, Camarões. O embaixador Petter Ølberg, da Noruega, atuando como facilitador do processo de reforma, anunciou o lançamento de um “mês da reforma”, com início em 5 de fevereiro, para promover discussões sobre um plano de trabalho pós-MC14. Ele enfatizou que a reforma deve representar uma mudança significativa e afirmou que o tema será central na conferência ministerial. Antes da reunião, Ølberg distribuiu uma minuta de plano de trabalho que descreve as áreas prioritárias nas quais os membros concentraram seus esforços iniciais, incluindo processos de tomada de decisão, desenvolvimento e tratamento especial e diferenciado, e questões de igualdade de condições. A minuta também propõe uma breve declaração ministerial sobre a reforma e incorpora a reforma da solução de controvérsias, mantendo-se flexível o suficiente para acomodar tópicos adicionais, a fim de preservar a agilidade institucional (OMC, 2026).

O facilitador elogiou os membros pela sua participação construtiva no debate sobre a reforma, destacando o envolvimento durante a “Semana da Reforma”, a reunião do Conselho Geral de dezembro e através de contribuições escritas. Com base em consultas realizadas anteriormente, Ølberg recomendou que os ministros conduzissem discussões focadas nos desafios sistêmicos fundamentais e urgentes identificados pelos membros como essenciais para o futuro da organização. Ele propôs ainda que os ministros endossassem um plano de reforma pós-MC14 equilibrado e voltado para o futuro, estabelecessem pontos de controle claramente definidos para monitorar o progresso e aprovassem modalidades apropriadas capazes de viabilizar reformas concretas e eficazes após a conferência. Durante a reunião de fevereiro, a União Europeia e o Paraguai apresentaram contribuições recentemente divulgadas, contribuindo assim com perspectivas adicionais para o diálogo institucional em curso (OMC, 2026).

Na mesma reunião, o Diretor-Geral apresentou um “Roteiro para Yaoundé – Cronograma de Sessões da MC14” revisado, incorporando o feedback coletado por meio de consultas com os membros em janeiro. O roteiro prevê sessões paralelas dedicadas à reforma da OMC, criando oportunidades para o diálogo ministerial sobre questões-chave que moldam o processo de reforma, juntamente com outros tópicos comerciais que exigem engajamento de alto nível. Consultas adicionais sobre o plano de trabalho da reforma foram agendadas para os dias 5, 9, 10 e 16 de fevereiro, com salas de escuta disponíveis para aumentar a transparência. Uma nova rodada de consultas em grupo terá como objetivo finalizar o plano de trabalho e definir a estrutura das conversas ministeriais, incluindo perguntas orientadoras para as discussões em Yaoundé. Por fim, o facilitador enfatizou o objetivo de garantir um acordo sobre um plano de trabalho na reunião do Conselho Geral de março, para que ele possa ser formalmente transmitido à MC14 (OMC, 2026).

## Inovação e comércio global em 2026: análise integrada

### Panorama

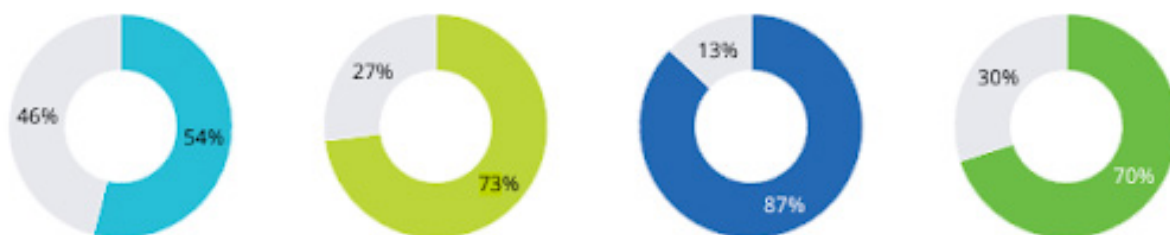
A economia global de 2026 é marcada por uma tensão estrutural entre a expansão do conhecimento e a concentração persistente das capacidades necessárias para transformá-lo em desenvolvimento. De um lado, o mapeamento inédito da WIPO identifica 2.508 capacidades de inovação distribuídas em quatro dimensões, ciência (628 campos), tecnologia (480), empreendedorismo (538) e produção (862), e demonstra que apenas cerca de 30% das economias concentram a vasta maioria das publicações científicas, patentes, marcas e exportações avançadas. De outro, a UNCTAD registra que o crescimento econômico global permanece contido em 2,6%, que as tarifas médias sobre manufaturas saltaram de 1,9% em 2024 para 4,7% em 2025, e que o comércio Sul-Sul, impulsionado por cadeias de valor asiáticas, passou de US\$ 0,5 trilhão em 1995 para US\$ 6,8 trilhões em 2025, representando 57% das exportações dos países em desenvolvimento. Esse cenário impõe desafios específicos para países como o Brasil, que precisa articular políticas de inovação em saúde, desenvolvimento industrial e inserção comercial estratégica diante de um sistema internacional cada vez mais concentrado e politicamente volátil (OMPI (2026).

O relatório Innovation Capabilities Outlook 2026, publicado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO) em 2026, apresenta pela primeira vez um mapeamento sistemático das capacidades de inovação globais, utilizando dados de patentes, marcas internacionais, publicações científicas indexadas na Scopus e exportações manufaturadas do UN COMTRADE para o período 2001–2023. O documento articula a metodologia de complexidade econômica (Hausmann e Hidalgo) em um framework que integra quatro dimensões da inovação, revelando como as capacidades se conectam em redes interdependentes e como essas conexões determinam a maturidade dos ecossistemas nacionais (OMPI (2026).

### Concentração global da inovação

A inovação internacional permanece extraordinariamente concentrada: as dez principais economias respondem por 87% das patentes, 73% das marcas, 70% das publicações científicas e 54% das exportações (figura 1.1 do relatório). Essa concentração revela a existência de barreiras estruturais que impedem a maioria das economias de participar significativamente do sistema global de inovação. A maioria dos países contribui com menos de 1% em qualquer dimensão inovadora, configurando um quadro de assimetria que se reproduz nas relações comerciais e industriais internacionais (OMPI (2026).

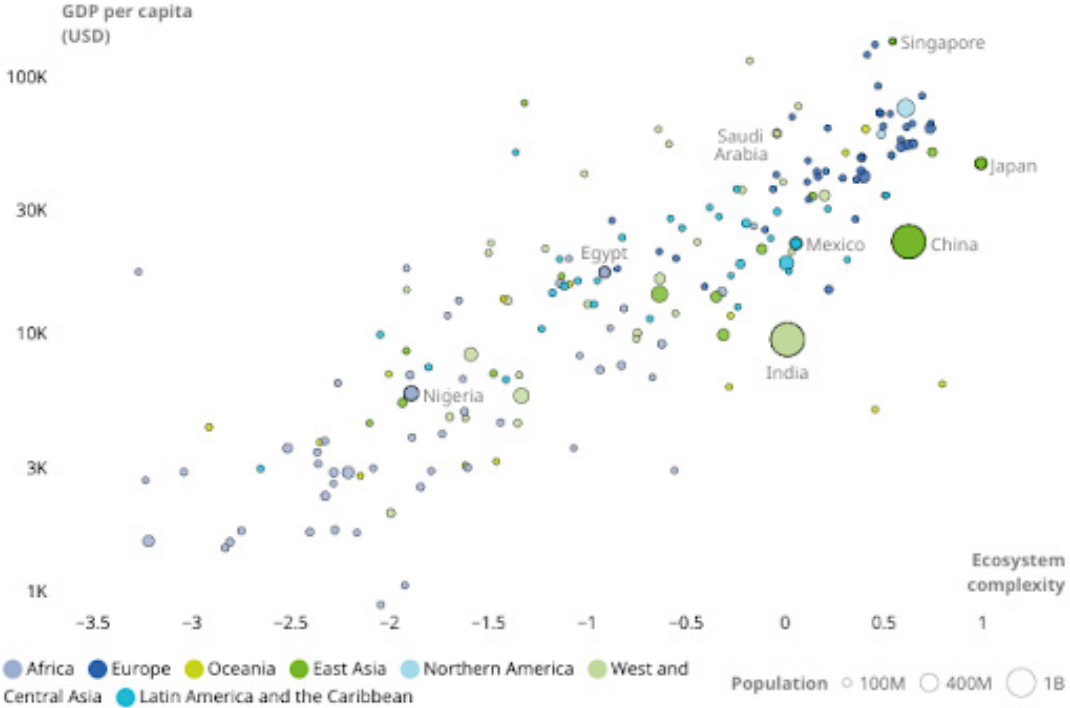
**Figura 1 - Participação no total de inovações internacionais por dimensão, 10 principais economias vs. resto do mundo, 2023**



### Capacidades e complexidade: a hierarquia do conhecimento

Campos sofisticados como biotecnologia avançada, computação quântica ou inteligência artificial de nova geração emergem apenas em ecossistemas altamente diversificados, pois dependem de uma densa rede de capacidades complementares, instituições e domínios de conhecimento. A WIPO demonstra que a complexidade dos ecossistemas está fortemente correlacionada com o PIB per capita, e que as capacidades tecnológicas permanecem as mais concentradas, presentes em apenas 4,5% das economias, enquanto capacidades científicas (7,4%) e empreendedoras (7,7%) se difundem de forma relativamente mais ampla (OMPI (2026)).

**Figura 2 - Complexidade do ecossistema e PIB per capita, 2023**



Fonte: WIPO, 2026.

**A dinâmica da diversificação: dois mundos da inovação**

O relatório identifica uma transformação dramática na distribuição global de capacidades, porém profundamente desigual. O Leste Asiático expandiu sua diversidade de capacidades de 25% para 64% de todos os campos rastreados nos últimos 23 anos, o maior avanço regional registrado. A China apresentou crescimento de 62 vezes em publicações científicas per capita, 65,8 vezes em marcas, 28,4 vezes em patentes e 6,4 vezes em exportações entre 2001 e 2023. Em contraste, economias estabelecidas como Estados Unidos, Japão e países europeus registraram ganhos modestos, tipicamente duplicando ou triplicando sua produção (OMPI (2026)).

**Tabela 1 – Crescimento da inovação per capita, por economia e dimensão, 2001–2023**

	<b>Economy</b>	<b>GDP</b>	<b>Trademarks</b>	<b>Exports</b>	<b>Scientific publications</b>	<b>Patents</b>
1	<b>China</b>	<b>5.2×</b>	<b>65.8×</b>	<b>6.4×</b>	<b>62.0×</b>	<b>28.4×</b>
2	United States	1.4×	1.4×	1.4×	1.0×	1.1×
3	Japan	1.2×	1.7×	1.1×	1.1×	1.6×
4	Germany	1.2×	1.1×	1.7×	1.8×	0.9×
5	<b>Republic of Korea</b>	<b>1.9×</b>	<b>11.9×</b>	<b>2.4×</b>	<b>6.0×</b>	<b>5.3×</b>
6	United Kingdom	1.2×	1.5×	0.9×	1.3×	0.9×
7	France	1.2×	1.2×	1.1×	1.3×	1.0×
8	Italy	1.0×	1.8×	1.6×	3.0×	1.3×
9	<b>India</b>	<b>3.0×</b>	<b>6.9×</b>	<b>4.7×</b>	<b>9.7×</b>	<b>5.8×</b>
10	Canada	1.2×	3.5×	1.1×	1.4×	1.2×

Fonte: WIPO, 2026.

### **Diversificação estratégica versus especialização**

A WIPO distingue entre diversificação estratégica, ganhar simultaneamente diversidade e complexidade, e gestão estratégica de capacidades, intensificar o foco em campos de alto valor protegendo-os com conhecimento complementar. China, Índia e Vietnã dominaram ambas as estratégias, alcançando ganhos simultâneos em oito dos dez anos analisados. Apenas 30% das economias conseguiram aumentar a complexidade inovadora, evidenciando que construir capacidades sofisticadas requer um esforço estratégico sustentado que a maioria dos países não consegue manter (OMPI (2026)).

### **Campos de inovação mais dinâmicos e suas implicações**

Entre os 100 campos de inovação de crescimento mais rápido (2018–2023), 40% representam capacidades complexas. Semicondutores emissores de luz cresceram 6,9 vezes, a Internet das Coisas (IoT) 4,1 vezes e aplicações de inteligência artificial 3,6 vezes. No entanto, seus padrões de difusão diferem: a IoT, apesar do crescimento acelerado, se concentra em menos ecossistemas; já o campo de impacto e aplicações da IA se difundiu para 30% mais economias, sendo surpreendentemente pouco complexo. No campo da saúde, estudos sobre impactos da COVID-19 cresceram 7,9 vezes, e o domínio de biofarmacêuticos aumentou 3% em complexidade entre 2018 e 2023, enquanto ciências médicas e da saúde tiveram queda de 7,6% em complexidade (OMPI (2026)).

---

# Organizações da sociedade civil

*Patrícia Lewis Carpio, Diana Zeballos, Laurenice Pires, Matheus dos Santos da Silveira, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Renan Amaral Oliveira, Margilei Moraes, Ana Carol Aldapi Vaquera, Luis Eugênio de Souza*

**Resumo:** O Informe CRIS nº 01/2026 reúne posicionamentos, análises e iniciativas de 46 organizações da sociedade civil com atuação na saúde global, monitoradas no período de 5 de dezembro de 2025 a 5 de fevereiro de 2026. Conflitos armados prolongados, retração do financiamento internacional, instabilidade política, emergência climática e desigualdades estruturais moldam um contexto de persistente e crescente vulnerabilidade para populações historicamente marginalizadas. Os conteúdos compilados evidenciam retrocessos importantes na arquitetura da saúde global, com cortes severos na ajuda oficial ao desenvolvimento, fragilização de mecanismos multilaterais e tensões na relação entre governos poderosos e organismos internacionais. Ao mesmo tempo, observam-se esforços relevantes para sustentar respostas humanitárias, fortalecer sistemas de saúde, ampliar a atenção primária e investir em ciência e inovação, especialmente nas áreas de saúde materno-infantil, doenças infecciosas, saúde mental e mudanças climáticas. O informe também destaca o papel central da governança em saúde, da defesa dos direitos humanos e da equidade como eixos estruturantes das respostas contemporâneas, bem como a importância da sociedade civil na denúncia de violações, na produção de evidências e na mobilização por políticas públicas justas. Em meio à fragmentação geopolítica e à financeirização crescente da saúde, as organizações reafirmam a necessidade de cooperação internacional, solidariedade e fortalecimento de sistemas públicos como condição indispensável para proteger vidas e garantir o direito à saúde em escala global.

## INTRODUÇÃO

O início de 2026 encontra a saúde global atravessada por uma convergência profunda de crises políticas, humanitárias, econômicas e ambientais. Conflitos armados prolongados, deslocamentos forçados em larga escala, retração do financiamento internacional, emergência climática e instabilidade institucional compõem um cenário de alta complexidade, no qual milhões de pessoas enfrentam barreiras crescentes para acessar serviços básicos de saúde, alimentação, água potável, educação e proteção social.

Os registros reunidos nesse Informe CRIS nº 01/2026 evidenciam não apenas a gravidade desse contexto, mas também as disputas em curso em torno da governança da saúde global. Organizações como *CORE Group*, *Consortium of Universities for Global Health* e *Global Health Council* alertam para os impactos sistêmicos da dissolução da USAID, dos cortes generalizados na ajuda oficial ao desenvolvimento (ODA) e do enfraquecimento de mecanismos multilaterais, especialmente na relação entre os Estados Unidos e a Organização Mundial da Saúde (OMS). Essas mudanças comprometem a vigilância epidemiológica, a coordenação internacional, o fluxo de informações sobre surtos, a força de trabalho em saúde e a continuidade de serviços essenciais, sobretudo em países de baixa e média renda.

Nesse contexto, a própria OMS, por meio de seu apelo global para 2026 divulgado pela *Medicus Mundi Switzerland*, solicita cerca de US\$ 1 bilhão para responder a 36 emergências de saúde em países como Sudão, Ucrânia, Haiti, Afeganistão, Mianmar, Síria e Território Palestino Ocupado, priorizando a manutenção de unidades de saúde, cuidados às pessoas que sofreram traumas, prevenção de surtos, vacinação de rotina e serviços de saúde sexual, reprodutiva, materna e infantil. Ao mesmo tempo, o diretor-geral da OMS alerta para um déficit crescente de profissionais de saúde, que tende a se agravar até 2030, aprofundando desigualdades já existentes.

O informe também documenta denúncias de retrocessos normativos e institucionais. No Brasil, a organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) ingressou como *amicus curiae* no Supremo Tribunal Federal, questionando dispositivos da Lei 14.874/2024 sobre pesquisas com seres humanos, apontando riscos à proteção de participantes, ao acesso pós-pesquisa a medicamentos e ao controle ético público. A organização defende o fortalecimento da governança da pesquisa, da participação social e da repartição de benefícios, alinhando o debate aos compromissos internacionais da OMS e reafirmando a centralidade da dignidade humana e do interesse público nas atividades de pesquisa científica.

No plano humanitário, organizações como MSF, IFRC, *ActionAid* e *World Vision* relatam situações extremas vividas por populações em territórios afetados por guerras e crises prolongadas. No Sudão, mais de mil dias de conflito resultaram em uma das maiores crises de deslocamento populacional de todos os tempos, especialmente de crianças, fora da escola, expostas à violência armada, à desnutrição severa e ao recrutamento forçado. Na Ucrânia, a destruição da infraestrutura energética agrava os efeitos do inverno rigoroso, interrompe a educação e intensifica o sofrimento psicológico de crianças e adolescentes. Em Gaza, Haiti, Somália e Sudão do Sul, o colapso de sistemas básicos evidencia o caráter crônico das emergências contemporâneas.

Essas crises se entrelaçam com determinantes sociais profundos. Iniciativas da *WaterAid*, destacadas pelo *Global Health Council*, mostram avanços no acesso à água potável e saneamento, enquanto a ACT Promoção da Saúde e a *NCD Alliance* denunciam o impacto de padrões alimentares, álcool, tabaco e políticas fiscais regressivas sobre doenças crônicas não transmissíveis. A *Sang pour Sang* chama atenção para a menstruação digna como direito humano, e a Fundação Huésped articula redes de apoio a migrantes para ampliar o acesso à saúde sexual e reprodutiva.

Também dentre as OSC de interesse privado a infância emerge como eixo central das preocupações globais. A *Gates Foundation* reafirma seu compromisso de longo prazo com a redução de mortes evitáveis de crianças e mães, destacando o papel da atenção primária, das vacinas e da inovação. Iniciativas como o *School Meals Accelerator*, liderado pelo governo alemão, *Novo Nordisk Foundation*, *Rockefeller Foundation* e *World Food Programme*, buscam ampliar programas de alimentação escolar para alcançar mais 100 milhões de crianças até 2030, integrando nutrição, educação e desenvolvimento sustentável. A *Rockefeller Foundation*, em parceria com o CAF, também fortalece programas de merenda escolar na América Latina e Caribe, conectando segurança alimentar a economias locais.

A ciência, a tecnologia e a inovação ocupam posição ambivalente nesse cenário. A *Wellcome Trust* e a *Gates Foundation* anunciam investimentos expressivos em pesquisa biomédica, bioimagem, antibióticos, inteligência artificial e saúde mental, enquanto relatórios do *Lancet Global Health* alertam que cortes severos na ajuda internacional podem resultar em até 22,6 milhões de mortes adicionais até 2030. Ao mesmo tempo, a *Wellcome* destaca desigualdades estruturais na produção científica, especialmente no apoio a pesquisadores negros, evidenciando a necessidade de modelos mais equitativos de financiamento, liderança e colaboração.

A crise climática atravessa todos esses processos. A *Planetary Health Alliance*, a *Rockefeller Foundation* e a *Wellcome Trust* articulam saúde, alimentação e meio ambiente em iniciativas como o documentário FOOD 2050 e o relatório sobre Contribuições Nacionalmente Determinadas centradas em saúde, defendendo que políticas climáticas devem priorizar o bem-estar humano, reduzir desigualdades e fortalecer a resiliência comunitária.

Em conjunto, as manifestações da sociedade civil revelam um momento decisivo para a saúde global. Entre retrações políticas e mobilizações sociais, entre inovação tecnológica e precarização institucional, delinea-se uma disputa estrutural sobre os rumos do direito à saúde no século XXI. A sociedade civil organizada reafirma seu papel estratégico na produção de evidências, na denúncia de violações, na defesa do interesse público e na construção de alternativas baseadas em solidariedade, cooperação internacional e fortalecimento dos sistemas públicos.

## ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

### Doenças transmissíveis, epidemias e biossegurança

No campo das doenças transmissíveis, epidemias e biossegurança, a Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) anunciou o primeiro tratamento totalmente oral para a [Doença do Sono](#) e apresentou o acozibolol como possível cura em dose única, reiterando, no [Dia Mundial das Doenças Tropicais Negligenciadas](#), que essas enfermidades afetam mais de 1 bilhão de pessoas e seguem carecendo de diagnósticos e terapias adequados. A Fundação Huésped divulgou estudo sobre a segurança e a [resposta imunológica da vacina Qdenga](#)<sup>®</sup> (Takeda) contra dengue em pessoas com 45 anos ou mais, enquanto a Global Network of People Living with HIV (GNP+) e a Prevention Access Campaign celebraram os [dez anos da campanha U=U](#) no evento LIVING2026, destacando o papel da ciência e da liderança comunitária na redução do estigma. A Medicus Mundi Switzerland anunciou o lançamento, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), do primeiro guia global de cuidados essenciais em [saúde mental associados às Doenças Tropicais Negligenciadas](#), alertando para o impacto da queda de 41% no financiamento internacional, e a CORE Group chamou atenção para [reportagem da ProPublica](#) sobre como cortes abruptos na assistência internacional comprometeram a resposta à cólera em campos de refugiados no Sudão do Sul.<sup>1 2 3 4 5 6</sup>

No âmbito da imunização, a GAVI, The Vaccine Alliance apresentou os [marcos do ciclo 2021–2025](#), incluindo respostas a surtos, recuperação vacinal pós-COVID-19, introdução de vacinas hexavalentes e fortalecimento de sistemas em contextos humanitários, ressaltando seu modelo de [parcerias multissetoriais](#) que contribuiu para reduzir pela metade a mortalidade infantil em 78 países. Em artigo no World Economic Forum, Sania Nishtar destacou o papel da Gavi como exemplo de “minilateralismo” diante da [fragmentação do multilateralismo](#), enquanto a Aliança relatou a [entrega de 300 milhões de doses](#) em 2025 por meio do programa Gavi Leap e projetou [avanços em mRNA](#), vacinas maternas contra RSV, tecnologias recombinantes e vacinas entéricas. Experiências locais, como em Djenné, no Mali, mostraram [ganhos de cobertura com agentes comunitários](#) de saúde. A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) criticou mudanças no [calendário vacinal infantil dos Estados Unidos](#) e lançou apelo pela [ampliação da vacinação contra HPV em adultos](#), reforçando que, apesar dos avanços científicos, o enfraquecimento da cooperação internacional segue ameaçando conquistas históricas em saúde pública.<sup>7 8 9 10 11 12 13 14</sup>

## DCNTs e saúde mental

A NCD Alliance manifestou profunda preocupação com a [retirada dos Estados Unidos da Organização Mundial da Saúde \(OMS\)](#), alertando para o risco de enfraquecimento da cooperação global em um momento de crescentes desigualdades e aumento do peso das DCNTs. A organização também destacou o [Dia Mundial do Câncer 2026](#), citando estimativas da OMS de que 38% dos novos casos globais em 2022 estavam ligados a causas evitáveis, e defendendo uma abordagem centrada nas pessoas na prevenção e no tratamento. A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA) reforçou que o [câncer cervical](#), quarto mais comum entre mulheres, é amplamente prevenível e curável quando detectado precocemente, apontando que o principal obstáculo ao seu controle não é a ciência, mas o acesso desigual, o estigma e o silêncio.<sup>15 16 17</sup>

No Brasil, a ACT Promoção da Saúde analisou dados do [Vigitel 2024](#), identificando aumento do consumo abusivo de álcool, retomada do tabagismo e crescimento contínuo do excesso de peso e da obesidade, inclusive entre jovens, além de registrar [elevação expressiva dos casos de câncer](#) em pessoas com menos de 50 anos, associados ao consumo de ultraprocessados, álcool e tabaco. A organização defendeu políticas públicas mais efetivas, incluindo tributação de produtos nocivos e regulação da publicidade. Complementando esse debate, a Fòs Feminista anunciou parceria com o European Parliamentary Forum for Sexual & Reproductive Rights para desenvolver o primeiro Atlas de Políticas de [Prevenção do HPV na América Latina e Caribe](#), destacando, com base em dados da OPAS, que mais de 78 mil mulheres foram diagnosticadas com câncer do colo do útero em 2022 na Região das Américas, evidenciando desigualdades profundas no acesso à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento.<sup>18 19 20</sup>

### *Saúde mental*

A Federação Mundial de Saúde Mental divulgou artigo de Sabine Bährer-Kohler alertando que guerras, catástrofes e desastres geram impactos profundos e duradouros, com cerca de um terço das pessoas expostas a conflitos desenvolvendo [transtornos como TEPT, depressão e ansiedade](#), especialmente entre crianças, idosos e pessoas com doenças crônicas, ao mesmo tempo em que profissionais de saúde enfrentam sobrecarga psicológica e proteção inadequada, reforçando a necessidade de estratégias de longo prazo que integrem preparação para desastres, serviços de saúde mental e apoio aos trabalhadores da linha de frente. A ACON publicou mensagem de fim de ano voltada ao [bem-estar de pessoas LGBTQIA+](#), destacando autocuidado, redes de apoio e “famílias escolhidas” como fatores de proteção diante de sentimentos de solidão e exclusão, enquanto a ACT Promoção da Saúde lançou a [campanha Janeiro Branco](#), chamando atenção para o enfrentamento do estigma, a alta prevalência de ansiedade no Brasil e os efeitos nocivos do tabaco, álcool e ultraprocessados sobre a saúde mental, especialmente entre adolescentes, reforçando a importância da prevenção e do acesso aos serviços do SUS.<sup>21 22 23</sup>

## Determinantes sociais, equidade e direitos humanos

O SHEM apresentou uma [leitura crítica da saúde global em 2025](#), marcada por crises sobrepostas, disputas narrativas e incertezas, defendendo a transição de modelos econômicos centrados no PIB para economias orientadas ao bem-estar, ao mesmo tempo em que denuncia a articulação entre geopolítica, combustíveis fósseis, militarismo e interesses financeiros, evidenciada, segundo a organização, na [invasão militar dos EUA à Venezuela](#), como forças que enfraquecem o direito internacional, a paz e a saúde global, reafirmando o papel da sociedade civil na construção de alternativas éticas baseadas em equidade, autonomia comunitária e solidariedade. Nesse mesmo horizonte, a ACT Promoção da Saúde celebrou a [retirada do teto de 2% sobre o imposto seletivo de refrigerantes](#) na Câmara dos Deputados, alinhando-se

às recomendações da OMS, enquanto a NCD Alliance reforçou que a [tributação de produtos nocivos protege a saúde pública](#), internaliza custos sociais e fortalece a autonomia dos países. A International Federation of Social Workers destacou a aprovação de sua declaração para a [70ª Comissão sobre a Situação da Mulher](#), defendendo uma abordagem holística para garantir justiça a mulheres e meninas, com ênfase no papel do serviço social, nos direitos sexuais e reprodutivos e na governança da terra, ao passo que o Movimento pela Saúde dos Povos (PHM) promoveu debate sobre [financeirização e corporatização da saúde](#) a partir de um estudo de caso indiano com implicações globais.<sup>24 25 26 27 28</sup>

Paralelamente, a World Vision alertou para o [agravamento da crise venezuelana](#), com colapso de serviços básicos, riscos crescentes para crianças e níveis críticos de [insegurança alimentar](#) que comprometem o desenvolvimento de uma geração inteira, apelando por maior apoio internacional diante de uma das [crises mais subfinanciadas do mundo](#). A Fundação Huésped apresentou a [Red Golondrinas](#), plataforma regional que articula organizações comunitárias para garantir a continuidade do cuidado em saúde sexual e reprodutiva de pessoas migrantes, refugiadas e em mobilidade na América Latina e Caribe, com foco em populações LGBTQI+, jovens e pessoas vivendo com HIV. Já a Global Health Council destacou iniciativa da WaterAid America, que, por meio da campanha #TeamWater, arrecadou mais de US\$ 40 milhões em 31 dias para ampliar o [acesso a água limpa, saneamento e higiene](#), beneficiando milhares de pessoas e evidenciando o papel da mobilização social e da cooperação internacional na redução das desigualdades estruturais em saúde.<sup>29 30 31 32 33</sup>

## Clima, ambiente e saúde planetária

No campo da saúde planetária, a Planetary Health Alliance (PHA), a Pontifícia Universidad Católica do Equador e a Fundación Pondera lançaram a [Cátedra de Saúde Planetária “Amazonas”](#), integrando ciência moderna e saberes indígenas para enfrentar desafios climáticos urgentes. Em paralelo, a ActionAid mobilizou resposta de emergência após [enchentes devastadoras em Moçambique](#), enquanto a World Vision atuou junto a comunidades afetadas por [incêndios no Chile](#), criando Espaços Amigáveis para Crianças, e estabeleceu parceria com o Standard Chartered Bangladesh para fortalecer a [resiliência climática em zonas costeiras](#) por meio da restauração de ecossistemas, meios de subsistência sustentáveis e sistemas solares de água potável. A InterAcademy Partnership destacou o potencial da inteligência artificial na [modelagem de incêndios florestais](#), reforçando a necessidade de respostas baseadas em ciência frente à intensificação de eventos extremos.<sup>34 35 36 37 38</sup>

O Greenpeace denunciou o papel de [empresas de combustíveis fósseis](#) como a Eni, patrocinadora dos Jogos Olímpicos de Inverno de 2026, e cobrou do Comitê Olímpico Internacional o fim desses patrocínios, citando estudos que indicam que mais da [metade das futuras cidades-sede poderá se tornar climaticamente inviável até 2080](#). A organização também alertou para a “chicote climática” causada por ondas de calor, inundações e incêndios, denunciou a [mineração ilegal em territórios Yanomami](#), criticou a [dependência energética europeia do gás fóssil](#), expôs a crise dos plásticos impulsionada por empresas como a Unilever, e reagiu ao vazamento em poço da Petrobras próximo à [Bacia Amazônica](#), pedindo a suspensão das perfurações.<sup>39 40 41 42 43 44 45</sup>

## Sistemas de saúde, cobertura universal e força de trabalho

No âmbito da governança em saúde, participação social e inovação digital, a Organização Mundial de Médicos de Família (Wonca) apresentou ao Conselho Executivo da OMS uma moção saudando a declaração política sobre [prevenção e controle das doenças não transmissíveis e saúde mental](#), além de uma declaração que reafirma o [papel central dos médicos de família](#) no

fortalecimento da atenção primária; em paralelo, a International Alliance of Patients' Organizations divulgou uma pesquisa global conduzida com o Centro Médico da Universidade Radboud e o Observatório de Pacientes para a Segurança do Paciente, voltada a reunir [evidências sobre fatores relacionados ao paciente na tomada de decisão compartilhada](#), buscando suprir lacunas de dados comparativos e fortalecer intervenções centradas na participação dos usuários. No campo da saúde digital, a Federação Internacional de Associações de Saúde Pública (IFMSA) promoveu a sessão “Aproveitando a Saúde Digital para Responder a Mudanças Demográficas: Soluções Lideradas por Jovens para a Equidade Intergeracional em Saúde”, reunindo jovens líderes, formuladores de políticas e profissionais, enquanto a Federação Internacional de Hospitais lançou uma chamada para apresentações sobre inovações com [inteligência artificial voltadas à transformação do cuidado hospitalar tradicional](#).<sup>46 47 48 49 50</sup>

## Crises humanitárias, conflitos e migração

A Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRC) lamentou o [assassinato](#) de Amir Ali Latifi, da Sociedade do Crescente Vermelho Iraniano, enquanto a Cruz Vermelha Ucraniana, com apoio da IFRC, ampliou sua resposta de emergência diante dos [ataques à infraestrutura energética da Ucrânia](#). O Médicos Sem Fronteiras (MSF) denunciou o [bombardeio de seu hospital](#) em Lankien, no Sudão do Sul, bem como o bloqueio do acesso humanitário em [Jonglei](#), alertando que centenas de milhares de pessoas podem ficar sem cuidados médicos. A organização também recusou [compartilhar listas de profissionais com autoridades israelenses](#), diante da ausência de garantias de segurança, e advertiu que os [ataques a serviços de saúde](#) atingiram níveis recordes, com a Organização Mundial da Saúde (OMS) registrando mais de 1.300 incidentes em 2025.<sup>51 52 53 54 55 56</sup>

O MSF ainda alertou para o aumento alarmante da [violência sexual no Haiti](#) e para o agravamento da [crise de desnutrição e doenças evitáveis na Somália](#). A CARE denunciou que os cortes no financiamento internacional transformaram a [fome no principal motor da crise no Sudão](#), enquanto a World Vision destacou o [impacto devastador da guerra sobre crianças na Ucrânia](#) e no Sudão, apontando o risco de uma “[geração perdida](#)”. A ActionAid expressou preocupação com a [reabertura da passagem de Rafah](#) sem garantias humanitárias efetivas, e a Medicus Mundi Switzerland divulgou o apelo global da OMS para mobilizar cerca de [US\\$ 1 bilhão em resposta a 36 emergências de saúde](#) em países como Afeganistão, Haiti, Somália, Sudão, Síria, Ucrânia e Iêmen. A Oxfam alertou para os [efeitos mortais dos ataques russos](#) à infraestrutura ucraniana, restaurou o [acesso à água em Gaza](#), saudou a reabertura de Rafah com ressalvas e advertiu que a fome já foi confirmada em novas áreas de [Darfur](#), enquanto cortes de recursos ameaçam a continuidade da ajuda.<sup>57 58 59 60 61 62 63 64 65 66</sup>

No plano geopolítico, a Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA), a ActionAid, o Greenpeace International e a Oxfam condenaram as [intervenções militares dos Estados Unidos na Venezuela](#), bem como [ataques em outros países](#), classificando essas ações como [violações do direito internacional](#) e da Carta das [Nações Unidas](#). As organizações alertaram para o agravamento do sofrimento civil, os riscos de deslocamento forçado e os interesses ligados à exploração de combustíveis fósseis.<sup>67 68 69 70</sup>

## Saúde materna, infantil, reprodutiva e ciclo de vida

No campo da saúde materna, infantil, reprodutiva e do ciclo de vida, a Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) anunciou um [evento reunindo ONU](#), governos e sociedade civil para discutir a implementação dos compromissos de Doha por meio de políticas coordenadas e inclusivas voltadas ao envelhecimento populacional, à redução das desigualdades e ao fortalec-

imento da proteção social e dos direitos. A CARE chamou atenção para a [grave crise da saúde materna no Afeganistão](#), onde uma mulher morre a cada duas horas por complicações no parto, em um contexto de pobreza extrema, colapso do sistema de saúde e altas taxas de casamento e gravidez precoces, especialmente em áreas remotas sem acesso hospitalar. A organização reforçou seu apoio a cuidados pré-natais, nutrição e partos seguros como resposta emergencial a uma das maiores taxas de mortalidade materna do mundo.<sup>71 72</sup>

Em paralelo, a Fòs Feminista rejeitou a proposta da [Iniciativa UN80](#) de fusão entre o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e a ONU Mulheres, alertando que a medida enfraqueceria [programas de saúde sexual e reprodutiva](#) (SRHR), diluiria mandatos de igualdade de gênero e desmontaria décadas de infraestrutura especializada, defendendo que a crise financeira da ONU exige financiamento adequado das contribuições obrigatórias e não cortes em áreas centrais de direitos humanos. A organização também destacou os impactos dos cortes da USAID e de agências multilaterais no acesso global a contraceptivos e insumos essenciais de SSR, contexto no qual a INNOVA Health Supplies, empreendimento social fundado pela Fòs Feminista, atua para apoiar organizações locais com assistência técnica, regulatória e fortalecimento do mercado. Por fim, no [Dia Internacional da Menstruação Digna](#), o consórcio Sang pour Sang : Uni.e.s pour la Dignité, formado por Equipop, Fòs Feminista, Global South Coalition for Dignified Menstruation e Stichting PSI Europe, reforçou que a saúde menstrual é um direito humano fundamental, denunciando o estigma persistente e as barreiras estruturais que ainda impedem milhões de pessoas de acessar informação, produtos e ambientes de apoio.<sup>73 74 75</sup>

## Política, Diplomacia e Governança em Saúde

No âmbito da governança global em saúde, a International Association of Patients' Organizations publicou carta aberta aos Estados-Membros da Organização Mundial da Saúde (OMS) por ocasião da 158ª Reunião do Conselho Executivo e da 79ª Assembleia Mundial da Saúde, exigindo [compromissos concretos para a gestão ética, segura e justa dos dados de saúde](#), com mecanismos robustos de responsabilização. O Global Health Council celebrou a [aprovação do orçamento dos EUA para 2026](#) nas áreas de Estado/Operações Estrangeiras e Trabalho, Saúde e Educação, destacando a manutenção do CDC Global Health Center e o apoio a instituições multilaterais, apesar de cortes preocupantes. Em paralelo, a Oxfam e o Peoples Health Movement criticaram os investimentos da IFC em saúde, denunciando [negligência, violações de direitos humanos e práticas orientadas ao lucro](#). No Brasil, o Médicos Sem Fronteiras Brasil (MSF-Brasil) solicitou ingresso como [amicus curiae no Supremo Tribunal Federal](#) contra dispositivos da Lei 14.874/2024, defendendo a proteção de participantes de pesquisa, o acesso pós-estudo a medicamentos, o controle ético público e o alinhamento às diretrizes da OMS.<sup>76 77 78 79</sup>

No plano geopolítico, o Greenpeace Nordic condenou as [ameaças dos Estados Unidos à Groenlândia](#), defendendo o direito dos povos locais à autodeterminação. O Greenpeace denunciou que a [política externa do governo Trump](#) tem sido guiada por interesses de combustíveis fósseis, especialmente na Venezuela, em detrimento dos direitos humanos, da justiça climática e do direito internacional. A Oxfam alertou que os [cortes na ajuda externa dos EUA](#) podem levar à morte de uma criança menor de cinco anos a cada 40 segundos até 2030, destacando o fechamento de programas vitais e a insuficiência das promessas recentes de financiamento frente à escala das necessidades globais.<sup>80 81 82</sup>

No eixo das grandes fortunas e seus impactos na saúde global, o Greenpeace revelou o aumento do uso de jatos privados durante o Fórum Econômico Mundial em Davos e cobrou [tributação global da riqueza extrema e da aviação de luxo](#). A organização também apontou as

negociações da [Convenção Tributária da ONU](#) como uma oportunidade crucial para enfrentar evasão fiscal e financiar ações climáticas e serviços públicos. A Oxfam mostrou que o 1% mais rico já esgotou seu [orçamento anual de carbono](#) em poucos dias, contribuindo para mortes relacionadas ao calor e perdas econômicas em países vulneráveis, e defendeu a taxação dos super-ricos, das indústrias poluentes e de bens de luxo intensivos em carbono. Relatórios adicionais da Oxfam revelaram um [aumento de 16% na riqueza bilionária em 2025](#) e destacaram como essa concentração alimenta desigualdades políticas, com pesquisas indicando que a maioria dos milionários do G20 reconhece a [compra de influência política](#) e apoia limites às doações eleitorais.<sup>83 84 85 86 87</sup>

## COVID-19 / preparação pandêmica / acordo pandêmico

A Global Health Centre, em parceria com outras instituições, publicou a 7ª edição do *Governing Pandemics Snapshot*, uma [análise semestral sobre os esforços globais em Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias \(PPPR\)](#). A edição foca em debates críticos do Acordo sobre Pandemias, especialmente sobre Acesso a Patógenos e Compartilhamento de Benefícios (PABS), explorando lições do PIP Framework, a estruturação de redes laboratoriais e o papel de incentivos financeiros para alcançar consenso, com contribuições de especialistas da área.<sup>88</sup>

## ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

### Política, diplomacia e governança em saúde

No campo da política, diplomacia e governança em saúde, a Consortium of Universities for Global Health criticou a [nova estratégia de saúde global dos Estados Unidos](#), que condiciona ajuda financeira ao acesso a recursos naturais de países de baixa renda, questionando seus benefícios reais para as populações locais, ao mesmo tempo em que alertou para o enfraquecimento das liberdades civis e da autonomia acadêmica no próprio país. A CORE Group também advertiu sobre as mudanças recentes na [relação entre os EUA e a Organização Mundial da Saúde](#), apontando riscos concretos para a coordenação internacional, o fluxo de informações sobre surtos, a participação científica e os sistemas globais de vigilância e alerta precoce. Em seu [balanço de 2025](#), a organização descreveu uma disrupção sem precedentes na saúde global, marcada pela dissolução da USAID e por cortes generalizados no financiamento de programas de saúde nos Estados Unidos, Europa e outras regiões, com impactos profundos na prevenção de doenças, na saúde materno-infantil e na manutenção de serviços essenciais, ainda que comunidades e parceiros tenham demonstrado capacidade de adaptação e resiliência diante da incerteza.<sup>89 90 91</sup>

Esse cenário é reforçado por um [estudo publicado na The Lancet Global Health](#), apoiado pela Rockefeller Foundation e conduzido pelo Barcelona Institute for Global Health (ISGlobal), que estima que cortes severos na ajuda internacional por países como Estados Unidos, Reino Unido, França e Alemanha podem resultar em 22,6 milhões de mortes adicionais até 2030 em 93 países de baixa e média renda, incluindo 5,4 milhões de crianças menores de cinco anos, revertendo

ganhos obtidos entre 2002 e 2021 na redução da mortalidade infantil, do HIV/Aids, da malária e da desnutrição. Em contraste com esse retraimento, o Global Fund anunciou novos aportes, incluindo uma promessa de [US\\$ 39 milhões da Arábia Saudita para sua Oitava Reposição](#) (2026–2028), elevando suas contribuições totais para mais de US\$ 200 milhões, além de um compromisso de £3 milhões da Comic Relief UK, somado a recursos da Fundação Johnson & Johnson e da Fundação Skoll, para [fortalecer sistemas comunitários de saúde na África](#), ampliando o apoio a profissionais de saúde comunitários e a resiliência dos serviços em 22 países.<sup>92 93 94</sup>

## Determinantes Sociais, Equidade e Direitos Humanos

A Rockefeller Foundation emitiu uma declaração sobre os [recentes tiroteios em Minnesota](#) (EUA), lamentando a violência que abalou a sociedade americana e intensificou tensões políticas e sociais, e apelou às autoridades para restaurar a confiança nas proteções constitucionais, reduzir tensões e evitar mais violência, reafirmando seu compromisso de apoiar parceiros e organizações, inclusive nas Twin Cities, que promovem dignidade e bem-estar humano; de forma complementar, o artigo “Learning from organisations that support Black researchers”, publicado pela Wellcome Trust, analisou os desafios de grupos no Reino Unido liderados por pessoas negras que apoiam carreiras de [pesquisadores negros](#), destacando que grande parte dessa infraestrutura, como mentoria, redes de apoio e sensibilidade cultural, é mantida de forma voluntária, o que compromete sua sustentabilidade, e apontou três áreas fundamentais de apoio: financiamento flexível de longo prazo com processos simplificados, desenvolvimento de liderança e bem-estar dos responsáveis por essas iniciativas, e oportunidades coletivas para colaboração e troca de conhecimento.<sup>95 96</sup>

## Ciência, Tecnologia, Inovação e P&D

No campo da ciência, inovação e financiamento filantrópico em saúde global, o Relatório Anual 2025 da Wellcome apresentou um [panorama consolidado de suas atividades](#) entre outubro de 2024 e setembro de 2025, destacando investimentos de £1,9 bilhão em ciência, saúde e bem-estar, com foco em saúde mental, doenças infecciosas e impactos das mudanças climáticas, além de pesquisas inovadoras como um antibiótico oral eficaz contra peste em áreas rurais; nesse mesmo eixo, o relatório “Accelerating discovery research through bioimaging”, da Wellcome Trust, ressaltou o [papel central das tecnologias de bioimagem para acelerar a descoberta científica](#), ao mesmo tempo em que apontou desafios como altos custos, baixa padronização de dados e limitações técnicas, propondo uma agenda estratégica baseada em abordagens multimodais, métodos menos invasivos, tecnologias avançadas e dados interoperáveis. Em paralelo, o *2026 Gates Foundation Annual Letter*, assinado pelo CEO Mark Suzman, delineou uma [agenda de 20 anos até 2045](#) para reduzir mortes evitáveis e promover equidade global, reafirmando o compromisso de investir mais de US\$ 200 bilhões no período e destacando a importância das parcerias e da inovação, incluindo inteligência artificial, para fortalecer sistemas de saúde e ampliar o acesso a tratamentos e serviços, mesmo em contextos financeiros e geopolíticos adversos.<sup>97 98 99</sup>

## Saúde Materna, Infantil e Ciclo de Vida

No eixo da saúde infantil e segurança alimentar, a Gates Foundation reafirmou, no artigo “Helping every child reach their full potential – no matter where they’re born”, que sua missão para os próximos 20 anos é [melhorar a saúde e o bem-estar de crianças e mães em escala global](#), destacando que, apesar da mortalidade infantil ter sido reduzida pela metade desde 2000,

milhões ainda morrem por causas evitáveis, o que motiva investimentos em ferramentas para gestantes e parturientes, vacinas e iniciativas contra desnutrição e infecções em contextos de baixa renda; nesse mesmo horizonte, o ministério alemão de cooperação e desenvolvimento (BMZ), a Novo Nordisk Foundation, a The Rockefeller Foundation e o World Food Programme lançaram o School Meals Accelerator, com mais de US\$ 80 milhões iniciais para apoiar governos na [expansão de programas nacionais de alimentação escolar](#) e alcançar 100 milhões de crianças adicionais até 2030, enquanto a Fundação Rockefeller e o CAF firmaram uma parceria de três anos para [fortalecer a gestão de merendas escolares na América Latina e no Caribe](#), iniciando projetos-piloto em Barbados, Colômbia e El Salvador, alinhados à iniciativa Regenerative School Meals para garantir refeições nutritivas, cadeias locais de abastecimento e impactos sustentáveis em saúde, aprendizagem e economia.<sup>100 101 102</sup>

## Sistemas de Saúde, Cobertura Universal e Força de Trabalho

O artigo “Three Key Insights from the 2025 Goalkeepers Report” da Gates Foundation [resume três lições principais do seu relatório anual de 2025](#). Primeiro, a atenção primária à saúde é o investimento mais eficiente para proteger crianças e mães, com sistemas básicos de saúde podendo prevenir até 90% das mortes infantis com menos de US\$100 por pessoa/ano. A CORE Group reforça o pronunciamento do diretor-geral, Tedros Adhanom Ghebreyesus, quem alertou no [Conselho Executivo da Organização Mundial da Saúde](#): bilhões de pessoas ainda têm dificuldades para acessar serviços básicos de saúde devido à escassez de profissionais de saúde, um déficit que tende a se ampliar significativamente até 2030.<sup>103 104</sup>

## Clima, ambiente e saúde planetária

A Rockefeller Foundation apresentou o documentário “FOOD 2050”, lançado em parceria com Media RED e Food Tank, narrado e coproduzido pela atriz Viola Davis, que explora soluções para um dos maiores desafios do século: [como alimentar uma população global estimada em 10 bilhões de pessoas até 2050 de forma nutritiva, regenerativa e equitativa](#). O filme segue cientistas, ativistas, agricultores e empreendedores em cinco continentes e oito países, destacando inovações que vão desde práticas agrícolas tradicionais de comunidades indígenas até o desenvolvimento de culturas resistentes ao clima, questionando “o que o mundo comerá e quem nos tornaremos até 2050” diante de mais de 700 milhões de pessoas em situação de fome e sistemas agrícolas ameaçados pelas mudanças climáticas.<sup>105</sup>

O relatório “Health-centred Nationally Determined Contributions (NDCs)”, publicado pela Wellcome Trust, [defende que colocar a saúde no centro da implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas, os planos nacionais de ação climática que traduzem os compromissos do Acordo de Paris, pode tornar as políticas climáticas mais ambiciosas, justas e eficazes](#). Ao destacar que políticas com foco em saúde geram benefícios diretos e visíveis para a vida das pessoas, fortalecem o apoio público e político e demonstram que a ação climática pode ser econômica e socialmente vantajosa, o documento propõe que os governos avaliem impactos de saúde de suas políticas, integrem ministérios da saúde nos grupos de implementação e adotem narrativas centradas no bem-estar para reforçar a resiliência comunitária e ampliar a ambição climática. Essa abordagem, segundo o relatório, ajuda a enfrentar desigualdades, impulsionar maior coesão social e garantir que os compromissos climáticos atuais sejam o ponto de partida, e não o limite, para o progresso global.<sup>106</sup>

## Saúde Mental

O relatório “Understanding how interventions for youth depression and anxiety work” da WellcomeTrust explora de forma abrangente o conhecimento atual sobre intervenções para depressão e ansiedade em crianças e adolescentes, destacando que, embora existam muitos tratamentos com eficácia comprovada, pouco se sabe sobre os mecanismos exatos pelos quais eles produzem mudanças nos sintomas. O documento sintetiza evidências de pesquisas existentes, revela lacunas críticas, como a falta de estudos mecanísticos que isolam os “ingredientes ativos” das intervenções, a escassez de pesquisas em contextos culturais diversos e em países de baixa e média renda, e a limitada inclusão de perspectivas de jovens com experiência direta, e apresenta recomendações para orientar pesquisas futuras.<sup>107</sup>

## Crises humanitárias, conflitos e migração

Foi destacado que equipes móveis de saúde, apoiadas pelo Global Fund, estão prestando cuidados que salvam vidas às comunidades na Ucrânia afetadas pela guerra. Essas equipes fornecem consultas, diagnósticos e tratamento para várias doenças, atingindo quase 29.400 pessoas em 452 comunidades entre dezembro de 2022 e dezembro de 2025.<sup>108</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz do conjunto de posicionamentos e iniciativas aqui apresentados, evidencia-se que a saúde global inicia o ano de 2026 no mesmo contexto de tensões de 2025: a convergência entre conflitos prolongados, emergência climática, instabilidade política e retração do financiamento internacional tem aprofundado vulnerabilidades e pressionado sistemas de saúde, ao mesmo tempo em que se registram retrocessos na arquitetura multilateral. Nesse cenário, as organizações da sociedade civil reafirmam-se como atores estratégicos para sustentar respostas humanitárias, produzir evidências, denunciar violações e mobilizar agendas centradas em direitos humanos, equidade e fortalecimento de sistemas públicos, defendendo a cooperação internacional e a solidariedade como condições indispensáveis para proteger vidas e garantir o direito à saúde.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. DNDi. Drugs for Neglected Diseases Initiative. From risk to remedy: Fast-tracking the end of sleeping sickness [Internet]. 2026 [cited 2026 Feb 5]. Available from: [https://www.linkedin.com/posts/dndi\\_from-risk-to-remedy-fast-tracking-the-end-activity-7425183146826092544-RYsh](https://www.linkedin.com/posts/dndi_from-risk-to-remedy-fast-tracking-the-end-activity-7425183146826092544-RYsh)
2. DNDi. Drugs for Neglected Diseases Initiative. World NTD Day Messaging [Internet]. 2026 [cited 2026 Feb 5]. Available from: [https://www.linkedin.com/posts/dndi\\_world-ntd-day-messaging-activity-7422894217426780160-efnh](https://www.linkedin.com/posts/dndi_world-ntd-day-messaging-activity-7422894217426780160-efnh)
3. Huesped. Estudio sobre vacuna contra el dengue en personas mayores y adultas mayores [Internet]. [cited 2026 Feb 5]. Available from: <https://huesped.org.ar/novedades/estudio-sobre-vacuna-contra-el-dengue-en-personas-mayores-y-adultas-mayores>
4. GNP+ and Prevention Access Campaign

- Announce Collaboration to Mark 10 Years of U=U at LIVING2026 – GNP+ [Internet]. [cited 2026 Feb 4]. Available from: <https://gnpplus.net/latest/news/gnp-and-prevention-access-campaign-announce-collaboration-to-mark-10-years-of-uu-at-living2026/>
5. WHO. Communities unite to address stigma and discrimination affecting people with neglected tropical diseases [Internet]. [cited 2026 Feb 6]. Available from: <https://www.who.int/news/item/30-01-2026-communities-unite-to-address-stigma-and-discrimination-affecting-people-with-neglected-tropical-diseases>
  6. CORE Group. South Sudan Cholera Outbreak: Funding Disruptions Threaten Health Response [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Feb 5]. Available from: <https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc-southsudan-activity-7414364426872754176-Qo61>
  7. GAVI. 12 highlights from five years on the frontlines of immunisation [Internet]. 2025 [cited 2026 Feb 4]. Available from: <https://www.gavi.org/vaccineswork/12-highlights-five-years-frontlines-immunisation>
  8. GAVI. Barroso JM, Project Syndicate. A Model to Keep Multilateralism Alive [Internet]. 2026 [cited 2026 Feb 4]. Available from: <https://www.gavi.org/vaccineswork/model-keep-multilateralism-alive>
  9. GAVI. Nishtar S, World Economic Forum. Multilateral paralysis is harming global health. Gavi's "minilateralism" can get us back on track [Internet]. 2026 [cited 2026 Feb 4]. Available from: <https://www.gavi.org/vaccineswork/multilateral-paralysis-harming-global-health-gavis-minilateralism-can-get-us-back>
  10. GAVI. Nishtar S. After a year of challenges, Gavi can look forward with optimism [Internet]. 2026 [cited 2026 Feb 4]. Available from: <https://www.gavi.org/vaccineswork/after-year-challenges-gavi-can-look-forward-optimism>
  11. GAVI. Geddes L. What are the biggest vaccine breakthroughs coming in 2026? We asked five experts [Internet]. 2026 [cited 2026 Feb 4]. Available from: <https://www.gavi.org/vaccineswork/what-are-biggest-vaccine-breakthroughs-coming-2026-we-asked-six-experts>
  12. GAVI. Diarra I. In conflict zones, authorising community health workers to administer vaccines can make all the difference [Internet]. 2026 [cited 2026 Feb 4]. Available from: <https://www.gavi.org/vaccineswork/conflict-zones-authorising-community-health-workers-administer-vaccines-can-make>
  13. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. Why the U.S. Childhood Vaccine Schedule Overhaul Risks Global Health [Internet]. 2026 [cited 2026 Feb 5]. Available from: <https://www.wfpfa.org/us-childhood-vaccine-schedule-overhaul/>
  14. WFPHA. World Federation of Public Health Organizations. Advancing Adult HPV Vaccination: From Evidence to Action [Internet]. 2026 [cited 2026 Feb 5]. Available from: <https://www.wfpfa.org/advancing-adult-hpv-vaccination/>
  15. NCD Alliance. NCD Alliance Statement on the United States Withdrawal from the World Health Organization [Internet]. NCD Alliance. 2026 [cited 2026 Feb 6]. Available from: <https://ncdalliance.org/stories/news-blogs/2026/ncda-statement-on-the-united-states-withdrawal-from-the-world-health>
  16. NCD Alliance. World Cancer Day 2026 highlights people-centred care and preventable causes of cancer [Internet]. 2026 [cited 2026 Feb 6]. Available from: <https://ncdalliance.org/stories/news-blogs/2026/world-cancer-day-2026-highlights-people-centred-care-and-preventable-causes>
  17. IFMSA. International Federation of Public Health Associations. Cervical Cancer Awareness [Internet]. 2026 [cited 2026 Feb 5]. Available from: [https://www.linkedin.com/posts/ifmsa\\_cervical-cancer-awareness-activity-7421935426820599808-BKIG](https://www.linkedin.com/posts/ifmsa_cervical-cancer-awareness-activity-7421935426820599808-BKIG)
  18. ACT. Waetge J. Resultados do Vigitel 2024 mostram a necessidade de políticas mais robustas para desencorajar o consumo de produtos nocivos [Internet]. ACT. 2026 [cited 2026 Feb 6]. Available from: <https://actbr.org.br/vigitel-2024/8741/>
  19. ACT. Waetge J. Dia Mundial do Câncer 2026: prevenção e cuidado integral em pauta [Internet]. ACT. 2026 [cited 2026 Feb 6]. Available from: <https://actbr.org.br/cancer-em-jovens/8804/>
  20. Feminista F. Cervical cancer [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Feb 5]. Available from: [https://www.linkedin.com/posts/fos-feminista\\_cervical-cancer-activity-7422247129592745984-e8P1](https://www.linkedin.com/posts/fos-feminista_cervical-cancer-activity-7422247129592745984-e8P1)
  21. World Federation for Mental Health [Internet]. [cited 2026 Feb 4]. Available from: [https://wfmh.global/news/2025.25-12-08\\_access-to-services](https://wfmh.global/news/2025.25-12-08_access-to-services)
  22. ACON. Latest news [Internet]. 2015 [cited 2026 Feb 6]. Available from: <https://www.acon.org.au/about-acon/latest-news/>
  23. ACT. Waetge J. Janeiro Branco: saúde mental em debate [Internet]. ACT. 2026 [cited 2026 Feb 6]. Available from: <https://actbr.org.br/janeiro-branco/8771/>
  24. LinkedIn [Internet]. [cited 2026 Feb 5]. Available from: <https://www.linkedin.com/feed/update/>

urn:li:activity:7414450225060175873

25. [cited 2026 Feb 6]. Available from: <https://static1.squarespace.com/static/5ea092b0deed6c2ca1d50f8a/t/697ba6d7ca1afa6242dff96/1769711319847/HL.+57+SHEM+Highlights+-+JAN+2026.pdf>
26. ACT. Waetge J. Mobilização social faz Câmara retirar teto de 2% do imposto de refrigerantes [Internet]. ACT. 2025 [cited 2026 Feb 6]. Available from: <https://actbr.org.br/mobilizacao-retira-teto-de-2/8712/>
27. NCD Alliance. Statement on WHO Reports: Cheaper Drinks, Costly Consequences [Internet]. NCD Alliance. 2026 [cited 2026 Feb 6]. Available from: <https://ncdalliance.org/stories/news-blogs/2026/ncd-alliance-statement-who-reports-cheaper-drinks-costly-consequences>
28. IFSW statement on Justice for Women and Girls for the 70th Commission on the Status of Women [Internet]. 2026 [cited 2026 Feb 6]. Available from: <https://www.ifsw.org/ifsw-statement-on-justice-for-women-and-girls-for-the-70th-commission-on-the-status-of-women/>
29. World Vision. World Vision Calls for Global Support to Protect Venezuelan Families Amid Current Scenario [Internet]. World Vision. 2026. Available from: <https://www.wvi.org/newsroom/venezuela-crisis/world-vision-calls-global-support-protect-venezuelan-families-amid>
30. World Vision. Humanitarian Crisis Deepens in Venezuela: Children Face Hunger, Malnutrition, and Protection Risks [Internet]. World Vision. 2026. Available from: <https://www.wvi.org/newsroom/venezuela-crisis/humanitarian-crisis-deepens-venezuela-children-face-hunger-malnutrition>
31. World Vision. Crisis in Venezuela Impacts Children's Well-being [Internet]. World Vision. 2026. Available from: <https://www.wvi.org/newsroom/venezuela-crisis/crisis-venezuela-impacts-childrens-well-being>
32. Red Golondrinas: una red regional para garantizar el acceso a la salud sexual de personas migrantes [Internet]. [cited 2026 Feb 5]. Available from: <https://huesped.org.ar/novedades/red-golondrinas-una-red-regional-para-garantizar-el-acceso-a-la-salud-sexual-de-personas-migrantes>
33. Bright Spot: WaterAid America [Internet]. [cited 2026 Feb 5]. Available from: <https://globalhealth.org/bright-spot-wateraid-america/>
34. PHA Members Launch a New Planetary Health Chair Centering Indigenous Knowledge [Internet]. Planetary Health Alliance. 2025 [cited 2026 Feb 4]. Available from: <https://planetaryhealthalliance.org/news/the-pontificia-universidad-catolica-del-ecuador-launches-a-new-planetary-health-chair/>
35. January 27. "I had to flee with nothing. Everything I had was taken by the water": ActionAid launches emergency appeal after fatal flooding in Mozambique [Internet]. ActionAid International. [cited 2026 Feb 5]. Available from: <https://actionaid.org/news/2026/i-had-flee-nothing-everything-i-had-was-taken-water-actionaid-launches-emergency-appeal>
36. World Vision. Wildfires in Chile kill 20; displace more than 21,000 [Internet]. World Vision. 2026. Available from: <https://www.wvi.org/newsroom/wildfires-chile-kill-20-displace-more-21000>
37. World Vision. World Vision Partner to Strengthen Climate Resilience in Coastal Bangladesh [Internet]. World Vision. 2026. Available from: <https://www.wvi.org/newsroom/standard-chartered-and-world-vision-partner-strengthen-climate-resilience-coastal>
38. IAP. InterAcademy Partnership. Avançando a Modelagem de Incêndios Florestais em Clima em Mudança [Internet]. 2026 [cited 2026 Feb 5]. Available from: [https://www.linkedin.com/posts/interacademypartnership\\_wildfire-climaterisk-artificialintelligence-activity-7424805003854462976-RZNV](https://www.linkedin.com/posts/interacademypartnership_wildfire-climaterisk-artificialintelligence-activity-7424805003854462976-RZNV)
39. Greenpeace International. An oil and gas corporation killing winters with its planet-heating pollution is sponsoring the Winter Olympics [Internet]. Greenpeace International. 2026 [cited 2026 Feb 8]. Available from: <https://www.greenpeace.org/international/story/80988/eni-planet-heating-pollution-sponsoring-winter-olympics/>
40. Greenpeace International. The climate crisis and the future of the Winter Olympics [Internet]. Greenpeace International. 2026 [cited 2026 Feb 8]. Available from: <https://www.greenpeace.org/international/story/80991/the-climate-crisis-and-the-future-of-the-winter-olympics/>
41. Yanomami health crisis, 3 years later [Internet]. Greenpeace International. 2026 [cited 2026 Feb 8]. Available from: <https://www.greenpeace.org/international/story/80934/yanomami-health-crisis-3-years-later/>
42. Greenpeace International. Human rights and energy: EU must not replace Russian gas with US imports, Greenpeace warns [Internet]. Greenpeace International. 2026 [cited 2026 Feb 8]. Available from: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/80883/human-rights-and-energy-eu-must-not-replace-russian-gas-with-us-imports-greenpeace-warns/>
43. Greenpeace International. What Consumed

- reveals about Unilever and why the company must break its sachet habit [Internet]. Greenpeace International. 2026 [cited 2026 Feb 8]. Available from: <https://www.greenpeace.org/international/story/80567/what-consumed-reveals-about-unilever-and-why-the-company-must-break-its-sachet-habit/>
44. Greenpeace International. We warned you: new leak in the Amazon River Basin halts drilling by Petrobrás [Internet]. Greenpeace International. 2026 [cited 2026 Feb 8]. Available from: <https://www.greenpeace.org/international/story/80585/warned-new-leak-mazon-river-basin-halts-drilling-petrobras/>
  45. Greenpeace International. Reclaim the moral compass: a call for courageous leaders [Internet]. Greenpeace International. 2026 [cited 2026 Feb 8]. Available from: <https://www.greenpeace.org/international/story/80767/reclaim-moral-compass-global-courageous-leadership/>
  46. Wonca. World Organization of Family Doctors. Today in Geneva, WONCA's President-elect Maria Pilar Astier Pena read a statement at the World Health Organization (WHO) Executive Board meeting, welcoming a political declaration on the prevention... [Internet]. 2026 [cited 2026 Feb 5]. Available from: <https://www.linkedin.com/posts/wonca-today-in-geneva-woncas-president-elect-activity-7424133252627468288-Hu62>
  47. Wonca. World Organization of Family Doctors. Strong primary healthcare depends on strong family medicine [Internet]. 2026 [cited 2026 Feb 5]. Available from: <https://www.linkedin.com/posts/wonca-familymedicine-primarycare-healthequity-activity-7424889758398443521-nbWV>
  48. IAPO launches global survey on patient-related determinants in shared decision making [Internet]. [cited 2026 Feb 6]. Available from: <https://www.iapo.org.uk/node/15743>
  49. IFMSA. International Federation of Medical Students Associations. Prince Mahidol Conference 2026 [Internet]. 2026 [cited 2026 Feb 5]. Available from: <https://www.linkedin.com/posts/ifmsa-prince-mahidol-conference-2026-activity-7421672686873042944-HQYo>
  50. IHF. International Hospital Federation. Chamando todos os inovadores da saúde [Internet]. 2026 [cited 2026 Feb 5]. Available from: <https://www.linkedin.com/posts/international-hospital-federation-ihfinnovationhub-igniteinnovation-activity-7424323384471166977-87mo>
  51. Website [Internet]. Available from: <https://www.ifrc.org/es/articulo/ifrc-lamenta-el-asesinato-colega-media-luna-roja-irani>
  52. Website [Internet]. Available from: <https://www.ifrc.org/es/press-release/los-cortes-electricidad-gran-escala-en-kiev-y-sus-alrededores-dejan-200-mil-personas>
  53. Sudão do Sul: forças governamentais bombardearam hospital de MSF no estado de Jonglei [Internet]. MSF Brasil. 2026 [cited 2026 Feb 4]. Available from: <https://www.msf.org.br/noticias/sudao-do-sul-forcas-governamentais-bombardearam-hospital-de-msf-no-estado-de-jonglei/>
  54. Número de ataques à assistência médica em conflitos armados bate recorde [Internet]. MSF Brasil. 2026 [cited 2026 Feb 4]. Available from: <https://www.msf.org.br/noticias/numero-de-ataques-a-assistencia-medica-em-conflitos-armados-bate-recorde-enquanto-estados-negligenciam-a-obrigacao-de-protoger-civis/>
  55. Governo do Sudão do Sul bloqueia acesso humanitário em áreas controladas pela oposição [Internet]. MSF Brasil. 2026 [cited 2026 Feb 4]. Available from: <https://www.msf.org.br/noticias/governo-do-sudao-do-sul-bloqueia-acesso-humanitario-em-areas-controladas-pela-oposicao/>
  56. Declaração de MSF sobre o compartilhamento de informações de profissionais e operações humanitárias na Palestina [Internet]. MSF Brasil. 2026 [cited 2026 Feb 4]. Available from: <https://www.msf.org.br/noticias/declaracao-de-msf-sobre-o-compartilhamento-de-informacoes-de-profissionais-e-operacoes-humanitarias-na-palestina/>
  57. Haiti: MSF documenta aumento alarmante da violência sexual em Porto Príncipe [Internet]. MSF Brasil. 2026 [cited 2026 Feb 4]. Available from: <https://www.msf.org.br/noticias/haiti-relatorio-de-msf-documenta-aumento-alarmanete-da-violencia-sexual-em-porto-principe/>
  58. Somália enfrenta agravamento da crise de saúde e de desnutrição após temporadas de chuva insuficientes [Internet]. MSF Brasil. 2026 [cited 2026 Feb 4]. Available from: <https://www.msf.org.br/noticias/somalia-enfrenta-agravamento-da-crise-de-saude-e-de-desnutricao-apos-temporadas-de-chuva-insuficientes/>
  59. February 3. Press statement on the reopening of Rafah Crossing [Internet]. ActionAid International. [cited 2026 Feb 5]. Available from: <https://actionaid.org/news/2026/press-statement-reopening-rafah-crossing>
  60. Sobhan H. Sudan hunger crisis: Funding cuts threaten millions [Internet]. CARE. 2025 [cited 2026 Feb 6]. Available from: <https://www.care.org/news-and-stories/sudan-hunger-crisis-funding-cuts-threaten-millions/>

61. [World Vision. Ukrainian Children Cut Off from School and Heat in the Coldest Winter \[Internet\]. World Vision. 2026. Available from: https://www.wvi.org/newsroom/ukraine/ukrainian-children-cut-school-and-heat-coldest-winter](https://www.wvi.org/newsroom/ukraine/ukrainian-children-cut-school-and-heat-coldest-winter)
62. [World Vision. 1,000 Days Lost in Conflict: The Stolen Future of Sudan's Children \[Internet\]. World Vision. 2026. Available from: https://www.wvi.org/newsroom/sudan-crisis-response/1000-days-lost-conflict-stolen-future-sudans-children](https://www.wvi.org/newsroom/sudan-crisis-response/1000-days-lost-conflict-stolen-future-sudans-children)
63. [WHO launches 2026 appeal to help millions of people in health emergencies and crisis settings \[Internet\]. \[cited 2026 Feb 8\]. Available from: https://www.who.int/news/item/03-02-2026-who-launches-2026-appeal-to-help-millions-of-people-in-health-emergencies-and-crisis-settings](https://www.who.int/news/item/03-02-2026-who-launches-2026-appeal-to-help-millions-of-people-in-health-emergencies-and-crisis-settings)
64. [Oxfam International. Turning winter into a weapon: Oxfam warns of deadly impact of attacks on Ukraine's energy system \[Internet\]. Oxfam International. 2026 \[cited 2026 Feb 8\]. Available from: https://www.oxfam.org/en/press-releases/turning-winter-weapon-oxfam-warns-deadly-impact-attacks-ukraines-energy-system](https://www.oxfam.org/en/press-releases/turning-winter-weapon-oxfam-warns-deadly-impact-attacks-ukraines-energy-system)
65. [Oxfam International. 100 days into ceasefire Gaza still deliberately deprived of water as aid groups forced to scavenge under illegal blockade \[Internet\]. Oxfam International. 2026 \[cited 2026 Feb 8\]. Available from: https://www.oxfam.org/en/press-releases/100-days-ceasefire-gaza-still-deliberately-deprived-water-aid-groups-forced-scavenge](https://www.oxfam.org/en/press-releases/100-days-ceasefire-gaza-still-deliberately-deprived-water-aid-groups-forced-scavenge)
66. [Oxfam International. Oxfam reaction to IPC alert for Sudan confirming famine-level malnutrition in two additional areas \[Internet\]. Oxfam International. 2026 \[cited 2026 Feb 8\]. Available from: https://www.oxfam.org/en/press-releases/oxfam-reaction-ipc-alert-sudan-confirming-famine-level-malnutrition-two-additional](https://www.oxfam.org/en/press-releases/oxfam-reaction-ipc-alert-sudan-confirming-famine-level-malnutrition-two-additional)
67. [WFPFA. World Federation of Public Health Associations. Global Public Health Crisis of Military Aggression: In Defense of Health, Peace, and Democracy \[Internet\]. 2026 \[cited 2026 Feb 5\]. Available from: https://www.wfpha.org/global-public-health-crisis-of-military-aggression/](https://www.wfpha.org/global-public-health-crisis-of-military-aggression/)
68. [January 3. ActionAid Condemns U.S. Bombardment of Venezuela as a Violation of International Law \[Internet\]. ActionAid International. \[cited 2026 Feb 5\]. Available from: https://actionaid.org/news/2026/actionaid-condemns-us-bombardment-venezuela-violation-international-law](https://actionaid.org/news/2026/actionaid-condemns-us-bombardment-venezuela-violation-international-law)
69. [Greenpeace International. Greenpeace International calls for protection of Venezuelan people amid oil-driven US intervention \[Internet\]. Greenpeace International. 2026 \[cited 2026 Feb 8\]. Available from: https://www.greenpeace.org/international/press-release/80551/greenpeace-international-protection-venezuelan-people-amid-oil-driven-us-intervention/](https://www.greenpeace.org/international/press-release/80551/greenpeace-international-protection-venezuelan-people-amid-oil-driven-us-intervention/)
70. [Oxfam International. Oxfam condena violação do Direito Internacional na Venezuela e alerta sobre impactos na paz, democracia e direitos humanos \[Internet\]. Oxfam International. 2026 \[cited 2026 Feb 8\]. Available from: https://www.oxfam.org.br/oxfam-condena-violacao-do-direito-internacional-na-venezuela-e-alerta-sobre-impactos-na-paz-democracia-e-direitos-humanos/](https://www.oxfam.org.br/oxfam-condena-violacao-do-direito-internacional-na-venezuela-e-alerta-sobre-impactos-na-paz-democracia-e-direitos-humanos/)
71. [IFA. International Federation on Ageing. De Doha à Execução: Avançando a Justiça Social para Todas as Idades por Meio de Políticas Coordenadas, Equitativas e Inclusivas \[Internet\]. 2026 \[cited 2026 Feb 5\]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifageing\\_socialjustice-ageing-populationageing-activity-7424933518008320001-3F50](https://www.linkedin.com/posts/ifageing_socialjustice-ageing-populationageing-activity-7424933518008320001-3F50)
72. [Sobhan H. Fighting the Afghanistan Maternal Health Crisis \[Internet\]. CARE. 2026 \[cited 2026 Feb 6\]. Available from: https://www.care.org/news-and-stories/afghanistan-maternal-health-crisis/](https://www.care.org/news-and-stories/afghanistan-maternal-health-crisis/)
73. [Feminista F. Getting UN80 right: protecting mandates while improving coordination \[Internet\]. Fós Feminista. 2026 \[cited 2026 Feb 5\]. Available from: https://fosfeminista.org/news-and-stories/getting-un-80-right-protecting-mandates-while-improving-coordination/](https://fosfeminista.org/news-and-stories/getting-un-80-right-protecting-mandates-while-improving-coordination/)
74. [Feminista F. USAID Funding Rollbacks Threaten SRH Product Access, INNOVA and Ceniarth Partner to Ensure Affordability \[Internet\]. LinkedIn. \[cited 2026 Feb 5\]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/fos-feminista\\_srh-reproductivejustice-contraceptionaccess-activity-7417539066096877568-iOjL](https://www.linkedin.com/posts/fos-feminista_srh-reproductivejustice-contraceptionaccess-activity-7417539066096877568-iOjL)
75. [Fós Feminista SPE. International Dignified Menstruation Day \[Internet\]. LinkedIn. \[cited 2026 Feb 5\]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/psieurope\\_bleedwithdignity-internationaldignifiedmenstruationday-activity-7403752372461797376-da0U](https://www.linkedin.com/posts/psieurope_bleedwithdignity-internationaldignifiedmenstruationday-activity-7403752372461797376-da0U)
76. [An Open Letter ahead of the 158th WHO Executive Board and 79th World Health Assembly \[Internet\]. \[cited 2026 Feb 6\]. Available from: https://www.iapo.org.uk/node/15744](https://www.iapo.org.uk/node/15744)
77. [Global Health Council. Statement from Global Health Council on Final Passage of the FY2026 Budget Bills \[Internet\]. Global Health Council. \[cited 2026 Feb 5\]. Available from: https://globalhealth.org/media/statement-from-global-health-council-on-final-passage-of-the-fy2026-budget-bills/](https://globalhealth.org/media/statement-from-global-health-council-on-final-passage-of-the-fy2026-budget-bills/)

78. [Oxfam International. Bloomberg reaction: Continued lack of accountability at the IFC putting patients and hospital staff at risk \[Internet\]. Oxfam International. 2026 \[cited 2026 Feb 8\]. Available from: https://www.oxfam.org/en/press-releases/bloomberg-reaction-continued-lack-accountability-ifc-putting-patients-and-hospital](https://www.oxfam.org/en/press-releases/bloomberg-reaction-continued-lack-accountability-ifc-putting-patients-and-hospital-staff-at-risk)
79. [Médicos Sem Fronteiras quer ser ouvida no STF em ação sobre pesquisas com seres humanos \[Internet\]. MSF Brasil. 2026 \[cited 2026 Feb 4\]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/medicos-sem-fronteiras-quer-ser-ouvida-no-stf-em-acao-sobre-pesquisas-com-seres-humanos/](https://www.msf.org.br/noticias/medicos-sem-fronteiras-quer-ser-ouvida-no-stf-em-acao-sobre-pesquisas-com-seres-humanos)
80. [Greenpeace International. Greenpeace Denmark statement on Greenland \[Internet\]. Greenpeace International. 2026 \[cited 2026 Feb 8\]. Available from: https://www.greenpeace.org/international/press-release/80814/greenpeace-denmark-statement-greenland/](https://www.greenpeace.org/international/press-release/80814/greenpeace-denmark-statement-greenland/)
81. [Greenpeace International. Follow the oil: The logic behind Trump's first year, foreign policy chaos \[Internet\]. Greenpeace International. 2026 \[cited 2026 Feb 8\]. Available from: https://www.greenpeace.org/international/story/80736/follow-oil-logic-behind-trumps-first-year-foreign-policy-chaos/](https://www.greenpeace.org/international/story/80736/follow-oil-logic-behind-trumps-first-year-foreign-policy-chaos/)
82. [Oxfam International. A child under five could die every forty seconds by 2030 due to U.S. aid cuts, Oxfam analysis finds \[Internet\]. Oxfam International. 2026 \[cited 2026 Feb 8\]. Available from: https://www.oxfam.org/en/press-releases/child-under-five-could-die-every-forty-seconds-2030-due-us-aid-cuts-oxfam-analysis](https://www.oxfam.org/en/press-releases/child-under-five-could-die-every-forty-seconds-2030-due-us-aid-cuts-oxfam-analysis)
83. [Greenpeace International. One private jet flight for every four Davos participants, Greenpeace report finds \[Internet\]. Greenpeace International. 2026 \[cited 2026 Feb 8\]. Available from: https://www.greenpeace.org/international/press-release/80642/one-private-jet-flight-for-every-four-davos-participants-greenpeace-report/](https://www.greenpeace.org/international/press-release/80642/one-private-jet-flight-for-every-four-davos-participants-greenpeace-report/)
84. [Greenpeace International. The UN Tax Convention could be a game-changer. So why is ambition still stuck in first gear? \[Internet\]. Greenpeace International. 2026 \[cited 2026 Feb 8\]. Available from: https://www.greenpeace.org/international/story/81233/the-un-tax-convention-could-be-a-game-changer-so-why-is-ambition-still-stuck-in-first-gear/](https://www.greenpeace.org/international/story/81233/the-un-tax-convention-could-be-a-game-changer-so-why-is-ambition-still-stuck-in-first-gear/)
85. [Oxfam International. O 1% mais rico esgotou sua cota justa de emissões de carbono para 2026 em apenas 10 dias \[Internet\]. Oxfam International. 2026 \[cited 2026 Feb 8\]. Available from: https://www.oxfam.org.br/o-1-mais-rico-esgotou-sua-cota-justa-de-emissoes-de-carbono-para-2026-em-apenas-10-dias/](https://www.oxfam.org.br/o-1-mais-rico-esgotou-sua-cota-justa-de-emissoes-de-carbono-para-2026-em-apenas-10-dias/)
86. [Oxfam International. Billionaire wealth jumps three times faster in 2025 to highest peak ever, sparking dangerous political inequality \[Internet\]. Oxfam International. 2026 \[cited 2026 Feb 8\]. Available from: https://www.oxfam.org/en/press-releases/billionaire-wealth-jumps-three-times-faster-2025-highest-peak-ever-sparking](https://www.oxfam.org/en/press-releases/billionaire-wealth-jumps-three-times-faster-2025-highest-peak-ever-sparking-dangerous-political-inequality)
87. [Oxfam International. Nearly 80 percent of millionaires think super-rich buy political influence \[Internet\]. Oxfam International. 2026 \[cited 2026 Feb 8\]. Available from: https://www.oxfam.org/en/press-releases/nearly-80-percent-millionaires-think-super-rich-buy-political-influence](https://www.oxfam.org/en/press-releases/nearly-80-percent-millionaires-think-super-rich-buy-political-influence)
88. [LinkedIn \[Internet\]. \[cited 2026 Feb 4\]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/global-health-centre\\_pppr-pandemicagreement-pabs-activity-7424377803191742465-QCiK?utm\\_source=share&utm\\_medium=member\\_desktop&rcm=A-CoAAB-1kpYBy5wc1a18EVNiYw9SA31k09\\_QgQA](https://www.linkedin.com/posts/global-health-centre_pppr-pandemicagreement-pabs-activity-7424377803191742465-QCiK?utm_source=share&utm_medium=member_desktop&rcm=A-CoAAB-1kpYBy5wc1a18EVNiYw9SA31k09_QgQA)
89. [Our January Newsletter is Now Available! \[Internet\]. Consortium of Universities for Global Health. \[cited 2026 Feb 4\]. Available from: https://myemail.constantcontact.com/Our-January-Newsletter-is-Now-Available-.html?soid=1112846108446&aid=7d\\_EwjC-QnjY](https://myemail.constantcontact.com/Our-January-Newsletter-is-Now-Available-.html?soid=1112846108446&aid=7d_EwjC-QnjY)
90. [CORE Group. Mudança na relação dos Estados Unidos e a Organização Global da Saúde \[Internet\]. LinkedIn. \[cited 2026 Feb 5\]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc\\_unitedstates-publichealth-global-activity-7421664227045826560-NaRH](https://www.linkedin.com/posts/core-group-mudanca-na-relacao-dos-estados-unidos-e-a-organizacao-global-da-saude-activity-7421664227045826560-NaRH)
91. [CORE Group. USAID Dissolution Disrupts Global Health Programs \[Internet\]. LinkedIn. \[cited 2026 Feb 5\]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc\\_usaid-us-europe-activity-7417295098478104576-YZsA](https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_usaid-us-europe-activity-7417295098478104576-YZsA)
92. [93 Countries Worldwide at Risk of Losing Nearly 23 Million More People by 2030 \[Internet\]. The Rockefeller Foundation. 2026 \[cited 2026 Feb 4\]. Available from: https://www.rockefellerfoundation.org/news/93-countries-worldwide-at-risk-of-losing-nearly-23-million-more-people-by-2030/](https://www.rockefellerfoundation.org/news/93-countries-worldwide-at-risk-of-losing-nearly-23-million-more-people-by-2030/)
93. [The Global Fund. News Releases \[Internet\]. The Global Fund. 2026 \[cited 2026 Feb 8\]. Available from: https://www.theglobalfund.org/en/news/2026/2026-01-28-saudi-arabia-pledges-us39-million-global-fund-eighth-replenishment/](https://www.theglobalfund.org/en/news/2026/2026-01-28-saudi-arabia-pledges-us39-million-global-fund-eighth-replenishment/)
94. [The Global Fund. News Releases \[Internet\]. The Global Fund. 2026 \[cited 2026 Jan 21\]. Available from: https://www.theglobalfund.org/en/news/2026/2026-01-21-johnson-johnson-foundation-skoll-foundation-comic-relief-uk-commit-nearly-usd15-million-strengthen-community-health-systems-across-africa/](https://www.theglobalfund.org/en/news/2026/2026-01-21-johnson-johnson-foundation-skoll-foundation-comic-relief-uk-commit-nearly-usd15-million-strengthen-community-health-systems-across-africa/)

95. [Statement by The Rockefeller Foundation on Events in Minnesota](https://www.rockefellerfoundation.org/news/statement-by-the-rockefeller-foundation-on-events-in-minnesota/) [Internet]. The Rockefeller Foundation. 2026 [cited 2026 Feb 4]. Available from: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/statement-by-the-rockefeller-foundation-on-events-in-minnesota/>
96. Uwadiae F. From learning to action: how we're strengthening Black-led research initiatives [Internet]. Wellcome Trust. 2023 [cited 2026 Feb 4]. Available from: <https://wellcome.org/insights/articles/learning-from-organisations-support-black-researchers>
97. Wellcome Trust. Wellcome Annual Report 2025 [Internet]. 2026 Jan [cited 2026 Feb 4]. Available from: <https://wellcome.org/insights/reports/wellcome-annual-report>
98. Wellcome Trust. Accelerating discovery research through bioimaging [Internet]. 2025 Dec [cited 2026 Feb 4]. Available from: <https://wellcome.org/insights/reports/accelerating-discovery-research-through-bioimaging>
99. Suzman M. The road to 2045 [Internet]. Gates Foundation; 2026 [cited 2026 Feb 4]. Available from: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/2026-gates-foundation-annual-letter/>
100. Helping every child reach their full potential—no matter where they're born [Internet]. Gates Foundation; 2026 [cited 2026 Feb 4]. Available from: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/core-mission-child-health-success/>
101. Germany's BMZ, Novo Nordisk Foundation, Rockefeller Foundation, and WFP Launch New School Meals Accelerator to Help Governments Reach an Additional 100 Million Children With Nutritious Meals [Internet]. The Rockefeller Foundation. 2026 [cited 2026 Feb 4]. Available from: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/germanys-bmz-novo-nordisk-rockefeller-foundation-wfp-launch-school-meals-accelerator-help-reach-additional-100m-children/>
102. CAF, Rockefeller Foundation Partner to Advance School Meals and Opportunity Across Latin America and the Caribbean [Internet]. The Rockefeller Foundation. 2026 [cited 2026 Feb 4]. Available from: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/caf-rockefeller-foundation-partner-advance-school-meals-opportunity-across-latin-america-caribbean/>
103. Three takeaways from the 2025 Goalkeepers Report [Internet]. Gates Foundation; 2025 [cited 2026 Feb 4]. Available from: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/three-insights-from-goalkeepers-2025/>
104. CORE Group. Saúde dos trabalhadores [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Feb 5]. Available from: <https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc-healthworkers-healthworkers-healthworkforce-activity-7424902059780579328-v2jk>
105. Rockefeller Foundation “FOOD 2050” Documentary Explores Feeding a Planet of 10 Billion” [Internet]. The Rockefeller Foundation. 2026 [cited 2026 Feb 4]. Available from: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/rockefeller-foundation-food-2050-documentary-explores-feeding-a-planet-of-10-billion/>
106. Wellcome Trust. How health can support ambitious implementation of Nationally Determined Contributions (NDCs) [Internet]. 2025 Dec [cited 2026 Feb 4]. Available from: <https://wellcome.org/insights/reports/health-centred-NDCs>
107. [No title] [Internet]. [cited 2026 Feb 4]. Available from: [https://cms.wellcome.org/sites/default/files/2026-01/Wellcome-Understanding-how-interventions-for-youth-depression-and-anxiety-work.pdf?\\_gl=1\\*18qoug3\\*\\_gcl\\_au\\*MTgyNDc3OTYxNy4xNzcwMjM1OTc1\\*\\_ga\\*ODk0MTM4MzQyLjE3NzAyMzU5NzU.\\*\\_ga\\_SR4SNCD7KD\\*c3E3NzAyMzU5NzUkbzEkZzEkdDE3NzAyMzY1MTQka-jMwJGwwJGgw](https://cms.wellcome.org/sites/default/files/2026-01/Wellcome-Understanding-how-interventions-for-youth-depression-and-anxiety-work.pdf?_gl=1*18qoug3*_gcl_au*MTgyNDc3OTYxNy4xNzcwMjM1OTc1*_ga*ODk0MTM4MzQyLjE3NzAyMzU5NzU.*_ga_SR4SNCD7KD*c3E3NzAyMzU5NzUkbzEkZzEkdDE3NzAyMzY1MTQka-jMwJGwwJGgw)
108. The Global Fund. Ukraine: Delivering Lifesaving Care Despite the War [Internet]. The Global Fund. 2026 [cited 2026 Feb 8]. Available from: <https://www.theglobalfund.org/en/stories/2025/2025-09-10-ukraine-delivering-lifesaving-care-despite-war/>

---

# 2026 em disputa: Davos, o colapso fiscal e a saúde na linha de frente das lutas globais

2026 at Stake: Davos, Fiscal Collapse, and Health on the Frontlines of Global Struggles

*Rafaela Venturella De Negri, Armando De Negri Filho*

**Abstract.** *We maintain the usual thematic structure in this first report of 2026, covering December 2025 and January. In the Political-Economic Overview, we present subdivisions to address the World Economic Forum in Davos, the deadlocks in the negotiations of the New UN Global Tax Agreement, transnational union movements, and anti-imperialist struggles. In Health, we focus on the humanitarian and health crisis in Palestine and on defunding policy as an instrument of imperialist health. The report highlights how the empty rhetoric of elites in Davos and the capitulation in global tax rules contrast with concrete resistance on the ground and in the movement for health as a right, outlining key international events to be monitored throughout the year.*

**Keywords:** *World Economic Forum (Davos). UN Global Tax Agreement. Labor Movements. Anti-imperialist Struggle. Health in Palestine. Health Defunding. Right to Health. Organized Civil Society.*

**Resumo.** Mantemos a estrutura temática habitual neste primeiro informe de 2026, que cobre os meses de dezembro de 2025 e janeiro. No Panorama Político-Econômico, apresentamos subdivisões para abordar o Fórum Econômico de Davos, os impasses nas negociações do Novo Acordo Fiscal Global da ONU, os movimentos sindicais transnacionais e as lutas anti-imperialistas. Em Saúde, focamos na crise humanitária e sanitária na Palestina e na política de desfinanciamento ("Defunding") como instrumento da saúde imperialista. O informe destaca como a retórica vazia das elites em Davos e a capitulação nas regras fiscais contrastam com a resistência concreta nos territórios e no movimento pela saúde como direito, traçando os principais eventos internacionais a serem monitorados ao longo do ano.

**Palavras-chave:** Fórum Econômico Mundial (Davos); Acordo Fiscal Global da ONU; Movimentos Sindicais; Luta Anti-imperialista; Saúde na Palestina; Desfinanciamento da Saúde; Direito à Saúde; Sociedade Civil Organizada.

Nesse primeiro informe de 2026, trazemos os acontecimentos dos últimos 2 meses (dezembro

de 2025 e janeiro de 2026). Por óbvio, selecionamos as notícias de maior destaque dentro dos nossos guarda-chuva de saúde, política econômico-social internacional, reformas do sistema das Nações Unidas que tangenciam a vida digna e o meio ambiente.

Alguns desses acontecimentos, como o Fórum Econômico de Davos e a última rodada das negociações do New UN Tax Agreement ainda não foram revisados a fundo pelas organizações que acompanhamos e, assim, serão retomados também no próximo informe. Ao longo deste ano, acompanharemos os principais eventos internacionais - como o já mencionado UN Tax Agreement, as reuniões da OMS, a COP31, as eleições nos Estados Unidos e no Brasil, assim como o avanço dos acordos de paz da Palestina - sempre atravessados pela lente da Saúde e de sua integralidade na visão da Sociedade Civil.

Com a necessidade de cobrir várias frentes e também de desenhar o ano que começa, teremos mais subdivisões do que de costume. No Panorama político-econômico, teremos a subseção de Davos, a de *Tax*, a de Movimentos Sindicalistas e a subseção Anti-imperialista. Em Saúde, teremos a subseção Palestina e uma segunda subseção chamada *Defunding*, a política da saúde imperialista.

## Panorama político-econômico:

Começamos trazendo o [World Inequality Report de 2026](#) - o terceiro publicado, junto das edições de 2018 e 2022.

O documento aborda a desigualdade em suas várias frentes e seus diferentes processos causais, sendo uma ferramenta interessante para a análise da realidade socioeconômica atual. Estes relatórios são baseados no trabalho de mais de 200 pesquisadores de todo o mundo, afiliados ao *World Inequality Lab* e contribuintes para a maior base de dados sobre a evolução histórica da desigualdade global. Este esforço coletivo representa uma contribuição significativa para as discussões globais sobre desigualdade.

O relatório de 2026 é dividido em 9 seções, sendo 6 delas de conteúdo de análise, trazendo aspectos chaves da desigualdade e sobre como a desigualdade afeta certas áreas - como gênero, mudança climática, democracia, redistribuição e impostos, aspectos regionais, o papel do sistema financeiro global.

"O Relatório de Desigualdade Global 2026 (WIR 2026) marca a terceira edição desta série de referência, seguindo as edições de 2018 e 2022. Estes relatórios são baseados no trabalho de mais de 200 pesquisadores de todo o mundo, afiliados ao World Inequality Lab e contribuintes para a maior base de dados sobre a evolução histórica da desigualdade global. Este esforço coletivo representa uma contribuição significativa para as discussões globais sobre desigualdade. A equipe ajudou a remodelar a forma como formuladores de políticas, acadêmicos e cidadãos compreendem a escala e as causas da desigualdade, destacando o separatismo dos ricos globais e a necessidade urgente de justiça tributária para os mais afortunados. Suas descobertas têm fundamentado debates nacionais e internacionais sobre reforma fiscal, tributação de riqueza e redistribuição em fóruns que vão desde parlamentos nacionais até o G20.

Com base nesse alicerce, o WIR 2026 expande o horizonte. Ele explora novas dimensões da desigualdade que definem o século XXI: clima e riqueza, disparidades de gênero, acesso desigual ao capital humano, as assimetrias do sistema financeiro global e as divisões territoriais que estão redesenhando a política democrática. Juntos, esses temas revelam que a desigualdade

hoje não se confina à renda ou riqueza; ela afeta todos os domínios da vida econômica e social.

A desigualdade global no acesso ao capital humano permanece enorme hoje, provavelmente uma lacuna muito mais ampla do que a maioria das pessoas imagina. O gasto médio em educação por criança na África Subsaariana ficou em apenas cerca de € 200 (paridade de poder de compra, PPC), comparado com € 7.400 na Europa e € 9.000 na América do Norte e Oceania: uma diferença de mais de 1 para 40, ou seja, aproximadamente três vezes a diferença no PIB per capita. Tais disparidades moldam as oportunidades de vida ao longo das gerações, consolidando uma geografia de oportunidades que exacerba e perpetua as hierarquias globais de riqueza.

O relatório também mostra que as contribuições para a mudança climática estão longe de ser distribuídas de forma equilibrada. Embora o debate público muitas vezes se concentre nas emissões associadas ao consumo, novos estudos revelaram como a propriedade de capital desempenha um papel crítico na desigualdade das emissões. Os 10% mais ricos da população global são responsáveis por 77% das emissões globais associadas à propriedade de capital privado, ressaltando como a crise climática é inseparável da concentração de riqueza. Enfrentá-la exige um realinhamento direcionado das estruturas financeiras e de investimento que alimentam tanto as emissões quanto a desigualdade.

A desigualdade de gênero também se apresenta de forma drasticamente diferente se levarmos em conta o trabalho invisível e não remunerado, realizado de forma desproporcional por mulheres. Quando o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado é incluído, a lacuna aumenta acentuadamente. Em média, as mulheres ganham apenas 32% do que os homens ganham por hora de trabalho, considerando tanto atividades remuneradas quanto não remuneradas; comparado a 61% quando o trabalho doméstico não remunerado não é contabilizado. Essas descobertas revelam não apenas uma discriminação persistente, mas também ineficiências profundas na forma como as sociedades valorizam e alocam o trabalho.

No nível internacional, o WIR 2026 documenta como o sistema financeiro global reforça a desigualdade. Economias ricas continuam a se beneficiar de um "privilégio exorbitante": a cada ano, cerca de 1% do PIB global (aproximadamente três vezes o valor da ajuda ao desenvolvimento) flui de nações mais pobres para as mais ricas através de transferências líquidas de renda do exterior associadas a rendimentos excessivos persistentes e menores pagamentos de juros sobre os passivos dos países ricos. Reverter essa dinâmica é central para qualquer estratégia crível de equidade global.

Finalmente, o relatório destaca o aumento das divisões territoriais dentro dos países. Em muitas democracias avançadas, as diferenças nas filiações políticas entre grandes centros metropolitanos e cidades menores atingiram níveis não vistos em um século. O acesso desigual a serviços públicos, oportunidades de emprego e a exposição a choques comerciais fragmentou a coesão social e enfraqueceu as coalizões necessárias para a reforma redistributiva.

Além de uma riqueza de dados novos, o WIR 2026 fornece uma estrutura para entender como as desigualdades econômicas, ambientais e políticas se entrelaçam. Ele clama por uma renovada cooperação global para enfrentar essas divisões em suas raízes: através de tributação progressiva, investimento em capacidades humanas, responsabilização climática vinculada à propriedade de capital privado e instituições políticas inclusivas capazes de reconstruir confiança e solidariedade.

A desigualdade tem sido há muito uma característica definidora da economia global, mas até 2025, ela atingiu níveis que exigem atenção urgente. Os benefícios da globalização e do cresci-

mento econômico fluíram de forma desproporcional para uma pequena minoria, enquanto grande parte da população mundial ainda enfrenta dificuldades para alcançar meios de subsistência estáveis. Essas divisões não são inevitáveis. Elas são o resultado de escolhas políticas e institucionais."

As últimas duas seções são reservadas para conclusão e encaminhamentos políticos.

#### "Direções para Políticas

As evidências deixam uma conclusão clara: a desigualdade pode ser reduzida. Há uma série de políticas que, de diferentes maneiras, provaram ser eficazes no estreitamento das lacunas.

Uma via importante é através de investimentos públicos em educação e saúde. Estes estão entre os equalizadores mais poderosos, mas o acesso a esses serviços básicos permanece desigual e estratificado. O investimento público em escolas gratuitas e de alta qualidade, saúde universal, creches e programas de nutrição pode reduzir as disparidades no início da vida e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. Ao garantir que o talento e o esforço, e não a origem, determinem as oportunidades de vida, tais investimentos constroem sociedades mais inclusivas e resilientes.

Outro caminho é através de programas redistributivos. Transferências de renda, pensões, benefícios de desemprego e apoio direcionado a famílias vulneráveis podem deslocar diretamente recursos do topo para a base da distribuição. Quando bem desenhadas, tais medidas reduziram as lacunas de renda, fortaleceram a coesão social e proporcionaram amortecedores contra choques, especialmente em regiões com estados de bem-estar social mais fracos.

O progresso também pode vir do avanço da igualdade de gênero. Reduzir as lacunas de gênero requer dismantlar as barreiras estruturais que moldam como o trabalho é valorizado e distribuído. Políticas que reconheçam e redistribuam o trabalho de cuidado não remunerado, através de creches acessíveis, licença parental que inclua os pais e créditos previdenciários para cuidadores, são essenciais para nivelar o campo de atuação. Igualmente importantes são a aplicação rigorosa da igualdade salarial e proteções mais fortes contra a discriminação no local de trabalho. Abordar esses desequilíbrios garante que as oportunidades e recompensas não sejam determinadas pelo gênero, mas pela contribuição e capacidade.

A política climática oferece outra dimensão fundamental: quando mal planejada, pode aumentar a desigualdade, mas, bem planejada, também pode reduzi-la. Subsídios climáticos combinados com tributação progressiva têm o potencial de acelerar a adoção de tecnologias de baixo carbono de forma justa. Impostos e regulamentações sobre consumo de luxo ou investimentos de alto carbono também podem ajudar a reduzir os níveis de emissão entre os grupos mais ricos.

A política tributária é outra alavanca poderosa. Sistemas tributários mais justos, onde aqueles no topo absoluto contribuem com alíquotas mais altas através de impostos progressivos, não apenas mobilizam recursos, mas também fortalecem a legitimidade fiscal. Mesmo taxas modestas de um imposto mínimo global sobre bilionários e centimilionários poderiam arrecadar entre 0,45% e 1,11% do PIB global e poderiam financiar investimentos transformadores em educação, saúde e adaptação climática.

A desigualdade também pode ser reduzida pela reforma do sistema financeiro global. Os arranjos atuais permitem que economias avançadas tomem empréstimos baratos e garantam

entradas estáveis, enquanto as economias em desenvolvimento enfrentam passivos caros e saídas persistentes. Reformas como a adoção de uma moeda global, sistemas centralizados de crédito e débito e impostos corretivos sobre superávits excessivos expandiriam o espaço fiscal para investimento social e reduziriam a troca desigual que há muito define as finanças globais.

## Conclusão

A desigualdade é uma escolha política. É o resultado de nossas políticas, instituições e estruturas de governança. Os custos da desigualdade crescente são claros: divisões cada vez maiores, democracias frágeis e uma crise climática suportada principalmente por aqueles menos responsáveis. Mas as possibilidades de reforma são igualmente claras. Onde a redistribuição é forte, a tributação é justa e o investimento social é priorizado, a desigualdade diminui."

### Davos

Falando em concentração de renda, redistribuição (a falta de) e desigualdade, chegamos aos bilionários. Dos dias 19 a 23 de janeiro os principais líderes mundiais se reuniram na Suíça, para o Fórum Econômico Mundial - FEM. Análises mais detalhadas virão nos próximos informes, dada a necessidade das organizações de analisarem o que foi exposto e de formarem suas posições - o *The Bretton Woods project* irá publicar sobre o encontro ainda em março.

Além dos chefes de Estado, estavam presentes os donos das maiores fortunas do planeta, com o próprio presidente do conselho do FEM sendo um dos chefes financeiros da gigantesca (e moralmente cinza) *BlackRock*, empresa gestora de ativos que está por trás de muitos empréstimos privados a países endividados, como Zâmbia e Gana (já destacamos em informes passados como esses países são forçados a gastar mais em pagamentos do que em seus orçamentos de saúde e educação - chegando a 3 vezes mais). [A Debt Justice Uk traz a análise do evento e a presença dos super-ricos:](#)

"Credores privados gananciosos – incluindo aqueles reunidos em Davos esta semana – estão no centro da crise da dívida, prendendo países num ciclo de endividamento, com alguns ameaçando processar alguns dos países mais pobres do mundo para cobrar seus créditos. Os indivíduos ricos que comandam os bancos, fundos de hedge e empresas de trading de petróleo não estão "ganhando" esse dinheiro – eles estão *tomando* esse dinheiro. Escolas, hospitais e serviços públicos ao redor do mundo estão sendo esvaziados para pagar empréstimos injustos a esses gigantes financeiros e gerar grandes lucros para seus chefes e clientes.

Este ano, a riqueza dos bilionários cresceu três vezes mais rápido do que nos cinco anos anteriores. Os 12 bilionários mais ricos do mundo agora detêm mais riqueza do que a metade mais pobre da humanidade. Os ricos estão ficando mais ricos – e estão usando sua riqueza econômica para comprar influência política, enquanto os que estão na pobreza veem seus direitos e liberdades democráticas serem minados. O encontro anual de bilionários em Davos é um lembrete severo de como os super-ricos usam o poder que vem com a riqueza extrema para garantir que a economia global funcione de acordo com seus interesses – e não com os interesses das pessoas em países de baixa renda.

Enquanto os super-ricos podem comprar influência política, as pessoas na pobreza enfrentam barreiras significativas à participação política e são cada vez mais *politicamente* pobres. Bilionários têm 4.000 vezes mais probabilidade de ocupar cargos políticos do que pessoas comuns, e o abismo entre ricos e pobres está aumentando. A dívida desempenha um papel fundamental na

consolidação dessas desigualdades; é um dos maiores motores da desigualdade em países de baixa renda.

Os bilionários em Davos acertaram em uma coisa –precisamos de uma ação coletiva e ousada. Porque esta é a pior crise da dívida em trinta anos e milhões de pessoas estão sendo privadas de justiça. É hora de uma ação ousada sobre a crise da dívida, incluindo o cancelamento da dívida para países em crise e uma nova lei de justiça da dívida no Reino Unido que impediria credores privados gananciosos de protelar negociações e processar países em crise.

Ao redor do mundo, as pessoas estão resistindo à desigualdade, à injustiça e à crise da dívida. No ano passado, vimos as maiores mobilizações de uma geração exigindo ação urgente sobre a crise da dívida. Enquanto os ricos do mundo se encontram em Davos esta semana, vamos denunciar os credores privados que lucram bilhões com a crise da dívida. Vergonha para os super-ricos de Davos –é hora de cancelar a dívida."

## **Tax Justice - A luta política de 2026**

Este ano será essencial para a definição do primeiro rascunho do *Framework Convention on International Tax Cooperation*. A primeira versão do documento deverá ser apresentada no ano que vem e as negociações foram retomadas semana passada na sede das NU em Nova York. No final do ano passado tivemos uma rodada de negociação em Nairobi. A organização [Tax Justice Network revisa as decisões de Nairobi, enquanto destaca os desafios da próxima rodada](#). A organização tem também um [database sobre a Convenção](#), organizando posicionamentos, falas e conteúdos abordados.

"Nairobi marcou um momento importante no processo que conduz a uma Convenção-Quadro da ONU sobre Cooperação Tributária Internacional (UNFCITC). As demandas por uma governança tributária global mais justa há muito são impulsionadas por países do Sul Global, particularmente desde a Agenda de Adis Abeba, mas esta foi a primeira vez que as negociações formais deste processo ocorreram no continente africano. Ao longo das sessões, delegações e partes interessadas repetidamente notaram que realizar as negociações em Nairobi tornou o processo mais acessível. Em particular, permitiu uma participação forte de partes interessadas que frequentemente são incapazes de comparecer a negociações tributárias por causa de barreiras de visto, custos de viagem ou canais formais limitados para engajamento."

Sobre o banco de dados, ele é formado a partir de colocações dos Estados-membros e da sociedade civil sob curadoria da *Tax Justice Network* em parceria com a Universidade da Virgínia. Esta ferramenta pública rastreia as posições dos países por artigo, ao longo do tempo, e permite analisar os argumentos e narrativas utilizados nas negociações. O objetivo é oferecer um recurso ágil, ainda que sujeito a ajustes, para mapear as aspirações de cada nação neste processo.

A análise das posições revela padrões nos debates, com certos argumentos sendo repetidamente invocados para limitar o alcance da futura Convenção:

1. Soberania vs. Cooperação: O conceito de "soberania" foi frequentemente citado (53 intervenções), principalmente em discussões sobre taxação de indivíduos muito ricos, práticas fiscais nocivas e resolução de disputas. Muitas posições tratam a soberania como um princípio restritivo, oposto à cooperação. No entanto, delegados como os do Quênia e do Brasil argumentaram que a cooperação internacional é justamente a chave para proteger a soberania fiscal dos países do Sul Global, combatendo os efeitos transfronteiriços negativos de regimes agressivos de outras nações. A verdadeira soberania exige coordenação para lidar com desafios comuns, como a evasão fiscal de multinacionais e grandes fortunas.

2. Risco de Duplicação e Fóruns Existentes: Muitas posições (139 no total) expressaram preocupação com a sobreposição entre a nova Convenção e fóruns ou instrumentos pré-existentes, como a Convenção de Assistência Administrativa Mútua e o Fórum sobre Práticas Fiscais Nocivas. Países como Quênia, Nigéria, Gana, Serra Leoa e Ruanda destacaram que, embora a coerência seja importante, os fóruns atuais carecem de participação universal e não produzem resultados equitativos para todos os Estados-membros da ONU. O apelo por uma nova Convenção reflete justamente a necessidade de superar as limitações do sistema atual, dominado pela OCDE, e criar um mecanismo verdadeiramente inclusivo.
3. Definições e Fluxos Financeiros Ilícitos: A falta de definições claras foi uma preocupação levantada em 68 posições, com foco especial no Artigo 7 sobre fluxos financeiros ilícitos. No entanto, como a Índia salientou, já existe uma definição estatística acordada no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que abrange tanto a evasão quanto a elisão fiscal. O debate, portanto, não começa do zero. A concentração de questionamentos sobre definições neste artigo específico sugere uma aplicação seletiva do argumento da "clareza".

As negociações tributárias internacionais estão em um momento crítico. Em 2026, o Comitê Ad Hoc se reunirá três vezes: duas em Nova York (fevereiro e agosto) e uma final em Nairobi (novembro/dezembro).

A Convenção Tributária da ONU é uma oportunidade histórica para construir um sistema de governança fiscal global que seja responsivo e atenda às necessidades de todos. O banco de dados "*Who Wants What*" é uma ferramenta para ajudar a garantir que o instrumento final reflita genuinamente as visões dos diversos países comprometidos com um sistema tributário internacional mais justo e eficaz. O caminho a seguir exige superar narrativas que limitam a ambição e construir sobre o consenso emergente de que a cooperação inclusiva é a base para uma soberania fiscal efetiva. Como disse Adrián Falco da *Red Justicia Fiscal de América Latina y Caribe*: Este não é um debate técnico, mas sim uma luta por soberania.

## Movimentos Sindicalistas: Bolívia e Equador

O sindicalismo ganhou ar nesses últimos meses, com organizações ao redor do mundo ocupando a rua, fazendo greves e protestando pela Venezuela, por Cuba, pela Palestina e por seus direitos nacionais.

Começando pelos eventos mais recentes e indo aos últimos acontecimentos de 2025: Trabalhadores dos portos mediterrâneo contra a hiper-militarização do mundo, trabalhadores italianos defendendo a soberania venezuelana, *The National Federation of Indigenous, Campesino & Black Ecuadorians* do Equador exigindo - através de seu direito constitucional - que o presidente Noboa deixe o cargo e por fim, trabalhadores bolivianos fazendo greve frente ao "gasolinazo".

No dia 6 de fevereiro, [trabalhadores de mais de 20 portos Mediterrâneos](#) organizaram uma greve contra a militarização, a guerra e a privatização dos Portos - denunciando como uma economia que sempre está disposta a gastar com a guerra, é a mesma economia que irá austerizar, privatizar e retalhar o orçamento público.

Os trabalhadores já vêm, há meses, protestando de forma organizada contra o genocídio palestino, interceptando navios com cargas bélicas e fechando portos da rota até Israel.

“De manhã cedo, começaram protestos nos portos gregos do Pireu e de Elefsina, no porto de

Mersin, na Turquia, e em Bilbao e Pasaia, no País Basco. O sindicato turco Liman-İş Sendikası reuniu centenas de membros para enviar uma mensagem contra o genocídio e em solidariedade com a Palestina, ecoando comunicados semelhantes de seus camaradas do sindicato basco LAB.

Na Grécia, os estivadores destacaram a contradição entre os maciços investimentos europeus em rearmamento e a imposição de austeridade aos serviços públicos e à infraestrutura, o que leva a condições de trabalho cada vez mais inseguras. "Não aceitaremos trabalhar sem direitos", disse Damianos Voudigaris, do sindicato grego ENEDEP, mais tarde no dia. "Desenvolvimento deveria significar voltar para casa vivo. Portos são locais de trabalho, não de guerra. São lugares de suor, não de sangue."

(...)

O sindicato italiano Unione Sindacale di Base (USB) reportou de todos os portos em greve, com representantes sindicais discursando em assembleias onde bandeiras palestinas e cubanas eram exibidas com destaque. Os trabalhadores enfatizaram que o movimento operário europeu precisa encontrar uma orientação internacionalista para bloquear a agenda antilaboral da União Europeia e dos governos de direita. Governos como o da primeira-ministra Giorgia Meloni, que — como ativistas da USB destacaram em transmissões ao vivo — foram abalados pela determinação demonstrada pelos trabalhadores após anos de estagnação. De acordo com sindicalistas, esse pânico se traduziu em uma nova onda de repressão, incluindo medidas contra membros sindicais envolvidos em ações de solidariedade à Palestina. A USB, no entanto, insistiu que a resistência às políticas de Meloni só se intensificaria nas próximas semanas.

Embora unidos em torno de demandas comuns — impedir a militarização dos portos, rejeitar o rearmamento e impedir que uma economia de guerra sufoque todas as outras prioridades —, os grevistas também levantaram questões locais. Estivadores em Trieste alertaram contra a privatização do porto. Em outros lugares, como em Bari e Ravena, trabalhadores e estudantes descreveram como a infraestrutura portuária tem sido usada, às vezes de forma encoberta, para transportar materiais militares e de duplo uso para Israel. "Todos aqui já estão de saco cheio com isso", disse um ativista em Ravena.

Os protestos realizados na noite de sexta-feira em Civitavecchia, Livorno e Ancona foram notáveis, com grevistas em Ancona descrevendo o dia como "monumental". Em Gênova, como tem se tornado habitual, a participação foi maciça. Membros do coletivo CALP — que anteriormente haviam prometido que "nem um prego" sairia do porto se Israel atacasse a Frota do Sumud Global a caminho de Gaza — lideraram o protesto. Falando à imprensa e a outros ativistas, eles destacaram que o sucesso da greve internacional mais uma vez provou que os estivadores cumprem suas promessas.

"Prometemos bloquear tudo — e bloqueamos tudo. Prometemos uma greve geral — e fizemos uma greve geral. Prometemos uma greve internacional — e aqui estamos", afirmaram."

Também na Itália, [o povo saiu às ruas para proteger a soberania da Venezuela!](#) No dia 04 de fevereiro, tomaram as ruas pedindo o retorno do presidente Maduro e da primeira combatente Cilia Flores, denunciando o ato imperialista dos Estados Unidos e o que ele representa para a América Latina.

"Um mês após o ataque dos EUA à Venezuela, dezenas de cidades italianas voltaram às ruas em apoio ao processo bolivariano, exigindo a libertação do presidente Nicolás Maduro e de Cilia Flores. Organizadas sob o slogan internacional "Tragam-nos para casa!", as ações descentralizadas representam um passo em direção a uma assembleia nacional em Roma no domingo, 8

de fevereiro, além de uma mobilização permanente contra a guerra e o rearmamento.

Estudantes e jovens formaram uma parte significativa dos participantes nos protestos de terça-feira. "Em resposta à ação militar dos Estados Unidos, uma clara expressão do seu desejo de reafirmar controle sobre o continente, mais uma vez nos colocamos ao lado da Revolução Bolivariana [...] contra o imperialismo norte-americano e para exigir a libertação imediata de Maduro e Flores", escreveram as organizações Cambiare Rotta e OSA naquele dia.

Grupos de esquerda também denunciaram as ameaças e ataques do governo Trump contra outros países da América Latina, especialmente Cuba e Colômbia, alertando que a estratégia está enraizada em um modelo de imperialismo que prejudica povos de todo o mundo. Marta Collot, porta-voz do partido de esquerda Potere al Popolo, enfatizou que os protestos também visavam se opor a um "modelo baseado no extrativismo que busca se apropriar dos recursos de outros países".

"As ambições dos EUA não se limitam à Venezuela, mas se estendem a todos os países de Nuestra América, que devem ser transformados em meros territórios de extração de recursos, do petróleo aos minerais raros, das vastas reservas de água doce a uma força de trabalho 'descartável'", escreveu o Potere al Popolo antes dos protestos. A Venezuela, com sua transformação socialista, "sempre foi um espinho em seu [do Ocidente] lado, contra o qual eles direcionaram todas as armas da guerra híbrida, da agressão econômica e militar à guerra cognitiva", acrescentou o partido."

Agora para o Equador de Noboa, no dia 30 de janeiro, Confederación Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas, Negras y Montubias, junto da organização *La Revolución Ciudadana*, oficialmente propôs uma revocatória ao mandato presidencial de Noboa. [O pedido de revocatória é um direito constitucional](#) estabelecido em 2008 e o pedido se baseia na crise nacional causada pela dívida junto ao FMI e as constantes violações de leis internacionais.

E os trabalhadores da Bolívia, em 22 de dezembro de 2025, [confirmam greve contra Decreto do Combustível](#), com comunicado da COB, maior federação sindical do país.

"A greve nacional nesta segunda-feira contra o Decreto Supremo 5503, que eliminou subsídios aos combustíveis vigentes há mais de 20 anos, apesar de acordos do governo com outros setores que visavam evitar a paralisação.

O dirigente executivo da COB, Mario Argollo, afirmou que a organização não recuará das mobilizações e rejeitou notícias sobre um suposto acordo com o governo do presidente Rodrigo Paz para suspender as medidas. Em vídeo gravado ao lado de outros líderes sindicais, Argollo negou o que descreveu como um pacto "unilateral e oculto" com o Executivo.

"Não vamos retroceder, não vamos negociar pelas costas do nosso povo, não vamos trair a confiança depositada em nós para liderar este movimento reivindicativo", declarou Argollo.

Ele instou as autoridades a reconsiderarem a decisão. "Queremos mandar esta mensagem ao governo central: pensem, reflitam sobre esta medida arbitrária e ditatorial que tomaram, que neste momento tem o povo boliviano em alerta", acrescentou.

Argollo argumentou que o Decreto 5503 beneficia apenas "um setor privilegiado, empresarial e burguês" e convocou diferentes setores sociais a se unirem ao que descreveu como um protesto apartidário.

A greve foi inicialmente convocada na sexta-feira pela Confederação de Motoristas da Bolívia,

que anunciou uma paralisação "geral e indefinida" até que o governo revogue o decreto. A COB e grupos camponeses produtores de coca alinhados ao ex-presidente Evo Morales (2006-2019) posteriormente aderiram à convocação.

No domingo, o governo informou ter fechado acordos com vários setores. Autoridades assinaram pactos com sindicatos de transporte de carga no departamento central de Cochabamba para abrir grupos de trabalho sobre questões fiscais e aduaneiras, o que levou esses grupos a descartarem participação nos protestos. O ministro da Economia, Gabriel Espinoza, que participou das negociações, afirmou que superar a crise econômica da Bolívia exige trabalho e que "ninguém vai sair desta situação bloqueando".

Um dia antes, o ministro de Obras Públicas, Mauricio Zamora, assinou um acordo separado com transportadores de carga pesada no departamento oriental de Santa Cruz. Em La Paz, o presidente Paz reuniu-se com cooperativistas de mineração de ouro e conselhos de bairro, que também decidiram não aderir à greve.

O presidente deve se dirigir ao público no domingo à noite pela emissora estatal Bolivia TV para explicar o alcance do decreto. Paz afirmou que a medida "não será alterada" e representa um ponto de partida para novos ajustes econômicos por meio do diálogo.

Emitido na quarta-feira passada, o Decreto 5503 fixou os preços dos combustíveis em 6,96 bolivianos (cerca de um dólar americano) por litro de gasolina comum, 11 bolivianos (1,58 dólares) para gasolina premium e 9,80 bolivianos (1,40 dólares) para o diesel, entre outros valores. Isso representa aumentos de 86% para a gasolina e 162% para o diesel em comparação com os preços subsidiados que vigoravam há mais de duas décadas."

## Anti-imperialista

No final de janeiro, delegados de governos, parlamentos e movimentos adotaram a Declaração San Carlos durante a reunião de emergência [Nuestra América](#) em Bogotá, comprometendo-se com ações coordenadas contra a coerção nas Américas. Participaram 90 representantes de 20 países. A reunião foi organizada após os ataques à Venezuela pelos Estados Unidos e frentes às ameaças imperialistas a outras nações da região.

O documento alerta para os riscos da Doutrina Monroe reavivada e do "Corolário Trump", que ameaçam o hemisfério com sanções, bloqueios, desestabilização e coerção militarizada. A declaração situa essa ameaça na história de luta pela autodeterminação, citando figuras como Simón Bolívar, José Martí, Benito Juárez e José de San Martín.

Durante a abertura, a ministra das Relações Exteriores da Colômbia, Rosa Yolanda Villavicencio, destacou a longa história de agressões na região, mas enfatizou que a iniciativa, o tempo, a verdade e a justiça estão ao lado dos povos das Américas.

Os compromissos assumidos incluem: Coordenação em fóruns multilaterais para defender a Carta da ONU; Criação de mecanismos hemisféricos para enfrentar sanções e choques econômicos; Promoção da solidariedade regional (Cuba, Venezuela, México, Colômbia etc.), com rejeição a soluções militarizadas; Defesa dos direitos de migrantes latino-americanos nos EUA, opondo-se a deportações em massa; Fortalecimento da soberania democrática, financeira, energética e alimentar, além da integração regional e a consolidação de *Nuestra América* como um processo contínuo de coordenação entre governos, movimentos e povos.

A declaração conclui convocando a próxima reunião em Havana, Cuba, e afirma que as Américas passarão a ser regidas pela "unidade, soberania e paz", e não pelo medo ou decretos

imperiais - marcando a área geográfica como um "sujeito político".

## Saúde

Em saúde, continuamos a acompanhar o desastre em Gaza - o chamado *Medicide*, genocídio do corpo médico e das estruturas da saúde e todas suas consequências - junto do avanço de outras políticas neoliberais ao redor do globo que constroem a garantia e o acesso ao direito da saúde.

## Palestina

Mesmo com um acordo de paz oficializado no dia 10 de outubro de 2025, Israel ataca diariamente a Gaza - e tem retomado seus ataques ao Líbano.

Agora junto de um plano de paz encabeçado por um *peace group* e chefiado por Donald Trump, os líderes ocidentais planejam, passado o período de aniquilação, reconstruir Gaza. O plano foi apresentado durante Davos e o discurso dado pelo genro de Trump reforçou o caráter neocolonial da empreitada imobiliária. Jared Kushner tratou a Palestina como um espaço vazio, propondo a construção de arranha-céus em terrenos históricos e nenhuma vez mencionando os milhares de palestinos sob os escombros, tendo os palestinos nem ao menos sido consultados sobre o ["master plan"](#).

Como mencionado, mesmo durante o acordo de paz vigente, os ataques continuam e o sistema de saúde continua sendo um alvo constante. Dentro do *Medicide*, encontramos outras estratégias de genocídio, como o recentemente apontado pelo Ministro da Saúde de Gaza: o [Reprocide](#) - tática genocida que provoca a queda da natalidade através do ataque sistemático à saúde reprodutiva da população.

"Dano Reprodutivo Sistemático em Gaza: Um ataque direcionado às futuras gerações palestinas

Reprocídio: Um Genocídio sobre o Útero Palestino por Israel

Estatísticas Maternas e Neonatais para Gaza 2025

Fonte: Dr. Munir Al-Bursh, Diretor-Geral, Ministério da Saúde da Palestina, Gaza

REPROCÍDIO COMO ESTRATÉGIA GENOCIDA - GAZA 2025

49.180

TOTAL DE RECÉM-NASCIDOS

48.500

TOTAL DE NASCIMENTOS VIVOS

616

MORTES FETO-INTRA UTERINAS (NATIMORTOS)

450

MORTES NEONATAIS (PRIMEIROS 7 DIAS DE VIDA)

4.900

NASCER ANÓMALOS

5.000

## ABORTOS ESPONTÂNEOS

4.000

## NASCIMENTOS PREMATUROS

>315

## ANOMALIAS CONGÊNITAS

### INTERPRETAÇÃO CLÍNICA

#### Colapso dos Sistemas de Cuidados Maternos-Neonatais e Acesso a Cuidados de Saúde e Resultados Maternos-Neonatais

- ▶ Graves carências de recursos médicos: Capacidade limitada de cuidados intensivos neonatais, medicamentos obstétricos, produtos sanguíneos e serviços cirúrgicos de emergência.
- ▶ Acesso restrito a cuidados de saúde: Incapacidade das mulheres grávidas em chegar a unidades funcionais devido ao deslocamento, insegurança e colapso dos serviços.
- ▶ Destruição da infraestrutura de saúde: Danos generalizados a hospitais, maternidades e unidades neonatais, reduzindo substancialmente as opções de parto seguro.
- ▶ Desnutrição materna: Insegurança alimentar crônica e deficiências de micronutrientes aumentam o risco de baixo peso ao nascer, parto pré-termo e restrição de crescimento intrauterino.
- ▶ Cuidados pré-natais interrompidos: Rastreamento pré-natal reduzido e gestão tardia de complicações na gravidez.
- ▶ Morbidade e Mortalidade Perinatal Evitáveis
- ▶ Taxas elevadas de aborto espontâneo, natimortalidade e morte neonatal precoce, consistentes com falha do sistema de saúde e não com riscos clínicos inevitáveis.
- ▶ Aumento da prematuridade e anomalias congênitas, refletindo a exposição cumulativa à desnutrição, infecções, stress e falta de cuidados médicos.
- ▶ Complicações evitáveis amplificadas pela ausência de:
  - ▷ Intervenção obstétrica atempada
  - ▷ Reanimação neonatal e cuidados intensivos
  - ▷ Medicamentos essenciais e capacidade de diagnóstico

Os resultados observados refletem um colapso na prestação de cuidados de saúde materno-neonatais.

Os padrões de mortalidade perinatal indicam uma falha sistêmica, e não incidental.

#### Consequências a Nível Populacional do Dano Reprodutivo

- ▶ Continuidade reprodutiva reduzida: Taxas persistentemente altas de aborto espontâneo, natimortalidade e mortalidade neonatal ameaçam a sustentabilidade da população.
- ▶ Impacto geracional: O dano reprodutivo estende-se além das gravidezes atuais para as futuras coortes de nascimentos e a estabilidade demográfica a longo prazo.
- ▶ Projeções de saúde:

- ▷ Aumento da mortalidade perinatal
- ▷ Aumento das anomalias congênitas e nascimentos pré-termo
- ▷ Erosão progressiva da saúde e continuidade populacional

Via causal:

Acesso restrito a cuidados de saúde → Mortalidade perinatal → Continuidade reprodutiva reduzida → Declínio a nível populacional

### REPROCÍDIO COMO ESTRATÉGIA GENOCIDA

Reprocídio é o ataque intencional e sistemático à saúde reprodutiva e à capacidade de uma população em conceber com segurança, levar a gravidez a termo, dar à luz e assegurar a sobrevivência neonatal.

Isso inclui:

- ▶ Destruição deliberada, negação ou perturbação dos sistemas de cuidados de saúde maternos, fetais e neonatais
- ▶ Condições que conduzem a abortos espontâneos, natimortalidade, morte neonatal e dano congénito evitáveis
- ▶ Prevenção sustentada de nascimentos seguros dentro de uma população-alvo

Os resultados observados em Gaza (abortos espontâneos, natimortos, mortes neonatais e anomalias congénitas) alinham-se com indicadores internacionalmente reconhecidos de genocídio."

No final de janeiro, o [People's Dispatch publicou um artigo de pesquisadores alertando para "desassistencialização"](#) na Palestina com proliferação de infecções em Gaza. Devido a destruição programada e intencional do sistema de saúde palestino como parte do genocídio, profissionais de saúde vem registrando um aumento de casos de doenças infecciosas, sendo crianças, idosos e pessoas com problemas de saúde preexistentes os mais vulneráveis a complicações.

"O Dr. Ahmed Muhanna, do Hospital Al-Awda, disse ao *The New Arab* que "foi observado um aumento generalizado de infecções, especialmente entre crianças". O Dr. Mohammed Abu Salmiya, do Hospital Al-Shifa, acrescentou: "O perigo está na imunidade debilitada da população de Gaza devido à fome, desnutrição e falta de vacinas necessárias, o que representa uma séria ameaça à vida dos pacientes".

"Alimento, abrigo, uma família protetora, saúde e educação. Essas são as cinco necessidades essenciais de toda criança", insistiu a pediatra Dra. Tanya Haj-Hassan em entrevista ao Instituto de Estudos da Palestina (IPS). "E, em Gaza, cada uma delas foi atacada".

Alguns especialistas em saúde pública descrevem as condições de vida em Gaza — criadas pelo genocídio e que favorecem o surgimento de doenças — como "síndrome da tenda úmida", termo que se refere aos efeitos inter-relacionados de imunodeficiência, infecções e incapacidade de recuperação devido à destruição de moradias e infraestrutura. Segundo fontes da ONU, pelo menos dez crianças morreram de frio neste inverno em tendas, onde a maior parte da população da Faixa foi forçada a viver durante o genocídio. Organizações como a Physicians for Human Rights (PHR) têm enfatizado repetidamente o impacto desproporcional da destruição israelense sobre crianças e gestantes — o que constitui, segundo um novo relatório, um ataque premeditado à capacidade reprodutiva básica dos palestinos.

"A destruição da infraestrutura de saúde de Gaza, combinada com restrições a alimentos e suprimentos médicos — inclusive fórmula infantil — criou um ambiente em que os processos biológicos fundamentais de reprodução e sobrevivência foram sistematicamente destruídos, resultando em danos, dor, sofrimento e morte conhecidos e previsíveis", afirma o relatório da PHR."

## **Defunding, a política da saúde imperialista**

A luta anti-imperialista também diz respeito à saúde - [com empresas privadas já analisando o "mercado de saúde" venezuelano e seus riscos para agências de planos privativos](#) - o [Movimento Popular pela Saúde \(PHM\) e a ALAMES emitiram uma declaração conjunta](#) condenando os recentes ataques militares dos Estados Unidos à Venezuela e o sequestro do presidente Nicolás Maduro e de sua esposa, Cília Flores. As organizações rejeitam a justificativa estadunidense de uma "operação antidrogas", classificando a ação como uma violação grave do direito internacional e um ato de agressão imperialista com o objetivo de controlar os recursos naturais venezuelanos, especialmente o petróleo, e suprimir a autodeterminação do país, destacando a ligação intrínseca entre a luta contra a intervenção imperialista e a defesa do direito à saúde.

"O Movimento Popular pela Saúde (PHM) e a ALAMES, que juntos representam centenas de coletivos sociais e de saúde, uniram-se aos apelos globais que condenam os ataques dos EUA à Venezuela e o sequestro do presidente Nicolás Maduro e de sua esposa, Cília Flores. Como muitas organizações progressistas em todo o mundo, as redes rejeitaram a alegação de que o bombardeio de Caracas pela administração Trump — que matou dezenas — fazia parte de uma operação antidrogas, alertando, em vez disso, que a agressão representa uma grave violação do direito internacional e exige uma resposta urgente em todos os níveis.

"Seu propósito é apropriar-se do petróleo, das terras e de outros abundantes recursos energéticos do país, transformar a Venezuela numa colônia e manter o domínio colonial e imperial na região", escreveram as organizações em uma declaração conjunta. Elas acrescentaram que a agressão estadunidense mais recente foi realizada com a intenção de sufocar "qualquer possibilidade de libertação nacional e da construção autônoma de processos sociais, políticos e econômicos progressistas que dignifiquem a vida de nossos povos, além de fortalecer a posição hegemônica dos EUA em sua disputa com a China na região."

"Temos confiança de que o povo venezuelano resistirá à intervenção militar imperial e a derrotará mais uma vez, como tem feito ao longo de sua história desde 1811, quando confrontou vitoriosamente o império colonial espanhol e contribuiu com seu sangue e liderança para a libertação de várias repúblicas na região", escreveram o PHM e a ALAMES.

Além do significado político mais amplo da resistência venezuelana ao imperialismo estadunidense, o PHM e a ALAMES também enfatizaram que a oposição à agressão militar e à ocupação — bem como a defesa da soberania e da autodeterminação — é inseparável da luta pela saúde. Essa ligação é particularmente evidente devido às transformações realizadas no sistema de saúde da Venezuela desde o governo de Hugo Chávez. Conforme descrito em edições anteriores do Global Health Watch do PHM, a saúde sob o chavismo foi posicionada como um direito social fundamental e uma responsabilidade central do Estado.

"A Revolução Bolivariana trouxe mudanças significativas a favor do povo venezuelano, especialmente os pobres", afirmou o Coordenador Global do PHM, Roman Vega, ao People's Health Dispatch. "Não apenas dentro do sistema de saúde, por meio de iniciativas como a estratégia abrangente de atenção primária Barrio Adentro, mas também através do processo de redistribuição de riqueza que melhorou as condições de vida e de trabalho e ampliou o acesso

aos serviços de saúde."

Essa visão persistiu ao longo dos anos, apesar de ter sido gravemente ameaçada pelas sanções dos EUA contra a Venezuela, acrescenta Vega. "Agora, essas conquistas correm o risco de serem ainda mais desmanteladas pela apropriação estadunidense dos recursos naturais do país, particularmente o petróleo, e pela imposição de um modelo colonial de controle que serviria aos interesses da oligarquia venezuelana e de um pequeno grupo das elites mais ricas do mundo."

Se a administração Trump tiver sucesso em seus planos, a Venezuela pode ter o mesmo destino do Haiti, Iraque, Líbia, Palestina e outros países onde os EUA e seus aliados realizaram intervenções militares, alerta Vega. "Por isso devemos nos organizar e mobilizar juntos para defender a Venezuela, assim como Colômbia, Cuba e México, que também foram ameaçados por Trump com intervenção militar caso não se submetam às demandas imperialistas", afirma. "Este é um momento de resistência unida pelos movimentos sociais em toda a América Latina e Caribe, e é exatamente isso que o PHM está promovendo junto a outras forças sociais e políticas na região."

A outra face do imperialismo são os cortes públicos - nacionais e internacionais, com países ao redor do globo seguindo diretrizes de saúde criadas nos centros de comando do mundo. Um [ano após os cortes da USAID](#), que seriam apenas um paro de 90 dias e se tornaram cortes concretos, sabemos que as medidas desmantelaram a assistência humanitária americana, resultando em graves consequências globais. Estima-se que os cortes podem causar até 700.000 mortes anuais, com projeções de 22,6 milhões de mortes evitáveis até 2030 — incluindo 5,4 milhões de crianças menores de cinco anos.

"Quando os EUA anunciaram sua política, o fizeram sob a bandeira de uma política externa "America First" e de eficiência imposta.

Rubio disse que os cortes poriam um fim a uma "era de ineficiência sancionada pelo governo".

As mudanças foram implementadas rapidamente, apesar de seus riscos projetados e da veemente oposição de muitos, incluindo Barack Obama, que a chamou de "um erro colossal".

Em março de 2025, apenas semanas após o desmantelamento, 86% dos programas de ajuda externa haviam sido encerrados e uma proporção similar de funcionários do departamento demitidos.

Notavelmente, o padrão dos cortes no último ano sugeriu que aqueles alinhados ou que serviam aos interesses da administração foram em grande parte poupados.

Enquanto isso, milhões de pessoas em países que não atendiam aos critérios dos EUA, independentemente da vulnerabilidade, tiveram suas linhas de vida cortadas.

Como resultado, alguns países se saíram muito melhor do que outros, enquanto milhões de pessoas vulneráveis ficaram sem apoio.

Os EUA assinaram um acordo doando US\$ 1,7 bilhão ao sistema de saúde do Quênia depois que o país liderou uma missão de paz da ONU no Haiti.

A Jordânia, um aliado próximo dos EUA que colabora regularmente com suas agências de inteligência, foi um dos poucos países a ter um projeto de infraestrutura hídrica reinstalado.

Em contraste, apesar das severas necessidades humanitárias, o Iêmen e o Afeganistão permaneceram amplamente excluídos da assistência.

## Milhões ficaram sem ajuda crítica

No Afeganistão, onde os EUA mantiveram uma presença militar por décadas até 2021, a desnutrição infantil atingiu seu nível mais alto em 25 anos, e 450 centros de saúde fecharam devido aos cortes na ajuda externa.

A Palestina Ocupada também não figura em nenhum plano de assistência externa, com o Presidente Donald Trump afirmando que a área será abordada sob seu plano de paz para Gaza.

Na Síria, onde 16 milhões de pessoas permanecem dependentes de ajuda humanitária, US\$ 237 milhões foram cortados. Embora as sanções dos EUA tenham sido suspensas em junho e parte da ajuda tenha sido, segundo relatos, reinstalada, agências de ajuda disseram que ainda não receberam os fundos.

O dinheiro da USAID ajudou a construir hospitais de campo que trataram civis durante a guerra da Síria.

No Iêmen, o CGD constatou que os cortes interromperam a assistência alimentar para 2,4 milhões de pessoas e pararam o cuidado nutricional para 100.000 crianças.

As mulheres foram desproporcionalmente afetadas. Muitos dos serviços obstétricos de emergência do Iêmen dependiam de financiamento do governo dos EUA através do Fundo de População da ONU.

Quando os cortes foram implementados, 1,5 milhão de mulheres perderam abruptamente o acesso aos serviços e 300.000 ficaram sem prevenção e tratamento para violência de gênero.

Enquanto isso, apesar de ser a maior crise humanitária do mundo, os 30 milhões de pessoas do Sudão também foram excluídos da assistência externa dos EUA.

A súbita remoção do apoio externo levou ao fechamento de mais de 1.700 cozinhas comunitárias, afetando quase três milhões de pessoas."

---

# A voz do Sul Global

The Voice of the Global South

La voz del Sur Global<sup>1</sup>

*Regina Ungerer e Erica Kastrup*

**Resumo:** Este informe analisa os principais movimentos e iniciativas das instituições representativas do Sul Global, Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC), G-77 e a China, o Movimento dos Países Não Alinhados (MNA) e o Centro Sul, no período entre dezembro de 2025 e janeiro de 2026. Esse conjunto de instituições e a análise do perfil de sua atuação expressam as vozes, prioridades e estratégias dos países em desenvolvimento no sistema internacional. Nesse ecossistema de governança global, o informe também apresenta a atuação do Brasil na cooperação Sul-Sul, com destaque para o papel da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), bem como a contribuição da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) como instituição estratégica do Estado brasileiro e ator relevante da diplomacia da saúde.

**Palavras Chave:** Acordo de Pandemias, PABSul global; Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul.

**Abstract:** *This report analyses the key movements and initiatives of the institutions representing the Global South, the United Nations Office for South-South Cooperation (UNOSSC), the G-77 and China, the Non-Aligned Movement (NAM), and the South Centre, during the period between December 2025 and January 2026. This set of institutions and the analysis of their actions express the voices, priorities, and strategies of developing countries within the international system. Within this global governance ecosystem, the report also presents Brazil's performance in South-South cooperation, highlighting the role of the Brazilian Cooperation Agency (ABC), as well as the contribution of the Oswaldo Cruz Foundation (Fiocruz) as a strategic institution of the Brazilian State and a relevant actor in health diplomacy.*

**Keywords:** *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. Centro Sul.*

**Resumen:** *Este informe analiza los principales movimientos e iniciativas de las instituciones representativas del Sur Global, la Oficina de las Naciones Unidas para la Cooperación Sur-Sur (UNOSSC), el G-77 y China, el Movimiento de Países No Alineados (MNA) y el Centro Sur, en el período comprendido entre diciembre de 2025 y enero de 2026. Este conjunto de instituciones*

---

1. Nota metodológica: O presente trabalho contou com o apoio de ferramentas digitais de assistência à redação e organização textual. A pesquisa, a seleção das fontes, as análises e as interpretações apresentadas são de inteira responsabilidade das autoras.

y el análisis del perfil de su actuación expresan las voces, prioridades y estrategias de los países en desarrollo en el sistema internacional. En este ecosistema de gobernanza global, el informe también presenta la actuación de Brasil en la cooperación Sur-Sur, destacando el papel de la Agencia Brasileña de Cooperación (ABC), así como la contribución de la Fundación Oswaldo Cruz (Fiocruz) como institución estratégica del Estado brasileño y actor relevante de la diplomacia de la salud.

**Palabras clave:** Cooperación Sur-Sur. ONUSC. G-77 y China. Movimiento de Países No Alineados. Centro Sur.

## Introdução

Este informe examina a atuação de instituições centrais para a articulação política e estratégica do Sul Global, como o Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC), o G-77 e a China, o Movimento dos Países Não Alinhados (MNA), e o Centro Sul, conhecidos como espaços privilegiados de expressão das prioridades, demandas e posições dos países em desenvolvimento (Sul Global) no sistema internacional.

Esta análise permite identificar agendas convergentes em torno de temas como desenvolvimento, equidade, reforma da governança global e cooperação Sul-Sul, cujos desdobramentos devem ser compreendidos à luz de dinâmicas geopolíticas mais amplas, incluindo a intensificação de disputas entre grandes potências, crises humanitárias persistentes e transformações nos regimes multilaterais.

A análise do Sul Global deve considerar o cenário geopolítico atual, marcado por desigualdades estruturais, pela ascensão da extrema direita, por conflitos armados e pela crise do multilateralismo. Esse panorama é fundamental para compreender as dinâmicas da saúde global e da diplomacia da saúde.

Considera-se também a atuação do Brasil e da Fiocruz, cujo alinhamento à agenda do Sul Global é uma estratégia central da política externa nacional.

Neste primeiro número de 2026, dos Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde, as autoras realizaram um exercício analítico de projeção para 2026, buscando antecipar tendências, desafios e oportunidades que deverão moldar a agenda internacional do Sul Global no campo da saúde e da cooperação internacional.

## Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O UNOSSC promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. Atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

## Perspectivas do UNOSSC para 2026

O ano de 2026 marcará uma inflexão estratégica para o UNOSSC, com a implementação de seu novo Quadro Estratégico 2026–2029. O UNOSSC buscará se consolidar como um catalisador de inovação, priorizando a transformação digital, o fortalecimento da autossuficiência do Sul Global e a construção de uma ampla aliança multisetorial capaz de redefinir os paradigmas tradicionais da cooperação internacional. Para isso, o Escritório passará por um realinhamento institucional, concentrando suas ações em quatro capacidades centrais: convocação global, gestão estratégica, liderança de pensamento e financiamento catalisador.

Entre as prioridades operacionais estarão a integração digital e a governança da inteligência artificial, sendo que o objetivo central do UNOSSC será construir uma aliança de múltiplas partes interessadas, que possa contribuir para mudanças no paradigma da cooperação. Em nível nacional, o UNOSSC deverá apoiar Equipes de País da ONU na incorporação da Cooperação Sul-Sul em seus ciclos de planejamento do desenvolvimento.

Um marco central de 2026 será a consolidação da iniciativa Reset de Accra. Lançada pelo presidente de Gana oficialmente no final de 2025 e consolidada em janeiro de 2026, com o objetivo de reformar a forma como o desenvolvimento, a saúde e o financiamento ocorrem no Sul Global. A iniciativa propõe um rompimento com o modelo tradicional de “ajuda externa” e dependência de doadores do Norte, com 4 pilares centrais.

1. O Fim da “Tripla Dependência”
2. A Saúde como “Prova de Conceito”
3. Financiamento e o “Clube de Accra”
4. Estrutura de Governança

Adotado pelo UNOSSC como pilar de seu novo Quadro Estratégico, o Reset de Accra propõe o enfrentamento da “tripla dependência” (geopolítica, financeira e produtiva); a saúde como área prioritária de soberania, com ênfase na produção local de vacinas e medicamentos; a criação de novos mecanismos de financiamento, incluindo a repatriação de capitais e o chamado “Clube de Accra”; e uma estrutura de governança robusta, com secretariado, conselho presidencial e um círculo de lideranças experientes.

Para a ONU, o Reset de Accra representa uma aplicação concreta da Cooperação Sul-Sul como instrumento de negociação em condições mais equitativas no sistema internacional com o objetivo de reformar a forma como o desenvolvimento, a saúde e o financiamento ocorrem no Sul Global.

Ao longo de 2026, o UNOSSC participará e organizará diversos fóruns estratégicos, como o Fórum do ECOSOC sobre Financiamento para o Desenvolvimento, o Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação, o Fórum Político de Alto Nível sobre os ODS, a Assembleia Geral da ONU e a COP31, além de eventos temáticos sobre inteligência artificial, cooperação hídrica e financiamento climático.

Na América Latina e no Caribe, o UNOSSC concentrará esforços em transformar o potencial dos recursos naturais em desenvolvimento sustentável, fortalecer a integração digital e promover o chamado “regionalismo funcional”, no qual a Cooperação Sul-Sul assume caráter operacional. As prioridades incluem a transição energética e os minerais críticos (com destaque para o Triângulo do Lítio), a segurança alimentar e adaptação climática da agricultura familiar, a redução das desigualdades e a governança regional da inteligência artificial. A região é vista

como estratégica em 2026, em função de seu papel na transição energética global e da liderança do Uruguai no G-77 e no Mercosul.

Nesse cenário, o Brasil mantém papel central como hub regional de conhecimento, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), com expectativa de liderança em projetos de cooperação triangular, especialmente nas áreas de saúde e segurança alimentar, atuando como ponte entre o UNOSSC e os países da região.

É importante ainda ressaltar a possibilidade do protagonismo da Fiocruz na cooperação em saúde no Sul global dado que uma agenda central para o Reset de Accra tem como um dos eixos centrais promover a soberania sanitária no Sul global por meio da produção local de medicamentos e vacinas.

## Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD), Nairóbi (UNEP), Paris (UNESCO), Roma (FAO/IFAD), Viena (UNIDO) e Washington (G-24).

Em 2026, o Uruguai assumiu a presidência pró-tempore, sucedendo o Iraque, que ocupou o cargo em 2025. Essa rotação segue o princípio geográfico do grupo, já que 2026 marca a vez do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC) liderar a coalizão.

## Prioridades políticas, disputas estruturais e o Uruguai na presidência

### Prioridades políticas, disputas estruturais e o Uruguai na presidência

O conjunto de declarações proferidas entre dezembro de 2025 e fevereiro de 2026 pelo G-77 e a China refletiram o posicionamento do Grupo diante de um sistema internacional marcado por crises simultâneas e sobrepostas, crises econômicas, climáticas, geopolíticas e institucionais. Sob a transição da presidência do Iraque (2025) para o Uruguai (2026), o Grupo reafirmou seus princípios fundamentais, tendo o desenvolvimento como eixo fundamental da ação multilateral e posicionando-se de forma crítica frente aos processos de reforma da ONU, à arquitetura financeira internacional e à governança das novas tecnologias.

2. UNCTAD - Comércio de Desenvolvimento da ONU
3. UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
4. UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
5. FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
6. UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
7. G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

Ao longo das diferentes instâncias, AGNU, ECOSOC, comissões técnicas e conselhos executivos, o G-77 e a China reiteraram e continuarão a fazê-lo, destacando que os déficits estruturais enfrentados pelos países em desenvolvimento não decorrem de falhas internas isoladas, mas de assimetrias persistentes no acesso a financiamento, tecnologia, dados e poder decisório. Nesse contexto, o ano de 2026 foi apresentado como um momento decisivo para redefinir as bases do multilateralismo, evitando que reformas administrativas e narrativas de eficiência obscureçam o mandato central da ONU que é promover desenvolvimento sustentável, justiça social e dignidade humana.

Perspectivas do Grupo nos mais diversos espaços de diálogo nas relações internacionais:

## **Desenvolvimento como prioridade política: uma resposta às crises interconectadas**

Em praticamente todas as declarações do G-77 e a China, o grupo afirmou que o desenvolvimento não pode ser tratado como um tema residual ou técnico dentro da ONU. Pelo contrário, deve ser tomado como condição necessária para a paz, a estabilidade global e a prevenção de conflitos. A persistência da pobreza multidimensional, da fome, do endividamento crescente e das desigualdades internas e internacionais foram apontadas como evidência de que os compromissos assumidos desde o Consenso de Copenhague (1995) até a Cúpula de Doha (2025) ainda não se traduziram em resultados concretos.

O Grupo vem demonstrando preocupação com o progressivo distanciamento das metas da Agenda 2030, alertando que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) se tornam inalcançáveis sem meios reais de implementação. A crítica central recai sobre a insuficiência de financiamento previsível, a retração dos recursos centrais das agências da ONU e a falta de transferência efetiva de tecnologia. Nesse sentido, o G-77 rejeita narrativas que responsabilizam exclusivamente os países em desenvolvimento pelos atrasos na Agenda 2030, destacando o impacto das crises financeiras globais, das sanções unilaterais e das assimetrias comerciais.

## **Reforma da ONU e a iniciativa ONU80: cautela, soberania e liderança intergovernamental**

A iniciativa ONU80 ocupa lugar central no posicionamento do G-77 e da China. Embora o Grupo reconheça a necessidade de modernizar as Nações Unidas para torná-la mais eficiente e responsiva, há uma preocupação constante de que reformas administrativas sejam utilizadas para concentrar poder no secretariado, enfraquecer mandatos de desenvolvimento ou reduzir a centralidade dos Estados-membros.

As declarações do Grupo deixam claro que qualquer processo de simplificação institucional deve ser conduzido de forma transparente, com base em dados, análises de custo-benefício e consentimento unânime. O Grupo tem demonstrado ceticismo quanto à criação de novos grupos de trabalho e mecanismos paralelos que possam gerar duplicação de funções ou excluir delegações menores. Termos vagos como “flexibilidade” e “padronização” foram duramente criticados por seu potencial de erosão da soberania nacional.

No debate sobre a possível fusão entre o PNUD e o UNOPS, o G-77 defendeu uma abordagem cautelosa, liderada pelos Estados-membros, que preserve os mandatos específicos e não comprometa a entrega de resultados em campo. A queda crônica dos recursos básicos (core resources) foi apontada como um dos maiores riscos à eficácia do sistema de desenvolvimento da ONU, reforçando o argumento de que desenvolvimento deve ser tratado como investimento estratégico, e não como custo orçamentário.

## Arquitetura financeira internacional: dívida, financiamento e justiça econômica

A reforma da arquitetura financeira internacional tem sido um dos eixos mais consistentes do discurso do G-77 e da China. O Grupo denuncia a inadequação das atuais estruturas do FMI, Banco Mundial e bancos multilaterais de desenvolvimento para responder às necessidades do Sul Global, especialmente de países de renda média em transição. A dependência excessiva do PIB como critério de elegibilidade tem sido criticada por invisibilizar vulnerabilidades sociais, climáticas e estruturais.

Entre as demandas recorrentes em sua agenda estão o aumento da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA), a ampliação do financiamento concessional de longo prazo, a realocação de Direitos Especiais de Saque (SDRs) e a criação de mecanismos mais justos de reestruturação da dívida soberana. O Grupo também alertou para os impactos negativos das medidas coercitivas unilaterais, classificadas como ilegais e incompatíveis com o direito ao desenvolvimento.

No âmbito orçamentário da ONU, o G-77 tem demonstrado uma atuação coesa no 5º Comitê, destacando conquistas como a manutenção de recursos para a UNRWA e a defesa do financiamento estável para tribunais internacionais, como os casos de Serra Leoa e Camboja. Essas posições reforçam a visão de que a justiça internacional e a memória histórica são bens públicos globais que não podem depender exclusivamente de contribuições voluntárias.

## Tecnologia, dados e inteligência artificial: entre oportunidade e risco de exclusão

transformação digital e a governança da inteligência artificial aparecem como um novo campo de conflito. O G-77 e a China reconhecem o potencial das tecnologias emergentes, como IA, big data e computação em nuvem, para acelerar a transformação estrutural, melhorar sistemas de saúde e educação e apoiar o cumprimento dos ODS. No entanto, frequentemente alertam que, sem governança inclusiva, essas tecnologias podem aprofundar o fosso digital e reproduzir desigualdades históricas.

As declarações enfatizam a enorme disparidade de capacidades técnicas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento no uso de ferramentas avançadas de análise de dados e fiscalização financeira. O Grupo defende, sempre, investimentos sustentados em capacitação, transferência de tecnologia e perícia digital, acompanhados de salvaguardas que garantam soberania de dados, devido processo legal e proteção contra usos indevidos.

No campo da integridade financeira, o uso de dados e IA é visto como essencial para combater fluxos financeiros ilícitos, corrupção e evasão fiscal, desde que haja coordenação efetiva entre autoridades nacionais e cooperação internacional simplificada. O objetivo final dessas capacidades deve ser a recuperação e repatriação de ativos ilícitos, e não o fortalecimento de mecanismos assimétricos de vigilância global.

## Saúde, proteção social e justiça social como fundamentos do desenvolvimento

As declarações do Grupo relativas à Comissão para o Desenvolvimento Social e à reunião de alto nível sobre Doenças Não Transmissíveis (DNTs) reforçaram a centralidade da saúde e da proteção social na agenda do G-77. O Grupo lamentou a exclusão, em documentos finais, de referências ao acesso irrestrito a insumos de saúde, à equidade tecnológica e ao financiamento adequado, lacunas associadas às experiências traumáticas da pandemia de Covid-19.

A justiça social tem sido considerada como inseparável do desenvolvimento sustentável. O combate ao racismo, à discriminação, à desigualdade de gênero e à exclusão de populações vulnerabilizadas tem sido tratado não apenas como questão moral, mas como estratégia de crescimento econômico e estabilidade social. A cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular tem sido reiterada como instrumento indispensável para cumprir a promessa de “não deixar ninguém para trás”.

## A transição de liderança: continuidade estratégica entre Iraque e Uruguai

A comparação entre as presidências do Iraque (2025) e do Uruguai (2026) revela continuidades e especificidades de cada país no exercício da liderança. Ambos os países compartilham a visão de que a coesão do Sul Global é condição necessária para enfrentar um sistema internacional em crise.

Enquanto o Iraque enfatizou a mobilização de recursos, o combate a fluxos ilícitos e a consolidação da Agenda 2030, o Uruguai deverá ampliar essa agenda ao questionar métricas tradicionais de desenvolvimento e propor novas abordagens para países de renda média.

A transição é descrita como fluida, com manutenção dos princípios das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, do multilateralismo inclusivo e da apropriação nacional dos

8. O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU
9. Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA)
10. A menção refere-se à defesa de financiamento previsível e estável para tribunais internacionais com modelos híbridos ou ad hoc, como o Tribunal Especial para Serra Leoa, que julgou crimes cometidos durante a guerra civil (1991-2002), e as Câmaras Extraordinárias nos Tribunais do Camboja (ECCC), responsáveis por julgar os crimes do regime do Khmer Vermelho. Em ambos os casos, a dependência de contribuições voluntárias gerou instabilidade financeira, afetando a continuidade e a eficiência dos trabalhos judiciais.

processos de desenvolvimento. A tecnologia será uma área de continuidade e aprofundamento, passando de um tema emergente em 2025 para prioridade estratégica em 2026.

## O Uruguai em 2026

Ao assumir simultaneamente a presidência do G-77 + China e do MERCOSUL, o Uruguai ocupará uma posição singular de articulação entre agendas regionais e globais. Sua tradição diplomática, marcada por pragmatismo, estabilidade institucional e respeito ao direito internacional, sustenta a ambição de atuar como mediador técnico em um cenário de polarização entre grandes potências.

O país se propõe a liderar uma agenda de “desenvolvimento em transição”, defendendo indicadores que vão além do PIB e políticas que reconheçam vulnerabilidades multidimensionais. Entre os projetos emblemáticos estão a promoção de títulos soberanos atrelados a metas ambientais, a liderança em energias renováveis e hidrogênio verde, a governança responsável da inteligência artificial e a cooperação em gestão de recursos hídricos.

Ao equilibrar aproximação com a China e manutenção de padrões ocidentais, o Uruguai buscará demonstrar que é possível transformar soft power em resultados concretos.

Sua presidência pretende converter a retórica política em acordos de cooperação técnica e financeira que fortaleçam a autonomia do Sul Global, preservando a ONU como o fórum central para soluções multilaterais no século XXI.

### Movimento dos Países Não Alinhados (MNA)

O Movimento dos Países Não Alinhados, criado em 1961, constitui a maior coligação de Estados após as Nações Unidas, reunindo atualmente 121 países membros, além de Estados e organizações com status de observador. Seu trabalho é coordenado a partir da ONU, por meio do Gabinete de Coordenação e de grupos de trabalho temáticos. Entre 2024 e 2027, a presidência pro tempore do Movimento é exercida por Uganda, sob a liderança do presidente Yoweri Museveni, cuja representação junto às Nações Unidas atua em nome da presidência do MNA.

Em 2026, as perspectivas do MNA deverão ser fortemente influenciadas pela continuidade da liderança de Uganda, em um contexto marcado pela reeleição do presidente Yoweri Museveni para um sétimo mandato. Essa continuidade assegura estabilidade institucional e a manutenção das prioridades definidas desde 2024, especialmente nas áreas de saúde global, ciência e tecnologia.

Ao mesmo tempo, o processo eleitoral no país, tem sido fortemente criticado por restrições à oposição e à liberdade de expressão. Isso impõe desafios de legitimidade que poderá gerar tensões diplomáticas com alguns membros e com países do Norte Global.

Sob a presidência de Uganda, o MNA tende a reforçar uma postura de “não alinhamento ativo”, buscando preservar a autonomia estratégica do Sul Global diante da intensificação das rivalidades entre grandes potências.

Em 2026, o Movimento deverá manter sua atuação em defesa da reforma do Conselho de Segurança da ONU, criticar a seletividade na aplicação do direito internacional em conflitos como Gaza e Ucrânia e promover a redução da dependência do dólar, por meio do fortalecimento do comércio e dos mecanismos financeiros Sul-Sul.

Entre as pautas prioritárias do MNA para 2026 se destacam a reestruturação da dívida externa dos países em desenvolvimento, o enfrentamento das crises humanitárias, com ênfase na responsabilidade compartilhada pelo financiamento da assistência a refugiados e a diplomacia da saúde. Em relação a este tema, o MNA, em articulação com o Centro Sul, deverá atuar na Assembleia Mundial da Saúde para defender a inclusão de mecanismos obrigatórios de compartilhamento de tecnologias no Tratado de Pandemias.

Adicionalmente, o MNA buscará evitar que a competição tecnológica entre Estados Unidos e China force alinhamentos políticos, promovendo a transferência de tecnologias estratégicas, como inteligência artificial, sem condicionantes geopolíticos.

Já o **Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)**, criado em 2021, deverá se consolidar em 2026 como uma plataforma representativa dos jovens do Sul Global. Fortalecidos pelos desdobramentos da Cúpula de Kampala (2024) e pelas discussões sobre a reforma do sistema multilateral, o NAMYO busca superar o papel meramente consultivo e tornar-se um ator operacional, com foco na soberania tecnológica, na justiça climática e na ampliação da participação jovem nos processos decisórios da ONU.

Seu principal desafio será manter a coesão interna diante da crescente polarização internacional, afirmando-se como uma alternativa jovem à lógica da Nova Guerra Fria, orientada pela dignidade humana, pelo desenvolvimento equitativo e pela cooperação Sul-Sul.

## O Centro Sul: produção e perspectivas para 2026

O Centro Sul é uma organização intergovernamental composta por países em desenvolvimento, criada em 1995 e sediada em Genebra, que atua como um think tank de reflexão estratégica e ação política em prol dos interesses do Sul Global. O Centro Sul é o sucessor direto da Comissão do Sul e tem como missão central fortalecer a cooperação Sul-Sul, apoiar a formulação de políticas públicas e ampliar a capacidade dos países em desenvolvimento de participarem de forma qualificada e coordenada nos principais processos de negociação internacional relacionados ao desenvolvimento sustentável e à consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Ao longo de seus 30 anos de existência, celebrados em 2025, o Centro Sul consolidou-se como um espaço técnico-político de produção de conhecimento aplicado, assistência técnica e capacitação, promovendo a unidade política do Sul Global sem desconsiderar a diversidade de interesses, níveis de desenvolvimento e prioridades nacionais de seus membros. Sua atuação combina pesquisa orientada a políticas públicas, apoio direto a negociadores, produção de análises jurídicas e econômicas e articulação entre países em desenvolvimento em fóruns multilaterais centrais.

Temas tratados pelo Centro Sul no período.

## Biodiversidade, Conhecimento Tradicional e Repartição de Benefícios

No âmbito da série comemorativa do seu 30º aniversário, o Centro Sul destacou seu papel histórico no apoio à construção de regras multilaterais voltadas ao compartilhamento justo e equitativo dos benefícios derivados do uso da biodiversidade e da diversidade genética, tema abordado por Viviana Muñoz Téllez na publicação 30 anos apoiando o avanço de regras multi-

laterais para o compartilhamento justo e equitativo dos benefícios decorrentes da utilização da diversidade biológica. Para saber mais, [clique aqui](#).

O documento aponta que sob instrumentos como a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura (ITPGRFA) e o recente Acordo BBNJ sobre biodiversidade marinha em áreas além da jurisdição nacional, os países assumiram compromissos de conservação, uso sustentável e repartição de benefícios associados aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais.

Como um ator relevante nessa temática, o Centro Sul apoia os países em desenvolvimento na defesa de seus interesses comuns no que se refere a esses regimes, promovendo coerência entre negociações conduzidas em fóruns distintos, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), União Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Organização Mundial do Comércio (OMC), e contribuindo para evitar assimetrias regulatórias que fragilizem a soberania dos países do Sul sobre seus recursos naturais e genéticos.

## Acesso a Medicamentos, Propriedade Intelectual e Direitos Humanos

Outro eixo central da atuação do Centro Sul refere-se à interface entre direitos humanos, propriedade intelectual e acesso a medicamentos. Análise de Nirmalya Syam. Para saber mais, [clique aqui](#).

O artigo revisita quase duas décadas de resoluções do Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre o direito à saúde e o uso das flexibilidades do Acordo TRIPS. Uma conclusão da publicação é que, embora essas resoluções tenham consolidado o acesso a medicamentos como componente essencial do direito à saúde, seus impactos práticos têm sido limitados.

O estudo aponta que a natureza não vinculante das resoluções, somada a pressões políticas de países desenvolvidos, cláusulas restritivas de propriedade intelectual e limitações técnicas de produção local, impede avanços estruturais. Ademais, resoluções mais recentes acabam por reafirmar a proteção da propriedade intelectual, diluindo o apoio explícito ao uso das flexibilidades do TRIPS.

O Centro Sul defende, nesse contexto, mandatos mais robustos no âmbito da Revisão Periódica Universal, maior assistência técnica aos países em desenvolvimento e monitoramento sistemático da implementação das flexibilidades comerciais.

## Equidade em Saúde e Governança Global

A equidade em saúde constitui outro pilar conceitual da agenda do Centro Sul. Sob essa temática, Carlos Correa analisa o crescente reconhecimento da equidade como princípio estruturante da governança global da saúde, ancorado no direito humano à saúde conforme o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. O documento destaca resoluções da Assembleia Geral da ONU (AGNU) e marcos normativos da OMS, apontando oportunidades e desafios para os países em desenvolvimento, especialmente no que se refere à promoção da saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos.

Esses debates ganham força em análises nacionais e regionais, como os estudos sobre o Sri Lanka, Angola e Brasil, que evidenciam tanto avanços históricos como sistemas universais e

políticas de atenção primária, quanto desafios persistentes relacionados ao subfinanciamento, desigualdades territoriais, migração de profissionais de saúde e impactos de crises econômicas.

## **Pandemias, Soberania Sanitária e Acesso a Patógenos**

A diplomacia da saúde e a preparação para pandemias ocupam posição central na agenda recente do Centro Sul. Relatórios críticos analisam propostas como o Memorando de Entendimento do PEPFAR, alertando para riscos à soberania sanitária dos países africanos no contexto das negociações do sistema multilateral de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS) no âmbito do futuro Acordo de Pandemias da OMS. Por meio do relatório intitulado [O Acordo Bilateral de Compartilhamento de Amostras dos EUA nos Memorandos de Entendimento Propostos do PEPFAR Deixaria os Países Africanos Mais Vulneráveis na Próxima Pandemia](#), o Centro Sul recomenda uma resposta regional coordenada e rejeita acordos bilaterais que fragilizem posições coletivas do Sul Global.

Nesse sentido, destaca-se a atuação conjunta do Grupo África e do Grupo pela Equidade, representando cerca de 80 países em desenvolvimento, que defendem um sistema PABS juridicamente vinculante, baseado em contratos padronizados que condicionem o acesso a patógenos e dados genéticos à repartição justa de benefícios, incluindo vacinas, diagnósticos e tecnologias.

## **Notícias do Sul**

Esta seção reúne notícias, informes e relatos factuais recentes sobre eventos, decisões judiciais, processos de negociação e iniciativas relevantes para os países em desenvolvimento, acompanhados e analisados pelo Centro Sul. Diferentemente dos artigos analíticos e dos resumos de políticas, os textos a seguir têm caráter informativo, voltado ao acompanhamento da conjuntura internacional e dos principais debates multilaterais de interesse do Sul Global. Tais notícias estão aqui agregadas por temáticas.

## **Propriedade Intelectual, Economia Digital e Direitos Autorais**

No campo da propriedade intelectual e da economia digital, o Centro Sul acompanha de perto os debates na Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), como evidenciado na análise da 47ª sessão do Comitê Permanente de Direitos Autorais e Direitos Conexos. A sessão revelou tensões entre países desenvolvidos e em desenvolvimento quanto às prioridades da agenda, com o Sul Global, incluindo o Brasil, criticando a centralidade prolongada do tratado de radiodifusão em detrimento de temas emergentes, como inteligência artificial, remuneração digital e transparência no uso de conteúdos por IAs generativas.

O Centro Sul apoiou as abordagens que promovem maior equilíbrio no regime internacional de direitos autorais, defendendo instrumentos que garantam remuneração justa aos criadores do Sul Global, bem como limitações e exceções que facilitem o acesso à educação, pesquisa e preservação do patrimônio cultural.

## **Judicialização da Saúde e Sustentabilidade dos Sistemas**

A análise sobre a judicialização da saúde na Argentina ilustrou desafios comuns a diversos países em desenvolvimento. O aumento do número de decisões judiciais envolvendo tecnologias de alto custo e eficácia limitada tensiona a sustentabilidade dos sistemas de saúde, colocando em conflito direitos individuais, critérios de custo-efetividade, equidade de acesso e alocação racional de recursos. O Centro Sul contribuiu para esse debate ao promover abordagens interdisciplinares que conciliem as dimensões jurídica, clínica, econômica e bioética.

## Resistência Antimicrobiana e Abordagem Uma Só Saúde

A resistência antimicrobiana (RAM) constitui outro eixo estratégico, com o Centro Sul apoiando campanhas de conscientização lideradas por organizações da sociedade civil na África e na Ásia, no âmbito da Semana Mundial de Conscientização sobre a RAM. As iniciativas adotaram a abordagem Uma Só Saúde (One Health), integrando saúde humana, animal e ambiental, e buscaram promover mudanças comportamentais em nível comunitário, alinhadas aos compromissos assumidos na Reunião de Alto Nível da ONU sobre RAM.

## Considerações finais sobre as perspectivas estratégicas do Centro Sul para 2026

Para 2026, o Centro Sul inicia um novo Programa Temático Estratégico (2026–2028) estruturado em três pilares: soberania econômica, justiça climática e reforma da governança global. A diplomacia da saúde seguirá como área prioritária, com foco no Acordo de Pandemias, no sistema PABS e na implementação dos compromissos sobre resistência antimicrobiana. Paralelamente, o fortalecimento da Cooperação Sul-Sul será aprofundado por meio da parceria renovada com o UNOSSC e do apoio técnico contínuo ao G-77 + China.

Na economia digital e na governança da inteligência artificial, o Centro Sul buscará evitar que os países em desenvolvimento se tornem meros exportadores de dados e importadores de tecnologia, defendendo o direito à industrialização digital, à transferência de tecnologia e à construção de capacidades endógenas.

Em síntese, o Centro Sul projeta para 2026 uma agenda marcada pela “resistência proativa”, voltada à formulação de novos modelos de desenvolvimento que reduzam a dependência estrutural do Norte Global e ampliem a autonomia política, econômica e tecnológica do Sul Global em um cenário internacional cada vez mais fragmentado e desigual.

### O Brasil na Cooperação Sul-Sul

A cooperação internacional do Brasil com países do Sul Global é coordenada, em grande parte, pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE). A ABC é responsável pelo planejamento, coordenação, implementação e avaliação de iniciativas de cooperação técnica e humanitária, abrangendo setores estratégicos como saúde, agricultura, educação, justiça, segurança, recursos hídricos e desenvolvimento social. A cooperação brasileira caracteriza-se pela valorização de políticas públicas nacionais consideradas bem-sucedidas e pela resposta a demandas formalmente apresentadas pelos países parceiros, em consonância com as diretrizes da política externa do país.

Nesse ecossistema, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) desempenha papel central como instituição estratégica de ciência e tecnologia em saúde vinculada ao Ministério da Saúde. A Fiocruz atua tanto por meio de projetos estruturados no âmbito da ABC quanto por meio de suas próprias parcerias internacionais, consolidando-se como um importante vetor da diplomacia da saúde brasileira e da cooperação Sul-Sul estruturante.

No plano bilateral, destacam-se iniciativas recentes com países africanos, latino-americanos e europeus. Em fevereiro de 2026, Brasil e Cabo Verde reforçaram sua cooperação por meio da assinatura de um programa integrado de cooperação técnica, voltado ao fortalecimento da capacidade institucional em regulação sanitária e propriedade intelectual, além da celebração de um Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI).

O encontro ministerial, entre os dois países, também abordou os preparativos para a 9ª Reunião Ministerial da ZOPACAS, reafirmando a importância do Atlântico Sul como espaço de cooperação e segurança.

ZOPACAS é a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul e é um fórum inter-regional criado em 1986, por iniciativa do Brasil e via resolução da ONU.

A 9ª Reunião Ministerial da ZOPACAS é um encontro de alto nível diplomático previsto para ser realizado no Brasil em 2026. Este evento reunirá representantes dos 24 países membros para discutir temas estratégicos de segurança, defesa e desenvolvimento no Atlântico Sul.

Destaque também do Brasil foi a cooperação brasileira com o Haiti com o lançamento em dezembro de 2025, de um documentário que marcou 15 anos de apoio ao fortalecimento do sistema de saúde haitiano, sob a lógica da Cooperação Sul-Sul. Coordenada pela ABC em parceria com o PNUD, a iniciativa evidenciou ações voltadas à formação de profissionais, fortalecimento da gestão e reconstrução de infraestrutura hospitalar, com participação ativa da Fiocruz desde 2010.

No âmbito da cooperação com parceiros tradicionais, Brasil e Portugal realizaram, em dezembro de 2025, a IV Reunião do Mecanismo Regular de Coordenação em Cooperação Internacional. O encontro consolidou agendas bilaterais e trilaterais em áreas como saúde, educação, inovação, igualdade de gênero, agricultura familiar, meio ambiente e digitalização, além de discutir possibilidades de atuação conjunta em terceiros países, no marco da CPLP e da SEGIB.

Fortalecida também a cooperação técnica e humanitária com países vizinhos. Entre dezembro de 2025 e janeiro de 2026, uma missão multidisciplinar brasileira esteve na Guiana para estruturar um novo programa de cooperação bilateral (2025–2027), envolvendo temas como telemedicina, capacitação policial, combate ao crime transnacional, defesa civil e agricultura sustentável. No mesmo período, o Brasil realizou a doação de insumos médicos à Venezuela, atendendo a solicitações para o fortalecimento do atendimento a pacientes renais e ampliando o apoio humanitário regional em saúde.

Na África Austral, o Brasil avançou na cooperação em cotonicultura familiar com a Zâmbia e o Zimbábue, por meio de capacitações técnicas, unidades demonstrativas e metodologias participativas de extensão rural. Essa agenda dá continuidade a iniciativas iniciadas no final dos anos 2000 com países do grupo Cotton-4, voltadas não apenas ao aumento da produtividade, mas também à segurança alimentar, à geração de renda e ao desenvolvimento sustentável, com atenção à inclusão de mulheres e jovens.

No campo específico da cooperação em saúde, a Fiocruz firmou, em fevereiro de 2026, em Angola, um projeto voltado ao fortalecimento da vigilância e da resposta à mortalidade materna, infantil e fetal. Desenvolvido em parceria com os ministérios da Saúde do Brasil e de Angola, a ABC e o Fundo de População das Nações Unidas (FUNFPA), o projeto prevê ações de capacitação técnica, melhoria da qualidade da informação em saúde, fortalecimento da governança e apoio à tomada de decisão baseada em evidências. Trata-se de uma iniciativa que integra um conjunto mais amplo de projetos estruturantes da Fiocruz no país africano.

Adicionalmente, a Fiocruz iniciou tratativas com a representação da Opas/OMS na Venezuela para a celebração de um acordo de cooperação técnica e científica, com foco no apoio à reconstrução do Sistema Público Nacional de Saúde venezuelano, envolvendo instituições científicas e autoridades governamentais locais.

No período entre dezembro de 2025 e fevereiro de 2026, as ações de cooperação internacional do Brasil evidenciaram uma agenda diversificada e articulada, combinando missões técnicas,

projetos de desenvolvimento sustentável, cooperação em saúde e coordenação com parceiros históricos e países do Sul Global.

Essa atuação reflete o compromisso do Brasil com a promoção do desenvolvimento internacional como dimensão estratégica de sua política externa. Para dar transparência a esse conjunto de iniciativas, a ABC mantém o Observatório da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, plataforma digital lançada em janeiro de 2026, que já registra elevado interesse público e institucional, reforçando o papel da cooperação como política de Estado.

---

# Make G20 Great Again: retorno à ortodoxia e o fim do ciclo do Sul Global. Desafios e Perspectivas do G7 na Transição da Presidência Canadense para a Francesa. Desigualdades Socioeconômicas Estruturais e Saúde são priorizadas na agenda de discussão da OCDE

Make G20 Great Again: a return to orthodoxy and the end of the Global South cycle. Challenges and Prospects of the G7 in the Transition from the Canadian to the French Presidency. Structural Socioeconomic Inequalities and Health are prioritized on the OECD's discussion agenda.

*Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephano, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar*

**Abstract:** G20 - The article analyzes the start of the US presidency of the G20 in December 2025 and examines the new and brief agenda released at the first Sherpa meeting in Washington.

G7 - This article analyzes the challenges and prospects of the G7 in the context of the transition from the Canadian presidency in 2025 to the French presidency in 2026, amid a scenario marked by the erosion of multilateralism, geopolitical tensions, and a contraction in international financing. It then discusses the agenda proposed by France, which seeks to revitalize the role of the G7 as a forum for political coordination and highlights expectations regarding French leadership in global health.

OCDE - The OECD's highlights include the publication of a study on skills and public policies, another on social mobility and inequalities in Latin America and the Caribbean, and two documents on the relationship between the counterfeit market and labor exploitation. Also noteworthy are ten studies addressing health issues.

**Keywords:** G20, G7, OECD, USA, multilateralism, global health, international cooperation.

**Resumo:** G20 - O artigo analisa o início da presidência dos Estados Unidos no G20 em dezembro

de 2025 e examina a nova e breve agenda divulgada na primeira reunião de Sherpas em Washington.

G7 - O artigo analisa os desafios e as perspectivas do G7 no contexto da transição da presidência canadense, em 2025, para a presidência francesa, em 2026, em um cenário marcado pela erosão do multilateralismo, tensões geopolíticas e retração do financiamento internacional. Em seguida, discute-se a agenda proposta pela França, que busca revitalizar o papel do G7 como espaço de coordenação política e enfatiza as expectativas em torno da liderança francesa na saúde global.

OCDE - Os destaques da OCDE se dividem entre a publicação de um estudo sobre competências e políticas públicas, outro sobre mobilidade social e desigualdades latino-americanas e caribenhas e dois documentos sobre a relação entre mercado de falsificados e exploração laboral. Também são destaques dez estudos que abordam temas sobre Saúde.

**Palavras Chave:** G20, G7, OCDE, EUA, multilateralismo, saúde global, cooperação internacional.

**G20-** A presidência dos Estados Unidos no G20, iniciada formalmente em dezembro de 2025, marcou uma ruptura profunda com o ciclo de lideranças das economias em desenvolvimento que definiu o fórum nos últimos quatro anos e que agora dá lugar a uma orientação marcadamente conservadora. É fundamental registrar que este início de gestão se caracteriza por uma significativa opacidade comunicacional, uma vez que o site oficial da presidência permanece inativo e não foram divulgadas informações detalhadas sobre a organização da agenda ou cronogramas logísticos, tampouco em fontes alternativas. Sob o mote de uma restauração do grupo para suas funções originárias, a nova administração em Washington sinaliza um distanciamento de pautas progressistas de justiça climática e social consolidadas pelas gestões da Indonésia, da Índia, do Brasil e da África do Sul para priorizar exclusivamente o crescimento econômico e uma maior desregulamentação da economia.

O encerramento da gestão sul-africana em Joanesburgo, no entanto, já antecipava o ambiente diplomático desafiador que se desenhará com a chegada de Washington ao comando. Um dos pontos mais críticos desse processo foi a adoção da [Declaração de Líderes](#) sem o aceite formal ou o apoio dos Estados Unidos, que se retiraram ou recusaram alta representação em partes sensíveis do texto final, notadamente naquelas que abordavam conflitos geopolíticos e reformas estruturais. Essa manobra estratégica da África do Sul visou assegurar a funcionalidade do G20 diante da polarização, mas acabou por aprofundar as tensões bilaterais que culminariam em retaliações diplomáticas imediatas por parte do novo governo estadunidense.

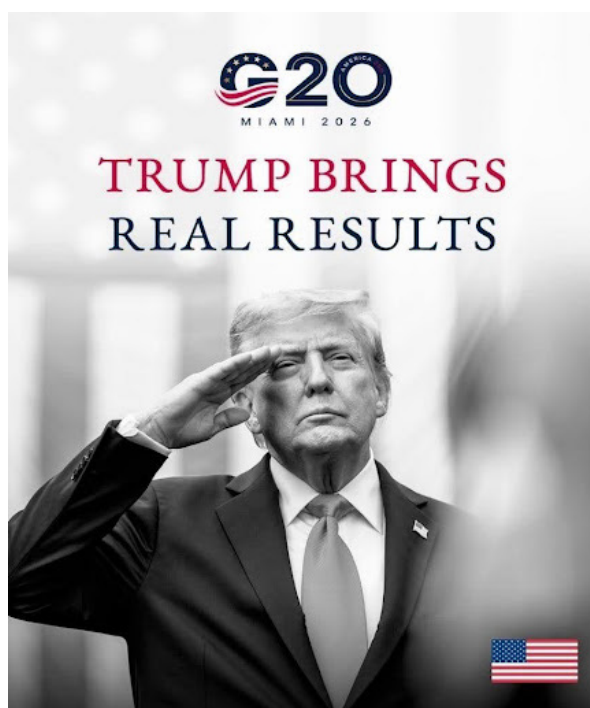
A transição entre os países, nesse sentido, foi marcada pelo anúncio do Presidente Donald Trump de que a África do Sul será impedida de participar da Cúpula de Líderes programada para 2026 em Miami, uma medida punitiva justificada por divergências políticas e críticas severas à condução sul-africana. Em resposta a esse isolamento deliberado, o governo de Pretória declarou que fará uma pausa comercial nas atividades do bloco, suspendendo sua participação formal enquanto durar a presidência norte-americana como um gesto de preservação de sua integridade política. Esse cenário de exclusão de um membro permanente e de suspensão de atividades coloca em xeque a representatividade do fórum e sinaliza um enfraquecimento das pautas do Sul Global.

A esse respeito, a escolha dos países convidados para a Cúpula de Miami também reflete essa reorientação geopolítica, com o convite oficial estendido à Polônia, ao Uzbequistão e ao

Cazaquistão. A inclusão dessas nações revela o esforço de Washington em fortalecer alianças com parceiros que compartilham uma visão econômica focada na produtividade e na segurança regional, distanciando-se do bloco de países que priorizava a reforma da arquitetura financeira internacional. Essa nova configuração também reitera a intenção de que o G20 pode retornar a um formato mais tradicional e restrito, voltado primordialmente aos interesses das grandes potências e de seus aliados estratégicos.

Ademais, um ponto de extrema preocupação que deve ser retomado é o destino da agenda global de saúde, que já vinha enfrentando fragilidades estruturais durante a presidência sul-africana. Nos últimos informes publicados em 2025, registramos que as reuniões ministeriais de saúde não resultaram em declarações conjuntas devido a impasses significativos, evidenciando que este tema foi relegado a segundo plano. Com a nova priorização de Washington voltada exclusivamente para o crescimento econômico e a desregulamentação, a coordenação internacional para o preparo de pandemias e o fortalecimento de sistemas de saúde pública, por exemplo, podem correr o risco de serem descontinuados ou paralisados, um retrocesso perigoso para a segurança sanitária global e para o legado de inclusão que as gestões anteriores tentaram construir. Assim, o desmonte de iniciativas e o esvaziamento de discussões importantes nessas instâncias indicam que as promessas de um desenvolvimento mais equitativo podem ser definitivamente postas de lado nos próximos meses. O sucesso de uma estratégia de restauração conservadora do G20, por sua vez, dependerá muito da resistência e da articulação dos países no bloco. O legado de Joanesburgo e das últimas três gestões do Sul Global, será então possível de ser avaliado pela capacidade de sobrevivência de seus marcos institucionais diante de uma liderança que parece decidida a ignorar as disparidades estruturais entre o Norte e o Sul Global.

**Imagem 1:** Imagem promocional do G20 divulgada no perfil oficial do bloco na plataforma X.



## Referências

ESTADOS UNIDOS. Departamento de Estado. Estados Unidos Sediam a Primeira Reunião de Sherpas do G20. U.S. Department of State, Washington, DC, 18 dez. 2025. Disponível em: <https://www.state.gov/translations/portuguese/estados-unidos-sediam-a-primeira-reuniao-de-sherpas-do-g20>. Acesso em: 9 fev. 2026.

REUTERS. Trump says he invited Kazakh, Uzbek leaders to G20 summit next year. Reuters, [S. l.], 23 dez. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/trump-says-he-invited-kazakh-uzbek-leaders-g20-summit-next-year-2025-12-23/>. Acesso em: 9 fev. 2026.

G20. Ramaphosa sets Bold Agenda for South Africa's G20 Presidency. G20, [S. l.], 22 jan. 2025. Disponível em: <https://g20.org/news/ramaphosa-sets-bold-agenda-for-south-africas-g20-presidency/>. Acesso em: 9 fev. 2026.

SA NEWS. President thanks South Africans for successfully hosting G20. SA News, Pretória, 30 nov. 2025. Disponível em: <https://www.sanews.gov.za/south-africa/president-thanks-south-africans-successfully-hosting-g20>. Acesso em: 9 fev. 2026.

REUTERS. South Africa vows not to bend to US pressure after G20 snub. Reuters, [S. l.], 4 dez. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/africa/south-africa-will-take-break-g20-under-trump-presidency-says-2025-12-04/>. Acesso em: 9 fev. 2026.

REUTERS. US says it will use G20 presidency to focus on economic growth. Reuters, [S. l.], 1 dez. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/us/us-says-it-will-use-g20-presidency-focus-economic-growth-2025-12-01/>. Acesso em: 9 fev. 2026.

SABC NEWS. G20 Health Ministers fail to sign declaration after U.S. refusal. SABC News, [S. l.], 7 nov. 2025. Disponível em: <https://www.sabcnews.com/sabc-news/g20-health-ministers-fail-to-sign-declaration-after-u-s-refusal/>. Acesso em: 9 fev. 2026.

REUTERS. Trump says South Africa won't get 2026 G20 invite, South Africa calls it punitive. Reuters, [S. l.], 26 nov. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/africa/trump-says-south-africa-wont-receive-invitation-g20-2026-2025-11-26/>. Acesso em: 9 fev. 2026.

**G7-** Em sua sétima vez exercendo a presidência do G7 em 50 anos de existência do grupo, o Canadá encontrou um cenário desafiador no que tange a uma corrosão do multilateralismo, conflitos recentes e cortes massivos de financiamento internacional. A ordem internacional e o que se tinha como cooperação internacional vêm passando por uma turbulência, desde que Donald Trump assumiu o segundo mandato, em 2025. Além do turbulento cenário externo, a política interna do Canadá também enfrentou problemas. Justin Trudeau renunciou em janeiro de 2025, houve eleições e Mark Carney tão logo assumiu já precisou lidar com uma guerra comercial promovida pelo presidente estadunidense e aumento de tarifas. Esse contexto poderia explicar uma presidência pouco responsiva e pouco capaz de lidar com os desafios globais no âmbito do G7.

A presidência do Canadá buscou uma postura de dissuasão de agressões e fortalecimento da segurança coletiva. Em resumo, avançou em compromissos como o Plano de Ação do G7 para Minerais Críticos, lançou a Declaração dos Líderes do G7 sobre IA para a Prosperidade e a Visão Comum de Kananaskis para o Futuro das Tecnologias Quânticas. Também criou ferramentas para conter a repressão internacional e os incêndios florestais. Por fim, avançou em compromissos contra o tráfico de migrantes e incentivou a desescalada do conflito entre Israel e Irã (CANADÁ, 2025).

No que tange à saúde, não tivemos significativos avanços durante a presidência canadense. O grupo outrora exerceu um importante papel na criação de iniciativas como o Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária, a Iniciativa de Muskoka para reduzir a mortalidade materna e infantil, do Gavi e ACT-A.

É nesse contexto que a França assume a presidência do G7 em 2026. A nova presidência chega com um interessante discurso de reduzir os desequilíbrios globais frente às tensões comerciais

e geopolíticas atuais. Desequilíbrios esses retratados em: concorrência predatória, capacidades industriais excessivas, subinvestimento, endividamento excessivo e desregulamentação, bem como a queda da solidariedade internacional e o baixo investimento privado em países em desenvolvimento (FRANÇA, 2026). De acordo com a nova presidência, o país não se contentará com uma abordagem do uso da força como propulsora do direito, que levaria a uma subserviência e lógica de blocos, tampouco com uma postura moral limitada a comentários que condenam o grupo a uma “marginalização e impotência” (FRANÇA, 2026). Parece, portanto, que o Emmanuel Macron tentará dar novos rumos para o G7 e recuperar o protagonismo de sua formação.

Há a pretensão de restaurar a vocação inicial do G7, isto é, servir como espaço de coordenação de políticas econômicas e financeiras e construir respostas comuns para os desafios globais, especialmente no que tange às desigualdades. Além disso, a ampliação da participação, ainda que limitada, de outros países para além das sete economias é um movimento que vem sendo visto desde as últimas presidências. A presidência do Canadá apostou nessa diversificação, especialmente nas relações de comércio, convidando parceiros como: Austrália, Brasil, Chile, Índia, Indonésia, México, Peru, Catar, Arábia Saudita, África do Sul, Coreia do Sul e Ucrânia. A princípio, a França pretende seguir o mesmo caminho.

Ainda, parece haver uma preocupação com a capacidade de crescimento e desenvolvimento dos países. O pronunciamento oficial remete às políticas de desenvolvimento pouco eficientes dada à limitação de instrumentos de ajuda internacional. A França admite que seja necessário “continuar refletindo sobre a reforma do financiamento para o desenvolvimento a fim de romper com a lógica assistencialista e criar parcerias mutualmente benéficas” (FRANÇA, 2026).

O G7 presidido pela França estará organizado em sete trilhas ministeriais: relações exteriores, desenvolvimento, comércio, finanças, setor digital, meio ambiente e assuntos internos com 60 grupos de trabalho em reuniões regulares ao longo do ano. Os principais temas abrangentes a serem tratados serão:

- solucionar grandes crises geopolíticas, inclusive por meio do apoio do G7 à Ucrânia e aos ucranianos;
- questões relacionadas à infância, desde o apoio ao desenvolvimento até a proteção no ambiente digital;
- o combate ao crime organizado e aos fluxos ilegais;
- as novas regras da governança global.

Ainda, parece haver uma maior preocupação com a participação da sociedade civil que na presidência anterior, em que vimos pouca produção de documentos e influência da sociedade. A nova presidência chega com onze grupos de engajamento, quatro a mais que na presidência canadense. As novidades são: a retomada do “University 7”, a criação do “Urban 7”, do “Pride 7” e “Os Advogados do G7”. A descrição de cada um está a seguir:

- “Business 7” (B7), que é a plataforma oficial do setor empresarial em conexão com o G7;
- “Civil 7” (C7), que reúne organizações da sociedade civil e atores da solidariedade internacional;
- “Labor 7” (L7), que representa os interesses de trabalhadores e empregados;

- “Science 7” (S7), que incentiva, apoia e protege a pesquisa científica;
- “Women 7” (W7), que reúne organizações da sociedade civil de países do G7 e de países em desenvolvimento que atuam em questões relacionadas aos direitos das mulheres e das meninas;
- “Youth 7” (Y7), que reúne jovens, principalmente de países do G7, que desejam se engajar em temas ligados à governança global;
- “University 7” (U7+), criado durante a Presidência francesa do G7 em 2019, que reúne universidades de todo o mundo;
- “Urban 7” (U7), que reúne autoridades locais;
- “Think Tank 7” (T7), que reúne centros de pesquisa e reflexão (think tanks);
- “Pride 7” (P7), que promove e protege os direitos das pessoas LGBT;
- “Os Advogados do G7”, que promovem o Estado de Direito, o acesso à justiça, os princípios fundamentais da democracia e a independência do Judiciário.

No que tange à saúde, vamos aguardar a retomada das discussões no âmbito do “Science 7”, esvaziado desde a última presidência. No entanto, alguns analistas já trazem expectativas sobre a presidência do G7 para 2026. Nina Schwalbe, CEO e fundadora da Spark Street Advisors e Pesquisadora Sênior no Center for Global Health Policy and Politics da Universidade de Georgetown sugere que a França poderia acelerar a ratificação do Tratado sobre Pandemias, que atualmente está pendente de detalhes operacionais sobre compartilhamento de dados sobre patógenos e sequenciamento genômico, acesso equitativo a vacinas, medicamentos e diagnósticos. Ainda, defende que o país pode assumir um importante papel na defesa de One Health pelo seu histórico de destaque nas três áreas: agricultura, pecuária e saúde pública (SCHWALBE, 2025).

Segundo Taryn Russell, diretora da Organização Não-Governamental Results Canadá, o G7 tem o dever de promover políticas que incentivem a acessibilidade, apoiar a produção local e regional e garantir a distribuição justa de vacina, tratamentos e diagnósticos (RUSSELL, 2025). Isso conversa com a sugestão de que a França poderia assumir posição de liderança no financiamento do desenvolvimento de tecnologias em saúde e que poderia atrair o investimento de outros países ricos do G7 para instituições que já existem, exercendo um trabalho de manutenção do Fundo Global, Gavi e a própria OMS (SCHWALBE, 2025).

O aumento de investimento em pesquisa e desenvolvimento que responda às prioridades dos países de baixa e média renda também é uma sugestão de Russell (2025). Segundo ela, isso incluiria apoiar a inovação para doenças negligenciadas, capacidade diagnóstica e tecnologias de saúde resilientes às mudanças climáticas, ao mesmo tempo que promoveria ciência aberta, transferência de tecnologia e uso responsável de tecnologias emergentes, como inteligência artificial. Assumindo essa liderança, a França poderia demonstrar na prática o que diz que está em sua prioridade. Fortalecer os sistemas de saúde de países de baixa e média renda, investir na atenção primária e força de trabalho, com especial atenção aos agentes comunitários de saúde seria um ponto crucial e favorável na presidência francesa (RUSSELL, 2025).

Apesar de não ter a menção direta à saúde como uma trilha ministerial, a presidência francesa dá ênfase em questões relacionadas à infância, desde o apoio ao desenvolvimento até a proteção no ambiente digital. Isso está de acordo com o que o país também vem discutindo internamente, com políticas sendo criadas para garantia da segurança de crianças e adolescentes nas redes sociais (RFI, 2025). Segundo Justin Vaïsse, Fundador e Diretor-Geral do Paris Peace Forum, o

bem-estar infantil pode percorrer temas que envolvem tanto saúde, como educação, nutrição, proteção e desenvolvimento psicossocial. Na análise de Vaïsse, foi uma estratégia inteligente ancorar a discussão nas crianças, reconhecidas universalmente como uma responsabilidade compartilhada. Ou seja, é uma plataforma politicamente viável e moralmente convincente e é onde o G7 pode retomar impulso: mostrando que, mesmo em um mundo fragmentado, as grandes potências podem concordar em proteger a próxima geração (VAÏSSE, 2025).

A Cúpula anual do grupo está prevista para ocorrer em Évian-les-Bains, localizada às margens do lago Genebra, entre os dias 14 e 16 de junho. A cidade de Évian recebeu, em 2003, a Cúpula do antigo G8<sup>1</sup> e a última vez em que a França presidiu o G7 foi em 2019, tendo Biarritz como a cidade que recebeu os líderes.

## Referências bibliográficas:

CANADA. Prime Minister Carney strengthens Canada's global leadership as it concludes its G7 Presidency. G7 Canada – News and Media, 19 Dez. 2025. Disponível em: <https://g7.canada.ca/en/news-and-media/news/prime-minister-carney-strengthens-canadas-global-leadership-as-it-concludes-its-g7-presidency/>. Acesso em: 08 Fev. 2026.

FRANÇA - Annonce du prochain Sommet du G7 à Évian en juin 2026. Élysée, 17 jun. 2025. Disponível em: <https://www.elysee.fr/emmanuel-macron/2025/06/17/annonce-du-prochain-sommet-du-g7-a-evian-du-14-au-16-juin-2026/>. Acesso em: 08 fev. 2026.

FRANCE - France's action in the G7. Ministry for Europe and Foreign Affairs, [s.d.]. Disponível em: <https://www.diplomatie.gouv.fr/en/french-foreign-policy/france-s-action-in-the-g7/>. Acesso em: 08 fev. 2026.

FRANÇA. The G7 priorities. Évian: Elysée, 23 jan. 2026. Disponível em: <https://www.elysee.fr/en/G7e-vian/2026/01/23/the-g7-priorities>. Acesso em: 8 fev. 2026.

GH ADVOCATES. Health Diplomacy in Action: What to Expect from France's G7 Presidency? Action Santé Mondiale, 10 dez. 2025. Disponível em: <https://www.ghadvocates.eu/health-diplomacy-in-action-what-to-expect-from-frances-g7-presidency/>. Acesso em: 08 fev. 2026.

RFI – Radio France Internationale. Após aprovação de deputados, Senado da França votará proibição de redes para menores de 15 anos. RFI Brasil, 27 jan. 2026.

Disponível em: <https://tinyurl.com/mtt6rw7c>. Acesso em: 08 fev. 2026.

RUSSELL, Taryn. The G7 has fostered some of the most impactful initiatives in history, including the Global Fund. Action Santé Mondiale, 10 dez. 2025. Disponível em: <https://www.ghadvocates.eu/the-g-7-has-fostered-some-of-the-most-impactful-initiatives-in-history-including-the-global-fund/>. Acesso em: 08 fev. 2026

SCHWALBE, Nina. Are we ready to say “welcome back, HIV”? I hope the answer is no. Action Santé Mondiale, 10 dez. 2025. Disponível em: <https://www.ghadvocates.eu/are-we-ready-to-say-welcome-back-hiv-i-hope-the-answer-is-no/>. Acesso em: 08 fev. 2026.

VAÏSSE, Justin. Even in a fragmented world, major powers can agree on safeguarding the next generation. Action Santé Mondiale, 10 dez. 2025. Disponível em: <https://www.ghadvocates.eu/the-g7-has-fostered-the-most-impactful-initiatives-in-history-including-the-global-fund/>. Acesso em: 08 fev. 2026.

---

1. A Rússia passou a integrar o grupo em 1998, o que fez com que se tornasse o G8. Porém, após a invasão da Crimeia, em 2014, foi convidada a se retirar.

**OCDE** - Desde o período após o lançamento do último informe de 2025 até do período de análise da presente publicação, é possível observar e ressaltar brevemente alguns destaques dentro da miríade de realizações, estudos, avanços e continuidades produzidas e promovidas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A exemplo, ainda em dezembro de 2025, a OCDE lançou a versão de 2025 de seu relatório bianual sobre competências e habilidades mundiais intitulada “OECD Skills Outlook 2025: Building the Skills of the 21st Century for All” (OECD, 2025). No relatório, a organização examina como os países podem desenvolver as competências necessárias para sustentar o crescimento e o progresso social no século XXI, fornecendo uma análise sólida e atual sobre como fatores além do controle das próprias pessoas – como, por exemplo, educação e ocupação dos pais, gênero, origem socioeconômica, antecedentes migratórios e local onde as mesmas crescem – influenciam fortemente o desenvolvimento de competências e as oportunidades de carreira e, consequentemente, o cenário econômico e social e as políticas públicas relacionadas.

Assim, o estudo apresenta uma série de recomendações sobre como os governos podem lidar com as lacunas e os entraves identificados, reforçando a necessidade de maiores atenções dos mesmos à qualidade da educação e a formação de seus cidadãos desde a infância até a fase adulta, garantindo a acessibilidade e desenvolvendo sistemas de aprendizagem e capacitação de alta qualidade, flexíveis e coerentes para as demandas de cada etapa da vida do estudante, além de prover um alinhamento com o mercado de trabalho ao ampliar serviços e ferramentas de orientação profissional.

Em consonância com tal discussão, a organização intergovernamental também publicou no período o estudo “Social Mobility and Inequality in Latin America and the Caribbean: Insights from Education and Skills” (2025), onde analisa na região da América Latina e Caribe os profundos desafios relacionados à mobilidade social e à desigualdade, em grande parte impulsionados por lacunas persistentes na educação e na formação, desenvolvimento e manutenção de competências e habilidades. Mesmo com o reconhecimento de avanços na expansão do acesso à educação e diminuição em níveis de pobreza, a região permanece como a mais desigual em comparação internacional, e sua desigualdade econômica age como um catalisador para disparidades sociais, uma vez que as diferenças de renda dificultam o acesso a recursos e serviços essenciais, principalmente à educação de qualidade. Tal falta de acesso, baseada na condição socioeconômica, perpetua as desigualdades existentes e impede a mobilidade social intergeracional na região.

Desse modo, o documento indica aos formuladores de políticas e governos que se comprometam com reformas políticas eficazes, focadas na qualidade, equidade e formação de competências, a fim de promover o crescimento inclusivo e combater as desigualdades sistêmicas. Também são indicados o aumento e otimização em investimentos e recursos na educação, a priorização da equidade e a qualidade na educação formal, o fortalecimento dos percursos de desenvolvimento de competências e a implementação de orientação vocacional equitativa. Ao atender às necessidades imediatas e de longo prazo de educação de alta qualidade e formação de competências, a América Latina e o Caribe poderiam melhorar seus sistemas educacionais, promover o crescimento inclusivo e construir uma força de trabalho produtiva que beneficie todos os cidadãos.

Já em Janeiro de 2026, a organização lançou dois interessantes documentos abordando a correlação entre o mercado de contrafeitos e ilícitos com a exploração laboral, sendo eles o estudo “From Fakes to Forced Labour: Evidence of Correlation Between Illicit Trade in Counterfeits and Labour Exploitation” (2026) e o policy brief “Labour exploitation and illicit trade: How counterfeit goods fuel forced labour” (2026). Ambos apresentam novas evidências empíricas sobre a forte associação estatística (e não causal) entre o abuso trabalhista e a escala do comércio de

produtos falsificados, evidenciando como países com níveis mais elevados de trabalho forçado e informal apresentam maior intensidade de exportação de produtos falsificados, o que indica que a produção de ilícitos e contrafeitos prospera onde os trabalhadores estão mais desprotegidos e são facilmente substituídos. Nesse sentido, a reflexão levantada pela organização indaga se a melhoria das condições de trabalho poderia influenciar na redução do comércio ilícito e, portanto, o desenho de respostas políticas poderia combinar aspectos de fiscalização comercial, de proteção trabalhista e de conduta empresarial responsável para lidar coordenadamente com as condições estruturais que possibilitam a falsificação.

Paralelamente, no que tange às publicações que retomam suas atenções mais diretamente aos temas de Saúde, pode-se notar um considerável fluxo no número de adições ao acervo e biblioteca virtual da própria OCDE entre o fim do ano de 2025 e o início de 2026, com dez pesquisas de assuntos relacionados à Saúde aqui ressaltadas.

A primeira delas é o estudo “Assessing cancer care quality in OECD countries: New indicators for benchmarking performance” (2025) que lança luz sobre a necessidade de melhores internacionalmente comparáveis para medir e relatar a qualidade dos cuidados oncológicos prestados pelos sistemas de saúde, com o intuito de avaliar as práticas atuais e informar as futuras políticas de cuidados oncológicos. Nesse sentido, o documento em destaque detalha a coleta de dados piloto da OCDE dos 18 países da OCDE que participaram de seu projeto piloto e o desenvolvimento de seis indicadores em três áreas-chave para atender os cuidados oncológicos promovidos pela organização: (i) acesso e oportunidade; (ii) qualidade dos cuidados; e (iii) centralidade no paciente.

Na esteira de tal discussão, a publicação “Delivering High Value Cancer Care: European Cancer Inequalities Registry Analytical Report” (2026), uma parceria entre a OCDE e a Comissão Europeia, explora a discussão sobre alta carga global do câncer, com um número crescente de casos nas últimas duas décadas – particularmente entre o perfil de mulheres mais jovens – exercendo pressão constante sobre os serviços de saúde e afetando o bem-estar e os resultados econômicos. O relatório reúne novas evidências e perspectivas políticas entre diversos países europeus sobre como prestar cuidados oncológicos que garantam valor para pacientes e sistemas de saúde, a partir de análises quantitativas e qualitativas – incluindo novos indicadores internacionalmente comparáveis – e a análise de três prioridades urgentes para proporcionar cuidados oncológicos de alto valor (acesso mais rápido aos cuidados; cuidados eficientes e baseados em evidências que garantam os melhores resultados de saúde; e abordagens centradas nas pessoas que reflitam as necessidades e preferências individuais).

Outro destaque é a pesquisa “Policies for people with dementia across OECD countries” (2026). Se debruçando sobre o tema de demências e políticas públicas relacionadas, os autores fornecem um panorama geral sobre em 29 países integrantes da OCDE e as mudanças ocorridas na última década. A análise sugere que as políticas nacionais sobre demência enfatizam cada vez mais a prevenção por meio de riscos modificáveis, diagnóstico precoce e abordagens de tratamentos não farmacêuticas, apontando também resumidamente as abordagens para aumentar a conscientização e os esforços limitados para aprimorar o diagnóstico. Além disso, os autores observam a presença na maioria das estratégias e planos nacionais as questões de serviços e apoios aos cuidadores de pessoas com demência e o progresso em direção a percursos de cuidados mais coordenados e inclusivos.

No documento “Learning through national Health System Performance Assessment (HSPA): Emerging findings from OECD countries” (2026), o que se é discutido é a dificuldade de diversos sistemas de saúde nos países da OCDE em traduzir sua grande quantidade de dados em informações práticas para a formulação e desenvolvimento de políticas públicas. Para mitigar adversi-

dade, a OCDE orienta em favor do chamado Health System Performance Assessment (Avaliação do Desempenho do Sistema de Saúde, em tradução livre) como política que preencheria essa lacuna, avaliando sistematicamente como os sistemas de saúde atendem às necessidades das pessoas, alocam recursos e alcançam os objetivos das políticas públicas. O documento então sintetiza a experiência de 11 países membros da OCDE, identificando elementos como os modelos nacionais são estruturados e implementados, os fatores que moldam a utilização das políticas e os domínios de mensuração emergentes.

No artigo “How are hot temperatures impacting health outcomes, health systems and health systems costs?: An analysis of emergency department visits and hospitalisation data from 16 countries” (2025), seus autores investigam a relação entre altas temperaturas e a frequência nas visitas a serviços de emergências e hospitalizações. Utilizando dados hospitalares de 16 países da OCDE, a pesquisa além de observar o impacto das altas temperaturas no excesso de hospitalizações e visitas a serviços de emergência, também avalia os potenciais custos hospitalares diretamente decorrentes das altas temperaturas, bem como as perdas de produtividade associadas a tais visitas.

O relatório intitulado “Personal health data systems in OECD countries: Insights into structures and solutions for public access and use” (2025) examina como 6 países da OCDE abordam a temática de dados pessoais de saúde de seus cidadãos, permitindo que os mesmos acessem, gerenciam e compartilhem suas informações de saúde em plataformas digitais e portais de pacientes. Aspectos como facilitadores políticos, técnicos e de governança que sustentam o acesso equitativo aos dados pessoais de saúde também são considerados e avaliados. A partir disso, o documento identifica as principais práticas em interoperabilidade, arquitetura de dados, privacidade, consentimento, identidade digital e engajamento do paciente, observando que países com ecossistemas maduros demonstram estruturas consistentes de confiança pública, integração de setores e bases legislativas sólidas que equilibram a privacidade com a interoperabilidade e o compartilhamento de dados. À medida que a assistência médica se torna cada vez mais digital e a disponibilidade de dados gerados pelo paciente aumenta, garantir que os indivíduos possam acessar e usar seus próprios dados de saúde com segurança será, segundo a OCDE, fundamental para sistemas de saúde preparados para o futuro, orientados por dados e centrados em pessoas.

Já no artigo “Assessing the impact of promotion and advertising regulations on biosimilar uptake” (2025), os autores discutem a questão de medicamentos biossimilares e sua variada regulamentação entre os países da OCDE, apesar das políticas de incentivo à sua adoção. O estudo então avalia o impacto das regulamentações de promoção por meio de uma análise em duas partes: uma revisão das estruturas nacionais e consultas com 29 principais partes interessadas nacionais em 7 países e uma análise da adoção de biossimilares em oncologia, reumatologia e diabetes, com foco na participação de mercado e nos gastos para identificar relações entre o rigor regulatório e os padrões de adoção.

Em ambos os estudos “The State of Cardiovascular Health in the European Union” (2025) e “Synthesis Report 2025: Health Policy Reform Trends in the EU” (2025), o foco de atenção se restringe à saúde na região europeia.

O primeiro deles aborda especificamente doenças cardiovasculares, principal causa de morte e incapacidade na União Europeia, percebendo a manutenção de desafios como a garantia de uma prevenção eficaz, a detecção precoce, o acesso a cuidados agudos e o manejo a longo prazo, além do ônus econômico e social de tais doenças. Por isso, a OCDE apela aos governos a implementação de políticas de prevenção intersetoriais e a ênfase crescente no cuidado e na reabilitação centradas nas pessoas para o fortalecimento de resultados positivos a longo prazo na Europa.

Em contrapartida, o segundo documento explora mais amplamente a discussão de saúde europeia, estruturando o escopo de sua análise e argumentação em torno de quatro temas transversais: (i) o reforço na prevenção primária das doenças não transmissíveis; (ii) o fortalecimento dos cuidados de saúde primária; (iii) a aceleração na adoção de soluções digitais na área da saúde; e (iv) a promoção do acesso a medicamentos e à inovação a preços acessíveis. É interessante ainda ressaltar que tal estudo é uma colaboração entre a OCDE com o Observatório Europeu dos Sistemas e Políticas de Saúde, trabalhando em conjunto com a Comissão Europeia.

Por fim, o último destaque entre os recentes incrementos ao acervo da organização internacional é o estudo “OECD Reviews of Health Systems: Romania 2025” (2025), onde a OCDE se dedica a analisar o sistema de saúde romeno, suas idiossincrasias, avanços e desafios, desenvolvendo recomendações especiais para seu caso a fim de aprimorar seu sistema de saúde para os parâmetros da própria OCDE.

## Referências Bibliográficas:

- OECD. OECD Skills Outlook 2025: Building the Skills of the 21st Century for All. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2026 Feb 07]. Available from: <https://doi.org/10.1787/26163cd3-en>.
- OECD. Governments should step up efforts to equip people with the skills needed in labour markets. OECD [Internet]. 2025 Dec 09 [cited 2026 Feb 07]. Available from: <https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2025/12/governments-should-step-up-efforts-to-equip-people-with-the-skills-needed-in-labour-markets.html>.
- OECD. Social Mobility and Inequality in Latin America and the Caribbean: Insights from Education and Skills. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2026 Feb 07]. Available from: <https://doi.org/10.1787/428fa0a6-en>.
- OECD, EUIPO. From Fakes to Forced Labour: Evidence of Correlation Between Illicit Trade in Counterfeits and Labour Exploitation. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Feb 07]. Available from: <https://doi.org/10.1787/540dc43e-en>.
- OECD. Labour exploitation and illicit trade: How counterfeit goods fuel forced labour. OECD Policy Briefs [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Feb 07];48. Available from: <https://doi.org/10.1787/c55a3f66-en>.
- OECD. Assessing cancer care quality in OECD countries: New indicators for benchmarking performance. OECD Health Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2026 Feb 07];188. Available from: <https://doi.org/10.1787/b3f47ece-en>.
- OECD, European Commission. Delivering High Value Cancer Care: European Cancer Inequalities Registry Analytical Report. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Feb 07]. Available from: <https://doi.org/10.1787/060869fe-en>.
- Kim S, Llena-Nozal A, Milstein R, Rauet-Tejada J. Policies for people with dementia across OECD countries. OECD Health Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Feb 07];190. Available from: <https://doi.org/10.1787/e41e6eaa-en>.
- OECD. Learning through national Health System Performance Assessment (HSPA): Emerging findings from OECD countries. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Feb 07]. Available from: <https://doi.org/10.1787/2fa1314a-en>.
- Le Thi C, Morgan D, Suzuki E. How are hot temperatures impacting health outcomes, health systems and health systems costs?: An analysis of emergency department visits and hospitalisation data from 16 countries. OECD Health Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2026 Feb 07];189. Available from: <https://doi.org/10.1787/9119ebd1-en>.
- OECD. Personal health data systems in OECD countries: Insights into structures and solutions for public access and use. OECD Health Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2026 Feb 07];187. Available from: <https://doi.org/10.1787/0d118bb0-en>.
- Barrenho E, Kim D, Moens M, Waagstein L. Assessing the impact of promotion and advertising regulations on biosimilar uptake. OECD Health Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2026 Feb 07];186. Available from: <https://doi.org/10.1787/c69f54b2-en>.
- OECD. The State of Cardiovascular Health in the European Union. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2026 Feb 07]. Available from: <https://doi.org/10.1787/ea7a15f4-en>.

European Observatory on Health Systems and Policies, OECD. Synthesis Report 2025: Health Policy Reform Trends in the EU. Paris: OECD Publishing; Brussels: European Observatory on Health Systems and Policies, 2025 [cited 2026 Feb 07]. Available from: <https://doi.org/10.1787/1f6a8e9a-en>.

OECD. OECD Reviews of Health Systems: Romania 2025. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2026 Feb 07]. Available from: <https://doi.org/10.1787/f52e4a-98-en>.

---

# A ruptura da Ordem Mundial e a possibilidade de reforma ou substituição da governança global dominada pelo Ocidente pelo BRICS. As prioridades da presidência da Índia para 2026

The breakdown of the World Order and the possibility of reforming or replacing Western-dominated global governance by BRICS. The priorities of India's presidency for 2026

El colapso del orden mundial e la posibilidad de reformar o reemplazar la gobernanza global dominada por Occidente por los BRICS. Las prioridades de la presidencia de la India para 2026

*Claudia Hoirisch*

**Resumo:** As recentes ações dos EUA envolvendo o uso da força em território venezuelano, justificadas pela retórica do combate ao narcotráfico, enviam uma mensagem clara para a América Latina, o BRICS e o resto do mundo. Eles agora terão que levar em consideração o corolário Trump da Doutrina M(D)onroe, que foi posto em prática durante a operação de 3 de janeiro e levou à detenção do presidente Nicolás Maduro, além disso, o presidente Trump vem fazendo ameaças de anexação da Groenlândia, do Canadá e para controlar o Canal do Panamá. O mundo passou por uma ruptura na ordem mundial e está vivenciando o início de uma realidade brutal. A presidência indiana do BRICS ocorre nesse momento crucial da política global: a transição para a multipolaridade tornou-se caótica em meio às rivalidades entre as grandes potências, o espírito do multilateralismo está sendo desafiado por impulsos unilaterais e o BRICS tenta gerenciar seu processo de expansão. A velha ordem mundial não voltará ao que era antes e a partir dessa ruptura, os países poderão construir algo melhor, mais forte e mais justo. Nos discursos de Davos, Macron defendeu a aproximação do G7 com o BRICS e a China se posicionou como o líder calmo e confiável de que o mundo precisa. Nesse contexto, será tanto um desafio quanto uma oportunidade para a Índia conduzir o BRICS este ano, porque enquanto Trump semeia a divisão, os países do BRICS tentam se envolver em cooperações genuínas.

**Abstract:** Recent US actions involving the use of force in Venezuelan territory, justified by the rhetoric of the fight against drug trafficking, send a clear message to Latin America, BRICS and the rest of the world. They must now consider Trump's corollary to the M(D)onroe Doctrine, implemented during the January 3<sup>rd</sup> operation that led to the arrest of President Nicolás Maduro.

Furthermore, President Trump has been threatening the annexation of Greenland, Canada and to control the Panama Canal. The world has experienced a breakdown in the global order and is facing the beginning of a brutal reality. India's BRICS presidency comes at a crucial moment in global politics: the transition to multipolarity has become chaotic amidst great power rivalries, the spirit of multilateralism is being challenged by unilateral impulses, and the BRICS are attempting to manage their expansion. The old world order will not return to what it once was, and from this rupture, countries can build something better, stronger, and fairer. In his Davos speeches, Macron advocated the approach of the G7 to the BRICS and China positioned itself as the calm and confident leader that the world needs. In this context, it will be both a challenge and an opportunity for India to lead the BRICS this year, because as soon as Trump seemed to be visible, the BRICS countries are trying to engage in genuine cooperation.

**Resumen:** Las recientes acciones estadounidenses que implican el uso de la fuerza en territorio venezolano, justificadas con la retórica de la lucha contra el narcotráfico, envían un mensaje claro a América Latina, a los BRICS y el resto del mundo. Ellos deben ahora considerar el corolario de Trump de la Doctrina M(D)onroe, puesta en práctica durante la operación del 3 de enero y que condujo a la detención del presidente Nicolás Maduro. Además, el presidente Trump ha estado amenazando con la anexión de Groenlandia, Canadá y para tomar el control del Canal de Panamá. El mundo ha experimentado una ruptura del orden mundial y está experimentando el comienzo de una realidad brutal. La presidencia indiana de los BRICS se produce en un momento crucial de la política global: la transición a la multipolaridad se ha vuelto caótica en medio de las rivalidades entre las grandes potencias, el espíritu del multilateralismo se ve desafiado por impulsos unilaterales y los BRICS intentan gestionar su proceso de expansión. El viejo orden mundial no volverá a ser lo que era antes, y a partir de esta ruptura, los países pueden construir algo mejor, más fuerte y más justo. En sus discursos en Davos, Macron abogó por vínculos más estrechos entre el G7 y los BRICS, y China afirmó que es el líder sereno y confiable que el mundo necesita. En este contexto, liderar los BRICS este año será tanto un desafío como una oportunidad para Índia, porque mientras Trump siembra la división, los países BRICS intentan entablar una cooperación genuina.

## Contestando a ordem mundial liderada pelos EUA e aliados: a parceria sino-russa e a formação dos BRICS

A parceria estratégica entre China e Rússia baseia-se em interesses geopolíticos e econômicos comuns, principalmente no desejo de contestar a ordem mundial liderada pelos Estados Unidos e seus aliados ocidentais. A parceria sino-russa foi se expandindo por meio da Organização do Tratado de Segurança Coletiva, similar à OTAN (1992), da Organização de Cooperação de Xangai (OCX, 2001), do BRICS (2009-10), da Iniciativa Cinturão e Rota (2013) e da União Econômica Eurasiática (UEE, 2014-2015).

Ganhou maior visibilidade com a formação do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) em 2009-10, que se deu em parte como reação à crise financeira de 2008 ao questionarem a capacidade do G7, do Banco Mundial e do FMI de fornecer redes de segurança financeira adequadas.

O ápice da parceria sino-russa ocorreu em fevereiro de 2022, quando Pequim e Moscou forjaram uma aliança "sem limites" pouco antes da "operação militar especial" da Rússia contra a Ucrânia. A aproximação entre esses dois países visa criar um mundo multipolar e garantir a sobrevivência e o crescimento de ambos os regimes diante de pressões externas.

## A criação de uma moeda de reserva internacional e o BRICS ampliado

Durante a Cúpula do BRICS de 2022, o presidente Putin anunciou planos para criar uma "moeda de reserva internacional" para desafiar o dólar americano. A cúpula seguinte convidou Argentina, Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, para ingressarem no grupo. Milei, recusou a se unir ao que ele denominou de "acordo com comunistas"<sup>1</sup>. Já a Arábia Saudita, ainda está estudando o ingresso no grupo<sup>2</sup>.

Em janeiro de 2025, o BRICS contava com 10 membros plenos (acrescentando Egito, Etiópia, Indonésia, Irã e Emirados Árabes Unidos aos originais) e 10 países parceiros (Bielorrússia, Bolívia, Cuba, Cazaquistão, Malásia, Nigéria, Tailândia, Uganda, Uzbequistão e Vietnã).

## Trump e o tarifaço: o temor da desdolarização e a opção dos BRICS pelo uso de moedas locais

Em novembro de 2024, o presidente Trump exigiu que os países do BRICS se comprometessem em não criar moedas nem apoiar alternativas ao dólar, ameaçando-os com tarifas de 100%.

O tarifaço de Trump era esperado para o início de 2025 e representa uma resposta ao declínio econômico e tecnológico dos EUA, que está em curso desde os anos 1990, sobretudo pela ascensão da China. Atualmente, a economia dos países do bloco europeu está estagnada, a norte-americana segue em ritmo lento de crescimento e são os países dos BRICS que lideram o crescimento global. Em 2025, os Estados Unidos cresceram 2,1%<sup>3</sup>, o Reino Unido 1,2%, a França 0,7%<sup>4</sup>, e a Alemanha 0,2%<sup>5</sup>. Em contrapartida, os países do BRICS estão liderando o crescimento global. Em 2025, a taxa de crescimento da Índia foi de 6,2%, enquanto Indonésia cresceu 4,7%, China 4%, Rússia 1,5% e a taxa de crescimento do Brasil foi de 2%<sup>6</sup>.

Em fevereiro de 2025, Trump alertou que lançaria medidas punitivas contra "políticas anti-americanas", entre elas, a desdolarização. A Rússia já havia sofrido sanções desde a invasão da Criméia e agora, com a operação militar especial na Ucrânia. China, Brasil, Índia, África do Sul receberam aumentos tarifários. A estratégia de Trump visa punir os países do grupo que propõem

1 <https://jornaldebrasil.com.br/noticias/politica-e-poder/nao-vou-impulsionar-acordo-com-comunistas-diz-milei-sobre-argentina-no-brics/>

2 A Arábia Saudita ainda não aderiu formalmente ao BRICS devido a uma estratégia de "neutralidade positiva" e equilíbrio delicado entre seus aliados ocidentais (EUA) e parceiros orientais (China, Rússia), além de estar avaliando os prós e contras e condições, como a relação com o Irã, que se tornou um ponto sensível devido ao conflito em Gaza, tudo isso enquanto negocia acordos importantes com os EUA, sendo a adesão formal um passo diplomático complexo e ainda em estudo.

3 <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/banco-mundial-ve-eua-mais-fortes-em-2025-com-expansao-solida-em-2026-e-desaceleracao-em-2027/>

4 <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/economia-francesa-crescera-pelo-menos-08-em-2025-diz-ministro/>

5 <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2026/01/15/pib-da-alemanha-cresce-02percent-em-2025-primeira-alta-desde-2022.ghtml>

6 <https://brics.br/pt-br/noticias/pib-do-brics-segue-superior-a-media-mundial-e-representa-40-da-economia>

reformas no Fundo Monetário Internacional, estimulam pagamentos em moedas locais. Os EUA também exploram fissuras no interior do grupo como a guerra pelo Nilo, entre Egito-Etiópia representada pela Grande Barragem do Renascimento Etíope (GERD)<sup>7</sup>, a diferença religiosa entre Irã-Arábia Saudita<sup>8</sup>, e a disputa territorial na fronteira do Himalaia entre China-Índia.

O BRICS sofreu a sua segunda expansão em 2024. O grupo alargado não precisa necessariamente de uma moeda nova para desafiar o reinado do dólar. O simples aumento do uso de moedas nacionais no comércio, pode corroer o domínio da moeda norte-americana. Embora o dólar detenha mais de 60% da participação cambial internacional, o uso do Renmibi pode crescer significativamente devido às sanções ocidentais contra a Rússia, que aceleraram sua adoção.

Os membros do BRICS expandido têm aumentado o comércio em moedas locais (BRICS Pay) e explorado alternativas digitais, bem como moedas lastreadas em ouro, contornando o SWIFT como forma de aumentar a resiliência financeira contra sanções econômicas. Esses esforços podem corroer a situação do dólar como moeda de reserva, especialmente nos mercados de energia e commodities. O objetivo dessas iniciativas não seria substituir abruptamente a ordem vigente, mas criar caminhos paralelos capazes de reduzir riscos.

Apesar das ameaças dos EUA, cerca de trinta países estão considerando a adesão ao BRICS<sup>9</sup> e dezenove já apresentaram pedidos formais<sup>10</sup>.

## Índia, país pendular dentro do BRICS e próximo presidente de turno do grupo

Washington e Nova Déli assinaram um Acordo-Quadro de Parceria de Defesa de 10 anos em outubro de 2025, o que concedeu acesso à tecnologia de defesa avançada dos EUA para a Índia. A Índia já participa do Diálogo de Segurança Quadrilateral (Quad), liderado pelos EUA, para equilibrar a influência chinesa, fortalecer laços e garantir liberdade de navegação.

Em dezembro de 2025, Putin se reuniu com o PM Modi, assinando acordos sobre construção naval, energia nuclear e minerais críticos. Mas a Índia também está jogando com os EUA contra a Rússia, com os europeus contra os EUA e reconsiderando suas relações com a China<sup>11,12</sup>. Para contrabalançar as tarifas de Trump, a Índia assinou acordos de livre comércio com o Reino Unido e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA, Noruega, Suíça, Islândia e Liechtenstein), enquanto negociava acordos com a UE e a União Econômica Eurasiática (UEE), liderada pela Rússia.

7 <https://www.novacultura.info/post/2024/10/02/egito-etiofia-a-guerra-pelo-nilo>

8 <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49722711>

9 <https://www.dw.com/pt-002/34-pa%C3%ADses-querem-juntar-se-ao-grupo-brics-garante-putin/a-70203093>

10 <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2023/04/24/brics-receberem-19-pedidos-de-filiao-ao-grupo-neste-ano.ghtml>

11 <https://www.brasildefato.com.br/2025/08/19/chanceler-chines-visita-india-relacoes-bilaterais/>

12 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-09/china-propoe-nova-ordem-mundial-ao-lado-da-russia-e-da-india>

Após o conflito fronteiraço de 2020, a China e a Índia iniciaram uma reaproximação – a cúpula do BRICS+ em outubro de 2024 ajudou a resolver a disputa fronteiraço no Himalaia. No entanto, a Índia também está engajada em negociações comerciais com os EUA.

A Índia está reconsiderando sua adesão à Parceria Regional Econômica Abrangente (RCEP)<sup>13</sup>, liderada pela China, o maior acordo de livre comércio do mundo (30% do PIB global e da população mundial). Se a Índia aderir à RCEP e aprofundar as relações de defesa com a Rússia, isso poderá marcar uma mudança em relação ao Quad, que busca conter a China.

## Terras raras, poder para realizar revoluções tecnológicas e militares

Os quatro membros originais do BRICS controlam mais de 70% das reservas globais de minerais de terras raras, o que lhes confere poder de influência para realizar revoluções tecnológicas e militares. A China é o maior produtor mundial de terras raras, dominando tanto a extração quanto o refino desses minerais, essenciais para veículos elétricos, semicondutores, telefones celulares e armamentos de alta tecnologia. Em resposta aos controles de exportação dos EUA, a China restringiu as exportações de materiais-chave para a fabricação de chips de computador.

## O futuro dos BRICS e a hegemonia americana

O governo Trump não previu as consequências em longo prazo das tarifas e sanções do programa "America First" sobre os BRICS, a Europa<sup>14,15</sup> e outros países.

Enquanto Trump busca implodir o BRICS, sua política de tarifas e sanções estão isolando ainda mais os EUA.

Visando dividir a China e os BRICS por meio da inovação de alta tecnologia, os EUA lançaram em dezembro de 2025 uma aliança de alta tecnologia, a Iniciativa *Pax Silica*<sup>16, 17</sup> que busca construir cadeias de suprimento de silício seguras (base dos chips) focado na garantia, fortalecimento e coordenação das cadeias de suprimentos de tecnologias avançadas, com ênfase especial em inteligência artificial (IA), semicondutores e minerais críticos.

---

13 O RCEP é um grande acordo de livre comércio na região Ásia-Pacífico, assinado por 15 países, visando reduzir tarifas e facilitar o comércio, mas a Índia teme que o acordo beneficie desproporcionalmente a China e aumente seu déficit, mantendo uma postura cautelosa. A Índia se retirou das negociações da RCEP em 2019.

14 <https://veja.abril.com.br/economia/ibovespa-cai-com-temores-de-conflito-belico-entre-eua-e-europa-apos-novas-ameacas-de-trump/>

15 [https://www.estadao.com.br/internacional/paises-da-europa-afetados-por-nova-tarifa-de-trump-citam-risco-de-perigosa-espiral-descendente-npr/?srsltid=AfmBOoqMA7SU4x87tOC0t-9-UoelLCqIKwuvqT1aIEsp-GrE4il\\_kGWGr](https://www.estadao.com.br/internacional/paises-da-europa-afetados-por-nova-tarifa-de-trump-citam-risco-de-perigosa-espiral-descendente-npr/?srsltid=AfmBOoqMA7SU4x87tOC0t-9-UoelLCqIKwuvqT1aIEsp-GrE4il_kGWGr)

16 <https://www.state.gov/pax-silica>

17 Os signatários da Declaração são EUA, Austrália, Japão, Coreia do Sul, Reino Unido, Cingapura e Israel.

Há rumores de que Trump esteja considerando a formação de um novo grupo radical de grandes potências, o *Core Five* (C5)<sup>18</sup>, composto por Estados Unidos, China, Rússia, Índia e Japão buscaria integrar a tríade original do BRICS (RIC), a uma cooperação global mais ampla com os EUA e o Japão e posicioná-lo como uma possível alternativa ao G7.

Para o C5 funcionar, os EUA e a Rússia precisariam ajudar a sanar os principais conflitos China-Japão e Índia-China, que poderiam impossibilitar a formação do grupo.

Robert Kagan, renomado cientista político e crítico da política externa dos EUA argumenta que a abordagem "*America First*" do governo Trump sinaliza o fim da ordem mundial liberal liderada pelos EUA, forçando os aliados a mudarem de estratégia em um mundo multipolar mais perigoso, abandonando a liderança americana<sup>19</sup>. Ele alerta que isso leva o mundo de volta à dinâmica de poder do século XIX e aumenta a insegurança e os conflitos globais. A retirada americana encoraja rivais como a Rússia e a China, e o afastamento do engajamento global leva à instabilidade, contrastando o sistema pós-Segunda Guerra Mundial com um potencial retorno às esferas de influência e à competição entre grandes potências.

Em sua obra *The Jungle Grows Back* (A Selva volta a crescer), Kagan defende que, quando os EUA recuam, o mundo retorna a um estado de conflito de grandes potências – 'a selva' –, desfazendo o 'jardim da ordem liberal'.

Embora os BRICS tenham diferenças internas, Kagan enxerga o grupo, particularmente impulsionado pela China e Rússia, como uma tentativa de reformar ou substituir a governança global dominada pelo Ocidente.

a planetária.

## A presidência indiana em 2026

Figura 1 – O logotipo da presidência indiana em 2026

Fonte: <https://www.brics2026.gov.in/>

*Foi um prazer conversar com o presidente Lula. Analisamos o forte impulso da Parceria Estratégica Índia-Brasil, que está prestes a alcançar novos patamares no ano que se inicia. [Celebramos 77 anos de relações diplomáticas em 2025; nossos países mantêm desde 2006, uma Parceria e cooperamos intensamente em fóruns como BRICS, G20 e IBAS.] Nossa estreita cooperação é vital para o avanço dos interesses comuns do Sul Global. Espero recebê-lo em breve na Índia<sup>20</sup>.*

Narendra Modi, PM da Índia

18 <https://www.indiatoday.in/world/story/india-modi-trump-core-5-superclub-russia-china-japan-g7-alternative-2834979-2025-12-12>

19 The Atlantic, março 2026.

20 <https://tvbrics.com/pt/news/ministro-das-relacoes-exteriores-da-russia-paises-do-brics-fortaleceram-seus-lacos-em-2025/>

A presidência indiana do BRICS em 2026 ocorre em um marco significativo, já que o grupo completa vinte anos desde sua criação. Ao longo desse período, o BRICS se consolidou como uma importante plataforma de cooperação entre o sul global.



O grupo expandiu sua agenda e número de membros em resposta às mudanças na realidade global. A incerteza geopolítica, a volatilidade econômica, os riscos climáticos, as mudanças tecnológicas e as disparidades de desenvolvimento continuam a moldar a tomada de decisões globais. Nesse contexto, o BRICS é um fórum importante para o diálogo e respostas cooperativas que respeitem as prioridades nacionais e os diferentes estágios de desenvolvimento.

Os quatro pilares da presidência indiana são Resiliência, Inovação, Cooperação e Sustentabilidade<sup>21</sup>. Essas quatro prioridades sugerem uma clara linha de continuidade com a presidência brasileira em 2025, que terminou no mês passado com resultados animadores. Ao mesmo tempo, a Índia parece ter formulado os objetivos do bloco em termos mais gerais, permitindo que funcionem como um guarda-chuva abrangente para áreas em que já existe cooperação efetiva entre os membros. A cooperação continua sendo o tema central da ação conjunta do BRICS. Progressos foram alcançados desde a sua concepção em diversas áreas: saúde global e doenças socialmente determinadas; mudanças climáticas e sustentabilidade; inteligência artificial; e o debate em curso sobre as instituições multilaterais e sua tão discutida necessidade de reforma em uma era marcada por crescente ceticismo em relação ao próprio multilateralismo.

No âmbito do pilar da resiliência, a Índia pretende trabalhar para construir capacidades institucionais estruturais capazes de resistir a choques globais, e para tanto será necessário o fortalecimento dos sistemas de saúde para que resistam a pandemias e a pesquisa e produção de vacinas; a resposta a desastres; a segurança alimentar e energética.

Sobre inovação, as tecnologias novas e emergentes devem permanecer centradas na cooperação para promover soluções de saúde digital (telemedicina, uso de IA e tecnologias emergentes para enfrentar desafios na área da saúde), inspirando-se na Missão Digital *Ayushman Bharat* da Índia<sup>22</sup>. Impulsionará startups, sistemas de identidade digital, pagamentos em tempo real e tecnologias verdes

Sobre sustentabilidade e cooperação, a Índia trabalhará para promover ações climáticas, fomentar energia limpa e apoiará caminhos de desenvolvimento sustentável de maneira justa e sensível às circunstâncias nacionais<sup>23</sup>.

21 <https://www.economicdiplomacy.in/post/india-brics-2026-chairship-logo-theme-humanity-first#:~:text=Outlining%20priorities%20for%20BRICS%202026,must%20better%20reflect%20contemporary%20Realities.>

22 <https://www.digitalindia.gov.in/initiative/ayushman-bharat-digital-mission/>

23 [https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/40586/EAMs\\_address\\_during\\_the\\_launch\\_of\\_BRICS\\_India\\_2026\\_Logo\\_Theme\\_and\\_Website#:~:text=9.,12.](https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/40586/EAMs_address_during_the_launch_of_BRICS_India_2026_Logo_Theme_and_Website#:~:text=9.,12.)

Ainda em relação à Cooperação, é possível que a Índia busque ampliar a Rede de Pesquisa sobre Tuberculose para diagnóstico e tratamento; promova a pesquisa conjunta e a harmonização de políticas sobre os determinantes sociais da saúde (pobreza, habitação) e estimule o compartilhamento das melhores práticas para a prevenção de Doenças Não Transmissíveis (DNTs).

A Índia defende um multilateralismo reformado, devido a necessidade de uma ordem global mais inclusiva e eficaz. Instituições como as Nações Unidas, a OMC, o FMI e o Banco Mundial devem refletir melhor as realidades contemporâneas.

Apoia o papel do Novo Banco de Desenvolvimento, descrevendo-o como um instrumento fundamental da cooperação econômica dos BRICS, e mantém o compromisso em fortalecê-lo como uma instituição confiável e financeiramente sustentável.

## Considerações finais

O cenário parece estar montado para uma nova competição pelo poder entre os Estados Unidos e o resto do mundo. O mundo está passando rapidamente de uma estrutura de poder unipolar para uma multipolar, se é que já não a alcançou.

Como observou Voltaire, "A história está repleta do som de chinelos de seda - os EUA, a potência estratégica e econômica dominante -, descendo as escadas e de tamancos de madeira -a ascensão do resto dos países - subindo".

As potências regionais emergentes, especialmente China, Rússia e Índia, estão tentando fortalecer sua influência na política mundial devido às suas capacidades e a manifestação coletiva mais expressiva desse esforço é o BRICS. A crescente atenção dada ao grupo no discurso global ressalta o fato de que as economias emergentes estão se esforçando para reduzir sua dependência de modelos de governança global centrados no Ocidente. O BRICS está passando por uma fase calculada de expansão, à medida que a lista de membros aspirantes continua a aumentar.

O papel da Índia como presidente protempore do BRICS servirá como uma força de equilíbrio pela sua capacidade de moderar as tendências antiocidentais dentro do bloco e impedir sua instrumentalização como ferramenta política.

---

# Líderes do BRICS emitem Declaração do Rio de Janeiro e destacam iniciativas de saúde lideradas pela Fiocruz<sup>1</sup>

*Claudia Hoirisch, Adelyne Maria Mendes Pereira, João Miguel Estephano,  
Denise Lobo Crivelli, Hiago André Duarte de Albuquerque, Ricardo de Godoi Mattos Ferreira,  
Paulo Marchiori Buss*

## Introdução

No atual cenário político internacional, os interesses de curto prazo e as estratégias bilaterais ganham força, e a luta pela solidariedade e cooperação continuam representando uma resistência. A política externa empregada pelos Estados Unidos sob o governo de Donald Trump exemplifica essa ruptura com a lógica multilateral e solidária, onde a defesa dos interesses nacionais ocorre, entre outras formas, por meio da instrumentalização das instituições internacionais quando favorecem o ganho político ou econômico direto, e seu desmantelamento, quando não os favorecem<sup>2,3,4</sup>.

Nesse contexto, a saúde global surge como um dos plexos mais promissores para construir um consenso prático, especialmente devido à sua natureza interdependente, universal e conexão direta com a segurança humana.

Essa hipótese ganha força quando analisada sob a perspectiva da “multiplexidade”, que se refere a uma ordem internacional composta por múltiplos modos de governança que coexistem e interagem. Considerando que o sistema internacional é policêntrico e plural, dependendo da área, o comportamento e a influência dos atores relacionados à governança e os resultados podem mudar. Enquanto o comércio, a segurança e o meio ambiente muitas vezes entram em colapso sob disputas geopolíticas, a saúde global apresenta uma arena potencial para a convergência. Permite que países com diferentes orientações políticas cooperem, como foi visto no combate

---

1 Esse artigo foi publicado originalmente em inglês no *BRICS Health Journal*, em dezembro de 2025. <https://www.bricshealthjournal.com/jour/issue/viewIssue/6/4>, Pág. 15-26. Aqui, foi adaptado e atualizado.

2 Amorim C. Brasil defende o multilateralismo. *Le Monde Diplomatique*. Maio de 2025. Acesso em 22.10.2025. <https://pt.mondediplo.com/2025/05/o-brasil-defende-o-multilateralismo.html>

3 Cox R.W. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre método. In: Gill S. Gramsci: materialismo histórico e relações internacionais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; 2007:101-124. Acesso em 22.10.2025. <https://ru.scribd.com/document/392014459/Robert-Cox-Gramsci-Hegemonia-e-Relacoes-Internacionais>

4 Carnegie A., Clark R. Multilateralism can survive Trump. *Foreign Affairs*. December 24, 2024. Acesso em 27.10.2025. <https://www.foreignaffairs.com/united-states/multilateralism-can-survive-trump>

ao HIV/Aids ou durante a resposta à Covid-19<sup>5</sup>.

Nessa perspectiva, os fóruns plurilaterais, principalmente as organizações internacionais informais, como o BRICS, que sediam discussões sobre saúde global e seus desafios, assumem relevância para fomentar e promover a cooperação internacional. Cooper, Dal e Canon (2022) argumentam que, em termos operacionais, a escolha de instituições informais em detrimento das formais está relacionada ao aumento da importância da eficiência<sup>6</sup>. No entanto, nem todas as organizações internacionais são igualmente relevantes. Cooper (2022) foca na premissa de que algumas instituições informais são mais importantes do que outras e, portanto, merecem maior atenção<sup>7</sup>.

Para o diplomata e assessor-chefe da Assessoria Especial do Presidência da República brasileira para Assuntos Internacionais, Celso Amorim (2025), diferentemente de outras coalizões de países em desenvolvimento, o BRICS tem uma atuação marcada por resultados concretos. Um dos exemplos mais citados por ele é o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), criado em 2014, que oferece financiamento público com foco em infraestrutura e sustentabilidade. Além de possuir um banco que provê financiamento público, o BRICS pretende ser um fórum de articulação política e diplomática entre os países do Sul Global e um espaço para promover a cooperação em diversas áreas, incluindo a saúde<sup>8,9</sup>.

O BRICS reconhece a divisão Norte-Sul e está ciente que o desenvolvimento do Sul Global é o principal passo para avançar na redução das desigualdades no mundo. Apesar dos esforços de industrialização em vários países do Sul, a convergência industrial não foi acompanhada por uma compatibilidade nos níveis de renda e riqueza<sup>10</sup>.

Esse contexto aumentou a relevância do BRICS durante a presidência brasileira em 2025, que estabeleceu duas prioridades estratégicas como foco central: (i) Cooperação do Sul Global e (ii) Parcerias do BRICS para o Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental, sob o lema “Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança Mais Inclusiva e Sustentável”. O Brasil propôs direcionar esforços e atenção política em seis áreas temáticas consideradas fundamentais: (1) Cooperação em Saúde Global; (2) Comércio, Investimento e Finanças; (3) Mudanças Climáticas; (4) Governança da Inteligência Artificial; (5) Reforma da Arquitetura Multilateral de Paz e Segurança; e (6) Desenvolvimento Institucional<sup>11</sup>.

---

5 Acharya, A. et al., 2023. Multipolar or multiplex? Interaction capacity, global cooperation and world order. [Multipolar-or-multiplex-Interaction-capacity-global-cooperation-and-world-order.pdf](#)

6 Cooper, A.F. et al. “The cascading dynamics of informal institutions: organizational processes and governance implications.” *International Politics (The Hague)* (2022): 1-22.

7 Cooper A.F. A critical evaluation of rationalist IR in the analysis of informal institutions. *Int Polit.* 2022. doi:10.1057/s41311-022-00391-y

8 Hoirisch, C. BRICS tenta redesenhar a ordem internacional. Acesso em 22.10.2025. <https://cee.fiocruz.br/?q=Artigo-BRICS-por-Claudia-Hoirisch>

9 Amorim, C. BRICS: o novo nome do multilateralismo. <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2025/07/brics-o-novo-nome-do-multilateralismo.shtml>

10 Arrighi G., Silver B.J., Brewer B.D. Industrial convergence, globalization, and the persistence of the North-South divide. *St Comp Int Dev.* 2003;38:3-31. doi:10.1007/BF02686319

11 Brasil divulga prioridades de sua presidência à frente do BRICS. Acesso em 22.10.2025. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-02/brasil-divulga-prioridades-de-sua-presidencia-frente-dos-brics>

A priorização inédita da Cooperação em Saúde Global pela presidência brasileira do BRICS em 2025 representa uma oportunidade histórica para o Brasil exercer uma liderança inovadora e influente, capaz de reposicionar a saúde no centro das agendas plurilaterais e articular soluções globais em espaços estratégicos como o BRICS. Como Buss, Estephanio, Kavanami e Burger (2024) sugeriram, o Brasil pode continuar a usar sua influência para promover pactos globais transformadores, cujo objetivo comum é a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para avançar em direção à equidade global dentro e entre os países<sup>12</sup>.

Em relação à agenda de saúde, o Brasil incluiu nas discussões objetivos centrais como fortalecer a Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS e o Centro de P&D de Vacinas do BRICS, promover parcerias para a eliminação de Doenças Socialmente Determinadas (DSDs) e infecções, aprimorar a Rede de Pesquisa em TB e abordar emergências de saúde pública de interesse internacional ou catástrofes. Além disso, a agenda se concentrou na infraestrutura física e tecnológica para atendimento especializado em áreas remotas e de difícil acesso, nas autoridades reguladoras do BRICS para produtos médicos e no avanço da inteligência artificial e governança de dados nos sistemas de saúde<sup>13</sup>.

A confluência dessas prioridades culminou na XVII Cúpula do BRICS, realizada no Rio de Janeiro nos dias 6 e 7 de julho. Na ocasião, delegações de onze países membros (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Egito, Etiópia, Indonésia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos) e dez países-parceiros (Bielorrússia, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Malásia, Nigéria, Tailândia, Uganda, Uzbequistão e Vietnã) se reuniram. Seis países convidados também participaram: Angola, Chile, México, Quênia, Turquia e Uruguai. A Cúpula contou com a participação de organizações regionais, incluindo a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e a União Africana (UA), bem como organizações multilaterais dentro do sistema das Nações Unidas, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Bancos de desenvolvimento, incluindo o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), também foram convidados. A forte representação do Sul Global reforçou a expectativa do Brasil de unir uma coalizão significativa de nações e organizações com objetivos alinhados.

No primeiro dia da Cúpula, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil divulgou a Declaração do Rio de Janeiro, sob o tema “Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança Mais Inclusiva e Sustentável”<sup>14</sup>. Juntamente com este documento principal, três declarações foram emitidas: a Parceria do BRICS para a Eliminação de Doenças Socialmente Determinadas<sup>15</sup>, a Declaração-Marco dos Líderes do BRICS sobre Finanças Climáticas<sup>16</sup> e a

---

12 Buss, P.M., Estephanio, J.M., Kavanami, V., Burger, P. Unmatched opportunity: Brazil must use its G20 presidency to focus on transformative global pacts. *BMJ*. 2024;386:q1571. Publicado em 23.07.2024 doi:10.1136/bmj.q1571

13 BRASIL, 2025. Presidência do Brasil. <https://brics.br/en/about-the-brics/brazilian-presidency>

14 Rio de Janeiro Declaration. Strengthening Global South Cooperation for a More Inclusive and Sustainable Governance. Acesso em 22.10.2025. <http://brics.br/en/documents/presidency-documents/250705-brics-leaders-declaration-en.pdf/@download/file>

15 Os países do BRICS assinam parceria para eliminar doenças causadas pela pobreza e pela desigualdade. Acesso em 21.09.2025. <https://brics.br/en/news/brics-nations-sign-partnership-to-eliminate-diseases-driven-by-poverty-znd-inequality>

16 Declaração-Quadro dos Líderes do BRICS sobre Financiamento Climático. Acesso em 21.09.2025. <https://>

Declaração dos Líderes do BRICS sobre Governança Global da Inteligência Artificial<sup>17</sup>.

A seção de desenvolvimento humano e social contém quatro parágrafos relacionados à saúde. Um deles destaca duas iniciativas lideradas pela Fiocruz, instituição estratégica do Estado brasileiro: a Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS, descrita na declaração como um “fórum vital para a colaboração entre organizações de saúde pública de alto nível dos países do BRICS”, coordenada pela Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais da Fiocruz e pela Escola Nacional de Saúde Pública; e o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de Vacinas do BRICS, gerenciado por Bio-Manguinhos.

Além disso, há uma terceira iniciativa também coordenada pela Fiocruz, que é a Conferência dos Institutos Nacionais de Saúde Pública (INSPs) do BRICS. Embora não seja mencionada na Declaração dos Líderes, sua relevância garantiu um lugar na Declaração dos Ministros da Saúde do BRICS<sup>18</sup>. As recomendações da Conferência ajudarão a avançar o conhecimento em saúde pública e apoiar os processos de tomada de decisão.

O objetivo deste artigo é documentar o progresso derivado do desenvolvimento dessas três iniciativas lideradas pela Fiocruz durante a presidência do BRICS em 2025. Ao detalhar os resultados operacionais e analisar suas contribuições para as questões de saúde global, este trabalho visa fornecer um plano e recomendações concretas para a presidência indiana do BRICS, a fim de dar continuidade às ações da trilha de saúde.

## Avanço das iniciativas lideradas pela Fiocruz

### Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde dos BRICS

A Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS foi proposta pela primeira vez em 2024, durante a presidência russa do grupo, com a Fiocruz designada representante do Brasil. Seu objetivo é fomentar a cooperação e o apoio mútuo em saúde pública, incluindo a análise dos sistemas de saúde dos países BRICS.

Durante a presidência brasileira em 2025, a iniciativa evoluiu para um Programa de Trabalho estruturado com a finalidade de fortalecer os sistemas de saúde dos países BRICS por meio da Cooperação Sul-Sul. O principal propósito da Rede é promover a colaboração e o apoio mútuo entre os países BRICS na área de saúde pública. O trabalho da Rede se baseia em dois pilares fundamentais: (1) Cooperação Sul-Sul, como instrumento essencial para o fortalecimento dos sistemas de saúde, (2) Reforço dos sistemas de saúde para melhorar simultaneamente o bem-estar populacional e aprimorar a eficiência e a qualidade dos serviços de saúde.

Os BRICS constituem um grupo de países populosos e economicamente dinâmicos enfrentando desigualdades sociais comuns aos países do Sul Global. Possuem sistemas de saúde

---

[www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-marco-dos-lideres-do-brics-sobre-financas-climaticas](http://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-marco-dos-lideres-do-brics-sobre-financas-climaticas)

17 Declaração dos Líderes do BRICS sobre Governança Global da Inteligência Artificial. Acesso em 21.09.2025. [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-dos-lideres-do-brics-sobre-governanca-global-da-inteligencia-artificial](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-dos-lideres-do-brics-sobre-governanca-global-da-inteligencia-artificial)

18 Declaração da XV Reunião de Ministros da Saúde do BRICS. Acesso em 21.09.2025. [http://brics.br/en/documents/social-issues/250617\\_brics\\_xv-brics-health-declaration.pdf/@@download/file](http://brics.br/en/documents/social-issues/250617_brics_xv-brics-health-declaration.pdf/@@download/file)

com diferentes organizações e desafios similares relacionados à governança, financiamento e controle de algumas doenças infecciosas e crônicas. Estudos recentes destacaram a importância de fortalecer seus sistemas de saúde para aumentar sua resiliência para futuras emergências de saúde<sup>19</sup>. Há evidências da relevância do papel dos Estados-nação na construção de estratégias para a soberania em saúde e a necessidade de fortalecer a cooperação entre os países dos BRICS de uma perspectiva equitativa<sup>20,21</sup>.

Um marco político significativo em 2025 foi a realização da 15ª reunião dos Ministros da Saúde dos BRICS, reafirmando a importância da cooperação em saúde. A declaração final enfatizou o compromisso coletivo de enfrentar os desafios de saúde global, reduzindo as desigualdades estruturais e expandindo a colaboração por meio do Sul Global. Os Ministros destacaram a necessidade de construir capacidades e garantir acesso universal à saúde, vacinas, medicamentos e diagnósticos, e fortalecer sistemas resilientes que promovam a equidade na saúde. O principal resultado dessa declaração foi o reconhecimento formal da Rede de Pesquisa do BRICS como uma plataforma essencial para a colaboração, focada em políticas e pesquisa em sistemas de saúde. Esse endosso político consolidou a legitimidade da Rede e reforçou o seu papel como mecanismo estratégico para ação coletiva.

Com base nesses avanços, o Programa de Trabalho da Rede de Pesquisa do BRICS foi estruturado em torno de três áreas principais: (1) cooperação técnica, visando identificar boas práticas e políticas prioritárias em cada país, sempre respeitando os contextos nacionais e promovendo a autonomia local, (2) construção de capacidades em áreas estratégicas para fortalecer os sistemas de saúde, por meio de seminários e cursos curtos, (3) pesquisa em sistemas de saúde, para gerar evidências que apoiem decisões de saúde pública. O processo de desenvolvimento desse programa foi altamente participativo. Reuniões foram realizadas com forte engajamento dos membros da rede, com diálogos amplos sobre sistemas de saúde e cooperação em áreas prioritárias, o que permitiu a identificação de desafios comuns e inúmeras possibilidades para ação conjunta.

A implementação do Programa de Trabalho teve início em abril de 2025 com a reunião inaugural da Rede. Nesse encontro, as características do sistema de saúde de cada país foram mapeadas e discutiu-se o papel do Banco dos BRICS no financiamento de iniciativas conjuntas. Cada delegação forneceu uma visão geral de seu sistema de saúde, abordando sua organização, governança, financiamento, políticas prioritárias e os principais problemas de saúde enfrentados por suas populações. Com base nisso, uma questão central foi levantada: quais seriam as áreas potenciais de cooperação e pesquisa conjuntas entre os países BRICS, considerando suas características, pontos fortes e desafios? As apresentações sinalizaram a grande diversidade de experiências, revelaram desafios comuns e, acima de tudo, várias oportunidades para fortalecer os sistemas de saúde dos BRICS colaborativamente.

Em maio de 2025, foi realizada a segunda reunião da Rede. Naquele momento, o diálogo

---

19 Pereira, A.M.M., Esperidião, M.A., Andrade, S.K.A.V., et al. Governance and responses of health and surveillance systems to Covid-19 in BRICS countries: A scoping review protocol. *PLoS One*. 2025;20(3):e0319572. Publicado em 17.03.2025. doi:10.1371/journal.pone.0319572

20 Martins, T.C.F., Guimarães, R.M., Pereira, A.M.M. BRICS in the management of the Covid-19 pandemic: a comparative study on social distancing and vaccination measures in the nations of the bloc. *Cad Saude Publica*. 2025;41(5):e00069024. Publicado em 9.06.2025. doi:10.1590/0102-311XPT069024

21 Martins, T.C.F., Pereira, A.M.M., Machado, C.V., de Freitas, C.M., Guimarães, R.M. Comparative analysis of the lethality pattern of Covid-19 and the response of BRICS countries to the pandemic in the context of multi-lateralism: An ecological study. *PLoS One*. 2025;20(9):e0332883. Publicado em 30.09.2025. doi:10.1371/journal.pone.0332883

sobre oportunidades de cooperação sobre os sistemas de saúde do BRICS progrediu. Cada representante apresentou as políticas prioritárias e boas práticas em saúde, enriquecendo o debate coletivo. Também se discutiu a governança da cooperação entre países, identificando mecanismos para implementar essas práticas de interesse bilateral ou plurilateral. Outro resultado importante foi a apresentação dos Termos de Referência para a construção de um compêndio de políticas e boas práticas em sistemas de saúde, com critérios de inclusão e conteúdo básico. Além disso, foram apresentados os Termos de Referência para a elaboração de um livro sobre os sistemas de saúde dos países BRICS, com a intenção de gerar resultados aplicados. Por fim, foram identificadas áreas prioritárias para pesquisa conjunta e atividades de capacitação. Esse mapeamento abriu caminho para a próxima fase do trabalho. A consolidação de um Programa de Trabalho estruturado para implementar ações de pesquisa, capacitação e cooperação técnica é um dos principais resultados do trabalho da Rede em 2025. Esse esforço coletivo resultará em três produtos concretos: uma cesta de políticas prioritárias e boas práticas em sistemas de saúde, atividades conjuntas de pesquisa e treinamento em áreas prioritárias e um livro abrangente sobre os sistemas de saúde dos países BRICS.

Essas áreas incluem estruturação e temas estratégicos para o fortalecimento dos sistemas de saúde, tais como: (1) atenção primária em saúde, (2) saúde digital e sistemas de informação em saúde, (3) desenvolvimento e fornecimento de vacinas, medicamentos, testes diagnósticos e suprimentos estratégicos, (4) estudos epidemiológicos, vigilância e preparação para emergências, (5) envelhecimento e controle de doenças crônicas, (6) saúde materna e infantil, (7) meio ambiente, mudanças climáticas e saúde; (8) doenças transmissíveis; (9) determinantes sociais da saúde e (10) recursos humanos em saúde.

Um dos elementos mais inovadores do Programa de Trabalho da Rede é o conjunto de políticas prioritárias e boas práticas nos sistemas de saúde dos BRICS. Este instrumento reúne experiências nacionais bem-sucedidas que podem inspirar outros países do bloco. A proposta era que cada país selecionasse práticas relevantes, considerando seu próprio contexto, e que essas práticas compusessem uma cesta para os Ministérios da Saúde, como apoio e incentivo à cooperação. O compêndio é um repositório vivo que valoriza a diversidade dos países BRICS e fortalece a Cooperação Sul-Sul.

Em resumo, a Rede pressupõe três estratégias colaborativas para construir sistemas de saúde mais resilientes: 1. apoiar a cooperação Sul-Sul por meio do desenvolvimento de uma cesta de políticas prioritárias e boas práticas nos sistemas de saúde, 2. fomentar atividades conjuntas de pesquisa e capacitação em áreas estratégicas como atenção primária, saúde digital, vigilância epidemiológica, envelhecimento e doenças crônicas, doenças transmissíveis, saúde materno-infantil, mudanças climáticas, entre outras e 3. ampliar a produção e disseminação de evidências sobre os sistemas de saúde dos países BRICS por meio de um livro abrangente, que está em andamento.

A natureza inovadora dessa proposta está no processo participativo: cada país elaborará projetos de acordo com seus interesses e, depois da validação da Rede, serão formados subgrupos para desenvolver pesquisas e ações de capacitação.

A Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS foi concebida para apoiar o fortalecimento de diversas áreas estratégicas. Entre elas estão os sistemas universais de saúde, a atenção primária, a saúde digital e, o avanço da ciência e tecnologia na saúde nos países do bloco. Outro ponto essencial é expandir a influência dos países no Sul Global na governança da saúde. E, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável com inclusão social, reforçando a saúde como direito e como vetor de justiça social.

## Centro de P&D de Vacinas do BRICS

O Centro de P&D de Vacinas dos BRICS se baseia em um compromisso contínuo com a ação coletiva, remontando suas origens à X Cúpula dos BRICS em Joanesburgo, em 2018<sup>22</sup>. Naquela ocasião, os líderes demonstraram sua primeira inclinação para estabelecer mecanismos de cooperação relacionados à pesquisa e desenvolvimento (P&D) de vacinas.

Esse ímpeto foi mantido em reuniões subsequentes. Por exemplo, a Declaração de Moscou de 2020 incentivou a operacionalização oportuna e eficaz do Centro de P&D de Vacinas BRICS. Em 2021, a Declaração de Nova Délhi saudou o progresso alcançado em direção a um lançamento virtual.

Os cinco países originais (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) chegaram a um consenso ao designar instituições nacionais de destaque para representá-los no Centro. O Instituto de Tecnologia em Imunológicos da Fundação Oswaldo Cruz (Bio-Manguinhos/Fiocruz) foi nomeado como o centro nacional brasileiro.

O lançamento virtual do Centro de P&D de Vacinas dos BRICS, ocorreu em 22 de março de 2022, liderado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia da China. Durante este evento, os centros nacionais propuseram uma “Iniciativa para Fortalecer a Cooperação em Vacinas e Construir Conjuntamente uma Linha de Defesa contra a Pandemia” (*Initiative to Strengthen Cooperation on Vaccines and Jointly Build a Defense Line Against Pandemic*)<sup>23</sup>, solidificando uma plataforma significativa para a preparação e a soberania tecnológica entre os países-membros.

Como pano de fundo, o Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus alertava “... O mundo está à beira do abismo de uma falha moral catastrófica – e o preço desse fracasso será pago com vidas e meios de subsistência nos países mais pobres do mundo”. Esse desabafo veio em um momento no qual países de alta renda administravam mais de 39 milhões de doses da vacina contra a Covid-19 em pelo menos 49 países, em comparação com apenas 25 doses em um único país de baixa renda”<sup>24,25,26</sup>. Essas disparidades persistiram ao longo de toda a pandemia – em novembro de 2022, quase 13 bilhões de doses de vacina já tinham sido administradas globalmente, no entanto, menos de 25% das pessoas em países de baixa renda haviam recebido sequer uma dose<sup>27</sup>.

---

22 X BRICS Summit – Johannesburg Declaration – 27.07.2018. Acesso em 22.10.2025. <https://www.gov.br/mre/en/contact-us/press-area/press-releases/10th-brics-summit-johannesburg-declaration-july-27-2018>

23 [Online Launching Ceremony of the BRICS Vaccine R&D Center and Workshop on Vaccine Cooperation Successfully Held](https://brics2022.mfa.gov.cn/eng/dtxw/202203/t20220323_10654696.html). [https://brics2022.mfa.gov.cn/eng/dtxw/202203/t20220323\\_10654696.html](https://brics2022.mfa.gov.cn/eng/dtxw/202203/t20220323_10654696.html)

24 WHO Director-General's opening remarks at 148th session of the Executive Board. Acesso em: 22.10.2025. <https://www.who.int/news-room/speeches/item/who-director-general-s-opening-remarks-at-148th-session-of-the-executive-board>

25 Buss P., Hoirisch C., Alcazar S. O Brics e a barbárie global das vacinas [BRICS and the global barbarity of vaccines]. Acesso em: 22.10.2025. <https://cee.fiocruz.br/?q=o-brics-e-barbarie-global-das-vacinas>

26 Hoirisch C. Quo vadis, Brics? Colaboração biofarmacêutica, diplomacia vacinal dos bRICS e (des)motivações para o cumprimento dos compromissos acordados sobre vacinas COVID-19 [Quo vadis, BRICS? Biopharmaceutical collaboration, vaccine diplomacy of the BRICS and (de)motivations for fulfilling the agreed commitments on COVID-19 vaccines]. Acesso em: 22.10.2025. <https://api.arca.fiocruz.br/api/core/bitstreams/e747f0b4-d61f-424c-9aca-894a1e20e7a6/content>

27 Gleeson D., Townsend B., Tenni B.F., Phillips T. Global inequities in access to COVID-19 health products and technologies: A political economy analysis. *Health Place*. 2023;83:103051. doi:10.1016/j.healthplace.2023.103051

O acesso aos testes diagnósticos e tratamentos para Covid-19 revelaram disparidades semelhantes. Apenas 0,4% dos 3 bilhões de testes de Covid-19 realizados globalmente, até março de 2022, foram feitos em países de baixa renda<sup>28</sup>. Disparidades no acesso ao tratamento para a Covid-19 se mostraram ainda mais gritantes, com países de alta renda reservando para si mais de 70% dos medicamentos disponíveis, enquanto apenas oito países de baixa renda haviam recebido antivirais orais até novembro de 2022<sup>29</sup>. Essas falhas sistêmicas encorajaram os países do BRICS a estabelecerem esse mecanismo colaborativo. Da mesma forma, os países do BRICS reconheceram a necessidade de desenvolver soluções eficazes para desafios emergentes, incluindo uma resposta rápida e coordenada para uma potencial ameaça da Doença X<sup>30</sup>.

Em 2024, durante a Presidência protempore da Federação Russa, o Centro avançou ainda mais suas atividades ao propor uma plataforma eletrônica voltada para intensificar conexões entre os participantes. Esse esforço foi refletido na Declaração resultante da 14ª Reunião dos Ministros da Saúde dos BRICS, onde a Rússia apresentou o Banco Eletrônico de P&D (e-R&D-Stock). Esse mecanismo é dedicado ao intercâmbio digital, projetado para fomentar projetos de colaboração científicos e tecnológicos. Busca conectar diversas partes interessadas do ecossistema de vacinas, incluindo instituições de pesquisa, desenvolvimento e produção, para possibilitar o compartilhamento de competências, disseminação de informações sobre projetos de inovação e serviços de prestação de consultoria. Suas principais funcionalidades focam principalmente em otimizar a colaboração em P&D, nos estudos clínicos e pré-clínicos, na transferência de tecnologia e em atividades da cadeia de suprimentos.

Sob a presidência pro tempore do Brasil em 2025, o Ministério da Saúde brasileiro, junto com Bio-Manguinhos/Fiocruz, propuseram quatro objetivos principais para avançar significativamente nas atividades do Centro: prosseguir as discussões e elaborar uma estrutura para o Repositório Eletrônico de P&D (*e-R&D-Hub*, na sigla em inglês); estimular parcerias bilaterais e cooperação com outras Redes BRICS (tais como as de Tuberculose, de Doenças Socialmente Determinadas e Agências Reguladoras), enfatizando o alinhamento com a Coalizão Global para a Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo; promover o engajamento do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) para estabelecer uma estratégia de mobilização de recursos para iniciativas de vacinas e de biotecnologia dos BRICS; e conduzir o Centro em direção a uma estrutura operacional concreta, levando em conta a expansão dos membros do grupo.

*Pari passu* a esses objetivos, o Centro também busca contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, especialmente o Objetivo 3 – Saúde e bem-estar. Alinhado com uma agenda que integra ciência e produção enquanto contribui para políticas públicas; esses esforços visam expandir as capacidades regionais e do Sul Global em inovação e produção, com o objetivo de garantir o acesso equitativo às vacinas e tecnologias de saúde.

Em 2025, o Centro realizou três reuniões amplas. O primeiro encontro, em março, buscou reunir um entendimento compartilhado sobre o funcionamento dos sistemas de saúde dos países, com foco em calendários vacinais e acesso à vacinação; a perspectiva da Organização Mundial

---

28 Balakrishnan V.S. 2 years of the Access to COVID-19 Tools-Accelerator. *Lancet Infect Dis.* 2022;22(7):948. doi:10.1016/S1473-3099(22)00378-4

29 COVID-19 Market Dashboard. Unicef (s/d) COVID-19 market dashboard. Acesso em: 07.10.2025 <https://www.unicef.org/supply/covid-19-market-dashboard>

30 Moscow Declaration of the XIV BRICS Health Ministers' Meeting. Acesso em: 22.10.2025. <https://brics.br/pt-br/documentos/acervo-de-presidencias-antiores/health-ministerial-declarations/2024-brics-health-ministers-declaration.pdf/@download/file>

da Saúde sobre possíveis contribuições dos BRICS à saúde global; e os mecanismos operacionais e potencial apoio do NBD ao Centro de Vacinas, enfatizando uma abordagem equilibrada em relação aos requisitos para conduzir a criação do e-R&D-Hub.

A segunda reunião, em maio, teve como temas principais: aprimorar a cooperação entre os membros do Centro baseado em oportunidades previamente identificadas; fortalecer a integração com outras iniciativas de saúde dos BRICS (Rede de Pesquisa de TB, Parceria para a Eliminação de Doenças Socialmente Determinadas e cooperação entre agências reguladoras); avançar na proposta para o estabelecimento do e-R&D-Hub, e discutir oportunidades para apoiar as atividades do Centro – incluindo a elaboração de propostas de parágrafos da declaração ministerial para destacar as prioridades e aspirações do Centro.

Finalmente, a terceira reunião em setembro focou no aprofundamento das bases necessárias para a consolidação e futuras atividades do Centro. As discussões incluíram uma atualização do progresso do Grupo de Trabalho do e-R&D-Hub, uma revisão da estrutura de governança do Centro (originalmente proposta pela China em 2022) para adaptá-la junto aos novos membros do BRICS, e o compartilhamento de informações sobre os resultados da Reunião das Autoridades Reguladoras de Produtos Médicos do BRICS.

Além disso, a reunião deu início a uma discussão sobre a proposta de um projeto dedicado de uma vacina BRICS, identificando a tuberculose como o primeiro alvo potencial. A sessão terminou com uma valiosa troca de experiências sobre regulação em P&D, propriedade intelectual, transferência de tecnologia e financiamento de infraestrutura, com apresentações dos principais *players* da indústria que integram o Centro.

Ao longo de 2025, os países-membros do BRICS concordaram em estabelecer oficialmente um Grupo de Trabalho (GT) para operacionalizar a iniciativa. Este GT se reuniu mensalmente desde junho de 2025, concentrando-se na resolução de desafios operacionais e legais necessários para o lançamento da plataforma digital. Uma conquista-chave foi a finalização e o acordo dos Termos de Referência em outubro de 2025. Este documento define o escopo e os mandatos do Grupo, uma estrutura formal de governança, incluindo a criação de um Comitê Diretor, um Conselho Consultivo, e uma Secretaria. Ademais, prevê-se a definição de três status distintos de participação, a saber: Membro, Ingressante e Observador. Outras questões de destaque nas discussões lançam luzes para a resolução de questões críticas como a garantia de um modelo de financiamento sustentável, o estabelecimento de políticas para propriedade intelectual e segurança de dados, e a salvaguarda da interoperabilidade técnica entre os sistemas dos países-membros. As entregas futuras para o GT incluem a elaboração de um plano de ação operacional, incluindo o desenvolvimento de uma Política de Governança de Dados, uma Política de Propriedade Intelectual e uma Proposta Orçamentária e de Mobilização de Recursos para garantir o suporte necessário para a implementação completa da plataforma.

## Conferência dos Institutos Nacionais de Saúde Pública do BRICS

A Conferência dos Institutos Nacionais de Saúde Pública (INSPs) do BRICS<sup>31</sup> teve como

31 [Fiocruz promove 1ª Conferência dos Institutos Nacionais de Saúde Pública dos Brics | Portal Fiocruz](https://fiocruz.br/noticia/2025/09/fiocruz-promove-1a-conferencia-dos-institutos-nacionais-de-saude-publica-dos-brics). Setembro de 2025. <https://fiocruz.br/noticia/2025/09/fiocruz-promove-1a-conferencia-dos-institutos-nacionais-de-saude-publica-dos-brics>

objetivo formular mensagens e propostas coordenadas, a partir da contribuição de cerca de vinte Institutos Nacionais de Saúde Pública (incluindo países membros e parceiros do BRICS), com vistas a oferecer assessoramento técnico e político aos Ministros da Saúde do BRICS e a promover a cooperação entre os países.

A Conferência foi realizada no Rio de Janeiro, entre 15 e 17 de setembro de 2025, e foi concebida como um fórum voltado à geração de conhecimento mútuo entre os INSPs do BRICS, bem como à promoção da coordenação política e técnica em torno de temas críticos para essas instituições, tais como vigilância em saúde e doenças socialmente determinadas.

Apesar de sua diversidade funcional, os INSPs compartilham um compromisso comum com a saúde pública e o bem-estar da população em seus respectivos países, assessorando e apoiando seus respectivos governos por meio de orientações científicas e técnicas. Como estruturas centrais dos sistemas de saúde, desempenham papel fundamental na redução das iniquidades em saúde, na proteção das populações frente a ameaças e emergências sanitárias — como pandemias, doenças imunopreveníveis, doenças infecciosas emergentes e reemergentes, desastres naturais e resistência antimicrobiana —, além de contribuírem para a garantia de uma atenção à saúde universal, integral e de qualidade, em consonância com a abordagem de Uma Só Saúde (One Health)<sup>32</sup>.

Essenciais para a implementação de um número significativo de decisões políticas, os INSPs exercem funções fundamentais da saúde pública ao produzir evidências científicas que subsidiam ações governamentais, ao contribuir para a formação e o desenvolvimento da força de trabalho em saúde e ao engajar-se em colaborações intersetoriais, regionais e internacionais voltadas ao fortalecimento da segurança sanitária global, entre outras atribuições<sup>33</sup>.

Nesse sentido, a coordenação, o alinhamento e o planejamento conjunto viabilizados pela Conferência dos INSPs do BRICS configuram fatores-chave para ampliar a efetividade das ações e compromissos assumidos pelos governos dos países-membros, contribuindo de forma decisiva para a construção de sistemas de saúde mais resilientes, robustos, equitativos, eficazes e de alta qualidade<sup>34</sup>.

A agenda da Conferência<sup>35</sup> abrangeu os seguintes temas:

1. Diálogo estratégico entre os INSPs do BRICS: mapeamento das capacidades institucionais às prioridades comuns em saúde;
2. Vigilância em saúde e resposta às emergências;
3. Fortalecimento dos sistemas nacionais de saúde;

---

32 Tweed S., Selbie D., Tegnell A., et al. Syndemic health crises - The growing role of National Public Health Institutes in shaping a coordinated response. *Int J Health Plann Manage*. 2023;38(4):889-897. doi:10.1002/hpm.3634

33 Squires N., Garfield R., Mohamed-Ahmed O., et al. Essential public health functions: the key to resilient health systems. *BMJ Glob Health*. 2023;8(7):e013136. doi:10.1136/bmjgh-2023-013136

34 Moreira M., Buss P.M., Estephano J.M. Strengthening national public health institutes: Fiocruz's perspective. In: Kickbusch I, Kirton J. Health: a political choice – the future of health in fractured world, London: Global Governance Project, 2025. Acesso em: 22.10.2025. <https://a.storyblok.com/f/305196/x/111f24a7f2/health-is-a-political-choice.pdf>

35 [Program Conference BRICS NPHIs Final Version \(2\) 0.pdf](https://agencia.fiocruz.br/sites/agencia.fiocruz.br/files/Program_Conference%20BRICS%20NPHIs_Final%20Version%20(2)_0.pdf). [https://agencia.fiocruz.br/sites/agencia.fiocruz.br/files/Program\\_Conference%20BRICS%20NPHIs\\_Final%20Version%20\(2\)\\_0.pdf](https://agencia.fiocruz.br/sites/agencia.fiocruz.br/files/Program_Conference%20BRICS%20NPHIs_Final%20Version%20(2)_0.pdf)

4. Cooperação do BRICS sobre os determinantes sociais da saúde para o enfrentamento das iniquidades em saúde;
5. Mudanças climáticas, saúde e equidade: um caminho estratégico rumo à COP30; e
6. Combate à fome e à pobreza.

Como principal resultado, a Conferência acordou o lançamento da Rede dos Institutos Nacionais de Saúde Pública do BRICS, que dará continuidade ao engajamento dos INSPs em temas prioritários de saúde por meio de grupos de trabalho específicos. Outro resultado relevante foi o compromisso do Governo da Índia de incluir tanto a Conferência quanto essa Rede na agenda de sua próxima presidência do BRICS. Esses e outros compromissos estão registrados na Declaração da Conferência<sup>36</sup>.

## Outras iniciativas de saúde mencionadas na Declaração de Líderes

Os países optaram por desenvolver uma Parceria para a Eliminação de Doenças Socialmente Determinadas<sup>37</sup>. O conceito envolve países se unindo para eliminar doenças relacionadas à pobreza, como tuberculose, hanseníase, febre amarela e dengue.

A Parceria estabelecerá doenças prioritárias em cada etapa, de acordo com a legislação e as capacidades de cada país. Conferências globais e regionais sobre o tema estão planejadas, com participação de institutos nacionais de saúde, universidades e ministérios da saúde.

Uma vez identificadas as doenças prioritárias, a Parceria buscará fortalecer as iniciativas existentes dos BRICS, especialmente a Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde e o Centro de P&D de Vacinas (e, no caso da tuberculose, a Rede de Pesquisa de TB dos BRICS), que fornecem plataformas robustas para pesquisa colaborativa, vigilância, treinamento de profissionais de saúde e inovação.

Em relação às doenças socialmente determinadas, é importante notar que os países BRICS respondem por mais de 50% da carga global da tuberculose. A Rede de Pesquisa em TB tem como intuito participar de ensaios clínicos para novas vacinas em desenvolvimento. O financiamento para esse tipo de pesquisa continua sendo uma preocupação, e, sob a liderança do Brasil, novas fontes de financiamento serão perseguidas para apoiar iniciativas de pesquisa em andamento. A consolidação da Rede de Pesquisa em TB com apoio de o Novo Banco de Desenvolvimento e da Organização Mundial da Saúde, orientando pesquisa e políticas, juntamente com a cooperação reguladora em produtos médicos, demonstra o progresso concreto que o BRICS fez como grupo<sup>38</sup>.

---

36 Conference of the BRICS National Public Health Institutes (NPHIs). Final report. Setembro de 2025. <https://api.arca.fiocruz.br/api/core/bitstreams/7f8da2b7-6d54-4cb7-ad53-1988ddf20351/content>.

37 Elimination of Socially Determined Diseases and Infections. Issue note. BRICS 2025. Acesso em: 22.10.2025. <https://brics.br/pt-br/documentos/elimination-of-socially-determined-diseases-and-infections-issue-note-brics-2025.pdf/@download/file>

38 Health receives priority at the 17th BRICS Summit in Rio de Janeiro. <https://cee.fiocruz.br/?q=saude-recebe-prioridade-na-17-cupula-do-brics-no-rio-de-janeiro>. Acesso em 21.09.2025.

## Considerações Finais

O BRICS tem consolidado sua atuação como um ator central na governança da saúde, especialmente por meio da Cooperação Sul-Sul. A iniciativa Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS opera com base na premissa de que sistemas de saúde pública robustos podem impulsionar melhorias sociais e econômicas, com impactos diretos e indiretos nas condições de vida. Pesquisa, treinamento de pessoal de saúde e cooperação técnica entre os países BRICS podem contribuir para o fortalecimento dos sistemas universais de saúde, com Atenção Primária, Saúde Digital, Ciência e Tecnologia atuando como componentes estratégicos.

Na mesma linha, o e-R&D-Hub destaca-se como uma proposta estrutural por meio da qual países-membros – apesar de sua diversidade e distâncias geográficas – podem apresentar projetos colaborativos potenciais para desenvolver produtos de saúde estratégicos. Surge com um mecanismo essencial para fomentar parcerias não apenas para vacinas, mas também para medicamentos e kits de diagnóstico que apoiam políticas de saúde, garantindo o acesso equitativo. O estabelecimento de um GT representa um passo importante para o projeto. No entanto, maior compromisso e participação ativa dos países membros serão essenciais para atingir plenamente seus objetivos pretendidos.

No contexto da atual crise do multilateralismo, onde decisões políticas deliberadas têm impactado gravemente a saúde de povos e regiões vulneráveis, a participação dos países BRICS na saúde global é vista como uma oportunidade para uma nova governança, baseada na solidariedade, justiça social e direito universal à vida.

Desde 2025, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, vem implementando uma série de ações executivas que remodelaram significativamente o engajamento do país na saúde global e na ajuda humanitária. A administração Trump decidiu se retirar da Organização Mundial da Saúde (OMS); suspendeu suas contribuições para organizações internacionais de saúde, como a Aliança Global para Vacinas e Imunização (GAVI); e restringiu o compartilhamento de dados entre os Centros de Controle e Prevenção de Doenças dos EUA (CDC) e a OMS. Além disso, cortes substanciais foram feitos no financiamento americano para pesquisa biomédica, entre outros.

Guiadas por uma agenda “América Primeiro”, essas políticas priorizam interesses domésticos em detrimento dos compromissos internacionais, impactando iniciativas de saúde global, preparação para pandemias e cooperação internacional.

Esses desenvolvimentos comprometeram gravemente o financiamento global em saúde, obrigando muitos países a redirecionar recursos internamente e buscar soluções alternativas para enfrentar os desafios emergentes. Nesse cenário, os países BRICS surgem como uma alternativa viável para preencher esse hiato ao utilizarem seu conhecimento e experiência em saúde na CSS.

De uma forma geral, pode-se afirmar que a Cúpula dos BRICS trouxe resultados altamente positivos em todas as áreas, embora o acompanhamento contínuo seja necessário para garantir a implementação de propostas aprovadas. Logo, seria vantajoso avançar em sua institucionalização, com a criação de um Conselho permanente de Ministros da Saúde, apoiado por uma secretaria técnica. Isso facilitaria a implementação de medidas acordadas, possibilitaria uma resposta coordenada face a uma nova pandemia e outras emergências de saúde e, permitiria articular posições comuns em fóruns internacionais.

---

# Revitalizar o multilateralismo por meio da agenda da saúde: a Presidência Brasileira dos BRICS em 2025<sup>1</sup>

Alexandre Rocha Santos Padilha

**Resumo:** Esta análise de políticas destaca como a presidência dos BRICS em 2025, sob a liderança do Brasil, promoveu uma agenda coletiva de saúde fundamentada em equidade, inovação e solidariedade entre as nações do Sul Global. Por meio da XV Reunião de Ministros da Saúde dos BRICS (Brasília, 17 de junho de 2025), os membros priorizaram a cooperação em tuberculose, a convergência regulatória, a saúde digital e a eliminação de doenças socialmente determinadas. Esses esforços reafirmaram a saúde como um pilar estratégico para a renovação multilateral. Entre os principais resultados, o bloco lançou a Parceria para a Eliminação de Doenças Socialmente Determinadas, a Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública e avançou na harmonização regulatória e na governança de inteligência artificial e dados de saúde. Juntas, essas iniciativas criaram marcos operacionais para ampliar o acesso, fortalecer a colaboração em pesquisa e construir soberania tecnológica. As conquistas domésticas do Brasil – como a certificação da Organização Mundial da Saúde em 2024 para a eliminação da filariose linfática e a transformação digital nacional por meio do Programa SUS Digital e da Rede Nacional de Dados em Saúde – refletem como o progresso nacional pode reforçar os objetivos coletivos. Ao traduzirem a vontade política compartilhada em cooperação prática, os BRICS demonstram que a colaboração Sul-Sul pode gerar resultados mensuráveis. Esses avanços consolidam o bloco como força propulsora de uma governança global da saúde mais inclusiva e como um modelo de como economias emergentes podem promover a cobertura universal de saúde e a saúde para todos em escala global.

**Palavras-chave:** cooperação internacional; saúde global; equidade em saúde; prevenção e controle da tuberculose; políticas de saúde; inteligência artificial; saúde digital; cooperação Sul-Sul

**Citação:** Padilha ARS. Renewing multilateralism through health agenda: Brazil's 2025 BRICS Chairship. *The BRICS Health Journal*. 2025;2(3):4–14. <https://doi.org/10.47093/3034-4700.2025.2.3.4-14>

## Contexto

Muitas das tendências geopolíticas globais vigentes em 2025 expuseram repetidamente as

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente em *The BRICS Health Journal*, em 19/12/2025. Acesso: <https://www.bricshealth-journal.com/jour/article/view/52/22>. Tradução de Carolina Leocadio.

limitações do multilateralismo tradicional para oferecer respostas eficazes, oportunas e equitativas a desafios transfronteiriços [1]. As instituições da segunda metade do século XX – entre elas as Nações Unidas, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e várias estruturas de Bretton Woods – têm lutado para se adaptar à crescente complexidade dos riscos globais e às demandas crescentes do Sul Global por inclusão e equidade [2]. A dificuldade em responder prontamente a novas ameaças tem sido particularmente evidente na governança da saúde pública: desde a resposta à pandemia de COVID-19 e a persistente desigualdade no acesso a vacinas até o progresso insuficiente no enfrentamento dos determinantes sociais da saúde e as emergências desencadeadas por conflitos ou desastres ambientais. Nesse cenário, a credibilidade de uma governança hierárquica e centrada no Norte diminuiu, abrindo espaço para novas alternativas provenientes de diferentes atores [3].

É nesse contexto que os países dos BRICS se afirmam como uma força fundamental na renovação do multilateralismo. Ao colocar as prioridades das economias emergentes no centro de suas ações, o bloco está em condições de enfrentar muitos dos principais desafios globais com uma nova abordagem. Os mecanismos e instituições dos BRICS vêm progressivamente ganhando profundidade e capacidade operacional, e assim conquistam uma relevância inquestionável no cenário geopolítico atual.

A presidência brasileira dos BRICS em 2025, sob a liderança do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cumpriu sua missão de colocar em evidência muitos desafios globais. Guiada pelo tema “Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança Mais Inclusiva e Sustentável”, o Brasil elevou a saúde não apenas ao status de agenda técnica, mas à condição de uma das melhores demonstrações da capacidade do bloco de gerar resultados práticos e mensuráveis para enfrentar esses desafios.

Na seção a seguir, esta análise de políticas explorará os desafios fundamentais que a presidência brasileira escolheu como prioridades na agenda de saúde dos BRICS em 2025, além de apresentar os principais resultados alcançados por cada grupo de trabalho. O objetivo é delinear um caminho claro para que os países do bloco ampliem a cooperação e solucionem problemas em comum.

A agenda de saúde da presidência brasileira articula inovação, equidade e cooperação em torno de um conjunto de prioridades interdependentes. As próximas seções deste texto apresentam as principais prioridades em saúde impulsionadas durante a presidência brasileira dos BRICS em 2025. Cada uma delas ilustra como o bloco vem traduzindo compromisso político em cooperação prática que fortalece os sistemas de saúde pública e promove a soberania tecnológica. O artigo examina primeiro a Parceria para a Eliminação de Doenças Socialmente Determinadas (DSDs), uma iniciativa emblemática que estabelece uma ponte entre equidade em saúde e desenvolvimento sustentável. Em seguida, são explorados os progressos na convergência regulatória entre autoridades de produtos médicos e inovações em saúde digital e inteligência artificial, voltadas a assegurar um acesso mais inclusivo aos cuidados de saúde. As seções subsequentes destacam o trabalho colaborativo por meio da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública (INSPs), da Rede de Pesquisa em Tuberculose (TB) dos BRICS e do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de Vacinas, seguidas por áreas emergentes como a medicina nuclear e o *BRICS Health Journal* como uma plataforma para a diplomacia científica. Em conjunto, essas iniciativas demonstram como os países dos BRICS estão construindo uma arquitetura compartilhada para a cooperação em saúde que reforça o multilateralismo e promove a equidade em saúde global.

## Parceria para a Eliminação de DSDs

Os membros dos BRICS alcançaram um marco significativo durante a presidência brasileira de 2025 com a criação e o lançamento da Parceria para a Eliminação de DSDs. Alicerçada na compreensão de que as desigualdades em saúde têm origem na iniquidade, na privação e em barreiras estruturais, a Parceria foi concebida para mobilizar a expertise acumulada dos países dos BRICS em prol da cooperação. Seus cinco pilares (fortalecimento de sistemas, ação inter-setorial, inovação, financiamento sustentável e *advocacy* global) materializam uma abordagem multissetorial, firmemente ancorada na Declaração Política do Rio sobre Determinantes Sociais da Saúde de 2011<sup>23</sup>.

Para o Brasil, um dos objetivos da Parceria é promover o reconhecimento e a implementação internacionais do conceito de doenças socialmente determinadas. Sob essa ótica, a iniciativa dos BRICS ressalta a ligação intrínseca entre o progresso da saúde pública e o desenvolvimento socioeconômico mais amplo.

A concepção da Parceria encontra profunda inspiração na experiência brasileira com o programa Brasil Saudável: “Unir para Cuidar”, estabelecido em fevereiro de 2024<sup>4</sup>. Trata-se da primeira iniciativa nacional no mundo dedicada a eliminar onze doenças e cinco infecções de transmissão vertical como problemas de saúde pública até 2030. Sob a coordenação do Ministério da Saúde em conjunto com outros treze ministérios, o programa reconhece que doenças como tuberculose, hanseníase, malária, vírus da imunodeficiência humana/síndrome da imunodeficiência adquirida e hepatites virais estão vinculadas a determinantes sociais como pobreza, saneamento inadequado e desigualdades raciais e territoriais. Guiado por cinco diretrizes estratégicas – combate à fome e à pobreza, redução das iniquidades, capacitação de trabalhadores da saúde e da sociedade civil, promoção da ciência e inovação e expansão da infraestrutura de saneamento –, o programa alcançou marcos impressionantes em seu primeiro ano, como a certificação da OMS da eliminação da filariose linfática e um aumento de 30% no tratamento preventivo da tuberculose.

O programa Brasil Saudável mostra que é possível abordar a saúde pública de forma integrada, combinando promoção da saúde, prevenção de doenças, tratamento e reabilitação com a garantia de acesso a água potável segura, saneamento básico, nutrição adequada, educação de qualidade, moradia digna e oportunidades de trabalho e renda.

No Brasil, renda, educação, gênero, raça e território não são meramente determinantes sociais abstratos; são vetores concretos que moldam os processos de adoecimento e morte. Portanto, o objetivo da parceria é enfrentar as DSDs por meio de uma abordagem intersetorial centrada nas pessoas e atenta às desigualdades raciais, territoriais e de gênero.

Até o final de 2025, espera-se que a parceria tenha desenvolvido até 2030 seu roteiro conjunto,

---

2 Declaration of the XV BRICS Health Ministers’ Meeting. Acesso em 21.10.2025. [http://brics.br/en/documents/social-issues/250617\\_brics\\_xv-brics-health-declaration.pdf/@download/file](http://brics.br/en/documents/social-issues/250617_brics_xv-brics-health-declaration.pdf/@download/file)

3 Rio de Janeiro Declaration. Strengthening Global South Cooperation for a More Inclusive and Sustainable Governance. Acesso em 22.10.2025. <http://brics.br/en/documents/presidency-documents/250705-brics-leaders-declaration-en.pdf/@download/file>

4 Ministério da Saúde. Brasil Saudável – Programa Brasil Saudável: Unir para Cuidar. Acesso em 15.11.2025. <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/brasil-saudavel>

que conterà diretrizes operacionais para integrar iniciativas à cobertura universal de saúde e projetos-piloto para a eliminação local, baseada na comunidade, de doenças-alvo. No entanto, os países manterão plena autonomia para escolher seus níveis de participação com base em prioridades e capacidades nacionais, o que garantirá ampla flexibilidade e caráter voluntário para quaisquer ações empreendidas no âmbito da Parceria<sup>5</sup>.

Essa iniciativa representa um avanço no fortalecimento da cooperação Sul-Sul e na ampliação da influência coletiva na governança global da saúde, particularmente no período que antecede o Diálogo de Alto Nível sobre Determinantes Sociais da Saúde na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2025.

## Harmonização das autoridades reguladoras de produtos médicos

Os membros dos BRICS também estão profundamente empenhados em promover a convergência regulatória voluntária por meio da iniciativa das Autoridades Reguladoras de Produtos Médicos dos BRICS. Com base em um memorando de entendimento revisado para incluir novos membros, o bloco realizou seminários temáticos online com foco especial no desenvolvimento de capacidades técnicas e na construção de confiança, sob liderança destacada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Esse memorando de entendimento – assinado pelas autoridades reguladoras dos cinco países-membros originais: Anvisa (Brasil), o Ministério da Saúde e o Serviço Federal de Vigilância em Saúde (Rússia), a Organização Central de Controle de Normas de Medicamentos (Índia), a Administração Nacional de Produtos Médicos (China) e a Autoridade Reguladora de Produtos de Saúde da África do Sul (África do Sul) – constitui um marco estratégico, cujas negociações tiveram início em 2019, durante a 5ª Reunião de Autoridades Reguladoras de Saúde, em Brasília. Ele estabelece mecanismos concretos para a cooperação técnica, tais como o compartilhamento de informações sobre processos regulatórios, a troca de boas práticas de confiança regulatória, o apoio a iniciativas de qualidade e segurança, a colaboração em ensaios clínicos multicêntricos e esforços conjuntos para combater produtos médicos fora dos padrões e falsificados.

Ao posicionar o memorando de entendimento como uma base comum entre todos os membros dos BRICS, o Brasil enfatiza que a harmonização regulatória é essencial para tornar realidade a visão do bloco de maior soberania farmacêutica e acesso equitativo às tecnologias em saúde<sup>6</sup>. Durante a Reunião das Autoridades Reguladoras de Produtos Médicos dos BRICS em junho de 2025, que contou com a presença de representantes dos países-membros originais e novos, o

---

5 BRICS partnership for the elimination of socially determined diseases. Final Version. Acesso em 15.11.2025. [https://brics.br/en/documents/presidency-documents/2507\\_brics\\_partnership-for-the-elimination-of-socially-determined-diseases.pdf](https://brics.br/en/documents/presidency-documents/2507_brics_partnership-for-the-elimination-of-socially-determined-diseases.pdf)

6 Memorandum of Understanding among the Ministry of Health of the Russian Federation, the Ministry of Industry and Trade of the Russian Federation, the Federal Service for Surveillance in Healthcare (Russian Federation), the National Health Regulatory Agency (ANVISA) of the Federative Republic of Brazil, the Central Drugs Standard Control Organization (CDSCO) of the Republic of India, the National Medical Products Administration (NMPA) of the People's Republic of China and the South African Health Products Regulatory Authority (SAHPRA) of the Republic of South Africa on cooperation in the field of regulation of medical products for human use. Acesso em 15.11.2025. <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/cooperacao/brics-mou-sa-ru-in-cn-br-signed.pdf>

Brasil conduziu discussões sobre a revisão e expansão do marco existente para acomodar novos sistemas regulatórios e arranjos institucionais atualizados<sup>7</sup>.

Durante a presidência brasileira em 2025, os países dos BRICS reafirmaram seu compromisso de fortalecer a colaboração entre suas autoridades reguladoras. Eles concordaram em concentrar esforços em iniciativas práticas e prospectivas. Foram identificadas como principais áreas de atuação:

- compartilhamento de informações e práticas de confiança regulatória;
- ensaios clínicos internacionais e multicêntricos;
- combate a produtos médicos fora dos padrões e falsificados;
- programas conjuntos de capacitação e workshops técnicos; e
- intercâmbio de oficiais e revisores regulatórios.

No âmbito dessa prioridade, os membros concordaram em criar um grupo de trabalho para organizar seminários temáticos, coordenar intercâmbios de revisores e apoiar avaliações conjuntas e capacitações. Eles também manifestaram interesse em desenvolver um calendário de treinamento no âmbito dos BRICS para alinhar cronogramas e recursos. Paralelamente, os países ampliarão o compartilhamento de informações e fortalecerão a coordenação com os centros colaboradores da OMS e outros parceiros internacionais para seguir as melhores práticas reconhecidas<sup>8</sup>.

## Infraestrutura para cuidados especializados em áreas remotas

A infraestrutura tecnológica para cuidados especializados em regiões remotas e de difícil acesso representa uma das dimensões mais inovadoras da presidência brasileira, ao reconhecer a importância da Internet das Coisas, da inteligência artificial, da análise de *big data* e da tele-saúde para oferecer soluções de saúde inteligentes, sustentáveis e resilientes.

Por meio de uma série de reuniões estruturadas de grupos de trabalho coordenadas pelo Ministério da Saúde brasileiro, os países dos BRICS empreenderam um diálogo extenso sobre a superação de barreiras geográficas que afetam desproporcionalmente populações rurais, indígenas e vulneráveis em todas as nações-membros. Este ano a agenda abordou especificamente

---

7 Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Anvisa participa de reunião do BRICS com autoridades reguladoras de produtos médicos. 15 junho, 2025. Acesso em 15.11.2025. <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2025/anvisa-participa-de-reuniao-do-brics-com-autoridades-reguladoras-de-produtos-medicos>

8 BRICS 2025. Meeting of BRICS Regulatory Authorities for Medical Products. Issues Note. Acesso em 15.11.2025. <https://brics.br/pt-br/documentos/meeting-of-brics-regulatory-authorities-for-medical-products-is-sue-note-brics-2025.pdf/@@download/file>

o duplo desafio de expandir o acesso a tratamentos de alta complexidade e, ao mesmo tempo, fortalecer as capacidades locais de desenvolvimento tecnológico, alinhando-se à Estratégia Nacional de Saúde Digital 2020-2028 do Brasil e a programas complementares, como o SUS Digital, a Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS) e as iniciativas de Telessaúde.

Esse tema também foi priorizado considerando que os países dos BRICS compartilham uma série de desafios de saúde pública em relação aos cuidados especializados, apesar de suas diferentes realidades socioeconômicas e culturais, como áreas com alta densidade populacional ou locais remotos e de difícil acesso, iniquidades no acesso a serviços de saúde e questões de qualidade, que afetam principalmente populações rurais, indígenas e de baixa renda [4, 5]. Tais questões limitam o impacto das políticas de saúde, resultando em desigualdades significativas na expectativa e na qualidade de vida. À medida que as discussões se aprofundaram, hospitais inteligentes, sustentáveis e resilientes foram identificados como um interesse comum a todos os países. Nesse sentido, os membros dos BRICS produziram um relatório síntese e recomendações de ação, enfatizando a integração tecnológica localizada; a sustentabilidade social e ambiental; a capacitação de profissionais para ferramentas de saúde digital; e o compartilhamento colaborativo de conhecimento para acelerar a adoção dessas soluções em todos os países dos BRICS e parceiros<sup>9</sup>.

## Institutos de saúde pública e redes de pesquisa

A criação da Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde dos BRICS e da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública (INSPs) dos BRICS representa uma institucionalização pioneira da cooperação multilateral em saúde sob a presidência brasileira. A primeira teve como base o trabalho fundacional da Rússia em setembro de 2024, com a Primeira Reunião de Especialistas dos BRICS em Saúde Pública, enquanto a segunda foi profundamente influenciada pela expertise da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) na organização da bem-sucedida Conferência de INSPs do G20 em 2024.

O objetivo da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública é fomentar a cooperação e o apoio mútuo em saúde pública, incluindo a análise dos sistemas de saúde dos países dos BRICS. A consolidação de um Programa de Trabalho estruturado para implementar ações de pesquisa, capacitação e cooperação técnica constitui um dos principais resultados do trabalho da Rede em 2025.

A Conferência realizada no Rio de Janeiro de 15 a 17 de setembro de 2025 marcou a primeira vez que os BRICS reuniram institutos nacionais de saúde pública para coordenar suas atividades em apoio aos objetivos de saúde do bloco, superando a fragmentação anterior das iniciativas de saúde em diferentes redes.

O marco operacional para o qual a presidência brasileira busca consenso promove a integração entre a geração de evidências científicas e a implementação de políticas. Os INSPs seriam reconhecidos como instituições indispensáveis que produzem evidências científicas para fundamentar políticas públicas e ações voltadas à proteção e à melhoria da saúde da população. A Conferência organizou discussões em torno de seis temas estratégicos relacionados à área da saúde como um

---

9 BRICS 2025. Physical and Technological Infrastructure for Specialized Care in Remote and Hard-to-Reach Areas. Issues Note. Acesso em 15.11.2025. <https://brics.br/pt-br/documentos/physical-and-technological-infrastructure-for-specialized-care-in-remote-and-hard-to-reach-areas-issue-note-brics-2025.pdf>

todo: vigilância em saúde e resposta a emergências, fortalecimento dos sistemas nacionais de saúde, determinantes sociais da saúde no enfrentamento das iniquidades; mudança climática e equidade em saúde como um caminho para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de 2025; e combate à fome e à pobreza.

Os membros dos BRICS concordaram em formar um grupo de trabalho sobre cooperação regulatória. Esse grupo organizará seminários temáticos, coordenará intercâmbios de revisores e apoiará avaliações conjuntas e capacitações. O Brasil também planeja criar um calendário no âmbito dos BRICS para alinhar atividades e compartilhar expertise. Além disso, os países devem expandir o compartilhamento de informações e fortalecer a colaboração com os centros colaboradores da OMS e outros parceiros internacionais para aplicar as melhores práticas globais. O êxito da presidência brasileira em estabelecer esta Rede tem a expectativa de criar um modelo replicável de cooperação multilateral que enfrente assimetrias estruturais por meio da coordenação de políticas baseadas em evidências e iniciativas de capacitação adaptadas aos contextos do Sul Global<sup>10</sup>.

## Inteligência artificial e governança de dados em saúde

A inteligência artificial (IA) e a governança de dados em saúde formam uma das prioridades mais estratégicas da presidência brasileira dos BRICS em 2025. Essa agenda se baseia no trabalho pioneiro do Ministério da Saúde por intermédio da Secretaria de Informação e Saúde Digital (SEIDIGI), criada em janeiro de 2023 como um dos primeiros departamentos ministeriais do mundo dedicados à digitalização da saúde. O Brasil sediou a Reunião Técnica sobre Governança de Dados em Saúde para se posicionar como um ponto de referência dentro dos BRICS para debates sobre políticas de dados, regulação, segurança e interoperabilidade. O país traz uma grande experiência para esse diálogo através do Programa SUS Digital, que conecta todos os 5.564 municípios, e da RNDS, que gerencia dados de saúde em âmbito nacional<sup>11</sup>.

O marco operacional desenvolvido pelo Grupo de Trabalho de IA dos BRICS do Brasil reflete diretamente a abordagem do Ministério da Saúde para a saúde digital: cultura de saúde digital e educação permanente, soluções tecnológicas e serviços de saúde digital; e interoperabilidade com análise de dados e disseminação de informações. A experiência do Brasil com o maior sistema universal de saúde do mundo fornece insights únicos para a cooperação dos BRICS em aplicações de IA para gestão do sistema de saúde, vigilância epidemiológica, medicina de precisão e capacidades de resposta a emergências.

As implementações de IA no Brasil alcançaram melhorias mensuráveis na precisão diagnóstica, otimização de recursos e equidade de acesso, particularmente por meio de plataformas de telessaúde que possibilitam consultas com especialistas através de distâncias continentais e do aplicativo Meu SUS Digital, que proporciona acesso integrado aos dados do paciente. O compromisso do Ministério da Saúde com o desenvolvimento ético da IA, alinhado com as melhores práticas para algoritmos transparentes, proteção robusta de dados, participação social,

---

10 BRICS 2025. Conference of the BRICS National Public Health Institutes (NPHIs). Issues Note. Acesso em 15.11.2025. <https://brics.br/pt-br/documentos/conference-of-the-brics-national-public-health-institutes-nphis-issue-note-brics-2025.pdf>

11 Ministério da Saúde. SUS Digital. Acesso em 15.11.2025. <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/seidigi/sus-digital>

avaliação contínua de impacto e capacitação profissional, inspira a presidência a promover discussões sobre marcos de governança responsável de IA e a aprender ainda mais com os outros países-membros<sup>12</sup>.

## Rede de Pesquisa em Tuberculose

A Rede de Pesquisa em Tuberculose (TB) dos BRICS é uma das iniciativas mais estratégicas e consolidadas sob a presidência brasileira de 2025. Ela se baseia na rede criada em 2017 após a Declaração de Xiamen. A iniciativa responde a uma realidade crítica: os países dos BRICS concentram, juntos, mais de 40% da carga global de tuberculose, 40% das mortes relacionadas à TB e pelo menos metade de todos os casos de TB multidroga-resistente e rifampicina-resistente em todo o mundo [6].

A liderança do Brasil na 18ª Reunião da Rede de Pesquisa em TB dos BRICS, em Brasília, demonstrou a expertise doméstica do país por meio de sua Estratégia Nacional de Pesquisa em TB. A agenda abrangente da rede dos BRICS engloba quatro áreas temáticas críticas – vacinas e prevenção, diagnósticos, terapêutica e implementação em saúde pública – com ênfase específica no desenvolvimento de diagnósticos inovadores de ponto de cuidado, regimes de tratamento mais seguros e curtos, vacinas eficazes pré e pós-exposição e ferramentas de saúde digital integradas com inteligência artificial para aprimorar a atenção e o monitoramento da TB<sup>13</sup>.

A presidência brasileira de 2025 priorizou o avanço do marco estratégico 2025-2029 da rede mediante discussões estruturadas sobre estratégias de mobilização de recursos, com particular ênfase no envolvimento de instituições financeiras multilaterais.

A Declaração resultante da reunião de maio de 2025 visa estabelecer compromissos concretos para desenvolver novas vacinas e conduzir ensaios clínicos de Fase III entre os países dos BRICS. A evolução da rede como um centro de inovação para tecnologias em TB coloca os países dos BRICS em uma posição estratégica, com o potencial de influenciar as estratégias globais de controle da doença por meio de plataformas colaborativas de pesquisa que abordam os determinantes sociais e econômicos mais amplos que impulsionam a epidemia de TB nas economias emergentes.

Ao figurar entre as prioridades mais estabelecidas na área de saúde dos BRICS, a rede evidencia de imediato a necessidade de cooperação internacional fortalecida, financiamento sustentável e esforços regulatórios coordenados. Durante este ano, os membros reconheceram a urgência de enfrentar o subinvestimento em pesquisa sobre TB através da mobilização de instituições financeiramente sólidas, organismos multilaterais e do setor privado, defendendo estratégias de investimento de longo prazo<sup>14</sup>.

---

12 Ibid.

13 BRICS 2025. BRICS Tuberculosis Research Network. Issues Note. Acesso em 15.11.2025. <https://brics.br/pt-br/documentos/brics-tuberculosis-research-network-issue-note-brics-2025.pdf>

14 Ibid.

## Centro de P&D de Vacinas dos BRICS

O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de Vacinas dos BRICS é uma das iniciativas conduzidas pelos institutos de pesquisa e empresas dos países-membros. O Centro tem condições de combinar esforços e fortalecer a cooperação no desenvolvimento e na distribuição de vacinas, além da criação de linhas de defesa antiepidêmica.

Embora as prioridades de pesquisa iniciais do Centro incluíssem a seleção de plataformas para o desenvolvimento acelerado de vacinas e a identificação de objetivos primários de vacinação para os países dos BRICS com base em prioridades nacionais e globais, a presidência russa em 2024 delineou uma meta ambiciosa: a criação do Banco Eletrônico de P&D.

Esse Banco de P&D funcionaria como uma rede entre as partes interessadas em pesquisa e desenvolvimento de vacinas dos membros, na qual informações sobre produtos poderiam ser compartilhadas para identificar oportunidades potenciais de cooperação.

Neste contexto, a presidência brasileira optou por prosseguir com a proposta russa e concentra esforços para transformar essa ideia em realidade. Até o momento, a Declaração da XV Reunião de Ministros da Saúde dos BRICS reafirmou o apoio político às atividades do Centro de P&D de Vacinas dos BRICS, enquanto a presidência brasileira confirmou que levaria em consideração todas as iniciativas propostas para fortalecer o Centro, como a do Banco Eletrônico de P&D.

Durante o segundo semestre de 2025, foram realizadas reuniões mensais sobre o Banco de P&D de Vacinas, concentradas principalmente na criação de um espaço institucionalizado e viável para o compartilhamento de informações entre os membros. Naturalmente, as muitas variáveis envolvidas nesse assunto são bem maiores do que seria possível acomodar em poucos meses de trabalho. Contudo, a presidência brasileira não apenas está segura da disposição de todos os membros de avançar nessa iniciativa como também confia que será um esforço contínuo ao longo das próximas presidências<sup>15</sup>.

## Medicina nuclear

A medicina nuclear emergiu como uma das principais áreas de cooperação entre os países dos BRICS, especialmente após o estabelecimento do Grupo de Trabalho de Medicina Nuclear dos BRICS durante a Cúpula de Joanesburgo em 2023. O grupo consolidou uma iniciativa para fortalecer a colaboração entre os países-membros no desenvolvimento de tecnologias nucleares aplicadas à saúde, alinhando-se ao objetivo de construir uma governança mais inclusiva e sustentável entre os países do Sul Global.

O Primeiro Fórum Internacional dos BRICS sobre Medicina Nuclear, realizado em São Petersburgo nos dias 20 e 21 de junho de 2024, reuniu especialistas de todos os países-membros e estabeleceu diretrizes importantes para a cooperação futura, focando em quatro objetivos principais: mapear as capacidades instaladas e as lacunas existentes entre os países dos BRICS; identificar as melhores práticas para produção, controle e distribuição de radiofármacos; estim-

---

15 BRICS 2025. BRICS Vaccine R&D Center. Issues Note. Acesso em 15.11.2025. <https://brics.br/pt-br/documentos/brics-vaccine-r-d-center-issue-note-brics-2025.pdf>

ular a criação de centros regionais de excelência e centros de capacitação técnica; e propor fundos comuns para apoiar a inovação e ensaios clínicos colaborativos.

Os países dos BRICS apresentam diferentes estágios de desenvolvimento em medicina nuclear, o que cria oportunidades significativas para transferência de tecnologia e compartilhamento de expertise. O Brasil mantém uma infraestrutura considerável na área. A Rússia expandiu significativamente sua capacidade de terapia com radionuclídeos desde 2010, enquanto o Irã se consolidou como um dos três maiores produtores mundiais de radiofármacos, fabricando aproximadamente 70 tipos diferentes e exportando para 15 países. Além disso, a Indonésia está construindo seu próprio complexo industrial para produtos de medicina nuclear.

As perspectivas para a cooperação em medicina nuclear dentro dos BRICS são promissoras, sobretudo considerando as complementaridades entre os países-membros e o compromisso político estabelecido na Declaração dos Ministros da Saúde de 2024. A cooperação regulatória surge como um elemento fundamental para discussão, considerando que o Brasil possui legislação para registro e produção de radiofármacos por farmácias industriais; a Índia utiliza o Comitê de Radiofármacos do Conselho Regulador de Energia Atômica; a Rússia permite a produção interna sob regulamentação específica nacional; e a Indonésia adere ao Esquema de Cooperação de Inspeção Farmacêutica. A Declaração dos Ministros da Saúde dos BRICS de 2025 reforça ainda mais esse compromisso, reconhecendo a necessidade de cooperação em medicina nuclear e radiofarmácia no âmbito do Grupo de Trabalho de Medicina Nuclear dos BRICS.

## BRICS Health Journal

O *BRICS Health Journal* desempenha um papel central no fortalecimento da colaboração científica entre os países-membros e na amplificação da voz coletiva do Sul Global na pesquisa em saúde global. Ao promover estudos revisados por pares em diversas disciplinas, o periódico apoia a produção e a circulação de conhecimento científico que reflete as realidades e prioridades das nações dos BRICS. Ele serve como uma ponte entre pesquisa, política e prática em saúde, permitindo a tradução de evidências em ações concretas que melhoram os resultados de saúde da população.

Para além de sua função científica, o periódico representa um instrumento prático da diplomacia científica. Ele cria um espaço compartilhado onde pesquisadores, formuladores de políticas e instituições podem dialogar, trocar dados e definir conjuntamente agendas de pesquisa. Por meio dessa plataforma colaborativa, os países dos BRICS demonstram sua capacidade de gerar conhecimento que não apenas atende às necessidades nacionais, mas também contribui para a solução de desafios globais. O periódico incorpora uma abordagem cooperativa à inovação – que valoriza a equidade, a inclusão e a aprendizagem mútua.

Durante a presidência brasileira de 2025, o fortalecimento do *BRICS Health Journal* mostrou-se um ativo muito frutífero. Os esforços se concentraram em expandir seu alcance, melhorar sua visibilidade e indexação, e incentivar submissões que documentem projetos conjuntos, análises comparativas e inovações regionais. Essas ações visam posicionar o periódico como uma referência para a formulação de políticas baseadas em evidências e como uma ferramenta para conectar a diplomacia da saúde com o progresso científico.

No longo prazo, o *BRICS Health Journal* tem o potencial de moldar a governança global da saúde ao mostrar como a cooperação Sul-Sul pode gerar soluções com relevância mundial. Ao dar visibilidade à pesquisa compartilhada e ao fomentar a independência científica, o periódico

ajuda a equilibrar o fluxo global de conhecimento e reforça a ideia de que a ciência – quando colaborativa e aberta – pode ser uma base para solidariedade, resiliência e saúde para todos em escala planetária.

## Considerações finais

Em um contexto global desafiador, marcado por crises sobrepostas que não pouparam o setor da saúde – como ameaças à segurança, instabilidade política e os constantes ataques sofridos pelo multilateralismo –, a cooperação entre nossos países torna-se não apenas desejável, mas indispensável.

A presidência brasileira dos BRICS avançou uma agenda de saúde voltada a alinhar a cooperação técnica com o compromisso político com a equidade em saúde e o fortalecimento de capacidades. O lançamento formal da Parceria para a Eliminação de Doenças Socialmente Determinadas na Reunião de Líderes dos BRICS, alcançando assim o mais alto nível político do bloco, representa uma fonte de grande satisfação, pois reflete o reconhecimento do papel estratégico da saúde tanto como motor do desenvolvimento sustentável quanto como meio de redução das desigualdades.

O impulso gerado pela Cúpula de julho fornece uma base crítica para avançar em um conjunto de iniciativas de alta prioridade antes da conclusão da presidência brasileira. A Parceria sobre DSDs será consolidada por meio do desenvolvimento de um roteiro, enquanto o Centro de P&D de Vacinas dos BRICS busca ampliar seu portfólio estabelecendo um Banco Eletrônico de P&D e fomentando uma cooperação mais profunda entre os membros participantes.

Em setembro de 2025, a conferência presencial dos INSPs constituiu um marco significativo ao criar uma plataforma estruturada para intercâmbio de conhecimento. Esse fórum foi concebido para fortalecer tanto a formulação de políticas como a capacidade técnica para responder aos desafios emergentes de saúde. Simultaneamente, os esforços em saúde digital e inteligência artificial estão sendo ampliados, com os Estados-membros priorizando a harmonização regulatória de produtos digitais, bem como aplicações baseadas em IA em contextos clínicos e de saúde pública, e capacitação em governança de dados e resiliência cibernética. A criação de um grupo de trabalho dedicado nesse domínio deverá institucionalizar ainda mais esses esforços.

A integração de novos membros e parceiros do Sul Global, vários dos quais aderiram formalmente ou aprofundaram sua associação em 2025, representa uma dimensão importante da expansão dos BRICS. Sua participação introduz perspectivas diversas e prioridades localizadas, reforçando assim a capacidade de resposta, a inclusividade e a representatividade global das iniciativas em andamento e futuras.

Em conclusão, a agenda de saúde da presidência brasileira dos BRICS em 2025 articula e avança concretamente uma abordagem renovada ao multilateralismo. Os resultados de cada prioridade, particularmente o lançamento da Parceria para a Eliminação de DSDs, exemplificam como uma agenda integrada e ambiciosa pode transformar a retórica multilateral em resultados acionáveis. Com vontade política robusta, liderança intersetorial e investimento firme, os países dos BRICS estão dedicados a dar o exemplo para o protagonismo do Sul Global no palco mundial.

Em linha com o tema da presidência brasileira “Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança Mais Inclusiva e Sustentável”, é importante destacar a necessidade de reforçar a OMS como a agência especializada legítima dentro do sistema multilateral para coordenar a saúde global. Para cumprir seu mandato, a OMS requer nosso compromisso de fornecer finan-

ciamento previsível, adequado e sustentável. O apoio dos BRICS à Organização, ao fomentar a cooperação entre países para garantir o acesso equitativo a tecnologias e serviços essenciais de saúde, tem o potencial de contribuir decisivamente para permitir que todas as pessoas atinjam o mais alto padrão possível de saúde.

O trabalho realizado sob a presidência brasileira ao longo deste ano transcendeu as prioridades nacionais do Brasil e reflete uma visão coletiva: a de um BRICS coeso, voltado para o futuro, comprometido com a transformação estrutural dos sistemas de saúde. Um BRICS que lidera pelo exemplo, que escolhe a cooperação em vez da competição, e que coloca a dignidade humana no centro de suas decisões e compromissos.

## Referências

1. Stephen MD, Zürn M. *Contested World Orders: Rising Powers, Non-Governmental Actors, and the Politics of Authority Beyond the Nation-State*. Oxford: Oxford University Press; 2019. 407 p. ISBN-13 978-0192580979.
2. Stuenkel O. *The BRICS and the Future of Global Order*. Lanham, MD: Lexington Books; 2015. 272 p. ISBN-13 978-1498567275.
3. Acharya A. *The End of American World Order*. 2nd ed. Cambridge: Polity Press; 2018. 224 p. ISBN-13 978-1509517084.
4. Romaniuk P, Poznańska A, Brukało K, Holecki T. Health System Outcomes in BRICS Countries and their Association with the Economic Context. *Front Public Health*. 2020;8:80. doi:10.3389/fpubh.2020.00080.
5. Gizaw Z, Astale T, Kassie GM. What improves access to primary healthcare services in rural communities? A systematic review. *BMC Prim Care*. 2022;23(1):313. doi:10.1186/s12875-022-01919-0.
6. Castor K, Mota FB, da Silva RM, et al. Mapping the tuberculosis scientific landscape among BRICS countries: a bibliometric and network analysis. *Mem Inst Oswaldo Cruz*. 2020;115:e190342. doi:10.1590/0074-02760190342.

---

# "Os Estadunidenses estão chegando": qual será os desdobramentos para autonomia regional do desembarque dos EUA em águas sul-americanas?

«Los estadounidenses están llegando»: ¿qué consecuencias tendrá para la autonomía regional la llegada de EE. UU. a aguas sudamericanas?

*Sebastian Tobar, Sâmia de Brito*

**Resumo:** As perspectivas para a América Latina são de instabilidade política interna, pressões externas e estimativas de crescimento estagnado. O caso da Venezuela representa a difícil equação latino-americana, manter sua autonomia frente a disputa global por hegemonia. Os esforços coletivos podem tentar mitigar os efeitos complexos de se tornar uma zona de influência dos EUA, mas é importante acompanhar quais serão os resultados das eleições em países-chave como Brasil e Colômbia que atualmente se diferenciam de uma tendência a direita em vários países da região. No acompanhamento de organizações sub-regionais, o fórum econômico internacional patrocinado pelo CAF juntou chefes de estados para discutir oportunidades conjuntas para países da região, além disso, destacamos a posse do novo secretário executivo do Organismo Andino de Saúde Convenio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) e por fim, demos destaque ao lançamento do nome de Michelle Bachellet para a corrida da vaga de secretário geral da ONU.

**Palavras-chave:** América Latina; Cooperação Internacional; Salud

**Resumen:** Las perspectivas para América Latina son de inestabilidad política interna, presiones externas y estimaciones de crecimiento estancado. El caso de Venezuela presenta la difícil ecuación latinoamericana de mantener su autonomía frente a la disputa global por la hegemonía. Los esfuerzos colectivos pueden intentar mitigar los complejos efectos de convertirse en una zona de influencia de los Estados Unidos, pero es importante seguir de cerca los resultados de las elecciones en países clave como Brasil y Colombia, que actualmente se diferencian de la tendencia hacia la derecha en varios países de la región. En el seguimiento de las organizaciones subregionales, el foro económico internacional patrocinado por la CAF reunió a jefes de Estado para discutir oportunidades conjuntas para los países de la región. Además, destacamos la toma de posesión del nuevo secretario ejecutivo del Organismo Andino de Salud Convenio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) y, por último, destacamos el lanzamiento de la candidatura de Michelle Bachellet para el puesto de secretaria general de la ONU.

**Palabras clave:** América Latina; Cooperación Internacional; Salud.

O ano de 2026 começou em um contexto de colapso da ordem global, onde os valores

que sustentam o multilateralismo, como desenvolvimento sustentável, solidariedade, soberania e autodeterminação dos povos, e a integridade territorial dos Estados, parecem ameaçados.

A arquitetura global sobre a qual se baseavam a OMC e o Sistema das Nações Unidas está seriamente fragilizada. O ano começou com um memorando presidencial da Casa Branca, ordenando a retirada dos Estados Unidos de 66 organizações internacionais (que não servem aos interesses dos EUA), incluindo 31 da ONU. Já no dia 22 de janeiro, com a Declaração Conjunta do Secretário de Estado Marco Rubio e do Secretário de Saúde e Serviços Humanos Robert F. Kennedy Jr., a retirada da OMS foi finalizada deixando uma dívida de cerca de US\$ 260 milhões em contribuições.

Até a chegada de Trump à Casa Branca, os Estados Unidos adotaram uma postura cautelosa em relação à política interna de outros países da região. O governo Trump, com a sua “*Doutrina Donroe*”, abandonou esse tom e essa atitude ambíguos, optando por agir sobre o princípio do excepcionalismo<sup>1</sup>, abertamente em seus próprios interesses e contra seus adversários, ao mesmo tempo que buscava o alinhamento com aliados no “seu hemisfério”.

Desde os tempos da independência até o período da chamada Guerra Fria, os Estados Unidos buscaram limitar a influência externa na região da América Latina e do Caribe, por meio da criação de instituições multilaterais e do princípio da autodeterminação dos povos.

Os movimentos independentistas na América Latina foram fundados na ideia de soberania e autonomia. Mesmo antes do multilateralismo moderno, a América Latina experimentou formas iniciais de cooperação entre suas nações, como o Congresso Anfictiônico do Panamá (1826), promovido por Simón Bolívar, com a ideia de uma confederação de repúblicas; a busca por reconhecimento diplomático coletivo da Europa e dos Estados Unidos; e princípios como a não intervenção e a igualdade soberana, que mais tarde se tornariam pilares do direito internacional.

A integração dos países latino-americanos aos Estados Unidos levou à criação de muitas organizações multilaterais: a Liga das Nações de 1919, precursora das Nações Unidas, adotou os princípios discutidos na Conferência Interamericana de 1916<sup>2</sup>. O Tratado de Segurança do Rio de Janeiro de 1947<sup>3</sup> abriu caminho para a criação da OTAN em 1949. A Sétima Conferência Interamericana em Montevidéu, em 1933, levou à criação de acordos comerciais, conhecidos

---

1 O princípio do excepcionalismo inspirou inicialmente a política diplomática dos EUA e pressupunha a ideia de que os Estados Unidos se consideram “excepcionalmente” diferentes e superiores em termos morais, históricos e políticos, e, portanto, arrogam para si o direito de subjugar outros. Na prática, o princípio do “excepcionalismo” manifesta-se na justificativa de intervenções militares, no desrespeito a tratados ou normas internacionais, na aplicação de padrões duplos e na priorização do direito interno ou do interesse nacional em detrimento do direito internacional.

2 A Conferência Interamericana de 1916 foi um dos primeiros marcos do pan-americanismo, realizada em Buenos Aires no âmbito do fortalecimento do sistema interamericano promovido pelos Estados Unidos e pelos países da região. A Conferência Interamericana de 1916 foi um marco inicial do pan-americanismo, que ajudou a reduzir a influência extra hemisférica, especialmente a europeia. Realizada em Buenos Aires, no âmbito do fortalecimento do sistema interamericano, foi promovida pelos Estados Unidos e pelos países da região, trazendo à tona questões-chave do século XX, como soberania, multilateralismo, liderança dos EUA e autonomia latino-americana.

3 O Tratado de Segurança do Rio de Janeiro de 1947 institucionalizou a segurança hemisférica no contexto da Guerra Fria e foi uma ferramenta fundamental para limitar as influências externas.

como GATT, para reduzir as tarifas alfandegárias. A América Latina representou 40% do total de países participantes das negociações de Bretton Woods de 1944 e da Conferência de São Francisco, que deu origem às Nações Unidas.

Podemos afirmar que, até a chegada de Trump, a América Latina e o Caribe desempenharam um papel significativo na diplomacia global, contribuindo para a construção da arquitetura internacional multilateral e até mesmo ajudando a consolidar a região como uma zona de paz e tentando neutralizar o avanço econômico da China.

Originalmente, a Doutrina Monroe era um princípio diplomático anticolonial e anti-imperialista, proclamado unilateralmente pelos Estados Unidos em 1823. Condenando as intervenções europeias no continente americano, os Estados Unidos se apresentavam como guardiões do continente.

Trump restabelece o princípio do excepcionalismo, e a “Doutrina Donroe” representa uma expressão da ambição do presidente Donald Trump de impor sua dominância no Hemisfério Ocidental. Hoje, ela foi adaptada para a agenda “América Primeiro” de Trump e se refere aos esforços do governo para recompensar aliados, punir inimigos e bloquear outras potências mundiais.

A América Latina sempre foi uma forte defensora do multilateralismo, promovendo os ideais de não intervenção, a busca por soluções pacíficas para conflitos e o respeito ao direito internacional, valores que podem ser considerados inerentes ao DNA dos latino-americanos.

No cenário regional, a OEA, a CELAC, a UNASUL, o MERCOSUL, a SICA e a CARICOM consolidaram o multilateralismo como uma forma de reduzir as assimetrias de poder, coordenar posições diante de atores externos, além de servir como estratégia de defesa para os países e como estratégia diplomática, amplificando a voz dos países com menor poder relativo, limitando as decisões unilaterais das grandes potências e promovendo a defesa de bens públicos globais (saúde, clima, desenvolvimento), mesmo quando havia diferenças ideológicas internas.

O desembarque das forças armadas dos EUA em Caracas para prender o presidente Maduro e sua esposa, acusando-os de narcoterrorismo e tráfico de drogas, foi uma consequência da recente aprovação de sua Estratégia de Segurança 2025-2026 e que visa uma mudança substancial, afastando-se do multilateralismo institucionalizado e baseado em regras. Ela coloca a soberania dos EUA e seus interesses nacionais diretos acima de compromissos coletivos. Redefine as prioridades globais e regionais com foco especial no Hemisfério Ocidental e na competição estratégica com potências rivais.

Essa abordagem tem profundas implicações para a América Latina, a cooperação internacional e a própria interpretação de segurança no século XXI.

Inspirados nesta estratégia, os Estados Unidos realizaram uma operação militar para capturar Maduro na Venezuela, e Trump declarou sua intenção de supervisionar a mudança política. Essa ação contraria os princípios da autodeterminação e do multilateralismo baseados em normas internacionais, pois se tratou de uma intervenção militar unilateral sem um mandato internacional claro. Por essa razão, muitos governos, acadêmicos e ativistas a consideram uma violação da soberania e do direito internacional.

Fora da região, houve repercussão da ação dos Estados Unidos. A *China*<sup>4</sup>, por exemplo,

---

4 <https://iol.co.za/news/world/2026-01-04-heres-what-world-leaders-say-about-trumps-maduro-capture->

condenou veementemente a operação, afirmando que o uso da força contra um Estado soberano viola o direito internacional e exigindo a libertação imediata de Maduro e sua esposa. A **Rússia**<sup>5</sup> exortou os EUA a reconsiderarem sua posição e libertarem Maduro, classificando a ação como “agressão armada”. Por fim, a **África do Sul** declarou que a operação é uma “violação flagrante da Carta da ONU” e convocou uma reunião do Conselho de Segurança.

Na região, o presidente do **Brasil**, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que a ação “*ultrapassa uma linha inaceitável*” e mina o direito internacional. Na **Colômbia**, o presidente Gustavo Petro denunciou a intervenção como um “ataque à soberania latino-americana” que poderia desencadear uma crise humanitária. **Cuba** descreveu a intervenção como “*terrorismo de Estado*” contra a Venezuela. E o **México** expressou condenação do fato, afirmando que a ação “coloca em sério risco a estabilidade regional”, entre outros.

A reunião da **Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)** para discutir o ataque dos EUA à Venezuela terminou no domingo, 4 de janeiro, sem consenso. Os Estados-membros da CELAC, cuja presidência é exercida pela Colômbia, refletiram pontos de vista diametralmente opostos sobre a operação na Venezuela. À direita, Argentina, Equador e El Salvador celebraram a queda de Maduro. Por outro lado, à esquerda, Brasil, Chile, Colômbia e México condenaram a ação, afirmando que a operação militar dos EUA “*cruzou uma linha inaceitável*”. O presidente Lula declarou que a ONU deve dar uma resposta “*vigorosa*” e afirmou que o Brasil está disponível para promover o diálogo e a cooperação, enquanto o Ministério das Relações Exteriores brasileiro reconheceu a vice-presidente Delcy Rodríguez como líder interina na ausência de Maduro.

Na OEA, o Secretário-Geral, Albert Ramdin deixou claro que a prioridade é evitar uma escalada do conflito e apoiar uma resolução pacífica, enfatizando o respeito ao direito internacional, aos direitos humanos e à vida civil.

Muitos Estados-membros da OEA emitiram declarações rejeitando a legitimidade de certos processos eleitorais e da posse de Maduro. Os Estados-membros da OEA parecem mais preocupados em exigir transparência eleitoral e respeito à vontade popular do que com a entrada unilateral de um país como os Estados Unidos em território venezuelano.

Parece meramente retórico que muitos países da OEA tenham apelado ao respeito ao direito internacional e a uma resolução pacífica da crise, mas não tenham se manifestado contra a forma como Maduro e sua esposa foram detidos.

A questão da Venezuela não parece estar totalmente resolvida, e ficou claro que, longe de qualquer preocupação com o narcotráfico, o narcoterrorismo ou o estado da democracia no país de Bolívar, a única preocupação real é o petróleo.

Sob o pretexto de não repetir o fracasso da ocupação do Iraque<sup>6</sup>, a Casa Branca optou por cooptar um setor da liderança chavista. O resultado visível é uma negociação que efetivamente

---

-as-china-weighs-in

5 <https://thewire.in/world/world-takes-sides-after-us-strikes-venezuela-and-captures-maduro>

6 O fracasso da ocupação americana do Iraque entre 2003 e 2011 pode ser atribuído a uma série de erros estratégicos, políticos e sociais que, em última análise, deslegitimaram a intervenção e seus objetivos declarados. De uma perspectiva estratégica, a invasão americana não consolidou a democracia, não pacificou o país e desestabilizou a região. Autores como Ricks, T (2003) ; Packer, G., entre outros, analisam este fracasso.

removeu Maduro, que agora é prisioneiro nos EUA; a presidência está agora nas mãos do vice-presidente, respeitando a lei de sucessão; e ministros chavistas estão encarregados de gerir as áreas “linha-dura” das forças armadas e de segurança.

Não havia um plano para uma transição democrática, baseado na oposição política que alcançou uma inegável vitória eleitoral, e não há esboço de tal transição. A agenda está focada no petróleo e na política externa. Os dados são conclusivos: o petróleo está sendo enviado para o mercado americano. A maior empresa petrolífera privada sobrevive, e na política externa, a nova agenda venezuelana exclui os três países aliados: Rússia, China e Cuba. Hoje, só existe a “*agenda de invasão*”, não há licitações de petróleo à vista e a situação de muitos presos políticos é ignorada.

## Eleições na América Latina em 2026

Diversos países da região realizarão eleições presidenciais e legislativas, muitas delas com impacto significativo. A questão é: ***a região continuará sua inclinação à direita?***

A Casa Branca continua a ver com bons olhos e a incentivar movimentos para a direita em “seu hemisfério”, como aconteceu em Honduras e na Argentina durante 2025.

Os eleitores, diante da polarização política, darão a resposta desde as primeiras eleições da Costa Rica, em fevereiro, até as eleições brasileiras, em outubro. Entre esses dois marcos eleitorais, Peru, Colômbia e Haiti também planejam escolher novos líderes.

A **Costa Rica**<sup>7</sup> realizou suas eleições gerais em fevereiro, com um possível segundo turno em abril. A eleição é vista como um teste de continuidade para o governo cessante e suas políticas de segurança, economia e Estado de Direito. Laura Fernández, de 39 anos, será a próxima Presidente da Costa Rica e assumirá o cargo em 8 de maio de 2026, para um mandato de quatro anos (2026-2030).

O **Peru** realizará eleições gerais para presidente e legislativo em abril. O Peru vivencia um alto nível de fragmentação partidária e desconfiança pública, com inúmeros candidatos e dúvidas sobre a transparência do processo. 73% dos cidadãos não sabem quando as eleições serão realizadas e mais de 80% ainda não decidiram em quem votar. A desconfiança nos órgãos eleitorais e a apatia política marcam o início da corrida eleitoral no Peru<sup>8</sup>.

---

7 Em 1º de fevereiro de 2026, a Costa Rica realizou eleições gerais nas quais os cidadãos votaram para eleger o Presidente da República, dois Vice-Presidentes e os 57 membros da Assembleia Legislativa para o mandato de 2026-2030. Vinte candidatos concorreram à presidência, e Laura Fernández Delgado, do Partido Soberano do Povo (PPSO), obteve a maioria dos votos com aproximadamente 48-49%, ultrapassando o limite necessário para vencer no primeiro turno sem necessidade de segundo turno. Seu principal adversário, Álvaro Ramos, do Partido da Libertação Nacional (PLN), ficou em segundo lugar com aproximadamente 33% dos votos. <https://www.ft.com/content/232a2df2-7783-4a20-affd-82faa2ac2b12>

Laura Fernández, de 39 anos, será a próxima Presidente da Costa Rica e assumirá o cargo em 8 de maio de 2026, para um mandato de quatro anos (2026-2030) <https://www.reuters.com/world/americas/laura-fernandez-costa-ricas-next-president-aims-keep-populist-path-2026-02-02/>. Fernández é vista como a sucessora do legado do presidente cessante, Rodrigo Chaves Robles, com uma abordagem conservadora, forte ênfase em segurança e políticas populistas. Suas propostas políticas incluem o enfrentamento da crescente violência ligada ao tráfico de drogas e ao crime; reformas institucionais, incluindo a possibilidade de modificações constitucionais. <https://amcostarica.com/Costa%20Rica%20News%20Laura%20Fernandez%20Wins%20Costa%20Rica%20Presidential%20Election%20020126.html>

8 <https://www.infobae.com/peru/2025/10/19/elecciones-2026-peruanos-poco-informados-e-indecisos-ante-los-proximos-comicios-segun-datum>

A **Colômbia** realizará eleições legislativas em março e eleições presidenciais em maio, com um possível segundo turno em junho. Na Colômbia, as eleições são cruciais após um mandato de esquerda, com debates sobre segurança, violência política e a continuidade das reformas. Historicamente, a Colômbia tem sido um dos parceiros mais próximos de Washington na região, designada como um aliado-chave fora da OTAN e um elemento fundamental para a estabilidade hemisférica<sup>9</sup>, no entanto, a chegada de Petro e Trump ao Executivo e o endurecimento da política migratória dos Estados Unidos deteriorou as relações entre os países, inclusive com troca de ameaças e insultos em mídias sociais e sanções. Recentemente, alguns exemplos de distensão têm ganhado visibilidade, como por exemplo, a ligação entre os presidentes e a reunião realizada por Gustavo Petro a Casa Branca<sup>10</sup>. No entanto, ainda há grande incerteza sobre quais serão os próximos episódios entre Washington e Bogotá e a "participação" dos EUA nas eleições colombianas.

O **Brasil** realizará suas eleições em outubro, com um possível segundo turno. O Brasil atravessa um período de intensa disputa política na preparação para as eleições nacionais de outubro de 2026<sup>11</sup>. A política do país é marcada por uma forte polarização entre a esquerda, a direita e as forças de centro, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a continuidade do legado político de Jair Bolsonaro no centro desse debate<sup>12</sup>.

O **Haiti** realizará eleições legislativas e presidenciais, provisoriamente agendadas para agosto. O governo de transição do Haiti convoca eleições para 2026, após nove anos sem eleições, em meio a uma profunda crise política e à violência de gangues que controla quase completamente Porto Príncipe<sup>13</sup>.

Em nível subnacional, a **Bolívia** realizará eleições departamentais e municipais, o **México** realizará eleições estaduais e outras eleições subnacionais, e o **Paraguai** realizará eleições municipais.

A questão é se esse avanço da direita na região terá consequências geopolíticas, com os Estados Unidos desempenhando um papel mais proeminente e se posicionando acima de seu rival chinês na região.

A intervenção militar na Venezuela e a prisão de Nicolás Maduro em janeiro de 2026 representaram um ponto de inflexão com profundas consequências políticas, de segurança e econômicas.

---

9 Em 2025, a relação atingiu seu ponto mais baixo em décadas devido às tensões entre o presidente Gustavo Petro e o governo republicano de Donald Trump <https://www.france24.com/es/am%C3%A9rica-latina/20260105-de-aliados-a-enemigos-crece-la-distancia-en-la-relaci%C3%B3n-entre-colombia-y-estados-unidos>. O próximo governo colombiano herdará um cenário de crescente violência e fragmentação do crime, tornando essencial a cooperação com os Estados Unidos em segurança e combate ao narcotráfico. Embora a reconstrução da confiança seja gradual, ambos os países têm incentivos para fortalecer a aliança, priorizando a comunicação pragmática e a colaboração em questões críticas.

10 <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2026/02/03/encontr-trump-petro-casa-branca.ghtml>

11 <https://www.riotimesonline.com/commentary-brazils-2026-election-heads-toward-a-fiscal-squeeze-who-ever-wins>

12 <https://www.economist.com/the-americas/2025/12/28/brazils-general-election-will-be-all-about-lula-again>

13 <https://www.eltiempo.com/mundo/latinoamerica/gobierno-de-transicion-de-haiti-convoca-elecciones-en-2026-tras-nueve-anos-de-no-celebrarse-comicios-restablecer-la-seguridad-sera-requisito-previo-3513879?>

Recentemente, **Cuba** também se tornou um ponto focal para negociações e pressão diplomática dos Estados Unidos. Trump declarou "estado de emergência nacional" em relação a Cuba, classificando o regime cubano como "*uma ameaça extraordinária e incomum*" à segurança dos EUA e anunciando tarifas sobre os países que fornecem petróleo para a ilha. Isso faz parte de uma estratégia de pressão máxima para enfraquecer o governo cubano em meio a uma crise energética e econômica<sup>14</sup>. No entanto, no domingo, a presidente mexicana Claudia Sheinbaum anunciou sua intenção de enviar ajuda humanitária à ilha e disse que estava trabalhando em uma maneira de continuar os embarques de petróleo bruto<sup>15</sup>.

As declarações de Trump foram recebidas com uma resposta do Vice-Ministro das Relações Exteriores da Ilha, que afirmou que o regime cubano e os Estados Unidos mantêm comunicação e trocam mensagens, mas não mantêm um diálogo formal: "*Trocamos mensagens, temos embaixadas, tivemos comunicações, mas não podemos dizer que tivemos uma mesa de diálogo.*"

O Vice-ministro das Relações Exteriores de Cuba, Fernández de Cossío, afirmou que qualquer reaproximação entre Cuba e os Estados Unidos deve ser baseada em princípios claros. "*Um diálogo sério, responsável, fundamentado no direito internacional, no respeito à igualdade soberana de nossos Estados e que conduza a uma relação respeitosa entre os dois países*<sup>16</sup>."

As trocas entre os Estados Unidos e Cuba, e a relação desta última com os chineses e russos, parecem indicar que a ilha irá moldar um novo episódio na saga da atual política e estratégia de segurança dos EUA.

## Crescimento Moderado da Região

Outro fator determinante para a região é a projeção de crescimento moderado. A CEPAL prevê que o PIB regional crescerá, em média, cerca de 2,3% em 2026, impulsionado principalmente pelo consumo interno e com menor apoio da demanda externa. Isso mantém um período de crescimento moderado e baixo para a região<sup>17</sup>.

Essa taxa de crescimento seria semelhante à de 2025 (em torno de 2,4%) e reflete quatro anos consecutivos de crescimento limitado em comparação com outras regiões emergentes. Esses indicadores destacam que a região enfrenta condições externas menos favoráveis, uma recuperação econômica desigual entre os países, investimentos ainda moderados e desafios estruturais (como baixa produtividade e fraco emprego) que restringem um crescimento mais robusto.

---

14 As declarações do presidente dos EUA ocorreram dias depois de ele ter declarado Cuba uma ameaça à segurança nacional e anunciado tarifas sobre qualquer nação que envie petróleo para a ilha caribenha. Trump assinou uma ordem executiva na quinta-feira ameaçando impor essas medidas, considerando Cuba uma "ameaça excepcional" aos Estados Unidos. <https://www.reuters.com/world/americas/trump-impose-tariffs-goods-nations-nations-giving-oil-cuba-white-house-says-2026-01-29>

15 <https://www.pagina12.com.ar/2026/02/02/sheinbaum-anuncio-el-envio-de-ayuda-a-cuba-ante-las-amenazas-de-trump/>

16 <https://www.infobae.com/america/america-latina/2026/02/03/el-vicecanciller-del-regimen-cubano-confirma-que-existio-un-intercambio-de-mensajes-con-eeuu-pero-aclaro-que-no-existe-un-dialogo/>

17 <https://www.cepal.org/es/comunicados/la-cepal-senala-que-la-region-registra-cuatro-anos-seguidos-crecimiento-enfrentara-un>

O *Atlantic Council*<sup>18</sup> indica que, embora a maioria dos países não vá vivenciar um ano de transformação, a Argentina e a Guiana se destacam como exceções. O relatório identifica a *Argentina* como uma exceção positiva, onde a estabilização e a recuperação macroeconômica podem permitir um crescimento regional acima da média. Isso posiciona o país como um dos mais dinâmicos da região neste ano. A *Guiana* se destaca como um caso particularmente relevante: é mencionada como o único país caribenho que poderá figurar entre as 30 economias de crescimento mais rápido do mundo até 2026, impulsionada principalmente pelo *boom* do petróleo e pelo investimento no setor energético. A análise do Atlantic Council não fornece um número específico para o crescimento do PIB do *Brasil* em 2026, mas observa que a economia enfrenta pressões econômicas significativas, além de preocupações com a segurança, impactando tanto o clima político quanto o ambiente de investimento e crescimento. De acordo com estimativas do Banco Mundial, a economia brasileira deverá moderar e crescer aproximadamente 2% em 2026, uma desaceleração em relação a 2025, impulsionada por políticas monetárias mais restritivas e fatores externos<sup>19</sup>.

O crescimento baixo e instável (aproximadamente 2%) é insuficiente para reduzir de forma sustentável a pobreza e a desigualdade na região<sup>20</sup>. Como resultado, as melhorias sociais são frágeis<sup>21</sup>: diante de crises econômicas, milhões de latino-americanos voltam a viver na pobreza. Os altos níveis de emprego informal limitam os salários, a proteção social e a mobilidade social. Essa desigualdade persistente, mesmo durante períodos de crescimento, gera agitação social. Além disso, o baixo crescimento reduz a capacidade de arrecadação do Estado e os recursos destinados à educação, saúde e segurança, alimentando a insegurança, os protestos sociais e a desconfiança institucional. Uma das consequências é o aumento da migração na região e a redução da coesão social. Em conclusão, sem um crescimento mais elevado, sustentado e inclusivo, a América Latina não alcançará melhorias sociais duradouras e poderá entrar em um ciclo de estagnação e instabilidade<sup>22</sup>.

## Revisão do Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA)

Este ano, espera-se que o *Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA)* seja revisado, em meio a pressões econômicas e políticas entre os três países. O Atlantic Council destaca que os Estados Unidos podem exigir maior conformidade com as normas trabalhistas e ambientais, bem como mecanismos para impedir que produtos chineses acessem os benefícios do tratado por meio de terceiros.

---

18 O Atlantic Council, um influente think tank focado em política internacional e relações transatlânticas, identificou diversos desafios políticos, econômicos e sociais cruciais que moldarão o rumo da América Latina e do Caribe em 2026. <https://www.atlanticcouncil.org/commentary/spotlight/latin-america-and-the-caribbean-in-2026-ten-defining-questions-for-the-year-ahead>

19 <https://www.bloomberglinea.com/economia/banco-mundial-revela-la-lista-de-paises-de-latinoamerica-y-el-caribe-que-mas-crecerian-en-2026>

20 <https://larepublica.pe/economia/2025/11/27/cepal-alerta-la-desigualdad-en-america-latina-es-incompatible-con-el-desarrollo-y-agrava-la-crisis-social-hnews-1137375>

21 [https://celade.cepal.org/documentos/plataforma/Update/Segundo%20InformeRegional\\_junio26\\_2024/S2400528\\_es.pdf](https://celade.cepal.org/documentos/plataforma/Update/Segundo%20InformeRegional_junio26_2024/S2400528_es.pdf)

22 <https://revistamercado.do/money-invest/la-desigualdad-frena-el-futuro-economico-de-latinoamerica>

O **México** provavelmente buscará maior flexibilidade nos setores de energia e automóveis, enquanto o Canadá poderá solicitar ajustes no comércio digital e no acesso aos mercados de laticínios. Dada a alta interconexão das economias norte-americanas em setores como o automotivo, o agrícola e o energético, mesmo pequenas mudanças teriam efeitos significativos nas cadeias de suprimentos.

O cenário mais provável é uma revisão abrangente que mantenha os benefícios essenciais do USMCA, com possíveis esclarecimentos e ferramentas de conformidade reforçadas, sem uma reescrita completa do acordo.

## **América Latina: Presa no meio da disputa entre os Estados Unidos e a China**

Como relatamos nestes Cadernos, a América Latina sofre com a pressão e a disputa pela hegemonia entre os Estados Unidos e a China: uma competição geopolítica e geoeconômica que está se tornando cada vez mais importante na região. A questão é: ***quais serão as perspectivas para o ano que se iniciou?***

Nas últimas duas décadas, a China desenvolveu uma relação muito mais ampla e profunda com a América Latina, não apenas como parceira comercial, mas também como investidora em setores estratégicos e importante financiadora.

Os Estados Unidos, historicamente dominantes na região, veem essa expansão como uma ameaça à sua influência tradicional e buscam reafirmar-se por meio de políticas diplomáticas e econômicas, em consonância com sua Estratégia de Segurança Hemisférica.

Diante desse cenário de disputa, muitos países da região estão buscando uma terceira via - não se alinhando totalmente nem com os EUA nem com a China - por meio de estratégias de equilíbrio que lhes permitam tirar proveito de ambos sem se submeter a uma única potência.

Isso talvez indique que a América Latina não é um “quintal” passivo, mas um ator com capacidade de ação, buscando navegar entre interesses conflitantes e preservar sua autonomia. O 2026 será um ano em que alianças flexíveis e diversificação econômica definirão quem obterá maior influência na região, bem como a capacidade dos países latino-americanos de elaborar suas próprias estratégias sem sacrificar o desenvolvimento.

Da mesma forma, a União Europeia, os países do Oriente Médio e a Índia também deverão ter oportunidades de expandir significativamente sua participação comercial na região até 2026, devido à conectividade da região com o resto do mundo e aos esforços da região para diversificar seus parceiros comerciais em resposta às novas tarifas dos EUA e outras políticas.

A diversificação de mercado poderia permitir um papel mais ativo na Ásia, na Europa e na região, potencialmente reduzindo a dependência de um único ator hegemônico. A cooperação em ciência tecnologia e educacional poderia viabilizar alianças com múltiplos parceiros, impulsionando o desenvolvimento em setores estratégicos, como o Complexo Industrial e Produtivo da Saúde da América Latina, para além dos recursos naturais.

## **Os impactos na Saúde na América Latina**

Assim como o ano começou com grandes movimentações na América Latina, alguns impactos na saúde da população também estão sendo observados. Nesse sentido, 2026 começou com a presença de diversos eventos de saúde:

**Surto de Sarampo no México:** O México está vivenciando um surto significativo de

sarampo, com milhares de casos e dezenas de mortes confirmadas em janeiro de 2026. As autoridades perderam temporariamente o status de país livre de sarampo e uma forte campanha de vacinação está em andamento para retomar o controle. Até 19 de janeiro de 2026, mais de 7.100 casos confirmados e pelo menos 24 mortes por sarampo foram relatados em todo o país. O surto ocorreu em todos os 32 estados mexicanos, afetando principalmente crianças pequenas e pessoas não vacinadas. Os estados com o maior número de casos até o momento são: Chihuahua (com a maioria dos casos); Jalisco; e Chiapas. Casos também foram relatados em outros estados nas regiões norte, central e sul do país. Autoridades de saúde indicaram que a baixa cobertura vacinal em algumas comunidades facilitou a disseminação do vírus<sup>23</sup>.

A queda nas taxas de vacinação na região está impactando a saúde, com aumento dos riscos de doenças preveníveis<sup>24</sup>, pressão sobre os serviços de imunização e necessidade de fortalecer a cobertura vacinal para prevenir novas infecções<sup>25</sup>.

**Aumento de Infecções por Sífilis na Argentina:** Relatórios indicam que os casos de sífilis dobraram recentemente, com um aumento notável entre jovens e gestantes. Menciona-se uma redução nas políticas de prevenção. O Boletim Epidemiológico Nacional<sup>26</sup>, publicado pelo Ministério da Saúde da Argentina, informou que em 2025 foram registrados 55.183 casos de sífilis na Argentina, um número recorde e o mais alto dos últimos cinco anos. Isso representa um aumento de 71% em comparação com a mediana do número de casos entre 2020 e 2024<sup>27</sup>. Em comparação com 2024, o aumento foi de cerca de 26%, segundo dados oficiais<sup>28</sup>. Nas primeiras semanas de 2026, os casos continuaram a aumentar, dobrando em relação à mediana histórica<sup>29</sup>.

**Ondas de Calor e Medidas Urbanas no Chile:** Diante de um alerta de calor extremo, abrigos urbanos com água estão sendo implementados em Santiago para proteger populações vulneráveis (crianças e idosos) do calor intenso<sup>30</sup>. As ondas de calor, como resultado do impacto da mudança climática tem impacto na saúde, gerando estresse térmico, a exaustão e as doenças relacionadas ao calor estão aumentando com as mudanças climáticas, exigindo infraestrutura e políticas de adaptação. Isso representa um aumento de 71% em comparação com a mediana do número de casos entre 2020 e 2024. Em comparação com 2024, o aumento foi de cerca de 26%, segundo dados oficiais. Nas primeiras semanas de 2026, os casos continuaram a aumentar,

---

23 <https://elpais.com/mexico/2026-01-20/mexico-tiene-dos-meses-para-contener-el-brote-de-sarampion-y-no-perder-el-estatus-de-libre-de-la-enfermedad.html>

24 <https://www.nmas.com.mx/salud/brote-de-sarampion-mexico-refuerza-plan-de-vacunacion-con-aplicacion-de-dosis-cero>

25 <https://www.infobae.com/mexico/2026/01/19/sarampion-en-mexico-secretaria-de-salud-explica-por-que-hubo-aumento-de-casos>

26 <https://www.argentina.gob.ar/anac/sifilis-en-argentina-informacion-clave-para-prevenir-y-actuar-tiempo?>

27 <https://elpais.com/argentina/2026-01-21/los-contagios-de-sifilis-se-duplican-en-argentina.html?>

28 <https://www.infobae.com/salud/2026/01/19/fuerte-aumento-de-una-infeccion-de-transmision-sexual-en-argentina-los-casos-presentan-la-mayor-suba-en-cinco-anos/>

29 [https://www.clarin.com/sociedad/dispara-peligrosa-enfermedad-contagio-sexual-alertan-via-infeccion-conocida\\_O\\_MZULEEhMMR.html?](https://www.clarin.com/sociedad/dispara-peligrosa-enfermedad-contagio-sexual-alertan-via-infeccion-conocida_O_MZULEEhMMR.html?)

30 <https://blog.meteochile.gob.cl/2025/11/27/olas-de-calor-el-peligro-silencioso-que-se-multiplica-en-chile>

dobrando em relação à mediana histórica<sup>31, 32</sup>.

**Crise de Saúde Mental no Chile:** Incidentes repetidos em espaços públicos evidenciam uma crise de saúde mental que ultrapassa a capacidade do setor de saúde tradicional. O Chile continua entre os países onde a maioria das pessoas percebe a saúde mental como um problema sério. Um estudo recente<sup>33</sup> mostrou que aproximadamente 68% da população identifica a saúde mental como o principal problema de saúde, bem acima da média global. Evidencia-se um aumento da necessidade de serviços de saúde mental, investimento em prevenção e apoio comunitário. Esse mal-estar generalizado inclui altos níveis de tristeza, ansiedade, estresse e sintomas depressivos que afetam grande parte da população chilena, tanto adultos quanto jovens. Em particular, mais de 60% dos jovens chilenos relatam sintomas de ansiedade e depressão, segundo um estudo recente com estudantes<sup>34</sup>.

O sistema público de saúde enfrenta escassez de recursos e especialistas, com algumas regiões sofrendo colapso dos serviços<sup>35</sup>.

A proposta de orçamento para 2026 e os cortes em programas sociais geraram preocupação e protestos<sup>36</sup>.

**Eventos Sociais e Direitos Relacionados à Saúde:** Na Colômbia, as discussões públicas sobre os direitos de pessoas trans e não binárias (incluindo aspectos de saúde integral) se destacam como parte da agenda social do ano. Os fatos reforçam a importância de políticas que abordem a saúde inclusiva e o acesso a serviços adequados para diversas populações. A Lei Integral e abrangente sobre Pessoas Transgênero ainda está em discussão no Congresso, com o apoio de organizações sociais<sup>37</sup>.

A Colômbia tomou medidas concretas para o reconhecimento de diversas identidades, como a inclusão das categorias "trans" e "não-binário" em documentos oficiais, como carteiras de identidade nacionais, carteiras de identidade e registros civis, implementada até 2026 pelo Registro Nacional para garantir que as pessoas possam refletir seu gênero em seus documentos de identificação legal<sup>38</sup>.

Apesar dos avanços legais e jurídicos, a violência contra pessoas transgênero e não binárias

---

31 <https://www.ine.gob.cl/sala-de-prensa/prensa/general/noticia/2021/01/22/olas-de-calor-en-chile-aumentaron-de-9-a-62-en-las-%C3%BAltimas-diez-temporadas>

32 <https://blog.meteochile.gob.cl/2025/03/20/islas-de-calor-ciudades-en-llamas>

33 [https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/publication/documents/2025-10/lpsos%20-%20Informe%20de%20Servicios%20de%20Salud%202025\\_0.pdf](https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/publication/documents/2025-10/lpsos%20-%20Informe%20de%20Servicios%20de%20Salud%202025_0.pdf)

34 <https://www.infobae.com/america/america-latina/2025/02/17/un-estudio-revelo-que-mas-del-60-de-los-jovenes-chilenos-sufre-de-ansiedad-y-depresion>

35 <https://lasnoticiasdemalleco.cl/informacion-general/la-araucania-enfrenta-colapso-en-salud-mental-infantil-y-juvenil>

36 <https://eldesconcierto.cl/2025/10/26/presupuesto-2026-de-desarrollo-social-millonarios-recortes-en-salud-mental-ninez-e-identidad-de-genero-encendieron-protesta-de-trabajadores>

37 <https://www.camara.gov.co/aprobada-en-primer-debate-la-ley-integral-trans>

38 <https://www.washingtonblade.com/2025/12/02/colombia-anuncio-la-inclusion-de-las-categorias-trans-y-no-binario-en-los-documentos-de-identidad>

permanece alta, com transfeminicídios<sup>39</sup>, como o brutal assassinato de Sara Millerey González em 2025, provocando indignação pública e evidenciando a persistência da violência extrema e a necessidade de medidas de proteção eficazes<sup>40</sup>. Movimentos contra políticas relacionadas à saúde de menores transgênero - por exemplo, marchas organizadas por grupos conservadores sobre o tema da "cirurgia de redesignação sexual para menores" - refletem tensões sociais e debates polarizados em alguns setores<sup>41</sup>.

**Migração Venezuelana e Saúde Pública:** Desde meados da década de 2010, mais de 7,7 milhões de pessoas deixaram a Venezuela em busca de proteção, estabilidade econômica e melhores condições de vida fora do país. Esse fluxo constitui uma das maiores crises de deslocamento da América Latina<sup>42</sup>. As discussões sobre as mudanças políticas na Venezuela - incluindo a queda de Maduro e sua mulher - reacenderam os debates sobre o possível retorno de venezuelanos que emigraram nos últimos anos. Embora a situação permaneça instável, esse potencial retorno poderia influenciar as tendências migratórias em 2026 e nos anos seguintes, e teria implicações significativas para os sistemas de saúde da região.

O acesso aos serviços de saúde, a sobrecarga dos recursos e as barreiras legais continuam sendo desafios persistentes, embora tenha havido progresso na integração dos sistemas de saúde<sup>43</sup>. Um possível retorno de migrantes venezuelanos - caso ocorra em larga escala - apresenta desafios e oportunidades para o planejamento de saúde pública em toda a região. Uma resposta eficaz depende de políticas coordenadas, acesso universal aos serviços e cooperação regional sustentada. Os fluxos migratórios - incluindo a potencial migração de retorno - criam tensões, mas também oportunidades para o desenvolvimento e a cooperação.

**Mudanças Climáticas e Segurança Alimentar:** Embora não seja uma questão exclusiva de 2026, relatórios recentes mostram que quase três quartos dos países da América Latina e do Caribe estão altamente expostos a eventos climáticos extremos, impactando a segurança alimentar e nutricional. As mudanças climáticas estão exacerbando a exposição da América Latina e do Caribe a eventos climáticos extremos, impactando negativamente a segurança alimentar e nutricional na maioria dos países da região, afetando a produção agrícola, o abastecimento de alimentos e aumentando a vulnerabilidade das populações mais desfavorecidas<sup>44</sup>.

Embora tenha havido progresso em algumas áreas, a necessidade urgente de fortalecer sistemas alimentares resilientes e políticas de adaptação climática está se tornando cada vez

---

39 <https://globalvoices.org/2025/05/14/enough-already-a-voice-from-the-trans-community-facing-horror-in-colombia>

40 <https://globalvoices.org/2025/05/14/enough-already-a-voice-from-the-trans-community-facing-horror-in-colombia>

41 <https://www.ewtnnews.com/world/americas/march-called-to-protest-government-for-pushing-sex-changes-for-minors-in-colombia>

42 <https://disasterphilanthropy.org/disasters/venezuelan-refugee-crisis>

43 <https://www.paho.org/en/news/5-4-2024-colombia-selected-host-world-health-organizations-fifth-global-school-health-and>

44 <https://www.fao.org/newsroom/detail/new-un-report--74-percent-of-latin-american-and-caribbean-countries-are-highly-exposed-to-extreme-weather-events--affecting-food-security>

mais evidente para proteger as comunidades dos crescentes impactos das mudanças climáticas. A insegurança alimentar e a desnutrição - incluindo a desnutrição infantil - continuam em níveis preocupantes em 2026, impulsionadas por múltiplos choques climáticos, econômicos e sociais. Embora haja progressos na América Latina e Caribe, - a exposição climática elevada e vulnerabilidades estruturais aumentam o risco de que esses problemas se agravem ou se sustentem sem políticas eficazes de adaptação e proteção social<sup>45</sup>. Crianças e grupos socialmente vulneráveis são particularmente afetados, o que reforça a necessidade de fortalecer sistemas de nutrição, apoio alimentar e resiliência rural para reduzir o impacto desses fenômenos no longo prazo

**Plano Estratégico da OPAS 2026-2031:** A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) lançou um plano regional para fortalecer os sistemas de saúde entre 2026 e 2031, com foco em doenças transmissíveis e não transmissíveis, saúde mental e preparação para emergências. Trata-se do roteiro que orientará a ação coletiva em saúde dos países das Américas até 2031, apresentado grandes desafios em virtude do posicionamento do Estados Unidos, que tem manifestado importantes críticas nas reuniões dos Corpos Diretivos da Organização.

O Plano tem cinco pilares, que incluem:

1. Promover a saúde para todas as pessoas, abordando os determinantes sociais, os desafios ambientais e os fatores de risco.
2. Construir sistemas de saúde resilientes e universais com base na atenção primária à saúde.
3. Acelerar a prevenção e o controle de doenças transmissíveis e não transmissíveis, incluindo a saúde mental.
4. Fortalecer a preparação e a resposta a emergências de saúde pública.
5. Reforçar a liderança, a governança e a capacidade técnica da OPAS para gerar impacto na região.

A implementação eficaz do Plano exige a superação de desafios relacionados ao financiamento, ao compromisso político contínuo, à capacidade técnica e à coordenação multissetorial em um contexto regional complexo de saúde. O sucesso do Plano dependerá da capacidade do Secretariado da OPAS de liderar o apoio dos países membros, principalmente dos Estados Unidos, bem como de outros países com governos de direita alinhados à política americana. Isso exigirá a reafirmação do compromisso contínuo dos Ministros da Saúde da região em transformar as prioridades delineadas no plano em ações concretas que beneficiem a região.

Num cenário de Reengenharia da Arquitetura Global em Saúde, alguns autores elaboraram documentos afirmando que a OPAS deve ser reajustada e até propõem a criação de uma nova governança para a saúde da região<sup>46</sup>.

## Uruguai destinado a desempenhar um papel fundamental no Sul Global

---

45 <https://www.paho.org/en/news/27-1-2025-new-report-74-percent-latin-american-and-caribbean-countries-are-highly-exposed>

46 [https://lacforglobalhealth.org/wp-content/uploads/2025/12/LAC-Dialogue-Global-Health\\_Final-Report\\_4Dec-4.pdf](https://lacforglobalhealth.org/wp-content/uploads/2025/12/LAC-Dialogue-Global-Health_Final-Report_4Dec-4.pdf)

Nesse cenário turbulento que descrevemos, o pequeno país do Cone Sul, Uruguai, teve que assumir a liderança de dois blocos importantes. Por um lado, assumiu pela primeira vez a **presidência do Grupo dos 77 (G77) mais a China**, o principal fórum de coordenação política para o mundo em desenvolvimento no âmbito das Nações Unidas, composto por mais de 130 países da África, Ásia-Pacífico, América Latina e Caribe.

Em seu comunicado à imprensa, o Ministério das Relações Exteriores do Uruguai declarou: *“O Grupo dos 77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro do sistema das Nações Unidas. Desde a sua criação, tem sido um fórum importante para os países do Sul Global articularem e promoverem seus interesses econômicos coletivos, fortalecerem sua capacidade de negociação conjunta sobre questões-chave de desenvolvimento e fomentarem a cooperação Sul-Sul.”*

*“Durante a Presidência, o Uruguai é responsável por coordenar posições comuns e conduzir negociações-chave, uma tarefa de grande responsabilidade que constitui um desafio significativo para a diplomacia nacional. O exercício desta Presidência representa um marco relevante para a política externa uruguaia e uma oportunidade de projetar o país no cenário internacional.”*

O Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Mario Lubetkin, expressou a *“firme determinação em defender os objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas e, nesse contexto, defender os interesses do Grupo e fortalecer sua posição no sistema das Nações Unidas”*.

*“A Presidência do Uruguai será guiada pelas prioridades acordadas pelo Grupo para 2026 e terá como objetivo assegurar a continuidade, a coerência e o acompanhamento eficaz do amplo programa de trabalho do G77 mais a China. Nossa abordagem será a de uma Presidência facilitadora, comprometida com o fortalecimento da coesão interna do Grupo e com a garantia de que a voz do Sul Global permaneça coordenada, construtiva e relevante dentro do sistema multilateral.”*

*“O fortalecimento da cooperação Sul-Sul e triangular é essencial para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como complemento à tradicional cooperação Norte-Sul”*,

*“...O Uruguai promoverá iniciativas que visem reforçar os mecanismos de cooperação e debater a reforma da arquitetura financeira internacional em espaços mais inclusivos.”*

O Uruguai enfatizou a *“necessidade urgente de revitalizar as Nações Unidas como o fórum central para abordar os desafios globais”*. O Ministro das Relações Exteriores do Uruguai afirmou que *“vimos que não há desenvolvimento sem paz, nem paz sem desenvolvimento”*.

*“O Uruguai assume a Presidência do Grupo dos 77 e China com um firme compromisso de promover a cooperação, a solidariedade e o desenvolvimento por meio de uma liderança transparente, aberta e inclusiva. Nossa agenda refletirá as prioridades de todos os Estados-membros e buscará fortalecer a voz dos países em desenvolvimento no cenário internacional, caminhando rumo a um futuro mais equitativo, sustentável e pacífico, do qual precisamos agora mais do que nunca.”*

O Uruguai terá que enfrentar **desafios significativos**<sup>47, 48</sup>

---

47 <https://www.gub.uy/agencia-uruguay-cooperacion-internacional/comunicacion/noticias/uruguay-priorizara-cooperacion-solidaridad-desarrollo-durante-su-presidencia>

48 <https://paraguay.un.org/es/308343-uruguay-asumi%C3%B3-la-presidencia-del-grupo-de-los-77-y-china-para-el-a%C3%B1o-2026>

1. **Coordenar um bloco extremamente diverso**, o que exigirá a construção de um consenso mínimo entre interesses por vezes conflitantes (exportadores de petróleo versus países vulneráveis às mudanças climáticas; China versus países endividados; grandes versus pequenas economias). Para o Uruguai, como um pequeno país com tradição diplomática, isso exige um papel de mediação credível e pragmático.
2. **Defendendo a agenda de desenvolvimento do Sul Global**: O Uruguai deve promover as demandas históricas do G77 em um contexto internacional adverso, onde se discute a reforma da arquitetura financeira internacional<sup>49</sup> (Banco Mundial, FMI); o acesso a financiamento concessional para países de renda média; a transferência de tecnologia e conhecimento; e os desafios impostos pela Agenda 2030 e seus ODS<sup>50</sup>, que parecem improváveis de serem atendidos.
3. **Conduzir negociações diplomáticas com a China dentro do grupo**: A China não é formalmente membro do G77, mas é um ator dominante dentro do bloco. O Uruguai deve evitar que o G77 seja percebido como um instrumento da política chinesa; manter um equilíbrio entre a cooperação Sul-Sul e a autonomia política do grupo; e conter as tensões entre os países que dependem da China e outros que buscam diversificar suas alianças<sup>51</sup>.
4. **Posicionamento dos Países de Renda Média**: Como país de renda média, o Uruguai representa um grupo de países que não recebem mais ajuda tradicional, mas continuam a enfrentar restrições estruturais. Os países de renda média enfrentam desafios significativos relacionados ao acesso ao financiamento climático; ao endividamento e à vulnerabilidade externa; e à falta de reconhecimento em estruturas de cooperação internacional.
5. **Promover a agenda climática e ambiental**: Muitos membros do G77 são altamente vulneráveis às mudanças climáticas, portanto, o Uruguai precisará articular posições comuns sobre financiamento climático; equilibrar os interesses dos países produtores de combustíveis fósseis com os daqueles mais afetados por desastres climáticos; e defender o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas.
6. **Dar visibilidade internacional à liderança uruguaia**: como uma oportunidade (e um desafio) para fortalecer seu perfil como um ator multilateral confiável; demonstrar capacidade de liderança a partir do Sul Global; traduzir o papel diplomático em capital político internacional, com os recursos limitados de um pequeno país.

Por outro lado, o Uruguai assumirá a **Presidência Pro Tempore da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)** em março de 2026. A presidência pro tempore do Uruguai na CELAC em 2026 coloca o país em uma posição central na coordenação regional, com desafios relacionados a:

---

49 <https://www.debate.com.uy/mundo/uruguay-asume-la-presidencia-del-g77--china-en-2026-y-se-convierte-en-voz-clave-del-sur-global-20260114-0040.html>

50 <https://www.debate.com.uy/mundo/uruguay-asume-la-presidencia-del-g77--china-en-2026-y-se-convierte-en-voz-clave-del-sur-global-20260114-0040.html>

51 <https://en.people.cn/n3/2026/0117/c90000-20415573.html>

- ✓ A integração política e econômica da América Latina e do Caribe.
- ✓ A promoção de agendas baseadas em consenso para abordar problemas comuns.
- ✓ O fortalecimento das relações birregionais com atores globais.

Essa oportunidade diplomática permite ao Uruguai influenciar a agenda regional e projetar uma visão de cooperação e multilateralismo a partir do Sul Global.

A heterogeneidade política e a dificuldade de se chegar a um consenso entre os Estados da América Latina e do Caribe<sup>52</sup>; a falta ou fragilidade institucional da CELAC<sup>53</sup>; as tensões geopolíticas externas<sup>54</sup> (rivalidades entre potências, conflitos internacionais, polarizações) que influenciam a região; as dificuldades em articular posições sobre questões políticas sensíveis (questões como direitos humanos, reconhecimento de governos específicos ou conflitos internos nos países membros frequentemente geram divisões significativas); as altas expectativas em relação a resultados concretos relacionados à paz, ao crescimento socioeconômico ou à cooperação Sul-Sul; e a necessidade de uma integração efetiva em um contexto socioeconômico desigual são os principais obstáculos que o Uruguai terá que superar para liderar este bloco.

## SUBREGIONAIS:

**O CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe) promoveu o Fórum Econômico Internacional que discutiu respostas coletivas para temas globais<sup>555657</sup>.**

No dia 26 de janeiro foi realizado o fórum econômico internacional que reuniu chefes de Estado do Brasil, Colômbia, Panamá, Equador, Bolívia, Guatemala, Jamaica e Chile. Chefes de Estado e participantes de vários setores da sociedade discutiram formas de abandonar o estereótipo de "continente das oportunidades perdidas", para se firmar como espaço de soluções.

Em sua fala, o presidente executivo do CAF, Sergio Granados, destacou o momento de imprevisibilidade frente a regras globais e disputas pelo controle de elementos essenciais para transição digital e energética. Em busca de mitigar os efeitos da instabilidade global, os presidentes do Brasil, Colômbia, Panamá, Guatemala e Jamaica conclamaram a importância da integração, diálogo e colaboração entre os países latino-americanos. Os presidentes do Equador e Chile destacaram a luta contra crime organizado e narcotráfico como tópico importante para assegurar a estabilidade econômica e democrática na região.

52 <https://www.infobae.com/america/america-latina/2025/04/15/canciller-uruguayo-critico-a-xiomara-castro-por-el-cierre-de-la-cumbre-de-la-celac>

53 <https://www.linkedin.com/pulse/recalibrating-regional-cooperation-through-community-latin-omar-vawde>

54 <https://www.gub.uy/presidencia/comunicacion/noticias/presidente-orsi-celac-destaco-integracion-regional-sobre-base-democracia>

55 <https://www.caf.com/es/actualidad/noticias/foro-caf-america-latina-y-el-caribe-reclama-un-espacio-global-propio/>

56 <https://www.caf.com/es/actualidad/noticias/foro-caf-reunio-a-mas-de-6500-lideres-de-70-paises-en-el-mayor-encuentro-regional-de-los-ultimos-anos/>

57 <https://www.orasconhu.org/es/reunion-con-unicef-para-trabajar-agenda-conjunta-en-favor-de-la-ninez-en-la-region-andina>

A agenda do encontro trouxe temas de discussão projetos de integração física, digital, comercial e de segurança. Além disso, foram também incluídos temas como crescimento econômico, integração regional, sustentabilidade, investimento, inclusão e competitividade. Os participantes apostaram nesses temas como indutores de um posicionamento mais ativo e autônomo para o desenvolvimento global.

## **O Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) deu posse ao novo secretário executivo, além de assinar estratégia sub-regional com OPAS/OMS<sup>585960</sup>.**

Em dezembro, sob o mandato de Maria Carmem Calle Dávila como secretária executiva, o ORAS-Conhu assinou a Estratégia de Cooperação Subregional para América do Sul (ECS-SAM 2026-2031). A implementação da Estratégia é um compromisso firmado entre OPAS/OMS, ORAS-CONHU, OTCA e Mercosul.

Calle Davila reafirmou o compromisso do Organismo com a governança sanitária andina com desafios comuns nas áreas de doenças não transmissíveis, vulnerabilidade de populações indígenas e amazônica frente a vetores emergentes e fortalecimento de sistemas de saúde resilientes pós-pandemias e ressaltou que a cooperação nesses temas poderá alçar a região como modelo global de cooperação sul-sul.

Em janeiro, o novo secretário executivo, Fernando Araos Dattoli, tomou posse. Dattoli é médico chileno e foi eleito por unanimidade pelos países membros na XLI Reunião de Ministros de Saúde da Área Andina para ocupar o cargo durante o período 2026-2028.

O novo secretário destacou a sua preocupação com os efeitos das mudanças climáticas no cenário regional. A partir de sua experiência nacional, afirmou que "Chile enfrenta hoje uma emergência derivada de incêndios florestais de grande magnitude, com graves consequências para a vida, saúde física e mental das pessoas, assim como para os animais e meio ambiente", mas completa com a importância de que a resposta a essas mudanças devem ser solidárias e coordenadas regionalmente.

Em suas primeiras ações como secretário executivo, Dattoli se reuniu com o diretor regional adjunto do UNFPA América Latina e Caribe e com a conselheira técnica de saúde sexual e reprodutiva com o objetivo de fortalecer a aliança estratégica para o enfrentamento da mortalidade materna e prevenção da gravidez adolescente. Além disso, cumpriu uma agenda com a equipe regional da UNICEF para América Latina e o Caribe para reafirmar a cooperação estratégica, orientada para a atenção primária de saúde, redução das brechas da equidade e promoção do bem-estar integral da criança.

---

58 <https://www.orasconhu.org/es/hito-historico-para-la-salud-regional-opsoms-oras-conhu-otca-y-mercosur-firman-la-estrategia-de>

59 <https://www.orasconhu.org/es/medico-chileno-fernando-araos-dattoli-asume-la-secretaria-ejecutiva-del-oras-conhu>

60 <https://www.orasconhu.org/es/reunion-con-el-fondo-de-poblacion-de-las-naciones-unidas>

## O Conselho de Ministros de Saúde da América Central (COMISCA) realizou encontro de registro sanitário de medicamentos<sup>61</sup>.

A reunião técnica para profissionais responsáveis das unidades de registro sanitário de medicamentos das Autoridades Reguladoras Nacionais. Esse encontro se deu sob o marco do programa de colaboração entre a Fundação CSAI do Ministério da Espanha e a SECOMISCA.

O objetivo é avançar um mecanismo de harmonização regulatória de critérios técnicos para avaliação de medicamentos biotecnológicos. No evento foram apresentados resultados do diagnóstico da normativa vigente nos países SICA em matéria de autorização e vigilância de medicamentos, avançar na validação de um guia regional de harmonização regulatória e fortalecer consensos sobre o mecanismo de implementação, que permitam a curto prazo concretizar a avaliação conjunta de biotecnológicos e biosimilares.

## A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) lançou plataforma sobre degradação florestal na Amazônia<sup>62</sup>

O Observatório Regional Amazônico lançou a nova ferramenta de monitoramento ambiental, o Painel de Degradação Florestal da Amazônia. A plataforma digital contém mapas e gráficos que mostram a série histórica (1984-2024) de dados da degradação florestal dos oito países amazônicos. Os dados podem ser consultados no seguinte link: <https://otca.maps.arcgis.com/apps/instant/portfolio/index.html?appid=158700f681ea44dca835430d3299b4ba>

## Apresentação da candidatura de Michelle Bachelet a Secretária-Geral da ONU<sup>63</sup>

No início de fevereiro, Chile, Brasil e México lançaram formalmente a candidatura de Michelle Bachelet ao cargo de Secretária-Geral das Organizações das Nações Unidas. Bachelet já exerceu funções importantes no Sistema das Nações Unidas, como Alta Comissária para Direitos Humanos e Diretora Executiva da ONU Mulheres.

Os governos lançaram uma nota conjunta que afirma "*A postulação de Michelle Bachelet representa uma oportunidade de dotar a ONU de uma liderança com comprovada experiência, legitimidade internacional e vocação para serviço público. Subscrevemos essa candidatura com a convicção de que sua liderança contribuirá para o pleno cumprimento dos propósitos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas*", além disso, reforçou a importância da ação conjunta "*Essa candidatura reflete a vontade compartilhada de nossos países de contribuir ativamente para o fortalecimento do sistema multilateral e de promover uma liderança capaz de responder aos desafios atuais.*"

---

61 [https://www.sica.int/noticias/aecid-y-la-fundacion-csai-colaboran-con-se-comisca-en-la-guia-para-la-armonizacion-regulatoria-para-la-evaluacion-tecnica-de-medicamentos-biotecnologicos-en-la-region-sica\\_1\\_137301.html](https://www.sica.int/noticias/aecid-y-la-fundacion-csai-colaboran-con-se-comisca-en-la-guia-para-la-armonizacion-regulatoria-para-la-evaluacion-tecnica-de-medicamentos-biotecnologicos-en-la-region-sica_1_137301.html)

62 <https://otca.org/pt/observatorio-regional-amazonico-da-otca-lanca-painel-sobre-degradacao-florestal-na-amazonia-2/>

63 [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/apresentacao-da-candidatura-de-michelle-bachelet-a-secretaria-geral-da-onu-comunicado-conjunto-de-brasil-chile-e-mexico](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/apresentacao-da-candidatura-de-michelle-bachelet-a-secretaria-geral-da-onu-comunicado-conjunto-de-brasil-chile-e-mexico)

---

# Acordo UE-MERCOSUL: oportunidades e desafios para o Brasil na área da Saúde e da Ciência e Tecnologia

*Sebastián Tobar<sup>1</sup>, Sâmia De Brito<sup>2</sup>*

Após 26 anos de negociações, o Acordo UE-MERCOSUL foi firmado o sábado 17 de janeiro em Asunción, que promete ter um impacto significativo tanto no Cone Sul quanto nos europeus<sup>3</sup>. O texto final do Acordo, na íntegra, pode ser consultado em: [Acuerdo MERCOSUR-UE.pdf](#)

O Mercosul — estabelecido em 1991 e composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai como membros plenos — constitui um bloco estratégico com uma força produtiva baseada em agronegócio competitivo, energia, mineração, recursos críticos e uma rede industrial com potencial de modernização. A Bolívia está em processo de adesão plena, enquanto os demais países sul-americanos mantêm o status de Estados Associados. Por sua vez, a UE é o maior bloco comercial do mundo: em 2024, representou aproximadamente 15,8% do comércio global. Possui um mercado único e uma voz unificada nas negociações comerciais internacionais, sendo líder em áreas como inovação, regulamentação ambiental e comércio de alto valor agregado.

O acordo promete estabelecer um pacto de “livre comércio”, um dos mais amplos, sofisticados e exigentes já negociados entre blocos regionais. Envolveria mais de 30 países (27 da UE + 4 do Mercosul, além dos países associados a este último bloco), com mais de 720 milhões de habitantes, representando 20% do comércio mundial e um potencial de trocas superior a 100 bilhões de dólares anualmente, com significativa margem para crescimento<sup>4</sup>.

É importante sermos realistas, visto que a aprovação do Acordo UE-MERCOSUL não significa que ele entrará em vigor automaticamente. Pelo contrário, sua aprovação precisa passar por um importante processo político: a ratificação pelos respectivos parlamentos — o Parlamento

---

1 Pesquisador Sênior do CRIS/FIOCRUZ, Mestre e Doutor em Saúde Pública e Especialista em Saúde Global. E-mail: [sebastian.tobar@fiocruz.br](mailto:sebastian.tobar@fiocruz.br)

2 Coordenadora adjunta do Núcleo de Apoio a Internacionalização do Instituto René Rachou/Fiocruz Minas. Mestre em Relações Internacionais. Email: [samia.franco@fiocruz.br](mailto:samia.franco@fiocruz.br)

3 Atualmente, a UE já é o segundo maior parceiro comercial do Mercosul, com um comércio superior a 110 mil milhões de dólares anualmente; representa também 14% das exportações do bloco e fornece 20% das suas importações.

4 As previsões indicam que o comércio entre as duas regiões aumentará em 40%. Atualmente, as exportações UE-Mercosul atingiram aproximadamente € 55,2 bilhões em 2024, enquanto as importações alcançaram € 56 bilhões.

Europeu<sup>5</sup> e os parlamentos dos Estados-membros do MERCOSUL. No caso do Mercosul, espera-se que a ratificação seja relativamente simples e não apresente grandes dificuldades.

No entanto, a situação será diferente na Europa, onde se prevê alguma complexidade devido às fortes controvérsias internas em torno dos termos do acordo, particularmente no que diz respeito à produção agrícola, à forte oposição de alguns países — como a França — e à intenção de alguns eurodeputados de contestar o tratado judicialmente.

O envio do acordo ao Tribunal de Justiça da UE é um desenvolvimento significativo: introduz um período de revisão judicial que poderá atrasar ainda mais a ratificação na Europa<sup>6</sup>.

O Acordo UE-MERCOSUL já atingiu um marco histórico com a sua assinatura, mas a sua implementação efetiva depende de procedimentos políticos e jurídicos internos que estão em curso e não têm uma data de conclusão definitiva.

## Abrangência de setores no Acordo EU-MERCOSUL

Os *setores mais relevantes* envolvidos no Acordo UE-MERCOSUL incluem:

- ✓ Agronegócio e alimentação (carnes, cereais, economias regionais, produtos de valor agregado).
- ✓ Indústria de transformação (automotiva, autopeças, máquinas, produtos químicos).
- ✓ Energia e recursos estratégicos.
- ✓ Serviços profissionais, financeiros e tecnológicos, e a economia do conhecimento.
- ✓ Contratação pública, infraestrutura e projetos de longo prazo.

O Acordo define uma estrutura abrangente para as relações econômicas, produtivas, institucionais e regulatórias entre duas regiões centrais do sistema internacional. As principais dimensões trazidas pelo documento são:

- ✓ **Dimensão econômica e comercial:** liberalização progressiva do comércio de bens e serviços, regras de origem, facilitação do comércio, compras governamentais e medidas de defesa comercial;
- ✓ **Dimensão produtiva:** incentivos à integração da cadeia de valor, cooperação industrial, apoio a pequenas e médias empresas, transferência de tecnologia e inovação;
- ✓ **Dimensão normativa e regulatória:** harmonização e convergência das normas técnicas, sanitárias e fitossanitárias, a propriedade intelectual, a concorrência e o desenvolvi-

---

5 A ratificação de um acordo internacional pelo Parlamento Europeu é uma etapa fundamental para que um tratado entre a União Europeia e países terceiros entre em vigor. Nesse procedimento, o acordo é aprovado ou rejeitado, não havendo possibilidade de alteração do seu texto. A votação de ratificação ocorre em sessão plenária por maioria simples dos votos expressos pelos seus 795 membros do Parlamento Europeu, que representam os 27 Estados-Membros da UE.

6 Os movimentos camponeses na Europa e na América Latina saudaram uma votação crucial no Parlamento Europeu, em 21 de janeiro, que suspendeu temporariamente o processo de ratificação do controverso acordo de livre comércio UE-Mercosul, alertando que o acordo ainda poderia avançar prematuramente. <https://viacampesina.org/en/2026/01/ecvc-and-cloc-celebrate-european-parliament-vote-on-eu-mercosur-fta>

mento sustentável;

- ✓ **Dimensão institucional:** criação de órgãos de governança conjunta, mecanismos de diálogo político, resolução de disputas e monitoramento de acordos; e
- ✓ **Dimensão política e estratégica:** fortalecimento da parceria birregional UE-América do Sul em um contexto de reconfiguração geopolítica, diversificação de parceiros e redução das dependências.

Para o setor produtivo do MERCOSUL, a Europa apresenta-se como um parceiro natural não só pela dimensão dos seus mercados, mas também pela afinidade institucional, pelas regras previsíveis e por uma cultura produtiva compatível. Todo o processo de desenvolvimento do MERCOSUL foi construído tendo a integração europeia como modelo a ser seguido.

No setor da saúde, é destacável a ideia de avançar com uma Agência Reguladora Regional<sup>7</sup>, semelhante à Agência Europeia de Medicamentos (EMA), mas que tem como principal limitação as assimetrias nas capacidades regulatórias dos Estados-Membros.

A crise sofrida pela Europa devido à guerra entre a Rússia e a Ucrânia e as dificuldades que têm enfrentado no abastecimento de alimentos e energia, geraram oportunidades importantes para empresas cone-sulinas, no entanto, será necessário que essas se adaptem, invistam e compitam segundo padrões muito mais exigentes.

As diferentes posições entre os Estados-membros da EU<sup>8</sup> criam incerteza quanto à futura ratificação do acordo de associação e demonstram que, além dos potenciais vantagens econômicas, o futuro do acordo dependerá da capacidade do bloco de conciliar seus interesses comerciais com as preocupações ambientais e sociais que condicionam o apoio de uma parcela fundamental de seus membros.

No MERCOSUL, apesar das divergências internas, o bloco converge para uma visão estratégica comum: o acordo com a União Europeia representa uma oportunidade crucial para impulsionar o comércio, atrair investimentos e reposicionar o MERCOSUL nas cadeias de valor globais, além de oferecer aproximação política em áreas como defesa da democracia e multilateralismo e proteção de direitos humanos. A unidade alcançada nesta fase reflete a percepção dos países

---

7 projeto foi promovido durante Cimeiras UE-CELAC.

8 Dentro da UE, existem diferentes posicionamentos frente ao Acordo. A **Alemanha** e a **Espanha** têm sido os principais defensores, argumentando que ele pode ser uma ferramenta importante para impulsionar o comércio transatlântico e fortalecer a competitividade europeia, já **França e Países Baixos** tem se posicionado contra devido a oposição interna de setores agrícolas. Algumas posições resumidas são: A **Alemanha** promoveu medidas para apoiar a assinatura do acordo, destacando que a eliminação das tarifas beneficiaria particularmente as empresas exportadoras europeias, incluindo as PMEs e setores como o automotivo e o de bens industriais, e contribuiria para cadeias de abastecimento mais resilientes e diversificadas num contexto econômico global desafiador. A **Espanha**, por sua vez, tem sido outro ator importante na promoção da assinatura do Acordo, argumentando que ele abriria uma janela de oportunidades comerciais para indústrias nacionais como a automotiva, a agroalimentar e as ligadas às energias renováveis, bem como fortaleceria os laços econômicos com a América Latina num momento de crescente concorrência global. A **França** tem sido um ator que expressou a sua oposição, em grande parte devido à pressão dos produtores agrícolas, que estão preocupados com o risco de aumento da concorrência das importações sul-americanas em setores sensíveis como a pecuária, os laticínios e os cereais. A este respeito, os produtores agrícolas realizaram protestos massivos, pressionando o governo francês a bloquear o Acordo, especialmente no que diz respeito às reduções tarifárias. Da mesma forma, países como a **Polônia, a Áustria e os Países Baixos** expressaram preocupação com a abertura do mercado europeu aos produtos agroalimentares do Mercosul e solicitaram a aprovação de diversas medidas de contrapartida e salvaguarda, receosos da concorrência direta para seus próprios produtores agrícolas e pecuários. Muitos desses países citaram o desmatamento e as diretrizes ambientais, que não foram respeitadas no MERCOSUL, como justificativa para sua oposição.

membros de que o custo de um novo adiamento da conclusão do acordo seria significativamente maior do que os desafios ainda existentes nas negociações.

## Tarifas entre blocos: uma questão fundamental

Embora o acordo vá além, o capítulo sobre tarifas (CHAPTER II NON TARIFF MEASURES<sup>9</sup>) é um dos mais relevantes. Ele estabelece reduções e eliminações progressivas, com prazos diferenciados por setor, em alguns casos superiores a 10 ou 15 anos<sup>10</sup>.

- ✓ Isso permitirá:
- ✓ previsibilidade para o planejamento de investimentos,
- ✓ custos de acesso ao mercado mais baixos ao longo do tempo,
- ✓ incentivos para a realocação de processos produtivos, e
- ✓ proteção temporária para setores sensíveis.

É importante ressaltar que não haverá uma abertura abrupta, mas sim gradual, concebida para incentivar investimentos genuínos e evitar o oportunismo.

### Alguns aspectos ou capítulos transformadores e suas interações com a Saúde.

- ◆ **Acesso aos mercados industriais e agrícolas:** As assimetrias de produção são reconhecidas e cronogramas diferenciados são permitidos. Isso pode fomentar parcerias industriais, transferência de tecnologia e investimentos de longo prazo.
- ◆ **Regras de origem<sup>11</sup> e acumulação regional:** Um produto pode ser considerado “de origem” mesmo que seus insumos provenham de diferentes países do Mercosul e da UE. Isso significa que o produto é considerado pertencente a um dos países do bloco e, portanto, pode ter acesso aos benefícios do acordo, principalmente tarifas reduzidas ou zeradas.
- ◆ **Serviços e Investimentos** O acordo engloba serviços profissionais, financeiros, tecnológicos, logísticos e da economia do conhecimento, juntamente com regras de proteção de investimentos e previsibilidade jurídica. Para muitas empresas, o negócio envolverá o estabelecimento de suas operações, parcerias e atuação local. Em resumo, uma entrada gradual nos diversos países.
- ◆ **Compras públicas** Pela primeira vez, empresas do Mercosul estão tendo acesso a

9 <https://www.gov.br/mre/pt-br/media/2-trade-in-goods-novo.pdf>

10 O relatório “*Entre Abertura e Competitividade: Perspectivas Comerciais do Acordo UE-Mercosul*”, elaborado pela LLIC Ideas, indica que o acordo eliminará ou reduzirá mais de 90% das tarifas bilaterais, transformando os incentivos comerciais entre as duas regiões. Para o Mercosul (cujas exportações são fortemente influenciadas pelo agronegócio e commodities), isso significa acesso preferencial, custos de entrada mais baixos, maior previsibilidade e maior competitividade em relação a países terceiros. Para a UE, garante acesso estável às exportações de bens manufaturados, máquinas, tecnologia, automóveis, produtos farmacêuticos e serviços, áreas em que possui vantagens comparativas consolidadas. Veja: <https://llyc.global/ideas/entre-la-apertura-y-la-competitividad-perspectivas-comerciales-del-acuerdo-ue-mercosur/>

11 <https://www.gov.br/mre/pt-br/media/protocolo-sobre-regras-de-origem.pdf> e <https://www.gov.br/mre/pt-br/media/requisitos-especificos-de-origem.pdf>

licitações públicas europeias e vice-versa. É um mercado enorme e altamente regulamentado. **Soft Landing World** possui presença em todos os países do Mercosul e em vários países da União Europeia, o que lhe permite apoiar esses processos com um conhecimento local eficaz. O Brasil decidiu excluir expressamente as compras do SUS (Sistema Único de Saúde) do escopo do Acordo. Isso significa que as compras e licitações realizadas pelo SUS não estarão abertas a fornecedores da UE de acordo com as regras do tratado. Essa exclusão foi feita por diversos motivos relacionados às políticas públicas brasileiras: a) Para proteger a política de saúde pública; b) Para preservar os instrumentos de política industrial e promover a indústria nacional (PMEs brasileiras); c) Sensibilidades nacionais em saúde e segurança, mantendo o controle sobre quem fornece bens e serviços, especialmente em emergências sanitárias; d) Reciprocidade: a UE também contempla exclusões semelhantes para seus próprios sistemas de saúde pública.

- ◆ **Propriedade intelectual e denominações de origem:** Os padrões para a proteção de marcas registradas, patentes, know-how e modelos de negócios são elevados, impactando diretamente franquias, licenças e escalabilidade dos negócios. As cláusulas de propriedade intelectual do Acordo UE-MERCOSUL podem ter implicações para a saúde pública<sup>12</sup>, especialmente em relação a medicamentos, acesso a genéricos e regulamentação de dados clínicos, embora não pareçam ser tão rigorosas quanto em outros acordos comerciais “*TRIPS Plus*” da UE, devido à resistência dos Estados-membros do MERCOSUL durante a negociação. O MERCOSUL resistiu fortemente às cláusulas “*TRIPS-plus*”, mas a questão foi contestada e ainda gera preocupação nos setores de saúde pública<sup>13</sup>.
- ◆ **Capítulo laboral y ambiental** (*Chapter Trade and Sustainable Development*<sup>14</sup>) Compromissos vinculativos são incorporados em relação aos direitos trabalhistas, à sustentabilidade ambiental e às normas internacionais. O capítulo sobre “*Comércio e Desenvolvimento Sustentável*” aborda o respeito pelas normas fundamentais da OIT, comprometendo-se a respeitar e promover: a não discriminação no emprego; a eliminação do trabalho forçado e infantil; a liberdade sindical; o direito à negociação coletiva; a proteção da saúde e segurança no trabalho; e a fiscalização eficaz do trabalho. O capítulo estabelece o princípio da não regressão, o que significa que os países não devem reduzir seus padrões trabalhistas para atrair investimentos ou competir comercialmente; em outras palavras, não podem diminuir seus níveis de proteção trabalhista para obter vantagem. O Acordo estabelece o compromisso de implementar a legislação nacional sobre direitos humanos e trabalhistas. Também estabelece um mecanismo para monitorar e resolver disputas em casos de descumprimento das normas trabalhistas ou ambientais.

## Acordo UE-MERCOSUL e Cooperação Científica e Tecnológica

---

12 Pode haver riscos de aumento de custos devido à exclusividade de dados para medicamentos, uma cláusula que pode impedir a aprovação legal de produtos genéricos com base em estudos clínicos existentes, o que pode atrasar a entrada de genéricos no mercado e aumentar os preços. [https://www.ip-watch.org/2017/03/22/watch-eu-mercosur-fta-negotiations-consequences-access-medicines/?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.ip-watch.org/2017/03/22/watch-eu-mercosur-fta-negotiations-consequences-access-medicines/?utm_source=chatgpt.com)

13 [https://esthinktank.com/2024/04/01/political-resistance-to-regulatory-reforms-in-the-eu-mercosur-trade-agreement-2/?utm\\_source=chatgpt.com](https://esthinktank.com/2024/04/01/political-resistance-to-regulatory-reforms-in-the-eu-mercosur-trade-agreement-2/?utm_source=chatgpt.com)

14 E <https://www.gov.br/mre/pt-br/media/comrcio-e-desenvolvimento-sustentvel.pdf>

O Acordo de Parceria Estratégica entre a União Europeia (UE) e o Mercosul não é apenas um tratado comercial: inclui também um quadro de cooperação política, social e tecnológica, que tem implicações diretas para a cooperação científica e tecnológica entre os dois blocos<sup>15</sup>.

O Acordo propõe um diálogo político mais estruturado e permanente entre a UE e os países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) para facilitar e viabilizar a oportunidades de formalizar projetos e programas de pesquisa conjuntos para além do comércio tradicional. Nesse sentido, identifica as seguintes áreas:

- Transformação digital e cooperação tecnológica
- Intercâmbio de boas práticas em regulamentação e inovação
- Coordenação de políticas científicas e normas tecnológicas
- Mobilidade de pesquisadores e especialistas
- Fortalecimento de plataformas multilaterais de cooperação

As principais áreas de interesse comum são:

- ✓ Digitalização e Indústria 4.0
- ✓ Energia limpa e sustentabilidade ambiental
- ✓ Agricultura de precisão e biotecnologia
- ✓ Saúde pública e biomedicina
- ✓ Normas regulatórias e tecnologias emergentes

Além disso, um acordo-quadro mais robusto pode facilitar a transferência de tecnologia em setores estratégicos.

O Acordo promove a integração em cadeias globais de inovação, o que pode aumentar a competitividade tecnológica dos países envolvidos.

O Protocolo sobre cooperação estabelece que “as Partes aproveitarão ao máximo as possibilidades oferecidas, entre outras, pela *EU-LAC Global Gateway Investment Agenda*.”

### **Acordo UE-MERCOSUL sob o olhar atento da administração de Donald Trump.**

Um fato importante é o posicionamento dos Estados Unidos, particularmente de Donald Trump, que encara o Acordo com suspeita e como uma ameaça indireta aos interesses americanos.

Com base numa abordagem Neorrealista (predominantemente ofensivo) com características nacionalistas, bilaterais e transacionais, menos preocupado com a estabilidade do sistema e mais com o ganho imediato dos EUA, Trump não vê com bons olhos este tipo de acordos entre blocos. Ele geralmente expressa sua rejeição a acordos multilaterais, promovendo o bilateralismo como meio de impor suas condições e interesses.

Trump interpreta acordos como o da UE-Mercosul como alianças econômicas que excluem os Estados Unidos. Ele argumenta que, ao reduzir as tarifas entre os países europeus e do Mercosul,

---

15 <https://www.consilium.europa.eu/es/press/press-releases/2026/01/09/eu-mercosur-council-greenlights-signature-of-the-comprehensive-partnership-and-trade-agreement/>

facilitar o investimento europeu em setores-chave e consolidar cadeias de valor sem a participação dos EUA, ele está consolidando privilégios que os Estados Unidos deveriam priorizar.

Sua visão favorece o nacionalismo econômico, negociações bilaterais país a país e guerras tarifárias como instrumento de pressão. Nessa lógica, grandes acordos regionais diluem o poder de negociação individual e consolidam centros alternativos de influência.

Dessa perspectiva, o acordo Mercosul-UE não se resume ao comércio: é um sinal que pode ser visto como indicador de autonomia estratégica, entrando em conflito com a visão mais recente dos EUA que além de reforçar o bilateralismo, também evoca a necessidade de reafirmação de zonas de influência definidas.

O governo Trump é particularmente sensível aos interesses de agricultores, pecuaristas e da indústria manufatureira, e o acordo provavelmente ganha contornos de concorrência desleal e perdas de mercado para os EUA.

Trump tem sido abertamente crítico do modelo europeu, suas regulamentações ambientais, trabalhistas e de saúde, e o recente acordo bilateral entre os Estados Unidos e a Argentina parece ser um *modus operandi* preconizado nas interações com outros países sul-americanos para contrabalançar a relação com a UE.

### **Acordo UE-MERCOSUL: Oportunidades para o Setor da Saúde**

O Acordo poderá abrir uma série de oportunidades estratégicas para o setor da saúde, especialmente se for considerado para além do comércio e encarado como um quadro de cooperação abrangente que envolva aspetos políticos, económicos, de produção, regulamentares e de governança.

A redução das tarifas abre uma grande oportunidade para superar as barreiras de acesso às tecnologias de saúde e aos equipamentos médicos:

- ✓ Equipamentos Médicos.
- ✓ Dispositivos e Kits de Diagnósticos.
- ✓ Suprimentos Hospitalares.
- ✓ Tecnologia digital em saúde.

Algumas vantagens podem incluir custos de importação mais baixos; oportunidades para modernizar equipamentos hospitalares e laboratoriais, que devem ser acompanhadas de opções de financiamento; e oportunidades para melhorar as capacidades de diagnóstico e terapêuticas do setor da saúde.

No caso do Complexo Produtivo Industrial da Saúde, podem existir oportunidades para aumentar a produção de medicamentos, vacinas, biotecnologias e suprimentos estratégicos, contribuindo para a soberania sanitária da região.

Os Estados-parte do MERCOSUL enfrentam desafios<sup>16</sup> e oportunidades<sup>17</sup> para aproveitar o Acordo com a UE no setor da saúde, com base em recursos humanos, dispor de polos de inovação, mas necessitam de investimento, integração regional e transferência de tecnologia para avançar no aumento das capacidades (soberania em saúde).

Entre os pontos fortes existentes, podemos mencionar a presença de sistemas de saúde consolidados com diferentes níveis de cobertura universal ou em fase de expansão; uma força de trabalho significativa na área da saúde; uma crescente capacidade científica e tecnológica com potencial para inovação em vacinas, produtos farmacêuticos e biotecnologias; um vasto mercado de 270 milhões de habitantes com demanda constante por medicamentos e inovação digital; e uma experiência significativa e lições aprendidas em cooperação regional e transferência de tecnologia.

A integração com a UE, no âmbito do acordo, abre uma janela de oportunidade e o desafio de desenvolver políticas e cooperar para abordar os desafios de saúde de uma população de 770 milhões de pessoas, uma escala que permite ganhos de eficiência.

O setor farmacêutico europeu é um dos mais inovadores e competitivos do mundo, com investimentos significativos em P&D e na vanguarda do desenvolvimento de novos tratamentos e tecnologias, incluindo produtos biológicos e terapias avançadas, colaborando sinergicamente com a indústria, universidades e centros de pesquisa para fomentar a inovação.

## O quadro institucional da EU e a Saúde

A Comissão Europeia possui a DG-INTPA<sup>18</sup>, responsável por formular as parcerias internacionais e a política de desenvolvimento da UE, com o objetivo final de reduzir a pobreza, garantir o desenvolvimento sustentável e promover a democracia, os direitos humanos e o Estado de direito em todo o mundo.

A missão da DG-INTPA<sup>19</sup> é contribuir para o desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza, a promoção da paz e a proteção dos direitos humanos através de alianças internacionais que defendam e promovam os valores europeus.

---

16 Em um estudo publicado recentemente, a CEPAL estimou que, em 2018, apenas 4% das importações da América Latina e do Caribe de um conjunto estratégico de tecnologias de saúde tiveram origem na própria sub-região. CEPAL. "Restrições à exportação de produtos médicos dificultam os esforços para conter a doença do coronavírus (COVID-19) na América Latina e no Caribe" [Internet]. Santiago, Chile: Nações Unidas; 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45510-restrictciones-la-exportacion-productos-medicos-dificultan-esfuerzos-contener-la>. Acesso em janeiro de 2026.

17 CELAC/CEPAL. (2022) "*Lineamientos y propuestas para un plan de autosuficiencia sanitaria para América Latina y el Caribe*". Disponível em: <https://idepsalud.org/cepal-celac-plan-autosuficiencia-sanitaria-america-latina-caribe/>. Acesso: janeiro de 2026.

18 [https://commission.europa.eu/about/departments-and-executive-agencies/international-partnerships\\_en](https://commission.europa.eu/about/departments-and-executive-agencies/international-partnerships_en)

19 A DG-INTPA possui um departamento específico para a América Latina e o Caribe.

A iniciativa adotada pelo “*UE Global Gateway*”<sup>20</sup> priorizou a saúde e propõe fomentar parcerias baseadas em responsabilidades compartilhadas, abordando os desafios e oportunidades identificados, que podem encontrar sinergias e oportunidades de cooperação importantes.

A UE tem desempenhado um papel de longa data como parceira na luta contra a desnutrição e numa abordagem mais abrangente: apoiando sistemas alimentares mais sustentáveis e resilientes a nível global e alcançando os grupos mais vulneráveis. Nesse sentido, esta priorização por parte da UE alinha-se com a Parceria Global contra a Fome e a Pobreza, que o Brasil tem promovido no G20.

### **Roteiro da UE 2026-2027:**

Trata-se de uma iniciativa UE-ALC para a Resiliência Regional em Saúde, que procura abordar os desafios em saúde, promover a agenda e o diálogo globais em saúde e fomentar o crescimento mútuo como parte da Agenda de Investimento Global UE-ALC (GGIA). Está alinhada com o Plano 2021 da CELAC para a Autossuficiência em Saúde na América Latina e no Caribe e com os objetivos da UE para resiliência, inclusão e segurança sanitária global no âmbito da Estratégia Global de Saúde da UE.

Concentra-se em três áreas de impacto principais:

- **Harmonização Regulatória:** Apoiar e facilitar o diálogo institucional para estabelecer uma Agência de Medicamentos para a América Latina e o Caribe, com base em modelos existentes como a EMA ou a AMA, com o apoio da UE e da Agência de Desenvolvimento da União Africana para o Desenvolvimento Económico e Social -AUDA-NEPAD. Como em qualquer estrutura regional, esta é uma abordagem faseada, à qual os países aderirão progressivamente, conforme considerarem apropriado.
- **Produção, Pesquisa e Inovação Locais:** Impulsionar a capacidade de pesquisa e fabricação por meio de atores locais e parcerias com a UE, garantindo produtos de saúde competitivos e de alta qualidade.
- **Benefícios Econômicos e Sociais:** Criar empregos, fomentar o ecossistema de inovação e garantir o acesso equitativo a produtos de saúde.

Esta iniciativa UE-ALC para a Resiliência Regional em Saúde baseia-se nos compromissos políticos, agendas birregionais e planos de ação promovidos pelo “ROTEIRO GLOBAL GATEWAY UE-ALC 2023-2025” e pela OPAS/OMS para fortalecer os sistemas de saúde na América Latina e no Caribe (ALC). Este roteiro é proposto como um quadro estratégico para projetos, políticas públicas e relatórios acadêmicos e profissionais.

A iniciativa tem apoiado 11 projetos conjuntos com um compromisso de US\$ 39 milhões, nove dos quais expiraram em 2025. Esses projetos visavam o fortalecimento dos sistemas de saúde nos países, incluindo o fortalecimento setorial na região do Deserto da Lua, em Belize, sistemas de saúde resilientes no Caribe e resposta a surtos de dengue na América do Sul e Central. Três projetos estão em andamento e permanecerão em operação até 2027 (aproximadamente US\$ 6,9

---

20 O “*Global Gateway*” é uma estratégia global da União Europeia para promover investimentos sustentáveis e de alto impacto em infraestrutura e desenvolvimento em todo o mundo, com o objetivo de fomentar conexões inteligentes, limpas e seguras, bem como sociedades resilientes e sustentáveis. Seu objetivo é mobilizar investimentos públicos e privados (400 bilhões de euros até 2027) para financiar projetos em setores-chave. A saúde é um dos setores prioritários dessa estratégia. Esta iniciativa foi lançada pela Presidente Ursula von der Leyen e pelo Primeiro-Ministro espanhol Pedro Sánchez em junho de 2022. [https://commission.europa.eu/topics/international-partnerships/global-gateway\\_en](https://commission.europa.eu/topics/international-partnerships/global-gateway_en)

milhões), alinhados com o objetivo de fabricação local de vacinas e outras tecnologias de saúde, além do fortalecimento da resiliência dos sistemas de saúde. Entre os projetos em andamento estão o projeto regional: “*Acesso Equitativo a Tecnologias de Saúde e Capacidades de Fabricação na América Latina e Caribe*”<sup>21</sup>, o projeto “*Fortalecimento dos Sistemas Regulatórios para Medicamentos e Vacinas no México*”<sup>22</sup> e o projeto “*Fortalecimento da Capacidade de Produção de Tecnologias Sanitárias em Cuba (Programa Biotec-Cuba*”<sup>23</sup>)”

## **Fortalecimento das Capacidades Regulatórias em Saúde**

Na medida em que o Acordo UE-MERCOSUL impõe normas rigorosas para os produtos exportados para a Europa, isso poderá incentivar melhorias nos padrões regionais.

O Acordo prevê diálogo e cooperação numa perspectiva de Saúde Única, que deverá envolver a troca de informações epidemiológicas, o reconhecimento de zonas livres de doenças e padrões mais elevados de controlo sanitário.

O Acordo UE-MERCOSUL, ao facilitar a eliminação de barreiras e estabelecer regras claras para os serviços, permite um melhor acesso das empresas farmacêuticas e de tecnologia médica da UE aos mercados do MERCOSUL, o que poderá abrir oportunidades de investimento, transferência de tecnologia e expansão dos serviços regionais de saúde.

É muito provável que o Acordo gere um círculo virtuoso para uma utilização mais racional de antimicrobianos e uma política harmonizada a este respeito, especialmente no que diz respeito à utilização de antibióticos na produção animal e noutros aspetos que afetam a saúde.

## **Uma oportunidade para a produção de genéricos: o caso da semaglutida**

O Acordo UE-MERCOSUL representa uma oportunidade significativa para estabelecer alianças estratégicas e políticas conjuntas para combater certas doenças através da produção de medicamentos genérico. Os países do MERCOSUL priorizaram as políticas de medicamentos genéricos, tanto na prescrição pelo nome genérico universal quanto pelo nome de produção.

Um caso que merece destaque é o da semaglutida, que pode representar uma grande oportunidade no âmbito do Acordo UE-MERCOSUL.

---

21 <https://www.paho.org/es/noticias/18-7-2023-global-gateway-ue-establece-nueva-alianza-con-ops-para-fortalecer-tecnologias>

22 A Comissão Federal de Proteção contra Riscos Sanitários (COFEPRIS), órgão regulador do México, recebeu apoio técnico da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e da União Europeia (UE) para fortalecer suas capacidades regulatórias em relação a medicamentos e vacinas. A assistência técnica incluiu uma visita in loco focada na avaliação utilizando a Ferramenta Global de Benchmarking da OMS, que mede o nível de maturidade dos sistemas regulatórios e orienta melhorias para alcançar padrões internacionais. Este exercício foi realizado no âmbito do Projeto EU4Health, um programa da UE que promove a cooperação com a OPAS para aprimorar os sistemas de saúde e o acesso a tecnologias de saúde. <https://www.paho.org/es/noticias/29-10-2025-cofepris-fortalece-sus-capacidades-con-respaldo-ops-ue>

23 O Programa Biote-Cuba é uma iniciativa de cooperação internacional que busca fortalecer as capacidades de pesquisa, desenvolvimento, inovação e produção de tecnologias de saúde em Cuba, com ênfase especial em vacinas, medicamentos biofarmacêuticos, capacidade de P&D e regulamentação de produtos biotecnológicos, e contou com o apoio da UE, OPAS/OMS, PNUD, MINSAP, BioCubaFarma e Universidade de Havana. <https://www.paho.org/es/noticias/23-6-2025-union-europea-apoya-aumento-produccion-vacunas-fortalecimiento-entidad>

Os tratamentos para perda de peso com semaglutida já são uma realidade, impactando os orçamentos de saúde de muitos países europeus. Em 2024, a semaglutida (Ozempic) foi o princípio ativo com maior gasto no sistema de saúde espanhol, totalizando € 403,9 milhões. Esse gasto representou um aumento de 36,2% em comparação com o ano anterior<sup>24</sup>. A semaglutida é coberta pelos sistemas de saúde da Inglaterra, Alemanha, França e Holanda, o que levou a um aumento muito rápido dos orçamentos públicos em muitos países europeus.

Atualmente, pode-se afirmar que a obesidade se tornou uma pandemia que afeta tanto os países europeus quanto os do MERCOSUL, o que tem gerado um maior incremento da prescrição de semaglutida para emagrecer e a perda de peso.

Em setembro de 2025, a Organização Mundial da Saúde-OMS tem incorporado a Semaglutida em sua lista de medicamentos essenciais. Essa inclusão significa que ela é considerada um medicamento essencial nos sistemas de saúde devido à sua eficácia, segurança e à necessidade de abordar problemas de saúde prioritários.

O Brasil está se preparando para produzir semaglutida genérica assim que a patente expirar em março de 2026. Isso abre um mercado significativo para esse produto, com potencial tanto no Mercosul quanto na União Europeia, em um mercado em expansão onde uma aliança virtuosa poderia ajudar a conter os gastos com medicamentos na área da saúde.

A empresa brasileira Hypera já planeja lançar uma versão genérica da semaglutida assim que a patente expirar em 2026. A empresa brasileira Biommm (com apoio indiano) também está trabalhando em um genérico da semaglutida.

A produção de versões genéricas provavelmente reduzirá o preço do medicamento e facilitará o acesso a ele. O progresso na harmonização dos registros farmacêuticos entre a UE e o MERCOSUL é um fator-chave para acessar um mercado significativo e gerar benefícios para ambas as regiões. O caso da semaglutida apresentado poderia muito bem ser replicado com a produção de outros medicamentos genéricos que possam ser identificados em ambas as regiões.

## **Cesta de Substâncias Químicas Farmacêuticas**

Os Ingredientes Farmacêuticos Ativos (IFAs) são as substâncias químicas que produzem o efeito terapêutico de um medicamento.

Os países do MERCOSUL produzem IFAs de forma muito limitada e desigual, dependendo fortemente de importações, especialmente da China e da Índia, para abastecer suas indústrias farmacêuticas.

A alta dependência dos países do MERCOSUL em relação aos IFAs importados é um fator crucial que dificulta o progresso rumo à soberania regional em saúde.

Em conjunto com a Associação Brasileira da Indústria Química Fina, Biotecnologia e Indústrias Afins - ABIFINIA, a FIOCRUZ iniciou um projeto que propunha o desenvolvimento de uma cesta básica de Ingredientes Ativos (IFAs) com o objetivo de aumentar a autonomia e a soberania em saúde.

A elevada capacidade de inovação da indústria farmacêutica da UE poderá representar uma grande oportunidade para avançar neste sentido e não ficar à mercê apenas da Índia e da China.

---

24 [https://www.infosalus.com/farmacia/noticia-semaglutida-diabetes-lidera-gasto-farmacia-404-millones-euros-facturados-2024-20251218133909.html?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.infosalus.com/farmacia/noticia-semaglutida-diabetes-lidera-gasto-farmacia-404-millones-euros-facturados-2024-20251218133909.html?utm_source=chatgpt.com)

A Itália e a Alemanha têm uma capacidade significativa para a produção de IFAs, que diminuiu em função da forte presença da Índia e da China.

### **Conclusões:**

Como discutimos nos parágrafos anteriores, ainda há muito a ser feito na implementação do Acordo UE-MERCOSUL.

A forte oposição de países como a França e os Países Baixos (entre outros), que já foi mencionada, terá de ser superada para a efetiva implementação do Acordo, superando a instância judiciária.

Conforme discutido neste relatório, o acordo apresenta grandes oportunidades para o setor da saúde e, em particular, para o Brasil.

O Brasil possui diversas vantagens comparativas: como membro do BRICS, pode se beneficiar para acessar a Ingredientes Farmacêuticos Ativos (IFAs). Isto pode lhe permitir se posicionar na produção de medicamentos genéricos para um mercado que agora pode se expandir consideravelmente.

Brasil tem, também, uma importante capacidade regulatória em sua Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). O reconhecimento dos registros e reconhecimento mútuo pela Agência Europeia de Medicamentos (EMA), abre importantes oportunidades para a comercialização de produtos brasileiros na Europa.

Por sua vez, o acordo, poderia facilitar a transferência de tecnologia de empresas europeias, que pode aumentar a soberania e a autonomia do Brasil em saúde, mesmo que a China e a Índia sejam mais eficientes na produção de alguns insumos estratégicos para a saúde.

Um mecanismo de governança setorial que envolva atores do MERCOSUL e da UE é fundamental para o avanço dessas oportunidades. Embora já existam alguns mecanismos de governança na atual estrutura institucional do MERCOSUL, é necessário considerar a incorporação de representantes da UE nesses mecanismos existentes ou a criação de novos. Sem dúvida, a FIOCRUZ deve ser um ator importante nessa governança birregional.

Embora o setor da saúde esteja presente na Estratégia de Cooperação da EU (*UE Global Gateway*), levantando a questão da resiliência dos sistemas de saúde e da preparação para novos episódios pandêmicos, é necessário esclarecer quais são as prioridades, os projetos em andamento e como acessar esses fundos.

---

# Soberania sanitária e diplomacia regional: balanço 2025 e perspectivas 2026

Health sovereignty and regional diplomacy: 2025 review and 2026 outlook

Soberanía sanitaria y diplomacia regional: balance 2025 y perspectivas 2026

*Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá, Felix Rosenberg*

**Abstract.** *This report examines Africa’s structural transition within the global health architecture from December 2025 to February 2026. In 2025, health diplomacy emerged as a key driver of political influence, underscored by the African Union’s (AU) permanent membership in the G20 and Africa CDC’s leadership in the “New Public Health Order”. Significant progress was made toward pharmaceutical sovereignty, including a commitment to produce 60% of vaccines locally by 2040 and the strengthening of the African Medicines Agency (AMA). Digital transformation is a critical strategic pillar; the Expert Committee has urged Heads of State to digitize 90% of Primary Health Care (PHC) systems by 2035. While innovations like drones and artificial intelligence are advancing, the continent still faces chronic underfunding and complex humanitarian crises in Sudan and the DRC. Key priorities for 2026 include the 39<sup>th</sup> AU Summit in Addis Ababa, focusing on historical reparations and water security, and the 5<sup>th</sup> International Conference on Public Health in Africa (CPHIA2026). Diplomatically, international mediation regarding the Western Sahara conflict remains prominent through strategic meetings in Madrid.*

**Keywords:** *African Union. Public Health. Health Sovereignty. Regional Diplomacy. Digital Transformation.*

**Resumen:** Este informe analiza la transición estructural de África en la arquitectura de salud global entre diciembre de 2025 y febrero de 2026. El año 2025 consolidó la diplomacia sanitaria como motor de influencia política, destacando la inclusión de la Unión Africana (UA) en el G20 y el liderazgo del CDC África en el “Nuevo Orden de Salud Pública». Se registraron avances significativos en la soberanía farmacéutica, con el compromiso de producir el 60% de las vacunas en el continente para 2040 y el fortalecimiento de la Agencia Africana de Medicamentos (AMA). La transformación digital es un pilar estratégico; el Comité de Expertos insta a los Jefes de Estado a digitalizar el 90% de los sistemas de Atención Primaria de Salud (APS) para 2035. A pesar del uso de drones e inteligencia artificial, persisten desafíos como el subfinanciamiento crónico y las crisis humanitarias en Sudán y la RDC. Para 2026, las prioridades incluyen la 39ª Cumbre de la UA en Adís Abeba, centrada en reparaciones históricas y seguridad hídrica, y la 5ª Conferencia Internacional sobre Salud Pública (CPHIA2026). En el ámbito diplomático, destaca la mediación internacional en el conflicto del Sáhara Occidental mediante reuniones estratégicas en Madrid.

**Palabras clave:** Unión Africana. Salud Pública. Soberanía Sanitaria. Diplomacia Regional.

Transformación Digital.

**Resumo.** O presente informe analisa a transição estrutural de África na arquitetura de saúde global entre dezembro de 2025 e fevereiro de 2026. O ano de 2025 marcou a consolidação da diplomacia sanitária como motor de influência política, destacando-se a inclusão da União Africana (UA) no G20 e a liderança do CDC África na “Nova Ordem de Saúde Pública”. Foram registados avanços significativos na soberania farmacêutica, com o compromisso de produzir 60% das vacinas no continente até 2040 e o fortalecimento da Agência Africana de Medicamentos (AMA). A transformação digital surge como pilar estratégico; o Comité de Especialistas instou os Chefes de Estado a digitalizarem 90% dos sistemas de Atenção Primária à Saúde (APS) até 2035. Apesar do uso inovador de drones e inteligência artificial, o continente enfrenta desafios persistentes, como o subfinanciamento crónico e crises humanitárias complexas no Sudão e na RDC. Para 2026, as prioridades incluem a 39ª Cúpula da UA em Adis Abeba, com foco em reparações históricas e segurança hídrica, e a 5ª Conferência Internacional sobre Saúde Pública (CPHIA2026). No plano diplomático, destaca-se a mediação internacional no conflito do Saara Ocidental através de reuniões estratégicas em Madrid.

**Palavras-chave:** União Africana. Saúde Pública. Soberania Sanitária. Diplomacia Regional. Transformação Digital.

## União Africana - EUA

### Declaração conjunta

O Presidente da Comissão da União Africana (CUA), Mahmoud Ali Youssouf, e o Subsecretário de Estado dos EUA, Christopher Landau, reuniram-se em 28 de janeiro de 2026, em Adis Abeba, para reafirmar a importância da relação entre os Estados Unidos e África através da União Africana. A par do compromisso partilhado de proteger a paz e a segurança no continente, concordaram que o crescimento económico constitui a base de uma África pacífica e próspera, e que o desenvolvimento de infraestruturas de alta qualidade que facilitem o comércio é um próximo passo crítico na promoção desse crescimento, orientado pela Agenda 2063 da União Africana e pelas suas prioridades emblemáticas, incluindo os corredores prioritários do Programa para o Desenvolvimento de Infraestruturas em África (PIDA) e a Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA).

Neste sentido, a Comissão da União Africana e o Governo dos Estados Unidos concordaram com a criação de um [Grupo de Trabalho Estratégico](#) sobre Infraestruturas e Investimento EUA-CUA (SIWG, *Strategic Infrastructure and Investment Working Group*), para promover e impulsionar parcerias económicas entre os EUA e África que criem empregos, prosperidade e segurança económica tanto na América como em toda a África. O SIWG servirá como uma plataforma para altos funcionários e peritos técnicos de toda a CUA e do governo dos EUA identificarem e promoverem oportunidades para o investimento e envolvimento do setor privado dos EUA em projetos de infraestruturas apoiados pela UA e iniciativas relacionadas que promovam as prioridades estratégicas partilhadas dos Estados Unidos e da UA, dos seus Estados-Membros

e das Comunidades Económicas Regionais de África – viabilizando infraestruturas de comércio e logística, bem como a transformação digital em todo o continente.

Estes investimentos irão alavancar a autoridade de convocação e a perícia da UA, juntamente com o capital e as ferramentas de financiamento inovadoras dos EUA, para desenvolver cadeias de abastecimento de minerais e matérias-primas críticas, redes de energia e harmonização regulatória, bem como para aumentar o comércio bilateral, assegurar infraestruturas digitais e melhorar a segurança sanitária, o que tornará os americanos e os africanos mais seguros e prósperos.

À medida que os Estados Unidos e África procuram investimentos duradouros e lucrativos para impulsionar objetivos económicos em substituição da assistência externa, o SIWG proporcionará uma base para a cooperação económica estratégica que irá crescer e moldar a relação nos próximos anos.

### **9º Congresso Panafricano: 8-12 de dezembro de 2025**

O 9º Congresso Pan-Africano de Lomé foi objeto da decisão da 36ª Sessão Ordinária da Assembleia de Chefes de Estado e de Governo da União Africana, realizada nos dias 18 e 19 de fevereiro de 2023 [Assembleia/UA/Dec. 848 (XXXVI)]. É um marco da Década de Raízes Africanas e da Diáspora Africana (2021-2031), conforme decretado pela 34ª Sessão Ordinária da Cúpula da União Africana em 6 e 7 de fevereiro de 2021. A adoção da Década de Raízes Africanas e da Diáspora Africana foi uma resposta a uma comunicação e solicitação inicial feita pelo Togo em 10 de fevereiro de 2020, durante a 33ª Sessão Ordinária da Assembleia de Chefes de Estado e de Governo da União Africana.

A União Africana endossou a decisão de estabelecer um Comitê de Alto Nível para a implementação da agenda da Década de Raízes Africanas e da Diáspora Africana em 10 de junho de 2021, e pediu e encarregou o Togo de liderá-lo. Várias reuniões dessa agência ocorreram. A 6ª sessão do Comitê de Alto Nível decidiu que seis conferências regionais preparatórias fossem organizadas nas seis regiões da União Africana, no caminho que leva ao grande encontro do 9º Congresso Pan-Africano: Norte da África, Sul da África, Leste da África, Oeste da África, África Central e a [Diáspora](#) (29 e 30 de agosto de 2024, em Salvador, Bahia).

O 9º Congresso Panafricano realizou-se em Lomé, no Togo, de 8 a 12 de dezembro de 2025. Sob o tema “Renovação do Pan-Africanismo e o Papel de África na Reforma das Instituições Multilaterais: Mobilização de Recursos e Reinvenção para Agir”, reuniu cerca de mil participantes, incluindo líderes, académicos, sociedade civil e diáspora afrodescendente.

Contextualizando, os Congressos Panafricanos iniciaram-se no início do século XX, promovidos por figuras como W.E.B. Du Bois e Marcus Garvey, evoluindo para plataformas de unidade africana e diáspora contra o colonialismo. A 9ª edição destacou-se por um processo preparatório inclusivo, com seis conferências regionais em África e diáspora, culminando na Declaração de Lomé e um Livro Branco sobre a Renovação Panafricana.

## Principais temas e comissões:

*Comissão 1:* África no século XXI e nova visão do Pan-Africanismo ([pac9-lome](#))

*Comissão 2:* Reforma das instituições multilaterais ([pac9-lome](#)).

O evento enfatizou soberania africana, mobilização de recursos e influência global, sob os auspícios da União Africana ([financialafrik](#); [Youtube](#)).

Relativamente aos resultados e impacto, adotaram-se decisões históricas para coordenar o panafricanismo moderno, com consenso sobre prosperidade e participação inclusiva. O Togo, anfitrião escolhido em cúpulas da União Africana, posicionou Lomé como centro de reflexão estratégica para o futuro de África ([panafricancouncil](#)).

## Painel sobre saúde e segurança alimentar: os pilares da soberania africana

Este painel abordou duas questões vitais para o futuro do continente: “Saúde e Segurança Alimentar”. Como podemos construir sistemas de saúde resilientes? Como podemos garantir a soberania alimentar face aos desafios climáticos e à dependência externa? Cinco especialistas partilharam as suas análises e soluções para uma África que se alimenta e cuida das suas populações com os seus próprios recursos, conhecimentos e competências. Saúde e segurança alimentar não são setores isolados. Eles formam a base da dignidade humana e da capacidade de um continente traçar seu próprio rumo. Este painel destacou uma realidade preocupante: a fuga de cérebros de profissionais médicos, a fragilidade da infraestrutura rural e a falta de sistemas de alerta precoce na maioria dos países africanos. Mas existem soluções: fortalecer os sistemas de saúde locais, promover o conhecimento indígena e repensar a autossuficiência alimentar à luz das realidades africanas ([pac9-lome](#)).

A Declaração de Lomé, também conhecida como Declaração Final do 9º Congresso Panafricano, foi adotada a 12 de dezembro de 2025, em Lomé, Togo, no encerramento do evento.

## Principais pilares

Reafirma o panafricanismo como quadro estratégico de unidade e emancipação para africanos e afrodescendentes, ancorado em valores endógenos como a filosofia Ubuntu, propondo uma “aliança panafricana” para voz única em fóruns globais face a crises sanitárias, climáticas e económicas. Exige reconhecimento formal de crimes históricos (escravidão, colonização, apartheid), com pedidos de desculpas oficiais, reparações conforme o direito internacional e criação de um Observatório Panafricano de Justiça Reformativa e Luta contra o Racismo ([allafrica](#)).

## Reformas e desenvolvimento

Chama a uma reforma urgente do sistema multilateral, reiterando o Consensus de Ezulwini e a Declaração de Syrte para dois assentos permanentes com veto no Conselho de Segurança da ONU, mais cinco não permanentes. Promove descolonização mental via educação afrocentrada, valorização de línguas africanas, restituição de bens culturais e desenvolvimento autocentrado, com mobilização de recursos endógenos, poupança da diáspora e ferramentas como taxa de solidariedade ou bolsa africana de matérias-primas ([pensamentonegro](#)).

A Declaração de Lomé (ou Carta de Lomé), adotada no 9º Congresso Panafricano, menciona explicitamente a CELAC como parceira estratégica para alianças transregionais, incentivando

sinergia na justiça reparadora, soberania cultural e representação multilateral, mas sem impacto institucional direto até fevereiro de 2026 ([pensamentonegro](#)).

No Brasil, destacou-se a forte participação da sociedade civil – com delegações de Salvador (pré-congresso na Bahia) e lideranças como João Jorge Rodrigues da Fundação Palmares –, reforçando agendas de reparações e panafricanismo, mas criticada pela ausência de alto nível governamental, perdendo homenagem ao evento. Isso gerou debates sobre política externa, com alertas para perda de influência histórica na diáspora africana, apesar de contribuições em conferências como Durban e ODS 18 ([brasilefato](#)).

A Declaração propõe articulação com CELAC para educação afrocentrada, mobilidade de talentos, Dia Pan-Africano e reformas na ONU, posicionando-a como ponte afro-latina, mas sem evidências de ações concretas ou resoluções CELAC até agora. A Colômbia, com presença de Francia Márquez, exemplificou engajamento efetivo, contrastando com ausências regionais e reforçando potenciais laços Sul-Sul ([pac9-lome2024](#)).

## CDC África

### Declaração do Comitê de Especialistas em Digitalização da Atenção Primária à Saúde (APS)

Os membros do [Comitê](#), reunidos em Adis Abeba, sinalizaram que a África se encontra num momento decisivo, caracterizado por um duplo fardo de doenças transmissíveis e não transmissíveis, combinado com pressões climáticas e desigualdades socioeconômicas. Os surtos de doenças aumentaram mais de 41% entre 2022 e 2024, enquanto a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) recuou quase 70% desde 2021. O continente continua a importar mais de 90% das mercadorias essenciais para a saúde e apenas 30% dos seus sistemas de saúde estão digitalizados. Esta lacuna crescente entre as ameaças crescentes à segurança sanitária e o financiamento externo em declínio sublinha a urgência de a África construir sistemas soberanos, habilitados digitalmente e financiados internamente que garantam a preparação, a resiliência e a responsabilização.

A Atenção Primária à Saúde é a linha de frente do sistema de saúde, onde mais de 80% das necessidades de saúde podem ser gerenciadas, mas recebe o menor investimento na maioria dos locais e é a menos digitalizada. As evidências da OMS e do Banco Mundial sobre o benefício da digitalização da APS são convincentes. Os sistemas de vigilância comunitária digitalizados podem detectar surtos 7 a 21 dias antes, unidades de APS digitalizadas reduzem os atrasos no diagnóstico em 30% a 50%, e para cada dólar investido na transformação digital da APS, os países podem obter de 6 a 10 dólares por meio da redução da mortalidade, menores custos de tratamento e eficiências operacionais. Esses ganhos se traduzem diretamente em segurança nacional fortalecida, espaço fiscal aprimorado e responsabilidade aprimorada, em sintonia com os princípios centrais das [Agendas AHSS](#) e de [Lusaka](#)<sup>1</sup>.

1 Lançada em dezembro de 2023, a Agenda de Lusaka descreve 5 (cinco) mudanças transformadoras para elevar a eficácia, equidade e sustentabilidade dos investimentos em saúde global na África: (1) **apropriação nacional e alinhamento com as prioridades do país**; (2) **implementação coerente e equitativa de investimentos em saúde**; (3) **aumento do financiamento doméstico e responsabilização mútua**; (4) **fortalecimento dos sistemas de Atenção Primária à Saúde**; (5) **governança e coordenação simplificadas entre Iniciativas de Saúde Global** (GHI, *Global Health Initiatives*).

A transformação digital catalisará o investimento em APS e melhorará o acesso e a prestação de serviços de saúde em todo o contínuo de prevenção e cuidados, ao mesmo tempo que permitirá ao continente construir um sistema de APS soberano, resiliente e orientado por dados que proteja todas as mulheres, todas as crianças e todas as comunidades. Há um benefício econômico de um mercado estimado em pelo menos 40 bilhões de dólares americanos anualmente apenas para Prontuários Eletrônicos, representando uma oportunidade sem precedentes para a inovação, a fabricação local e a soberania digital.

Existem exemplos promissores em toda a África onde a digitalização da APS foi implementada com impacto positivo na resiliência dos sistemas de saúde. Por exemplo, o Ruanda digitalizou mais de 90% do seu sistema de APS, permitindo alertas rápidos de surtos e reduções significativas nas mortes maternas e neonatais. Exemplos semelhantes foram demonstrados no Egito, Tunísia, Marrocos, Quênia, Etiópia, Gana, África do Sul, Burkina Faso, Níger e Costa do Marfim, onde plataformas digitais de APS foram implementadas. Esses países ilustram que a arquitetura de saúde pública em rápida maturação é mais forte quando os sistemas digitais conectam indivíduos a trabalhadores da linha de frente, comunidades a instalações e estas a centros de inteligência de saúde nacionais e continentais, criando a espinha dorsal do ecossistema de inteligência de APS e segurança sanitária.

Para realizar plenamente esses benefícios, a digitalização da (APS) deve ser socialmente aceita e confiável pelas populações a que se destina. Isso requer comunicação estruturada e compromisso comunitário para que pacientes e comunidades compreendam, apoiem e se beneficiem das ferramentas digitais, ao mesmo tempo em que têm a garantia da confidencialidade e do uso responsável de seus dados de saúde.

Nós, membros do PHC-DEC (*Primary Health Care-Digitalization Expert Committee*), apoiamos o apelo do CDC África sob a Agenda AHSS para alavancar dados e transformação digital como um pilar fundamental. Portanto, pedimos um compromisso continental definidor de futuro que posicione a digitalização da APS como uma alavanca estratégica para alcançar a AHSS, implementar as cinco mudanças da Agenda de Lusaka e acelerar o progresso em direção à Cobertura Universal de Saúde de acordo com a Agenda 2063.

Especificamente, instamos os Chefes de Estado e de Governo da União Africana a:

comprometerem-se com a digitalização de pelo menos 90% dos sistemas de APS de África até 2035, incluindo sistemas de saúde comunitária e aqueles em ambientes frágeis, de difícil acesso e afetados por conflitos, ancorados num conjunto de padrões mínimos de funcionalidade de saúde digital acordados continentalmente que garantam interoperabilidade, equidade e soberania de dados;

defender a designação de “**Transformação Digital da Saúde para África**” como Tema do Ano da União Africana para 2027, para catalisar o ímpeto político, mobilizar financiamento doméstico e continental, e garantir o alinhamento coerente dos parceiros em apoio às Agendas AHSS e Lusaka;

Advogar pela criação de uma Força-Tarefa Presidencial de alto nível sobre a Transformação da APS para impulsionar a liderança de todo o governo, garantir a responsabilização pela entrega e coordenar os esforços nacionais e subnacionais para um sistema de APS habilitado digitalmente e centrado nas pessoas;

### Fortalecimento de cooperação regional

A Organização Mundial da Saúde (OMS), por meio do seu Escritório Regional para a África (AFRO), e a Comunidade de Saúde da África Oriental, Central e Austral (ECSA-HC) assinaram um [Memorando de Entendimento](#) (MoU) para fortalecer a colaboração na promoção de melhores resultados em saúde e sistemas de saúde resilientes na região da África Oriental, Central e Austral.

O MoU estabelece uma estrutura organizada para cooperação alinhada ao Décimo Quarto Programa Geral de Trabalho da OMS (GPW 14) e às prioridades regionais, reforçando os esforços conjuntos para acelerar o progresso rumo à Cobertura Universal de Saúde, segurança sanitária e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O Dr. Mohamed Yakub Janabi, Diretor Regional da OMS para a África, destacou o valor do fortalecimento das parcerias regionais para enfrentar desafios complexos de saúde. “Este MoU não é apenas sobre cooperação entre instituições, mas também, talvez mais importante, sobre a entrega de melhores resultados em saúde para os africanos, especialmente os mais vulneráveis, em toda a África Oriental, Central e Austral”, afirmou.

Por meio desta parceria, a OMS AFRO e a ECSA-HC irão colaborar em uma ampla gama de áreas estratégicas, incluindo o fortalecimento da APS, prevenção e controle de doenças, desenvolvimento da força de trabalho em saúde, transformação digital, harmonização regulatória, pesquisa e inovação, além de aprimorar a preparação e resposta a emergências de saúde pública. O acordo também ressalta a importância de abordagens regionais para enfrentar ameaças emergentes, como mudanças climáticas, resistência antimicrobiana e futuras pandemias.

O Diretor-Geral da ECSA-HC, Dr. Ntuli Kapologwe, enfatizou a importância do acordo no apoio aos Estados-Membros. “Este MoU fortalece nossa colaboração de longa data com a OMS AFRO e aprimora nossa capacidade coletiva de apoiar os países na construção de sistemas de saúde resilientes, equitativos e centrados nas pessoas. Juntos, avançaremos em soluções regionais que respondam às prioridades e desafios de saúde compartilhados”, afirmou.

A OMS AFRO fornece liderança e suporte técnico a 47 Estados-Membros na Região Africana. A ECSA-HC é uma organização intergovernamental estabelecida em 1974 para promover a cooperação regional em saúde entre seus nove Estados-Membros: Eswatini, Quênia, Lesoto, Malawi, Maurício, República Unida da Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue.

O MoU será operacionalizado por meio de um Plano de Ação Conjunto, incluindo atividades definidas, cronogramas e mecanismos de monitoramento, garantindo implementação coordenada e responsabilidade. A parceria reflete um compromisso compartilhado com a solidariedade, integração regional e investimento sustentável em sistemas de saúde para garantir que ninguém fique para trás.

### Retrospectiva 2025: Saúde Global e Diplomacia Sanitária em África

O ano de 2025 consolidou-se como o marco da transição definitiva de África na arquitetura de saúde global. Sob a égide da União Africana (UA) e a liderança técnica do CDC África, o continente deixou de ser um observador das decisões internacionais para se posicionar como um co-arquiteto da segurança sanitária mundial. Esta retrospectiva sintetiza as evidências e análises produzidas ao longo do ano, destacando como a diplomacia de saúde tornou-se o principal motor de influência política do continente.

### *Governança e liderança institucional*

A coordenação entre o CDC África e a OMS AFRO atingiu um novo nível de maturidade operacional em 2025. Devemos indicar três pilares que sustentaram esta governança:

A **Nova Ordem de Saúde Pública**: a implementação prática do roteiro do CDC África focou-se no fortalecimento dos Institutos Nacionais de Saúde Pública (INSP), permitindo uma resposta mais célere a surtos locais sem dependência exclusiva de auxílio externo.

A **CPHIA 2025** (Durban): a 5ª Conferência Internacional sobre Saúde Pública em África, realizada na África do Sul, foi o epicentro político do ano. Sob o lema da «Promessa de Durban», as lideranças africanas estabeleceram o tom de desvinculação da ciência “emprestada”, priorizando dados e soluções gerados no continente.

**Diplomacia no G20**: com a inclusão da União Africana como membro permanente, a diplomacia de saúde africana utilizou este fórum para exigir reformas no financiamento global, defendendo que a dívida dos Estados-Membros não deve ser um entrave ao investimento na saúde.

### *Marcos da integração regional*

A estabilidade institucional enfrentou testes rigorosos, desde as tensões na região dos Grandes Lagos até as crises políticas no Sahel e em Madagáscar. No entanto, a diplomacia da saúde serviu como uma “via de paz”, onde corredores humanitários e programas de vacinação transfronteiriços foram utilizados como pontos de diálogo mediado pela União Africana, provando que a saúde é um dos elos mais resilientes da integração continental.

### *Vias de soberania sanitária: da dependência à autossuficiência*

O ano de 2025 será lembrado como o “ano da primeira pedra” para a independência farmacêutica do continente. A retórica da autonomia deu lugar a infraestruturas concretas e acordos de transferência tecnológica sem precedentes.

#### ✓ O marco de MADIBA e a produção local

A inauguração das instalações expandidas do centro MADIBA (*Manufacturing in Africa for Disease Immunization and Building Autonomy*), no Senegal, representou o ápice da estratégia da União Africana.

A Meta de 2040: em 2025, os relatórios confirmaram o alinhamento dos Estados-Membros com o objetivo de produzir 60% das vacinas consumidas em África no próprio continente até 2040.

Diversificação de Portfólio: além da Covid-19, o foco deslocou-se para vacinas contra a malária, HPV e febre amarela, utilizando tecnologia de mRNA adaptada às condições térmicas do continente.

#### ✓ Fortalecimento da AMA (Agência Africana de Medicamentos)

Para que a produção local fosse viável, a regulação precisava de um salto qualitativo. Em 2025, a AMA consolidou o seu papel para:

- ✓ harmonização regulatória: a redução da fragmentação burocrática entre os países da CEDEAO e da SADC permitiu que medicamentos produzidos em polos como Egito, Marrocos e África do Sul circulassem com maior agilidade;
- ✓ Certificação de qualidade: o esforço conjunto com a OMS AFRO garantiu que as plantas de produção africanas atingissem os padrões de pré-qualificação internacional, combatendo a percepção de que o “produzido em África” teria menor rigor técnico.

#### *O Fórum de imunização de Dacar e a equidade*

Os acontecimentos de 2025 destacaram que a soberania não é apenas produzir, mas distribuir. O Fórum de Dacar focou na estratégia de “Zero Dose”:

- ✓ O debate incidiu sobre alcançar comunidades em zonas de conflito e áreas remotas, onde os sistemas de saúde tradicionais falharam;
- ✓ A utilização de drones para entrega de última milha e o reforço da cadeia de frio solar foram apontados como as soluções tecnológicas mais resilientes do ano.

#### *Segurança sanitária e resposta a crises: o teste da resiliência*

Se por um lado 2025 foi um ano de vitórias institucionais, por outro, foi um período de provações extremas para as equipas de resposta rápida do CDC África e da OMS AFRO. A gestão de múltiplas emergências em cenários de conflito redefiniu o conceito de “saúde em tempos de crise”.

- ✓ O drama humanitário: Sudão e RDC

Os relatórios monitorizados ao longo do ano revelaram uma pressão sem precedentes sobre os sistemas de saúde em zonas de guerra:

- ✓ Sudão: a fragmentação total da infraestrutura de saúde em Cartum e Darfur exigiu uma diplomacia de saúde de “fronteira”. A UA e a OMS AFRO lideraram esforços para manter corredores epidemiológicos ativos, tentando evitar que surtos de cólera e pólio ultrapassassem as fronteiras para o Chade e o Sudão do Sul;
- ✓ República Democrática do Congo (RDC): o leste do país continuou a ser o epicentro de preocupações globais, com a circulação de novas variantes de Mpox. O desafio não foi apenas clínico, mas logístico e de segurança, exigindo uma coordenação estreita entre as forças de paz e as brigadas de saúde.

#### *O Défice de financiamento: a barreira dos 16%*

Um dos pontos mais críticos levantados nos seus relatórios de 2025 foi a disparidade entre

as promessas internacionais e o capital disponível em conta:

- ✓ Subfinanciamento Crónico: Na RDC, até ao último trimestre de 2025, apenas 16% das necessidades financeiras para a resposta humanitária de saúde tinham sido cobertas;
- ✓ Consequências Operacionais: Este défice forçou o CDC África a priorizar intervenções de emergência em detrimento de programas de prevenção a longo prazo, criando um ciclo de “gestão de incêndios” que compromete a sustentabilidade dos sistemas locais.

### *Clima e Saúde (One Health)*

A intersecção entre desastres climáticos e saúde pública tornou-se inevitável em 2025:

- ✓ Eventos extremos: das cheias catastróficas na África Oriental às secas severas no Corno de África, a incidência de doenças zoonóticas e de transmissão hídrica aumentou.
- ✓ A Resposta integrada: a adoção da abordagem “Saúde Única” (*One Health*) deixou de ser teórica. Os relatórios destacam a criação de grupos de trabalho conjuntos entre Ministérios da Saúde, Ambiente e Agricultura em 15 Estados-Membros, um avanço direto das recomendações da CPHIA.

### *Diplomacia de saúde e estabilidade regional*

Em 2025, a diplomacia de saúde deixou de ser uma agenda técnica para se tornar um pilar da paz e segurança. Em regiões onde a diplomacia tradicional falhou, a cooperação sanitária abriu canais de diálogo essenciais.

- ✓ Saúde como mediadora nos Grandes Lagos e Sahel

Os eventos de 2025 sublinham o papel da União Africana em utilizar a segurança sanitária para mitigar tensões políticas:

- ✓ Iniciativas Transfronteiriças: sob a mediação do Togo e o apoio técnico da OMS AFRO, foram estabelecidos protocolos de vigilância epidemiológica conjunta entre países com relações diplomáticas tensas. O controle de surtos tornou-se o único terreno comum onde governos em conflito aceitaram partilhar dados em tempo real;
- ✓ O Caso do Sahel: apesar das mudanças de regime e da saída de alguns países da CEDEAO, o CDC África manteve a continuidade técnica. Isso provou que a estrutura de saúde da UA consegue operar acima das clivagens geopolíticas, garantindo que o “escudo sanitário” do continente não sofra ruturas.

### *Liderança Africana na Reforma do RSI (Regulamento Sanitário Internacional)*

A diplomacia africana foi a voz mais vibrante em Genebra em 2025:

- ✓ Equidade legislada: os negociadores do bloco africano, apoiados pelos seus relatórios técnicos, pressionaram por cláusulas vinculativas de partilha de benefícios (vacinais e genômicas). A posição foi clara: se os dados de patógenos vêm de solo africano, os benefícios da ciência devem retornar ao continente de forma prioritária;
- ✓ Soberania de dados: houve um esforço coordenado para que os dados de saúde dos cidadãos africanos fossem armazenados em servidores no continente, protegendo a “soberania digital” em saúde contra a exploração comercial externa não autorizada.
- ✓ Parcerias Sul-Sul e Transcontinentais

O ano de 2025 viu um realinhamento das alianças:

- ✓ Bloco Afro-Brasileiro e G20: a convergência de agendas entre a presidência brasileira do G20 (em 2024/25) e a entrada da UA como membro permanente permitiu que temas como a produção regional de insumos ganhassem escala global;
- ✓ A Parceria com a China e Índia: evoluiu do modelo de “doação” para o de “coinvestimento”, com foco na capacitação de recursos humanos e na transferência de biotecnologia para os polos de produção regionais.

Inovação, tecnologia e a abordagem “Saúde Única”

O ano de 2025 marcou o salto tecnológico da saúde pública africana. A inovação deixou de ser um conceito abstrato de laboratório para se tornar uma ferramenta de campo, essencial para sistemas de saúde que operam sob pressão climática e demográfica.

- ✓ A digitalização e a Inteligência Artificial (IA) na vigilância

Os relatórios monitorizados indicam que a transição digital foi o maior acelerador da eficiência epidemiológica no ano:

- ✓ Vigilância genômica: graças à rede de centros regionais do CDC África, o continente conseguiu sequenciar variantes de patógenos (como Mpox e Febre Hemorrágica) em tempo recorde, reduzindo a dependência de laboratórios europeus ou americanos;
- ✓ IA e Predição de Surtos: o uso de algoritmos de Inteligência Artificial para analisar padrões de mobilidade e dados climáticos permitiu antecipar surtos de cólera em áreas urbanas densas, permitindo o pré-posicionamento de *stocks* médicos antes mesmo da confirmação do primeiro caso.
- ✓ Logística de “Última Milha”: *Drones e Cold Chain Solar*

A barreira geográfica, um desafio histórico em África, foi enfrentada com soluções de engenharia adaptada:

- ✓ Drones médicos: em países como Ruanda, Gana e Etiópia, a entrega de sangue e vacinas por via aérea tornou-se a norma para centros de saúde isolados;
- ✓ Cadeia de frio sustentável: a expansão de sistemas de refrigeração movidos a energia solar foi crucial para manter a viabilidade das vacinas de mRNA em regiões com redes elétricas instáveis, um pilar fundamental da estratégia de imunização de 2025.
- ✓ Saúde Única (*One Health*): onexo clima-saúde

Como destacado na CPHIA 2025, a saúde humana foi tratada de forma indissociável da saúde animal e ambiental:

- ✓ Adaptação climática: com o aumento de eventos climáticos extremos (secas no Corno de África e ciclones no Índico), a União Africana institucionalizou o “Painel de Resiliência Climática na Saúde”.
- ✓ Zoonoses e biodiversidade: o foco em 2025 foi a monitorização das interfaces entre florestas e comunidades humanas para prevenir o “Próximo Patógeno X”. A abordagem *One Health* permitiu que veterinários e médicos partilhassem, pela primeira vez, plataformas de dados nacionais unificadas em 12 Estados-Membros.
- ✓ Conclusões e perspectivas: o caminho para 2026

A análise consolidada de 2025 revela um continente que não está mais apenas em modo de “gestão de crise”, mas em plena fase de edificação estrutural. O balanço do ano demonstra que a soberania sanitária africana deixou de ser uma aspiração política para se tornar um imperativo de segurança nacional e continental.

A nossa observação e análise feitas ao longo do ano convergem para três lições fundamentais:

- ✓ A eficácia do bloco único: a voz unificada da União Africana em fóruns como o G20 e a Assembleia Mundial da Saúde provou ser a ferramenta mais poderosa para garantir equidade. Onde África negociou em bloco, os resultados em financiamento e transferência tecnológica foram superiores;
- ✓ Resiliência local vs. ajuda externa: a resposta às crises no Sudão e na RDC mostrou que a ajuda externa é volátil, mas as capacidades técnicas locais (formadas pelo CDC África) são permanentes. O investimento em recursos humanos africanos foi o que salvou vidas nos momentos de maior subfinanciamento;
- ✓ Tecnologia como niveladora: a inovação (IA e drones) não é um luxo, mas uma necessidade para queimar etapas de infraestruturação que o continente ainda não possui em escala total.

Apesar destes avanços e otimismo, o horizonte de 2026 exige muita atenção para:

- ✓ A lacuna do financiamento doméstico: a dependência excessiva de doadores externos para mais de 70% dos programas de saúde em maioria dos Estados-Membros continua a ser o “calcanhar de Aquiles” do continente;
- ✓ Segurança de dados: à medida que a digitalização avança, a proteção da soberania

digital e dos dados genômicas africanos exigirá um quadro legal continental mais robusto.

O ano encerra com os olhos postos em Adis Abeba, que acolherá a CPHIA 2026. Se 2025 foi o ano da “Promessa de Durban” e da afirmação da autonomia, 2026 será o ano da implementação e escala, sendo que:

- ✓ o foco será a operacionalização total da Agência Africana de Medicamentos (AMA);
- ✓ a expansão das fábricas de vacinas de mRNA para além do Senegal e África do Sul, alcançando o Norte e o Leste do continente.

Concluimos, provisoriamente, que África termina 2025 mais resiliente, mais conectada e, acima de tudo, elevando o desejo de ser dona da sua própria narrativa de saúde. A diplomacia de saúde consolidou-se como o fio condutor que une ciência, política e humanismo em prol de 1,4 bilhões de cidadãos do continente.

## Principais pautas para 2026

### União Africana

#### 39ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo (Adis Abeba, 14-15 de fevereiro)

A 51ª Sessão Ordinária do Comité de Representantes Permanentes (PRC, *Permanent Representative's Committee*) da União Africana (UA) reuniu-se de 12 a 30 de janeiro, em Addis Abeba, Etiópia, antecedendo a 48ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo (11-12 de fevereiro) e a 39ª Cúpula da União Africana (14-15 de fevereiro).

A 51ª Sessão considerará relatórios estratégicos e institucionais, incluindo:

- ◆ Implementação do tema da União Africana do Ano de 2025: *Justiça para Africanos e Afrodescendentes através de Reparações*;
- ◆ O Roteiro para o tema da União Africana de 2026 sobre *garantir a disponibilidade sustentável de água e saneamento seguro*;
- ◆ Relatórios sobre financiamento para desenvolvimento de infraestrutura, assuntos humanitários, livre circulação de pessoas e saúde;
- ◆ Relatórios sobre as atividades dos Subcomitês do PRC;
- ◆ Relatórios dos Comitês Técnicos Especializados (CTE)
- ◆ Relatórios da Comissão da União Africana, outros Órgãos da UA e Agências Especializadas.

A Sessão também considerará os pontos da agenda apresentados pelos Estados-Membros. Os projetos de decisão serão transmitidos ao Conselho Executivo para revisão e aprovação e, posteriormente, submetidos à Assembleia de Chefes de Estado e de Governo para consideração final e adoção.

## Sahara Ocidental

Reunião discreta em Madri reunirá Marrocos, Polisário, Argélia e Mauritânia, com mediação americana, para definir agenda após a última resolução da ONU em um embate entre autonomia e autodeterminação.

Argélia e Marrocos mantêm um silêncio ensurdecedor sobre o encontro previsto para 8 de fevereiro em Madrid para abordar o futuro do Saara Ocidental. Nenhum dos dois governos detalhou a sua posição nem confirmou a abordagem com que irão a este encontro, impulsionado pelos Estados Unidos para reativar negociações estagnadas. O analista de questões saarauis, Mohamed Elghet Malainine, sublinhou à agência de notícias espanhola EFE que esta “opacidade” não é nova: já marcou rondas anteriores e o processo de elaboração das propostas dos partidos marroquinos em 2006 sobre a iniciativa de autonomia, que Rabat apresentou oficialmente em 2007.

Argumenta-se que a incomunicabilidade entre as partes durante as tentativas de resolução de conflitos obedece, entre outros motivos, à necessidade de isolar os negociadores da pressão da opinião pública.

Segundo analistas, existiria este dilema: se o Polisário aceitar primeiro a abordagem americana, a Argélia perderia o seu principal trunfo regional; e se a Argélia o fizer, o Polisário — cujas estruturas estão estabelecidas no seu território — ficaria sem amparo.

Segundo confirmaram fontes oficiais espanholas, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Mauritânia, Mohamed Salem Ould Merzouk, e o seu homólogo argelino, Ahmed Attaf, encontram-se em Madrid desde sábado 7 de fevereiro.

Especialistas justificam “a estrita confidencialidade” por se tratar de um primeiro contato entre as quatro partes envolvidas — Marrocos, Frente Polisário, Argélia e Mauritânia — destinado a fechar uma agenda de trabalho após a última resolução do Conselho de Segurança da ONU<sup>2</sup>, que insta a retomar o diálogo para pôr fim a um contencioso que soma cinco décadas.

Kamel Mansari, Diretor do jornal digital argelino [Jeune Independant](#), assinalou à EFE que a delegação marroquina colocou sobre a mesa uma versão ampliada da sua proposta de autonomia para o Sara, referência que a resolução da ONU contempla como elemento a considerar em futuras conversações.

No lado argelino, prevê-se que o apoio ao princípio da autodeterminação, em conformidade com as resoluções da ONU, seja reafirmado, posição que para a Frente Polisário implica a realização de um referendo que contemple tanto a alternativa marroquina como a independência do território.

As autoridades saarauis também não deram informações sobre a reunião, que, segundo publicou o [El Confidencial](#) neste sábado, ocorreria na Embaixada dos Estados Unidos em Madrid, nem revelaram a composição de sua delegação.

## OMS AFRO

### 76ª Sessão do Comitê Regional (Adis Abeba, 24-28 de agosto)

---

2 O Conselho votou o projeto de resolução dos EUA que estipula, na prática, que Rabat e a Frente Polisário devem tomar como base de negociação, para resolver o conflito do Saara, a oferta marroquina de uma autonomia limitada.

- ◆ De acordo com a agenda provisória, merecem destaque:
- ◆ Estratégia regional para a doença falciforme na Região Africana da OMS, 2026–2035;
- ◆ Agenda da Força de Trabalho em Saúde da África, 2026–2035: uma estratégia para planejamento sustentável, capacitação e retenção dos profissionais de saúde;
- ◆ Estratégia para o financiamento do futuro da saúde na Região Africana da OMS, 2026–2035;
- ◆ Estratégia regional para a regulação de produtos médicos na Região Africana, 2026–2035;
- ◆ Revitalização do Fundo Africano de Emergência em Saúde Pública (APHEF, *African Public Health Emergency Fund*): modalidades revisadas e plano de implementação;
- ◆ Quadro para a implementação das emendas revisadas do RSI na Região Africana da OMS;
- ◆ Quadro para o fortalecimento do ecossistema de ensaios clínicos na Região Africana;
- ◆ Agenda do Diretor Regional para a OMS na Região Africana: Construindo uma África mais saudável, juntos: Um manifesto para a transformação.

## Reunião Regional da World Health Summit (WHS) - Nairóbi, Quênia (27 a 29 de abril)

### Tema: reimaginando os sistemas de saúde da África - inovação, integração e interdependência

A WHS, criada em 2009, é uma das principais plataformas estratégicas mundiais para a saúde global. A cada ano, as reuniões regionais são realizadas em diferentes partes do mundo, em colaboração com as instituições locais, para abordar as prioridades de saúde específicas de cada região, conectando-as à agenda global de saúde.

Os encontros reúnem lideranças da política, da ciência, da sociedade civil e do setor privado para fomentar o diálogo, compartilhar inovações e desenvolver estratégias para promover a saúde em todo o mundo. São concebidos para amplificar as vozes regionais, promover soluções de saúde equitativas e garantir que os desafios locais influenciem as políticas globais.

O evento principal é a WHS, realizada anualmente em Berlim. A cada ano, a WHS atrai mais de 4.000 participantes presenciais e 10.000 *online*. Além disso, a cada Primavera, uma Reunião Regional da WHS é realizada em uma parte diferente do mundo para conectar perspectivas regionais com estratégias globais, enquanto formatos ao longo do ano, como os Diálogos Globais de Saúde da WHS, reúnem líderes e tomadores de decisão para abordar questões estratégicas além das datas da WHS.

Partindo de uma perspectiva baseada na ciência, a WHS promove uma abordagem interdisciplinar e multissetorial para o desenvolvimento da saúde global, focando-se na saúde como um direito humano e no impacto das decisões políticas.

É de se realçar o forte histórico acadêmico desde o seu lançamento em 2009, por ocasião do 300º aniversário da *Charité - Universitätsmedizin Berlin*. A World Health Summit é apoiada pela *WHS Academic Alliance*, uma rede composta por centros acadêmicos de saúde, universidades e instituições de pesquisa líderes de todo o mundo. Além da reunião anual, a *WHS Academic Alliance* organiza reuniões regionais e de especialistas a nível global.

Nas [declarações](#) do Presidente da WHS, Axel R. Pries:

Os participantes e sua rede acadêmica, estão convencidos de que as crises de saúde globais só podem ser enfrentadas através da colaboração mundial. Um fórum internacional, interdisciplinar e intersetorial como a WHS, reunindo especialistas de ponta da ciência, política, negócios e sociedade civil em um ambiente de liberdade acadêmica e amizade, não poderia ser mais importante agora e no futuro previsível.

Sobre o evento de Nairobi, será a segunda vez que se realiza na África Oriental e apenas a segunda em todo o continente africano, sublinhando o papel crescente da região na definição da agenda global de saúde. O encontro não só destacará as prioridades de saúde da África, como também contribuirá para o avanço de soluções inclusivas, baseadas em evidências e globalmente relevantes para sociedades mais saudáveis. Espera-se que a WHS regional apresente recomendações práticas, crie parcerias e promova soluções para tornar os sistemas de saúde da África resilientes, inclusivos, globalmente conectados com equidade e sustentabilidade.

E sobre o [lema](#) desta reunião regional, “*Reimaginando os Sistemas de Saúde da África: Inovação, Integração e Interdependência*”, ele sublinha o caráter de urgência em transformar os sistemas de saúde, alavancando a inovação, fortalecendo a colaboração entre os setores e promovendo a solidariedade regional e global para garantir uma saúde equitativa, resiliente e sustentável para todos.

## CDC África

### **5ª Conferência Internacional sobre Saúde Pública em África (CPHIA2026, Adis Abeba, novembro)**

A 5ª Conferência Internacional sobre Saúde Pública em África (CPHIA2026, *International Conference on Public Health in Africa*) será realizada em Adis Abeba, Etiópia, em novembro de 2026. Essa informação foi anunciada no encerramento da CPHIA2025 em Durban, África do Sul, seguindo o formato anual do CDC África com foco em autossuficiência em saúde pública africana.

---

# A Europa em busca da soberania perdida

Europe seeks the lost sovereignty  
Europa en busca de la soberanía perdida.

*Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

**Resumo.** A Europa entra em 2026 sob profunda fragilidade geopolítica. A guerra na Ucrânia chega ao quarto ano sem perspectiva de paz, enquanto a dependência europeia dos Estados Unidos em defesa, tecnologia, inteligência e energia limita sua autonomia. A segunda gestão Trump agrava o cenário com tarifas, redução de apoio à Ucrânia e à OTAN, exigência de maiores gastos militares e ameaças de anexação da Groenlândia, expondo fissuras inéditas na aliança atlântica. Ao mesmo tempo, a Europa enfrenta crises energética, econômica e industrial, agravadas pela sabotagem dos gasodutos Nord Stream. Buscando reduzir dependências, a UE avança em acordos comerciais com Mercosul e Índia, mas o acordo UE-Mercosul enfrenta forte contestação jurídica e política, resultando em suspensão e incertezas. Internamente, há avanços pontuais em alguns países, mas escândalos como os arquivos Epstein aprofundam crises políticas. O risco de isolamento, divisão e desindustrialização cresce, reforçando o debate sobre maior integração europeia.

**Abstract:** *Europe enters 2026 under profound geopolitical fragility. The war in Ukraine reaches its fourth year with no prospect of peace, while European dependence on the United States for defense, technology, intelligence, and energy limits its autonomy. The second Trump administration exacerbates the scenario with tariffs, reduced support for Ukraine and NATO, demands for increased military spending, and threats of annexation of Greenland, exposing unprecedented fissures in the Atlantic alliance. At the same time, Europe faces energy, economic, and industrial crises, aggravated by the sabotage of the Nord Stream gas pipelines. Seeking to reduce dependencies, the EU is advancing in trade agreements with Mercosur and India, but the EU-Mercosur agreement faces strong legal and political challenges, resulting in suspension and uncertainty. Internally, there are some advances in certain countries, but scandals such as the Epstein files deepen political crises. The risk of isolation, division, and deindustrialization grows, reinforcing the debate about greater European integration*

**Resumen.** *Europa entra en 2026 en una profunda fragilidad geopolítica. La guerra en Ucrania llega a su cuarto año sin perspectivas de paz, mientras que la dependencia europea de Estados Unidos en materia de defensa, tecnología, inteligencia y energía limita su autonomía. El segundo gobierno de Trump agrava el panorama con aranceles, menor apoyo a Ucrania y la OTAN, exigencias de mayor gasto militar y amenazas de anexión de Groenlandia, exponiendo fisuras sin precedentes en la alianza atlántica. Al mismo tiempo, Europa se enfrenta a crisis energéticas, económicas e industriales, agravadas por el sabotaje a los gasoductos Nord Stream. En un intento por reducir las dependencias, la UE avanza en los acuerdos comerciales con Mercosur e India, pero el acuerdo UE-Mercosur se enfrenta a fuertes desafíos legales y políticos, lo que genera*

*suspensión e incertidumbre. Internamente, se observan algunos avances en ciertos países, pero escándalos como los archivos de Epstein profundizan las crisis políticas. El riesgo de aislamiento, división y desindustrialización crece, reforzando el debate sobre una mayor integración europea.*

Os europeus devem estar saudosos dos tempos em que a maior fonte de ameaça à sua segurança era a Rússia. O ano de 2025 começou com sugestões de Trump sobre a Groenlândia e se encerrou com ameaças concretas de anexação da ilha-continente pelo governante estadunidense. Trump quer a Groenlândia e se oferece para comprá-la ou tomá-la. A Europa reage mostrando os dentes: enviando tropas e abrindo (um) consulado (francês) no território, mas não há condição de defesa. A Europa não tem como enfrentar os EUA num campo de batalhas: não tem forças militares expressivas, *não tem* contingente, nem armamentos, além da fragmentação de suas poucas capacidades de defesa. Além disso, e principalmente, é profundamente dependente da infraestrutura militar, tecnologia e inteligência dos próprios EUA. A Europa tem importantes lacunas em defesa aérea, armamento de longo alcance e commando unificado, o que torna uma ação independente praticamente impossível. A saída menos humilhante para os europeus neste caso, é vender a Groenlândia...

Neste novo cenário, a Guerra na Ucrânia caminha para o quarto ano, sem perspectiva de trégua. Uma nova rodada de negociações foi lançada no final de novembro de 2025, mas ficou estagnada. A Rússia segue bombardeando a Ucrânia e avançando no território, ainda que lentamente. Os europeus se opõem a qualquer mudança de fronteira conquistada pela força, o que, para eles, constituiria um precedente, incentivando a Rússia a prosseguir com sua expansão. A Europa segue firme no apoio à Ucrânia e tentando exercer pressão sobre a Rússia. Contudo, conforme apontado acima, europeus carecem dos meios necessários, o que os obriga a ocupar uma posição de dependência dos EUA, principal fornecedor de armas e pilar das garantias de segurança no âmbito de um ainda improvável acordo de paz.

A Europa inaugura o ano de 2026 numa posição bastante desconfortável do ponto de vista geopolítico. Por anos, os países europeus se mantiveram distantes da Rússia, fizeram jogo duplo com a China, que em posicionamentos oficiais é qualificada como um parceiro, concorrente e rival sistêmico, e se entregaram de braços abertos e olhos fechados para os EUA. Antes da gestão de Trump, a explosão dos Gasodutos Nordstream 1 e 2 - que também pode ser chamada de sabotagem -, já deixava a Europa numa situação de extrema fragilidade e vulnerabilidade. Isto porque os gasodutos traziam gás barato da Rússia, que abastecia a indústria e aquecia as residências europeias, principalmente as alemãs. A explosão dos gasodutos empurrou ainda mais a Europa para a dependência dos EUA, que passou a ser não só de segurança, mas de energia.

Não se esperava a gradual ruptura de relações imposta pela segunda gestão Trump no EUA: os discursos na Conferência de Segurança em Munique, as tarifas, o desfinanciamento para a Ucrânia e para a Otan, seguidos de um movimento para que todos os países europeus membros da Aliança Militar do Atlântico Norte passassem a comprometer 5% de seus PIB em gastos militares e, finalmente, a ameaça de tomar a Groenlândia. Diante de ameaças concretas e da imprevisibilidade do governo Trup, a Europa vem buscando reduzir suas dependências de sistemas americanos como defesa, comércio, infraestrutura e comunicação. Os mais recentes e claros recados ao mundo foram os recém assinados acordos de livre comércio com o Mercosul e com a Índia.

As ameaças de Donald Trump sobre a Groenlândia, em especial, trouxeram um grande e histórico desafio à segurança europeia. Pela primeira vez desde o fim da Segunda Guerra Mundial, líderes europeus admitem abertamente a possibilidade de um conflito entre aliados da Otan. Apesar de criticar a Organização, Trump nunca cogitou (ao menos publicamente) retirar os EUA da aliança, mas para o acordo se manter, é necessária a permanência tanto dos Estados Unidos quanto da Dinamarca na Otan. Enquanto o colapso não vem, é possível afirmar que a Otan está rachada. Apesar disso, as relações entre EUA e Europa se mantêm e, ao menos no discurso, o estremecimento está sendo visto como uma oportunidade para a independência europeia. Durante o recente Fórum Econômico Mundial em Davos, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, reafirmou a necessidade da “independência” da Europa. Em particular, ela enfatizou o compromisso europeu com parcerias comerciais globais sólidas e investimentos em tecnologias críticas e defesa. Pelas palavras de von der Leyen, europeus consideram o povo dos Estados Unidos não apenas aliados, mas também amigos. “E mergulhar-nos em uma espiral descendente perigosa só beneficiaria os próprios adversários que ambos estamos tão empenhados em manter fora do cenário estratégico”.

O tão esperado Acordo UE-Mercosul, que está inserido nesta estratégia de diversificação da dependência, foi assinado no começo do ano, mas dias depois já foi suspenso. Apesar da oposição da França, Polônia, Áustria, Irlanda e Hungria, o acordo foi aprovado com a mudança de posição da Itália, que se colocava contrária, mas votou a favor. Alemanha, França e Polônia não alcançavam sozinhas os 35% da população europeia necessários para barrar o acordo. A Itália, com cerca de 13% da população da União Europeia, passou a apoiar o texto após negociações que garantiram espaço para sua indústria no mercado latino-americano, além de salvaguardas para o setor agrícola.

Para ser assinado, o acordo tramitou pelo Parlamento Europeu (PE), onde foi aprovado. No entanto, ao retornar para o PE, um grupo de mais de 140 deputados, sobretudo da esquerda e dos verdes, apresentou uma ação pedindo que o Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) avalie se o acordo é compatível com as leis e tratados vigentes, antes de ser ratificado em plenário pelo Parlamento Europeu e pelos Estados-membros. O pedido foi acatado com o apoio dos Verdes, da Esquerda Europeia e de grupos de direita, bem como de alguns eurodeputados do Partido Popular Europeu (principalmente os polacos) e representantes franceses de todos os grupos. Todos questionam a legalidade do acordo. Os proponentes criticam a divisão do acordo em duas partes: um acordo de parceria com componente político abrangente, que precisa ser ratificado pelos Estados-membros da UE e outro, com um componente comercial que requer apenas a aprovação do Parlamento Europeu, o que permite a ratificação sem o consentimento dos parlamentos nacionais. A ação questiona ainda se cláusulas do tratado limitam a capacidade da UE de definir políticas ambientais, bem-estar animal e proteção ao consumidor. Segundo o TJUE, este tipo de parecer demora, em média, entre 18 e 24 meses para ser proferido. Se o parecer do tribunal for negativo, o acordo de livre comércio não poderá entrar em vigor, a menos que seja alterado.

Correndo por fora, líderes interessados no acordo prometem implementá-lo. É o caso do chanceler alemão, Friedrich Merz, que afirmou que o acordo UE-Mercosul deverá entrar em vigor, de forma provisória, mesmo antes da análise pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, assim que o primeiro Estado-membro do Mercosul o ratifique. Legalmente, a Comissão Europeia não tem a obrigação de esperar pelo Parlamento Europeu e poderia começar a aplicá-lo de forma provisória, uma vez que já foi assinado. O único requisito para sua implementação provisória é que algum dos países do Mercosul o ratifique.

No âmbito dos países europeus isoladamente, os destaques vêm de Portugal, Espanha e Itália. Portugal afastou a ameaça da extrema-direita, elegendo Antonio José Seguro, do Partido Socialista, que derrotou André Ventura do Chega. Pedro Sanchez, premiê espanhol, se coloca na contra-mão do movimento anti-imigração, defendendo a importância do trabalho dos imigrantes, num mundo onde a população envelhece rapidamente. Finalmente, a Itália tornou o feminicídio como crime punível com prisão perpétua. Parlamentares italianos aprovaram o projeto de lei por unanimidade e a decisão foi comemorada pela primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni.

A propósito, o risco de ser mulher em uma sociedade patriarcal foi escancarado com a revelação de milhares de arquivos sobre o caso Epstein. Os arquivos atingem em cheio altas lideranças europeias. Apenas alguns dias após a liberação dos conteúdos, Morgan McSweeney, chefe de gabinete do primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer, renunciou após intensa pressão contra ele e o premiê pela decisão de indicar Peter Mandelson ao cargo de embaixador nos Estados Unidos. Os arquivos indicam que Peter Mandelson, lorde e figura histórica do Partido Trabalhista, que aparece de cueca em uma das tantas fotos divulgadas, teria recebido dinheiro do bilionário condenado por crimes sexuais e vazado informações sigilosas do governo. O problema se agravou quando se soube que Starmer já sabia da ligação entre Epstein e McSweeney antes de nomeá-lo embaixador nos EUA. O caso saiu do constrangimento político e virou investigação — com troca de acusações, pedidos de desculpas e uma crise que pode crescer ainda mais. Em um sinal do agravamento da crise, o diretor de comunicações de Starmer, Tim Allan, também se demitiu. Na monarquia britânica, o príncipe Andrews, que aparece de quatro apoios sobre uma mulher (que aparenta ser uma criança ou adolescente) já havia sido “destronado”. Um ex-ministro de finanças e economia da França também é mencionado nestes documentos, que dão conta que ele teria sido apresentado a Epstein na casa do criminoso.

Princesas da Noruega e da Suécia, a primeira mais envolvida do que a segunda, também estão mencionadas nos arquivos. A princesa Mette-Marit, da Noruega, está no olho do furacão com mais de mil menções, pois e-mails revelam uma proximidade na qual ela chegava a chamar o criminoso de “querido”. Epstein buscava esposas em Paris e a princesa respondeu que a capital Francesa era boa para adultério e que as escandinavas eram melhores esposas.

## Considerações Finais

O ano de 2026 traz desafios importantes à Europa. A guerra na Ucrânia completa quatro anos longe de um fim e outra parte de seu território está sob ameaça de um país, cujo povo é considerado aliado e amigo. Após décadas terceirizando sua defesa e sua segurança para o aliado/amigo a Europa se vê obrigada a correr atrás do tempo perdido para se rearmar e poder se defender de ameaças externas, num cenário de desindustrialização e múltiplas crises: energética, econômica, financeira, sem contar a climática que é de todos nós.

Essa situação coloca a União Europeia em uma posição sensivelmente frágil, sobretudo em um mundo cada vez mais complexo e fragmentado. Os recentes atritos, as sanções impostas e as ameaças realizadas pelo presidente dos EUA ao longo dos últimos meses mostram que os americanos, apesar de amigos, podem não ser confiáveis no novo cenário multipolar. Além disso, a Europa hoje é o maior fiador da Ucrânia, onde se trava uma guerra por procuração contra os russos, em decorrência da expansão territorial da Otan.

É curioso notar que mesmo sob uma crise histórica, um acordo com a importância estratégica que tem o UE-Mercosul, venha sendo desdenhado por setores econômicos e políticos específicos.

A suspensão do Acordo envia uma mensagem dúbia ao mundo: a Europa quer diversificar sua dependência e seus parceiros comerciais estratégicos, mas não estão dispostos a ceder em pontos sensíveis. Com este tipo de conduta, o isolamento é o destino mais certo. A Europa construiu relações muito ruins com a Rússia e a China nos últimos anos, se afastando de ambos. Agora esnoba um acordo comercial com o Mercosul, enquanto é esnobada pelos EUA seu principal aliado histórico.

Mario Draghi, que é uma espécie de consultor sênior, ex-primeiro-ministro italiano, e ex-presidente do Banco Central Europeu, em seu mais recente relatório, afirmou que a UE corre o risco de subordinação, divisão e desindustrialização de uma só vez se não se unir mais. Para Draghi, a Europa precisa se tornar “uma verdadeira federação” para evitar a desindustrialização e o declínio: Estados Unidos da Europa, em breve nos jornais.

---

# Riscos e complexidades geopolíticas para Ásia e Oriente Médio e o uso da IA em saúde nestas duas regiões

*Lúcia Marques*

*Princípios da Declaração de Istambul de 1997: Paz em vez de conflito; Diálogo em vez de confronto; Cooperação em vez de exploração; Justiça em vez de dois pesos e duas medidas; Igualdade em vez de discriminação; Democracia em vez de opressão.<sup>1</sup>*

Ao longo de 2025 acompanhamos as diferentes ações do presidente americano, Donald Trump, para “conter” a China, que foi considerada, na [Estratégia de Segurança Nacional](#), lançada em final de novembro passado, a grande rival da América, isto é, uma ameaça à hegemonia americana – e é, de fato. As sanções e ações já vinham sendo aplicadas desde seu primeiro mandato, seguiu com o ex-presidente Joe Biden, e escalou no mandato Trump 2.0. No entanto, diferente dos anos anteriores, desta vez a China respondeu à altura tanto à guerra de tarifas, quanto às ameaças militares. A China bloqueou o acesso dos EUA às terras raras e à cadeia de processamento desses minerais estratégicos para as novas tecnologias.<sup>2</sup> E, pela primeira vez, a cerimônia de abertura da cúpula de líderes da Organização para Cooperação de Xangai deixou de mostrar aspectos milenares e tradicionais da cultura chinesa para mostrar um grandioso desfile militar, com demonstração de armamentos e capacidades militares<sup>3</sup>, sinalizando que está pronta para responder. Nessa Guerra Fria 2.0, outra superpotência, a Rússia, viu a América tentando se aproximar visando afastá-la da China.

Outras ações, ameaças e bombas foram lançadas contra aliados e parceiros estratégicos da China, sob justificativa de combate ao terrorismo e segurança nacional. Testadas as respostas e forças, neste início de 2026, Trump partiu para o ataque, de fato (na Venezuela) e indireto (no

---

1 Esses são seis princípios que constam na primeira Declaração de Cúpula (Istambul, 1997) da [Organização D-8 para a Cooperação Econômica](#). Princípios muito atuais e que deveriam ser lembrados por governantes.

2 Marques, L. **Enfrentando a guerra tarifária americana, China usa o ponto fraco dos EUA: terras raras**. In: [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 2-2025, p. 267 \(263-273\)](#).

3 Marques, L. **Os olhos do mundo voltados para a cúpula na Ásia, que mandou sua mensagem**. In: [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 16-2025, p. 227-233](#).

Irã)<sup>4</sup>, dois grandes fornecedores de petróleo e gás da China e países estratégicos para a presença chinesa no Oriente Médio e América Latina.

Em [discurso](#) no Conselho de segurança da ONU, em 06 de janeiro, Jeffrey Sachs destacou que

“No último ano, os Estados Unidos realizaram operações de bombardeio em sete países, nenhuma das quais foi autorizada pelo Conselho de Segurança e nenhuma delas foi realizada em legítima defesa, nos termos da Carta das Nações Unidas. Os países visados incluem Irã, Iraque, Nigéria, Somália, Síria, Iêmen e, agora, Venezuela. No último mês, o presidente Trump fez ameaças diretas contra pelo menos seis Estados-membros da ONU, incluindo Colômbia, Dinamarca, Irã, México, Nigéria e, naturalmente, Venezuela”<sup>5</sup>

Donald Trump usa e abusa da tática de políticos pouco democráticos e pouco transparentes de causar distração para desviar a atenção.<sup>6</sup> E neste quesito Trump é excelente! A anexação da Groenlândia visando as terras raras é um bom exemplo dessa tática de distração, que tinha outro objetivo, na verdade, que era forçar países árticos e da Europa/OTAN a ampliarem as ações de segurança na região polar e entorno do mar entre Groenlândia e Europa. O foco americano é dificultar a China a usar essa nova rota marítima, que surge com o derretimento do gelo, causado pelas mudanças climáticas. China e Rússia assinaram em final de outubro de 2025 um super acordo para a rota do Ártico – Rota do Mar do Norte – consolidando a Rota da Seda Polar, lançada pela China em 2018, que envolve pesquisas em águas profundas e gelo, infraestrutura e navegação. O acordo reforça a estreita parceria entre as duas potências, sinalizando uma mudança da retórica exploratória para uma operação prática de transporte marítimo, desafiando a influência ocidental na região.<sup>7</sup>

Diante desse cenário de esquentamento da geopolítica, de imprevisibilidade, de rupturas às regras internacionais, aos direitos internacionais e ao multilateralismo, a China tem jogado cartas com maestria, se posicionando como um ator que segue as regras internacionais, que respeita a soberania territorial e se apresenta como um parceiro comercial estável e previsível.

E sobre a Groenlândia, com uma cajadada só, Trump rachou as relações com Europa, fez

---

4 O Jeffrey Sachs escreve [descreve em artigo](#), que os EUA dominaram a arte da destruição ao instrumentalizar o dólar e usar sanções econômicas e políticas financeiras para levar ao colapso das moedas dos países visados. No artigo [“A Guerra Híbrida EUA-Israel contra o Irã”](#), descreve como os EUA e Israel estão travando guerras híbridas contra a Venezuela e o Irã por meio de uma estratégia coordenada de sanções econômicas, coerção financeira, operações cibernéticas, subversão política e guerra da informação. Essa guerra híbrida foi planejada para desestabilizar as moedas do Irã e da Venezuela a fim de provocar agitação interna e, em última instância, uma mudança de regime. E comenta a [entrevista em Davos](#) do Secretário do Tesouro americano, Scott Bessent, na qual explicou detalhadamente como as sanções do Tesouro dos EUA foram deliberadamente concebidas para levar ao colapso da moeda iraniana, paralisar seu sistema bancário e levar a população do Irã às ruas. Esta é a campanha de “pressão máxima” para negar ao Irã o acesso a sistemas financeiros e de pagamento internacionais.

5 Ao final do discurso, o autor listou resumidamente essas ameaças.

6 Há um filme de 1997 (Mera Coincidência), com Dustin Hoffman e Robert De Niro, que, enquanto sátira política, aborda justamente essa técnica para manipular a mídia e a opinião pública.

7 <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2026/01/23/comercio-e-alianca-militar-a-presenca-de-russia-e-china-no-artico.htm>

a Europa se armar e se unir, e fez a União Europeia se aproximar do Mercosul<sup>8</sup>, da Índia<sup>9</sup> - o acordo assinado criou a maior zona de livre comércio do mundo - e da China. E, confirmando a urgência desse olhar para uma China mais estável, contra uma América que parece errática e hostil até para aliados, como [escreveu](#) Tania Branigan, no The Guardian, o líder chinês, Xi Jinping, no último mês, recebeu seis chefes de Estado: Micheál Martin, Primeiro-Ministro da **Irlanda**, Lee Jae-Myung, Presidente da **Coreia do Sul**, Mark Carney, Primeiro-Ministro do **Canadá**, Yamandú Orsi, Presidente do **Uruguai**, Keir Starmer, Primeiro-Ministro do **Reino Unido**, Petteri Orpo, Primeiro-Ministro da **Finlândia**.

As ações do sem freio e sem regras, Donald Trump, seguiram causando caos também no Oriente Médio e no sudeste asiático. Embora as ameaças de bombardeios ao Irã sejam "ameaçadoras demais", Trump não pode pôr em risco o grande plano para a construção da sua "Riviera do Oriente Médio", em Gaza. Ele precisa de paz nessa região – mas, claro, uma paz que atenda a seus interesses e de seu parceiro de projeto, Israel, que tem feito o trabalho sujo de limpeza étnica. Ao fincar presença em Gaza, Trump muda o *Status Quo* da região, cujo vácuo, depois da saída dos EUA do Afeganistão, foi ocupado pela China, que mantém grandes negócios com Arábia Saudita, Irã e Emirados Árabes.

Mas, se pensarmos em riscos, o maior risco de guerra entre potências envolve Taiwan. O aumento da presença militar americana na ilha, ao redor dela e na zona ADIZ (Zona de Identificação de Defesa Aérea) e águas adjacentes da China, vem provocando reações rápidas, com demonstrações militares mais firmes da China. Os episódios frequentes de invasão americana da zona ADIZ chinesa parecem ser um cálculo de tempo de resposta. Essas ações são descritas pelos EUA como "liberdade de navegação" e que são operações de rotina em águas internacionais, enquanto Pequim as considera provocativas as incursões próximas ao seu território. China não quer uma guerra, mas ela não vai mais deixar os EUA sem resposta.

O risco cresce ainda mais quando o Japão escolhe se armar contra a China para "proteger" Taiwan. As declarações e ameaças da Primeira-Ministra do Japão, Sanae Takaichi<sup>10</sup>, sobre possível intervenção militar na ilha provocou retaliação econômica e diplomática da China – Pequim incentivou turistas a não visitarem o Japão, o que foi rapidamente acolhido uma vez que o sentimento anti japonês persiste no país. O movimento belicoso do japonês gerou preocupações profundas em Pequim sobre possíveis mudanças nas posturas militares na Ásia – à medida que os aliados dos EUA aumentam seus gastos com defesa e se mantêm alinhados com o militarismo americano.<sup>11</sup>

As relações China-Japão são tensas. Os chineses nunca esqueceram as atrocidades e violações cometidas pelo Japão durante sua invasão e ocupação entre 1937 e 1945, finalizando com

---

8 <https://www.instagram.com/reel/DSbX6CPkVeJ/?igsh=MXd2MGV0amdqcHZ3dg==>

9 [Veja por que o pacto comercial Índia-UE é a 'mãe de todos os acordos' | Fórum Econômico Mundial](#)

10 Sanae Takaichi é uma política de linha-dura e conservadora que sempre defendeu o aumento do orçamento militar japonês. E vai ganhar mais poder com a vitória esmagadora de seu partido governista conservador nas urnas, em 8 de fevereiro.

11 <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/analise-o-motivo-da-furia-da-china-contr-a-primeira-ministra-do-japao/>

a rendição formal do Japão, por ocasião do fim da Segunda Grande Guerra.<sup>12</sup> Para a China, é o "século da humilhação". Em final de 2025, [Pequim marcou o 80º aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial](#) e da libertação da ocupação japonesa com um grandioso desfile militar e demonstração de capacidades bélicas.

## Plano de Trump para GAZA

Durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos, que aconteceu em janeiro, o governo Trump apresentou oficialmente os detalhes do seu plano para Gaza. O plano mostra uma visão de "profissional do ramo imobiliário", foca na transformação do território em um centro turístico e industrial moderno. E como parte do plano, também lançou o Conselho da Paz – já chamado por muitos de Conselho de Guerra -, uma nova organização liderada por Trump, com a participação de figuras como Jared Kushner e Tony Blair, para gerenciar os fundos e a governança de transição, operando paralelamente à ONU, e que poderá atuar em todo o mundo. É possível [acessar aqui](#) alguns detalhes sobre o Conselho e alguns de seus membros.

O plano para a Nova Gaza prevê a construção de 180 arranha-céus ao longo da costa, transformando o enclave em uma metrópole à beira-mar com foco em turismo de luxo. O projeto conta ainda com infraestrutura massiva, 75 centros médicos, mais de 200 escolas e a criação de zonas industriais focadas em centros de dados e tecnologia. O plano exige a desmilitarização total de Gaza sob a supervisão de uma Força de Segurança Internacional (ISF) liderada pelos EUA. [Aqui](#), uma descrição exata de como foi "espetaculoso" o lançamento do projeto.

Apresentado como um plano para reconstruir o território palestino, o projeto promete turismo costeiro, livre comércio, arranha-céus e empregos. Mas o povo de Gaza não foi consultado. A proposta não oferece nenhuma visão sobre questões centrais, como propriedade e direitos à terra – e muito menos justiça para crimes de guerra – em meio a planos de construir edifícios cintilantes no topo de cerca de 68 milhões de toneladas de escombros e detritos de guerra, onde milhares de corpos permanecem enterrados.<sup>13</sup>

Este plano de 2026 é uma evolução do "Acordo do Século" de 2020 (Acordos de Abraão), de normalização de relações árabes com Israel, e do plano de 20 pontos apresentado em setembro de 2025 para a paz em Gaza.



HYPERLINK

["https://www.youtube.com/watch?v=xBgWQCkANrQ&vf=pt-BR"](https://www.youtube.com/watch?v=xBgWQCkANrQ&vf=pt-BR) Trump revela plano para Gaza com arranha-céus e centros de dados | Vantage com Palki Sharma

## Fórum Econômico de Davos

Acontecendo anualmente em janeiro, o [Fórum de Davos](#) deste ano refletiu nos discursos políticos e nas entrevistas o momento geopolítico de disputa de poder e de rachas. Pensar em geopolítica é entender o papel dos discursos, das narrativas e das justificativas.

12 Saiba mais sobre a segunda guerra sino-japonesa em <https://www.historiadomundo.com.br/idade-con-temporanea/segunda-guerra-sino-japonesa.htm>

13 <https://www.aljazeera.com/news/2026/1/23/imperial-agenda-whats-trumps-gaza-development-plan-unveiled-in-davos>

E o [discurso](#) do Primeiro-Ministro canadense, Mark Carney, foi digno de entrar para os momentos marcantes da história do Século XXI e repercutiu nas mídias e redes sociais do mundo todo. Com a frase *"A nostalgia é uma estratégia de investimento terrível e uma política externa ainda pior. Não existe um botão de 'reset' para a globalização dos anos 90."* Ele argumentou que o mundo de hegemonia única acabou e que os blocos agora são definidos por alinhamento de valores e tecnologia, não apenas por proximidade geográfica. E ao falar que *"a geopolítica de 2026 não se trata de quem vende mais barato, mas de em quem você pode confiar quando a rede cai ou a fronteira fecha."* Foi uma clara menção às ações do sem regras e sem freio Trump 2.0. Carney reconheceu que o "Eixo do Atlântico" precisa aceitar a nova realidade multipolar. *"O saudosismo por uma ordem mundial liderada por apenas um lado do mapa está nos cegando para as soluções que já estão surgindo no Sul Global e no Pacífico."* Com isso, o premiê alertou que, enquanto o Ocidente discute o passado, o Oriente está construindo a infraestrutura do futuro. e Sobre IA, ele destacou que a IA não vai substituir os governos, mas os governos que ignorarem a governança da IA serão substituídos pela obsolescência social."

O discurso do PM canadense foi carregado de peso técnico e político, o discurso expressou o momento de transição que o mundo está vivendo, sob o tom de realismo histórico. E mostrou que não se trata de mudança de poder de uma potência para outra, mas do fim da hegemonia americana, que se agarra com unhas de dentes, usando todo seu poder militar e de sanções econômicas para impedir o avanço de um rival de peso (China) na nova área estratégica de poder geoeconômico que é a era da IA e das tecnologias energéticas.

Os mapas de Trump 2.0 envolvem as rotas marítimas comerciais e as novas artérias de poder que são os cabos submarinos de fibra óptica, que transportam 99% do tráfego digital transoceânico, incluindo fluxos financeiros, comunicações governamentais, diplomáticos e militares.

Outro mapa de poder é o espaço sideral. Não à toa, a China solicitou à União Internacional de Telecomunicações (UIT), órgão da ONU responsável por alocar espectro no espaço, autorização para lançar no espaço uma série de 200 mil satélites de comunicação. Pelas regras da UIT, uma vez que um país registra um pedido de constelação, outros operadores que desejam lançar satélites nas mesmas órbitas precisam demonstrar que suas operações não causarão interferência. O registro dá à China um período de sete anos para lançar pelo menos um satélite, seguido de mais sete anos para completar o lançamento de todos os equipamentos propostos.<sup>14</sup>

## MENA no Fórum de Davos

Líderes do Oriente Médio e do Norte da África (MENA), demonstrando movimento contrário ao caos geopolítico global e regional, focaram no crescimento e na concretização do potencial único da região, em Davos 2026. Apresentaram suas prioridades, com foco em construir caminhos para a paz e promover um crescimento sustentável na região. O presidente do Egito, o primeiro-ministro do Catar, o chefe de governo do Marrocos, o presidente de Israel, o primeiro-ministro da Autoridade Nacional Palestina e outros líderes políticos falaram sobre a necessidade de uma paz duradoura na região.

O setor privado do Golfo participou do Fórum, incluindo da crescente indústria de IA e data centers da região, liderados pela Arábia Saudita e pelos Emirados Árabes.<sup>15</sup> O Egito apresentou o foco no desenvolvimento do setor privado, envolvendo tecnologia e o potencial de crescimento

---

14 [China quer lançar 200 mil satélites; pedido pode ser 'reserva' de órbitas](#)

15 <https://www.weforum.org/stories/2026/01/mena-the-middle-east-and-north-africa-davos-2026/>

da IA, especialmente na Educação. Arábia Saudita apresentou suas ambições em IA, focando em garantir que os benefícios sejam sentidos por todos, "não apenas dentro de economias que precisam competir, mas acredito que precisa ser feita globalmente", [disse Khalid Al-Falih](#), Ministro do Investimento da Arábia Saudita.

Os líderes da região tentaram passar confiança e avanços. A tecnologia e o potencial de crescimento da IA foram estiveram no centro, especialmente entre os países regionais com indústrias de energia avançadas. "Queremos transformar o setor de energia para ser mais inteligente em termos de capitalização da IA, e temos as aplicações e os talentos e a infraestrutura, e a coisa mais importante em tudo isso é a qualidade dos dados" disse [Amin Nasser](#), CEO da Aramco, empresa estatal de petróleo e gás natural da Arábia Saudita.

## ASEAN em Davos: os riscos e oportunidades da turbulência global

Como se sabe, turbulências criam grandes transformações; podem trazer riscos e oportunidades. O bloco do sudeste asiático de 11 países vê o momento de esquentamento geopolítico e de realinhamento de atores como uma oportunidade.

A ASEAN busca se tornar a quarta maior economia do mundo e se apresenta como parceiro neutro, aberto, dinâmico e cada vez mais empreendedor. Como [colocou](#) o vice-primeiro-ministro da Tailândia, Ekniti Nitithanprapas, "é vital que os membros da ASEAN continuem trabalhando juntos". À medida que blocos regionais substituem estruturas e instituições multilaterais, os investidores naturalmente buscarão segurança." Para Nitithanprapas, a neutralidade de longa data da ASEAN e seus níveis relativos de paz são atraentes.

A ASEAN já tem redes de infraestrutura crescentes em transporte e energia, e está trabalhando para estabelecer uma infraestrutura digital para aproveitar melhor tecnologias como a IA.<sup>16</sup> Em outubro passado, o bloco lançou o primeiro acordo regional do mundo sobre governança da economia digital. O Acordo-Quadro de Economia Digital da ASEAN (DEFA) visa reforçar e acelerar a economia digital abrangente e coerente na região, onde o fluxo contínuo e seguro de bens, serviços e dados seja sustentado por regras, regulamentos, infraestrutura, e visa aprimorar a cooperação em segurança cibernética e estabelecer estruturas para proteger a privacidade dos dados.

O DEFA capacitará e conectará as empresas sediadas na ASEAN, incluindo as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), aos mercados regionais e globais, além de fortalecer a competitividade e a resiliência econômica coletiva e individual.<sup>17</sup> O acordo também cria caminhos para mulheres empreendedoras, inovadoras rurais e startups lideradas por jovens, com disposições que apoiam o desenvolvimento de habilidades, mobilidade de talentos e alfabetização digital.<sup>18</sup>

Em Davos, Daren Tang, Diretor-Geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), observou que a ASEAN possui "um dos maiores números de unicórnios<sup>19</sup> no mundo

---

16 <https://www.weforum.org/stories/2026/01/asean-risks-opportunities-global-turbulence/>

17 <https://asean.org/asean-economic-community-council-statement-on-the-substantial-conclusion-of-the-asean-defa-negotiations/>

18 <https://www.weforum.org/stories/2025/10/asean-defa-digital-economy-pact-negotiations/>

19 Unicórnios, no mundo das startups, são o nome que se dá para as startups que alcançam valor de mercado de um bilhão de dólares.

emergente”, com 45-50. Seus gastos em P & D já chegaram a 60 bilhões de dólares, demonstrando forte compromisso com a inovação, e os pedidos em áreas como patentes e designs estão crescendo rapidamente. Tang sugeriu que a ASEAN está se transformando de consumidora de propriedade intelectual para “criar, inventar e levar ideias ao mercado”, acrescentando que “não se trata mais de turismo e recursos naturais, mas também de criatividade e empreendedorismo”.<sup>20</sup>

Em resumo, enquanto a Ásia usa a IA para resolver o problema da falta de profissionais (automação) o Oriente Médio usa para acelerar a soberania tecnológica e diversificar sua economia para além do petróleo.

## IA e aplicabilidade na Saúde na Ásia e Oriente Médio

Entre os riscos globais que anualmente o Fórum de Davos aponta, a Inteligência Artificial (IA) está entre eles. E, como se pode observar no [gráfico animado](#) de Davos, a própria IA traz seus próprios riscos, uma vez que está cheia de paradoxos. É uma ferramenta poderosa com capacidades impressionantes, mas ainda assim limitada em muitas áreas. Embora prometa melhorar o bem-estar humano, também levanta preocupações sobre o aumento das desigualdades sociais e a mudança dos mercados de trabalho. Seus mecanismos subjacentes são altamente técnicos, mas o público em geral pode — e deve — compreender seus princípios centrais e as questões sociais que ela coloca. À medida que a influência da IA continua crescendo, será essencial envolver vozes diversas e expertises para garantir que a tecnologia apoie o potencial humano e contribua para resultados positivos e inclusivos.<sup>21</sup>

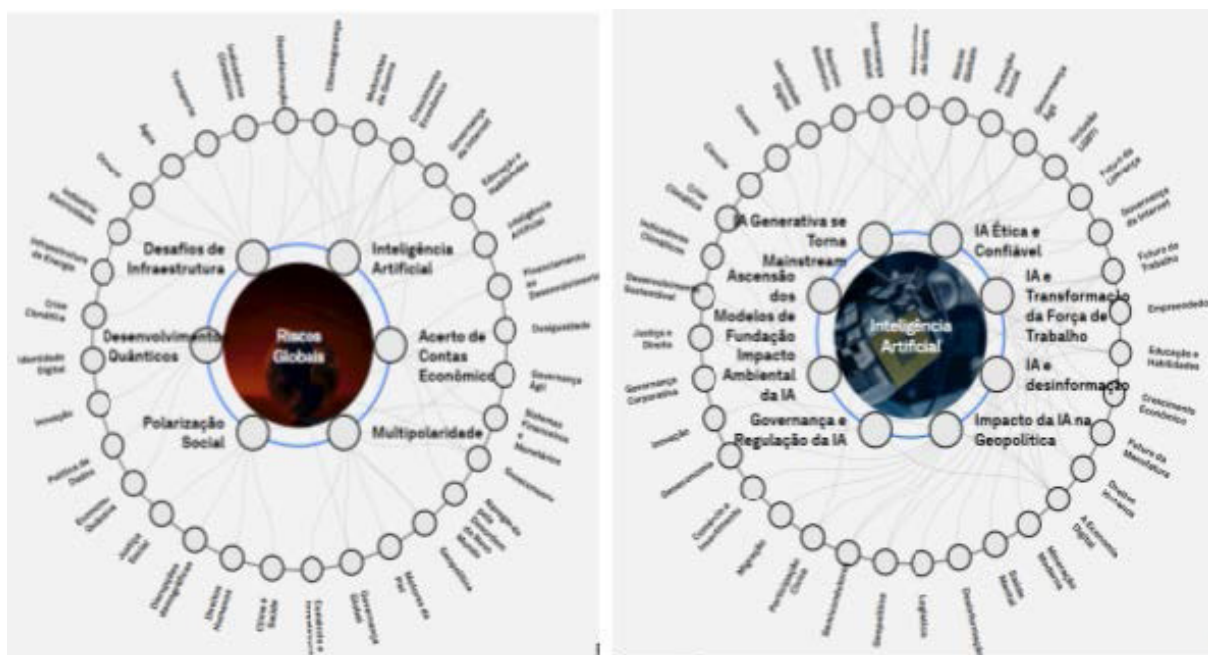


Imagem SEQ Imagem \\* ARABIC 1: Gráfico animado de Davos

20 <https://www.weforum.org/stories/2026/01/asean-risks-opportunities-global-turbulence/>

21 <https://intelligence.weforum.org/topics/a1Gb0000000pTDREA2>

Os líderes da região MENA e Ásia Pacífico disseram que já estão vendo impacto ao implantarem tecnologia de IA na saúde e na logística, e focaram em sua vantagem energética como uma vantagem competitiva.

Em seu [discurso de abertura](#) da [158ª sessão do Conselho Executivo \(Executive Board - EB\)](#) da OMS, o diretor geral, Tedros Adhanom Ghebreyesus, abordou pontos críticos para a saúde global em 2026, como a Crise de Financiamento - ele descreveu 2025 como um dos anos mais difíceis da história da agência -; o Apelo Humanitário, lançando um apelo global de US\$ 1 bilhão para responder a 36 emergências de saúde em todo o mundo e reforçou a importância da implementação do Acordo Pandêmico adotado no ano anterior para garantir que o mundo esteja mais preparado para futuras crises

O uso da IA e seu potencial também foi abordado no discurso. Tedros mencionou o potencial da IA de salvar milhões de vidas ao acelerar diagnósticos em lugares sem médicos, mas que o risco de “desigualdade algorítmica” (quando a IA funciona bem para uns, mas não para outros) é a nova fronteira da luta pelos direitos humanos. A OMS está realmente tentando equilibrar o entusiasmo pela tecnologia com um pé no freio ético.

Na [agenda oficial](#) do EB158, a Inteligência Artificial e a Saúde Digital não aparecem apenas em um item, mas estão transversalmente espalhadas. No item 14 da Agenda: *Digital Health and Artificial Intelligence for Health*, se discute o progresso da estratégia global. No Item 15.1: *Pillar 1: One billion more people benefiting from universal health coverage*, a IA é citada como ferramenta de diagnóstico para áreas remotas.

Documento [EB158/19](#), *Harmonization of regulatory approaches, governance and standards for data, digital health and artificial intelligence in the health sector*, Tedros consolida três temas cruciais: medicina de precisão, governação ética e regulatória da IA e transformação digital para sistemas de saúde resilientes. O relatório enfatiza que a implementação segura da IA e da medicina de precisão depende de fundações robustas de dados e saúde digital; que muitos Estados-Membros enfrentam ecossistemas digitais fragmentados e com interoperabilidade limitada, o que aumenta os custos de manutenção e compromete a qualidade; que sem dados representativos e interoperáveis, a IA corre o risco de amplificar viesamentos e ineficiências e, por fim, reconhece o potencial de avanços em genômica e bioinformática para criar sistemas de saúde mais preditivos e personalizados.

O documento também aponta que há uma necessidade urgente de padrões globais harmonizados para a supervisão regulatória da IA, uma vez que a proliferação tecnológica ultrapassou a capacidade regulatória de muitos países. E traz uma preocupação com a equidade, uma vez que a transformação digital deve ser centrada nas pessoas e baseada em direitos humanos, garantindo que a inovação promova a inclusão de populações marginalizadas.

A OMS Pacífico Ocidental lançou em outubro passado [sua estratégia regional](#) para IA equitativa. A OPAS – Organização Panamericana da Saúde já disponibilizou um [Guia de IA em Saúde Pública](#).

O documento EB158/19 serve como o “manual de regras” global, enquanto a Ásia e o Médio Oriente são os “campos de teste” onde essas regras estão a ser desafiadas na prática. A **Ásia-Pacífico** está focada em escala massiva, hospitais agentes e integração robótica, enquanto o **Oriente Médio** está usando sua riqueza para “saltar etapas” (leapfrog) e criar centros globais de biotecnologia do zero. Na **Ásia**, a IA não é apenas uma ferramenta, mas o sistema operacional de hospitais inteiros para lidar com o envelhecimento populacional. No **Oriente Médio**, Arábia Saudita e Emirados Árabes estão investindo bilhões para se tornarem hubs globais de IA fora

do eixo EUA-China. Abaixo alguns exemplos práticos e atuais e uma comparação entre essas iniciativas e os pontos do documento EB158/19.

**China** - A startup XtalPi (fundada por pesquisadores do MIT, em Shenzhen) é um exemplo real de sucesso: eles usam computação quântica e IA para prever a estabilidade de moléculas, tendo acelerado o desenvolvimento de medicamentos como o *Paxlovid*. Estima-se que 30% dos novos projetos de medicamentos no mundo já venham da China. Saiba mais em [XtalPi - Resultados 2025 e Avanços em RNA e Oncologia](#) e em [Breakthrough em Desenvolvimento de Fármacos via IA \(Janeiro 2026\)](#). Outro exemplo pode ser acompanhado no vídeo [Avanço da IA na Indústria Farmacêutica Chinesa](#), o qual explora como a China está liderando a corrida para aprovar o primeiro medicamento totalmente projetado por inteligência artificial, um marco histórico para a região da Ásia-Pacífico.

**Japão** - O Supercomputador de IA Tokyo 1, operado pela Xeureka, é exclusivamente dedicado à indústria farmacêutica japonesa. Ele utiliza o software *NVIDIA BioNeMo* para simular a interação de proteínas em uma escala que reduz o tempo de descoberta de fármacos de anos para meses. [Xeureka - Tokyo-1 Home Page](#) e [Avanços da Xeureka em Pesquisa de Peptídeos \(Dezembro 2025\)](#)

**Coreia do Sul, Tailândia e Tailândia** - O Hospital Hallym University (Coreia) usa IA para documentação clínica em tempo real, economizando cerca de 90 minutos por dia de cada neurologista. No Bangkok Hospital (Tailândia), espelhos com IA (*AI Mirror*) realizam triagem de sinais vitais sem contato físico. O Vietnã usa IA para triagem rápida em áreas rurais.

**Emirados Árabes (Abu Dhabi)** - A Insilico Medicine inaugurou em Abu Dhabi o maior centro de pesquisa biotecnológica do mundo movido por IA generativa. Eles utilizam a plataforma *Pharma.AI* para descobrir novos alvos terapêuticos e desenhar moléculas “do zero”. É um exemplo clássico de como a região está deixando de ser apenas consumidora de remédios para se tornar desenvolvedora. Veja em [Insilico Medicine - Lançamentos da plataforma Pharma.AI \(2025-2026\)](#) e em [Descoberta da primeira terapia totalmente desenvolvida nos Emirados Árabes](#)

**Arábia Saudita** - Em parceria com a empresa Lean Business Services, o Ministério da Saúde saudita implementou sistemas de Gêmeos Digitais (Digital Twins). Eles criam modelos virtuais de pacientes com doenças crônicas para simular como diferentes tratamentos reagirão no corpo daquela pessoa específica antes de aplicar o medicamento real. Saiba mais em [Lean.sa - Lançamento da Tecnologia de Gêmeos Digitais \(Outubro 2024/2025\)](#) e em [Ministério da Saúde da Arábia Saudita e a Plataforma de IA Cognitiva Cortex](#)

**Qatar** - O país tem focado em IA para gestão de doenças crônicas, recebendo investimentos para integrar dados de *wearables* (relógios inteligentes) diretamente nos sistemas nacionais de saúde, permitindo intervenções preventivas antes que o paciente precise de hospitalização.

É um momento de mudança de papéis na inovação tecnológica que vale muito a pena observar. Por exemplo: a XtalPi, a startup acabou de fechar uma parceria de US\$5,99 bilhões com a empresa americana DoveTree em agosto de 2025, o que mostra que o Ocidente está comprando a tecnologia de IA desenvolvida na Ásia, invertendo a lógica tradicional. Essa inversão de papéis que estamos vendo — com o Oriente Médio virando um polo de biotecnologia e a Ásia exportando algoritmos de ponta para o Ocidente — é realmente um prato cheio para uma análise profunda. Aliás, o Oriente Médio é o exemplo prático de onde a “soberania de dados” (citada no ponto 11 do relatório) está a ser usada como vantagem competitiva para atrair empresas de biotecnologia.

Retomando os pontos que a OMS defende, elencados no documento da OMS EB158/19, por exemplo, sobre Interoperabilidade vs. Escala Massiva, podemos ver que a Ásia está liderando a

transição de sistemas fragmentados para sistemas inteligentes unificados. China e Coreia do Sul resolveram isso através de grandes plataformas nacionais integradas. O documento da OMS sugere que os países criem padrões, a Ásia já está implementando a IA Agência, na qual agentes de IA navegam entre diferentes bases de dados de hospitais para consolidar o histórico do paciente.

Sobre ética e regulação vs inovação acelerada. O documento da OMS enfatiza a necessidade de governança ética e alerta que a tecnologia está a correr mais depressa que as leis. Pede “benchmarking” (testes de qualidade) para a IA. Países como os Emirados Árabes criaram “sandboxes” regulatórias (espaços onde as leis são mais flexíveis para testar inovações). Em Abu Dhabi, a aplicação de IA na medicina de precisão está a avançar sem esperar por padrões globais, criando os seus próprios protocolos éticos baseados em soberania de dados local.

Sobre Medicina de Precisão e Genômica. O EB158/19 coloca a medicina de precisão como um pilar para o futuro, mas avisa que ela é cara e pode gerar desigualdade. A realidade: Japão (com o Tokyo-1) está a democratizar a medicina de precisão através da computação avançada para baixar o custo de novos fármacos; a Arábia Saudita está a investir em sequenciamento genômico em massa para a sua população - foi o que em Davos, o [disse Khalid Al-Falih](#), Ministro do Investimento da Arábia Saudita, sobre acessibilidade à IA e seus recursos. Como se pode ver, estas duas regiões estão tentando tentar resolver o “dilema da equidade” citado pela OMS através da economia de escala — tornando a tecnologia tão comum que o preço acaba por baixar.

Enquanto o relatório EB158/19 da OMS estabelece as balizas éticas e a necessidade de fundações sólidas de dados, as regiões da **Ásia-Pacífico** e do **Médio Oriente** funcionam como motores de aceleração. A Ásia demonstra como vencer a fragmentação sistêmica, enquanto o Médio Oriente exemplifica como a soberania de dados pode impulsionar a medicina de precisão.

## Tropicalização das tecnologias IA para o SUS - só uma ideia

O desafio para o **SUS no Brasil** é absorver a velocidade destas regiões mantendo a bússola ética e de equidade proposta pelo Diretor-Geral da OMS. Um país continental com um Sistema Único de Saúde precisa “tropicalizar” as inovações da Ásia e do Oriente Médio para não virarem tecnologias caras e inacessíveis. A OMS tem um termo técnico para essa adaptação: *Digital Health Equity by Design*. Por exemplo, os Gêmeos Digitais saudita, que de individual, poderiam ser adaptados para Gêmeos Digitais Populacionais e usados na Atenção Primária, como opção para cálculo de distribuição de medicamentos em um bairro específico, evitando desperdícios, medicamentos que ficam vencidos, etc. A IA de triagem usada na Tailândia e no Vietnã poderiam agilizar as filas de espera por especialistas, priorizando as urgências, ao analisar exames.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao olharmos as disputas de poder entre EUA e China, é interessante refletirmos sobre as diferenças entre o pensamento ocidental e oriental e sobre a diferença de como esses países encaram essa disputa de poder e como traçam seus caminhos para alcançar o poder – inclusive como eles interpretam o que é poder e ter poder. A China atordoa os EUA tirando da manga soluções e caminhos não pensados pelo pensamento ocidental.

E o Fórum de Davos foi um reflexo do momento geopolítico; da necessidade de promover mudanças, uma vez que, como alertou Mark Carney, o “saudosismo geopolítico” é um entrave ao progresso.

Com a frase “liderar em 2026 significa ter a coragem de enterrar o século XX para que possamos finalmente habitar o XXI”, o premier canadense conclamou os governos que parem de tentar salvar modelos de negócios e governança obsoletos. E os países da Ásia e do Oriente Médio fizeram questão de mostrar as oportunidades inovadoras que se abrem em várias áreas.

Na saúde digital, isso se traduz na aceitação de que a inovação não flui mais em sentido único, do Norte para o Sul, mas em uma rede complexa e multipolar onde a soberania de dados e a ética, como discutido no Conselho Executivo da OMS, são as novas moedas de troca.

Um exemplo disso é a startup chinesa XtalPi que acabou de fechar uma parceria de US\$5,99 bilhões com a empresa americana DoveTree em agosto de 2025, o que mostra que o Ocidente está comprando a tecnologia de IA desenvolvida na Ásia, invertendo a lógica tradicional. Essa inversão de papéis que estamos vendo — com o Oriente Médio virando um polo de biotecnologia e a Ásia exportando algoritmos de ponta para o Ocidente — é realmente um prato cheio para uma análise profunda. É um momento de inversão na inovação tecnológica que vale muito a pena observar.

E para o **SUS no Brasil**, o desafio é absorver essas tecnologias na velocidade destas regiões, mantendo a bússola ética e de equidade proposta pelo Diretor-Geral da OMS. Um país continental com um Sistema Único de Saúde precisa “tropicalizar” as inovações da Ásia e do Oriente Médio para não virarem tecnologias caras e inacessíveis. A OMS tem um termo técnico para essa adaptação: *Digital Health Equity by Design*.

---

# Alinhamento temporal

Temporal alignment

*André Costa Lobato, Alexandra Sanches, Anabela Santiago, Bruno Neves, Giovana Guiciard e Rafael Aguilar-Zamudio*

**Abstract.** *Xi Jinping welcomes European leaders in Beijing and announces his intention to make the renminbi an international reserve currency. On a single day, Xi speaks with Putin in the morning and with Trump at night. Brazil grants visa exemptions to Chinese citizens, and the Institute of Microbiology, together with Fiocruz, launches the first Sino-Brazilian laboratory under the Belt and Road Initiative. The National Medical Products Administration consolidates rules to ensure an innovation-friendly environment and accelerate the approval of new drugs. The outline of the 15th Five-Year Plan is approved for submission to the National People's Congress, and the date of the Two Sessions is announced. "Digital China" highlights data as central to new quality productive forces. China launches a program to synchronize terrestrial and lunar time..*

**Keywords:** *China. European engagement, Brazil and Belt and Road, New medical products rules, 15<sup>th</sup> Five Year Plans.*

**Resumo.** Xi Jinping recebe líderes europeus em Pequim e anuncia a intenção de fazer o renminbi uma moeda de reserva internacional. Em um mesmo dia, fala com Putin de manhã e com Trump à noite. Brasil isenta chineses de visto e Instituto de Microbiologia lança com Fiocruz primeiro laboratório sino-brasileiro da Iniciativa Cinturão e Rota. Administração Nacional de Medicamentos consolida regras para garantir ambiente de inovação e acelerar autorização de novas drogas. Esboço do 15º Plano Quinquenal é aprovado para submissão à Assembleia Nacional do Povo e data de Duas Sessões é anunciada. Ênfase em dados como centrais às novas forças produtivas de qualidade. China lança programa de sincronização dos tempos terrestre e lunar.

**Palavras-chave:** *China. Engajamento com europeus, Brasil na Cinturão e Rota, Novas regras de produtos médicos, 15º Plano Quinquenal*

### Guinada pragmática ocidental

Entre o final de 2025 e o início de 2026, Xi Jinping recebeu diversas visitas de líderes e autoridades ocidentais. A primeira ocorreu em 12 de novembro de 2025, quando se reuniu, no Grande Salão do Povo, em Pequim, com o rei Felipe VI da Espanha. Antes do encontro, foi realizada uma cerimônia oficial de recepção ao monarca espanhol e à rainha Letizia, conduzida pelo presidente Xi Jinping e pela primeira-dama, Peng Liyuan, na Praça Tiananmen, onde assistiu-se a um desfile militar. A agenda diplomática incluía a reunião bilateral à tarde, e no período noturno, um banquete de Estado. O ministro das Relações Exteriores, Wang Yi, esteve presente em todas as atividades<sup>1</sup>.

Durante a conversa, a parte chinesa destacou oportunidades de cooperação bilateral nos setores de energias renováveis, economia digital e inteligência artificial, bem como a ampliação de investimentos mútuos voltados à implementação de novos projetos conjuntos. Também foi enfatizada a importância do fortalecimento da conectividade com outros mercados, especialmente na América Latina e no Caribe. Ademais, a China manifestou disposição para apoiar e cooperar com a Espanha no âmbito das Nações Unidas<sup>2</sup>.

Felipe VI parabenizou as conquistas alcançadas pela China em seu processo de desenvolvimento, especialmente pelo sucesso na promoção de iniciativas voltadas à sustentabilidade, como as políticas de baixo carbono, e pelo assíduo combate na erradicação da extrema pobreza. Também salientou que os investimentos de empresas chinesas têm contribuído para impulsionar a transição verde na Espanha e favorecer o crescimento econômico do país — manifestando, ainda, interesse em aproveitar as oportunidades decorrentes do 15º Plano Quinquenal chinês e em aprofundar a cooperação bilateral em áreas como economia e comércio, indústria, ciência e tecnologia e energia limpa. Além disso, o monarca reiterou o compromisso do governo espanhol com a política de Uma Só China e seu apoio à salvaguarda da integridade territorial nacional<sup>3</sup>.

Na manhã de 16 de janeiro de 2026, foi a vez do primeiro-ministro canadense, Mark Carney, de reunir-se com Xi Jinping, encontro que resultou na emissão da *Declaração Conjunta do Encontro de Líderes China-Canadá*. Na ocasião, o secretário-geral afirmou que as relações bilaterais atravessavam um momento de “virada” após as tratativas realizadas com Carney em Gyeongju, durante o APEC CEO Summit na Coreia do Sul, e apresentou quatro diretrizes para orientar o desenvolvimento do vínculo sino-canadense<sup>4</sup>. São elas:

- (1) À luz das oscilações históricas e das diferenças entre as circunstâncias nacionais de China

---

1 Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. **President Xi Jinping Meets with King Felipe VI of Spain**. 2025 Nov 12. Disponível em: [https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202511/t20251112\\_11751698.html](https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202511/t20251112_11751698.html)

2 Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. **President Xi Jinping Meets with King Felipe VI of Spain**. 2025 Nov 12. Disponível em: [https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202511/t20251112\\_11751698.html](https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202511/t20251112_11751698.html)

3 Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. **President Xi Jinping Meets with King Felipe VI of Spain**. 2025 Nov 12. Disponível em: [https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202511/t20251112\\_11751698.html](https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202511/t20251112_11751698.html)

4 Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. **President Xi Jinping Meets with Canadian Prime Minister Mark Carney**. 2026 Jan 16. Disponível em: [https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/xw/zyxw/202601/t20260116\\_11814149.html](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/xw/zyxw/202601/t20260116_11814149.html)

e Canadá, deve-se adotar o respeito mútuo entre as duas nações, especialmente no que se refere à soberania e à integridade territorial de cada Estado, adotando, assim, abordagens assertivas e pragmáticas em suas relações;

(2) A busca mútua pelo desenvolvimento compartilhado e por resultados de benefício recíproco, incluindo o estabelecimento de relações econômicas e comerciais vantajosas entre ambas as nações, com o intuito de ampliar a agenda de cooperação e reduzir a lista de atritos;

(3) O fortalecimento da confiança mútua, a ser promovido através do incentivo por mais projetos de intercâmbio e cooperação nos campos da educação, cultura, turismo e esportes, em níveis nacional e subnacional;

(4) O estabelecimento de uma parceria colaborativa entre as duas nações, que pratica o multilateralismo genuíno e une esforços na construção de uma *comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade*. Nesse sentido, a China sinaliza o interesse em fortalecer a coordenação com o Canadá em fóruns multilaterais, como as cúpulas das Nações Unidas, do G20 e da APEC.

Em 29 de janeiro de 2026, o primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer, acompanhado por extensa delegação composta por cerca de 60 representantes empresariais e de organizações culturais, voaram até Pequim com o objetivo de negociar novas parcerias com a China<sup>5</sup>. Starmer declarou satisfação por ser o primeiro chefe de governo britânico a visitar o país em oito anos e transmitiu ao presidente as saudações do rei Carlos III.

Durante a reunião entre o Reino Unido e a China, a parte chinesa afirmou que o 15º Plano Quinquenal poderia oferecer oportunidades benéficas ao país europeu e às instituições representadas, além de favorecer a ampliação da cooperação mútua em diversos setores. Ressaltou, ainda, segundo nota emitida pelo Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China, a expectativa de que o governo britânico promova um “ambiente justo, equitativo e não discriminatório para as empresas chinesas”<sup>6</sup>.

Outro avanço nas relações entre China e Reino Unido ocorreu no campo financeiro. O *Grupo de Trabalho Financeiro China-Reino Unido*, criado em maio de 2025 para funcionar como um canal de diálogo sobre políticas financeiras entre os dois países, realizou sua primeira reunião em 6 de fevereiro, em Pequim. Em comunicado divulgado pela agência estatal de notícias Xinhua, o Banco Popular da China (PBOC) informou que ambas as nações manifestaram disposição para elaborar um memorando de entendimento voltado à cooperação na supervisão de contrapartes centrais, envolvendo também o Banco da Inglaterra<sup>7</sup>.

Houve, igualmente, o compromisso entre o Tesouro Britânico e o PBOC de expandir a coordenação bilateral para a prevenção e resposta a crises financeiras, bem como na gestão de instrumentos de recuperação e resolução de instituições. Quanto ao mercado de capitais, ficou acordado o incentivo à listagem de empresas aptas nas bolsas de valores de ambos os países

---

5 Gov UK. **PM meeting with President Xi Jinping of China**. 30 Jan 2026. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/news/pm-meeting-with-president-xi-jinping-of-china-29-january-2026>

6 Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. **President Xi Jinping Meets with U.K. Prime Minister Keir Starmer**. 2026 Jan 29. Disponível em: [https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202601/t20260129\\_11847645.html](https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202601/t20260129_11847645.html)

7 The State Council of the People's Republic of China. **China-UK Financial Working Group holds inaugural meeting in Beijing**. 2026 Feb 06. Disponível em: [https://english.www.gov.cn/news/202602/06/content\\_WS6985ebe3c6d00ca5f9a08f70.html](https://english.www.gov.cn/news/202602/06/content_WS6985ebe3c6d00ca5f9a08f70.html)

— inclusive via China–UK Stock Connect — como forma de ampliar o acesso a uma base de investidores internacionais e a fontes institucionais de financiamento e investimentos<sup>8</sup>.

Por fim, entre as rodadas de contatos do Ocidente com a China, o mês de fevereiro testemunhou — possivelmente as mais aguardadas — reuniões à distância entre Xi Jinping, Vladimir Putin e Donald Trump. Na tarde do dia 4, o Grande Salão do Povo sediou a videoconferência entre Xi e Putin, iniciada com a troca de felicitações pelo Festival da Primavera chinês, também conhecido como Ano Novo Lunar (17/02). Durante a conversa, o secretário-geral enfatizou o simbolismo da primavera como período de renovação e novos começos e que, da mesma forma, tinha a expectativa que o encontro contribuísse para delinear um novo plano para as relações sino-russas no Ano do Cavalo de Fogo.

Ressaltou, ainda, que o novo ano coincide com marcos importantes, como o início do 15º Plano Quinquenal da China — no qual o governo chinês pretende ampliar o compartilhamento de oportunidades de desenvolvimento com todas as nações, inclusive com a Rússia —, o 30º aniversário da Parceria Estratégica de Coordenação China-Rússia, o 25º aniversário do Tratado de Boa Vizinhança e Cooperação Amistosa entre os dois países e o lançamento dos Anos de Educação China-Rússia<sup>9</sup>.

Xi também afirmou que o início do ano contou com instabilidades e turbulências em diferentes regiões do mundo e que, nesse contexto, China e Rússia, enquanto membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, têm a responsabilidade de contribuir para a estabilidade estratégica global. A parte russa reforçou sua disposição em expandir a coordenação com os chineses nos âmbitos multilaterais, como a ONU, a Organização de Cooperação de Xangai (OCS) e o BRICS, com o objetivo de injetar maior previsibilidade e cooperação positiva nas relações internacionais.

Além disso, a Rússia teceu apoio à realização, pela China, da Reunião de Líderes Econômicos da APEC, dias 18 e 19 de novembro, em Shenzhen. Com a presença do ministro das Relações Exteriores, Wang Yi, os dois líderes também trocaram opiniões sobre o cenário internacional e sobre o estado da parceria entre as duas nações, reafirmando, para 2026, o compromisso com a cooperação estratégica e a amizade sino-russa. Na noite do mesmo dia, Xi Jinping manteve conversa telefônica com Trump, na qual salientou o êxito do encontro bilateral realizado na cidade sul-coreana de Busan — complementando que, no ano novo, espera poder trabalhar em conjunto com os Estados Unidos para conduzir “o gigantesco navio” das relações sino-americanas, em referência à afirmação feita por ele próprio na Coreia do Sul<sup>10</sup>.

Nesse sentido, Xi lembrou que tanto a China quanto os Estados Unidos possuem metas e objetivos importantes em suas agendas para o ano, como o início do 15º Plano Quinquenal chinês, a celebração do 250º aniversário de independência dos EUA, a Reunião de Líderes Econômicos da APEC em novembro e a Cúpula do G20, programada para Miami. Diante disso, a importância

---

8 The State Council of the People's Republic of China. **China-UK Financial Working Group holds inaugural meeting in Beijing**. 2026 Feb 06. Disponível em: [https://english.www.gov.cn/news/202602/06/content\\_WS6985ebe3c6d00ca5f9a08f70.html](https://english.www.gov.cn/news/202602/06/content_WS6985ebe3c6d00ca5f9a08f70.html)

9 Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. **President Xi Jinping Has Virtual Meeting with Russian President Vladimir Putin**. 2026 Feb 04. Disponível em: [https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202602/t20260204\\_11851220.html](https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202602/t20260204_11851220.html)

10 Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. **President Xi Jinping Speaks with U.S. President Donald J. Trump on the Phone**. 2026 Feb 04. Disponível em: [https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202602/t20260205\\_11851262.html](https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202602/t20260205_11851262.html)

de ambas as partes observarem os entendimentos já alcançados e honrarem os compromissos assumidos, reiterando que a China sempre cumpre suas promessas.

O secretário-geral classificou a questão de Taiwan como o tema mais sensível na agenda entre Pequim e Washington, especialmente diante das vendas de armamentos dos Estados Unidos à ilha. Xi recordou Trump de que Taiwan integra o território chinês, em consonância com o princípio de Uma Só China e que os fundamentos de integridade territorial nas relações internacionais — e da República Popular da China — devem ser respeitados.

Em resposta, o presidente estadunidense afirmou compreender como os chineses se sentem em relação à Ilha Formosa e que gostaria que ambas as partes mantivessem o diálogo e um bom estado durante seu mandato. Segundo nota do Ministério das Relações Exteriores da China, Trump declarou: “Tenho um ótimo relacionamento com o presidente Xi, e muito respeito pelo presidente Xi. Sob a nossa liderança, a China e os Estados Unidos têm prosperado nas áreas econômica e comercial. Quero ver a China ter sucesso”.

## Livres de vistos

Em janeiro de 2026, o governo brasileiro anunciou a concessão de isenção de vistos de curta duração para determinadas categorias de cidadãos chineses, em reciprocidade à política adotada pela China desde 2025<sup>11</sup>. A decisão foi comunicada diretamente por Lula ao presidente Xi Jinping durante um telefonema com duração aproximada de 45 minutos, no qual os dois líderes discutiram o adensamento das relações bilaterais e a consolidação da parceria estratégica firmada em 2024<sup>12</sup>. Segundo o Palácio do Planalto, a isenção insere-se no contexto da ampliação da cooperação em áreas da chamada “fronteira do conhecimento”, com destaque para infraestrutura, transição ecológica e tecnologia, além da convergência entre os projetos nacionais de desenvolvimento dos dois países. No mesmo movimento, o governo brasileiro reafirmou o princípio da reciprocidade diplomática ao manter ou restabelecer a exigência de visto para cidadãos de países que não concedem tratamento equivalente aos brasileiros<sup>13</sup>.

A ligação entre Lula e Xi Jinping também foi marcada por uma convergência política mais ampla, para além da agenda migratória. De acordo com informações divulgadas pela agência estatal chinesa, Xi afirmou que Brasil e China devem salvaguardar os interesses comuns do Sul Global e defender conjuntamente o papel central das Nações Unidas em um cenário internacional descrito como turbulento. Esse enquadramento reforça a leitura de que a política de isenção de vistos funciona como instrumento de aproximação estratégica, facilitando fluxos de turismo, negócios e intercâmbio profissional, ao mesmo tempo em que sinaliza confiança mútua e compromisso com uma diplomacia baseada no multilateralismo e na cooperação

---

11 Verdélio A. **Lula anuncia isenção de visto a cidadãos chineses**. Agência Brasil. 23 jan. 2026. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2026-01/lula-anuncia-isencao-de-visto-cidadaos-chineses>

12 Agência Brasil. **Xi Jinping garante a Lula apoio da China em tempos “turbulentos”**. Agência Brasil. 23 jan. 2026. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2026-01/xi-jinping-garante-lula-apoio-da-china-em-tempos-turbulentos>

13 Freitas H. **Lula anuncia isenção de vistos para cidadãos da China entrarem no Brasil**. *Gazeta do Povo*. 23 jan. 2026. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/lula-anuncia-isencao-de-vistos-para-cidadaos-da-china-entrarem-no-brasil/>

entre sociedades<sup>14</sup>.

A política de isenção de vistos entre Brasil e China avançou de forma progressiva e ganhou maior densidade diplomática a partir de 2025. Um dia após o encerramento da visita oficial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Pequim, o governo chinês anunciou a dispensa da exigência de visto para cidadãos brasileiros em estadias de até 30 dias, medida que entrou em vigor em 1º de junho daquele ano<sup>15</sup>. A decisão incluiu ainda Argentina, Chile, Peru e Uruguai, ampliando para países sul-americanos uma política que já havia sido estendida a cidadãos europeus, japoneses e sul-coreanos. O anúncio ocorreu no contexto do Fórum Celac-China, realizado em Pequim, no qual Lula participou como convidado de honra, e foi apresentado pela imprensa estatal chinesa como parte do esforço de aprofundamento da cooperação, do intercâmbio de pessoas e do desenvolvimento entre China e América Latina.

## Moeda de Reserva do Povo

Em artigo publicado na Qiushi, revista teórica do partido, Xi defende elevar o renminbi a moeda de reserva global. A proposta se soma a pleitos anteriores de fortalecimento do sistema financeiro do país. Segundo Xi, é preciso que o renminbi seja amplamente usado no comércio, investimento e câmbio<sup>16</sup>. O artigo enfatiza que a prioridade deve continuar sendo a economia real, as pessoas, e a prevenção de riscos sistêmicos. Para isso, as instituições financeiras devem ser fortalecidas, reguladas e inovadoras. Os chineses sempre buscaram ampliar o comércio em moedas nacionais. E, há anos, Xi fala da importância de um sistema financeiro como pilar do atual estágio da modernização chinesa. Mas menção explícita à condição de moeda de reserva de um banco e instituições financeiras fortes, capazes de “atrair capital global e exercer influência sobre os preços globais” chamou a atenção da imprensa internacional. Os comentários eram originalmente parte de um discurso que Xi fez em 2024, mas só foram publicados em fevereiro.

## Sanitário

### Rota da Seda Microtropical

O Instituto de Microbiologia da Academia Chinesa de Ciências celebrou no dia 30 de dezembro a criação do Laboratório China Brasil Cinturão e Rota de Microrganismos Tropicais. O programa, com apoio do Ministério de Ciência e Tecnologia, visa expandir a colaboração científica da China através de aportes em países como o Brasil. A Fiocruz é o principal parceiro do laboratório através da figura do Infectious Diseases Research and Prevention, criado em 2018 e renovado em 2024, também com o IM-CAS. A cerimônia contou com representantes da Academia Chinesa de Ciências, ministérios, Embaixada do Brasil na China e Fiocruz.

14 MigraMundo. **O que significa a isenção de vistos para viagens de turismo e negócios entre Brasil e China.** MigraMundo. Disponível em: <https://migramundo.com/o-que-significa-a-isencao-de-vistos-para-viagens-de-turismo-e-negocios-entre-brasil-e-china/>

15 Ninio M. **Um dia após visita de Lula, China dá isenção de visto para brasileiros.** O Globo. 15 maio 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/marcelo-ninio/post/2025/05/um-dia-apos-visita-de-lula-china-da-isencao-de-visto-para-brasileiros>

16 走好中国特色金融发展之路·建设金融强国 - 求是网. <https://www.qstheory.cn/20260131/487aa5b5e-0804f7ea968118e541b4e91/c.html> (accessed 6 Feb2026).

A criação do laboratório conjunto Brasil–China insere-se em um processo mais amplo de adensamento da cooperação científica e tecnológica entre os dois países, especialmente na área da saúde. Em abril de 2023, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Centro de Excelência CAS-TWAS para Doenças Infecciosas Emergentes da Academia Chinesa de Ciências assinaram, em Pequim, um memorando de entendimento para a criação do Centro Sino-Brasileiro de Pesquisa e Prevenção de Doenças Infecciosas (IDRPC), com sedes físicas nos dois países<sup>17</sup>. O acordo prevê a realização de pesquisas conjuntas voltadas à prevenção e ao controle de pandemias e epidemias, com foco em doenças infecciosas como covid-19, influenza, dengue, zika, chikungunya, febre amarela, tuberculose e outras, além do desenvolvimento de vacinas, diagnósticos, terapias e fármacos considerados bens públicos globais em saúde. De acordo com a Fiocruz, embora as negociações tenham se iniciado antes da pandemia, o novo contexto político brasileiro foi decisivo para viabilizar a assinatura do acordo e aprofundar a cooperação bilateral na área de saúde<sup>18</sup>.

Esse processo culminou, em dezembro de 2025, na inauguração do Laboratório Conjunto China–Brasil Cinturão e Rota sobre Microrganismos Tropicais, sediado no Instituto de Microbiologia da Academia Chinesa de Ciências, em Pequim, que funciona como a sede chinesa do IDRPC<sup>19</sup>. A iniciativa, liderada pela Fiocruz e pela Academia Chinesa de Ciências, teve origem política na visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China, em 2023, quando foi firmado o memorando que estabeleceu o centro binacional. Durante a cerimônia de inauguração, autoridades brasileiras e chinesas destacaram a relevância da cooperação científica frente aos desafios globais impostos pelas doenças infecciosas, pelas mudanças climáticas e pelo risco de novas pandemias, ressaltando o papel desempenhado pela colaboração sino-brasileira durante a crise da covid-19. No Brasil, a sede do centro está vinculada ao Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS) da Fiocruz, no Rio de Janeiro, reforçando a institucionalização da parceria no longo prazo.

A criação do laboratório conjunto também deve ser compreendida no contexto mais amplo da estratégia chinesa de internacionalização da ciência e da tecnologia, particularmente no âmbito da Iniciativa Cinturão e Rota. De acordo com o Ministério da Ciência e Tecnologia da China, o país estabeleceu parcerias científicas com mais de 160 países e criou mais de 70 laboratórios conjuntos vinculados à iniciativa, inclusive com países da América Latina<sup>20</sup>. Nesse sentido, o laboratório sino-brasileiro em doenças infecciosas insere-se em um movimento de expansão da cooperação Sul–Sul, que busca fortalecer capacidades científicas locais, ampliar o intercâmbio de pesquisadores e promover respostas conjuntas a desafios globais de saúde pública. Autoridades e cientistas envolvidos destacam que a institucionalização dessa coope-

---

17 Governo do Brasil. China e Brasil firmam acordo para criação de centro de pesquisa de vacinas. 17/04/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acompanhe-a-secom/noticias/2023/04/china-e-brasil-firmam-acordo-para-criacao-de-centro-de-pesquisa-de-vacinas>

18 Cardoso R. Fiocruz e instituto chinês assinam acordo de cooperação científica: Rio e Pequim terão centro de pesquisas de doenças infecciosas. Agência Brasil. 12/04/2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-04/fiocruz-e-instituto-chines-assinam-acordo-de-cooperacao-cientifica>

19 Blower AP. Laboratório conjunto China-Brasil em doenças infecciosas é inaugurado em Pequim. Fiocruz. 02/01/2026. Disponível em: <https://fiocruz.br/noticia/2026/01/laboratorio-conjunto-china-brasil-em-doencas-infecciosas-e-inaugurado-em-pequim>

20 Xinhua. China deepens, expands intl sci-tech cooperation: minister. China Daily. 19/09/2025. Disponível em: <https://global.chinadaily.com.cn/a/202509/19/WS68ccb29fa3108622abca1a7e.html>

ração representa não apenas um avanço bilateral, mas também uma contribuição estratégica para a governança global da saúde e para a produção de conhecimento científico voltado às necessidades do Sul Global.

## China em apoio à OMS

A 22 de Janeiro de 2026, os Estados Unidos da América (EUA) concluíram formalmente a saída da Organização Mundial de Saúde (OMS), encerrando cerca de 78 anos de pertença e deixando, segundo várias fontes citadas na imprensa, um passivo financeiro significativo em contribuições em atraso (na ordem das centenas de milhões de dólares).<sup>21</sup> A OMS respondeu com uma formulação incomum na diplomacia institucional: lamentou a decisão e sublinhou que ela torna “os EUA e o mundo menos seguros”, remetendo o tema para órgãos de governança interna (Conselho Executivo a partir de 2 de fevereiro e Assembleia Mundial da Saúde em maio de 2026).<sup>22</sup>

A posição do Diretor-Geral da OMS, Tedros Adhanom, classifica como falsos os motivos invocados por Washington e insiste que a decisão torna o mundo “menos seguro”<sup>23</sup>, remetendo para uma ideia de que a saída dos EUA é um ato de irresponsabilidade e um exemplo de unilateralismo que ameaça bens públicos globais e, em última instância, a saúde global.

A forma como o governo chinês e a imprensa se posicionam perante esta saída é politicamente densa. A China procura projetar para o exterior a ideia de que a saída americana confirma uma trajetória mais ampla de recuo de Washington face a mecanismos multilaterais, frequentemente associados à lógica de “*America First*”. A decisão é inserida num padrão de afastamentos e retrações dos EUA que sugerem preferência por ação transacional e bilateral. Assim, Pequim mantém a defesa do multilateralismo num momento em que os EUA parecem confortáveis em operar fora (ou acima) de instituições comuns<sup>24</sup>. Mesmo fora do ecossistema mediático chinês, há análises que reconhecem que este tipo de recuo tende a reconfigurar influência em organismos internacionais, abrindo espaço para outros polos assumirem protagonismo, não necessariamente por virtude, mas por oportunidade, até porque os EUA continuavam a ser o maior dador da OMS apesar dos aumentos das contribuições de doadores não-tradicionais nos últimos anos<sup>25</sup>, como mostra o gráfico abaixo<sup>26</sup>.

---

21 Xinhua. U.S. quits WHO, leaving \$278 million unpaid bill. Xinhua [Internet]. 2026 Jan 21 [cited 2026 Feb 9]. Available from: <https://english.news.cn/20260122/91e6fb1fd8494047bca6ab7ad19e904e/c.html>

22 World Health Organization. WHO statement on notification of withdrawal of the United States. 2026 Jan 24 [cited 2026 Feb 9]. Available from: <https://www.who.int/news/item/24-01-2026-who-statement-on-notification-of-withdrawal-of-the-united-states>

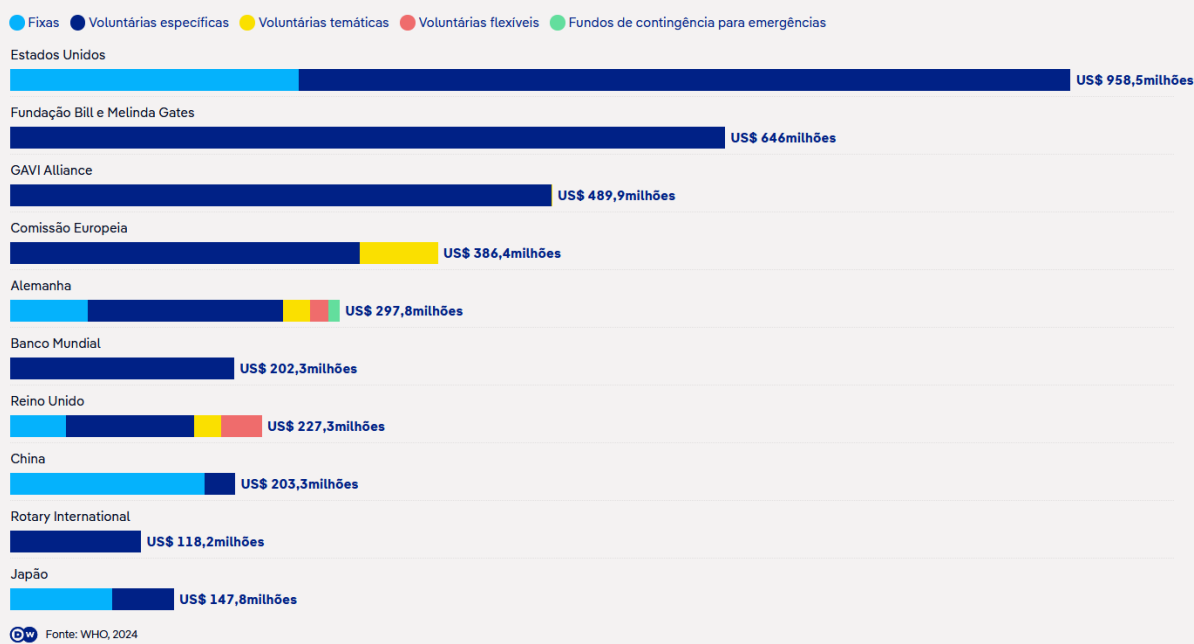
23 Xinhua. WHO chief says U.S. reasons for withdrawal “untrue”. 2026 Jan 24 [cited 2026 Feb 9]. Available from: <https://english.news.cn/20260126/c0522a2989974679830020bf87701c1b/c.html>

24 ChinaDaily. Unilateralism not the solution to global challenges and won't make US great again: China Daily editorial. 2026 Jan 22 [cited 2026 Feb 9]. Available from: <https://www.chinadaily.com.cn/a/202601/22/WS697217b4a310d6866eb353a1.html>

25 Observatório da China. China não reduzirá seus esforços na promoção da cooperação internacional. <https://www.observatoriodachina.org/pt/article/china-nao-reduzira-seus-esforcos-na-promocao-da-cooperacao-internacional>

26 Deutsche Welle. Retirada dos EUA da OMS seria “gol contra” de Trum. 2026 Jan 15. [cited 2026 Feb 9]. Available from: <https://www.dw.com/pt-br/retirada-dos-eua-da-oms-seria-gol-contra-de-trump/a-71293086>

Mais de 70% do orçamento da OMS vem de contribuições voluntárias. A maioria delas já tem instruções sobre onde aplicar o dinheiro. Em geral, os EUA são responsáveis por cerca de 15% das verbas anuais da OMS. A Fundação Gates cobre em torno de 10% do total.



Fonte: Retirado de Deutsche Welle com base em dados da OMS

Os efeitos percebidos pela comunidade internacional - sobretudo nos países do Sul Global - tendem a ser menos ideológicos e mais materiais: quando um grande financiador sai (e sai com atrasos), cresce o risco de descontinuidade em programas, fragilização de sistemas de alerta e maior desigualdade no acesso a coordenação e recursos internacionais. É difícil negar que uma OMS financeiramente pressionada produz custos assimétricos, e que esses custos recaem com maior peso sobre países com menor margem orçamental e maior dependência de cooperação multilateral em saúde pública.

Aqui a grande questão será: quem ganha quando um fórum comum (com uma missão tão relevante como a da OMS) enfraquece, sobretudo, quem paga quando ele falha?

## Implementação da Lei de Administração de Medicamentos da República Popular da China

A China publicou, a 27 de janeiro de 2026, uma revisão abrangente “Drug Administration Law Implementing Regulations”, por decreto do Conselho de Estado assinado pelo primeiro-ministro Li Qiang. Segundo informação oficial, o texto revisto é composto por nove capítulos e 89 artigos e entra em vigor a 15 de maio de 2026. A revisão é apresentada como parte de um esforço para impulsionar a inovação farmacêutica, reforçar a supervisão ao longo de todo o ciclo de vida do medicamento e apertar o controle sobre a venda online, ao mesmo tempo que procura consolidar reformas regulatórias introduzidas na última década<sup>27</sup>.

Do ponto de vista político-regulatório, o pacote tem um duplo objetivo: por um lado, elevar padrões de segurança e *compliance* (com mais exigências de rastreabilidade, inspeção e responsa-

27 Xinhuanet. Autorizado a emitir o Regulamento sobre a Implementação da Lei de Administração de Medicamentos da República Popular da China. 2026 Jan 27. [cited 2026 Feb 9]. Available from: <https://www.news.cn/politics/leaders/20260127/1d10185de5ab450bb45fe0fd84ab620f/c.html>

bilização); por outro, reduzir fricções no acesso ao mercado para produtos inovadores, através de mecanismos de avaliação e aprovação mais calibrados para diferentes necessidades clínicas. O próprio regulador chinês, a National Medical Product Administration (NMPA), enquadra o movimento como uma tentativa de reforçar “controle de ciclo de vida” e, em simultâneo, aprofundar reformas que favoreçam I&D e inovação, com reforço de fiscalização e de “linha vermelha” em segurança<sup>28</sup>.

Um dos eixos mais enfatizados nas leituras setoriais é a inovação orientada para valor clínico, com instrumentos que procuram equilibrar incentivos e obrigações. Várias análises destacam que a revisão consolida mecanismos de proteção de dados regulatórios (por exemplo, proteção para dados não divulgados e estudos clínicos, em certos casos até cerca de seis anos a partir do registo) e introduz ou clarifica regimes de exclusividade de mercado para segmentos específicos, como medicamentos pediátricos e para doenças raras. Este desenho aponta para uma lógica regulatória cada vez mais comum: o Estado oferece vantagens de proteção temporal e previsibilidade regulatória, mas exige contrapartidas explícitas de disponibilidade e responsabilidade pós-comercialização<sup>29</sup>.

No capítulo da distribuição e uso, ganha destaque o reforço do enquadramento para venda online de medicamentos e o aumento de obrigações para plataformas de terceiros envolvidas em comércio eletrônico farmacêutico. O objetivo declarado é responder ao crescimento do canal digital sem permitir que a conveniência de mercado diminua padrões de segurança, autenticidade e farmacovigilância<sup>30</sup>.

No conjunto, a revisão de 2026 pode ser lida como uma tentativa de consolidar um modelo regulatório “de segunda geração”, mais compatível com inovação (inclusive importada), mais sofisticado em propriedade de dados e incentivos, mas também mais exigente em transparência e em supervisão contínua pós-mercado. Para empresas e operadores, isto tende a significar duas coisas ao mesmo tempo: oportunidades (acesso ao mercado e vias aceleradas mais claras) e custos de conformidade mais elevados (particularmente em controlo de qualidade, governação de terceiros, plataformas online, entre outros).

## Socioeconômico

### O 15º Plano e as “Duas Sessões” em março de 2026

O Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacional (APN) deliberou em 27 de dezembro de 2025 pela submissão formal do esboço do 15º Plano Quinquenal à apreciação da quarta sessão anual da 14ª APN, a ser realizada em março de 2026<sup>31</sup>. A 4ª Sessão da 14ª APN, com abertura confirmada para 5 de março, será onde o esboço do 15º Plano Quinquenal, previamente aprovado pelo Comitê Permanente, será finalizado, transformando as diretrizes do Partido em lei estatal, a serem reguladas em diretrizes setoriais.

---

28 *Ibidem*

29 *Ibidem*

30 *Ibidem*

31 Xinhua. China's top legislature to review draft 15th Five-Year Plan in March annual session. Xinhua [Internet]. 2025 Dec 27 [cited 2026 Feb 9]. Available from: [https://english.www.gov.cn/news/202512/27/content\\_WS694f3871c6d00ca5f9a084a9.html](https://english.www.gov.cn/news/202512/27/content_WS694f3871c6d00ca5f9a084a9.html)

Foi feita convocação da mídia nacional e internacional para o cronograma definitivo para as “Duas Sessões” de 2026, o evento central do calendário político chinês<sup>32</sup>. Os Gabinetes Gerais do Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacional (APN) e do Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC) estabeleceram o início dos trabalhos para 4 de março (CCPPC) e 5 de março (APN), com a abertura de um centro de mídia em 27 de fevereiro para facilitar a cobertura presencial.

O dossiê bimensal<sup>33</sup> do Comitê Central do Partido Comunista da China expôs o itinerário institucional e político de elaboração das “Recomendações” para o 15º Plano Quinquenal, que envolve a liderança do Partido e mecanismos de consulta ampliada, operacionalizando o conceito de “democracia popular em todo o processo”. A estruturação do plano iniciou-se sob a premissa do “design de topo” (top-level design). A diretriz inicial foi estabelecida pelo Secretário-Geral Xi Jinping já na terceira sessão plenária do 20º Comitê Central, em julho de 2024, onde foram delineados os requisitos preliminares para o planejamento, conforme citado em cadernos anteriores.

A institucionalização do processo ocorreu em janeiro de 2025, quando o Bureau Político passou a construir formalmente um grupo de redação, liderado por Xi Jinping. O marco operacional dessa fase foi a primeira reunião plenária do grupo de redação, presidida pelo Secretário-Geral em 11 de fevereiro de 2025. Nesta ocasião, foram definidos os parâmetros teóricos, as implicações estratégicas e as questões-chave que exigem investigação aprofundada. Paralelamente à estruturação do comando, o Comitê Central ativou mecanismos de pesquisa de campo para subsidiar as decisões com dados concretos. Em 22 de janeiro de 2025, foi emitido o “Aviso sobre Solicitação de Opiniões”, visando recolher perspectivas tanto de quadros do Partido quanto de personalidades não-partidárias.

Entre 20 de maio e 20 de junho de 2025, o processo incorporou uma dimensão de democracia deliberativa digital. Através de plataformas oficiais como o People’s Daily, Agência de Notícias Xinhua e a plataforma xuexi.cn, foi aberta uma consulta pública massiva. Este esforço resultou na coleta de mais de 3,11 milhões de sugestões online oriundas de diversos setores da sociedade. Após uma triagem técnica, essas contribuições foram condensadas em mais de 1.500 sugestões substantivas. A fase de convergência do texto iniciou-se em 4 de agosto de 2025, quando o Comitê Central distribuiu um projeto preliminar solicitando insumos de todas as regiões e departamentos ministeriais. Esta etapa gerou 2.112 sugestões adicionais.

No âmbito econômico, o imperativo é a transição definitiva para o “desenvolvimento de alta qualidade”. O plano reconhece gargalos estruturais, notadamente a defasagem na capacidade de inovação original e a vulnerabilidade em tecnologias principais frente às potências avançadas - como inteligência artificial. A meta quantitativa subjacente é elevar o PIB per capita da China ao nível de um “país desenvolvido de nível médio” até 2035.

A estratégia de “dupla circulação” (*dual circulation*) é reforçada, já presente no 14 Plano, com ênfase na robustez da economia doméstica. O objetivo é cultivar um mercado nacional unificado

---

32 Xinhua. China invites journalists to cover annual ‘two sessions’. Xinhua [Internet]. 2026 Jan 27 [cited 2026 Feb 9]. Available from: [https://english.www.gov.cn/news/202601/27/content\\_WS697859fdc6d00ca5f9a08c66.html](https://english.www.gov.cn/news/202601/27/content_WS697859fdc6d00ca5f9a08c66.html)

33 Qiushi Editorial Department. Understanding the Major Points and Requirements of the Recommendations for Formulating the 15th Five-Year Plan for National Economic and Social Development. English Edition of Qiushi Journal [Internet]. 2026 Jan 30 [cited 2026 Feb 9]. Available from: [https://en.qstheory.cn/2026-01/30/c\\_1157339.htm](https://en.qstheory.cn/2026-01/30/c_1157339.htm)

e potente, capaz de sustentar o crescimento através da demanda interna, reduzindo a exposição a choques externos decorrentes do unilateralismo e protecionismo global. Simultaneamente, busca-se a reforma na alocação de fatores de produção orientada pelo mercado para estimular a vitalidade das entidades econômicas.

Na dimensão social, o plano reitera o compromisso com a “prosperidade comum” como requisito essencial da modernização chinesa. Apesar dos avanços registrados — com a renda disponível per capita atingindo 41.314 yuans e a expectativa de vida chegando aos 79 anos — o documento admite a persistência de desafios distributivos e disparidades regionais e urbano-rurais significativas. As diretrizes propõem medidas concretas para o bem-estar público, abrangendo emprego de alta qualidade, seguridade social, habitação e cuidados com idosos e crianças. A revitalização rural e o desenvolvimento regional coordenado são apontados como vetores para reduzir a desigualdade de renda, visando proporcionar um “sentido de ganho” mais duradouro à população.

Uma mudança relevante do 15º Plano é a elevação da segurança nacional ao patamar de pré-condição para o desenvolvimento. O texto explicita que o ambiente externo se tornou mais complexo, exigindo a modernização do sistema e da capacidade de segurança nacional, bem como das forças armadas, visando atingir as metas do centenário do Exército de Libertação Popular em 2027 - essencialmente, a construção de forças armadas de classe mundial capaz de travar e vencer guerras. A coordenação entre estratégias nacionais integradas é vista como vital para blindar o processo de modernização contra turbulências geopolíticas.

A execução do plano pressupõe a liderança centralizada e unificada do PCC, descrita como a “garantia fundamental” para o sucesso da empreitada. É enfatizada a necessidade de alinhamento de planos setoriais e locais às diretrizes centrais, combatendo o “departamentalismo” e o protecionismo local. A mobilização da sociedade e o aprimoramento dos mecanismos de monitoramento e avaliação são apontados como meios de efetivar a estratégia.

## **Aprofundamentos estratégicos da “China Digital”**

Conforme reportado pela Xinhua, por Liu Liehong, chefe da Administração Nacional de Dados, o 15º Plano Quinquenal (2026-2030) institucionalizará um aprofundamento estratégico do desenvolvimento da “China Digital”<sup>34</sup>. O planejamento estatal projeta uma transformação sistêmica e inteligente que permeia todos os setores econômicos e sociais, visando reforçar a vantagem competitiva da nação na arena global através de avanços tecnológicos e atualizações industriais estruturais.

Sob uma perspectiva teórica, o plano consolida o status do dado como um “fator de produção” crítico, para catalisar o desenvolvimento das chamadas “novas forças produtivas de qualidade”. Em 2024, a indústria de dados da China atingiu a escala de 5,86 trilhões de yuans (aproximadamente 832,48 bilhões de dólares), sustentada por um ecossistema de mais de 400.000 empresas.

A estratégia de desenvolvimento fundamenta-se na exploração das vantagens comparativas nacionais, como recursos de dados abundantes, infraestrutura avançada e cenários de aplicação massivos, para acelerar a integração entre a economia real e a economia digital. Este movimento busca, simultaneamente, a modernização tecnológica das indústrias tradicionais e o cultivo de setores emergentes e futuros como novos motores de acumulação e crescimento.

---

34 Xinhua. China to further propel its digital push over next 5 years. Xinhua [Internet]. 2025 Dec 25 [cited 2026 Feb 9]. Available from: [https://english.www.gov.cn/news/202512/25/content\\_WS694d366ec6d-00ca5f9a08468.html](https://english.www.gov.cn/news/202512/25/content_WS694d366ec6d-00ca5f9a08468.html)

Na esfera da reprodução social, a digitalização é mobilizada para atender à demanda pública por uma “vida de alta qualidade”. O plano prevê a expansão do acesso a serviços públicos digitais, integrando tecnologias inteligentes em áreas voltadas para o bem-estar social, como educação, saúde, habitação e cuidados com idosos.

No âmbito da governança econômica, o Estado compromete-se a aprofundar as reformas na alocação de mercado dos dados como fator de produção. Isso implica o refinamento do quadro institucional que rege a atribuição de direitos de propriedade de dados, as transações de mercado e a distribuição de benefícios, assegurando a proteção de direitos. Adicionalmente, o documento sinaliza uma orientação para a colaboração internacional, buscando abordagens inovadoras para regular o fluxo transfronteiriço de dados.

## Expurgos no Exército Popular

A análise do editorial do People’s Liberation Army Daily, de 31 de janeiro de 2026<sup>35</sup>, aponta o afastamento dos generais Zhang Youxia e Liu Zhenli como procedimento jurídico que expõe uma “auto-revolução” política e refundação institucional do Exército de Libertação Popular (PLA). A destituição das lideranças militares é descrita como uma “têmpera especial”, análoga à remoção de impurezas na fabricação do aço, destinada a “re-fortalecer e re-purificar” a corporação.

O documento enfatiza erradicar as bases sociopolíticas da corrupção, declarando a inexistência de zonas proibidas na investigação. A queda de patentes elevadas serve para demonstrar, portanto, que a posição hierárquica não deve conferir imunidade. O PLA Daily afirma que o PLA deve enfrentar “dificuldades e dores de curto prazo”. Há um reconhecimento de que as demissões geram fricção interna, com investigações ainda em andamento. A lógica apresentada é a de que a capacidade de combate e a modernização da defesa nacional dependem da renovação política no exército.

## China Lança o Primeiro Software de Cronometragem para a Lua

Em janeiro de 2026, cientistas chineses anunciaram oficialmente o desenvolvimento do **Lunar Time Ephemeris 440 (LTE440)**, descrito como o primeiro software de cronometragem especificamente projetado para a Lua. O sistema foi desenvolvido pelo **Purple Mountain Observatory (PMO)**, instituição vinculada à **Academia Chinesa de Ciências**, com sede em Nanjing, e foi apresentado como um produto numérico operacional destinado a resolver problemas reais de sincronização temporal entre a Terra e a Lua<sup>36</sup>. O avanço responde a um desafio central da física relativística aplicada à engenharia espacial moderna: o tempo não flui da mesma maneira em ambientes com diferentes intensidades gravitacionais.

A teoria da relatividade geral de Einstein estabelece que o tempo passa mais lentamente em regiões de maior gravidade e mais rapidamente em regiões onde o campo gravitacional é mais fraco. No caso da Lua, cuja gravidade é significativamente inferior à terrestre, isso implica que

---

35 People’s Liberation Army Daily. Strengthen the belief and confidence that the fight against corruption will win and the army will be strengthened. People’s Liberation Army Daily [Internet]. 2026 Jan 31 [cited 2026 Feb 9]. Available from: [http://www.81.cn/szb\\_223187/szbxq/index.html?paperName=jfjb&paperDate=2026-01-31&paperNumber=01&articleid=972129](http://www.81.cn/szb_223187/szbxq/index.html?paperName=jfjb&paperDate=2026-01-31&paperNumber=01&articleid=972129)

36 South China Morning Post. China unveils world’s first timekeeping software for the moon, where clocks tick faster. 2026 Jan 13. [cited 2026 Feb 8]. Available from: <https://www.scmp.com/news/china/science/article/3339111/china-unveils-worlds-first-timekeeping-software-moon-where-clocks-ticks-faster>

um relógio operando em sua superfície adianta aproximadamente 56 microssegundos por dia terrestre em comparação com um relógio idêntico na Terra<sup>37</sup>. Embora essa diferença seja irrelevante para a experiência humana cotidiana, ela pode gerar erros acumulativos relevantes em contextos de alta precisão, como navegação espacial, sincronização de comunicações e coordenação de sistemas automatizados.

Segundo a comunicação institucional do Purple Mountain Observatory, o LTE440 foi concebido como um **produto pronto para uso**, indo além de modelos teóricos ou simulações experimentais. O software integra, em um único sistema computacional, os efeitos combinados da gravidade lunar reduzida, do movimento orbital da Lua e das influências gravitacionais de outros corpos celestes, como o Sol, permitindo a conversão direta e precisa entre o tempo lunar e o tempo terrestre<sup>38</sup>. Essa abordagem elimina a necessidade de correções manuais complexas, historicamente utilizadas em missões lunares anteriores.

A necessidade de um sistema dedicado de cronometragem lunar tornou-se mais evidente à medida que os programas espaciais passaram a planejar atividades contínuas e coordenadas no entorno e na superfície da Lua. Enquanto as missões lunares do século XX eram raras e de curta duração, operações futuras — incluindo pousos robóticos frequentes, sondas orbitais permanentes e planos para bases científicas ou habitáveis — exigem uma referência temporal própria, capaz de manter a coerência entre diferentes sistemas e plataformas<sup>39</sup>. A ausência dessa sincronização pode comprometer sistemas dependentes de marcações temporais, como rastreamento de trajetórias e transmissão de dados críticos.

De acordo com os pesquisadores do PMO, o método empregado no LTE440 mantém sua precisão dentro de algumas dezenas de nanossegundos mesmo quando projetado para um **horizonte temporal de até 1.000 anos**, evidenciando seu potencial de aplicação a longo prazo<sup>40</sup>. Essa elevada precisão resulta da modelagem conjunta da dinâmica gravitacional Terra–Lua–Sol e do uso de efemérides planetárias de alta resolução, desenvolvidas no âmbito da pesquisa astronômica chinesa, conforme destacado também pela imprensa científica internacional<sup>41</sup>.

Em termos operacionais, a introdução do LTE440 permite que engenheiros e equipes de missão comparem o tempo lunar e o tempo terrestre em um único passo automatizado, sem recorrer a ajustes empíricos baseados em medições pontuais, como ocorria em missões anteriores. Esse

---

37 Pakistan Point News. China unveils world's first timekeeping software for the moon. 2026 Jan 14. [cited 2026 Feb 6]. Available from: <https://www.pakistanpoint.com/en/story/2118728/china-unveils-worlds-first-time-keeping-software-for.html>

38 Purple Mountain Observatory. 紫金山天文台发布月球时间历表产品LTE440. 2025 Dec 21. 中国科学院紫金山天文台. [cited 2026 Feb 1]. Available from: [https://pmo.cas.cn/xwdt2019/kviz2019/202512/t20251221\\_8030692.html](https://pmo.cas.cn/xwdt2019/kviz2019/202512/t20251221_8030692.html)

39 Business Standard. China develops lunar timekeeping software as clocks tick faster on the moon. 2026 Jan 12. [cited 2026 Feb 4]. Available from: [https://www.business-standard.com/world-news/china-lunar-time-keeping-software-moon-navigation-gravity-time-difference-126011200588\\_1.html](https://www.business-standard.com/world-news/china-lunar-time-keeping-software-moon-navigation-gravity-time-difference-126011200588_1.html)

40 Purple Mountain Observatory. 紫金山天文台发布月球时间历表产品LTE440. 2025 Dec 21. 中国科学院紫金山天文台. [cited 2026 Feb 2]. Available from: [https://pmo.cas.cn/xwdt2019/kviz2019/202512/t20251221\\_8030692.html](https://pmo.cas.cn/xwdt2019/kviz2019/202512/t20251221_8030692.html)

41 Live Science. Chinese scientists unveil reliable lunar clock that accounts for Einstein's relativity. 2026 Jan 14. [cited 2026 Feb 4]. Available from: <https://www.livescience.com/space/chinese-scientists-unveil-reliable-lunar-clock-that-accounts-for-einsteins-relativity>

avanço amplia significativamente a viabilidade de sistemas de posicionamento e navegação lunar inspirados nos princípios do GPS terrestre, mas adaptados às condições relativísticas específicas do ambiente lunar<sup>42</sup>.

O lançamento do LTE440 ocorre em paralelo a discussões internacionais sobre a criação de um **sistema de tempo lunar coordenado**. Diversas agências espaciais e organismos científicos já reconheceram que a intensificação das atividades lunares torna cada vez mais impraticável a dependência exclusiva do tempo terrestre para missões complexas<sup>43</sup>. Nesse contexto, o produto desenvolvido pelo Purple Mountain Observatory posiciona a China como um ator central na construção das futuras infraestruturas temporais do espaço cislunar, ao lado de iniciativas lideradas por outras potências espaciais.

Embora o LTE440 represente um avanço tecnológico significativo, os próprios pesquisadores envolvidos reconhecem que o sistema deverá ser expandido no futuro para suportar aplicações mais complexas, como navegação em tempo real e redes distribuídas de relógios lunares instalados tanto na superfície quanto na órbita da Lua. Essas capacidades serão essenciais à medida que as missões lunares se tornarem mais sofisticadas, interdependentes e permanentes<sup>44</sup>.

Além de seu valor técnico, o desenvolvimento do LTE440 possui também um significado simbólico no contexto da chamada **nova corrida lunar do século XXI**, na qual potências espaciais competem e colaboram simultaneamente para estabelecer presença científica, tecnológica e estratégica no satélite natural da Terra<sup>45</sup>. A criação de uma referência temporal própria para a Lua evidencia como princípios fundamentais da física relativística se transformam em infraestruturas críticas para a exploração espacial contemporânea.

---

42 Ibidem.

43 Business Standard. China develops lunar timekeeping software as clocks tick faster on the moon. 2026 Jan 12. [cited 2026 Feb 4]. Available from: [https://www.business-standard.com/world-news/china-lunar-time-keeping-software-moon-navigation-gravity-time-difference-126011200588\\_1.html](https://www.business-standard.com/world-news/china-lunar-time-keeping-software-moon-navigation-gravity-time-difference-126011200588_1.html)

44 Pakistan Point News. China unveils world's first timekeeping software for the moon. 2026 Jan 14. [cited 2026 Feb 6]. Available from: <https://www.pakistanpoint.com/en/story/2118728/china-unveils-worlds-first-time-keeping-software-for.html>

45 Purple Mountain Observatory. 紫金山天文台发布月球时间历表产品LTE440. 2025 Dec 21. 中国科学院紫金山天文台. [cited 2026 Feb 2]. Available from: [https://pmo.cas.cn/xwdt2019/kvjz2019/202512/t20251221\\_8030692.html](https://pmo.cas.cn/xwdt2019/kvjz2019/202512/t20251221_8030692.html)

---

# Mudanças no Sistema de Saúde dos Estados Unidos

*Luiz Augusto Galvão*

**Resumo:** Este artigo analisa os principais desenvolvimentos em saúde e saúde global nos Estados Unidos entre dezembro de 2025 e fevereiro de 2026. Os temas centrais incluem: a implementação da “One Big Beautiful Bill Act” (OBBBA) e suas mudanças no financiamento do Medicaid; alterações nos subsídios do Affordable Care Act (ACA) em 1º de janeiro de 2026; a ressurgência do sarampo, com 588 casos confirmados em janeiro de 2026; surtos relacionados à Disneylândia na Califórnia e em South Carolina; e as respostas em nível estadual, particularmente da Califórnia. A análise baseia-se em fontes como [KFF \(Kaiser Family Foundation\)](#), [Health Affairs](#), [American Journal of Public Health \(AJPH\)](#), [Global Health Now da Johns Hopkins](#), e publicações de órgãos governamentais federais e estaduais. Este período representa um momento de transição na política de saúde americana, com implicações para milhões de pessoas.

**Palavras-chave:** Política de saúde; Estados Unidos; Affordable Care Act; Medicaid; sarampo; saúde pública

**Abstract:** *This article analyzes key developments in health and global health in the United States during December 2025 to February 2026. Central themes include: implementation of the “One Big Beautiful Bill Act” (OBBBA) and its changes to Medicaid financing; modifications to Affordable Care Act (ACA) subsidies on January 1, 2026; measles resurgence with 588 confirmed cases in January 2026; outbreaks related to Disneyland in California and in South Carolina; and state-level responses, particularly from California. The analysis draws on sources including [KFF \(Kaiser Family Foundation\)](#), [Health Affairs](#), [American Journal of Public Health \(AJPH\)](#), [Johns Hopkins Global Health Now](#), and federal and state government publications. This period represents a transition moment in American health policy, with implications for millions of people.*

**Keywords:** Health policy; United States; Affordable Care Act; Medicaid; measles; public health

## 1. Introdução

Os Estados Unidos passaram por um período de mudanças significativas em seu sistema de saúde entre dezembro de 2025 e fevereiro de 2026. Este momento foi caracterizado pela convergência de múltiplos eventos: a implementação inicial da lei orçamentária “One Big Beautiful Bill Act” (OBBBA) assinada em julho de 2025, com mudanças no financiamento do Medicaid; alterações nos créditos tributários do Affordable Care Act em 1º de janeiro de 2026; e uma ressurgência do sarampo.

Segundo análise da [STAT News](#), publicada em [dezembro de 2025](#), o cuidado de saúde figurou de forma prominente em 2025 e continuará relevante em 2026. O período estudado oferece oportunidade para examinar como mudanças nas políticas federais e estaduais afetam a estrutura do sistema de saúde americano.

Este artigo examina sistematicamente os principais desenvolvimentos deste período, utilizando análises de organizações especializadas em política de saúde, publicações acadêmicas e fontes governamentais.

## 2. A “One Big Beautiful Bill Act” e Mudanças no Medicaid

### 2.1 Contexto e Implementação

A “[One Big Beautiful Bill Act](#)” (OBBBA), formalmente H.R. 1, foi convertida em lei em 4 de julho de 2025. Segundo a análise da [American Medical Association \(AMA\)](#), a legislação altera o financiamento de programas federais de saúde. O [Congressional Budget Office \(CBO\)](#) estima que mudanças na elegibilidade e no financiamento resultarão em alterações na cobertura de saúde ao longo da próxima década.

A lei introduz modificações em programas de saúde que totalizam mudanças significativas ao longo de 10 anos, incluindo ajustes no Medicaid e no Children’s Health Insurance Program (CHIP), além de alterações no SNAP (Supplemental Nutrition Assistance Program).

### 2.2 Mudanças que entraram em vigor em janeiro de 2026

Várias provisões da OBBBA entraram em vigor em 1º de janeiro de 2026:

**Modificação de Incentivos à Expansão do Medicaid:** A lei [alterou o Federal Medical Assistance Percentage \(FMAP\)](#) que havia incentivado estados a expandir o Medicaid sob o Affordable Care Act. Esta contrapartida federal, que cobria 90% dos custos de expansão, foi um elemento importante na expansão de cobertura para adultos de baixa renda em vários estados.

**Alterações em Subsídios para Imigrantes:** A OBBBA [modificou provisões](#) relacionadas à elegibilidade de subsídios para imigrantes legalmente presentes durante seus primeiros cinco anos nos EUA. Estimativas indicam que aproximadamente 300.000 pessoas serão afetadas por estas mudanças.

**Novos Requisitos de Créditos Tributários:** A lei [alterou limites](#) relacionados ao pagamento de créditos tributários para inscritos em planos do marketplace.

## 2.3 Implementação Futura

[Requisitos adicionais](#) estão programados para entrar em vigor em 2027, incluindo requisitos de participação em atividades comunitárias para beneficiários da expansão do Medicaid (80 horas por mês através de emprego, treinamento, ou atividades voluntárias), com isenções disponíveis para situações específicas.

A partir de dezembro de 2026, [estados deverão conduzir](#) verificações de elegibilidade para pessoas cobertas sob a expansão do Medicaid a cada 6 meses, uma mudança em relação aos 12 meses anteriormente exigidos.

## 3. Alterações nos Subsídios do ACA

### 3.1 A Modificação em 1º de Janeiro de 2026

Em 31 de dezembro de 2025, expiraram os [créditos tributários de prêmio ampliados](#) do Affordable Care Act, que desde 2021 auxiliaram americanos a pagar seguros nos marketplaces do ACA. Segundo análise da [KFF](#), aproximadamente 24 milhões de americanos foram afetados por alterações nos valores de prêmios a partir de 1º de janeiro de 2026.

Segundo reportagem do [U.S. News](#) publicada em 1º de janeiro de 2026, estas mudanças remodelam aspectos da cobertura e custos de saúde no novo ano.

### 3.2 Impactos sobre Famílias

A [NPR](#) publicou em 26 de dezembro de 2025 reportagens sobre como famílias estão navegando as decisões de seguro. Uma professora da Brown University School of Public Health observou o papel significativo que decisões sobre saúde desempenham no planejamento familiar.

Casos documentados incluem uma residente de Rhode Island cuja família teve que ajustar sua cobertura de saúde para um plano ACA com custo mensal próximo a US\$ 2.000, que aumentaria para quase US\$ 3.000 em 2026 sem subsídios.

Um casal de freelancers de Brooklyn enfrentou situação onde o custo de seu plano aumentou 75% em janeiro de 2026, para US\$ 801 por mês, após um dos cônjuges ser diagnosticado com condição renal que requer medicação regular.

### 3.3 Dados de Inscrição

Segundo [análise da KFF](#) publicada em fevereiro de 2026, os dados preliminares de inscrição do ACA Marketplace para 2026 mostram mudanças em padrões de inscrição comparados ao ano anterior. Os dados completos ainda não estão disponíveis devido aos períodos de carência para pagamento de prêmios.

Uma [pesquisa de rastreamento de saúde da KFF](#) realizada de 13 a 20 de janeiro de 2026 examinou percepções públicas sobre custos de cuidados de saúde e sua relevância para decisões eleitorais.

## 4. Ressurgência do Sarampo

### 4.1 Estatísticas Nacionais

Um desenvolvimento notável do período foi a ressurgência do sarampo nos Estados Unidos. Segundo dados do [CDC](#), até 30 de janeiro de 2026, foram confirmados 588 casos de sarampo nos EUA apenas em janeiro, representando o maior número para esse mês desde que os EUA alcançaram o status de eliminação em 2000.

Em 2025, foram registrados 2.267 casos – a maior contagem anual em mais de três décadas. Segundo o [San Francisco Chronicle](#), funcionários de saúde pública observam que 2026 apresenta desafios adicionais para o controle da doença.

### 4.2 O Surto Relacionado à Disneylândia

Em fevereiro de 2026, [múltiplos casos de sarampo na Califórnia](#) foram relacionados a visitas à Disneylândia. Segundo relatório publicado em 5 de fevereiro de 2026, quatro casos foram reportados no estado nos cinco dias anteriores, com três pessoas infectadas tendo visitado a Disneylândia em 28 de janeiro.

Um viajante internacional que chegou ao Aeroporto Internacional de Los Angeles foi identificado como um dos casos. A pessoa visitou o restaurante Goofy's Kitchen no Disneyland Hotel entre 10:30 e 13:30 em 28 de janeiro, seguido de visita aos parques Disneylândia e Disney California Adventure.

Estimativas da indústria sugerem que o parque tipicamente atrai cerca de 65.000 visitantes em um dia normal, com capacidade de aproximadamente 80.000 durante períodos de pico. A [Chief Medical Officer da Disney Experiences](#) confirmou notificação pela agência de saúde do condado em 31 de janeiro de 2026 sobre o caso.

### 4.3 O Surto em South Carolina

Um surto em [South Carolina](#) alcançou 876 casos desde outubro de 2025, superando o surto de 2025 no Texas que registrou 762 casos. O [Center for Infectious Diseases Research and Policy \(CIDRAP\)](#) indica que o surto está centrado no Condado de Spartanburg, onde o vírus se espalhou em escolas elementares e médias.

### 4.4 Status de Eliminação

Funcionários de saúde pública observam que os [EUA podem perder seu status de eliminação do sarampo](#). A Organização Pan-Americana de Saúde (PAHO) realizará uma reunião com funcionários dos EUA e México em abril para discutir o status de eliminação do sarampo e estratégias de controle de surtos.

### 4.5 Contexto de Vacinação

Segundo reportagem da [KFF Health News](#) de janeiro de 2026, há interesse renovado em compreender as diretrizes de imunização infantil. Funcionários de saúde pública enfatizam que prevenir surtos requer que pelo menos 95% de uma comunidade seja vacinada com duas doses da vacina contra sarampo, caxumba e rubéola. [Estudos](#) mostram que mesmo pequenos declínios na cobertura vacinal podem facilitar a disseminação do vírus.

## 5. Respostas Estaduais: O Caso da Califórnia

### 5.1 Orçamento da Califórnia

A Califórnia desenvolveu respostas às mudanças federais na política de saúde. Em 10 de janeiro de 2025, [o governador divulgou seu orçamento estadual](#) proposto para 2025-26. O novo orçamento manteve investimentos no Medi-Cal, com a alocação aumentando de \$174,6 bilhões em 2024-25 para \$188,1 bilhões em 2025-26.

### 5.2 Covered California e Subsídios Estaduais

Para 2026, [a Califórnia alocou \\$190 milhões](#) para conceder créditos tributários estaduais a indivíduos com renda até 165% do nível federal de pobreza. Este apoio visa manter os prêmios mensais em níveis comparáveis a 2025 para aqueles com renda anual de até \$23.475 para um indivíduo ou \$48.225 para uma família de quatro pessoas.

Com inscrição recorde em 2025, [1,9 milhão de californianos](#) se inscreveram para cobertura de 2026, o que representa um aumento de 3% em relação ao mesmo período do ano passado.

### 5.3 Comissão para o Futuro do Medi-Cal

Uma [comissão de 29 membros](#) foi estabelecida para elaborar recomendações sobre o futuro do Medi-Cal, que atende a 14 milhões de californianos. A comissão iniciou as reuniões em janeiro de 2025 e deve entregar recomendações no início de 2027.

## 6. Outras Questões de Saúde Pública

### 6.1 Extensão das Flexibilidades de Telemedicina

Em 2 de janeiro de 2026, [o HHS e a DEA anunciaram](#) uma quarta extensão temporária das flexibilidades de telemedicina que permitem prescrições para medicações controladas sem visita presencial prévia. A extensão vai de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2026.

Dados revisados por agências federais mostram que, apenas em 2024, mais de 7 milhões de prescrições de medicações controladas foram emitidas via telemedicina. Análises anteriores documentaram que expirações de políticas de telemedicina resultaram em quedas de 24% nas visitas após o término das flexibilidades de telehealth do Medicare em setembro de 2025.

### 6.2 Acesso a Cuidados para Gestantes

A [KFF Health News](#) publicou, em 3 de fevereiro de 2026, informações sobre opções para gestantes não seguradas. O artigo detalha que o Medicaid oferece cobertura para gestantes que atendem critérios de elegibilidade, com processos de aplicação que variam por estado.

### 6.3 Questões de Força de Trabalho em Saúde

Segundo reportagem da [MedPage Today](#) citada pela KFF Health News em fevereiro de 2026, questões relacionadas a vistos de trabalho H-1B continuam sendo discutidas no contexto da força de trabalho de saúde. Organizações médicas apresentaram solicitações para considerações específicas relacionadas a trabalhadores de saúde no programa de vistos.

## 6.4 Terapia Genética e Cobertura

Segundo a [KFF Health News Minute](#) de 29 de janeiro de 2026, uma terapia genética para anemia falciforme será coberta pelo Medicaid com modelo de pagamento baseado em resultados. Centros de saúde comunitários estão se preparando para atender população não segurada em expansão.

## 6.5 Centros de Parto

A [KFF Health News](#) reportou em 5 de janeiro de 2026 sobre tendências em centros de parto autônomos, observando desafios no acesso a cuidados de maternidade em algumas comunidades.

## 6.6 Questões Ambientais de Saúde

A [KFF Health News](#) publicou em 5 de fevereiro de 2026 uma investigação sobre contaminação por chumbo em playgrounds de New Orleans, identificando níveis elevados em metade dos locais examinados.

## 6.7 Saúde de Pessoas em Situação de Rua

A [KFF Health News](#) publicou em 4 de fevereiro de 2026 reportagem sobre desafios de saúde enfrentados por pessoas em situação de rua em Washington, D.C., observando que o frio extremo de janeiro destacou condições que esta população enfrenta.

## 7. Pesquisas e Evidências em Saúde

### 7.1 Vacinas e Benefícios para Idosos

A [KFF Health News](#) publicou em janeiro de 2026 artigo sobre evidências emergentes de que vacinas para adultos mais velhos podem oferecer benefícios adicionais além da proteção contra doenças específicas, incluindo possível redução de riscos cardiovasculares e cognitivos.

### 7.2 Medicamentos GLP-1 em Adultos Mais Velhos

Segundo reportagem da [KFF Health News](#) de janeiro de 2026, dados mostram que adultos mais velhos descontinuam medicamentos para perda de peso em taxas significativas. Alguns pacientes relatam que perda de peso pode ser acompanhada de perda muscular.

### 7.3 Avaliação de Profissionais de Saúde

A [KFF Health News](#) publicou em fevereiro de 2026 reportagem sobre programas de avaliação de competência para profissionais de saúde em envelhecimento, discutindo como instituições estão desenvolvendo protocolos para monitoramento de capacidades cognitivas.

### 7.4 Mofo em Residências

A [KFF Health News](#) reportou em janeiro de 2026 sobre questões de saúde relacionadas ao mofo residencial, observando que estimativas sugerem que 47% dos edifícios residenciais nos EUA podem conter mofo ou problemas de umidade.

## **8. Análise e Implicações**

### **8.1 Mudanças no Financiamento de Saúde**

O período de dezembro de 2025 a fevereiro de 2026 representa uma fase de transição na estrutura de financiamento do sistema de saúde americano. As modificações na OBBBA e nas políticas do ACA refletem ajustes em como o governo federal e estadual financiam programas de saúde.

### **8.2 Variação Estadual**

Estados como a Califórnia demonstram diferentes abordagens para responder a mudanças em políticas federais. Com população de quase 40 milhões e economia significativa, o estado desenvolveu estratégias específicas para manter acesso a cuidados de saúde.

### **8.3 Desafios de Doenças Infecciosas**

A ressurgência do sarampo ilustra desafios contínuos no controle de doenças infecciosas evitáveis por vacina. A situação sublinha a importância de manter altas taxas de cobertura vacinal para preservar proteção comunitária.

### **8.4 Acesso a Cuidados**

As mudanças em elegibilidade e custos para programas de saúde afetam diferentes populações de maneiras diversas. Adultos jovens, famílias de renda média e comunidades rurais enfrentam ajustes em como acessam e pagam por cuidados de saúde.

### **8.5 Papel da Telemedicina**

A extensão das flexibilidades de telemedicina reflete reconhecimento contínuo de seu papel na entrega de cuidados de saúde, particularmente para populações em áreas rurais ou com mobilidade limitada.

## **9. Perspectivas Futuras**

### **9.1 Implementação Continuada**

Várias provisões da OBBBA serão implementadas ao longo de 2026 e 2027, incluindo novos requisitos de elegibilidade e verificação para programas do Medicaid. Estados estão desenvolvendo planos de implementação para atender aos novos requisitos federais.

### **9.2 Monitoramento do Sarampo**

Agências de saúde pública continuam monitorando a situação do sarampo. A reunião da PAHO em abril de 2026 fornecerá avaliação adicional sobre o status de eliminação do sarampo nas Américas.

### **9.3 Desenvolvimento de Políticas Estaduais**

Estados continuam desenvolvendo suas próprias respostas às mudanças federais, com variação considerável em abordagens e recursos disponíveis.

## 9.4 Pesquisa em Saúde Pública

Estudos contínuos sobre eficácia de vacinas, benefícios de telemedicina, e outros aspectos de saúde pública continuarão informando políticas e práticas.

## 10. Conclusões

O período de dezembro de 2025 a fevereiro de 2026 representa uma fase de transição importante na política de saúde americana. As principais observações incluem:

- 1. Mudanças Estruturais no Financiamento:** A implementação da OBBBA introduz modificações significativas em como programas federais de saúde são financiados, com implicações para milhões de beneficiários.
- 2. Ajustes nos Subsídios do ACA:** A modificação dos créditos tributários ampliados resultou em aumentos nos custos de prêmios para muitas famílias que dependem dos marketplaces do ACA.
- 3. Ressurgência de Doença Evitável:** O aumento de casos de sarampo em 2026 destaca desafios contínuos no controle de doenças infecciosas evitáveis por vacina.
- 4. Diversidade de Respostas Estaduais:** Estados desenvolveram abordagens variadas para responder a mudanças em políticas federais, refletindo diferentes capacidades fiscais e prioridades.
- 5. Continuidade de Inovações:** A extensão de flexibilidades de telemedicina e desenvolvimento de novos modelos de pagamento para terapias genéticas demonstram evolução contínua na entrega de cuidados de saúde.
- 6. Importância da Cobertura Vacinal:** Os surtos de sarampo enfatizam a necessidade de manter altas taxas de vacinação para proteção comunitária.

Este período oferece oportunidades para avaliar como diferentes abordagens de financiamento e entrega de cuidados de saúde funcionam na prática. Estados que implementaram estratégias específicas, como a Califórnia com seus subsídios estaduais, fornecem modelos que podem informar futuras políticas.

O monitoramento contínuo de indicadores de saúde, incluindo taxas de cobertura de seguro, acesso a cuidados, e controle de doenças infecciosas, será essencial para compreender os impactos completos das mudanças implementadas durante este período. Pesquisas adicionais sobre eficácia de diferentes modelos de financiamento e entrega de cuidados contribuirão para o desenvolvimento de políticas baseadas em evidências.

A experiência deste período sublinha a complexidade do sistema de saúde americano e a importância de coordenação entre níveis federal, estadual e local de governo, bem como entre setores público e privado, na garantia de acesso a cuidados de saúde de qualidade para todas as populações.

## Referências

- American Medical Association. (2025). [Changes to Medicaid, the ACA and other key provisions of the One Big Beautiful Bill Act.](#)
- American Medical Association. (2025, December 10). [4 “Big, Beautiful Bill” changes that will reshape care in 2026.](#)
- American Psychological Association. (2025). [Update on Cuts to Medicaid Funding.](#)
- California Department of Public Health. (2026). [Measles Information and Updates.](#)
- Center for American Progress. (2025, August 5). [The Truth About the One Big Beautiful Bill Act’s Cuts to Medicaid and Medicare.](#)
- Center for Medicare Advocacy. (2025, July 24). [Impact of the “Big Bill” on Medicare.](#)
- Commonwealth Fund. (2025, June 23). [How Medicaid and SNAP Cutbacks Would Trigger Job Losses.](#)
- Covered California. (2025, December). [Health Insurance Options Before Dec. 31 Deadline.](#)
- Deadline. (2026, February 3). [Disneyland, Public Health Officials Respond To Measles Case.](#)
- Fox News. (2026, February 4). [Measles exposure flagged at LAX, Disneyland.](#)
- HealthInsurance.org. (2025, August 8). [One Big Beautiful Bill Act brings sweeping changes.](#)
- Kaiser Family Foundation. (2026, February). [ACA Marketplace Enrollment is Down in 2026.](#)
- Kaiser Family Foundation. (2026, February). [KFF Health Tracking Poll: Health Care Costs and the 2026 Midterms.](#)
- KFF Health News. (2026, January-February). [Multiple articles on health policy.](#)
- Northeastern University. (2026, February 5). [US may lose measles elimination status.](#)
- NPR. (2025, December 26). [Women seek affordable insurance for families.](#)
- San Diego County News Center. (2026, February 5). [County Urges Measles Vaccination.](#)
- San Francisco Chronicle. (2026, February 5). [California measles cases including Disneyland visit.](#)
- STAT News. (2025, December 30). [Three key health care policy issues to watch in 2026.](#)
- The Source on Healthcare. (2025). [Governor’s Healthcare Budget Proposal for 2025-26.](#)
- U.S. Department of Health and Human Services. (2026, January 2). [HHS & DEA Extend Telemedicine Flexibilities.](#)
- U.S. News. (2026, January 1). [6 Changes to National Health Policy to Watch in 2026.](#)
- Urban Institute. (2025, August 7). [Medicaid Cuts Leave Young Adults Vulnerable.](#)

---

# Governança para a saúde num mundo turbulento: introduzindo uma nova Comissão Lancet

Governance for health in a turbulent world:  
introducing a new Lancet Commission

Gobernanza para la salud en un mundo turbulento:  
introduciendo una nueva Comisión Lance

*Christina Marie Brux, Emma Joanna Lengle, Jashodhara Dasgupta, Rhoda K Wanyenze, Paulo Marchiori Buss, Eivind Engebretsen, Ana Mateus, Richard Horton, Ole Petter Ottersen*

Mais de uma década se passou desde que a Comissão Lancet-Universidade de Oslo sobre Governança Global em Saúde publicou seu relatório em 2014<sup>1</sup>. Naquela época, progressos em direção aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio haviam sido alcançados, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estavam a caminho e a saúde global estava avançando, embora em grande parte em domínios prioritários de segurança sanitária e substancialmente dependente de financiamento de países de alta renda e organizações filantrópicas<sup>2</sup>. Ancorada em um compromisso com a equidade em saúde e em uma compreensão da saúde como determinada significativamente por fatores e forças políticas além do setor da saúde, a Comissão de 2014 identificou cinco disfunções de governança que sustentam e exacerbam as desigualdades em saúde: déficit democrático, fraca responsabilização, rigidez institucional, ausência de instituições e espaço político inadequado para a saúde. Em suas recomendações, a Comissão de 2014 afirmou a equidade em saúde como um mandato intersetorial e incentivou uma cooperação mais eficaz entre as organizações de governança existentes e as partes interessadas, propondo uma plataforma multissetorial da ONU e um painel independente de monitoramento científico sobre os determinantes sociais e políticos da saúde<sup>1</sup>.

Em 2026, o discurso global sobre saúde continua evitando confrontar verdades difíceis sobre poder, soberania e interesses estratégicos. Ao mesmo tempo, assimetrias de poder e forças externas ao setor de saúde, especialmente rivalidades geopolíticas, agendas de segurança

---

1. Publicado originalmente online em The Lancet, em 20/01/2026. Acesso: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(26\)00145-5](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(26)00145-5). Tradução: Paulo Marchiori Buss, Fiocruz

2. Sustainable Health Unit, University of Oslo, Oslo, Norway (CMB, EE); Department of Global Health and Social Medicine, Harvard Medical School, Boston, MA, USA (EJL); Department of Community Medicine and Global Health, Institute of Health and Society, University of Oslo, Oslo, Norway (EJL); Village Buribana via Kasiyalekh, District Nainital, Uttarakhand, India (JD); Department of Disease Control and Environmental Health, School of Public Health, Makerere University, Mulago, Kampala, Uganda (RKW); Oswaldo Cruz Foundation, Center for Global Health, Rio de Janeiro, Brazil (PMB); The Lancet, London, UK (AM, RH); Department of Molecular Medicine, Institute of Basic Medical Sciences, University of Oslo, 0372 Oslo, Norway (OPO); Department of Global Public Health, Karolinska Institutet, Stockholm, Sweden (OPO)

nacional e interesses econômicos, moldam cada vez mais o cenário global da saúde e impedem uma governança eficaz para a saúde. Prevalece uma política de desigualdade, exploração e sofrimento. A necessidade de uma avaliação franca da dinâmica de poder e de como os processos de governança global além da área da saúde podem melhor servir à saúde e promover a equidade em saúde é mais urgente do que nunca.

Desde 2014, a democracia sofreu erosão, com o número de pessoas que desfrutam de direitos democráticos caindo de 3,9 bilhões em 2016 para 2,3 bilhões em 2024<sup>3</sup>. Durante esses mesmos anos, a autocracia aumentou, os movimentos autoritários e populistas cresceram e a polarização, a desinformação e a desconfiança proliferaram<sup>3,4</sup>. Em meio a uma crescente crise do multilateralismo, o governo do presidente dos EUA, Donald Trump, suspendeu a ajuda externa e anunciou a retirada dos EUA de vários órgãos e acordos internacionais importantes em 2025, incluindo a OMS e o Acordo de Paris<sup>5-8</sup>, sinalizando mudanças imprevisíveis no equilíbrio do poder geopolítico e na governança global, bem como lacunas no apoio à saúde global, aos direitos humanos, ao humanitarismo e ao desenvolvimento sustentável.

Essa ruptura ocorre em um momento em que o progresso do desenvolvimento sustentável está alarmantemente fora dos trilhos<sup>9</sup>, o acesso desigual a vacinas e outros recursos de saúde persiste<sup>10</sup>, e as mudanças climáticas e seus impactos na saúde continuam a se intensificar<sup>11,12</sup>. Houve mais conflitos entre Estados registrados em 2024 do que em qualquer outro momento desde 1946<sup>13</sup>, e o número de pessoas deslocadas à força praticamente dobrou na última década<sup>14</sup>. O paradigma econômico atual também é aquele em que o poder corporativo e a concentração de riqueza sem precedentes, e, conseqüentemente, a privatização de bens públicos, a externalização de custos, a evasão fiscal e a apropriação de políticas pelas elites, reforçam as desigualdades sociais e econômicas, intensificam as iniquidades em saúde, exacerbam os danos ecológicos e influenciam cada vez mais os determinantes sociais da saúde, incluindo salários, opções alimentares e acesso a serviços e produtos de saúde<sup>15</sup>. Ao mesmo tempo, as mudanças demográficas (por exemplo, a urbanização e uma população global que vive cada vez mais) e a expansão das fronteiras tecnológicas (por exemplo, inteligência artificial, big data e mídias sociais) oferecem oportunidades sem precedentes, possibilidades, mas correm o risco de amplificar as desigualdades e introduzir novos desafios ligados à desigualdade digital, desinformação e informações falsas, e propriedade de dados, compartilhamento, privacidade e comercialização<sup>16,17</sup>.

Embora a última década tenha testemunhado progressos globais em direção à equidade em saúde em domínios-chave, incluindo expectativa de vida e mortalidade infantil e materna, graves desigualdades em saúde persistem tanto dentro como entre os países. Crises ecológicas e geopolíticas interligadas representam as principais ameaças à saúde e à equidade em saúde, com impactos excessivos sobre os menos responsáveis e mais vulneráveis<sup>18</sup>, e com projeções de que, entre 2022 e 2050, as alterações climáticas poderão quase duplicar o número de pessoas que vivem em extrema pobreza<sup>19</sup>.

A pandemia da COVID-19 sublinhou a forma como as crises contemporâneas se interligam e se exacerbam mutuamente. Em sua esteira, as assimetrias de poder arraigadas — de gênero, socioeconômicas, geracionais e neocoloniais — se aprofundaram<sup>20</sup>. O Acordo da OMS sobre a Pandemia<sup>21</sup>, apesar de representar um esforço multilateral louvável para negociar um consenso em torno de preocupações-chave de equidade e segurança sanitária, perdeu ambição e promessa durante mais de 3 anos de negociações conflituosas e paralisadas, que refletiram, em vez de reconciliar, as desigualdades e os desequilíbrios de poder que foram onipresentes durante as conseqüências e a resposta à pandemia de COVID-19. Até que essas desigualdades estruturais e desequilíbrios de poder sejam resolvidos, nem a agenda de desenvolvimento sustentável nem a preparação ou resposta adequadas a pandemias serão viáveis<sup>22,23</sup>.



Foto publicada com o artigo no Lancet

Por outro lado, estão surgindo alternativas à atual ordem multilateral, incluindo instituições regionais que priorizam as necessidades da comunidade, como os Centros Africanos de Controle e Prevenção de Doenças, juntamente com um incentivo à inovação liderada localmente e o crescimento de coalizões entre nações e outras partes interessadas, muitas vezes sob a liderança do Sul Global, exigindo uma governança mais democrática e inclusiva, bem como solidariedade no enfrentamento de alguns dos desafios de saúde mais urgentes<sup>24-27</sup>. No entanto, o cenário atual é de crises em cascata, agravadas e interligadas, em que a saúde, a equidade, a sustentabilidade e a paz são subordinadas a objetivos políticos, militares e econômicos. Isso exige nada menos que uma transformação decolonial rumo a um novo multilateralismo ancorado na equidade, em valores compartilhados e na responsabilidade. Os países de baixa e média renda devem liderar e cocriar soluções globais, as capacidades locais e regionais devem receber investimentos e a produção e disseminação do conhecimento devem ser democratizadas. Os sistemas de governança e econômicos devem ser reconfigurados em direção à interdependência equitativa, sustentabilidade e bem-estar. Saúde, educação, segurança alimentar e tecnologias essenciais devem ser tratadas como bens públicos globais. De forma abrangente, a equidade — epistêmica, intergeracional, socioeconômica, global, racial e de gênero — deve ser o denominador comum, como um resultado mensurável e um imperativo moral.

Comprometida com essa visão esperançosa e voltada para o futuro, a nova Comissão Lancet sobre Governança Global para a Saúde reúne um grupo diversificado de especialistas interdisciplinares que identificarão e avaliarão as principais megatendências de importância para a saúde global e a equidade em saúde global abrangendo os domínios geopolítico, econômico, ecológico, tecnológico e sociocultural. As funções e disfunções da governança serão analisadas, assim como a dinâmica de poder e os processos pelos quais as desigualdades em saúde são produzidas e propagadas. Em última análise, a Comissão abordará as questões do que precisa ser feito e como, quando e por quem. O relatório final apresentará novas recomendações e

caminhos de governança, com o objetivo de impulsionar uma transformação da governança global a serviço da equidade em saúde, da sustentabilidade e da justiça.

## Referências

- 1) Ottersen OP, Dasgupta J, Blouin C, et al. The political origins of health inequity: prospects for change. *Lancet* 2014; 383: 630–67.
- 2) Fidler DP. Rise and fall of global health as a foreign policy issue. *Global Health Gov* 2011; 4: 1–12.
- 3) Herre B. The world has recently become less democratic. *Our World in Data*, 2022, updated July, 2025. <https://ourworldindata.org/less-democratic> (accessed Jan 27, 2026).
- 4) World Economic Forum. Global risks report 2024. 2024. <https://www.weforum.org/publications/global-risks-report-2024/digest/> (accessed Feb 21, 2025).
- 5) The White House. Withdrawing the United States from the World Health Organization. Jan 20, 2025. <https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/01/withdrawing-the-united-states-from-the-worldhealthorganization/> (accessed Feb 21, 2025).
- 6) The White House. Withdrawing the United States from and ending funding to certain United Nations organizations and reviewing United States support to all international organizations. Feb 5, 2025. <https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/02/withdrawing-the-unitedstates-from-and-ending-funding-to-certain-united-nationsorganizations-and-reviewing-united-states-support-to-all-internationalorganizations/> (accessed Feb 21, 2025).
- 7) The White House. Reevaluating and realigning United States foreign aid. Jan 20, 2025. <https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/01/reevaluating-and-realigning-united-states-foreign-aid/> (accessed Feb 21, 2025).
- 8) The White House. Putting America first in international environmental agreements. Jan 20, 2025. <https://www.whitehouse.gov/presidentialactions/2025/01/putting-america-first-in-international-environmentalagreements/> (accessed Feb 21, 2025).
- 9) UN. The Sustainable Development Goals report 2024. 2024. <https://unstats.un.org/sdgs/report/2024/> (accessed Feb 21, 2025).
- 10) Branda F, Ceccarelli G, Ciccozzi M, Scarpa F. Strengthening community resilience: lessons from COVID-19 for mpox prevention. *Lancet* 2024; 404: 929.
- 11) United Nations Environment Programme, International Science Council. Navigating new horizons: a global foresight report on planetary health and human wellbeing. United Nations Environment Programme, 2024. <https://www.unep.org/resources/global-foresight-report> (accessed Feb 21, 2025).
- 12) Romanello M, Walawender M, Hsu S-C, et al. The 2025 report of the Lancet Countdown on health and climate change. *Lancet* 2025; 406: 2804–57.
- 13) Rustad SA. Conflict trends: a global overview, 1946–2024. Peace Research Institute Oslo (PRIO), 2025. <https://www.prio.org/publications/14453> (accessed Nov 4, 2025).
- 14) United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). Global trends report 2024. 2025. <https://www.unhcr.org/global-trends-report-2024> (accessed Nov 4, 2025).
- 15) Oxfam. Takers, not makers: the unjust poverty and unearned wealth of colonialism. Jan 19, 2025. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/takers-not-makers-621668/> (accessed Dec 16, 2025).
- 16) UN-Habitat. Assessing the digital divide. 2021. <https://unhabitat.org/assessing-the-digital-divide> (accessed Feb 21, 2025).
- 17) World Economic Forum. The global risks report 2025. 2025. <https://www.weforum.org/publications/global-risks-report-2025/> (accessed Feb 21, 2025).
- 18) Zahnow R, Yousefnia AR, Hassankhani M, Cheshmehzangi A. Climate change inequalities: a systematic review of disparities in access to mitigation and adaptation measures. *Environmental Sci Policy* 2025; 165: 104021.
- 19) Fajardo-Gonzalez J, Nguyen MC, Corral P. The future of poverty: projecting the impact of climate change on global poverty through 2050. Policy Research Working Paper 11173. World Bank Group, 2025. <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/7966f88c-2c13-4876-bbaa-031f309b9442> (accessed Jan 27, 2026).
- 20) Sidik SM. How COVID has deepened inequality—in six stark graphics. *Nature* 2022; 606: 638–39.
- 21) WHO. WHO Pandemic Agreement. Seventieth-eighth World Health Assembly. May 20, 2025. <https://>

[apps.who.int/gb/ebwha/pdf\\_files/WHA78/A78\\_R1-en.pdf](https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA78/A78_R1-en.pdf) (accessed Jan 27, 2026).

22) Fidler DP. The Pandemic Agreement fractures in the latest negotiations. Think Global Health, Oct 29, 2024. <https://www.thinkglobalhealth.org/article/pandemic-agreement-fractures-latest-negotiations> (accessed Feb 21, 2025).

23) Wenham C. The Pandemic Agreement may weaken, rather than strengthen multilateralism. Chatham House, 2025. <https://www.chathamhouse.org/2025/05/pandemic-agreement-may-weaken-rather-strengthen-multilateralism> (accessed Aug 15, 2025).

24) Africa Centres for Disease Control and Prevention. Africa CDC unveils a new vision for Health Security and Sovereignty across the continent. Nov 21, 2025. <https://africacdc.org/news-item/africa-cdc-unveils-a-new-vision-for-health-security-and-sovereignty-across-the-continent/> (accessed Dec 16, 2025).

25) Global Alliance Against Hunger and Poverty. Global Alliance Against Hunger and Poverty foundational

documents. 2024. <https://globalallianceagainsthungerandpoverty.org/wp-content/uploads/2024/10/Global-Alliance-Foundational-Documents.pdf> (accessed Nov 13, 2025).

26) Souto M. BRICS Health Ministers approve partnership to eliminate socially determined diseases and strengthen vaccine cooperation. BRICS Brasil, 2025. <https://brics.br/en/news/brics-health-ministers-approve-partnership-to-eliminate-socially-determined-diseases-and-strengthen-vaccine-cooperation> (accessed Nov 13, 2025).

27) Gray J. A bold new investment fund aims to channel billions into tropical forest protection—one key change can make it better. The Conversation, Nov 10, 2025. <https://theconversation.com/a-bold-new-investment-fund-aims-to-channel-billions-into-tropical-forest-protection-one-key-change-can-make-it-better-269374> (accessed Jan 14, 2026).

---

# Temos um sonho

*Juan Garay*

Reunimo-nos num ponto de inflexão da história humana.

Falamos não a partir do conforto, mas da urgência.

Não a partir do ódio, mas da responsabilidade.

Não como líderes ou especialistas, mas como pessoas —  
pessoas que se recusam a normalizar o sofrimento.

Vivemos num mundo governado por um sistema político global que, demasiadas vezes, se submete à força em vez da justiça. Um mundo onde ameaças intimidatórias substituem o diálogo, onde o direito internacional se curva diante do poder militar e económico, e onde o Conselho de Segurança das Nações Unidas — incumbido de proteger a paz — tem repetidamente permitido guerras, ocupações e genocídios, por ação, omissão ou veto.

Isto não é um fracasso de ideais.

É um fracasso de estruturas.

Ao lado desta ordem política ergue-se um sistema económico que escapou a todo controlo democrático. Um sistema em que gigantescos gestores de ativos concentram riqueza e poder a um ritmo exponencial, transformando governos em administradores de interesses de mercado e reduzindo os seres humanos a custos, riscos ou dados.

Este sistema recompensa a extração em vez do cuidado, a acumulação em vez da vida, e o lucro em vez da verdade. É uma ditadura global do dinheiro, exercida por poucos e suportada por bilhões.

Para sustentá-la, expande-se silenciosamente outra forma de dominação: a dominação da atenção. Através de ecrãs que ocupam uma parcela cada vez maior do tempo humano, o poder mediático molda pensamentos, medos e desejos. Treina a passividade, acelera o individualismo e transforma cidadãos em consumidores isolados — desconectados da terra, da comunidade e uns dos outros.

Ao mesmo tempo, fronteiras artificiais fragmentam tanto a humanidade quanto os ecossistemas, dividindo aquilo que a própria vida nunca dividiu. Essas fronteiras justificam exclusão, guerra e exploração, enquanto ocultam o facto de que a Terra é uma só e o nosso destino é comum.

Das mais altas instituições globais aos governos nacionais; da academia às corporações; dos organismos económicos às hierarquias religiosas, flui para baixo uma violência subtil e constante. A violência do comando sem escuta. A violência da hierarquia sem responsabilidade. A violência da autoridade que normaliza a obediência e silencia a dissidência. Esta violência estrutural não é abstrata.

Segundo análises apresentadas nos webinários SHEM sobre equidade sustentável em saúde, (<https://www.sustainablehealthequity.org/webnair>) o sistema global atual provoca a perda prematura de aproximadamente 16 milhões de vidas humanas por ano e a destruição de centenas de milhões de anos de vida — não por destino inevitável, mas por desigualdade evitável, privação, degradação ambiental e negligência organizada.

Ao mesmo tempo, este sistema está a destruir as bases vivas da existência humana — solo, água, clima, biodiversidade — comprometendo a própria possibilidade de sobrevivência humana para além deste século.

Diante desta realidade, o desespero seria compreensível.

Mas o desespero seria também uma rendição.

Por isso dizemos: temos um sonho.

Temos um sonho de que a humanidade se recorde de que toda a vida é sagrada e de que os seres humanos fazem parte da teia da vida — não seus donos, não seus senhores.

Temos um sonho de comunidades que regeneram os ecossistemas em vez de os esgotar; que curam a terra e a água em vez de as sacrificar; que escolhem o cuidado com a biodiversidade como condição para o seu próprio futuro.

Temos um sonho de formas de viver enraizadas na compaixão, onde a alimentação não depende do sofrimento sistemático, e onde a saúde é entendida como relacional — entre corpos, comunidades e ecossistemas.

Temos um sonho de autossuficiência solidária: comunidades que recuperam os essenciais da vida através da simplicidade, da cooperação e do apoio mútuo, reduzindo a dependência de um mercado global alienante e destrutivo.

Temos um sonho de decisões sem dominação — onde o poder é partilhado, o consentimento importa e a liberdade é inseparável da responsabilidade. Um mundo onde as hierarquias dão lugar à participação e a sabedoria emerge da inteligência coletiva.

Temos um sonho de convivência enraizada na empatia, onde trabalho, cuidado, descanso, afeto e cura são igualmente valorizados; onde a solidão não é ignorada; onde a violência não é normalizada; onde a dignidade é protegida no quotidiano.

E temos um sonho de uma rede global de comunidades soberanas e interligadas — enraizadas nos seus territórios, abertas umas às outras, partilhando saberes, sementes e solidariedade para o bem comum. Uma rede que transcende fronteiras sem apagar a diversidade, e coopera sem dominação.

Este sonho não é uma fantasia adiada para amanhã.

É uma direção já visível sempre que pessoas escolhem a vida em vez do lucro, a cooperação em vez da competição e o cuidado em vez do controlo.

Com este sonho, recusamos a ideia de que não há alternativa.

Com este sonho, rejeitamos a mentira de que a violência é inevitável.

Com este sonho, comprometemo-nos — não com a perfeição, mas com a coerência.

Que esta seja a geração que escolheu a vida.

Que este seja o momento em que a humanidade mudou de rumo.

Que este seja o tempo em que pessoas em todo o mundo se levantaram e disseram: basta.

Basta de uma economia que mata.

Basta de uma política que exclui.

Basta de uma cultura que anestesia.

Temos um sonho — e vamos vivê-lo até que se torne realidade.

Pessoas do mundo em pé contra a violência do capitalismo.

---

# Saúde, Esperança e Resistência em uma Era de Guerra, Desigualdade e Colapso Ecológico

*Juan Garay*

A recente invasão militar dos Estados Unidos à Venezuela não é um episódio isolado, mas uma expressão clara de uma dinâmica global mais ampla, na qual poder geopolítico, combustíveis fósseis, militarismo e finanças especulativas convergem. Assim como na Ucrânia e no Oriente Médio, a linguagem da “segurança” encobre intervenções que protegem recursos estratégicos e interesses econômicos, enquanto corroem o direito internacional, a paz e a dignidade humana. Para além da destruição imediata, essas dinâmicas acarretam um custo mais profundo e menos visível: a erosão progressiva da expectativa de vida saudável das gerações presentes e futuras.

A mudança climática, impulsionada principalmente pela dependência de combustíveis fósseis e reforçada por economias militarizadas, não é apenas uma crise ambiental, mas uma crise sanitária de grande magnitude. Análises publicadas na PEAH (2018, <https://www.peah.it/2018/07/5498/>) estimam que o impacto cumulativo da mudança climática poderá resultar em mais de 200 milhões de mortes excessivas ao longo do século XXI, com aceleração da mortalidade na segunda metade do século, devido ao estresse térmico, à insegurança alimentar, às doenças infecciosas, ao deslocamento populacional e ao colapso dos ecossistemas. De forma crucial, essa mortalidade excessiva afetará desproporcionalmente populações que vivem em países de baixa emissão, que menos contribuíram para o aquecimento global, mas sofrem suas consequências mais severas. Guerras por petróleo e por dominação geopolítica intensificam diretamente essa injustiça, ao aumentar as emissões, destruir ecossistemas e desviar recursos da adaptação climática e da saúde pública.

Paralelamente, desenrola-se um processo igualmente letal. A concentração progressiva de renda e ativos nas mãos de uma parcela cada vez menor da população mundial está impulsionando níveis extremos de desigualdade econômica. Atualmente, cerca de metade da humanidade vive abaixo de um limiar de dignidade, efetivamente privada do direito à saúde, à nutrição adequada, à moradia e à proteção social. Essa injustiça estrutural resulta em mais de 16 milhões de mortes excessivas por ano, não por causas inevitáveis, mas por pobreza, exclusão e condições evitáveis, conforme documentado na PEAH (2023 <https://www.peah.it/2024/11/14003/>). Caso as tendências atuais persistam, essa proporção poderá alcançar dois terços da população mundial ao longo do século, reduzindo ainda mais a duração e a qualidade da vida humana.

Para as gerações mais jovens, essas realidades são profundamente corrosivas. Elas herdam um futuro marcado pela instabilidade climática, por conflitos permanentes, por meios de subsistência precários e por sistemas políticos cada vez mais capturados por interesses financeiros. A confiança nas instituições se deteriora não por apatia, mas pela percepção — frequentemente justificada — de que os processos democráticos são distorcidos pela manipulação midiática, pelo capital especulativo e pela coerção geopolítica. A própria esperança torna-se uma vítima

quando as pessoas se sentem privadas tanto de agência quanto de voz.

É nesse contexto que o Movimento pela Equidade Sustentável em Saúde (SHEM) situa sua atuação — não como uma solução grandiosa ou uma autoridade centralizada, mas em termos deliberadamente humildes. O SHEM busca reunir cidadãos preocupados, ativistas, cientistas e profissionais da saúde e do trabalho social dispostos a analisar essas dinâmicas nocivas com honestidade e a agir em consequência. O movimento reconhece que muitas das estruturas econômicas e políticas dominantes não são apenas ineficientes, mas ativamente destrutivas para a saúde, a equidade, a paz e o mundo vivo.

Por isso, o SHEM convoca à desobediência consciente a essas “dinâmicas perversas” — não por meio da violência, mas através da recusa ética e da construção de alternativas. Isso inclui resistir ao consumismo excessivo, rejeitar a cumplicidade com a produção e o comércio extrativistas e afastar-se, na medida do possível, de sistemas financeiros especulativos que lucram com a instabilidade, a guerra e a desigualdade. No centro dessa visão está o surgimento gradual de redes de comunidades locais soberanas, fundamentadas em estilos de vida de baixo consumo, compartilhamento de saberes, justiça econômica e harmonia com a natureza.

Uma ferramenta essencial para essa transição é o desenvolvimento e uso de software livre e bens digitais comuns. O software de código aberto permite o surgimento de redes colaborativas globais fora do controle corporativo, apoiando o compartilhamento de conhecimento, métricas transparentes, governança participativa e a co-criação de bens públicos globais nas áreas da saúde, educação, ecologia e organização social. Quando alinhadas a valores éticos, essas ferramentas podem contrabalançar os efeitos manipuladores das plataformas proprietárias sobre a mídia, a política e o consumo, ao mesmo tempo em que fortalecem a cooperação horizontal entre culturas e territórios.

Essas comunidades não são enclaves escapistas. Elas são laboratórios vivos de resiliência, restaurando soberania alimentar, cuidado mútuo, tomada de decisão participativa e regeneração ecológica. Também oferecem às pessoas jovens algo cada vez mais raro: um sentido tangível de que suas ações importam, de que a saúde e a dignidade podem ser defendidas coletivamente e de que outro modo de viver é possível.

Essas ideias serão articuladas e debatidas na próxima Assembleia do SHEM, onde será apresentada uma estratégia baseada na equidade em saúde, na autonomia comunitária, no conhecimento aberto e na solidariedade global sem dominação. O objetivo não é substituir as instituições existentes de forma imediata, mas reconstruir a esperança e a saúde a partir da base, com paciência e coragem, como fundamentos de um futuro mais justo e habitável.

Em uma era em que guerra, desigualdade e colapso ecológico são tratados como normais, escolher o cuidado, a contenção e a vida comunitária já não é opcional. É um imperativo ético — e talvez o caminho mais realista que resta para preservar a vida, a saúde e o sentido da existência no século que se inicia.

## Estante de livros, vídeos e outros que tais

A seção Estante traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras. Sua nota deve ser enviada para o e-mail do editor do Caderno [paulo.buss@fiocruz.br](mailto:paulo.buss@fiocruz.br)



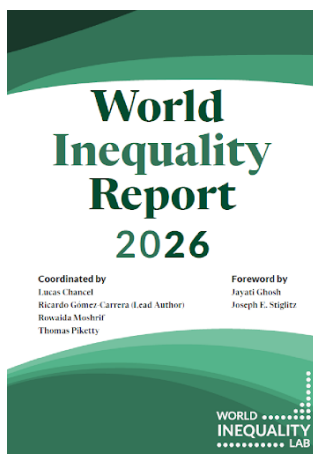
### Boletim do Observatório Internacional do Século XXI no. 15.

Este décimo-quinto Boletim do Observatório Internacional do Século XXI focaliza o caos internacional desta terceira década do século, acentuado pela política errática dos EUA em todos os conflitos mundiais. Junto com o seu ataque frontal às regras e instituições que regeram a ordem multilateral do Século XX. Os artigos deste Boletim atentam em particular para a Venezuela e o Caribe, América do Sul, Ártico, e Mar do Sul da China. Com uma discussão das posições da China, do Japão, da Índia e dos países latino-americanos atingidos pelo atropelo norte-americano, e pelo seu desrespeito sistemático das suas “soberanias nacionais”. Inclui uma nota final sobre a questão da “ordem” e do “caos” na história de longo prazo do sistema interestatal. Acesso: [https://nubea.ufrj.br/images/Observatorio/Boletim\\_15\\_Janeiro\\_2026.pdf](https://nubea.ufrj.br/images/Observatorio/Boletim_15_Janeiro_2026.pdf)

### Resistindo ao domínio dos ricos.

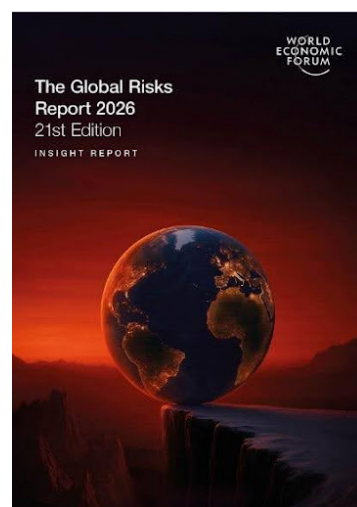
**Relatório da OXFAM (2026).** Este relatório evidencia como a desigualdade extrema, os bilionários e seus facilitadores governamentais estão moldando as regras de economias e sociedades em benefício próprio e em detrimento dos direitos e liberdades das pessoas em todo o mundo. Segundo o documento, a riqueza dos bilionários cresceu 16% só em 2025, chegando a US\$ 18,3 trilhões; enquanto isso, 1 em cada 4 pessoas no mundo enfrenta insegurança alimentar, e quase metade da população global vive na pobreza. Políticas pró-riqueza, como cortes de impostos para os super-ricos e o enfraquecimento de regulamentações, têm acelerado essa concentração de poder e renda. Acesso: [Resistindo ao Domínio dos Ricos: Defendendo a Liberdade contra o Poder dos Bilionários](#)



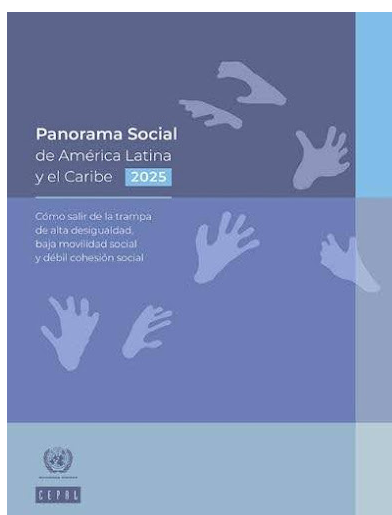


Chancel, L., Gómez-Carrera, R., Moshrif, R., Piketty, T., et al. (2026). **World Inequality Report 2026 (WIR 2026)** – Produzido pelo experiente grupo liderado por Thomas Piketty no World Inequality Lab. Destaques no sumário do informe: O mundo é extremamente desigual; Desigualdade e mudanças climáticas; Desigualdade de gênero; Desigualdade entre regiões; Redistribuição, tributação e evasão fiscal; Desigualdade devido ao sistema financeiro global; Clivagens políticas e democracia; Diretrizes políticas; Conclusões. Acesso: <https://wir2026.wid.world/>

World Economic Forum. **The Global Risks Report 2026**. A 21ª edição do Relatório de Riscos Globais explora como uma nova ordem competitiva está se formando e seu impacto em múltiplos domínios de risco simultâneos. Aborda a turbulência causada por guerras cinéticas, o uso de armas econômicas para obter vantagem estratégica e a crescente fragmentação das sociedades. À medida que esses riscos “aqui e agora” se desenrolam, desafios de longo prazo, da aceleração tecnológica à degradação ambiental, continuam a criar efeitos indiretos em todos os sistemas. Paralelamente, regras e instituições que há muito sustentam a estabilidade estão cada vez mais paralisadas ou ineficazes na gestão dessa turbulência. O relatório completo e uma plataforma de dados interativa estão disponíveis em: <https://www.weforum.org/publications/global-risks-report-2026/> e [https://reports.weforum.org/docs/WEF Global Risks Report 2026.pdf](https://reports.weforum.org/docs/WEF_Global_Risks_Report_2026.pdf)



Human Rights Watch. **Relatório Mundial 2026 sobre Direitos Humanos 2026**. A HRW acaba de lançar seu relatório mundial, declarando que o sistema global de direitos humanos está em perigo. Numa análise contundente, que aborda a situação em todo o planeta, a ONG afirma que a democracia está agora de volta aos níveis de 1985, com 72% da população mundial vivendo atualmente sob regimes autoritários. Acesso à versão em português: [Relatório Mundial 2026 | Human Rights Watch](#)



**Panorama Social de América Latina y el Caribe, 2025: cómo salir de la trampa de alta desigualdad, baja movilidad social y débil cohesión social.** Superar a desigualdade exige abordagem abrangente para enfrentar desigualdades causadas pelas fragilidades dos sistemas educacionais e fortalecer o papel da educação na mobilidade social intergeracional. Requer a coordenação de políticas para o desenvolvimento produtivo, mercado de trabalho, instituições sociais e sistemas de cuidado, visando a inclusão no mercado de trabalho. Também fazem parte políticas abrangentes que promovam a igualdade de gênero e uma sociedade do cuidado, e garantam o respeito aos direitos dos povos indígenas, migrantes e pessoas com deficiência. Para implementá-las, é essencial fortalecer as capacidades técnicas, operacionais, políticas e prospectivas (TOPP) das instituições

e assegurar gastos sociais eficientes e financeiramente sustentáveis. Acesso: [Panorama Social de América Latina y el Caribe, 2025: cómo salir de la trampa de alta desigualdad, baja movilidad social y débil cohesión social | CEPAL](#)

Madani K. (2026). *Global Water Bankruptcy: Living Beyond Our Hydrological Means in the Post-Crisis Era*. United Nations University Institute for Water, Environment and Health (UNU-INWEH), Richmond Hill, Ontario, Canada, doi: 10.53328/INR26KAM001 - Addresses critical global security and development challenges at the intersection of water, environment, and health. Conteúdos principais: 1. From water crisis to water bankruptcy; 2. The post-crisis era: when the system no longer rebounds; 3. Water bankruptcy in the Anthropocene; 4. Governing global water bankruptcy; 5. The way forward—a new water agenda to unite in a fragmented world. Acesso: [https://collections.unu.edu/eserv/UNU:10445/Global\\_Water\\_Bankruptcy\\_Report\\_2026.pdf](https://collections.unu.edu/eserv/UNU:10445/Global_Water_Bankruptcy_Report_2026.pdf)



**Catálogo temático sobre Desenvolvimento Sustentável e Assentamentos Humanos - CEPAL, 2025.** Reúne as referências e acessos a 74 documentos da organização, que tratam do desenvolvimento sustentável e assentamentos humanos, com títulos importantes sobre economia circular, meio ambiente, mudanças climáticas, o Acordo de Escazú, o Fórum de Desenvolvimento Sustentável, cidades e assentamentos humanos, e muitos outros. Um formidável recurso para pesquisadores, professores e alunos, assim como ativistas sociais e líderes comunitários que queiram se debruçar sobre este fascinante campo de conhecimento e ação, com foco na América Latina e Caribe. Fonte: [Catálogo temático: Desarrollo Sostenible y Asentamientos Humanos](#)

**La cooperación Sur-Sur en la policrisis de la globalización capitalista** – Livro que compõe a coleção da Rede Acadêmica Ibero-Americana para a Cooperação Internacional (RIACI), organizada pelo Grupo de Pesquisa em Cooperação Sul-Sul e Integração Regional da Rede Espanhola de Estudos para o Desenvolvimento (GICSS-REEDS). A obra tem dois objetivos complementares: i) analisar o papel amortecedor da cooperação Sul-Sul diante dos efeitos da policrise da globalização capitalista e ii) compreender as diferentes modalidades adaptativas da cooperação Sul-Sul nesse contexto de múltiplas crises sincronizadas de alcance global. Discute a ideia de policrise, posicionando a cooperação Sul-Sul como possível alternativa ao colapso do modelo neoliberal global e contramovimento à desglobalização e à crescente divisão geopolítica, com a China como ator central. Acesso: <https://www.editorialuc.es/libro/la-cooperacion-internacional-en-tiempos-de-competencia-estrategica-entre-el-interregno>





### **Jeffrey Sachs lança cana verificado no YouTube**

O professor Jeffrey Sachs, eminente especialista em política e diplomacia global da Columbia University, e colaborador eventual dos Cadernos, lançou um canal no YouTube, no qual suas palestras, entrevistas, aulas e conteúdo original em vídeo mais recentes podem ser encontradas. O site e o conteúdo são certificados, evitando o acesso aos vídeos e artigos falsos, gerados por inteligência artificial, atribuídos ao autor. A inscrição e acesso o canal é gratuito e sem compromissos, podendo ser realizada em: <https://www.youtube.com/@JeffreyDSachsOfficial>

---

## Créditos dos autores dos cadernos

**Ana Carol Aldapi Vaquera** - Doutoranda em Ciências Políticas, UFSCar; Mestre em Ciências Políticas e Relações Internacionais, UFPB; Licenciatura em Ciências Políticas, Universidad Católica Boliviana

**Ana Helena Gigliotti de Luna Freire** - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Popularização Divulgação e da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, VPSGRI/Fiocruz

**André Lobato** - Mestre em mídias globais e comunicações, Doutor pela UFRJ, membro das equipes da VPSGRI e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

**Augusto Paulo José da Silva** - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador na VPSGRI/Fiocruz

**Armando De Negri Filho** - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, pesquisador visitante sênior na VPSGRI /Fiocruz

**Bárbara Nogueira** – Estudante de Relações Internacionais, estagiária na VPSGRI/Fiocruz

**Bernardo Bahia Cesáreo** - Pesquisador, CEE Fundação Oswaldo Cruz

**Claudia Chamas** - Pesquisadora sênior, CDTS Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

**Claudia Hoirisch** - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe da VPSGRI/Fiocruz

**Danielly P. Magalhães** - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública, pesquisadora visitante sênior na VPSGRI/Fiocruz, pesquisadora da Columbia University, EUA

**Deisy de Freitas Lima Ventura** - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

**Denise Oliveira e Silva** - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

**Diana Reyna Zeballos Rivas** - Médica, Mestre em Medicina e Saúde, Doutoranda do Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

**Eduardo Nilson** - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

**Erica Kastrup** - Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde, Doutora em História das Ciências e da Saúde, analista e pesquisadora na VPSGRI/Fiocruz

**Fabiane Gaspar** - Assessora de Cooperação do CRIS/Fiocruz; Graduação em Comércio Exterior e Direito; Especialista em Saúde Pública; Mestre em Direito Internacional, assessora e pesquisadora na VPSGRI/Fiocruz

**Felix Júlio Rosenberg** - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

**Giacomo Giannelli** - Graduando em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

**Gisele Sanglard** - Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em História; Mestrado em História Social da Cultura; Doutorado em História das Ciências da Saúde

**Giulia Mariano Machado** - Graduanda em Saúde Pública na FSP/USP e aluna de iniciação científica em Saúde Ambiental

**Juan Garay** - Co-chair Health, Ecology, Equity, and the Sustainable Health Equity Movement (SHEM); Professor/Researcher of Health Equity, Ethics and Metrics (Spain, Mexico, Cuba, Brazil); Founder of Valyter Ecovillage (valyter.es)

**Júlia Moraes e Silva** - Graduada em Saúde Pública, Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP-USP) e Mestranda em Saúde Pública na FSP-USP

**Heliton Barros** - Pesquisador do Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz

**Isis Pillar Cazumbá da Cruz** - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá, analista e pesquisadora, VPSGRI/Fiocruz

**João Miguel Estephanio** - Pesquisador na VPSGRI/Fiocruz e Fiocruz Brasília

**Laurenice Pires** - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutora em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

**Livia Ferreira** - estudante de Relações Internacionais; estagiária na VPSGRI/Fiocruz

**Luana Bermudez** - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública; pesquisadora na VPSGRI/Fiocruz

**Lúcia Marques** - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, VPSGRI Fiocruz

**Luiz Augusto Galvão** - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e pesquisador sênior na VPSGRI/Fiocruz

**Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza** - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

**Manuel Mahoche** - Doutorando em Epidemiologia (FSP/USP), Mestre em Saúde Pública (UFRGS), Especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde (FIOCRUZ), MBA em Data-Science Analytics (USP/ESALQ)

**Marciglei Brito Moraes** - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

**Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes** - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

**Maria Teresa Rossetti Massari** - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Doutora em Saúde Coletiva. Atua na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

**Marina Sujkowski Lima** - Mestranda em Saúde Pública pela FSP-USP; graduada em Relações Internacionais pelo IRI-USP

**Mateus Brito** - Doutorando e Mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA), alumni do Certificado em Estudos Afro-Latino-Americanos (ALARI/Harvard University), especialista pela Residência em Saúde da População do Campo (UPE), Bacharel em Fisioterapia (UNISBA)

**Matheus dos Santos da Silveira** - Doutorando em Relações Internacionais, IRI/PUC-Rio, Bacharel (UNAMA) e Mestre (UNILA) em Relações Internacionais; Coeditor da Revista Debates Indígenas

**Nina Bouqvar** - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharel em Ciência Política (UNIRIO)

**Patrícia Lewis Carpio** - Doutoranda em Saúde Coletiva (ISC-UFBA), Mestre em ciências pela USP, Graduada em Psicologia no Peru, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM) e integrante da FENAMI

**Paula Reges** - Médica infectologista, Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); pesquisadora na VPSGRI/FIOCRUZ

**Paulo Esteves** - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

**Paulo Marchiori Buss** - Médico, doutor em ciências; Professor emérito da Fiocruz; Coordenador do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz; diretor do Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPS na Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina

**Pedro Burger** - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto da VPSGRI/Fiocruz

**Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos** - Psicóloga, Sanitarista e Mestre em Saúde Pública. Atua na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz

**Rafael Gomes França** - Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

**Renan Amaral Oliveira** - Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade, FSP/USP; Mestre em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel duplo em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

**René Mendes** - Pesquisador Colaborador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP); Pesquisador Visitante Sênior na VPSGRI/Fiocruz

**Regina Ungerer** - Médica, Doutora em Ciências, pesquisadora sênior na VPSGRI/Fiocruz

**Rychard de Lima Monteiro** - Enfermeiro especialista em Relações Internacionais; Trainee de Gestão Pública, Assessoria de Planejamento, Escola de Saúde Pública do Maranhão

**Samia de Brito** - Graduação e Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou, Fiocruz-Minas

**Santiago Alcázar** - Diplomata; Pesquisador Honorário da Fiocruz

**Sebastian Tobar** - Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, pesquisador sênior na VPSGRI/Fiocruz, assessor sênior da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG

**Tatiana Cerqueira Machado Medrado** - Graduada em Ciências Biológicas (UCSal) e Medicina Veterinária (UFBA); Especialista em análise de dados secundários, e em monitoramento, avaliação e informação estratégica (ISC/UFBA), Especialista em análise da situação de saúde (UFG), Mestre em Saúde Pública e Doutoranda em Saúde Coletiva, ISC/UFBA

**Thaiany Medeiros Cury** - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

**Tomé Cá** - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

**Vitor Rodrigues** - Graduado em Relações Internacionais, assistente de pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz

**Vitória Kavanami** - Graduada em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

### Novos colaboradores

**Anabela Santiago** - Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade de Aveiro (Portugal). Investigadora do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. Colaboradora na PICTIS (parceira da Fiocruz-IOC)

**Cristiane Pereira** - Doutoranda e Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Centro de Pesquisas em Direito Sanitário da USP (CEPEDISA).

**Bruno Neves** - Mestrando em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Pesquisador do Núcleo Economia Política das Relações Sul-Sul (BRICS Policy Center/PUC-Rio).

**Alexandra Rodrigues Sanches** - Mestranda em Economia Política Mundial pela UFABC. Graduação em Relações Internacionais pela UNISO. Pesquisadora do Grupo de Trabalho Brasil-China da OPEB/UFABC.

**Pedro Diaz** - Doutor em Ciência da Informação PPGCI/USP; Pesquisador em História da Ciência no MAST-RJ, Grupo de Pesquisas Patrimônio e Memória Digital do Grupo de Estudos Preservação Digital da Rede Cariniana.

**Giovana Guiciard** - Mestranda em Política Internacional na Shanghai International Studies University; Graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista PIBIC em Política Externa Brasileira e Direitos Humanos da ONU

## Cadernos Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, um dos produtos do Observatório CRIS de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Entre 2020 e 2025 foram produzidos **129** Informes quinzenais. Para 2026 está programada a edição de 23 fascículos quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar ou fazer download de artigos ou edições completas em:

<https://fiocruz.br/cadernos-cris-fiocruz-informes-sobre-saude-global-e-diplomacia-da-saude>

## Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da

saúde pública e das relações internacionais. Os Seminários são um dos produtos do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Entre 2020 e 2025 foram realizados 137 Seminários e, em 2026, estão programados 23 Seminários. Os Seminários são acessíveis para audiência e download em:

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

## Próximos Seminários

**Dia 04 de fevereiro – Geopolítica e Agenda da Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2026**

**Dia 25 de fevereiro – Situação demográfico-epidemiológica global e regional da ALC**

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>